

JUNHO DE 2013

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	I
1.1 Crianças de rua são alimentadas por seguranças	1
1.2 Mais de 20 mil “fogem”	1
1.3 Executivo falha meta de criação de 1,2 milhões de empregos até 2012	2
1.4 Crescimento económico Exige medidas adicionais.	3
1.5 Executivo reforça verbas para o combate à pobreza	4
1.6 O antro dos últimos incidentes sociais e políticos do país	5
1.7 Os números sem graça do tratado nacional	5
1.8 Direito ao subsídio de aleitamento	7
1.9 Angola e os Objectivos do Milénios	7
1.10 Insegurança alimentar afecta mais de 40 por cento da população	8
1.11 Números dizem que Governo não cumpriu a promessa	10
1.12 País reduz fome e cumpre um dos Objectivos do Milénio	10
1.13 Emigrantes monopolizam o comercio	11
1.14 Executivo toma medidas para combater a fome	12
2. MICROFINANÇAS	14
2.1 Novo banco da Sonangol custa 500 milhões USD	14
2.2 As complicações do multicaixa	14
2.3 Praticidade de crédito e estabilidade de mercado	16
2.4 Crédito para compra de imóveis é de oito porcentos do total	17
2.5 Papel da mulher empresária em análise	18
2.6 Banco BIC dá crédito com juros bonificados	19
2.7 Estado Prevê subsídios para casa própria	19
2.8 Crédito á habitação	20
2.9 Novo banco de crédito abre em Dezembro	21
2.10 Falar de agricultura não e falar da lavra e da enxada”	21
2.11 SONIP deve equacionar situação dos moradores que tenham pago	24
2.12 “A Classe empresarial abre as portas ao emprego”	25
2.13 Imobiliário Equilibra Oferta E Procura	27
2.14 BUE impulsiona população	28
2.15 “Já passamos a fase do boom”	28
2.16 Banco Sol disponibiliza mais crédito habitacional para apoiar cooperativa	30
2.17 Bué “Adormeceu” Após Eleições Gerais em Angola	31
3. MERCADO INFORMAL	32
3.1 Nga Manda, a zungueira	32
3.2 Zungueirasw salvam francófonos da Polícia Económica	33
3.3 Armazéns serão retirados da cidade	34
3.4 BUE legalizou milhares de empresas	35
3.5 Comércio rural em revitalização	36
3.6 Nove dos 22 bancos em Angola terão de aumentar capital Social	36
3.7 Fiscalização arrecada mais de cinco milhoes de kwanzas	37
3.8 O dilema das paragens de táxi	38
3.9 Trabalho infantil afecta o desempenho escolar	39
3.10 Aumenta o número de crianças nas ruas	41
3.11 Há crianças angolanas exploradas pelos pais	41

3.12	Caça aos candongueiros ilegais tira sono ao cidadão	42
3.13	Armazéns fora de Luanda	43
3.14	BUE prevê formal os empreendedores	43
3.15	Défice de informação desequilibra relação entre fornecedores e consumidores	45
3.16	Mais de 20 mil empresas criadas em nove anos	47
3.17	Emigrantes monopolizam o comercio	48
3.18	Crianças da zunga podem desenvolver temperamentos explosivos	49
3.19	Filhos da Zunga	51
3.20	Guiché único de empresa contribui no desemprego	51
3.21	Mercado dos Kwanzas poderá Fechar	52
3.22	Candongueiros de táxis pagam para terem impunidade nas estradas	53
3.23	Mais mercados para combater venda informal	53

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA 55

4.1	Como fazer o OGE para 1014	55
4.2	A Refém dos Grandes Monopólios	56
4.3	Nova lei pode legalizar obrigação da auditoria externa	57
4.4	Executivo Actualiza Leis Tributárias	59
4.5	Orçamento Geral do estado	59
4.6	Fundo Soberano escorrega no OGE	60
4.7	Efectivos fazem análise do Orçamento	60
4.8	Subsídios de energia e protecção social	61
4.9	Fundo Soberano anuncia política de investimento	62
4.10	Para gerir cinco mil milhões de dólares do Fundo Soberano	63

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 64

5.1	Dirigentes dificultam censo populacional	64
5.2	IFAL capacita técnicos no Moxico sobre arrecadação de receitas locais	64
5.3	Autoridades tradicionais ajudaram os inquiridores	65
5.4	Fiscalização garante o êxito do processo	65
5.5	Governador de Luanda com experiência chinesa na bagagem	66
5.6	Muteka amigo, os reis estão contigo	66
5.7	Ciclo de conferências discute as autarquias	67
5.8	Discutir As Autarquias	68
5.9	Governadores em formação Sobre Administração Local	69
5.10	Fundo de Apoio Social lança projectos	70
5.11	Novas técnicas sobre o desenvolvimento local	70
5.12	Quadros Municipais melhor preparados para gerir receitas	70
5.13	Oposição quer derrotar MPLA	71
5.14	Votação da lei das autárquicas só depois do senso	71
5.15	Senso Piloto deu passos positivos	73
5.16	Censo piloto concluído	74
5.17	Administração do Território anuncia criação de cidades	74
5.18	Descentralização melhora os serviços	74
5.19	É do Interesse do Governo Adiar Autárquicas	75
5.20	Autoridades locais reunidas no Brasil	78
5.21	Ondjiva quer mais dinâmica na organização dos bairros	78

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 79

6.1	BNA propõe alargamento do crédito à habitação	79
6.2	Centralidade da Catumbela pronta para habitar em breve	80
6.3	Novo banco da Sonangol custa 500 milhões USD	80

6.4	Mais de 20 famílias beneficiam de casas evolutivas no Songo	81
6.5	Praticidade de crédito e estabilidade de mercado	81
6.6	Crédito para compra de imóveis é de oito porcentos do total	83
6.7	Administração do Cuito entrega habitações sociais	84
6.8	Requalificação urbana para ordenar a cidade	84
6.9	Urbanismo e habitação discutidos em Luanda	85
6.10	Candidatos Exigem da Sonip a entrega imediata das chaves	85
6.11	O pesadelo da casa própria	86
6.12	Sonangol esclarece atrasos na entrega das casas	87
6.13	Estado Prevê subsídios para casa própria	88
6.14	Concluídas habitações para os funcionários	89
6.15	China continua a liderar investimentos em Angola	89
6.16	Crédito á habitação	90
6.17	Novo banco de crédito abre em Dezembro	90
6.18	Bancos devem aumentar financiamentos ao sector habitacional	91
6.19	Falsos Bordeauxs forçam entrega de casas no Kilamba	92
6.20	Tribunal de Luanda julga caso Build-Angola	92
6.21	Um paraíso para quem pode pagar	93
6.22	Os preços dos cúbicos baixam mesmo	93
6.23	SONIP deve equacionar situação dos moradores que tenham pago	94
6.24	Imobiliário Equilibra Oferta E Procura	94
6.25	“Já passamos a fase do boom”	95
6.26	Banco Sol disponibiliza mais crédito habitacional para apoiar cooperativa	97
6.27	Governo quer maior rigor na construção de moradias	98
6.28	Marçal Perdido nas ruas da amargura	98
6.29	Unidade portuária distribui residências	100
6.30	Urbanismo, Dólares, Gasóleo e Incompetência em Luanda	101
6.31	Propósito do arrendamento na centralidade do Kilamba	102
6.32	Construção de Novas Cidades em Luanda	105
6.33	Primeiras casas sociais prontas em Cacolo	106

7. TERRA

108

7.1	«Se plantarmos árvores na periferia veremos os bairros de forma diferente»	108
7.2	Bancos negam depósitos em moedas metálicas	108
7.3	«Se for necessário, iremos demolir»	109
7.4	Camartelo demolidor atingiu Kinanga	110
7.5	Camponesas assassinadas na Lunda	111
7.6	“É urgente que se criem zonas de urbanização harmoniosas”	112
7.7	Fiscalização arrecada mais de cinco milhões de kwanzas	113
7.8	José Silva Ministro do Urbanismo e Construção	113
7.9	Os trilhos sinuosos da fiscalização	114
7.10	Projecto Terra em debate	114
7.11	Atestada a viabilidade da produção de feijão	115
7.12	Código Mineiro estimula os investimentos	115
7.13	BUE prevê formal os empreendedores	116
7.14	Mais de 20 mil empresas criadas em nove anos	118
7.15	Emigrantes monopolizam o comercio	119
7.16	Quando o diamante não brilha na vida das pessoas	121

8. SERVIÇOS BÁSICOS

123

8.1	Fontenários transformados em locais de garimpo de água	123
8.2	Abastecimento melhora em Setembro	123
8.3	A dramática procura incessante de água	124
8.4	Governo abre vários furos de água	126

8.5	EPAL lança projecto de ligações domiciliaries em Viana	126
8.6	Saneamento básico melhora a vida nos bairros	127
8.7	Machado Saldanha por um fio	128
8.8	Zango e Cacuaco Sem Agua e Lúz	129
8.9	Mais água e Luz na comuna do Dimuca	129
8.10	Vice-governador satisfeito com a execução do projeto	130
8.11	Centro de captação em construção no Bolongongo	131
8.12	Redes de água e energia ampliadas e reforçadas	132
8.13	Falta de água potável inquieta moradores	133
8.14	Investimentos de grande monta colocarão fim ao período de característica	133
8.15	Habitantes de Malange bebem água imprópria	136
8.16	Restrições de água devido a uma avaria	137
8.17	BUE prevê formal os empreendedores	137
8.18	Caxito e Porto Quipiri com mais água	137
8.19	Construção de latrinas nas escolas primárias	138
8.20	Autoridades preocupados com distribuição de água	138
8.21	Moradores do Ramiro bebem água acastanhados	139
8.22	Responsável ameaça fechar as torneiras	140
8.23	Sujidade no “nariz da cidade”	140
8.24	Água para lodos e merenda escolar devem chegar a todos os municípios até 2014	141
8.25	Exclusão Social em Viana	141
8.26	Luanda precisa de aterro sanitário	143
8.27	Remodelação da rede da água termina em Agosto	144
8.28	Água para todos até 2017	145
8.29	Luz eléctrica pode ficar mais cara para o bolso do cidadão	145
8.30	Melhor abastecimento nas localidades do Bié	146
8.31	Plano leva água potável à população	146

9. GÉNERO E VIOLENCIA

148

9.1	Batuqueiros em grande	148
9.2	Perigo em alta	148
9.3	Violência em alta	149
9.4	Apreensão de drogas em bairros de Luanda	149
9.5	Mortes no 'paraíso'	150
9.6	Mais Três efectivos da Polícia Assassinados	150
9.7	Agentes da polícia assassinados no Paraíso	151
9.8	Angola é um vulcão adormecido	151
9.9	Familiar de polícia morto pede justiça	154
9.10	Militantes do MPLA e da UNITA em guerra	154
9.11	Mortes assombraram Cacuaco	154
9.12	Pós-graduação no Turismo	155
9.13	Será que sabemos as razões de tantos assassinatos no país?	156
9.14	A ousadia mortífera	157
9.15	Ações da Polícia devolvem sentimento de segurança à população	157
9.16	Fim da violência passa pela integração social	158
9.17	Polícia NACIONAL	159
9.18	O inferno para os Agentes da Polícia Nacional	159
9.19	Inimigos da paz proliferam por Luanda	160
9.20	Espiral de violência perigosa e descabida	161
9.21	A Política como coisa seria	162
9.22	Quando o inferno tem nome de paraíso	163
9.23	UNITA acusa, Polícia recusa	164
9.24	Aumento da Criminalidade	164
9.25	Bandidos Mijam em Luanda	165
9.26	Moradores Pedem a presença da Polícia	166

9.27	Violência doméstica destrói as famílias	167
9.28	Jovens delinquência e desemprego	168
9.29	Polícia regista aumento gradual de crimes	168
9.30	A tolerância com a relação a criminalidade e a Violência	169
9.31	Andar na frente dos problemas	170
9.32	Moradores pedem presença da Polícia	171
9.33	Nós e a nossa segurança...	172
9.34	Polícia garante ter meios para travar a criminalidade	173
9.35	Actos de assassinatos causam terror à sociedade	175
9.36	Ataque à esquadra móvel feito por indivíduos treinados	175
9.37	Monstro da violência à solta em Luanda	176
9.38	Redução da criminalidade passa pela criação da lei de Segurança Pública	176
9.39	Combate à criminalidade	177
9.40	Crimes violentos obrigam Polícia a rever atuação	178
9.41	Edifícios abandonados covil dos delinquentes	178
9.42	Marcas de Violência	179
9.43	“O novo rosto” da violência	179
9.44	Criminalidade em Angola tenta aumentar	182
9.45	Administrador e Segurança do Mercado 4 de fevereiro assassinados	182
9.46	Secretário da UNITA apela ao fim da violência	183
9.47	Assaltos na Cidade do Quilamba	184

10. AMBIENTE

185

10.1	ADR A analisa efeitos da seca e aponta saídas	185
10.2	Alerta “vermelho” nos Gambos	185
10.3	Seca e Fome na Huila	188
10.4	Mais de 30 mil famílias camponesas afectadas pela estiagem	188
10.5	Técnicos do Ministério avaliam efeitos da seca	189
10.6	A resposta do Governo é lenta por falta de um plano de contingência	189
10.7	Mais apoio as para vítimas das chuvas	191
10.8	Serviços Meteorológicos adoptam normas	191
10.9	Apreendidas Grandes quantidades de carvão	192
10.10	Programa reduz impacto da desertificação	193
10.11	Atravessar a fronteira tem sido a opção	194
10.12	Benguela tem plano de reflorestamento	194
10.13	Lopo Bravo “ A transumância também traz vantagens às populações”	195
10.14	Mais de 70 mil cabeças de gado bovino à procura de água	196
10.15	Seca no Cunene impacto na produção regional e na vida das populações	197
10.16	Governo devia prevenir e não actuar como bombeiro	198
10.17	Derrames forçam Cabinda a importar Peixe	200
10.18	Fome e seca ceifa vidas	202
10.19	Oposição fala em falta de vontade política do Executivo	203
10.20	Exploração de área preocupa camponeses	204

11. MIGRAÇÃO

206

11.1	ADR A analisa efeitos da seca e aponta saídas	206
11.2	Ministros, Deputados e Generais proibidos de proteger ilegais	206
11.3	Japão aprova planos de desenvolvimentos	207
11.4	Operação policial detém estrangeiros ilegais	208
11.5	Imigração ilegal constitui ameaça à segurança nacional - ministro do Interior	208
11.6	A invasão chinesa à África	209
11.7	Nova Instituição de Apoio à Refugiados	210
11.8	Estrangeiros ilegais foram repatriados pelas autoridades	211
11.9	Revisão da Lei reforça controlo migratório	211

11.10	SME alerta para os perigos da imigração ilegal no país	212
11.11	Os imigrantes ilegais são perigosos	212
11.12	Polícia aperta o cerco à imigração ilegal	213
11.13	Estrangeiros Foram Expulsos por violarem Lei	213
11.14	Imigrantes ilegais devem sair voluntariamente no país	214
11.15	Xinguilamento da semana	214
11.16	Imigrantes clandestinos são travados	214
11.17	Rede de promotores foi desmantelada	215
11.18	Autoridades Migratórias atentas a pedidos de Asélio	215
11.19	Emigrantes monopolizam o comercio	215
11.20	Angola tem mais de 15 mil refugiados	217
11.21	Aviões de vigilância e ataque vão combater imigração ilegal	219
11.22	Huambo com um centro e detenção de imigrantes	219
11.23	Tecnologias na protecção da fronteira	220

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Crianças de rua são alimentadas por seguranças

Semanário Factual
01 De Junho de 2013

O corpo de segurança dos edifícios, empresas nacionais, públicas e privadas es tão a alimentar crianças de rua, obrigando-as a limpar passeios, escadas e lavagem de carros dos estabelecimentos que devem assegurar dos prevaricadores diariamente, na cidade de Luanda.

Crianças ouvidas pelo Factual contaram ser uma actividade rentável para a sua sobrevivência, pois nada perdem, antes pelo contrário recebem sempre dos seguranças a metade dos valores pagos pelos responsáveis dos automóveis, residências e pequenos estabelecimentos comerciais, onde estes seguranças funcionam.

O Factual ouviu cerca de dez crianças que vivem nas ruas de Luanda há mais de sete anos, por diversas razões, e muitas delas foram unânimes em afirmar que se sentem melhor em relação às casas onde viviam, dada à liberdade que possuem e às manobras independentes, que têm de fazer para sobreviverem.

Emílio Sebastião, de 17 anos de idade, mais conhecido por Man-Sebas, confessa ter aprendido a fumar liamba com os amigos, e contou partilhar a sua vida diária com os seguranças das empresas localizadas no centro da cidade de Luanda, pelo facto de o terem como um lavador de viaturas controladas pelos guardas.

"Confiamos nos seguranças, porque sempre nos chamam para lavar viaturas que eles asseguram diariamente, assim como para acarretar água aos moradores dos edifícios e limpar passeios, a troco de dois mil e três Kwanzas", contou.

Apesar da liberdade que estas crianças possuem, a falta de cuidado alimentar, assistência escolar, médica e as más influências que adquirem nas ruas, são os principais desafios que o Instituto Nacional da Criança (INAC) propõe para serem ultra-passados, através da integração dos mesmos em famílias adoptadas ou a sua prévia reinserção no seio familiar.

Recorde-se que o VIº Fórum Nacional sobre a Criança, decorrido de 28 a 30 de Maio do presente ano, cujo lema "Angola Criança Protegida, Nação Fortalecida", segundo o MINARS, traduz o nível de empenho e preocupação que têm com as crianças a nível nacional.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, adoptada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas, no dia 20 de Novembro de 1989, declara, no seu Artigo nº 2, a garantia dos direitos previstos na presente Convenção a todas as crianças que se encontrem sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, dos seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação.

Urge, deste modo, a realização de medidas eficazes, como também a coordenação, solidariedade e cooperação entre os Ministérios da Reinserção Social (MINARS), da Educação (MED) e da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), no sentido de se formar uma base comum com estratégia e programa de acção para o incentivo do ensino básico não convencional e da formação vocacional para as crianças de e na rua.

I.2 Mais de 20 mil “fogem”

Jornal Nova Gazeta
06 De Junho de 2013

Dados do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTESS) indicam que em Angola, a cultura de inscrição no sistema de segurança social tende a crescer com a evolução das comunidades, Sobretudo nos municípios, se comparada com os indicadores numéricos obtidos em 2002, o que justifica a consolidação' da expansão gradual do sistema de segurança social.

Esta justificação resulta do crescimento do número de contribuintes e de pensionistas. O número de empresas inscritas na segurança social passou de 15 mil, em 2002, para mais de 43 mil no final do ano passado.

Este número, apesar de ser "animador" para o MAPESS, esconde outra realidade. Mais de 20 mil empresas não estão registadas no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), considerando os números do Instituto Nacional de Estatística (INE). A sua base de dados contabiliza mais de 68 mil empresas em todo país.

Uma das queixas mais frequentes chegadas à Inspeção Geral do Trabalho é relativa a alguns empregadores que descontam aos seus trabalhadores, mas não depositam os valores no INSS. De acordo com a Lei, as entidades empregadoras que não se inscrevem ou não cumprem com o pagamento mensal das contribuições na Segurança Social incorrem na prática de contravenções, ficando sujeitas ao pagamento de multas e juros, cujo valor vai aumentando com o passar do tempo.

Por outro lado, aquelas que utilizam indevidamente os valores destinados ao pagamento das contribuições para a Segurança Social incorrem na prática de abuso de confiança. Nestas situações, a entidade empregadora está sujeita ao pagamento obrigatório de multas e juros de mora à Segurança Social.

O valor das multas incide sobre o salário médio mensal praticado na empresa, isto é, o montante que resulta da soma dos salários íliquidos praticados na empresa dividido pelo número de trabalhadores da mesma.

1.3 Executivo falha meta de criação de 1,2 milhões de empregos até 2012

Jornal Expansão
07 De Junho de 2013

O lançamento do relatório económico do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da UCAN - que deverá ser publicado em simultâneo com o relatório social elaborado pela mesma instituição está previsto para o próximo dia 11 do corrente mês, numa das unidades hoteleiras de Luanda.

De entre os vários temas abordados no estudo, destaque para a questão relativa à problemática do emprego, em Angola. Segundo o CEIC, entre 2009 e 2012, terão sido criados 623 488 novos postos de trabalho ou 700 457, de acordo com as informações oficiais.

Em qualquer das situações, destaca o relatório do CEIC, foram criados, no período em referência, muito menos novos empregos do que os 1,2 milhões inseridos na agenda política e económica do Executivo.

"Está-se agora em condições de avaliar se entre 2009 e 2012 foram na verdade criados 1 200 000 novos postos de trabalho no País, conforme constava do Programa do Governo apresentado às eleições de 2008", lê-se no mais recente estudo económico do

CEIC, a cujo resumo a Expansão teve acesso em primeira mão.

Uma primeira dúvida, segundo o CEIC, relaciona-se com as informações oficiais de criação de 385 255 novos postos de trabalho, em 2009, quando a taxa de crescimento do PIB foi de 2,4%. "Concluiu-se, então, que e na medida em que o CEIC não tem condições para medir o emprego nacional - a única forma de acertar as equações de equilíbrio teria de ser pela produtividade. Assim, estimou-se uma perda real de competitividade da economia angolana, nesse ano, de cerca de 3,5% e uma quebra no seu valor nominal de 19,5%", ressalta o estudo.

Salienta, em acréscimo, ser "suficiente compararem-se as taxas de crescimento do PIB e do emprego, para concluir pela existência de uma relação muito próxima entre si, confirmando que sem crescimento económico não se podem gerar empregos".

Segundo o relatório económico do CEIC, para que a meta de emprego prometida em 2008 fosse cumprida até final de 2012 e considerando uma variação no valor da produtividade bruta média aparente do trabalho de 7,5%, teriam de ser criados quase 630 mil postos de trabalho, e o PIB teria de crescer 16,8% (a previsão oficial é de 9,8%).

"Portanto, não iria ser possível criar, em termos acumulados, 1,2 milhões de novos postos de trabalho em quatro anos", detalha o estudo.

Segundo as estatísticas oficiais, em 2010 terão sido criados aproximadamente 100 859 novos postos de trabalho (as estimativas do CEIC apontam para 23881). Segundo o estudo do CEIC, a cifra oficial suscita a seguinte observação:

"Para que essa cifra tivesse efectivamente ocorrido, era necessário que se ajustasse o quantitativo de emprego na agricultura para 5 888 135. Se assim não se fizer, então pode ter ocorrido uma destruição de emprego de cerca de 150 187."

Principais abordagens

O relatório económico do CEIC procura apresentar todos os anos algumas novidades. Nos estudos de 2010 e 2011 foram dedicadas análises fundamentadas sobre o processo de diversificação económica em Angola, na sequência de uma abordagem preliminar apresentada no relatório de 2009. Depois de 2009, o sector agrícola passou a ter um tratamento completamente autónomo neste estudo, dada a sua importância.

A edição 2012 do relatório económico do CEIC destaca também, entre outros aspectos, as

transformações estruturais em Angola em comparação com a África Subsariana e inclui igualmente, pela primeira vez, o sector dos transportes, dado, segundo os investigadores do CEIC, o seu peso crescente no PIB e a sua posição nevrálgica na matriz de relações intersectoriais da economia nacional. O relatório de 2012 traz ainda uma abordagem sobre a economia da província do Huambo.

De acordo com Regina Santos, uma das investigadoras do CEIC, os sectores das obras públicas e da construção deverão merecer análise profunda no relatório económico de 2013, devido ao seu posicionamento como actividade a montante da economia e geradora de economias externas significativas.

No que se refere às transformações estruturais em Angola em comparação com a África Subsariana, a questão relativa ao emprego, mais uma vez, mereceu a atenção dos investigadores do CEIC, que defendem serem vários os aspectos através dos quais os processos de transformação estrutural podem ser apreciados.

O indicador mais usado, segundo o estudo do CEIC, é a produtividade do trabalho, a sua evolução temporal e as suas dinâmicas, diferenças e mudanças sectoriais. "Se a eficiência do factor trabalho aumenta ao longo do tempo, então podem ser evidentes os sinais de transformação estrutural, em termos de melhoria dos perfis dos trabalhadores, máquinas e equipamentos, da organização geral da economia e da diversificação produtiva", lê-se no relatório.

O que tem sido observado na África Subsariana, segundo o relatório do CEIC, é um movimento não uniforme de transformação do sector agrícola: nos países do petróleo, os incrementos no valor agregado e na produtividade da agricultura têm sido de fraca expressão, continuando a ser este sector o de maior empregabilidade, o que é consistente com os baixos índices de eficiência económica.

Nos países subsarianos não petrolíferos de rendimento médio, os incrementos na produtividade do trabalho na agricultura têm-se apresentado mais sistemáticos e sustentáveis, facilitando, consequentemente, as transformações estruturais das suas economias.

De acordo com o estudo do CEIC, no geral, a agricultura subsariana representa, em média, mais de 50% do emprego total da economia e cerca de 1/5 do Produto Interno Bruto, uma produtividade média de 0,5 unidades monetárias por trabalhador, bastante

baixa se comparada com a de outras regiões, como por exemplo o Sudeste Asiático.

Os 17 países subsarianos incluídos na amostra seleccionada para o relatório do CEIC têm uma representatividade muito elevada, conforme assinalado anteriormente. Em média e para o período 2007/2010, o seu rendimento nacional bruto era de 76% do total da África Subsariana.

África do Sul, Nigéria e Angola (por esta ordem) são as maiores economias deste conjunto de dezassete, segundo o estudo, com um valor conjunto de mais de 566 mil milhões USD de rendimento nacional bruto (cerca de 3/4 do total). As diferenças entre os países são abissais. A capacidade de criação anual de riqueza varia entre 1 para o Ruanda e 55 para a África do Sul, a maior economia de África e a mais bem estruturada no sector da indústria transformadora (peso, diversidade de sectores, produtos e serviços, produtividade, qualidade e inserção no espectro das relações comerciais internacionais).

De acordo com o relatório que vimos citando, a África do Sul é o exemplo mais consistente de transformações económicas estruturais do conjunto das 17 economias: a taxa de 7,1% de incremento da produtividade agrícola é uma clara evidência nesse sentido, mas eventualmente com um efeito perverso em situações de crise: aumento da taxa de desemprego, quando a manufactura e os serviços não forem capazes de absorver o ex-cedente de mão-de-obra agrícola dispensado pelos ganhos de eficiência do factor trabalho.

1.4 Crescimento económico Exige medidas adicionais.

Jornal de Angola
13 De Junho de 2013

O Centro de Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola divulgou na terça-feira o seu relatório de 2012, um documento em que conclui que o crescimento económico pode estagnar em 2017.

Ao apresentar o documento, o director do CEIC, Alves da Rocha, afirmou que a preocupação do relatório é determinar a capacidade de crescimento económico nacional até 2017. Os investigadores queriam saber se, com base nas taxas de crescimento, há margem para melhorar a repartição do rendimento nacional e alterar as condições de vida da população. A conclusão foi a de que o ritmo de crescimento "pode estacionar" até 2017 se Angola não melhorar a sua posição em determinados aspectos.

O director do CEIC apontou como exemplo o facto de Angola continuar a ocupar os lugares mais baixos entre os países que travam a entrada de investidores internacionais, assim como a sua classificação nas listas mundiais da transparência e competitividade.

Alves da Rocha lembrou, entretanto, que as projecções do Executivo apontam para taxas de crescimento até 7 por cento ao longo dos cinco anos até 2017 e que o Fundo Monetário de Investimento (FMI) prevê taxas médias de crescimento económico de 5,5 por cento.

Se ao longo dos próximos cinco anos o desempenho da economia for esse, apenas haverá mais 300 dólares "per capita" para distribuir. O estudo considerou que, como alternativa ao cenário da estagnação, devem ser preparadas condições para se obter um incremento da taxa de crescimento do PIB superior aos 7 por cento previstos, para que a folga no processo de repartição seja maior.

1.5 Executivo reforça verbas para o combate à pobreza

Jornal de Angola

15 De Junho de 2013

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, reuniu-se ontem em Luanda com os governadores provinciais. No encontro foi apreciado o balanço de execução do Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza e recomendado o reforço de recursos no OGE de 2014.

Em 2012, o Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza teve uma execução financeira na ordem dos 90 por cento, com destaque para a província do Moxico, com uma execução de 100 por cento nos programas de cuidados primários de saúde, da merenda escolar e de água para todos.

É o maior programa de inclusão social do Executivo e visa reduzir os níveis de pobreza extrema, em particular no meio rural, promover o acesso da população aos serviços públicos básicos e impulsionar o crescimento e o desenvolvimento sustentável.

O comunicado informa que o Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza contempla acções nos domínios dos cuidados primários de saúde, acesso à água potável, oferta de merenda escolar, concessão de crédito às micro empresas, construção, gestão e manutenção de pequenas infra-estruturas, apoio ao associativismo e à participação dos cidadãos na busca de soluções para

os problemas das comunidades. O comunicado indica que neste domínio foi apreciada a estratégia nacional de comércio rural e empreendedorismo, um documento de trabalho do Executivo que visa fomentar e diversificar a produção e a comercialização de produtos, serviços agrícolas, através da construção de infra-estruturas logísticas para o armazenamento, o processamento e a venda de produtos agro-pecuários. Esta estratégia conta com um programa para a aquisição regular dos excedentes da produção agro-pecuária e o seu escoamento para os principais centros de consumo do país.

Durante o encontro também foi analisada a implantação dos Balcões Único do Cidadão (BUE), programado Ministério da Justiça e os Direitos Humanos, para prestar serviços a cidadãos que pretendam constituir micro e pequenas empresas, regularizar a situação dos empreendedores e comerciantes que desenvolvem a sua actividade no sector informal do mercado.

Os governadores deram o seu ponto de vista sobre a situação dos BUE nas suas províncias e concluíram que é previsto regularizar a situação laboral e salarial dos funcionários dos balcões que estão operacionais. Foi recomendada a retomada da afectação de recursos financeiros para a concessão de crédito aos empreendedores.

O Chefe do Executivo inteirou-se do andamento do Programa Nacional de Habitação e da construção de novas centralidades, que são apostas de médio e longo prazo para a eliminação do défice habitacional no país. Luanda, Bengo, Cabinda, Lunda Norte, Zaire, Malange, Kuando-Kubango, Namibe, Benguela, Huíla e Lunda-Sul são províncias que têm projectos em execução. As atenções estiveram viradas para os programas de construção de 200 casas em todos os municípios, construção das centralidades e construção de aldeamentos rurais auto-sustentáveis.

O Executivo decidiu a continuação do processo de infra-estruturação das reservas fundiárias e das localidades de implantação dos projectos em curso, e pela realização de acções de loteamento com vista à promoção da autoconstrução dirigida.

Ainda relativamente ao Programa Nacional de Habitação foi recomendada a "conveniente protecção das obras e dos projectos já edificados e a criação das melhores condições técnicas, organizativas e jurídico legais para o início da comercialização dos imóveis já construídos".

1.6 O antro dos últimos incidentes sociais e políticos do país

Semanário independente

15 De Junho de 2013

O paraíso, em Cacucaco, contrasta como lugar maravilhoso apresentado pelas Escrituras Sagradas, um bairro aterrorizado na última semana com a morte cruel de três agentes afectos à Polícia Nacional e outros dois compatriotas, alegadamente afectos ao partido UNITA.

Neste bairro localizado no interior da comuna do Kikolo, no município do Cacucaco, vivem aproximadamente 15 mil pessoas, onde pelo nome (Paraíso) se pressupunha existir tudo de bom, paz e harmonia, em suma, um lugar onde haveria felicidade em abundância devido aos nomes de algumas ruas como Maria do Céu, Santas e Maria Pia, o Paraíso, em Cacucaco, contrasta com o lugar maravilhoso apresentado pelas Escrituras Sagradas.

Aos 60 anos de idade, Mateus Jamba é um dos mais antigos moradores do Paraíso. Chegou ao local há dez anos com Belmira Cassinda, Lurdes Jamba, Jaime e Sabino, (esposa e filhos) provenientes da província do Huambo.

Fugidos da guerra, a família de Jamba e companheiros começaram a ocupar os terrenos na área, cientes de que tinham chegado, finalmente, à Terra Prometida.

Segundo disse ao *Semanário* "O Independente", inicialmente ergueram cubatas de chapas de zinco, na altura tidas como ilegais pelas autoridades municipais, perto de uma vala, numa zona completamente inóspita.

"A construção definitiva estava proibida, ao ponto de o mesmo bairro ter sido conhecido com um nome pejorativo como *Pára Com Isso*", recordou o morador.

De *"Pára Com Isso"* para Paraíso foi um pequeno passo, mas mesmo assim poucos se lembram das razões que levaram a esta denominação.

Alguns alegam que anteriormente havia muitas frutas no local, que servia de repasto para muitos transeuntes. Outros ligam o nome à posição geográfica, porque a maioria das habitações foram construídas numa zona alta e visível mesmo ao longe.

Mas, o decano dos moradores do bairro é peremptório: "o nome provém de um preceito lançado pela administração do Cacucaco, que proibia a

exploração agrícola e a construção na região através dos famosos leiteiros *Pára com isso*".

Verdade ou mentira, o certo é que este Paraíso, em Luanda, está longe daquele onde viveram Adão e Eva, de acordo com os seus moradores.

Aqui há razões para muitas inquietações, porque dizem-se esquecidos pelo Governo Provincial de Luanda (GPL).

"Sentimos que não estamos enquadrados no Programa de Requalificação e urbanização da Cidade de Luanda", lamentou um membro da comissão de moradores alegando que "já encaminhamos à administração comunal pedidos relacionados com a falta de água e luz eléctrica e até agora nada (...)".

"Os populares dizem que a Comissão de Moradores não está a trabalhar, por isso o bairro não tem água e luz.

Mas não percebem que esse assunto é discutido a nível mais elevado, do qual nós dependemos", acrescentou Francisco.

A falta de água e luz é parte dos problemas que se vive nesta edilidade "divina". A lista de necessidades é vasta e integra outros aspectos como a saúde e educação, uma vez que os postos de saúde e escolas existentes serem insuficientes para albergar o número de crianças em idade escolar.

O nível de escolaridade está limitado ao ensino básico, razão pela qual a jovem Manuela, 20 anos, não dá continuidade aos seus estudos, por inexistência de uma instituição do ensino médio.

1.7 Os números sem graça do tratado nacional

Jornal Agora

15 De Junho de 2013

Na apresentação do relatório económico 2012, o economista Alves da Rocha, coordenador do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola (UCAN), retomou um dos cavalos de batalha daquela instituição, que sustenta, apoiado nas investigações do centro, que os anos dourados de crescimento de dois dígitos da economia angolana na ordem dos 13% - iniciados em 2002 logo após o fim da guerra civil - tinham terminado em 2008, com a taxa média caindo para um dígito.

Segundo Alves da Rocha, o estudo faz comparações entre a taxa de crescimento do Produto Interno

Bruto (PIB), a taxa de crescimento da população e a taxa de amortização do capital fixo, para concluir que devido à falta de estímulos à economia nacional, o estado estacionário de Solow * estaria a aproximar-se da economia do país.

Um aviso à navegação que não é novo para quem acompanha os rumos da economia nacional como o CEIC, cujo relatório já vai na n- edição. Para coordenador do CEIC, a questão que relatório procurou interpelar "foi se de facto continuam a existir condições para que a economia angola- na apresente estes índices elevadíssimos de crescimento económico".

Uma questão a que Alves da Rocha responde: "As nossas reflexões apontam no sentido de que será difícil manter-se uma capacidade de crescimento do passado" devido à persistência de "determinados constrangimentos que continuam a limitar o investimento em Angola" e que poderão mesmo, segundo aquele académico, vir a limitar "toda a manobra de crescimento económico".

Os constrangimentos são conhecidos e frequentemente repetidos em vários relatórios internacionais de referência, tais como o Doing Business, citado por A Da Rocha: falta de transparência, baixos índices de competitividade apesar de reconhecidas melhorias em áreas como o registo de empresas ou abertura de negócios.

Na sua 11ª edição, o relatório económico de Angola do CEIC da UCAN surge anualmente, pela terceira vez acompanhado de relatório social.

Além de incorporar a tradicional radiografia sectorial, da agricultura à indústria, com destaque para os petróleos e os diamantes e os transportes, a presente edição contém ainda uma monografia económica da província do Huambo, uma análise da repartição da renda nacional e indicadores comparativos entre Angola e restantes economias da África subsaariana.

Foi interessante saber-se as opiniões que emitiram figuras públicas da área política do partido do governo, MPLA, como Aguinaldo Jaime, antigo governador do BNA e ex-patrão da ANIP ou o antigo ministro das Finanças e representante de Angola no FMI, José Pedro de Morais, presentes no lançamento. O primeiro admitiu que independentemente das diferentes visões sobre a realidade económica nacional, ninguém que se debruce seriamente sobre ela pode ignorar um documento como o Relatório Económico. O segundo, preferiu colocar a relação entre a velocidade de crescimento da economia e os desideratos alcançados, como um elemento de avaliação do sucesso ou insucesso das políticas governamentais.

Num momento em que as recentes mudanças - mais uma vez - nas pastas da economia/finanças ou na arquitectura de organização do Executivo na área económica e os desenvolvimentos mais recentes da economia nacional, trouxeram à tona a insuficiência ou ineficácia de determinadas opções de política económica - algumas das conclusões que o relatório aponta, tais como a persistência dos desequilíbrios na repartição da renda nacional e a perspectiva de um estado estacionário da economia nacional até 2017, não são confortáveis para o governo do MPLA

Seria importante sublinhar uma dúvida levantada pelo professor Alves da Rocha, segundo a qual face aos graves retrocessos ocorridos na agricultura em 2012, e o aumento de preços de produtos como a mandioca ou massambala por exemplo, integrantes básicos da dieta de grande parte da população angolana, se o Índice de Preços ao Consumidor não absorveu estes produtos, a taxa de inflação terá sido inferior a 10%. Não é a primeira vez que alguns economistas levantam dúvidas sobre a taxa de inflação.

O Angola em Números 2012 publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), na linha de outros estudos anteriores da instituição, traça um quadro pouco animador da evolução social angolana em áreas fundamentais como a saúde, a educação, o saneamento básico por exemplo. Apesar de dados ainda genéricos que se esperam venham a ser consolidados com o futuro Censo Geral, esta publicação do INE pode servir de auxílio de diagnóstico de urna realidade rujas evidências se confrontam teimosamente com a propaganda.

Por exemplo, o estudo revela que 34% da população é analfabeta com grande incidência entre as mulheres. Em média, 20% da população com seis ou mais anos de idade nunca frequentou a escola, sendo que 50% das crianças das áreas rurais tem mais hipóteses de morrer antes dos 5 anos de idade, do que nas áreas urbanas. Embora variando muito entre as províncias, apenas uma média de 42"/0 da população tem acesso a água potável.

Apesar de se reportar que 82% da população apenas tenha terminado o ensino primário, estes números não aduzem luz num país onde para além da iliteracia pura, se sabe que grande parte da população adulta já escolarizada, inclusive ao nível do secundário, padece de um verdadeiro analfabetismo funcional, como ficou evidente com alguns escândalos divulgados recentemente sobre alunos da 9" classe que não sabem ler. Apenas 53% dos agregados tem algum tipo de instalação sanitária em casa.

O documento de mais de meia centena de páginas, excluindo dados históricos de referência e

contextualização, acaba por revelar conclusões algo surpreendentes como o facto de somente 39% da população ter o português como língua materna, num universo de 18,6 milhões de habitantes, com mais de 5 milhões a viver em Luanda. A expansão das igrejas protestantes em 33% dos crentes remete-nos para a diminuição do peso tradicionalmente esmagador dos cristãos católicos.

"Estado estacionário está ligado ao ramo da Economia que trata do desenvolvimento económico. O estado estacionário, teoria formulada por Robert Solow, Prémio de Ciências Económicas de 1987, é uma situação em Economia em que o investimento iguala a depreciação. Nesse estágio, aumentos do capital reduzem o consumo. (Wikipedia)

1.8 Direito ao subsídio de aleitamento

Jornal Nova Gazeta
06 De Junho de 2013

O subsídio de aleitamento é um direito das mulheres trabalhadoras que recebem esse complemento durante três anos. Podem receber o subsídio todas as trabalhadoras, nacionais ou estrangeiras residentes em Angola, e inscritas na Segurança Social, salvo se possuírem um regime de segurança social próprio (por exemplo, Forças Armadas Angolanas e Caixa de Previdência do Ministério do Interior). O subsídio é atribuído por cada filho. Para ter acesso ao subsídio, a funcionária deve ter os pagamentos para a segurança social em dia, até ao fim do mês em que inicia a licença de maternidade.

Este benefício, que favorece as mães trabalhadoras e suas famílias, está consagrado no Decreto Presidencial sobre o Regime Jurídico das Prestações Familiares.

O valor atribuído obedece ao princípio da diferenciação positiva para beneficiar quem auferir um salário baixo e que tenha mais dificuldades em suportar os encargos com o aleitamento.

O Decreto Presidencial nº 8/11 de 7 de Janeiro, que estabelece o Regime Jurídico das Prestações Familiares, indica o subsídio de aleitamento para as trabalhadoras com remunerações até cinco salários mínimos. O subsídio de aleitamento, atribuído mensalmente, é apenas pago uma vez por ano, durante três anos pelo Instituto Nacional de Segurança Social, INSS, por intermédio das empresas. O pagamento é suspenso sempre que as entidades empregadoras não façam prova documental da manutenção do subsídio.

O subsídio deve ser solicitado através da entidade empregadora, mediante apresentação de vários documentos:

- Bilhete de Identidade ou título de autorização de residência;
- Declaração do serviço de saúde emitida por uma instituição de saúde pública ou privada que ateste o nascimento da criança;
- Cédula pessoal da criança ou certidão de nascimento;
- cartão de vacinas actualizado.

1.9 Angola e os Objetivos do Milénios

Jornal de Angola
21 De Junho de 2013

Os angolanos concordam comigo que não há ganho maior que a paz. De pais fortemente dependente do exterior para a satisfação das mais básicas necessidades coletivas, fruto da destruição do tecido industrial do país, Angola está a libertar-se desse peso do passado.

O forte endividamento externo para sustentar o enorme esforço de guerra acabou há 11 anos e Angola passou deste quadro cinzento e sombrio para as luzes da ribalta no que concerne ao crescimento económico, aonde o nosso país ocupa nos últimos anos os lugares cimeiros a nível mundial.

Angola também consta da lista dos países que mais combatem a pobreza e vão de encontro às metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para eliminar este flagelo.

Quem vive nos grandes centros urbanos até pode não notar o grande trabalho que o Executivo tem feito. Mas quem vive no interior do país, certamente já notou que os vários programas estão a surtir o seu efeito e dia após dia cada vez menos angolanos são castigados pela pobreza.

O Projeto Água para Todos em todo o território nacional é por si uma grande obra e já recebeu vários prémios internacionais pela sua eficácia. Tem servido de modelo um pouco por todo mundo. Ao levar a água às populações mais necessitadas, o Executivo cria condições para que se possam potenciar todas as actividades paralelas ao uso do bem mais precioso para o ser humano, destacando-se a agricultura que primariamente pode ser de subsistência mas rapidamente migra para uma agricultura de comércio de proximidade e posteriormente para a média e larga

escala. Os pequenos agricultores familiares que facilmente podem recorrer ao Crédito de Campanha do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), conseguem na sua zona de atividade cultivar alimentos e criar emprego, diminuindo o número de angolanos a viver no limiar da pobreza.

Estes e outros programas do Executivo aplicados com êxito levaram a que Angola fosse distinguida da na última cimeira da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) que decorreu este mês em Roma. Angola está entre os 38 países do mundo que cumpriram os objetivos estabelecidos internacionalmente na luta contra a fome, antecipando o prazo fixado para o ano de 2015. De acordo com a FAO, 20 países já cumpriram o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio número um reduzindo para metade a proporção de pessoas que sofrem de fome, segundo critério estabelecido pela comunidade internacional na Assembleia-Geral da ONU em 2000.

Angola, Brasil, Argélia, Bangladesh, Benim, Camboja, Camarões, Chile, República Dominicana, Ilhas Fiji, Honduras, Indonésia, Jordânia, Malawi, Maldivas, Níger, Nigéria, Panamá, Togo e Uruguai estão na linha da frente a nível mundial no que concerne ao combate à fome e à melhoria de vida dos cidadãos dos seus países. A esta lista de países juntam-se mais 18 que foram felicitados, São eles Arménia, Azerbaijão, Cuba, Djibuti, Geórgia, Gana, Guiana, Kuwait, Quirguistão, Nicarágua, Peru, São Vicente e Granadinas, Samoa, São Tomé e Príncipe, Tailândia, Turquemenistão, Venezuela e Vietname. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio surgem da Declaração do Milénio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros no dia 8 de Setembro de 2000. Criada num esforço para sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cimeiras mundiais ao longo dos anos 1990 a Declaração tem compromissos concretos que se cumpridos nos prazos fixados, segundo os indicadores quantitativos que os acompanham, devem melhorar o destino da humanidade neste século. -Docente Universitário. O Papa denunciou, numa audiência concedida a participantes da 388 Conferência da Organização das ONU para a Alimentação (FAO), a especulação financeira em torno dos preços dos alimentos e o escândalo de ainda haver milhões de pessoas no mundo a passarem fome. Francisco lembrou que a crise económica, os conflitos abertos e a mudança climática dificultam a luta contra a fome, mas referiu ser um "verdadeiro escândalo" existirem milhões de pessoas que sofrem e morrem de fome, enquanto a produção de alimentos "é suficiente" para todos. "Precisamos de encontrar uma maneira de fazer com que todos possam beneficiar dos frutos da terra, não

somente para evitar um aumento na diferença entre os que mais têm e os que têm de se contentar com migalhas, mas sobretudo por uma exigência de justiça, equidade e respeito a todos os seres humanos", afirmou. O Papa pediu à comunidade internacional que faça "algo mais para revitalizar a acção internacional a favor dos pobres", além da falsa boa vontade "ou o que é pior de promessas que frequentemente não são cumpridas".

A actual crise internacional, advertiu, não pode ser usada como alibi, pois a especulação financeira condiciona o preço dos alimentos como qualquer outra mercadoria e esquece-se do seu destino primário. Papa insistiu que ser necessário haver uma oposição "aos interesses económicos míopes e à lógica do poder de poucos, que excluem a maioria da população mundial e propagam a pobreza," assim como "combater a corrupção que produz privilégios para alguns e injustiças para muitos". Francisco sublinhou que a actual crise está "diretamente relacionada com factores financeiros e económicos" e que "a situação também é consequência de uma crise de convicções e valores, incluindo os que condicionam o fundamento da vida internacional". O Papa também disse que "as relações internacionais devem restabelecer a referência dos princípios éticos que as regulam e redescobrirem o espírito autêntico de solidariedade que pode tomar incisiva toda a atividade de cooperação". Francisco aplaudiu a ideia da FAO de dedicar o próximo ano à família rural por ser "preciso reforçar a convicção que a família é o lugar principal do crescimento de cada um". O Papa pediu à FAO para dar um novo impulso "aos processos de tomada de decisões" e que sejam caracterizados "pela promoção da cultura do encontro e da solidariedade".

I.10 Insegurança alimentar afecta mais de 40 por cento da população

Novo Jornal

21 De Junho de 2013

O GRUPO DE AGREGADOS familiares que vive em situação de insegurança alimentar grave (condição em que há restrição da quantidade de alimentos que leva à situação de fome, com alguma frequência, entre adultos e crianças) representa 43,75% do total de inquéritos, realizado a 240 domicílios dos municípios do Quela, Kiwaba Nzoji e Kalandula. Os dados constam do relatório "Segurança Alimentar e Nutricional na Óptica do Acesso e Consumo: Um Estudo de Caso em 12 Municípios de Angola", realizado pela acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

A outra franja da amostra a considerar é constituída por um conjunto de agregados familiares que vivem uma situação de insegurança alimentar moderada. Segundo a teoria, os indivíduos que vivem nesta situação, não estão muito preocupados com a qualidade destes, dando prioridade à manutenção da quantidade que necessitam. Também começam a reduzir as quantidades de alimentos acessíveis pela família. São indivíduos que enfrentam a chamada fome oculta teorizada por Josué de Castro, na sua obra sobre a Geografia da Fome.

Há um número considerável de agregados familiares vivendo em situação de insegurança alimentar leve, isto é, vivem preocupados com a falta de alimentos no futuro próximo e já se encontram a tomar medidas de gestão interna para que os poucos alimentos disponíveis possam durar mais. Este conjunto de domicílios representa 15,83% dos indivíduos inquiridos.

O número de pessoas sem dificuldades de acesso aos alimentos, em termos quantitativos ou qualitativos, e sem receio que os alimentos venham a faltar num futuro breve corresponde a apenas 1,25% do total de indivíduos inquiridos (240).

Dos 240 indivíduos inquiridos nos municípios de Kalandula, Kiwaba Nzoji e Quela, apenas 48 afirmaram que consomem o funge preparado com farinha de milho, ou seja, 20%. Destes, apenas 10% têm alguma produção de milho. A maioria tem como fonte de obtenção do milho transformado em farinha, o mercado (64,58%) e/ou recebe como ofertas de parentes e amigos (25%).

A farinha de bombó (feita com mandioca) é a matéria-prima do principal alimento consumido pelas famílias rurais nos municípios onde foi feita a recolha de dados (Kalandula, Quela e Kiwaba Nzoji). Os dados apresentados mostram que cerca de 93% dos indivíduos inquiridos produzem mandioca e consomem funge de bombó. Contudo, vale realçar que para o efeito, em média, cada família precisa de ter o correspondente a AKZ 50,00 (em dinheiro ou em espécie) para garantir a confecção do referido alimento.

Aqui há a referir que 17 dos 240 inquiridos não têm produção própria de mandioca capaz de torná-los autónomos a este respeito, pelo que, recorrem ao mercado quando necessitam da farinha ou aos amigos. Entre os que produzem mandioca (223), 19 procuram cobrir os seus défices em farinha de bombó, através da compra no mercado. No que diz respeito ao acesso das famílias à farinha de bombó, uma pequena parte, depende exclusivamente do mercado (0,83%).

O arroz é dos alimentos consumidos com pouca frequência. Durante o inquérito, 25 indivíduos disseram que não se consome arroz nos seus domicílios. As principais razões que estão na base do pouco consumo de arroz nas comunidades estão ligadas a dois factores, designadamente . o hábito e o poder de compra das famílias. Não é uma cultura praticada pelos camponeses nos municípios em referência, pelo que, a sua disponibilidade está apenas ao nível do mercado; sendo o seu preço médio AKZ 150,00/kg, preço considerado alto pelas famílias,

A par do arroz, a massa alimentar é considerada um alimento caro para as famílias rurais inquiridas nos municípios do Quela, Kalandula e Kiwaba Nzoji. Note-se que dos 240 agregados familiares abrangidos pelo inquérito, 56 disseram que não consomem massa alimentar 23,33%. De uma forma geral, o consumo da massa alimentar está condicionado ao poder de compra de cada família. O seu preço nos mercados locais varia relativamente, estando a média de preços situada ao nível dos AKZ 137,64/pacote de 0,5 kg.

Tendo em conta o tamanho dos agregados familiares (variável entre 1 a 23 membros), seria muito difícil os mais numerosos adoptarem a massa como alimento comum no quadro das suas dietas.

O preço do óleo é alto para a capacidade de pagamento dos camponeses. Um litro de óleo custa aproximadamente AKZ 310,00. O peixe (seco e fresco) está igualmente longe do alcance da maioria das famílias, sendo adquirido, fundamentalmente no mercado à preços, longe do alcance da maioria das famílias camponesas.

De acordo com os dados recolhidos, não há actividade de piscicultura nos municípios acima referidos. 52 Pessoas das 240 inquiridas (21,67%) não têm capacidade de acesso ao peixe para o seu consumo.

Outros produtos com importância na dieta das populações são as folhas, pois, 96,67% dos 240 domicílios inquiridos praticam culturas geradoras de folhas que servem de alimentos para consumo humano, sendo estas, o principal complemento ao funge preparado com farinha de bombó.

O feijão é outro produto relativamente caro para uma região considerada agrícola. O seu preço médio está avaliado em AKZ 243,30/Kg, razão pela qual existe um número significativo de indivíduos inquiridos que revelaram dificuldades de acesso ao referido alimento. Note-se, 12,5% das 240 pessoas inquiridas têm dificuldades de comprar feijão para as suas refeições.

Uma percentagem significativa da população de Malanje tem acesso relativamente fácil ao feijão, porém não deixa de ser preocupante o facto de 12% desta, ter dificuldades de comprar este alimento. Os agregados familiares daquela região tendem a depender mais da sua produção do que de outras fontes como o mercado e as doações, no que diz respeito ao acesso ao feijão.

O acesso das pessoas à carne também dá-se com algumas dificuldades; a principal fonte de aquisição da carne é o mercado, a um preço médio igualmente elevado para a capacidade de pagamento das famílias rurais (AKZ 1.144,38/kg), seguindo-se as fontes próprias (caça e criação) e, finalmente as ofertas (doações) de parentes e amigos, em jeito de solidariedade e, também por ocasião de eventos festivos. A percentagem de pessoas sem capacidade de acesso a carne para consumo é considerável (32,86%).

I.11 Números dizem que Governo não cumpriu a promessa

Semanário Angolense
21 De Junho de 2013

No primeiro recomenda ao Governo a criação de bons empregos e bem remunerados. a CEIC concluiu também que no que toca a promessa eleitoral sobre o emprego, em quatro anos o Governo não conseguiu cumprir. O CEIC fornece anualmente as estimativas do desemprego em Angola, com base em dados prestados pelas entidades oficiais e outros recolhidos da imprensa. No seu relatório referentes a 2012 que foi lançado este mês, avança que apesar de se registar um movimento descendente desde 2000, a taxa de desemprego em Angola ainda é muito alta, ronda os 26 por cento.

E considera a definição mais aceite de desemprego, quando se está perante alguém que querendo trabalhar, não encontra emprego. essa situação, reforça, provoca pobreza e exclusão social.

O relatório Económico de Angola de 2012 apresenta três novidades: o sector dos transportes, a monografia económica da Província do Huambo e um estudo sobre as transformações estruturais em Angola e na África Subsariana.

Na habitual análise ao emprego e Produtividade. diz o relatório que 2009 a 2012, embora o governo tivesse prometido a criação de um milhão e 200 mil empregos, a economia não foi capaz de criar estes números avançados no programa político do MPLA.

Segundo CEIC neste período foram criados apenas 623.488 novos empregos.

A taxa de desemprego estimada em 2012 foi de 26 por cento e para este ano estima-se uma taxa de desemprego de 25 por cento. a relatório económico de Angola traz dados macroeconómicos de cada exercício económico. Dados sobre o sector monetário, política orçamental e fiscal balança de pagamento, inflação e condições de vida, emprego e produtividade. a relatório apresenta ainda dados sobre a economia africana dos países emergentes e dos países mais desenvolvidos.

I.12 País reduz fome e cumpre um dos Objectivos do Milénio

Semanário Expansão
21 De Junho de 2013

Angola reduziu pela metade a proporção de pessoas que sofrem de fome, cumprindo assim o primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que visa acabar com a fome até 2015. Dos países lusófonos, Brasil e São Tomé e Príncipe também fazem parte da lista de cerca de 40 nações que alcançaram o propósito.

O feito alcançado por Angola foi anunciado recentemente pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Segundo a organização, 20 países já cumpriram o primeiro ODM, reduzindo pela metade a proporção de pessoas que sofrem de fome, de acordo com os critérios estabelecidos pela comunidade internacional na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada em Genebra, Suíça, em 2000.

Fruto da "conquista", o País foi homenageado no passado domingo (16) na sede da FAO, em Roma, Itália. O director-geral do organismo, José Graziano da Silva, dirigiu a cerimónia, da qual participou também o ministro angolano da Agricultura, Afonso Pedro Canga, e altos funcionários desta agência da ONU.

Ao receber o diploma da F AO, Afonso Pedro Canga sublinhou que a distinção reflecte o empenho do Executivo angolano na materialização do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza.

"Ao reduzir em metade as pessoas mal nutridas, o Governo angolano está a dar passos significativos no que se refere ao cumprimento do compromisso de combater à fome no País", disse o responsável.

De acordo com o mesmo, para se alcançar estes resultados, o Governo angolano implementou e continua a implementar um conjunto de programas nos domínios social e económico produtivo, especificamente nos sectores da agricultura, pescas e indústria.

Reforço orçamental

Entretanto, o encontro realizado na semana finda entre o Presidente da República e os governadores provinciais resultou na aprovação do balanço de execução do Programa de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza.

Os participantes recomendaram igualmente o reforço dos recursos para o programa Orçamento Geral do Estado para 2014.

Segundo o documento saído do encontro, em 2012, este programa teve uma execução financeira de cerca de 90%, com destaque para a província do Moxico, cuja execução foi de 100% na implementação dos Programas de Cuidados Primários de Saúde, de Merenda Escolar e de Água para Todos.

O informe esclarece igualmente que o Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza é o maior empreendimento de inclusão social do Executivo e visa reduzir os níveis de pobreza extrema, em particular no meio rural, e promover o acesso da população aos serviços públicos básicos, bem como impulsionar o crescimento e o desenvolvimento sustentável das localidades.

Os países que já alcançaram o primeiro Objectivo do Milénio, além dos já citados, foram Argélia, Bangladesh, Benim, Camboja, Camarões, Chile, República Dominicana, Ilhas Fiji, Honduras, Indonésia, Jordânia, Maláui, Maldivas, Níger, Nigéria, Panamá, Togo e Uruguai.

Outros 18 foram felicitados por alcançarem o também conhecido ODM -1 e também a meta mais exigente da Cimeira Mundial sobre a Alimentação (CMA) de reduzir pela metade o número total de pessoas desnutridas.

1.13 Emigrantes monopolizam o comércio

Semanário Agora
22 De Junho de 2013

Cada prato de feijão de azeite palma, com língua de vaca e dobrada custa 200 kwanzas. A tarifa sobe para 300 kwanzas se tiver a guarnição de fungo de bombó a reforçar o pitéu, entenda-se o almoço. Este é um

dos retratos possíveis na Rua 18 do Bairro Mártires de Kifangondo, no distrito da Maianga, em Luanda.

Não se tratando de um festival de degustação, somos obrigados a expandir o foco da nossa reportagem. Sem antes fazer alusão, que as palavras "comércio geral e serviços" são as que melhor definem o complexo de ruas 20, 18, 17, 16, 14 e 13, sendo que a Rua 15 é a campeã da agitação desta zona da capital do país, que outrora chamava-se Bairro Salazar.

Os comerciantes que perambulam pelo Mártires de Kifangondo são de várias latitudes do continente africano, como sejam da Costa do Marfim, do Mali, do Senegal, da Mauritânia, do Burkina Faso, da Guiné-Bissau, da Serra Leoa e Libéria.

Obviamente que as nossas zungueiras (vendedoras ambulantes) pintam aquelas ruas a comercializar os produtos diversos. Como que se falar delas fosse pecado, surge uma com o pregão habitualmente estridente: "Sabão e Omo!". No outro lado da estrada, junto à escola Bom Saber Nr.º 2.022, a peixeira solta a voz: "É carapau grosso! É kimbumbo!". O nosso fotógrafo por pouco deixava cair o seu instrumento de trabalho. Assustado, mas já refeito, voltou a disparar mais umas quantas fotos - ainda bem que tinha a máquina a tiracolo.

Eram 8 horas da manhã. Os comerciantes começavam a tomar as suas posições. Ainda pudemos verificar as vendedoras de fardo a montar as suas pilhas de roupa, peça a peça, enquanto os fogareiros rudimentares onde os malianos fazem os franguités -frango assado regado com óleo vegetal e cebola às rodelas servida em folhas de papel de origem duvidosa, mas isto é pano para outra reportagem.

Tudo à venda

Exala a café. Nas ruas 15 e 16, os cidadãos originários da África Ocidental estão sentados com cafeteiras térmicas e vendem cada copo a 100 kwanzas. Por falar em bens e serviços, algumas pessoas ouvidas pelo Agora disseram que no Mártires há de tudo à venda.

A prostituição é a maior nódoa nesta zona de Luanda, tal como nos confirmou Doroteia Kipungo, cidadã angolana natural de Malanje. "Aqui mesmo na Rua 13, se o Sr. jornalista vier aqui à frente do Centro Recreativo Casa Mónica "Monique", a partir das 19h, vai ver que essas miúdas quitatas -prostitutas vendem o corpo. Quase já se tornou hábito. Há também o negócio da droga, mas desse prefiro não falar. Fale com os jovens, eles sabem".

Estes assuntos escabrosos colocam-nos em alerta sobre possíveis acções incorretas e ignoradas. Os jovens para quem a Sra. Kipungo dirigiu a nossa equipa de reportagem mostraram-se indisponíveis e sem interesse em mostrar o que têm vivido naquela zona encravada entre os bairros Cassequel, Prenda, Maianga e Cassenda, bem no coração de Luanda.

“Há senhoras que vivem em concubinato com cidadãos do Mali. Há rapazes, filhos de mães angolanas e pais, estrangeiros que estão retirados fora do país, tudo porque foram levados à revelia pelos seus progenitores, sem documentos. Conheço residentes ilegais que desenvolvem acções fora da lei, escamoteadas, como é o caso, por exemplo, do comércio precário, de tirar fotocópias nos cibercafés. Há de tudo aqui, até falsificadores de dinheiro”, revelou uma fonte do Agora que pediu anonimato.

A reportagem seguiu, enquanto vendia-se nos passeios e à beira da estrada sandes de frango com repolho e cenoura ao preço de 200 kwanzas. A Rua 15, frequentada por gente de toda a estirpe, a meio da manhã fica estreita, os carros particulares que aí estacionam e as carrinhas que transportam as pipas de fino encolhem-na.

Malianos e costa-marfinenses trocam dólares à berma da estrada em pequenos ajuntamentos de três ou quatro pessoas. É comum vê-los a esfregar os dedos polegar e indicador um no outro e a chamar os transeuntes que passam:

"Amigo, nota!". Se a pessoa pára eles avançam com a oferta: "Estamos a dar 10.350 kwanzas por uma nota de 100 de Benjamim Franklin". A poucos metros está a casa de câmbios Mere Halima, Lda., que sofre esta concorrência desleal, por trocar notas por menos, ou seja, 10.200 kwanzas por uma nota verde de 100 dólares.

I.14 Executivo toma medidas para combater a fome

Jornal de Angola

28 De Junho de 2013

O Presidente da República e Chefe do executivo, José Eduardo dos Santos, está "preocupado e solidário" com as populações que são afectadas pela seca nas províncias do Cunene e da Huíla. O secretário para os Assuntos Sociais da Presidência da República, Simão Helena, que trabalha na província desde segunda-feira, garantiu que as "preocupações, opiniões e ideias" das comunidades vão chegar às autoridades responsáveis para que sejam resolvidas. Esclareceu que para combater a situação da seca e fome "o Executivo está a fazer tudo para resolveras dificuldades".

O secretário para os Assuntos Sociais da Presidência da República exortou as comunidades, autoridades administrativas e tradicionais a estarem unidas para lutarem contra a fome, apostando na agricultura familiar, quando a chuva regressar. Entrega de alimentos.

A Presidência da República entregou bens alimentares à comunidade Khoisan de Mupembate, a 35 quilómetros de Quipungo, para minimizar as situações causadas pela estiagem. O donativo é composto por toneladas de fuba, arroz, óleo alimentar, conservas de peixe e outros alimentos. Os bens foram entregues pelo secretário da Presidência da República para os Assuntos Sociais e Religiosos, Simão Helena. Acompanhado da vice-governadora para a área Política e Social da Huíla, Maria João Chipalavela, Simão Helena visitou represas e pontos de retenção de água, onde constatou que o gado e as populações bebem da mesma fonte. Em nome da comunidade Khoisan, Zeferino Periquito agradeceu o gesto de solidariedade da Presidência da República e reconheceu que vai resolver o problema da alimentação das populações durante dois meses. Zeferino Periquito esclareceu que naquela localidade "A situação está cada vez mais crítica.

A pouca água que resta nas chimpacas e cachimbas está a ser repartida. Por causa da fome, as crianças deixaram de ir a escola, o gado está a ficar doente e a morrer", disse. Simão Helena apontou como primeira prioridade a criação de duros de água nas localidades mais críticas do município de Quipungo. "Constatamos que há água desperdiçada por isso temos que estancar o vazamento e acumular maiores quantidades de água", sublinhou.

O administrador municipal adjunto de Quipungo, José Vital, indicou que foram projectadas seis

chimpanças nas localidades da Caioda, Chioconco, Donde, onde a situação é considerada mais crítica.

Em relação às crianças que estão a abandonar as escolas por causa da fome, o administrador adjunto referiu que algumas localidades vão ser contempladas com o programa de merenda escolar. Atenção aos Khoisan O Executivo está a prestar atenção às comunidades Khoisan, com a construção de escolas, postos de saúde, pontos de água e outras infraestruturas sociais para que não se sintam discriminadas ou marginalizadas. A afirmação é do secretário de Presidência da República para os Assuntos Sociais e Religiosos, Simão Helena, que visitou a comunidade Khoisan na localidade de Mupembate, no município de Quipungo. Simão Helena afirmou que esta situação contraria aquilo que dito em alguns círculos políticos que acusam o Executivo de abandono destas comunidades. O Executivo criou uma comissão Interministerial que acompanha as consequências da seca e desenvolve ações para acudir a população mais afetada pela estiagem.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Novo banco da Sonangol custa 500 milhões USD

Jornal Expansão
07 De Junho de 2013

A Sonangol e a SONIP vão investir, este ano, 500 milhões USD (cerca de 48 mil milhões Kz) no arranque e constituição do Banco de Poupança e Promoção Habitacional (EPPH), revela o relatório anual de contas 2012 da petrolífera estatal.

A "casa-mãe" tem uma participação de 51 % no novo banco, avaliada em 1,3 mil milhões Kz (o equivalente a cerca de 13,7 milhões USD), enquanto a subsidiária para o imobiliário detém o restante capital da instituição.

A constituição do BPPH foi anunciada em Fevereiro pelo presidente do conselho de administração da Sonangol, Francisco de Lemos. Na altura, o responsável revelou que o Banco Nacional de Angola (BNA) tinha decretado a cessação da licença do Banco de Produção e Desenvolvimento (BPD), uma parceria com a Caixa geral de Depósitos, anunciada em 2012, mas que nunca saiu do papel. Contudo, disse o gestor, o BNA autorizou a constituição do BPPH, cujo arranque deveria ocorrer nos próximos três meses.

De acordo com o relatório e contas da Sonangol, a licença do BPD foi anulada "pela não realização do capital nos prazos acordados". O capital previsto, recorde-se, era de 1.000 milhões USD, sendo que o objectivo do banco era financiar a construção de grandes infra-estruturas na economia angolana.

A formação de um banco destinado a financiar crédito à habitação, sobretudo de funcionários da petrolífera, já tinha sido anunciada pela Sonangol, também em 2012.

Maior accionista no Millennium BCP Entretanto, de acordo com o Relatório e Contas, as participações da petrolífera em bancos ascendiam, no final do ano passado, 48,4 mil milhões Kz, cerca de 503 milhões USD, sendo que o "grosso" deste valor estava no português Millennium bcp (ver tabela).

A Sonangol, recorde-se, tornou-se em 2012 a maior accionista do banco gerido por Nuno Amado, após a aquisição de acções no mercado e subscrição de mais capital, no âmbito do plano de recapitalização da instituição.

A petrolífera detém 19,44% no banco, tendo gasto em 2012, segundo o relatório e contas, cerca de 163 milhões de euros (20,4 mil milhões Kz) no reforço da sua participação. A empresa detém ainda participações directas no Banco Caixa Geral Totta Angola, Banco Millennium Angola, Banco Privado Atlântico Europa, além do BPPH.

Lucro mais do que duplica com extraordinário

Em 2012 a Sonangol registou lucros de 641,2 mil milhões Kz (6,6 mil milhões USD), o que corresponde a mais do dobro (114%) face ao resultado líquido de 2011 (298,8 mil milhões Kz). O desempenho, contudo, foi devido à inclusão de resultados extraordinários no valor de 425,0 mil milhões de Kz.

Sem considerar esta rubrica, ou seja, tendo apenas em conta o resultado líquido de actividades correntes, o lucro da petrolífera caiu cerca de 36%, para 216,2 mil milhões de Kz.

Segundo a empresa, o resultado extraordinário diz respeito à inclusão nas suas contas da totalidade da subvenção anual devida pelo Estado. As subvenções em causa (para as actividades de refinação, logística, distribuição e comercialização) não tinham sido reconhecidas nas contas de 2011.

2.2 As complicações do multicaixa

Semanário Angolense
08 De Junho de 2013

Antes de mais, senhor Governador do Banco Nacional de Angola, quero saudá-lo pela entrada em circulação da nova família de notas e moedas do kwanza. É mesmo uma nova família, bem diferente da anterior.

Se por um lado isso é bom por razões de segurança, por outro não me parece ter sido boa a opção de alteração das cores das notas. Num país com elevado número de iletrados e (graças à cada vez mais débil qualidade do nosso ensino), sendo muitos deles analfabetos funcionais, a alteração das cores das notas vem fazendo com que algumas pessoas percam dinheiro. É que muita gente se habituou a associar determinado valor facial do dinheiro de papel à determinada cor.

Outra interrogação tem a ver com o facto de não se ter aproveitado esta oportunidade para tirar já dois zeros ao kwanza. Se isso tivesse sido feito, as moedas passariam a ter força e valor. Mas não. Quanto vale hoje, pois, uma moeda de 50 cêntimos? Praticamente nada. É que, para se comprar uma coisa

insignificante, como um rebuçado, temos que reunir dez dessas moedas de 50 cêntimos ...

Portanto, quanto a moedas, a conclusão é de que o valor gasto para produção de uma moeda estará muito distante do valor atribuído a essa mesma moeda. E já agora, tenho de lhe dizer que não gostei mesmo nada da cópia que se fez à moeda do euro. Se por um lado, sou totalmente adverso a cábulas, por outro, não me parece que Angola fique bem na fotografia, ao demonstrar que não tem autoridades bancárias nem artistas plásticos com criatividade.

Em relação às notas, espero que tenham realmente melhorado de qualidade, já que as antigas não passam de um instrumento de maior concentração e transmissão de bactérias até hoje visto. Aliás, seria de recomendar ao Ministério da Saúde que encomendasse um estudo para se saber quantas bactérias as anteriores notas concentram em média, por mês de circulação.

Mas tenho de assumir, senhor Governador, que o artista plástico Horácio da Mesquita terá feito um bom trabalho - claro está, em função dos contornos e demais desejos de Vossas Excelências.

A matéria relacionada com as novas notas serviu apenas para início de conversa, uma vez que o que me trouxe hoje ao seu gabinete tem a ver com o serviço multicaixa que a banca angolana nos presta enquanto consumidores.

Iria começar por lhe apresentar uma dúvida a respeito do nome atribuído ao serviço. É que, se em português se tinha estipulado já a designação multibanco, não entendo por que razão as autoridades bancárias angolanas terão optado por criar outra palavra (multicaixa) para designar o mesmo serviço. Seria o mesmo que optarmos por cá por designar os supermercados (por exemplo) por superlojas, apenas para demonstrarmos diferença linguística em relação a Portugal. Penso que não faria qualquer sentido.

Quanto ao serviço multicaixa, tenho de assumir diante de si que tive alguma relutância em aderir a ele. Preferi esperar alguns anos até a coisa estar funcional. Pedi depois um cartão no Banco de Poupança e Crédito, que (é de ficar pasmado) demorou 6 meses a ser emitido. E quando reclamei, ao fim de mais de 4 meses de espera, disseram-me que isso é normal, por se tratar de cartão personalizado. Pois saibam tais funcionários bancários que, em qualquer banco do mundo digno dessa designação, se consegue um cartão multibanco mais do que personalizado em quaisquer 48 horas. Portanto, mesmo que os cartões tenham que ser emitidos fora de Angola, uma semana

seria mais que suficiente para isso. Tal como, aliás, acontece com os cheques bancários que, segundo me foi dito, são emitidos fora de Angola e por eles temos de esperar um, dois ou até três meses (como já sucedeu comigo, num outro banco).

Mas já com o cartão, tenho dado conta das dificuldades por que passam por cá os utilizadores do serviço multicaixa. Ora não há dinheiro, ora não há papel para emissão de recibos, ora o gerador não arrancou, ora o sistema está em dificuldade, ora não há comunicações. Tudo isto é um grande martírio, que abona em desfavor do serviço. Mesmo quando o problema é a falta de energia eléctrica, para o consumidor o culpado é o Governador do BNA ou Presidente do Banco Y.

Como bem sabe o senhor Governador, não há serviço multibanco que funcione se as comunicações não funcionarem na perfeição. E temos, por cá, sérios constrangimentos no serviço de telecomunicações, razão pela qual marquei já audiência com o titular dessa pasta ministerial.

Mas o que é mais aborrecido é que há grande dificuldade em conseguir-se um simples extracto bancário em caixas electrónicas (movimentos da conta). Estou há três semanas sem conseguir um extracto da minha conta bancária do BPC. A informação que recebo da máquina é invariavelmente a seguinte: «Operação não disponível neste momento. As nossas desculpas».

Como é possível, pois, a banca angolana prestar um serviço tão simples como é o serviço multibanco (ou muticaixa, se preferirmos a designação angolana que ainda não entrou no dicionário), sem se emitirem simples extractos de conta? Para se poder levantar dinheiro, tem de haver comunicações a funcionar. Como se consegue levantar dinheiro, quer dizer que as comunicações funcionam. Então, se as comunicações funcionam, por que carga de água não temos acesso aos nossos movimentos bancários via caixa electrónica?

Quer dizer que, sempre que eu pretenda um extracto, tenho de me deslocar ao Banco? E no caso do BPC (como é o meu), tenho de me sujeitar a receber um extrato imperceptível, feito mesmo para complicar. Sobre esses extractos mal concebidos, um amigo disse-me que as coisas funcionam assim por opção, para os funcionários bancários poderem sacar o seu dinheiro quando lhes apetece.

Obviamente que não acreditei nisso, mas diante de tantas evidências começo a interrogar-me como é possível ninguém intervir para acabar com este estado de coisas.

Temos de nos perguntar se a área de supervisão do Banco Nacional de Angola ainda funciona. Ou se, como sucede com as áreas de inspecção dos ministérios, existe apenas para garantir mais alguns postos de trabalho.

Excelência, é preciso que o Banco Nacional de Angola assuma o seu papel coordenador e fiscalizador. Não se admite que não seja possível, a qualquer hora do dia e em qualquer local, um consumidor obter detalhes da sua conta bancária. E menos se admite ainda que, num banco como o BPC, os extractos bancários sejam deliberadamente incompreensíveis até para quem domina números e o cálculo matemático.

Numa área como a banca, tudo tem de estar demasiado claro, ao ponto de ofuscar. De outro modo, vamos continuar a ter um serviço multicaixa para inglês ver ... e angolano sofrer. Assim, tenho de assumir ter razão aquele nosso compatriota que disse ter razão de ser a opção pela designação multicaixa. É que, devido à intermitência do serviço, não é propriamente um serviço multibanco ...

Muito obrigado por me ter recebido no seu gabinete, senhor Governador. Sinto-me bem quando entro no Banco Nacional de Angola, devido à imponência arquitectónica do edifício. E já cá não entrava há uns bons anos.

Por favor, chame à razão o pessoal da sua área de supervisão e fiscalização. Pode crer que quando eles começarem a cumprir cabalmente o seu papel, muito de positivo ouviremos da instituição por si dirigida.

Até uma próxima ocasião .

2.3 Praticidade de crédito e estabilidade de mercado

Semanário Angolense
08 De Junho de 2013

A versão preliminar do anteprojecto de Lei sobre Alienação Fiduciária de Imóveis já esteve durante algum tempo ao dispor da consulta pública (inclusive através do site do Ministério da Justiça), até Janeiro de 2012, visando assegurar a participação efectiva dos cidadãos no processo da sua constituição.

Na semana passada, o anteprojecto foi apresentado para um grupo mais selectivo, constituído por técnicos, membros do Executivo e deputados, por ocasião do seminário sobre a lei sobre Alienação Fiduciária dos Imóveis em Garantia, decorrido em Luanda.

O evento tinha como objectivo a recolha de contribuições dos profissionais, sobretudo dos intervenientes directos no sector imobiliário. Outro objectivo era tomar conhecimento, nessa matéria, da experiência da República Federativa do Brasil - país de onde se «importou» a ideia da lei.

De um modo geral, tal como disse o governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, no final do seminário em questão, a intenção de se adoptar a Alienação Fiduciária no direito angolano também se insere no contexto das transformações de natureza económica, financeira e social que o país vem registando nos anos mais recentes.

Conceito

Na perspectiva do direito de propriedade, onde está inserida, como direito real, a «Alienação Fiduciária» é uma transação comercial caracterizada pela transferência de posse de um imóvel que se encontra nas mãos do devedor (comprador) para as do credor (financiadora) com vista a garantir o cumprimento de uma obrigação.

Na prática essa «Alienação» acontece quando um cidadão compra um imóvel à crédito, ficando o mesmo imóvel como garantia do financiamento. Deste modo o comprador não pode negociar o imóvel antes que acabe de pagá-lo.

No Brasil, onde a lei não se limita apenas a regular a compra de imóveis, mas estende-se aos bens móveis, como veículos, a propriedade definitiva só é autenticada efectivamente com a liquidação total da dívida constituída por crédito.

O caso angolano não se mostra desviar desse conceito. A medida surge como um mecanismo legal que para responder, de forma eficaz, aos interesses dos compradores de imobiliários e dos operadores do mercado imobiliário.

Na elaboração do anteprojecto dessa Lei foi ponderada a necessidade de desenvolvimento da relação do sistema financeiro com o sector imobiliário, de modo a que ambos possam contribuir de forma mais significativa para a solução das grandes questões do país, em especial do crédito à habitação.

Segundo José de Lima Massa- no, «a propriedade do imóvel só é transferida em definitivo para o devedor depois de cumpridas as responsabilidades junto ao credor; as instituições financeiras, apoderam-se de um eficaz expediente legal para gestão do risco de crédito, mas sem pôr em causa o usufruto imediato do imóvel por quem faça recurso à banca»).

Vantagens

É facto, para muitos analistas, que o sector imobiliário, em Angola, encontra-se estagnado, por causa da ausência de mecanismos legais e céleres que protejam os investidores e os consumidores. Assim, a lei sobre a Alienação Fiduciária é tida como imprescindível pelo impacto que deve provocar na dinamização do mercado imobiliário e, consequentemente, na economia nacional.

Defende-se, por exemplo, que a adopção da referida lei, bem como outras de natureza «técnico-legislativas» vai influenciar positivamente na redução das taxas de juros do crédito bancário à habitação.

José de Lima Massano, o «cabeça» do BNA, chamado a encerrar o Seminário, sustentou que, sendo a estabilidade macroeconómica contribuinte para a manutenção de um clima favorável ao investimento e ao aumento dos níveis de eficiência na economia, no caso concreto do sector da construção, a «Alienação» deve clima propiciar a disponibilização de imóveis para fins habitacionais a valores mais justos, tanto para potenciais compradores, como para financiadores.

«As instituições financeiras ao avaliarem o risco de crédito também ponderam sobre a capacidade de o bem a financiar preservar valor no tempo; quanto menor for essa percepção, menor será a apetência e vontade económica de financiar», argumentou o governador.

Na implementação dessa lei aponta-se também como reflexo positivo a maior atracção de investimento estrangeiro para o sector imobiliário. Observando-se uma maior garantia nas operações. A diminuição drástica do incumprimento, a concorrência entre os bancos, bem como a consequente redução dos juros, são vantagens que poderão influenciar positivamente o mercado.

E, por outro lado, essa lei implementada e cumprida, vai isentar o Estado do fardo pesado de fazer grandes volumes de subvenção aos financiamentos, libertando capitais públicos para outras realizações.

Portanto, as vantagens da figura da Alienação Fiduciária de coisa imóvel no discurso do administrador do Banco Central transcendem a simples burocracia do procedimento executório. Os benefícios dependem da análise de cada caso concreto, mas as possibilidades, em potencial, são convincentes.

Superação

«No entanto, e se bem que o crédito concedido a actividades de promoção imobiliária e de construção de imóveis já represente cerca de 16% do crédito total do nosso sistema bancário, o crédito à compra de imóveis por particulares ainda é modesto, não atingindo mais do que 8% do total concedido», de acordo com o governador do BNA.

O mesmo responsável disse que «se por um lado permanece a questão da estruturação adequada de recursos financeiros para a concessão de crédito de longa maturidade, por outro, persistem dificuldades assinaláveis com o registo da propriedade imobiliária e com a solidez das garantias prestadas, mesmo quando o bem financiado é objecto de penhor ou de hipoteca».

José de Lima Massano, considera que, «além da penetração das instituições financeiras na mobilização de capitais, e estando já regulamentados os termos para a concessão do crédito à habitação no país, será importante a estruturação de fundos, eventualmente públicos, para permitir o alargamento da base de concessão crédito à habitação em condições favoráveis aos cidadãos».

O dirigente bancário ainda deu a conhecer que, no final do primeiro trimestre do ano em curso, à semelhança de períodos anteriores, a captação de depósitos representava 75% do passivo dos bancos e, destes, 55% mantinham-se à ordem, impondo-se, por isso, prudência na sua transformação em crédito de longo prazo.

Concluindo: «compete-nos, a todos, intensificar o estímulo à inclusão financeira e a consciência de poupança na nossa sociedade, práticas que em última instância, concorrem para a dinamização do mercado imobiliário e do financiamento à habitação», apelou o governador do Banco Nacional.

2.4 Crédito para compra de imóveis é de oito porcentos do total

Semanário Factual

08 a 15 de Junho de 2013

Ao discursar no fecho do seminário sobre "Lei da Alienação Fiduciária", José Massano referiu que "o Executivo angolano tem procurado materializar formas de garantir o direito à habitação consagrado na Constituição da República, promovendo um conjunto de iniciativas públicas no domínio habitacional e, com o mesmo sentido, desenvolvendo

um quadro legal capaz de estimular e engajar a iniciativa privada"

Destaca que o sistema financeiro é parte activa desse processo, pela sua condição privilegiada de canal de transmissão de recursos financeiros para o investimento, quer na óptica de quem promove ou constrói, como na de quem adquire com 'pagamentos deferidos no tempo.

"No entanto, indicou, "e se bem que o crédito concedido a actividades de promoção imobiliária e de construção de imóveis já represente cerca de 16 por cento do crédito total do sistema bancário, o crédito à compra de imóveis por particulares ainda é modesto, não atingindo mais do que oito por cento do total concedido".

José Massano sublinhou que se, por um lado, permanece a questão da estruturação adequada de recursos financeiros para a concessão de crédito de longa maturidade, por outro, persistem dificuldades assinaláveis com o registo da propriedade imobiliária e com a solidez das garantias prestadas, mesmo quando o bem financiado é objecto de penhor ou de hipoteca.

"Por isso, e porque com esta proposta de lei, a propriedade do imóvel só é transferida em definitivo para o devedor depois de cumpridas as responsabilidades junto ao credor, as instituições financeiras apoderam-se de um eficaz expediente legal para gestão do risco de crédito, mas sem pôr em causa o usufruto imediato do imóvel por quem faça recurso à banca", frisou.

Realçou que, apesar da argúcia das instituições financeiras na mobilização de capitais, e estando já regulamentados os termos para a concessão do crédito à habitação no país, será, porém, importante a estruturação de fundos, eventualmente públicos, para permitir o alargamento da base de concessão de crédito à habitação em condições favoráveis aos cidadãos.

Segundo a fonte, no final do primeiro trimestre do ano em curso, e tal como em períodos anteriores, a captação de depósitos representou 75 por cento do passivo dos bancos e, destes, 55 por cento mantinham-se à ordem, impondo-se, por isso, prudência na sua transformação em crédito de longo prazo.

José Massano explicou: "Compete-nos, a todos, intensificar o estímulo à inclusão financeira e a consciência de poupança na nossa sociedade, práticas que, em última instância, concorrem para a

dinamização do mercado imobiliário e do financiamento à habitação".

A estabilidade macroeconómica contribui para a manutenção de um clima favorável ao investimento

Enfatizou que, tal como é sabido, a estabilidade macroeconómica contribui para a manutenção de um clima favorável ao investimento e ao aumento dos níveis de eficiência na economia.

No caso concreto do sector da construção, esse clima deve propiciar a disponibilização de imóveis para fins habitacionais a valores mais justos, tanto para potenciais compradores, como para financiadores.

"A desaceleração da inflação tem contribuído para a redução do custo do crédito bancário, pelo que a política monetária manterá a estabilidade de preços como objectivo principal, de resto em linha com o determinado pelo Executivo Angolano no seu Plano Nacional de Desenvolvimento", afirmou, salientando: "A intenção de se adoptar a alienação fiduciária no direito angolano também se insere no contexto das transformações de natureza económica, financeira e social que o país vem registando nos anos mais recentes".

As vantagens da figura da alienação fiduciária de coisa imóvel transcendem a simples burocracia do procedimento executório. Os benefícios dependem da análise de cada caso concreto, mas as possibilidades, em potencial, são convincentes. Neste sentido, o Banco Nacional de Angola apoia todos os esforços que visam, tanto a sensibilização dos agentes económicos e sociais, como a recolha de subsídios que possam enriquecer a proposta de lei e garantir a facilitação do acesso à habitação condigna.

2.5 Papel da mulher empresária em análise

Jornal de Angola

16 De Junho de 2013

A representante da secretária-geral da Organização da Mulher Angolana (OMA), Albertina José, afirmou em Luanda que o em preendedorismo é factor indispensável para o desenvolvimento económico de um país.

Albertina José fez afirmação no seminário sobre a "Mulher Empreendedora" cujo objectivo foi informar e formar empresárias sobre capacidade de actuar e negociar no mercado empresarial: "os empreendedores desenvolvem a inovação e competitividade na economia para melhorarem a produtividade e sustentabilidade".

Albertina José sublinhou que é importante estimular a actividade empreendedora entre as mulheres angolanas de forma a criar negócios inovadores que contribuam para a diversificação da economia. A representante da secretária-geral da OMA salientou que a oportunidade de negócios é um recurso estratégico do Executivo, no qual se propõe a criação de um sector privado dinâmico e com um nível de crescimento sustentado.

Albertina José disse ainda que a OMA tem uma visão dos objectivos estratégicos e pretende continuar a promover políticas económicas, sociais e agrícolas para apoiar os agregados familiares envolvendo-os na planificação, elaboração e execução dos projectos.

"Vamos apostar na realização de programas de qualificação para mulheres empreendedoras nas comunidades a fim de terem oportunidades de financiamento", referiu Albertina José. Disse ainda que as mulheres devem desenvolver iniciativas empreendedoras para assegurar o combate à pobreza e criar empregos.

Albertina José concluiu que os conhecimentos adquiridos vão permitir o desenvolvimento de projectos no país.

2.6 Banco BIC dá crédito com juros bonificados

Jornal de Angola

17 De Junho de 2013

O presidente do conselho de administração do banco BIC, Fernando Teles, anunciou na cidade do Huambo que a instituição vai bonificar a taxa de juro dos créditos aos funcionários públicos até nove por cento em Kwanzas ao ano, ao contrário da taxa de 12 a 14 por cento que se pratica actualmente.

Fernando Teles falava à margem da inauguração de dois balcões do banco BIC no município do Cachiungo e no bairro São Pedro, na cidade do Huambo. Considerou que a medida visa recuperar as perdas da inflação e para tal vai realizar protocolos com as administrações municipais e ministérios para que os trabalhadores possam ter juros bonificados.

"A medida vai possibilitar aos trabalhadores construir as suas casas, comprar viaturas e outros bens de consumo. Serve também para angariar mais clientes", disse Fernando Teles, que anunciou a construção em breve de uma residência para professores no município do Mungo.

o banco BIC bonifica uma taxa de 5,0 por cento no pequenos créditos aos investidores e camponeses,

para comprar tractores, charruas, carrinhas e outros equipamentos para apoiar o cliente que inicia uma actividade pouco rentável, no âmbito do programa Crédito Angola Investe.

"Queremos projectos em que o camponês já tem a noção do que vai produzir, como vai vender e rentabilizar, para que o banco tenha o retomo do dinheiro investido".

Fernando Teles anunciou a abertura de um centro de empresas no Huambo, para ajudar os empresários a obter créditos e mais agências nos municípios no sentido de dar mais oportunidade às comunidades . na obtenção de financiamento e ajudar a melhorar as condições de vida através da agropecuária e do comércio.

"Os agricultores do Huambo precisam de trabalhar mais e produzir mais milho e outros produtos como a criação de animais, para superarem o défice alimentar e aumentarem os rendimentos familiares", disse o gestor. O vice-governador do Huambo para o sector político e social, Guilherme Tuluka, disse que o BIC já lançou as suas iniciativas e a iniciativa agora está do lado dos clientes, apresentando projectos para que a província volte a ser o celeiro do país.

Guilherme Tuluka lembrou que banco não oferece dinheiro, mas ajuda a desenvolver negócios: "o dinheiro emprestado tem retomo de acordo com o contrato celebrado com a instituição bancária".

Com a inauguração dos dois balcões no Huambo, o banco BIC soma 191 bancos no país, 850 mil clientes e 1.803 trabalhadores.

Acaba de criar mais 14 novos postos de trabalho, sendo cinco no município de Cachiungo e nove na cidade do Huambo.

No Huambo, o banco BIC conta com oito balcões nos municípios do Baíundo, Londuimbali, cidade do Huambo, Caála e Cachiungo.

Nos próximos tempos, a instituição prevê a abertura de mais balcões nos municípios do Mungo, Ukuma, Ekunha e ChicalaCholohanga.

2.7 Estado Prevê subsídios para casa própria

Jornal de Angola

17 De Junho de 2013

O Estado prevê a criação de subsídios directos aos potenciais compradores de casas dos segmentos de

baixo e médio rendimento com o objectivo de ajudar a transformar a procura potencial numa oferta efectiva, anunciou o Ministro do Urbanismo e Habitação.

José António da Conceição e Silva garantiu que estes subsídios directos podem adoptar a forma e redução do preço de compra ou dos encargos de financiamento, através da bonificação dos juros. "O subsídio à habitação é indispensável, tendo em conta o ainda baixo rendimento médio das famílias angolanas e o ainda difícil acesso ao financiamento para a compra da casa própria".

Ao falar num fórum sobre "Crise? Ou crescimento do sector imobiliário em Angola", promovido pela imobiliária Imogestin, o ministro reconheceu que ainda existe no país um desequilíbrio entre a procura e a oferta de habitação condigna nos segmentos de baixo e médio rendimento. Face a esta situação, o Executivo continua a levar a cabo o seu vasto programa habitacional com acesso à compra de habitação pronta, na modalidade de renda resolúvel e à autoconstrução dirigida.

Nesta última, o Executivo vai assegurar igualmente os custos de infra-estruturação dos terrenos, tal como os equipamentos sociais, viabilizando, dessa forma, a construção de moradias a custos reduzidos, particularmente no seguimento de interesse social.

"É importante que o Estado constitua um parque imobiliário próprio de forma a regular a formação dos preços neste mercado, no qual ainda se constata distorções significativas dos preços em prejuízo dos cidadãos", sublinhou o ministro.

Sem espaço para média alta

O ministro José António da Conceição e Silva referiu, além disso, que o sector habitacional no país ainda representa cerca de 70 por cento do mercado imobiliário, em relação aos sectores de serviços e equipamentos. A estabilidade macroeconómica do país, realçou, promove todos os dias a vinda de grandes empresas multinacionais e com isso a procura de instalações, revelando a escassez de oferta face à procura. "Há necessidade do empresariado investir mais no sector de serviços e equipamentos onde a procura já é cada vez maior, principalmente nos centros das cidades em Angola", disse, acrescentando que apesar de se verificar que o custo unitário de metro quadrado de construção registou um aumento, perspectiva-se para o sector imobiliário um dinamismo crescente nos próximos anos. O representante da empresa de consultoria Deloitte, Ricardo Gonçalves, disse que o mercado imobiliário para a classe média alta e alta já está esgotado. Ao

apresentar um estudo sobre o mercado imobiliário em Angola, assegurou, sem apresentar indicadores estatísticos, que nos últimos anos foram realizados grandes investimentos para este segmento da sociedade, "que hoje se encontra esgotado". Por isso, considerou ser necessário que os promotores imobiliários comecem a apostar neste novo segmento, até aqui assumido pelo Executivo.

2.8 Crédito à habitação

Semanário Expansão
12 De Junho de 2023

AS MULTAS DE MORA DECORRENTES DO INCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES NO SEU TERMO NÃO PODEM SER SUPERIORES A 2% DO VALOR DA PRESTAÇÃO.

No fornecimento de bens ou serviços que envolva a outorga de crédito ou concessão de financiamentos ao consumidor, as multas de mora decorrentes dos incumprimentos de obrigações no seu termo não podem ser superiores a 2 % do valor da prestação, nos termos do ar.º 17.º da Lei nº 15/03, de 22 de Julho- Lei de Defesa do Consumidor.

CUIDADO COM OS CUSTOS ADICIONAIS

Por outro lado, além do valor das taxas de juros e do prazo de pagamento das prestações do crédito à habitação existem outros factores relevantes a considerar: é conveniente verificar se o crédito à habitação implica custos de manutenção de conta, quais as despesas de abertura de processo e de serviços de solicitadoria e se a instituição financeira que concede o crédito exige a subscrição de outros produtos e serviços, como cartão de crédito, etc...

Antes de qualquer compromisso, o consumidor deve dirigir-se a diferentes instituições de crédito e comparar as condições de empréstimos que lhe são propostas. Não é aconselhável assinar o contrato de crédito no dia em que este lhe é entregue.

Deve dispor de algum tempo para reflectir, porque a assinatura implica a aceitação da oferta; por outras palavras. ela compromete o consumidor! Exija um exemplar dos documentos que assinou.

Cabe o consumidor informar-se sobre as várias ofertas existentes no mercado, compará-las e escolher a que mais lhe convém.

2.9 Novo banco de crédito abre em Dezembro

Semanário Económica
20 De Junho de 2013

A partir do quarto trimestre deste ano, o mercado financeiro angolano poderá contar com uma nova instituição bancária. Trata-se do Banco de Poupança e Promoção Habitacional (BPPH), criado pela Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Sonangol.

De acordo com o presidente do conselho de administração da Sonangol, José Maria Francisco de Lemos, a nova instituição financeira será criada com o objectivo de financiar as casas que serão comercializadas pela Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP).

"Estamos a fomentar a criação de um novo banco, o Banco de Poupança e Promoção Habitacional, (BPPH), por isso, gradualmente' todos os que pretenderem adquirir residências construídas e comercializadas pela SONIP, terão de passar pela contratação de crédito junto desta unidade", explicou Francisco de Lemos.

O responsável da Sonangol disse igualmente que o BPPH estará operacional a partir do quarto trimestre deste ano e contará com várias agências em todo país.

Francisco de Lemos garantiu que a SONIP retoma o processo de entregas de casas vendidas nas centralidades do Kilamba e Cacuaco dentro de um mês, acrescentando que, das 25 mil casas que estavam à venda, cerca de 10 mil foram já entregues aos respectivos proprietários. Segundo o presidente do conselho de administração da Sonangol, as 13 mil pessoas que têm já as casas pagas, começam a recebê-las dentro de um mês.

"Nós entendemos que está a levar mais tempo do que o previsto, e desde já pedimos desculpas a todos os nossos clientes pelos transtornos causados, mas pedimos um pouquinho mais de paciência e garantimos que dentro de quatro semanas vamos entender sobre a entrega das casas", afirmou.

Ainda de acordo com Francisco de Lemos, disse que os preços das casas vão manter-se, tal como ficou decidido em Fevereiro último. Quanto às outras províncias, o PCA da Sonangol garante que está a ser estudado um novo modelo de venda. "Não há quaisquer alterações relativamente ao preço que foi estabelecido em Fevereiro deste ano. Quanto às províncias, as casas ainda estão em construção, por isso nós vamos encontrar, em coordenação com os

governos provinciais, o modelo certo para a comercialização", informou.

O novo banco foi criado após ter sido extinto o projecto de um banco de investimento que se previa ser criado numa parceria entre a Sonangol e a Caixa Geral de Depósitos (CGD). "O Banco de Promoção para o Desenvolvimento foi extinto com a emissão de uma licença pelo Banco Nacional de Angola (BNA) a favor do Banco de Poupança e Promoção Habitacional" explicou Francisco de Lemos.

A nova instituição, cujo capital será integralmente realizado pela petrolífera, deverá iniciar a actividade dentro de seis meses. O responsável avançou que "neste momento, o banco está formalmente constituído, e desenvolve diligências organizacionais e de provimento de pessoal para que o mesmo entre em actividade".

A constituição de um banco de investimento pela CGD e pela Sonangol foi anunciada em Março de 2009, aquando da visita oficial a Portugal do Presidente JOSÉ Eduardo dos Santos. O capital social, de mil milhões de dólares, em partes iguais, nunca foi integralmente satisfeito, tendo apenas a Sonangol procedido ao aprovisionamento da sua parte.

As vendas de casas nas centralidades de Luanda teve início a 1 de Fevereiro no Kilamba, Cacuaco, Capari, km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica), e são processadas em regime de renda resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos. As habitações estão à disposição do público também em regime de arrendamento e de vendas a pronto pagamento.

2.10 Falar de agricultura não e falar da lavra e da enxada"

Novo Jornal
21 De Junho de 2013

O Crédito de Campanha Agrícola, uma das bandeiras do executivo antes das eleições, parece estar parado em 2013. Que balanço faz desta iniciativa?

Na verdade não parou apenas agora. Foi aprovado em 2009 e começou a ser aplicado em 2010. Em 2012 não há dados que demonstrem alguma cedência de crédito. A iniciativa é uma iniciativa positiva. É uma iniciativa que vai de encontro às necessidades actuais do agricultor ter recursos para investir na agricultura. O nosso estudo visa não só analisar o impacto do crédito, mas sobretudo avaliar o mecanismo de funcionamento do programa.

Na vossa opinião, a mecânica do programa foi um dos problemas essenciais?

Concluimos que é ali onde o programa de crédito viu os seus principais problemas. Foram montados os Comités de Pilotagem que incluíam o administrador municipal, os agricultores, a UNACA - Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola e os bancos. Mas não funcionaram em condições.

Porquê?

A função do Comité de Pilotagem era avaliar as propostas e depois de uma avaliação tomavam a decisão final. Esse documento teria de passar pelo comité técnico, composto por quadros da Extensão de Desenvolvimento Agrário (EDA) e responsáveis da UNACA. Os bancos também deveriam estar envolvidos. No entanto, os bancos apresentam algumas limitações.

Em que sentido?

Uma delas é que, às vezes, o nível de decisão não é o adequado. Os funcionários locais alegavam que não tinham autonomia suficiente para tomar determinadas posições. E isto não estava bem claro na arquitectura do programa. Além disso, há uma outra questão que é a preparação. O serviço de crédito ao agricultor não é igual ao crédito à habitação ou outro tipo de crédito bancário. Os bancos, salvo algumas excepções, também precisam de dar um passo em frente para lidar com o agricultor.

Para além das dificuldades técnicas há falta de sensibilidade da parte dos bancos?

A primeira questão é ter noção das limitações. É necessário ter sensibilidade própria para lidar com este tipo de cliente. Mas também é uma questão de capacitação. Há questões ligadas à formação em matéria de desenvolvimento que precisam ser dominadas a organização dos produtores, o associativismo, a questão do ciclo de produção ... Quando um agricultor submete uma proposta ao banco está a contar com uma resposta dentro de um determinado prazo. Se não tiver uma resposta em Outubro, na altura em que deve lançar a semente, então o financiamento só faz sentido no Outubro seguinte.

Caso contrário perde o efeito.

Sim, porque não é a mesma coisa receber em Outubro ou receber o financiamento em Dezembro. Isto exige conhecimento e sensibilidade para ajustar os procedimentos ao ciclo produtivo. Há algumas

limitações nesta matéria. E estas coisas prejudicaram o êxito do programa.

A ADRA destaca no estudo alguns dos problemas.

Tem de haver algum cuidado quando se pensa nestas questões ... O programa tem de ser reactivado - mas com outros pressupostos e outras mais-valias. Outro aspecto que é preciso realçar é a questão da assistência técnica. Os custos com assistência técnica têm de fazer parte do orçamento global do projecto.

Assistência técnica, neste caso, refere-se a quê?

Estamos a falar do apoio às associações para a elaboração de pequenos projectos. Se o banco vai avaliar o projecto então deve haver um sistema de apoio aos pequenos produtores para fazer a proposta na forma e no tempo que o banco necessita. Isto em princípio estava na responsabilidade do IDA ou da EDA, no caso. Mas as EDA's neste momento não têm recursos humanos, financeiros e materiais.

Que tipo de estruturas poderiam apoiar este processo: ONG's, associações?

A ADRA, no quadro dos seus projectos, apoiou várias associações em diferentes províncias, e treinou algumas cooperativas que acederam ao Crédito de Campanha. O papel não deve estar restrito ao IDA porque não tem condições para isso.

Sabemos que algumas vezes questionaram o facto de o financiamento não ser entregue em dinheiro mas apenas em bens.

O crédito foi estruturado para os camponeses acederem a bens em espécie. Não tinham acesso ao dinheiro. O que nós estamos a ver é que provavelmente seria mais adequado, no futuro, associar esta iniciativa a outros programas que o Ministério da Economia tem estado a desenvolver. É preciso olhar para o pequeno produtor como um actor economicamente viável.

Mas parece que actualmente ainda se olha para estas pessoas numa lógica assistencialista ou de emergência.

No entanto, os pequenos agricultores têm potencial para se tomarem pequenas empresas.

Do ponto de vista teórico, o discurso político em relação ao pequeno produtor tem estado muito por aí: apoiar a agricultura, a diversificação ... Mas do ponto de vista prático não existem muitas acções coerentes com esse discurso. Se analisarmos os investimentos na agricultura, nos últimos anos, estão sempre lá em baixo. Quando estamos a falar de

agricultura não estamos a falar da lavra e da enxada. Estamos a olhar para um sistema complexo, que tem a montante e a jusante, a questão da indústria, da produção, comercialização, a segurança alimentar ... Não nos podemos esquecer que a agricultura é, provavelmente, o sector com mais saídas profissionais.

Um problema crítico para a juventude angolana.

Neste momento a agricultura é das poucas vias que nós temos para gerar postos de emprego em massa.

E a vários níveis porque o sector pode abarcar desde licenciados, a técnicos médios, até aos jovens que procuram o primeiro emprego.

É uma das sérias questões que o país enfrenta. O êxodo rural, que é uma situação latente, está relacionado com questões de natureza económica. Se é verdade que tem havido a instalação de escolas e centros de saúde, do ponto de vista económico a generalidade dos municípios não estão a arrancar. E uma das consequências é a saída dos jovens do espaço rural. Isto deixa marcas.

De que forma podemos estancar o êxodo rural?

Há várias questões que devemos equacionar. A primeira é a convicção que é possível mudar. Este é o ponto de partida. Depois, penso que devem estar associados vários aspectos. É preciso um cadastro dos agricultores. Precisamos de um sistema organizado. Mas deve estar associado a outro aspecto o comércio rural.

Neste momento é uma peça-chave. Quando falamos do comércio rural é importante contar com os pequenos actores que estão no interior.

Como assim?

A lógica do agricultor de fim-de-semana não é sustentável. A política agrícola tem de ser assente nas pessoas que estão a trabalhar a terra. E a estes vamos adicionar outros valores. Porque se tentamos imaginar coisas muito sofisticadas vamos continuar a ter os desaires que estamos a ter. Outro aspecto é a investigação científica. Não é possível dar um salto em frente se continuarmos a ter uma estrutura de investigação agrária como temos hoje.

A investigação científica angolana é praticamente inexistente.

Exacto, mas a investigação agrária tem de servir a produção. A agricultura. Muitos dos dados que

utilizamos sobre agricultura ainda são os dados produzidos antes da independência.

Isso faz sentido?

Não, há várias alterações, desde logo do ponto de vista demográfico ... Mas a verdade é essa. Isto explica um pouco como as coisas funcionam. Precisamos de dar um salto tecnológico, sim, mas em parceria com as pessoas.

Há quem critique este tipo de discurso, dizendo que vocês pensam numa lógica assistencialista, que nunca vai fazer evoluir os pequenos agricultores e que o futuro está no agro-negócio e nos grandes projectos.

O que pensa sobre estes argumentos?

Primeiro, é preciso dizer que o modelo do agro-negócio não é incompatível com o associativismo e com os pequenos produtores. Esta é uma questão de princípio. A experiência tem demonstrado que a obsessão pelo agro-negócio, sem que o país tenha feito uma caminhada, gera exclusão e não resolve os problemas essenciais. É uma ilusão pensar que a opção exclusiva pelo agro-negócio vai resolver o problema do emprego. Não vai.

Nem sequer o da alimentação?

Não. Principalmente no nosso contexto, em que o nível de conhecimento, de formação, e de desenvolvimento da economia fora do petróleo é aquilo que sabemos. Não temos muitas possibilidades de dar um passo muito grande num curto espaço de tempo. Não vai funcionar. Desde logo por problemas de sustentabilidade.

Os grandes projectos, como o aldeia nova por Exemplo, têm falhado exactamente porque não são sustentáveis.

Mas há outro aspecto importante.

Estamos numa fase de desenvolvimento do país em que a desigualdade social é gritante. Precisamos de projectos de desenvolvimento que permitam gerar inclusão social por via do emprego. Este é o foco essencial, na minha opinião, e a agricultura tem esse potencial.

O movimento de pessoas em relação aos grandes centros pode causar problemas no futuro?

Muitos dos angolanos quando vão para as periferias das cidades não encontram o que esperam. Muitos acabam por se encaminhar para a marginalidade gerando focos de instabilidade social. Pode haver

outras formas de mudar este cenário, mas a agricultura sempre será essencial.

Entretanto Parece Que Os Defensores Do Agro-Negócio Têm Muita Aceitação A Nível Político ...

Sim, mas é preciso desmitificar algumas coisas. Já no tempo colonial os dados mostram que mais de 80 por cento das culturas alimentares (milho, mandioca, feijão, batata doce) vinham da agricultura familiar.

Hoje mantém-se esse cenário porque não há grandes projectos a produzir bens alimentares.

Sim, e depois há também a questão do emprego. Vários estudos mostram que é uma falácia dizer que a agricultura empresarial dá mais emprego do que a agricultura familiar. E beneficia de menos crédito. É evidente que quando se colocam estes argumentos há pessoas que dizem que estamos contra o agro-negócio...

E dizem também que é um discurso ideológico.

Não é! Existem várias experiências que comprovam o que estou a dizer. É preciso olhar para o nível de conhecimento que existe no país. Temos a ilusão que somos um país em franca ascensão. Mas isto não se faz com pequenos núcleos. Faz-se com a mobilização geral do país. Cada um a seu nível.

O que acha do programa de comércio rural, que foi elaborado pela antiga ministra do comércio mas que nunca Saiu do papel, e que agora parece ser uma das bandeiras da ministra rosa pacavira?

Eu não gosto muito de falar do programa em concreto. Inclusive participamos na apresentação de uma ideia... Mas o que foi anunciado recentemente, em concreto, não conhecemos. Em termos gerais, muita da produção e do desenvolvimento da produção depende da garantia de mercado que os produtores tenham. Agora, há outros elementos igualmente importantes.

Quais?

A questão dos tratamentos pós colheita, do financiamento ao transporte, armazéns locais... Mas penso que não devemos sofisticar muito as estratégias. Porque depois nem vai haver energia para manter o tal armazém sofisticado. Insisto: estes programas podem sempre ser um êxito, se contarmos primeiro com as pessoas que estão no terreno.

Essa mensagem é lembrada várias vezes nas suas intervenções. A desarticulação entre as estruturas do estado e o público-alvo é um problema?

Às vezes não falha só entre as estruturas do Estado e os chamados beneficiários. Dentro do Estado, as estruturas surpreendem-se com as iniciativas. Muitas vezes o próprio homem da administração também fica sem saber como fazer ... A desarticulação a diferentes níveis do país trava muitas iniciativas.

Por exemplo, no vosso estudo constata-se que alguns camponeses nunca tinham ouvido que o financiamento teria de ser reembolsado. Também está relacionado com a tal desarticulação estrutural?

O problema é que muitas destas iniciativas são anunciadas politicamente mas depois não há uma estratégia de comunicação e divulgação fora das paredes das instituições. Tem de haver uma estratégia, a nível local, de explicação às pessoas. Mais próxima da realidade. Para os casos das iniciativas de crédito temos de resistir à interferência política.

A QUE NÍVEIS?

Há uma tentação muito grande para os programas serem politicamente manipulados. Num programa de crédito tem de haver reembolso. Mas quando esses programas ocorrem num determinado período (eleitoral, por exemplo) apenas para mostrar trabalho, então isto distorce a ideia de reembolso. É preciso resistir à tentação permanente da interferência política.

Ou seja, a interferência política é um entrave que gera graves perturbações, na sua opinião?

Sim, gera perturbações. Porque mesmo os técnicos podem estar muito bem motivados e engajados mas às vezes são destroçados perante um discurso que é feito politicamente. "Disseram na rádio que isto aqui nos foi dado", acreditam alguns cidadãos. A ideia que as coisas não são para reembolsar é altamente prejudicial.

2.11 SONIP deve equacionar situação dos moradores que tenham pago

Semanário Factual

De 22 a 29 de 2013

A informação foi prestada no final de uma reunião que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, teve com os governadores provinciais.

Francisco Lemos explicou que o processo foi suspenso, porque das 23 mil casas comercializadas de um de Fevereiro a sete de Março, a SONIP só conseguiu entregar pouco mais de dez mil chaves aos titulares.

Salientou que decorre o processo de verificação para determinar quantos processos estão já concluídos, quantas casas oram vendidas e o que falta entregar.

Dentro de duas semanas deverá ser dada uma resposta e os que já pagaram à SONIP irão receber as suas casas.

Fez saber que estão em construção novas residências e que os preços continuarão a ser os publicados em Fevereiro.

Informou que a empresa deverá adoptar formatos de comercialização mais flexíveis, vendendo as casas ainda na fase de obras, para evitar os constrangimentos actuais.

Reafirmou que a Sonangol está a fomentar o surgimento de um novo banco de poupança e promoção habitacional.

Uma vez constituído, explicou o PCA da Sonangol, os interessados em adquirir residências deverão passar pela contratação de crédito junto ao banco para formalizar a sua candidatura.

Questionado sobre a possibilidade de exclusão de alguma imobiliária, respondeu que a "DELTA" se manterá assim como todas as outras que tiverem perfil, sustentabilidade, capacidade financeira e de organização.

Francisco Lemos Maria informou que nas restantes províncias do país as centralidades ainda estão em construção e que, em coordenação com os governos provinciais, deverá ser encontrado um formato de comercialização das residências.

2.12 “A Classe empresarial abre as portas ao emprego”

Jornal de Angola

25 De Junho de 2013

Jornal de Angola -A banca em Angola está a desempenhar o seu papel?

Coutinho Nobre Miguel - A banca é parceira do Executivo na execução de programas de fomento, promoção e consolidação empresarial. O Banco Sol tem várias linhas de crédito com prazos alargados e condições competitivas e adequadas aos empresários. Estamos numa fase de reconstrução e recuperação do desenvolvimento do país e a banca é chamada a desempenhar um papel preponderante para que a classe empresarial possa ser cada vez mais activa.

JA - Quais são as linhas de crédito disponíveis no Banco Sol?

CM - Além do crédito normal que constitui a nossa actividade, temos vários programas com destaque para o crédito ao consumo para os professores, enfermeiros e pessoal técnico e administrativo do Estado. Temos também o crédito agrícola, crédito de investimento e actualmente o crédito Angola Investe. Todos os dias procuramos dar oxigénio financeiro ao empresariado angolano. Um país só cresce, só se desenvolve se tiver uma classe empresarial forte.

JÁ- O crédito tem sido imortalizado dentro dos prazos previstos ou há incumprimento?

CM - Temos dificuldades com alguns empresários. Mas também falta uma cultura de crédito. Todos os beneficiários devem saber que os créditos têm de ser imortalizados dentro do prazo. É necessário compreender que quem tem necessidade de obter um financiamento, deve estruturar um projecto sustentável e viável. As garantias associadas ao financiador constituem elementos preponderantes para que os bancos possam fazer o desembolso dos capitais.

JÁ – Os benefícios de crédito apresentam sempre projectos estruturados?

CM – Nem sempre têm os projectos estruturados. Nós procuramos organizar os projectos das micro, penas, médias e sobretudo das grandes empresas. O Banco Sol está presente no mercado e a nossa carteira está estimada em 59,7 mil milhões de kwanzas. O nosso objectivo é dar robustez ao mercado empresarial e tornar o crédito mais acessível.

JA– Qual é taxa de crédito vencido no Banco Sol?

CM – A taxa de crédito vencido é de cinco por cento, num universo de 59.7 mil milhões de kwanzas.

Não é alarmante, mas temos de nos preocupar com a situação do crédito não liquidado dos prazos.

Temos de ter consciência de que a parte mais sensível é o crédito e o risco está presente. Por isso solicitamos garantias confortáveis que dêem confiança real às instituições financeiras. Criámos uma direcção de gestão e recuperação de crédito, que visa dialogar permanentemente com os clientes em incumprimento.

JA - Existem muitas reclamações no Banco Sol?

CM - As reclamações de cedência de crédito vão existir sempre. Elas resultam do interesse das empresas, mas é preciso que se coloquem no lugar

dos bancos. Antes de ceder um crédito, devemos conhecer o perfil do candidato, os objectivos do crédito e qual é a empresa. O essencial na banca é a confiança. Se todos os requisitos forem cumpridos, não há como recusar o processo, porque o nosso papel é transacionar o dinheiro, concedendo crédito, só assim temos rentabilidade. Quando recusamos o pedido de crédito é porque não existem as garantias.

JA - Como classifica a classe empresarial angolana?

CM – É uma classe empresarial emergente, que está a dar sinais visíveis de afirmação e que precisa dos Bancos para se afirmar no contexto da nossa economia. Precisa ainda de melhorar os seus procedimentos e aprimorar a organização, os métodos de gestão, para corresponder aos parâmetros internacionais de uma empresa. Os nossos empresários não devem confundir receitas com lucros.

JÁ – como vê a relação empresariado e o executivo?

CM – temos empresários que se esforçam muito para ajudar o executivo no combate à pobreza. O estado tem de promover a classe empresarial para abriremos as portas do emprego, principalmente para a juventude. A classe empresarial tem demonstrado que merece mais confiança do executivo. O importante é criar um clima harmonioso.

JA – O Banco Sol tem algum projecto para a mulher empresária?

CM – temos um projecto de micro crédito em parceria com a OMA, no sentido de apoiar as mulheres angolanas. Estamos há 12 anos neste mercado, temos procurado interagir com as pessoas vulneráveis. Temos muitas famílias carenciadas e é necessário reduzir o nível de pobreza no nosso país. Não se desenvolve um país com pobreza. Temos de elevar o nível de escolaridade. O estado não deve distribuir dinheiro às pessoas, tem que criar condições para que através do emprego todos possam ter sustento próprio.

JA - Quais são os produtos de crédito para a juventude?

CM - Temos um programa com o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional. É um crédito concedido a jovens que criaram os seus empreendimentos. Vamos alargar este projecto no sentido de darmos oportunidades à juventude. Temos também um crédito destinado às quitandeiras, taxistas e camionistas. É nossa missão apoiar as forças activas, a fim de desenvolver o nosso país.

JA - O Banco Sol tem balcões em todas as províncias?

CM - O Banco Sol está implantado em todo o território nacional. Em algumas províncias temos mais de um balcão em cada cidade. E temos cinco projectos estratégicos com realce para o reforço de quadros, expansão e formação. É preciso investir mais na tecnologia, porque sem ela não temos sucesso.

JA - O Banco Sol aposta na internacionalização?

CM - Um dos objectivos é chegar à Namíbia e Moçambique. A nossa economia deve estar presente noutros países para ganhar vantagens competitivas e contribuir para as trocas comerciais e acima de tudo participar nas estratégias económicas da SADC. O Banco Sol quer manter-se acima da média. No ano passado crescemos dois dígitos. Queremos dar o nosso melhor e contribuir para a melhoria de vida dos angolanos.

JA - O banco tem novos projectos em carteira?

CM - Somos o único banco com dependências nos hospitais. Isto permite que os enfermeiros, médicos e outros técnicos façam as suas operações bancárias sem abandonarem os pacientes. Achamos importante aproximar os serviços bancários aos trabalhadores da saúde. Este é um projecto inovador do Banco Sol.

JA - O empresariado angolano tem nível internacional?

CM - Temos muitos empresários angolanos a investir no exterior, com destaque para Portugal, Brasil, África do Sul, Namíbia e outros países. Hoje a própria visão da política externa é de uma visão forte. Muitos Estados são fortes e desenvolvidos por causa da classe empresarial, e nós temos de fazer a nossa parte para que a inserção do empresariado a nível internacional seja uma realidade.

JA - Quantos balcões tem o Banco Sol?

CM - Temos 1132 trabalhadores e 134 balcões a nível nacional. Este ano, vamos comemorar 12 anos de existência, o que demonstra que estamos seriamente comprometidos com a pátria. Todos os dias trabalhamos para contribuir para o crescimento do nosso país. O Banco Sol há de ser sempre uma referência no mercado financeiro angolano.

2.13 Imobiliário Equilibra Oferta E Procura

Jornal de Angola
25 De Junho de 2013

O mercado Imobiliário de Angola vive uma fase de maior equilíbrio entre a oferta e a procura, com reflexos na estabilização de preços, mas tem ainda um "enorme potencial de crescimento", de acordo com um estudo da empresa Proprime.

A quinta edição do Estudo do Mercado Imobiliário Angola, lançado pela consultora imobiliária angolana, indica que o sector imobiliário está a atravessar uma nova fase de desenvolvimento, com estabilização dos valores de mercado, especialmente nos segmentos de habitação e escritórios.

"Após o período de crescimento exponencial que se seguiu ao fim do conflito armado, e posteriormente, de uma desaceleração resultante do impacto da crise financeira internacional, o mercado imobiliário de Angola encontra-se actualmente numa nova fase", afirmou o director da Proprime, Francisco Barros Virgolino.

A nova fase é caracterizada por uma procura "mais alargada na sua base mas também mais cautelosa, o que tem vindo a resultar num abrandamento do ritmo de vendas de imóveis em planta e que deve, sobretudo, ter impacto nos valores de mercado dos imóveis, esperando-se que estes estabilizem face a períodos anteriores mais especulativos", disse Francisco Virgolino na sessão de lançamento do estudo.

Anova fase do mercado também está marcada pela maior profissionalização e criação de mecanismos legais na área do imobiliário, como fundos de investimento ou a modalidade de renda resolúvel, adiantou o director da Proprime.

Na segmento da habitação, refere a Proprime, continua a registar-se um desajuste da oferta em relação à procura, com défice habitacional para a classe média, que tem crescido de forma expressiva nos últimos anos, continuando a predominar espaços direccionados para as classes média-alta e alta.

Nível dos preços

Neste segmento, é "notório um abrandamento do ritmo das vendas face a períodos de grande expansão, principalmente das vendas ainda em planta", e os preços estão a estabilizar, com máximos de apartamentos em Luanda a rondarem 5.700 dólares (570 mil kwanzas) por metro quadrado (Ingombota) e

de moradias 5.043 dólares (504 mil kwanzas) por metro quadrado (Talatona).

Em Benguela, o valor médio de venda de habitação é de 3.400 dólares (340 mil kwanzas) por metro quadrado e no Lobito ascende a 5.400 dólares (540 mil kwanzas) por metro quadrado. No segmento de escritórios, Luanda regista um abrandamento na absorção de espaços, sendo a nova oferta caracterizada, sobretudo, por construção em altura e pela conjugação num só espaço de diversos usos.

Contudo, ainda há procura por satisfazer e apenas nos próximos quatro anos deve haver um ajuste, que conduza a uma maior "normalização de valores, tanto de venda como de arrendamento", que actualmente rondam os 140 dólares (14 mil kwanzas) por metro quadrado por mês na Baixa de Luanda, refere a Proprime.

"Não obstante o abrandamento da procura, as taxas de desocupação de escritórios em Luanda continuam entre as mais baixas de mundo, sendo as empresas das áreas petrolífera, Estado, sector financeiro e multinacionais, as principais forças de procura", adianta.

Também no segmento industrial potencial de crescimento é grande, com a aposta governamental na criação de condições para aumentar o investimento, incluindo na melhoria de infra-estruturas, acessibilidades e criação de medidas para o investimento estrangeiro, impulsionando ainda a criação, por ordem do Executivo, de Polos de Desenvolvimento Industrial.

Viana tem o mais antigo Pólo de Desenvolvimento Industrial de Angola, com renda média dos armazéns a rondar os 20 dólares (dois mil kwanzas) por metro quadrado, mas zonas como Cacucaco, município do Cazenga e Sambizanga têm maior impacto no desenvolvimento do segmento industrial.

Quanto ao turismo, continua a basear-se fortemente no segmento de negócios/empresarial, com Luanda a reunir a maior oferta hoteleira, que inclui três unidades de cinco estrelas, e Benguela carente de oferta de acomodações, apesar de "enorme potencial no segmento de sol/praias, com 200 quilómetros de costa e várias praias" disponíveis.

Em Luanda, a tarifa diária média dos hotéis de cinco estrelas fixa-se em 500 dólares (50 mil kwanzas), enquanto em Benguela e Lobito a média da diária para hotéis de 4 estrelas se situa nos 300 dólares (30 mil kwanzas), diz o documento com base em dados recolhidos.

"Em suma, o mercado imobiliário angolano continua a apresentar um enorme potencial de crescimento, mas está agora a criar as bases para conseguir evoluir em termos de transparência e maturidade, que são factores absolutamente cruciais para o saudável desenvolvimento de qualquer mercado", afirma Francisco Barros Virgolino

2.14 BUE impulsiona população

Jornal de Angola
27 De Junho de 2013

O financiamento disponibilizado pelo Balcão Único do Empreendedor (BUE) contribuiu para o aumento da produção agrícola na província do Bié, informou o presidente da Federação das Associações de Camponeses e Cooperação Agro-Pecuárias, Mariano Sassoma.

O financiamento do BUE permitiu aos camponeses e pequenos agricultores isolados e associados aumentarem as áreas de cultivo, adquirir fertilizantes e meios de trabalho, pesticidas e sementes. Os contemplados deram emprego a centenas de jovens. Mariano Sassoma louvou a iniciativa do Executivo por criar o BUE, que está a contribuir para a melhoria das condições sociais das populações, principalmente, das zonas rurais.

O projecto BUE enquadra-se no programa do Executivo que visa o combate à fome e à pobreza no seio das comunidades.

O BUE na província do Bié já financiou 2.964 projectos, entre os quais figuram a agricultura, prestação de serviços, salões de beleza, cantinas, serralharias, pequena indústria moageira e fabrico de gelados.

O programa de financiamento está suspenso por razões técnicas e organizacionais, mas retomar em breve o processo de financiamento.

2.15 “Já passamos a fase do boom”

Novo Jornal
28 De Junho de 2013

Que mercado imobiliário temos hoje?

Temos um mercado mais profissional. No caminho da profissionalização. É um sector que tem vindo a estabilizar os seus valores e que está a fazer uma progressão ao nível legislativo.

Como exemplo, temos a operacionalização da renda resolúvel, especificamente para os segmentos médios

e médio-baixos, a recente aprovação da lei dos fundos de investimento mobiliário e a operacionalização da Comissão de Mercado de Capitais, entidade reguladora do mercado de fundos de investimento imobiliário. Essas alterações têm exigido ao mercado uma maior profissionalização e também uma maior transparência no mercado.

Quando fala de profissionalização do mercado está a dizer que o mercado não era profissionalizado?

O mercado angolano, com o fim da guerra, tinha graves carências a nível imobiliário e tudo isso teve que ser reconstruído. Nessas alturas é fácil fazer qualquer coisa e colocar no mercado, porque o mercado absorve devido às grandes necessidades.

Neste momento a procura já é muito mais selectiva e o mercado já passou a fase de "boom". Está a atravessar uma fase de estabilização e isso leva a que os promotores imobiliários tenham outros cuidados.

Há uns anos atrás, comprava-se muito em plantas, actualmente já não se compra em planta. O cliente já gosta de ver o produto final antes de adquirir e essa evolução exige também da parte de quem está a promover o imobiliário outro tipo de cuidado, outro tipo de preparação e também olhar mais para a concorrência. Porque o mercado neste momento já não é tão reduzido.

A operacionalização da renda resolúvel não está condicionada? São poucos projectos com esta modalidade de pagamento ...

Não existia. E este ano assistiu-se, especialmente aqui em Luanda, à implementação da operacionalização da renda resolúvel. É um caminho que temos que percorrer. As coisas não se fazem num dia. Vão se fazendo e eu acredito que seja natural que ao longo do tempo esta lei seja cada vez mais abrangente. Não só para os projectos que actualmente beneficiam desta lei, mas todos os outros, ou novas centralidades que existem no país.

Esta é uma renda resolúvel diferente da tradicional porque obriga o potencial comprador a pagar um ano de adiantamento. É justo?

É como tudo, tem os seus aspectos negativos e tem os seus aspectos menos positivos. Daí ser um produto mais para o segmento médio ou médio-baixo e não um produto para um segmento muito baixo. Mas é uma forma de suprir as carências habitacionais que Angola ainda tem.

Quais são as alterações mais significativas que o vosso estudo constatou e em que segmento de mercado?

Temos que falar de coisas bem distintas. Por um lado, as novas centralidades. São o destaque natural nesta fase em que nos encontramos. Mas também há o projecto Baía de Luanda que vai mexer com a cidade toda. Um projecto de grande envergadura.

Da parte dos promotores nota-se a necessidade de criarem produtos para a classe média, porque até aqui o que se via era tudo virado para uma classe alta, que é limitada. Esta tomada de consciência dos promotores é importante para criar um novo produto para a classe média.

O segmento escritório, basicamente o de Luanda porque os outros são ainda muito incipientes, vive do sector petrolífero que está a absorver grande parte dos novos produtos lançados no mercado. A tendência será para este sector vir a ser mais equilibrado no futuro.

Os preços baixaram realmente?

Baixaram. Quando comparamos os nossos estudos, desde 2006, é interessante observar que o preço se calhar não desce assim tanto unitariamente porque as áreas construídas são menores. Ou seja, para um determinado público-alvo fazia-se uma casa, vamos supor, com 400 metros quadrados. Actualmente faz-se uma casa com 300 metros quadrados.

Portanto, o preço da casa baixou efectivamente porque baixou a área de construção. O valor unitário não mexeu muito. Há esta diferença. Por isso podemos falar que houve uma baixa de preços.

Neste momento os valores da oferta são superiores aos valores que a procura está disposta a pagar e isto faz com que a oferta esteja desenquadrada em relação à procura a tendência no futuro será para os preços baixarem.

Esta realidade é vivida em todo país?

Temos que olhar para um produto abrangente para todos, uma boa casa. Estamos a falar da emergência de uma classe média, e a tendência para essas pessoas terem habitação própria será o produto ir de encontro às necessidades desta classe.

Não só a nível de equipamento, mas também a nível de preço.

Quanto é que custa hoje o metro quadrado de uma habitação?

O mercado é muito díspar. Tanto pode encontrar casas a 5 mil dólares ou a 2 mil dólares o metro quadrado. Isto varia de acordo com a localização, qualidade, dimensão, acessos... Todos esses factores

acabam por contribuir para a definição de um preço. Estes preços são parecidos tanto para a habitação como para os escritórios.

Esta realidade é de Luanda ou também de outra província?

É específica de Luanda. Porque se for a ver 90 por cento dos serviços estão concentrados em Luanda. E onde estão os serviços é maior a procura. Apesar de poder existir localizações específicas com necessidades específicas, mas que não fazem o mercado.

Por exemplo, temos o Soyo que está com o gás natural, está a ter um desenvolvimento muito grande. Mas o sector do gás não vai fazer o preço do mercado, embora no Soyo possa haver uma procura específica de um tipo de escritório. Mas isso não vai fazer um mercado. E Luanda é um mercado grande.

Qual a sua opinião sobre os novos modelos de construção da cidade?

É um tipo de construção. E isso leva-nos a tudo quanto seja o ordenamento da cidade. As suas infraestruturas, redes viárias, sistemas de transportes públicos. Tanto quanto se está em curso o desenvolvimento do Plano Director Municipal de Luanda e que obrigatoriamente terá que levar em conta uma centralidade, porque a Baía de Luanda é uma nova centralidade diferente das outras, e não deixa de ser um novo polo atractivo, que vai exigir de quem está a fazer o plano municipal uma atenção especial.

Como é que olha para as actuais centralidades?

Como tudo tem as suas coisas boas e as suas coisas menos boas. É uma cidade organizada e a mobilidade é fácil dentro destas cidades. O reverso da medalha é que as acessibilidades à cidade são terríveis.

Não foram criadas infraestruturas, nem sistemas de transportes públicos que permitam um fácil acesso à cidade. Isso é fundamental quando se pensam em novas centralidades. Daí a importância do Plano Director Municipal, que tem que definir as infraestruturas a serem criadas para o bem de todos os que lá habitam e também para os que estão na própria cidade. Ter uma boa rede de transportes em Luanda é um ponto que todos concordam. Facilitaria muito a vida de quem cá vive e de quem está fora mas vem cá trabalhar. Ser uma boa cidade também depende de uma boa rede de transportes públicos. É dos livros.

Porquê?

Quem estuda um pouco de urbanismo sabe que estão intimamente ligadas. As redes de transportes, os eixos viários, as infraestruturas todas numa cidade contribuem muito para a qualidade de vida de quem lá vive e quem lá trabalha.

Como é que se resolveria a questão urbanística de Luanda?

Não quero estar na pele de quem tem este problema para resolver. Para se poder desenvolver um projecto desta envergadura, o plano Director Municipal é o primeiro passo. Ou seja, conseguir ver a cidade como ela está e a partir daí pensar a cidade no futuro. Mas para tal é preciso fazer um levantamento do que é a cidade hoje.

O que é a cidade hoje para si?

É muito trânsito. Muita construção. Uma coisa que eu acho muito importante que não tem sido apadrinhada é a reabilitação dos edifícios existentes.

Em vez de se construir novo podemos reabilitar o que já existe. A Europa parou de construir e começou a reabilitar. Esta crise internacional ajudou muito nesse sentido mas eu acho que é um bom exemplo para Angola, para Luanda e para todas as cidades do país.

É importante que quem constrói neste país tenha a noção do clima. O calor, a exposição solar, porque depois a arquitectura tem que acompanhar e deve-se evitar construir edifícios totalmente envidraçados.

Algo que tem sido feito na zona da baixa de Luanda, por exemplo.

Os custos de manutenção de um edifício assim são fortíssimos, exigem muitos ares-condicionados e implicam um alto consumo de energia, que neste momento é quase todo garantido por fontes alternativas. Mas também é verdade que muito já foi feito, muitos erros se cometeram e fazem parte da evolução. O importante é saber corrigi-los e fazer melhor. Isto é um processo evolutivo, a cidade é um organismo vivo, das pessoas, dos edifícios que aparecem, dos que desaparecem ... É preciso ter essa consciência.

2.16 Banco Sol disponibiliza mais crédito habitacional para apoiar cooperativa

Jornal Economia

28 De Junho de 2013

O Banco Sol e a cooperativa "O Nosso Zimbo", que congrega funcionários do Ministério das Finanças e empresas públicas adstritas ao referido ministério, assinaram, recentemente, em Luanda, um protocolo de cooperação mediante o qual serão viabilizados vários projectos de construção de residências.

Segundo o presidente do Concelho de Administração do Banco Sol, Coutinho Nobre, a direcção do banco que gere predispôs-se através do protocolo a conceder um montante avaliado em 25 milhões de dólares (2,4 mil milhões de kwanzas) para fazer cobertura aos pedidos de crédito habitação.

"Este é um passo que visa também responder e contribuir para a concretização do programa de construção de um milhão de casas levado a cabo pelo Executivo angolano", afirmou.

Segundo Coutinho Nobre, os pedidos dos membros da cooperativa serão atendidos sem necessidade de apresentação de outras garantias reais normalmente solicitados pelos bancos comerciais. Além do protocolo, o banco dispõe de um fundo de garantia que cobre 15 por cento dos riscos, sendo que a própria residência a adquirir constituirá uma garantia patrimonial do banco.

Por sua vez, Emanuel Maravilhoso Buchartts, presidente de direcção da cooperativa "O Nosso Zimbo", agradeceu o apoio do Banco Sol e garantiu que a iniciativa vai beneficiar os três mil associados da cooperativa e outros funcionários das Finanças que vierem a aderir ao projecto.

"O projecto habitacional é de âmbito nacional e será executado de forma faseada. Nesse momento, vamos arrancar com as obras nas províncias de Malanje, Huíla, Namibe, Benguela e Huambo", disse.

Questionado sobre as formas de acesso ao projecto, Emanuel Maravilhoso Buchartts afirmou que os principais beneficiários serão os associados interessados no produto. Os outros trabalhadores do ministério e órgãos afins poderão também beneficiar do projecto mediante adesão à cooperativa e apresentação da sua candidatura ao crédito habitação junto do banco, que oferecerá procedimentos especiais ao abrigo do protocolo assinado.

2.17 Bué “Adormeceu” Após Eleições Gerais em Angola

Folha 8

29 De Junho 2013

Dos vários balcões implementados em Luanda, poucos deles operam na intenção de apoiar ou financiar os pequenos empresários, quanto mais na facilitação da constituição da pessoa jurídica das empresas. Os jovens que procuram o referido serviço saem daí desapontados com os resultados, "já não dá para entender se estes balcões foram criados com que finalidade, nunca estão prontos para nos ajudar, tanto em financiamento como em legalizar a empresa", disse o jovem frustrado, tal como afirmou o Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

De início, o projecto foi bastante explícito, visando aproximar a juventude empreendedora nos programas de crescimento e desenvolvimento económico do País. Depois da vitória do MPLA "Movimento Popular de Libertação de Angola" nas eleições gerais de 31 de Agosto de 2012, o Governo abrandou o ritmo das instituições criando assim vários constrangimentos aos programas dos empresários.

"Antes das eleições a juventude era o futuro empreendedor da economia local e só batia BUE, depois das eleições fomos todos considerados quadros desqualificados e frustrados para os investimentos, sobretudo em Luanda", lamentou um alto dirigente da JMPLA do distrito do Sambizanga.

Por outro lado, neste programa foram construídos em todo país, mais de 100 balcões, dos quais 84 em todo o país estão em funcionamento, com o propósito de facilitar os empreendedores que precisam de legalizar a sua actividade comercial, passando desta forma a exercê-la na economia formal.

Sendo assim, os jovens empreendedores acreditaram que, com a criação destes balcões, levaria o Governo a cumprir com os programas de implementação das estratégias de consolidação macroeconómica, combatendo o desemprego e a pobreza. "O investimento rural como estratégia devia ser o motor do crescimento económico, razão pela qual, o apoio à esta classe deve ser intensificada, quanto ao financiamento e ao processo de constituição de empresas", explicou.

Contou também, que com a expansão do BUE, registaria-se a legalização da maioria das pequenas empresas e pequenos negócios.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Nga Manda, a zungueira

Semanário Angolense
01 De Junho de 2013

A última vez que me desloquei a Luanda foi em 1991. Portanto, como diria o consagrado escritor Eça de Queiroz, grande estilista na forma e no conteúdo, estou desterrado na sanzala da Póvoa de Santo Adrião, concelho de Odivelas, há uma grossura de anos.

Deste modo, por vezes, no silêncio longo desta minha sanzala, sinto saudades da minha Luanda, que está a progredir. Que se está a transformar, em passadas certas e compridas, rumo ao progresso. Sinto saudades da minha Luanda!

Encontra-se entre nós o meu neto e querido amigo Patrick Cunha, Mestre em Relações Internacionais, a fim de se matricular na Universidade Lusíada de Lisboa, para fazer o Doutoramento.

Trocamos impressões sobre Luanda. Referiu aspectos que eu desconhecia, as diversas transformações que a cidade sofreu e, sobretudo, a vivência das suas gentes. Traçou uma longa panorâmica das zungueiras, essas mulheres anónimas que pululam pela cidade, com o seu alguidar equilibrado sobre a cabeça, vendendo os mais diversos produtos.

Mas, o que mais me fascinou foi o relato que o Patrick fez sobre a zungueira Nga Manda. É um postal típico e rico de beleza.

O meu inesquecível amigo e compadre, o sempre lembrado Jorge Macedo, esqueceu-se de escrever uma «Ode» às mulheres zungueiras, que emprestam à cidade um colorido invulgar.

O conceituado e talentoso cineasta Zezé Gamboa, se explorasse esse inédito tema, produziria um documentário digno de figurar em qualquer concurso internacional de cinema.

Ela chama-se Madalena. Na intimidade, as amigas e familiares tratam-na por Nga Manda.

E lá ia a Nga Manda, a zungueira, com um alguidar de ananases equilibrado sobre a cabeça. É alta, bonita e atraente, com um bronzado de se lhe tirar o chapéu.

Trajava uma espécie de túnica e calçava umas sandálias. Levava uma criança nas costas e um filho de quarto anos seguro pela mão direita.

Caminha serenamente, sob a inclemência dos raios solares, vendendo o seu negócio. De vez em quando para.

Abriga-se na sombra de uma árvore. Numa sacola que levava a tiracolo, tira uma garrafa de água e dá ao filho, que já se queixara de sede, a beber. Desamarra o outro filho das costas, da sacola retira uma garrafinha de leite condensado e dá à criança a beber.

Depois, retoma a marcha. Um candongueiro, numa curva mal feita, por um pouco que a atropelava, embatendo a viatura numa árvore. Ela, num brado de revolta, grita Xê, seu sacana! Estás bêbado?

É assim que se anda com o carro?

Pousa o alguidar no chão e, furiosa, dirige-se ao motorista, com a intenção de esbofeteá-lo. Mas um guarda do trânsito interveio rapidamente e acalmou-a.

O Dr. Patrick Cunha, que surgiu duma esquina, estacionou a sua viatura e, dirigindo-se-lhe, inquiriu o que havia acontecido. Ela, ofegante e nervosa, narrou que, por um pouco, ela e as suas crianças seriam atropeladas. «Vamos ali debaixo daquela árvore e tenha calma. Já passou. Agora, descansa», disse para ela.

Tirou a criança das costas e colocou-a ao colo. Retirou da sacola uma sanduíche e deu ao filho.

Mamã, falta a gasosa.

E narrou ao Dr. Patrick Cunha, atento e curioso tristes episódios da sua vida.

- Esta minha vida é de muito sacrifício. Estás admirado: tão nova como sou e a levar a vida de zungueira! Nem todas têm a mesma sorte. O trabalho, por mais reles que seja, é uma honra. Não vendo o meu corpo para sobreviver. Não podia arranjar trabalho melhor, porque não tenho habilitações.

Madalena silenciou. Contemplou os carros que circulavam em buzínadelas ensurdecadoras. Os miúdos, descalços e sujos, pontapeavam uma bola feita de trapos.

Depois, rompendo o silêncio, continuou: - Eu estava a estudar a 9.ª Classe.

Tinha dezassete anos, vivia bem. Meu pai tinha os seus negócios e auferia bons rendimentos. O meu objectivo era fazer, mais tarde, um curso de medicina.

Mas, se não fosse um episódio triste da minha vida, hoje, estaria frequentando esse curso.

Madalena silenciou de novo.

Suspirou profundamente. Via-se no seu semblante que estava triste. E as lágrimas rolaram.

- Não chores! Por que choras?

- Choro. Choro de revolta.

Coro, porque sem querer, estraguei a minha vida que já estava bem encaminhada. Apareceu um rapaz bonito que também estava a estudar. Apaixonei-me. Ele gostava de mim. Eu também gostava dele. Traçamos planos para o futuro. Ele queria fazer o curso de engenharia. Eu, o de medicina. Casaríamos, após concluídos os nossos cursos. Mas, no entusiasmo do nosso namoro, com a inexperiência própria da idade, entreguei-me totalmente a ele. Resultado: ao roubar-me a virgindade, tudo se dissipou. Por parte dele, o afecto, a dedicação, as juras de amor que sempre fez, arrefeceram como por encanto. E desapareceu. Nunca mais o vi.

Madalena voltou a silenciar.

Deixou escapar um suspiro. O seu rosto adquiriu uma expressão séria. Depois, já risonho, o seu pensamento estava distante, mergulhado no passado. E ria-se.

Ria-se de contentamento.

E o Dr. Patrick, querendo desvendar o mistério, indagou com curiosidade:

- Há bocado estavas séria, distante da realidade, e agora estás risonha como recordando algo que se passou contigo - Estava a recordar-me do meu antigo namorado. Dos momentos alegres que passámos juntos. Dos beijos que nós trocávamos. Eu gostava muito dele. E, apesar do que aconteceu - Ainda gostas dele - acrescentou o Dr. Patrick, cortando a pausa.

Confirmou com um movimento de cabeça.

Madalena, após uma breve pausa, continuou:

- Não sei como é que o meu pai soube do que havia acontecido comigo! Ficou furioso e quis esbofetear-me! Mas a minha mãe interveio rapidamente e ele refreou os seus ímpetos! Depois expulsou-me de casa!

Muito mais tarde, apareceu o homem com quem vivo. É mecânico de automóveis. É meigo, carinhoso. Gosta muito de mim.

E eu, correspondendo o seu bem querer, aprendi a gostar dele. É o pai dos meus filhos: O Abraão e a Rita. Não tem sorte na vida. Não tem emprego certo. De quando em quando, aparece uns biscates. Eu tinha que sobreviver! Queria arranjar um bom emprego! Mas por falta das habilitações exigidas, fiz-me zungueira! Vendo de tudo e com lucros consideráveis! Tenho bastante dinheiro depositado no banco.

- E quais são os teu planos para o futuro?

- O meu plano já está traçado. Mudar de vida. A zunga dá muito dinheiro, mas é cansativa... Vou arranjar um pequeno restaurante.

Como continuo a estudar de noite, quero concluir a 12.8 classe para ingressar na faculdade de medicina. Quero ser médica! Deus há-de me ajudar. Quando concluir o curso, já os meus filhos, o Abraão e a Rita, estarão a estudar. Quero que o Abraão seja engenheiro e a Rita locutora de rádio e televisão.

O Dr. Patrick ficou sensibilizado com a história da Madalena. Retirando duas notas de mil kwanzas, disse:

- Uma é para o Abraão, o futuro engenheiro e a outra é para a Rita, a futura colega do meu pai. Tens aqui o meu endereço. Quando precisares de alguma coisa, não hesites! Faça-o, sem qualquer interesse. Não queres que te leve a casa?

Ela disse que não. Iria a pé. A sua casa era ali perto. Quando o Dr. Patrick se dirigia para a sua viatura, o Abraão levantou o braço num adeus de despedida. A Rita despertou do seu sono e sorriu.

3.2 Zungueirasw salvam francófonos da Polícia Económica

Semanário Factual

01 De Junho de 2013

Há três meses que as Zungueiras facilitam a vida de malianos, senegaleses, costa marfinenses e congolezes, apelidados de "Mamadus" em Luanda, a troco de dois a três mil Kwanzas, pela quantidade de mercadoria despachada por dia fora dos estabelecimentos pertencentes aos estrangeiros da francofonia, evitando, deste modo, a putrefacção dos produtos que podem ser maus para o consumo humano.

Cidadãos francófonos ouvidos pelo Factual explicaram que as Zungueiras têm sido uma fonte fácil e de salvação rentável dos seus produtos importados, sempre que estes estejam a caducar.

Segundo malianos e senegaleses ouvidos pelo Factual, o encerramento de cantinas constitui uma desvantagem na sua vida económica e também no seio das famílias angolanas, pelo facto de serem os maiores importadores independentes de mercadoria a grosso em Angola.

E esta situação, segundo eles, pode atrair enormes consequências para a vida alimentar dos angolanos, que não têm quase nada para suportar os preços praticados em supermercado e em lojas de alto nível, actualmente.

o senegalês Edi Morche, de 41 anos de idade, é proprietário de uma cantina, nos arredores do distrito da Ingombota, em Luanda, e diz que tem ajudado muito as famílias angolanas com incapacidade financeira, através da venda a retalho de produtos baratos, preços que não são praticados normalmente nas lojas e supermercados.

"Temos confiado às Zungueiras a venda dos nossos produtos a retalho em quase todos os municípios de Luanda, a troco de dois a três mil Kwanzas, porque sentimos a necessidade de despachar, quanto mais cedo possível, as mercadorias e organizar as bagagens para o possível regresso à mãe pátria", afirmou.

"Temos a responsabilidade e a noção que um país organizado deve controlar os seus cidadãos e fiscalizar os produtos que estes consomem, o que significa que devem também fiscalizar os estabelecimentos legais e apropriados para a venda a fim de importarem o necessário. Logo, resta-nos obedecer e não fugir ao fisco, embora tenhamos que abandonar Angola", considerou.

Simba Massanga, senegalês de 38 anos de idade, diz que tem encontrado facilidade ao colaborar com as Zungueiras, para despacharem os seus produtos existentes na cantina.

Indicou ter 12 trabalhadores, que conseguem despachar metade da mercadoria do seu estabelecimento, entre eles quatro rapazes e oito senhoras, que as vendem na baixa da cidade de Luanda e nos arredores do São Paulo e do Sambizanga.

Intermediárias Zungueiras contaram ao Factual ser uma forma viável de conseguir sustento para a família, revender os produtos das cantinas de cidadãos francófonos, mesmo sabendo dos perigos

que correm, pois muitos destes produtos estão em mau estado de conservação, e as mercadorias são normalmente vendidas em locais proibidos pela fiscalização da província de Luanda.

Esmeralda Guedes, de 28 anos de idade, mãe de 4 filhos, revelou ao Factual que salvando a mercadoria dos malianos e senegaleses, através do despacho como ambulante, acaba por conseguir o sustento dos seus filhos, pois têm sempre alguns valores no final da tarde para levar à casa.'

Vale sublinhar que, no princípio da última semana de Maio, mais de 700 cantinas e armazéns de venda de roupa e produtos domésticos viram-se obrigados a encerrar as portas, devido à intervenção da Polícia Económica, juntamente com os Serviços de Migração e Estrangeiros e do Instituto Nacional de Defesa dos Consumidores (INADE).

3.3 Armazéns serão retirados da cidade

Semanário Angolense
07 De Junho de 2013

A medida é antiga, já remonta desde o consolado do antigo governador de Luanda Simão Paula, mas a sua efectivação tarda. Desta vez a ministra do Comércio voltou a tocar no assunto e parece que desta vez será definitivo.

O Ministério do Comércio vai proceder a retirada dos armazéns grossistas das áreas urbanas para a periferia a partir deste mês, segundo anunciou a titular da pasta Rosa Pacavira.

A ministra Rosa Pacavira quer com estas medidas proceder a transição progressiva da actividade comercial informal para o sector formal.

O processo que deve arrancar ainda este mês, termina em Dezembro.

Por outro lado, a titular do órgão que regula a actividade do Comércio em Angola disse que, as medidas a serem tomadas visam a reestruturação da rede comercial do país para responder com eficácia e eficiência a demanda do mercado interno. Aquela responsável mostrou-se preocupada com a onda de invasão de estrangeiros em situação irregular no sector do comércio, particularmente, ao nível do comércio de proximidade.

Por outro lado, a ministra anunciou para Agosto a entrada em vigor do novo Alvará Comercial, salientando que, os proprietários de armazéns que se resistirem a transferência não terão a possibilidade de

verem os seus alvarás renovados, situação que os levará a incapacidade do exercício da actividade comercial.

Durante o acto de confraternização que aconteceu numa das unidades hoteleiras na Ilha de Luanda, a ministra do Comércio fez entrega de seis residências a alguns funcionários mais antigos do Ministério e computadores para os trabalhadores que estudam.

3.4 BUE legalizou milhares de empresas

Jornal de Angola

07 De Junho de 2013

O Balcão Único de Empreendedor (BUE) permitiu a constituição e legalização de seis mil empresas no país, revelou recentemente ao *Jornal de Angola* Anselmo Gilberto, Coordenador da instituição em Benguela.

"Nos próximos tempos, vamos ver empresas com maior responsabilidade pelo facto de já funcionarem de forma legal", sublinhou o gestor, que considera o financiamento do BUE um apoio imprescindível para impulsionar a actividade económica do país.

Só para o município de Benguela, o BUE já disponibilizou 776 milhões de kwanzas (cerca de oito milhões de dólares) através do programa denominado "Meu Negócio Minha Vida" para o apoio ao pequeno negócio.

O objectivo do BUE no incentivo a iniciativas ligadas ao empreendedorismo, de acordo com Anselmo Gilberto, é o de tornar as empresas mais legais aos olhos do Estado e da sociedade e também fomentá-las a partir dos programas de financiamento.

Para o gestor do BUE em Benguela, o programa de desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas visa dar sustentação a iniciativas empreendedoristas.

"Entretanto, se existem empresas e organizações filantrópicas a desenvolver empreendedorismo nas comunidades, só vêm auxiliar o que são as iniciativas e perspectivas para o grande desenvolvimento que o Estado almeja", sublinhou.

Relativamente a financiamentos, "estamos neste momento num interregno, aguardando que o Ministério da Economia liberte os fundos que lhes são destinados", explicou.

Na segunda fase, o BUE pretende trabalhar com "kits", voltando-se mais para a área do

empreendedorismo e técnica. "Vamos deixar de apoiar o sector comercial e a prioridade vai ser, basicamente, para as áreas mais profissionalizantes", referiu. Segundo o coordenador do BUE na província de Benguela, a instituição que dirige está munida de todos os serviços que garantem o licenciamento e a constituição de todo o tipo de empresas.

"O que acontece logo a seguir é que cada empreendedor, dentro do ramo que escolhe, pode dirigir-se a um dos órgãos responsáveis e obter o alvará específico para aquele tipo de actividade", esclareceu.

O gestor do BUE revelou ao *Jornal de Angola* que a instituição está a financiar a actividade comercial, mas os interessados devem estar munidos de autorizações específicas para o seu exercício.

Anselmo Gilberto referiu que o Ministério da Economia está a efectuar o balanço do que já foi cedido até à data em termos de financiamento, "e porque existe um 'fundo de maneo que precisa de ser analisado para o que nos resta daqui para a frente", realçou.

O gestor revelou igualmente ser prematuro adiantar os valores a serem financiados na segunda fase, porque o Ministério da Economia está a trabalhar nesse sentido. Mas acredita que a segunda fase reserva modalidades diferentes das anteriores.

"Até aqui, o BPC, o banco operador com o qual trabalhamos, fazia o depósito ao fornecedor e o utente ia buscar o equipamento. Agora vamos ser um pouco mais específicos, adquirindo o 'kits' para serem entregues aos empreendedores em conformidade com o projecto de cada um", adiantou.

Esta mudança, de acordo com Anselmo Gilberto, decorre não só de uma nova estratégia do BUE, "mas também pelo facto de, na primeira etapa, termos constatado algumas irregularidades no cumprimento daquilo que tinha sido estipulado entre os beneficiários e os fornecedores dos equipamentos. O banco operador encaminhava o valor monetário para os fornecedores e estes, por sua vez, entregavam-no aos destinatários para a sua utilização de forma diferente da estipulada pela instituição", asseverou.

Em face disso, estão a ser tomadas algumas medidas cautelares pelo Executivo, para se evitarem situações idênticas no futuro. "E por isso que, nesta segunda fase, a modalidade vai ser a de o Balcão Único do Empreendedor fornecer 'kits' ao empreendedor", explicou. Relativamente aos processos judiciais contra os que desencaminharam o financiamento do Banco, o Coordenador do Balcão Único do Empreendedor

descarta essa possibilidade, por considerar que "ainda é prematuro e o Estado está, todavia, a fazer uma avaliação daquilo que foi a primeira fase de financiamento", concluiu Anselmo Gilberto.

3.5 Comércio rural em revitalização

Jornal de Angola

07 De Junho de 2013

O Governo do Bié continua a desenvolver acções destinadas a revitalizar o comércio rural e a fortalecer a classe empresarial.

De acordo com uma nota do Governo Provincial do Bié, chegada à Angop no âmbito das comemorações do Dia Nacional do Comércio (3 de Junho), das acções em curso constam a construção dos centros de logística e distribuição no interior da província.

A construção dos mercados rurais nos nove municípios da província, construção de uma estrutura de apoio ao entreposto frigorífico no município do Chinguar, construção da loja "Poupa lá" e respectivo armazém na circunscrição do Chitembo, fazem parte das acções em execução.

Para dinamizar a actividade comercial na província, o Governo Provincial, através do sector de tutela, está a proceder à renovação de alvarás, com base no novo licenciamento, o que está ainda a permitir a identificação dos agentes comerciais que exerciam actividade à margem da Lei.

O Governo regista com satisfação uma evolução considerável no sector do comércio, com o surgimento de iniciativas privadas, que têm contribuído para o alargamento da rede comercial, nas zonas rurais. O surgimento de mais investimento privado tem permitido alargar as oportunidades de emprego, assim como o reforço das trocas comerciais entre o campo e os grandes centros comerciais da província do Bié. O 3 de Junho foi instituído em 1977 por ocasião da primeira visita de Agostinho Neto às instalações do comércio interno, no palácio de vidro, em Luanda.

3.6 Nove dos 22 bancos em Angola terão de aumentar capital Social

Jornal Expansão

07 De Junho de 2013

Nove dos 22 bancos autorizados pelo Banco Nacional de Angola (BNA) a operarem no País terão de proceder ao aumento do capital social, até Junho de 2014, a luz da nova proposta de lei do banco

central, aprovada recentemente pela Comissão Económica do Conselho de Ministros (CECM). Tratam-se do Banco Comercial Angolano (BCA), Banco Comercial do Huambo (BCH), Banco Internacional de Crédito (BIC), Banco Kwanza Invest (BKI), BAI Micro-finanças (BMF), Banco Sol (BSOL), Banco Valor (BV), Finibanco (FNB) e o VTB África.

No passado dia 09 de Maio deste ano, a CECM aprovou a proposta do BNA sobre o capital social mínimo exigível para novas sociedades financeiras bancárias no País. Doravante, para a constituição de um banco em Angola, o capital mínimo necessário será de 2,5 mil milhões Kz (cerca de 25 milhões USD), contra os anteriores 600 milhões Kz (6,2 milhões USD).

Falando no final da reunião que aprovou o documento, o governador do BNA, José Massano, havia referido que alguns bancos, que não citou, teriam de fazer um esforço de ajustamento, tendo para o efeito um período que vai até Junho de 2014.

No entanto, o Expansão, tendo como base os últimos relatórios e contas publicados pelas instituições bancárias, constatou que o BCA possui um capital social de 1,3 mil milhões Kz; o BCH 1,3 mil milhões Kz; o BKI 375 milhões Kz; o BMF 1,5 mil milhões Kz; o BSOL 1,3 mil milhões Kz; o BV 2,2 mil milhões Kz; o FNB 1,3 mil milhões Kz; o VTB 1,4 mil milhões Kz, e o BIC 2,4 mil milhões Kz, sendo o único que integra o "top five" que deverá proceder ao recomendado ajustamento.

Fonte do BNA disse ao nosso Jornal que, para além da robustez que se pretende dar ao sector, o aumento dos requisitos mínimos de capital e fundos próprios regulamentares dos bancos visa também, dentre outros propósitos, adequar a proporção de capital necessário para cobrir os riscos inerentes às actividades das instituições financeiras bancárias e atender às recomendações do novo acordo de Basileia III.

Por outro lado, persegue também a criação de condições indispensáveis para que as instituições que se venham a instalar no mercado o façam com um capital social que permita assegurar a sua inserção competitiva no mercado, mitigar os riscos associados à fase inicial do negócio e salvaguardar o seu crescimento sustentado.

Espera-se com isso que os níveis de capital acompanhem as alterações do perfil de risco das instituições financeiras, que se aumente a capacidade de intervenção no negócio bancário, a confiança dos

depositantes no sistema bancário e conferir maior competitividade entre os diferentes bancos.

Bancos podem recorrer a fundos próprios. Entretanto, o banco central da conta da existência de bancos que, apesar de terem capital social abaixo do mínimo, têm entretanto fundos próprios acima desse montante. Neste caso, explica, bastará que os mesmos efectuem um exercício contabilístico de transferência de reservas ou resultados acumulados para capital social, sem necessidade de injeção de recursos financeiros.

Pelo contrário, os bancos que não têm nem capital social, nem fundos próprios acima do mínimo estabelecido, terão de fazer o ajustamento através dum processo que exigirá dos seus accionistas a injeção de recursos financeiros na instituição. Segundo determinou a nossa pesquisa, nesta condição estão o BCH, BKI, BVe BMF, que terão de fazer novas chamadas de capital junto dos accionistas.

De acordo com deliberações do órgão regulador do mercado, até 31 de Dezembro de 2013, os bancos actualmente com capital social abaixo do exigido deverão ter um mínimo de 2 mil milhões Kz, sendo que a 30 de Junho de 2014 todos deverão obrigatoriamente atingir a cifra de 2,5 mil milhões Kz.

Medida em tempo oportuno, diz AUBNC

Ouvido a respeito sobre o assunto, o presidente da Associação Angolana de Bancos (ABANC), Amílcar Azevedo da Silva, afirmou que o ajustamento do capital mínimo obrigatório para a constituição de bancos no nosso País, é uma medida que se fazia sentir e era esperada há já algum tempo, surgindo em momento oportuno.

"A existência de 22 bancos em funcionamento, concorrendo entre si, em níveis que já podem considerar-se satisfatórios, não obstante verificar-se, ainda, uma concentração acentuada do negócio, já não permitem que novos bancos se constituam com o capital social anteriormente em vigor", defendeu Amílcar Silva.

Conforme disse, o órgão regulador do sistema bancário tem imprimido acções que visam colocar os bancos angolanos ao nível das melhores práticas internacionais, no que respeita ao cumprimento de obrigações cautelares e prudenciais, modernizando, por esta forma, o funcionamento das instituições.

"Para que tudo isto tenha êxito e sirva os objectivos que se pretendem, devem ser acautelados os capitais próprios dos bancos que, em boa verdade, estavam

aquém do desejável", realçou o presidente da ABANC.

Já o economista Jaime Fortuna advoga que a medida adoptada pelo banco central deve ser vista fundamentalmente como uma acção de carácter macro prudencial (dado os efeitos do canal de transmissão da política monetária para o sector real da economia) com a finalidade de, por um lado, dar respaldo as exigências dos acordos de Basileia e, por outro, dar maior robustez ao sistema financeiro.

"Repare que, salve algum equívoco meu, desde a crise de 1929, que foi a crise de superprodução, às crises mais recentes (desde as crises dos tigres asiáticos nos anos 90) tiveram sempre o seu epicentro no sector financeiro, o que em grande medida justifica essa decisão", frisou.

3.7 Fiscalização arrecada mais de cinco milhões de kwanzas

Semanário Folha 08

08 De Junho de 2013

Repartição vocacionada a fiscalização das normas administrativas, referiu que o valor arrecadado é resultado de 318 notificações emitidas, 81 multas aplicadas, 47 multas pagas, 34 multas não pagas, 217 embargos e 23 remoções, segundo aponta, uma nota de imprensa da instituição a que o folha 8 teve acesso.

O documento refere também, O trabalho de venda ambulante, sendo que a repartição dos Serviços de Fiscalização de Viana, realizou várias campanhas de sensibilização para acabar com os constantes casos de desacatos

às orientações da Administração Municipal de Viana, em relação às vendas anárquicas de produtos alimentares no casco urbano e arredores.

Ainda na nota, destaca sobre o trabalho de demolição de obras não autorizadas, a repartição demoliu 58 obras entre casebres, casas de construção definitiva, vedações em zonas tidas como reserva do Estado e o embargo de 217 obras em terrenos ocupados por supostos invasores na área do Kikuxi, Capalanga e Bita Sapú, como foram recolhidos diversos materiais de construção. Quanto ao trabalho de coordenação, com outros organismos, o relatório informa que a Repartição dos Serviços de Fiscalização da Administração Municipal de Viana, durante o período em análise manteve coordenação com todos os órgãos afectos a Administração Municipal, Polícia Nacional e Militar, Programas Sociais do Zango e

Sapú, facto que permitiu alcançar êxitos nas tarefas planificadas.

A fiscalização continua a trabalhar nos terrenos tidos como reserva do Estado, nas áreas da Sapú e Tande KM-30.

3.8 O dilema das paragens de táxi

Semanário Independente

08 De Junho de 2013

Volta e meia surgem notícias sobre transportes públicos em Luanda, como aquela que dava conta que a Direcção Provincial de Trânsito, Tráfego e Mobilidade em coordenação com as operadoras de transportes públicos e o Caminhos-de-Ferro de Luanda (CFL) lançara cinco novas linhas de autocarros que era suposto convergirem no Largo das Escolas, Ilha de Luanda, Praia do Bispo, Cidade do Kilamba e Zango.

Estamos recordados das palavras do director provincial do Trânsito e Mobilidade, Jorge Bengue, que fez saber que as primeiras três linhas de autocarro deveriam funcionar a partir da Estação do Bungo, tendo como destino o Largo das Escolas, Ilha de Luanda e Praia do Bispo, enquanto as outras duas linhas partem da Estação Central do Comboio de Viana, até à Cidade do Kilamba e à localidade do Zango.

Mas do discurso de Jorge Bengue à prática há uma longa distância. É que tem horas que fica a impressão que os meios de transporte público simplesmente somem de circulação, o que se reflecte no aglomerado de gente a partir das 16 horas. É difícil não notar a péssima imagem que dá, ter crianças, mulheres, velhos a espera de transporte público sem uma previsão de chegada de autocarro ou táxi. De nada adianta que o director provincial do Trânsito e Mobilidade, Jorge Bengue venha dizer que está a trabalhar para criar os tais de «interfaces», que em língua de gente quer dizer «meio capaz de promover a comunicação ou interacção entre dois ou mais grupos» em algumas estações de comboio. Nem sequer esse trabalho decorre de «orientações» do ministro dos Transportes, e do governador da província de Luanda. O que é necessário fazer é tomar esses conhecimentos reflectidos no dia-a-dia do munícipe que precisa de uma estratégia funcional de transportes públicos que incida principalmente nos horários de maior demanda.

É certo que foi um grande ganho a entrada em cena do comboio, mas tal medida não pode significar o descurar do transporte por autocarros. Até porque as

características da urbe luandense não permitem sequer

pensar que os comboios possam substituir, quer os automóveis particulares, quer as camionetas. Depois há

o problema da segurança dos munícipes. As paragens são aproveitadas por meliantes, principalmente quando o sol se põe, para fazerem assaltos.

São inúmeros os casos de estudantes que acabam por ficar sem o dinheiro que estava destinado ao pagamento do transporte, ficando obrigado a fazer uma autêntica maratona para chegar a casa. Há aqui também espaço para reflectir sobre um projecto anunciado um certo responsável do sector dos transportes sobre a introdução da carteira do estudante, do portador de deficiência e do aposentado. Pensamos ser altura de considerarmos tirar esse projecto do plano das intenções para pô-lo em prática, pois assim evitamos que pessoas menos capazes de se defender tenham a sua integridade física ameaçada por causa de alguns tostões. Estes assaltos complicam a actividade dos taxistas, e deixam os munícipes numa situação de profunda frustração, já que além de terem que esperar durante horas expostos ao fumo e à poeira, estão ainda a mercê de assaltantes que actuam misturando-se na população. «Existem aqueles que aparentam mesmo estarem drogados, e que chegam recebendo as coisas», conta uma vendedora de roupa que todos os dias vem de Viana para vender fardo nos arredores do mercado dos Congolezes. É uma constatação que a capital vive uma grave escassez de transportes colectivos e táxis. Apesar dos problemas relacionados com o trânsito, o mau estado do asfalto e os engarrafamentos, as paragens dos autocarros e táxis apresentam-se completamente cheias ao princípio da manhã e final da tarde. A alternativa, quando as distâncias o permitem, é fazer os trajectos a pé.

Quem prefere ficar a espera na paragem, sabe que vai enfrentar um autêntico campos de batalha. Os passageiros usam até estratégias para ter um lugar, posicionando-se de modo a obter vantagem na hora de subir na viatura. Os mais lestos conseguem entrar com o carro ainda em movimento. Também vale o uso da força para afastar os "adversários". Quem tem carro próprio e passa em frente as paragens percebe no rosto das pessoas a frustração por não ter também um carro. Uma situação que não ajuda em nada a manter as pessoas com boa disposição nos seus locais de trabalho, ou mesmo em casa.

3.9 Trabalho infantil afecta o desempenho escolar

Semanário Angolense
08 de Junho de 2013

Nos últimos tempos, crianças estão a tornar-se cada vez mais donas de casa, sendo que muitas delas fazem os trabalhos domésticos e ao mesmo tempo trabalham para ajudar nas despesas das residências que coabitam com os progenitores.

Por esse facto, Ananias Costa, chefe de secção do Instituto Nacional da Criança (INAC) do município do Cazenga, frisou ao *Semanário Angolense* que o trabalho infantil prejudica física e mentalmente a criança, inibindo-a de ir à escola.

«Diariamente, a nível desta municipalidade, e não só, temos visto muitas crianças envolvidas em diversos trabalhos infantis e isso faz com que elas cheguem atrasadas e cansadas à escola, prejudicando assim o seu aproveitamento escolar», argumentou.

Ananias da Costa informou que a instituição que dirige tem estado a sensibilizar as pessoas e famílias nas comunidades, para que entre elas haja mudança de mentalidade. O responsável do INAC disse que os Onze Compromissos da Criança têm sido violados diariamente, por isso, a instituição vai intensificar as campanhas de sensibilização, bem como estimular as crianças a conhecerem os seus direitos a partir das instituições escolares.

Alguns encarregados de educação estão de acordo que as crianças devem fazer trabalhos em casa para que qualquer dia quando crescerem possam cuidar das suas residências e acabem com a preguiça que sentem. Silva Tando, de nove anos de idade, disse que todos os dias tem de lavar a louça e depois ir à escola.

Pais não se importam

«Há dias em que vou à escola muito cansado e até outros em que chego atrasado, principalmente às segundas-feiras, porque sobra muita louça do domingo», queixa-se o garoto.

Os pais explicaram que saem de casa para procurarem o pão de cada dia a fim de alimentarem os seus filhos, para que não lhes falte mantimentos, por isso, advogam que os miúdos devem colaborar, organizando a casa.

«Eu saio de manhã cedo para ir trabalhar, com o objectivo de trazer comida para casa para os meus filhos, não posso chegar e encontrar a loiça e a casa sujas, assim fica muito difícil viver. As crianças

também têm de colaborar para que o pai tenha mais força de trabalhar para eles», explicou José Manuel, carpinteiro.

Por seu lado, dona Jandira é de opinião que as suas crianças não são prejudicadas, porque elas sabem que têm de fazer o trabalho e fazem-no a tempo de se prepararem e chegarem a tempo à escola. E foi mais longe, dizendo que os seus rebentos têm a obrigação de fazer os trabalhos de casa, porque, se não fizerem, ninguém fará por eles.

Maioritariamente, os encarregados de educação acham que, para além de andarem na escola, as suas crianças devem ocupar-se, também, de tarefas caseiras, porque se não, estariam a transmitir-lhes maus hábitos e a estragar a educação que eles passam para os seus petizes.

Outros não permitem

Os pais não se importam que os trabalhos causem ou não alguns problemas aos filhos nas escolas, pois, para eles, o mais importante é que os serviços domésticos sejam executados, para que, no regresso das actividades laborais, possam encontrar as casas limpas, e que os filhos aprovelem no final do ano.

Osvaldo Manuel, professor de Educação Moral e Cívica, é de opinião que a escola tem maior importância, mas que muitos pais, pelo facto de não terem estudado, deveriam esforçar-se para que as crianças estudem a fim de terem um futuro melhor e não lhes prejudicarem com o fluxo de trabalho infantil.

«Infelizmente, os direitos das crianças têm sido violados todos os dias pelos próprios pais, temos tido muitas dificuldades com os nossos alunos, porque alguns faltam demasiado ou chegam tarde e as principais causas são ajudar a mãe na praça ou o serviço de casa.

Temos de fazer alguma coisa para inverter esta situação», apelou. Enquanto uns continuam a prejudicar crianças, outros encarregados se mostraram mais propensos a que os seus filhos estudem, por isso, os que têm possibilidades, contratam empregadas, no sentido de facilitarem as suas crianças no processo de aprendizagem.

«Eu tento fazer de tudo para que os meus filhos estudem em paz e que os trabalhos domésticos não lhes prejudiquem, por isso, arranjei uma empregada. Infelizmente, nem todos têm as mesmas possibilidades, peço que cuidem das crianças, pois elas merecem todo amor», afirmou Fátima Jorge.

Trocar a escola pela venda na rua

Pior que as crianças prejudicadas pelo trabalho doméstico, estão aquelas cujos estudos são incompatíveis com a exploração do trabalho infantil. Hoje em dia, já não é preciso ir aos mercados para ver o fluxo de crianças a venderem diversos produtos. Debaixo das pontes, e à beirada das estradas são os locais onde se encontram diversos petizes a comercializarem os seus artigos em vários períodos do dia.

De 11 anos, Maria Alice estuda a quarta classe, mas muitas vezes tem de faltar à escola e ir ao mercado vender, para melhorar as despesas de casa. «Vendo aqui todos os dias, às vezes, quando a minha mãe está doente, fico aqui de manhã e só saio à noite, noutros dias, vou à escola às 8h e quando saio venho ajudar a mãe a vender, e não tenho tempo para brincar», explicou a criança, que tinha estampada no rosto a vontade de poder recrear com as outras meninas da sua faixa etária.

A nova ponte aérea do bairro da Lixeira, Projecto Nova Vida, município de Belas, tornou-se num local de venda ambulante, existindo lá um grande fluxo de crianças, que a mando dos próprios pais, comercializam diversos utensílios. Os progenitores desses petizes dizem ser normal que os seus filhos vendam no mercado, para que possam melhorar as despesas de casa, afirmando que vivem muitas dificuldades nas suas vidas.

«Por vezes, é também muito difícil para nós mandar os nossos filhos à praça para venderem, mas a vida está difícil e para não vermos os miúdos sofrerem de fome, é melhor venderem para ajudarem a levar pão a casa», explicou a vendedora ambulante Mínga dos Santos.

uni menino, [anuário, de doze anos, mostrou-se já acostumado com a prática, por isso, disse-nos que ele tem obrigação de ajudar a mãe a vender, mas que, entretanto, não dispensa a escola. «A minha mãe sofre para nos dar comida e eu já tenho idade de lhe ajudar, porque, assim, conseguimos melhorar as coisas, mas não posso deixar de estudar para dar um futuro melhor à minha mãe», sublinhou o miúdo.

Crianças Vítimas de Agressão

De acordo com outros funcionários do INAC no Cazenga, existe uma lei que estabelece que toda criança, a partir dos 14 anos de idade, pode trabalhar, desde que não ponha em risco a sua formação e a prejudique fisicamente, daí que os pais têm obrigação de garantir aos filhos a escola e a sua alimentação para que vivam bem, e não obrigarem-nos a

venderem ou trabalharem para ajudar no sustento de casa.

O mês de junho é dedicado à criança e o dia mundialmente assinalado como uma data de reflexão, pois é consagrado àqueles petizes vítimas de agressão. A violência contra a criança é um assunto que desperta interesse de toda a sociedade, que pretende entender o porquê de tamanho abuso.

Até ao século XVIII, a criança era pouco valorizada e muito desrespeitada, vítima de abusos sexuais, trabalhos forçados e submetida a todo tipo de agressão. Somente no século XIX, os menores passaram a ser percebidos como seres humanos autónomos e assim se desenvolveu a psicologia; pedagogia, pediatria e a psicanálise, com vista atenuar as agressões e melhorar a sua qualidade de vida.

Zelar pelas crianças não é uma tarefa exclusiva dos pais, mas também dos parentes, da comunidade, dos profissionais de saúde, líderes, em geral, educadores, governantes, enfim, da sociedade como um todo. Consequência da pobreza, um vez que as crianças necessitam trabalhar para ajudar no sustento familiar, o trabalho infantil proibido em quase todo o Mundo e o seu combate é considerado pela ONU e a OIT (Organização Internacional do Trabalho) uma das prioridades.

Porém, dados desta última apontam que nos países em desenvolvimento, mais de 25 milhões de crianças, dos cinco aos 14 anos de idade, trabalham. A maioria delas (61%) vive na Ásia, um continente de grande densidade populacional, seguindo-se a África, com 32%. Em termos relativos, a situação na África é mais preocupante, pois, em cada cinco crianças, duas são trabalhadoras.

Nas grandes cidades do Mundo, muitas crianças são ambulantes, lavadoras e guardadoras de carros e engraxadoras. Vivem de gorjetas, sem remuneração ou com, no máximo, um salário mínimo, situação que as afasta das salas de aulas também das brincadeiras.

As crianças exploradas como soldados, mão-de-obra ou para o tráfico de seres humanos têm sido uma preocupação constante nas intervenções de várias religiões a nível internacional.

Em Angola, o Governo continua a solicitar à pessoas que denunciem todos os actos de violência contra crianças para que os seus actores sejam severamente punidos. A data foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1982 como de reflexão e não comemorativa.

3.10 Aumenta o número de crianças nas ruas

Jornal de Angola

11 De Junho de 2013

O responsável do Instituto Nacional da Criança na Província do Cunene (INAC) disse ao Jornal de Angola que tem crescido na província o número de menores que se dedicam à venda ambulante e que a situação atinge "proporções alarmantes".

A situação, salientou, ganha maiores proporções em Odjiva e na zona fronteiriça de Santa-Clara e todos os dias há mais crianças na venda ambulante.

Hélder dos Santos referiu ser difícil solucionar de imediato o problema, que tende a propagar-se pela província, por a maioria dos menores interpelados dizerem que são mandados pelos pais.

Grande parte deles, declarou, vem do Cuvelai, mas também da Huíla, principalmente do município da Matala.

N a localidade de Santa Clara, referiu, há um elevado número de crianças em idade escolar que transporta de mercadorias.

O responsável do INAC lembrou que os adultos têm responsabilidades na proteção e garantia dos direitos da criança e que se isso não for assumido se está a contribuir para o aumento da delinquência juvenil e elevação do analfabetismo.

Hélder dos Santos disse que o INAC continua a sensibilizar os encarregados de educação sobre a necessidade de prestarem mais atenção às crianças, que são o futuro do país. O chefe do Instituto Nacional da Criança na província do Cunene também salientou a importância de e reforçarem as acções de sensibilização sobre protecção e observância dos direitos e protecção das crianças nas zonas rurais, de onde saem muitas delas para a venda ambulante nos centros urbanos. Hélder dos Santos disse que os direitos e deveres da criança continuam pouco divulgados, principalmente no meio rural, onde os pais dão prioridade ao pasto dos animais em detrimento da formação escolar dos filhos.

3.11 Há crianças angolanas exploradas pelos pais

Jornal de Angola

12 De Junho de 2013

Joana de oito anos prepara-se para mais uma jornada de trabalho. São sete horas da manhã. O tráfego está

infernal. Apesar disso, ri de alegria quando pede: "dá só dez para comprar pão", "tio ajuda só", "amiga dá só dez". Atira essas palavras aos transeuntes e aos automobilistas. Muitos param e ajudam-na.

Ao ver a viatura do Jornal de Angola parada no trânsito, Joana disse: "a minha mãe é cega, por isso trabalhamos juntos". Como Joana, muitas crianças andam pelas ruas na mendicidade muitas vezes obrigadas. Outras vendem mercadoria leve.

Justino Tavares é uma dessas crianças. Vende nas ruas água fresca e sumos em pacote. Este trabalho permite-lhe ajudar a mãe que vive em Benguela, com o resto da família. Está em Luanda com o consentimento da mãe há mais de seis meses. Vive no bairro Dimuca com um irmão. Deixou de estudar na quinta classe.

O pouco que ganha na venda de rua divide em duas partes, uma para comprar roupas e alimentos, a outra guarda para investir no negócio. O que sobra manda para a mãe. O regresso à escola é sonho adiado: "ajudo nas despesas da casa e o pouco que ganho não dá para pagar propinas". O trabalho, para ele, não é escravidão. E explica: "a minha mãe trabalha na lavra e ela disse que a única forma de termos mais dinheiro para ajudar a casa é trabalhar e estudar em Luanda, por isso vim, e não me sinto escravizado porque já fazia o mesmo em Benguela". Com 13 anos, Ngueve anda na sexta classe. Vive com os pais próximo da rotunda do Roque Santeiro. E a terceira de sete irmãos. Vende água fresca há dois anos. O dia de trabalho vai das 9h00 às 13h00. Regressa a casa e vai para a escola. "O meu pai é viajante. Ele é que me manda vender água fresca. Eu acho que devia ficar só a estudar, mas como ele me manda, tenho de obedecer para não me ver como malcriada", referiu.

Joãozinho engraxador

Numa das esquinas do centro da cidade, Joãozinho trabalha como engraxador. Cabisbaixo, trabalha em silêncio, enquanto o cliente lê o jornal, indiferente à sua existência. Joãozinho aparenta ter 12 anos. Abandonou a escola na sexta classe. Agora tem como local de trabalho a

Baixa de Luanda. "A minha família não tem dinheiro para comprar comida, a minha mãe precisa de ajuda para pagar as contas e como filho mais velho tenho de trabalhar", ex-plica Joãozinho.

Madrugada de Cristina

Cristina levanta-se às quatro e meia da manhã e vai para o restaurante da tia ajudar na arrumação. Só três horas depois volta para casa toma banho e vai para a escola.

A hora do almoço regressa ao restaurante onde fica até as quatro e meia da tarde a limpar. Mas o seu expediente não terminava aí. Vai para casa e faz as tarefas da escola. Cristina não tem tempo para brincar. Desta forma vivem milhares de crianças.

Educação e lazer

Preocupado com a educação nas crianças, o ministro da Educação, Mpinda Simão, diz que é importante reconhecer que há crianças que são utilizadas pelos adultos no trabalho doméstico ou nas ruas. Mas o número não é elevado e as leis de protecção limitam a exploração. A criança no seu processo de educação, realçou, deve ter o seu processo de apoio e formação, aprendendo pequenos ofícios domésticos, mas não para resolver problemas dos adultos, impedindo-a de utilizar o seu tempo de estudar e lazer.

"Toda a acção que põe em risco a vida da criança deve ser reportada", diz Mpinda Simão. E acrescenta que o lugar da criança é na escola. Os pais devem proteger os filhos, ajudá-los a crescer. E têm de criar condições para que sejam adultos equilibrados, que venham a dar a sua contribuição para o desenvolvimento do país.

O Ministério da Juventude e Desportos não está alheio à problemática da exploração infantil em Angola. Trabalha para o cumprimento dos 11 Compromissos, disse o secretário de Estado da Juventude, Nhangá de Assunção.

"Devemos ocupar as crianças e promover a sua inserção em actividades que promovam o seu crescimento de uma forma saudável. E o Ministério da Juventude e Desportos tem acções de formação profissional para as crianças, através do Programa Despontar que em um carácter pedagógico. Nhangá de Assunção diz que o ministério continua a trabalhar na criação de infra-estruturas de lazer nos bairros, para também responder às necessidades dos adolescentes que não estão inseridos no sistema de ensino.

Trabalho Infantil

Comemora-se hoje o dia Internacional do Combate ao Trabalho Infantil. Mesmo sendo repudiado pela sociedade, o trabalho infantil existe em todo o mundo. De acordo com a UNICEF, os principais factores deste fenómeno são a pobreza e o desemprego. Diante dessa realidade, muitas crianças e adolescentes executam tarefas diárias, como vender, engraxar sapatos, trabalho doméstico e nas zonas rurais pastoreiam o gado e cultivam as lavras. As meninas têm a tarefa de ir buscar água aos rios, muitas vezes a longas distâncias.

No campo o trabalho é mais pesado para as crianças. Elas desempenham tarefas que ultrapassam a sua condição física e psicológica. Actividades como capinar, colher os frutos, trabalhos em carvoarias e na construção civil exigem força física que ainda não têm. Segundo Organização Internacional do Trabalho (OIT), os trabalhadores infantis vivem em países maioritariamente subdesenvolvidos e em desenvolvimento: Existem no mundo, dizem os dados da OIT, 250 milhões de crianças entre os 5 e os 14 anos a trabalhar. Desse total, pelo menos 120 milhões trabalham todo o dia, não frequentam a escola nem brincam.

Do número total de crianças trabalhadoras no mundo, 200 milhões não têm descanso semanal. Outro dado importante é a incidência de casos de trabalho infantil no mundo rural. Pelo menos dois terços dos acidentes de trabalho que acontecem em alguns países são provenientes de trabalhadores infantis.

O trabalho infantil tomou-se um problema global, tanto em países pobres como em países ricos. Uma família com baixos rendimentos não pode dispor de meios suficientes para a educação das crianças.

Além disso, a família pode depender da contribuição financeira que a criança trabalhadora traz para complementar o rendimento familiar e considerar essa contribuição mais importante do que o acesso à educação. Estes factores são também visíveis em Angola, apesar do grande esforço que o Executivo está a fazer para atenuar a situação.

3.12 Caça aos candongueiros ilegais tira sono ao cidadão

Semanário Independente
15 De Junho de 2013

O caso é antigo e recorrente. De um tempo a esta parte temos falado de maneira insistente no mau aspecto que têm as ruas de Luanda, nomeadamente aqueles pontos utilizados como pontos de paragem de táxi. Logo de manhã é um escândalo o que se vê nas paragens.

Dezenas de pessoas, entre funcionários públicos e estudantes, aglomeram-se a espera do transporte, sujeitando-se aos caprichos dos motoristas e seus cobradores, mas também aos gatunos e carteiristas que vêm no cenário uma oportunidade de irem, literalmente, aos bolsos dos cidadãos.

Os apelos para quem de direito que ponha fim a situação surgem de todos os lados, mas em todas as

instituições em que recorreremos para o competente esclarecimento, ninguém assumiu como sua a culpa por tal situação. E fomos constatar que na verdade, o problema está, uma vez mais, nas licenças de aluguer para os táxis colectivos.

Ora, como dissemos já, o problema é antigo. Já era tempo de alguém chamar atenção a autoridade de transportes de Luanda que tem a competência para emitir as licenças, para um trabalho mais ágil e concertado de maneira a não afectar a actividade de táxi na capital, pois que está mais do que visto que os transtornos causados não se reflectem apenas no dia-a-dia dos cidadãos, mas das empresas e da sociedade de um modo geral.

A licença de aluguer para os táxis colectivos de 9 lugares custa 170 UCF, ora, uma Unidade de Corecção Fiscal equivale a 88 kwanzas, quer dizer que a licença para este tipo de táxi fica em 14.960 kwanzas. Já para um autocarro com capacidade para 25 lugares a licença custará 490 UCF, o que equivale a 43.000 kwanzas.

Consta que na autoridade de transportes de Luanda, a emissão da licença leva apenas algumas horas, pelo que não se coloca a necessidade de se pagar mais do que o estipulado a terceiros ou biscateiros. Mas a realidade parece ser diferente, como alegam taxistas e também proprietários: «Não é verdade o que dizem quanto ao tempo para a entrega da licença. É um processo que já foi rápido um dia mas que o normal é os funcionários alegarem falta de sistema ou falta de impressos para entregarem a licença. E o resultado é que os proprietários preferem guardar as suas viaturas o que prejudica o cidadão», denunciam.

A paralisação de vários táxis, vulgo "candongueiros", por falta de licenciamento tem causado inúmeros prejuízos à população de Luanda que utiliza diariamente este serviço. Numa ronda que efectuamos em várias artérias da capital, em dias úteis da última semana, constatamos inúmeras enchentes nas paragens de táxis, desde a pelos menos duas semanas quando os agentes reguladores do trânsito passaram a «apertar» com os taxistas exigindo a licença de 2013.

Foram várias as opiniões recolhidas concordando com a necessidade de se estipular um período de tolerância para que os proprietários actualizem as suas licenças. «A verdade é que de repente os táxis ficaram escassos porque a polícia não os deixa circular sem a licença de 2013», lamenta um cidadão.

Apesar de ter sido lançada a anos pela primeira vez, a Polícia de Trânsito de Luanda leva a cabo todos os anos, em Junho, uma operação que visa tirar de

circulação os taxistas que por força da não renovação da licença passam a condição de ilegais.

3.13 Armazéns fora de Luanda

Jornal Nova Gazeta
20 De Junho de 2013

O Ministério do Comércio vai proceder à transferência dos armazéns grossistas e serviços contentorizados de venda de produtos diversos, das zonas urbanas para a periferia de Luanda.

Segundo a ministra Rosa Pacavira, que anunciou a intenção de "acabar com os constrangimentos", os armazéns grossistas vão ser transferidos para áreas reservadas pelo Estado. Este processo começa este mês e deve terminar no final do ano.

O surgimento de grandes armazéns grossistas e serviços contentorizados de venda de produtos diversos, "sem as mínimas condições higiénicas para o exercício da actividade", mereceram críticas da ministra. Rosa Pacavira entende que se "assiste, cada vez mais, à transformação ou ao desvio do objecto social das infra-estruturas comerciais e de prestação de serviços mercantis para outros fins".

Em Agosto entra em vigor o novo alvará comercial e todos os grossistas que insistirem na venda na zona urbana não terão a licença renovada.

As instalações onde se situam os armazéns vão dar lugar a projectos habitacionais. Os proprietários terão de escolher entre Panguila e Viana.

A ministra fez estas declarações, na passada segunda-feira, durante o almoço de confraternização que marcou os 36 anos do Ministério do Comércio. Na ocasião, foram entregues residências e viaturas aos funcionários mais antigos e material informático aos trabalhadores-estudantes.

3.14 BUE prevê formal os empreendedores

Semanário Económico
20 De Junho de 2013

De acordo com coordenador nacional dos BUE, o objectivo é dotar o empreendedor de competências para gerir e fazer crescer o seu negócio.

Que apreciação faz da primeira Feira do Empreendedor?

É uma iniciativa salutar. O BUE e o ministério da Justiça associaram-se a esta iniciativa pois é um canal

privilegiado para dar a conhecer e orientar os nossos potenciais empreendedores.

O BUE tem com objectivo incentivar a constituição e financiamento de micro e pequenos empreendedores.

A Feira do Empreendedor é o primeiro evento do género e a satisfaz este objectivo. Enquanto função pública temos de comunicar e todos os canais que forem criados são bem-vindos.

Observa-se um aumento do número de empreendedores?

Segundo dados que são divulgados em diversas instituições, o ministério da Economia por intermédio do BUE, o ministério da Finanças por intermédio da arrecadação de receitas de impostos, penso que temos actualmente um sector priva do muito, dinâmico, que são os pequenos e micros empreendedores. Temos muitas empresas constituídas quer no guiché único quer nos BUE.

Quantas empresas os BUE já constituíram?

Contamos 34 mil empresas constituídas no BUE. Destas, 26 estão licenciadas. Estes números dão nos a ideia de quantos angolanos têm a iniciativa de empreender a sua própria actividade. Não podem trabalhar todos para o Estado, ainda que existisse força de vontade não caberíamos todos.

Qual é o ramo preferido pela maioria dos empreendedores?

Julgo que é mais a prestação de serviços pois requer um capital inicial pequeno e não necessita de tanta especialização. Os pedidos de financiamento são dirigidos mais frequentemente para os serviços de moto-táxi e salões de beleza. Em Angola ainda enfrentamos dificuldades quanto aos transportes públicos e os serviços de táxis colectivos são exercidos de forma pouco profissional, até pela falta de regulação.

Que avaliação faz da execução do programa do BUE?

Actualmente, o programa está a sofrer uma estruturação, vai ser repartido em dois pilares essenciais. Em primeiro lugar, temos a descentralização, pois o projecto passou directamente para a coordenação dos governos provinciais, já que estão na linha da frente no programa de redução da pobreza e têm um contacto directo com os utentes. Em segundo lugar, temos uma alteração nos modos de financiamentos. Não terão acesso aos financiamentos, aqueles que não forem dotados de competências certificadas. Competências que resultam de uma formação de duas a oito horas nos institutos públicos vocacionados para uma formação

desta natureza. E só depois o empreendedor poderá beneficiar do financiamento. A formação é condição sine quanon

Como será esta formação? Vamos introduzir a componente da formação básica mas intensiva, de quatro a oito horas. Iremos fazer a formação com os nossos parceiros. O BUE faz parte de um projecto que enquadra do âmbito do PROAPEM. Temos contactos avançados com as escolas públicas especializadas.

Quando começa a formação? Ainda não temos uma data prevista, mas ainda este ano.

Quantas pessoas pretendem formar?

Ainda é prematuro dizer. Porque não sabemos qual será adesão das pessoas.

o programa cumpre as expectativas?

As expectativas que tínhamos previam constituir 20 mil empresas e este número já foi ultrapassado, temos cerca de 34 mil empresas já constituídas. O BUE não tem única e exclusivamente a finalidade de financiar, mas também de apoiar a constituição e licenciamento de empresas. Através do BUE pretende-se formalizar determinadas actividades que funcionam no seu carácter informal, desde os documentos pessoais, desde a cédula a conta bancária, número de identificação fiscal, segurança social. O BUE não é uma intuição financeira.

Que dificuldades atravessa o projecto?

A falta de informação dos utentes. E também a ansiedade em construir rapidamente a empresa e aceder ao financiamento, mesmo sem preparação para gerir o capital recebido. Por isso, introduzimos com os nossos parceiros - ministério da Economia, PROAPEM - a componente da formação, visando dotar os empreendedores de conhecimentos básicos para dar início à sua actividade.

Quando é que um jovem pode se considerado empreendedor?

É muito difícil impor requisitos para ser considerado empreendedor.

O empreendedor não se faz por meio de decreto, no meu ponto de vista o requisito fundamental é força de vontade. O BUE têm uma serie de serviços integrados como a direcção nacional de registo e notariado onde o empreendedor se pode registar, obter o bilhete de identidade, o número fiscal e o número de Segurança Social.

Como está a decorrer o programa nas demais províncias?

Penso que não tem corrido diferente de Luanda. Na capital é natural que haja mais pedidos de licenciamento, a seguir está o Huambo e Benguela. Neste momento, temos 102 balcões a funcionar em todo o país.

E há projectos em agenda? Estamos a acumular conhecimentos e experiência com os nossos parceiros, o ministério de Economia, por intermédio do PROAPEM. O BUE poderá evoluir para outros serviços, a seu tempo, porque a administração pública não deve ser estanque ou ficar paralisada, mas responder às necessidades do cidadão.

O BUE terá um peso maior ara a economia?

Claro que sim. Se todos os jovens acatarem, porque as grandes economias não são feitas por grandes empresas, mas são as pequenas e médias empresas que dão maior número de emprego. Os BUE dinamizam a economia e satisfazem as necessidades' da comunidade, quer pela sua proximidade, como pela sua estruturação simplificada

O que acha da cadeira de empreendedorismo no ensino secundário?

É necessário que os angolanos não fiquem indiferentes diante do que é feito no resto do mundo. Temos de perder a ideia de que terminando os estudos devemos trabalhar para o Esta do ou uma empresa privada.

O estudante deve adquirir conhecimentos sobre a iniciativa privada, quem cria a riqueza é a população, através de iniciativas de empreendedorismo.

É natural que este espírito de empreendedorismo comece na escola.

Circulou informação, segundo a qual o BUE deixou de receber documentos. É verdade?

Não nunca deixámos de receber documentos. O que se passa é que muitos jovens que vivem num terminado município dão entrada do processo noutros e municípios. A administração é que diz, através do aval moral, que determinado cidadão é um potencial empreendedor que reside naquela comunidade. De outra forma estaríamos a desvirtuar o projecto.

3.15 Défice de informação desequilibra relação entre fornecedores e consumidores

Semanário Expansão

21 De Junho de 2013

A falta de conhecimento ou a má divulgação das leis que protegem o consumidor estão na base do desequilíbrio na relação com fornecedores, o que em muito penaliza o comprador, segundo aponta o presidente da Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC), Diógenes de Oliveira.

No prefácio da obra "O consumidor no Direito Angolano", o jurista José Ascensão defende que, nestes casos, a lei é chamada a intervir, justamente para combater as consequências da vulnerabilidade do consumidor. Se o consumidor ficar abandonado ao Pacta Sunt Servanda (os acordos deve ser cumpridos, na tradução em português), refere, será sacrificado, "porque o egoísmo humano funciona sempre em detrimento dos mais fracos". Dai a necessidade de se accionar a lei para compensar a desigualdade de posições dos contraentes.

O também catedrático explica que o que a lei combate é o desequilíbrio de posições das partes, ou seja, protege a parte vulnerável, que doutro modo poderia ficar sujeito a cláusulas que desequilibrariam a relação. O objectivo é sempre evitar que o equilíbrio contratual se quebre pelo elo mais fraco, que é o do consumidor.

A observação do académico leva a distinção de uma parte no Direito do Consumidor que é constituída por regras universais de Justiça e que são, por natureza, válidas para todos, enquanto existem outra que se baseia numa vulnerabilidade específica e particular de um único consumidor.

De acordo com o presidente da Associação Angolana de Direito dos Consumidores, Diógenes de Oliveira. Na relação entre o fornecedor e o consumidor a debilidade que existe é o desconhecimento da Lei nO 15/03, de 22 de Julho, do Direito dos Consumidores. A falta deste conhecimento, segundo o presidente da AA-DIC, torna o consumidor débil e fácil de ser manipulado pelo fornecedor.

"Esta lei veio em defesa dos consumidores, limitando os possíveis abusos dos fornecedores. Assim a falta de informação é o fulcro da fragilidade por parte do consumidor dentro da esfera negocial, o fraco nível de informação o torna impotente nas suas pretensões o que acarreta menor qualidade de vida e bem-estar", sublinhou.

A vulnerabilidade causada pelo desconhecimento da Lei, produtos e serviços por parte do consumidor, explica Diógenes, ó vem favorecer o fornecedor que subordina o consumidor as suas exigências. Acrescentou que, a título de exemplo, as transportadoras aéreas, muitas vezes, aproveitando-se da fraca conhecimento dos consumidores, descartam-se de determinadas responsabilidades, como extravio de bagagens, atrasos e outros constrangimentos.

A Lei Do Consumidor Constitucionalmente os Direitos do Consumidor estão protegidos através do art. o 78 da Constituição da República de Angola, e ainda o art. o 4 da Lei nº 15/03, de 22 de Julho. Dentre os direitos constam a qualidade dos bens e serviços, a informação e esclarecimento, a garantia dos seus produtos e a protecção na relação de consumo, a protecção no fabrico e fornecimento de bens e serviços nocivos a saúde e a vida, devendo o comprador ser ressarcido em caso de danos que lhe sejam causados.

Conforme determina a Lei, o consumidor tem direito a publicação de bens e serviços de consumo disciplinados legalmente, sendo proibidas todas as formas de publicidade oculta, indirecta ou enganosa. Por outra, a Lei protege o consumidor e garante a defesa dos seus interesses.

No seu artigo 4º, a Lei nº 15/03, de 22 de Julho, determina que o consumidor tem direito a protecção da vida, saúde e segurança física contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de bens e serviços considerados perigosos ou nocivos. Tem ainda essencialmente direito a informação e divulgação sobre o consumo adequado dos bens e serviços, assegurando a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações a protecção dos interesses económicos e contra a publicidade enganosa e abusiva.

Como exercer o Direito de consumidor

Na visão de Diógenes Oliveira, o consumidor informado melhor defende os seus interesses quando estes são lesados. Por este facto indica que para eventualidades do género o procedimento padrão é notificar o fornecedor de forma escrita, devendo ter um exemplar da notificação e o recibo da aquisição do produto ou serviço prestado, que no caso serve como contrato.

O protocolo, como esclareceu, exige que se deve respeitar os prazos para que o direito seja efectivado. Assim, em conformidade com o art. o 13º da Lei nº 15/03, a reclamação deve ser feita em 30 dias, no caso do fornecimento de produtos não duráveis, e em 90 dias, para os produtos duráveis, a Lei de Defesa

do Consumidor exige do fornecedor, inicialmente, apenas a reparação dos defeitos ou a substituição do produto em causa, sendo que a obrigação de substituir, restituir a quantia paga ou abater o preço somente poderão ser exigidos das do fornecedor após os trinta dias de comunicação do defeito existente.

Oliveira orienta ainda que caso um determinado consumidor ao ver os seus direitos lesados e após escrever para o fornecedor a explicar o sucedido este nada fazer para resolver o ocorrido, deve recorrer as instituições de defesa de consumidores, que se encarregarão de volta a notificar o fornecedor sobre o sucedido e aguarda o tempo determinado por Lei, que vai de 15 a 20 dias (ver entrevista na página 6).

Informa que se no tempo determinado não for dada a resposta devida é enviada uma segunda carta a pedir esclarecimento da primeira, e em caso não haver resposta o processo é encaminhado ao Ministério Público, ou seja, aos tribunais.

Acompanhando a dinâmica socioeconómica do País, o Presidente da AADC alerta sobre os constrangimentos que podem surgir na contracção de um crédito bancário. "Para a maioria das pessoas, a compra de uma casa não se trata apenas de um investimento, mas sobretudo da realização de um grande desejo pessoal", disse Diógenes. O crédito á Habitação, reforçou, é tão somente a solução que permite transformar esse desejo em realidade.

Outra informação importante avançada pelo líder associativo prende-se com o facto de no fornecimento de bens ou serviços que envolva a outorga de crédito ou concessão de financiamentos, as multas de mora decorrentes dos incumprimentos de obrigações no seu termo não podem ser superiores a 2% do valor da prestação, nos termos do art. 17.0 da Lei de Defesa do Consumidor.

Ao recorrer a um crédito habitação, para ter a certeza que toma a decisão correcta, a AADC aconselha a analisar cuidadosamente as várias propostas apresentadas pelos bancos, de forma a optar pela que melhor se adequa ao perfil financeiro do consumidor. Há que se ter sempre em conta as condições e garantias que cada empresa de crédito oferece, nomeadamente o valor das taxas de juros e o plano de liquidação das prestações, recomenda a associação eu vela pelos direitos do consumidor.

"Normalmente, e excepto nos casos em que é dado um valor considerável como entrada, o prazo de pagamento de um crédito a habitação varia aproximadamente entre 20 e 30 anos, pois só com esta longevidade se torna possível reduzir significativamente o valor das prestações mensais do

empréstimo", alertou Diógenes Oliveira, que chama também a atenção para os custos adicionais a par das taxas de juros a pagar.

3.16 Mais de 20 mil empresas criadas em nove anos

Novo Jornal

21 De Junho de 2013

DOIS NOVOS GUICHÉ Único de Empresas (GUE) vão entrar em funcionamento na próxima semana, em Luanda, enquadrados nos planos de expansão e de modernização desta rede constituída para servir o empresariado. Desde 2004 foram criadas 20 mil empresas.

"No GUE já foram constituídas mais de 20.000 empresas. É um trabalho árduo e este ano, até Abril, foram constituídas mais de 1700 empresas. Registamos apenas a dissolução de uma empresa, por isso devo presumir que as restantes estão a funcionar. Em média constituímos 20 empresas por dia, em diferentes áreas como o comércio, hotelaria, construção civil, transportes, exportação e importação. Inclusive já constituímos bancos e seguradoras", explica Israel Nambi, conservador-adjunto do Guiché Único de Empresas que no ano passado teve receitas acima dos 1,5 mil milhões de kwanzas.

De acordo com o conservador-adjunto do GUE, o objectivo nesta fase é levar o serviço a outras zonas da capital. 'Actualmente contamos com um único balcão mas a partir da próxima semana teremos mais dois novos GUE em Luanda. Um nos Coqueiros e outro na zona do Gamek, que no fundo vai atender um pouco a área peri-urbana de Luanda, indo de encontro à descentralização dos nossos serviços", disse Israel Nambi.

O plano de expansão deste órgão do Ministério da Justiça contempla ainda outras regiões do país com movimentação comercial considerável. A partir do segundo semestre deste ano a possibilidade de se constituir uma empresa em um dia vai deixar de ser exclusiva de Luanda, passando a estar disponível para os investidores de outras quatro províncias do país.

"A partir do segundo semestre deste ano vamos apostar em outras regiões do país e estaremos em Benguela, Cabinda, Huambo e HUI1a. Porque a nossa actividade é específica e tem em atenção a dinâmica comercial de cada província", justifica o conservador adjunto do GUE.

Com a abertura, na próxima semana, dos dois novos GUE, Luanda vai passar a ter três, onde se espera que a experiência adquirida ao longo destes nove anos de existência do primeiro GUE venha a ser um forte aliado para os utentes interessados nos seus serviços embora a questão do licenciamento das empresas seja encarada com alguma complexidade.

Complexidades que passam pela emissão dos alvarás para o início da actividade, que alguns investidores não entendem o porquê do Guiché Único de Empresa não os poder passar, ficando dependente do órgão de tutela do ramo de actividade a ser exercido.

Situação que o conservador adjunto do Guiché Único de Empresas compreende, até porque os estatutos do seu organismo contemplam o licenciamento, mas que por questões técnicas não tem sido implementado.

"Os estatutos do GUE prevêm o licenciamento, mas temos tido algumas dificuldades técnicas que já estão a ser ultrapassadas e brevemente poderemos usar o mesmo mecanismo que o Balcão Único do Empreendedor (BUE) utiliza, o chamado licenciamento provisório, em que o utente sairá do Guiché Único com o seu alvará disponível e terá um tempo para tratar do alvará definitivo", explica Israel Nambi, que no entanto, alerta para a delicadeza da emissão dos alvarás devido a actividades específicas como a comercialização de medicamentos e produtos perecíveis, que carecem de um tratamento diferenciado.

Os custos para a constituição de empresas, que alguns investidores consideram altos, preocupam o vice-conservador do GUE, que mantém a esperança na comissão constituída pelo executivo que poderá propor a revisão das despesas emolumentares e obrigações fiscais, sobretudo no momento da constituição da empresa. Quem sabe assim os interessados em constituir empresas deixam de pagar entre 100 a 300 mil kwanzas quer para a criação de uma sociedade por cotas, que exige um capital mínimo inicial equivalente a 1000 dólares ou na sociedade anónima, com capital inicial mínimo equivalente a 20.000 dólares.

Mas ainda assim a confiança no sucesso desta empreitada é uma "certeza" para o responsável do GUE que socorre-se do número de empresas constituídas como garantia para o sucesso destes instrumentos de apoio ao investidor. FAUSTINO DIOGO

3.17 Emigrantes monopolizam o comércio

Semanário Agora

22 de Junho de 2013

Cada prato de feijão de azeite palma, com língua de vaca e dobrada custa 200 kwanzas. A tarifa sobe para 300 kwanzas se tiver a guarnição de fungo de bombó a reforçar o pitéu, entenda-se o almoço. Este é um dos retratos possíveis na Rua 18 do Bairro Mártires de Kifangondo, no distrito da Maianga, em Luanda.

Não se tratando de um festival de degustação, somos obrigados a expandir o foco da nossa reportagem. Sem antes fazer alusão, que as palavras "comércio geral e serviços" são as que melhor definem o complexo de ruas 20, 18, 17, 16, 14 e 13, sendo que a Rua 15 é a campeã da agitação desta zona da capital do país, que outrora chamava-se Bairro Salazar.

Os comerciantes que perambulam pelo Mártires de Kifangondo são de várias latitudes do continente africano, como sejam da Costa do Marfim, do Mali, do Senegal, da Mauritânia, do Burkina Faso, da Guiné-Bissau, da Serra Leoa e Libéria.

Obviamente que as nossas zungueiras (vendedoras ambulantes) pintam aquelas ruas a comercializar os produtos diversos. Como que se falar delas fosse pecado, surge uma com o pregão habitualmente estridente: "Sabão e Omo!". No outro lado da estrada, junto à escola Bom Saber Nr.º 2.022, a peixeira solta a voz: "É carapau grosso! É kimbumbo!". O nosso fotógrafo por pouco deixava cair o seu instrumento de trabalho. Assustado, mas já refeito, voltou a disparar mais umas quantas fotos ainda bem que tinha a máquina a tiracolo.

Eram 8 horas da manhã. Os comerciantes começavam a tomar as suas posições. Ainda pudemos verificar as vendedoras de fardo a montar as suas pilhas de roupa, peça a peça, enquanto os fogareiros rudimentares onde os malianos fazem os frangitês -frango assado regado com óleo vegetal e cebola às rodela servida em folhas de papel de origem duvidosa, mas isto é pano para outra reportagem.

Tudo à venda

Exala a café. Nas ruas 15 e 16, os cidadãos originários da África Ocidental estão sentados com cafeteiras térmicas e vendem cada copo a 100 kwanzas. Por falar em bens e serviços, algumas pessoas ouvidas pelo Agora disseram que no Mártires há de tudo à venda.

A prostituição é a maior nódoa nesta zona de Luanda, tal como nos confirmou Doroteia Kipungo, cidadã angolana natural de Malanje. "Aqui mesmo na Rua 13, se o Sr. jornalista vier aqui à frente do Centro Recreativo Casa Mônica "Monique", a partir das 19h, vai ver que essas miúdas quitatas -prostitutas vendem o corpo. Quase já se tornou hábito. Há também o negócio da droga, mas desse prefiro não falar. Fale com os jovens, eles sabem".

Estes assuntos escabrosos colocam-nos em alerta sobre possíveis acções incorretas e ignoradas. Os jovens para quem a Sra. Kipungo dirigiu a nossa equipa de reportagem mostraram-se indisponíveis e sem interesse em mostrar o que têm vivido naquela zona encravada entre os bairros Cassequel, Prenda, Maianga e Cassenda, bem no coração de Luanda.

"Há senhoras que vivem em concubinato com cidadãos do Mali. Há rapazes, filhos de mães angolanas e pais, estrangeiros que estão retirados fora do país, tudo porque foram levados à revelia pelos seus progenitores, sem documentos. Conheço residentes ilegais que desenvolvem acções fora da lei, escamoteadas, como é o caso, por exemplo, do comércio precário, de tirar fotocópias nos cibercafés. Há de tudo aqui, até falsificadores de dinheiro", revelou uma fonte do Agora que pediu anonimato.

A reportagem seguiu, enquanto vendia-se nos passeios e à beira da estrada sandes de frango com repolho e cenoura ao preço de 200 kwanzas. A Rua 15, frequentada por gente de toda a estirpe, a meio da manhã fica estreita, os carros particulares que aí estacionam e as carrinhas que transportam as pipas de fino encolhem-na.

Malianos e costa-marfinenses trocam dólares à berma da estrada em pequenos ajuntamentos de três ou quatro pessoas. É comum vê-los a esfregar os dedos polegar e indicador um no outro e a chamar os transeuntes que passam:

"Amigo, nota!". Se a pessoa pára eles avançam com a oferta: "Estamos a dar 10.350 kwanzas por uma nota de 100 de Benjamim Franklin". A poucos metros está a casa de câmbios Mere Halima, Lda., que sofre esta concorrência desleal, por trocar notas por menos, ou seja, 10.200 kwanzas por uma nota verde de 100 dólares.

Comunidade Muçulmana Acima Dos 100 Mil

Na loja Drame Kunda (Casa Drame), que comercializa telefones celulares e materiais afins, o cidadão costa-marfinense Drame Mamadou explicou à nossa reportagem por que emigrou. "Fugí para Angola por causa da guerra em 2009. O meu país

estava duro", disse, acrescentando: "Depois da África do Sul, a vossa pátria é a segunda melhor dentro do nosso continente, em que o negócio anda facilmente".

No outro lado da estrada, dentro de um pequeno quintal, há uma pequena mesquita, várias cafeteiras dispersas no chão e algumas meninas angolanas vão aprontando o almoço. Soubemos que foram instruídas para confeccionar os pratos malianos. São quase onze horas.

Ainda dentro do mesmo espaço cambia-se dólares, vende-se tâmaras não confitadas, grelha-se frango, vende-se copos, medicamentos para massagem, chullay (ambiente) e dispensador de incensos. A sensação que se tem é de que estamos na era de Cristo, quando o filho de Jeová expulsou aqueles que faziam da casa do seu pai casa de negócio. Conforme escrito na Bíblia no livro de João 2:13-17

Proseguimos, evangelizações à parte. várias pessoas dispostas à volta de uma bacia de alumínio comer arroz e pequenos pedaços de peixe com as mãos. Mohamed Cissé informou que "esse hábito de comer sem ajuda de utensílios, como colher e garfo, faz parte da tradição africana".

"A maioria de nós veio do Mali, Costa do Marfim, do Burkina Faso, da Serra Leoa, do Senegal, da Gâmbia, do Níger, da Mauritânia, da Guiné-Bissau e temos esta relação de amizade. Dedicamo-nos ao comércio, que é uma espécie de tradição". Há também o malinke - um dialeto comum entre os cidadãos destes Estados membros da CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África ocidental.

"Estou em Angola desde 2007, e para a esmagadora maioria dos meus contemporâneos os problemas estão em tratar dos documentos. Há muita burocracia, pediram-me muitos documentos", informou aquele cidadão, que é adorador de Allah. Recorde-se que em Dezembro, o Agora entrevistou Diakité Adama, responsável da comunidade muçulmana que naquela altura revelou serem mais de 100 mil pessoas em Angola.

Sem querer resvalar em aspectos de foro religioso, novamente seguimos até a Rua 8 do Mártires do Kifangondo, onde está a primeira mesquita implantada em Angola. Contudo, Diakité Adama encontrava-se fora de Luanda o que inviabilizou o contacto com esta figura que segue os preceitos do profeta Maomé. É importante ressaltar que nem todos os cidadãos do oeste africanos são muçulmanos, mas seria interessante saber quantos são e que acções desenvolvem no nosso país.

A nossa conversa já foi cortada.

Na Rua 15 o dia é sempre agitado. Os cambistas informais vêem uma viatura Land Cruiser branca e escondem-se. Não querem ser apanhados pela Polícia Económica, conforme nos explicou Samba. No interior da viatura os ocupantes captam fotos com os telemóveis. "Em tempos levaram um irmão nosso que só foi solto depois de 'dar' a gasosa de 1.500 dólares", alegou.

A correria não pára. Os cibercafés estão abertos, as zungueiras passam com os seus pregões. O comércio e a oferta de serviços é frenética: roupas, calçados, frango, cabrite, iogurtes, (cabrito assado no fogareiro), chinelos, postigos, medicamentos, lubrificantes, telefones, aluguer de viaturas e arrendamento de quartos.

Os candongueiros passam e as pessoas também, num vaivém constante. "Há muitos negócios à vista e outros à socapa", segundo a nossa fonte, que não dispensa o direito de se manter no anonimato.

3.18 Crianças da zunga podem desenvolver temperamentos explosivos

Jornal o País

28 De Junho de 2013

Nos mercados informais e nas ruas de Luanda são inúmeras as mulheres que carregam os filhos às costas em busca do sustento familiar. Em companhia das mães estão crianças da faixa etária dos zero aos cinco anos. Caracteristicamente as crianças têm, na sua maioria, físico pequeno e cabelo acastanhado. Os pequenos fazem dos mercados e passeios do asfalto o seu espaço de lazer.

Cecília da Silva, vendedora de roupas de fardos no mercado dos Congolenses, disse que vende com o seu bebé porque não tem ninguém que possa cuidar dele. Para além do pequeno Joelsom, de três meses, a jovem tem mais dois filhos que ficam sob os cuidados do primogénito, de dez anos.

A comerciante reconhece os inúmeros riscos a que o seu filho está exposto, mas lamenta não ter outra opção. Para Cecília, um infantário público seria bom para não arriscar a saúde das crianças. Durante o dia, Joelsom alimenta-se de iogurte.

A procura do sustento de todos os dias faz com que muitas mães não levem os filhos para as consultas médicas rotineiras, Domingas José conta que na última vez que levou o seu filho ao hospital ele tinha

nove meses. Hoje, com dois anos de vida, o peso da criança é controlado apenas no mercado.

As crianças alimentam -se da comida que as mães fazem diariamente: funge, arroz, ervas, quizaca, contam-se entre os variados alimentos confeccionados nos mercados. Para protegê-las do sol, as mães utilizam sombrinhas.

Por outro lado, Domingas também não tem ninguém em casa que possa cuidar do seu filho. "Vendo roupa de fardo há um ano no Mercado do Congolenses e não tenho dinheiro para pagar na creche", exprimiu.

Zinha André revelou que não se lembra da última vez que levou o seu filho ao hospital e desconhece o peso do seu bebé. "Só vendo com o meu ' filho quando o meu marido vai trabalhar. Fico preocupada com a saúde dele, mas vou fazer o quê? Não tenho dinheiro para o colocar na creche, não existem infantários públicos, esta é a única solução", apontou.

Joana Jorgina não conhece o peso do seu filho, por falta de contacto com as unidades hospitalares há quatro meses. A senhora contou que o seu bebé se alimenta apenas em casa antes e depois da venda.

O filho de Joana, com nove meses, acompanha a mãe todos os dias durante as vendas, a última vez que o bebé foi ao hospital pesou 6,400 kg. "Para o filho comer tem de sofrer com a mãe debaixo do sol", disse

Joana Jorgina enquanto zungava pão nas imediações do Rocha Pinto, distrito da Samba.

Uma voz inocente

Petronela Missango, de cinco anos de idade, é uma das várias crianças que acompanham as mães nos mercados. Em conversa com o jornal O País, a menina informou que a sua mãe não tem dinheiro para a colocar numa escola e, como o pai se nega a cuidar dela, é obrigada a seguir a mãe todos os dias no Mercado dos Congolenses.

A pequena Petronela revelou que já está acostumada ao ambiente normal do mercado, mas gostaria de ficar sob os cuidados de alguém em casa ou frequentar uma instituição escolar.

Segundo sociólogo Milton Fernandes, a situação das mulheres que vendem com os seus filhos é um fenómeno social que decorre da desigualdade social muito acentuada que existe em Angola. Muitos angolanos estão numa situação fora do padrão aceitável e procuram de qualquer das formas uma maneira para sobreviver e ultrapassar a pobreza que vivem e, algumas vezes, os mecanismos que

encontram acabam por prejudicar os filhos, que são afectados pela condição de vida dos pais.

O facto de as mulheres levarem os filhos às costas ao longo das suas actividades laborais é muito preocupante. Milton mencionou que na visão sociológica, a questão remete à socialização, o que a criança aprende nesse ambiente de corre-corre, sabendo que os fiscais estão a inspecionar as senhoras que vendem em lugares inapropriados.

A função da família é educar a criança para que ela tenha um comportamento moralmente correto, e neste meio de venda é muito difícil incentivar a criança a um comportamento certo, pois está exposta a um quotidiano social onde tudo está disponível, quer os bons aspectos como os maus, realçou o sociólogo.

"Creio que nas ruas ocorrem muitas coisas negativas que, do meu ponto de vista, não seria aconselhável a uma criança ter contacto. Por isso verifica-se existirem muitas crianças que dizem palavões e que aprendem hábitos e costumes não compatíveis com a sua idade. Nota-se que há uma inversão de valores sociológicos na criança, o normal é ser educada em casa e ter acesso a alguns bens sociais que contribuem para o seu crescimento sociológico, psicológico e até mesmo físico".

As crianças que acompanham as mães no exercício das suas actividades laborais nos mercados informais tendem a adquirir um comportamento desviante.

O nosso interlocutor disse que a personalidade da criança fica prejudicada, conseqüentemente, ela vai construindo uma forma de ser e estar não compatível com os direitos da criança e os princípios que norteiam a sua educação.

A falta de convívio com indivíduos da mesma faixa etária pode danificar o desenvolvimento da criança, salientou.

"Aconselho os pais a terem atenção a este facto, apesar das dificuldades que vivem, e ao nível das instituições governamentais deve-se ter alguma preocupação, no sentido de criar políticas e instituições que possam acolher as crianças para partilhar o processo de aprendizagem enquanto as mães trabalham. para: que tenhamos uma Angola e um futuro melhor é importante olhar para o que está a acontecer hoje com as crianças, ou teremos crianças com grandes complicações futuramente".

O sociólogo salientou que a construção de infantários públicos seria uma das soluções para este fenómeno. Infantários privados não ajudariam, tendo em conta a

quota a apagar, a qual seria uma barreira ao acesso das famílias pobres.

Muitas mães têm praticado actos de violência sobre os seus filhos. De acordo com a lei, a violência doméstica não é apenas agressão física, mas engloba também os actos de negligência em relação às crianças, bem como o comportamento que contrarie os seus direitos.

Segundo Milton Fernandes, o país corre o risco de ter uma sociedade doentia e um futuro bastante debilitado. "Enquanto não se encontrar equilíbrio social nos níveis de vida dos angolanos e não se criar estratégias do ponto de vista da criação de instituições que possam acolher as crianças enquanto as mães trabalham, teremos um futuro preocupante, uma vez que estas crianças vão se tornar adultos".

Ao nível nacional existe preocupação com as crianças que vivem na rua, mas não com as crianças que trabalham com as mães na rua. Estas crianças não bebem água potável, inalam poeira, passam pela

poluição sonora. As condições estão criadas para que elas venham a ser pessoas muito alteradas e com temperamento bastante explosivo, concluiu.

3.19 Filhos da Zunga

Jornal o País

28 De Junho de 2013

Na secção de sociedade deste jornal há uma reportagem sobre as crianças filhas de zungueiras. Estamos no fim do chamado Mês da Criança e falou-se de tudo, menos da vulnerabilidade a que estão votadas estas crianças em particular. Elas saem de casa ainda de madrugada, passam o dia na rua, debaixo de sol, inalando poeira e gases dos automóveis. Muitas vezes vítimas da brutalidade que se abate sobre as mães, venha ela de fiscais mal formados ou de vândalos. Estas crianças merecem uma atenção bem especial de todos.

As mães não têm alternativas de sustento que não andar pelas ruas a tentar vender alguma coisa. As crianças às costas, com o cabelo acastanhado e frágil, ramelas nos olhos e ranho no nariz. É a imagem do muito que se sofre ainda e dos números estatísticos que nos agridem quando falamos de mortalidade infantil.

A alimentação destes meninos é de dar dó, depende do que houver, sempre pobre, quase nunca têm o direito de comer a fruta que a mãe vende, é de dinheiro que se trata, para sustentar os irmãos mais velhos em casa, também eles infantes. São crianças

agarradas à vida por um pano frágil que as mantém coladas aos corpos das mães, que as carregam como fardos.

3.20 Guiché único de empresa contribui no desemprego

Semanário Manchete

28 De Junho de 2013

Alguns moradores do distrito urbano da Maianga, em Luanda, consideraram terça-feira, como sendo uma mais-valia a abertura de balcões do Guiché Único de Empresa, pois contribuem para a redução da pobreza, do desemprego e melhoram a qualidade de vida dos munícipes.

Depois da inauguração das instalações do Guiché Único de Empresa do "Nosso Centro", localizado na zona do Gamek, pelo ministro da Justiça e Direitos Humanos, Rui Mangureira.

Os moradores foram unânimes em dizer que o balcão vai facilitar o tratamento de documentos para constituição ou legalização de uma empresa, porque estão aglutinadas todas as áreas para o efeito. De acordo com Carlos Costas, estão lançadas as bases para que os assuntos relacionados com a constituição de empresas sejam tratados com maior rapidez, já que o Guiché Único de Empresa possui as áreas essenciais para legalização de uma empresa. "Andar de uma instituição para outra, de um município para o outro, rouba muito tempo, sobretudo no centro da cidade aonde o engarrafamento é constante e não possui muitos espaços para o estacionamento de viaturas, por isso ter um Guiché no distrito é um grande passo", referiu. Para o morador do bairro do Morro da Luz, António Ferreira Tavares, o Guiché reúne num único espaço um conjunto diversificado de serviços e comércio, localizado estrategicamente num ponto de grande circulação e concentração populacional.

"É salutar este tipo de iniciativas e levar estes serviços para todos os municípios e distritos aumenta a oferta para as pessoas que queiram constituir empresas", adiantou.

Por sua vez, Aldair da Conceição considerou a abertura do Guiché como um acto eficaz do Governo. Pela importância que estes serviços têm na vida das populações deviam ser estendidos em várias províncias do país para garantir novas oportunidades de emprego para a juventude. Comporta áreas de informações, ficheiro central de denominações sociais, jurídica, inserção de dados, cartório notarial, sala de cultura, imprensa nacional, segurança social,

estatística e notário de registo comercial e de mediação.

O titular da pasta, Rui Mangureira, anunciou que o Ministério da Justiça e Direitos Humanos pretende estender os serviços do Guiché Único da Empresa (GUE) para todas as províncias de Angola até 2015.

Acrescentou que, numa segunda fase, serão contempladas as províncias da Huíla, Huambo, Benguela e do Bié, cujo objectivo é de facilitar o processo de constituição de uma sociedade comercial, num espaço de 24 horas. Desde a abertura do primeiro Guiché Único de Empresa, em 2004, foram constituídas mais de 26.000 empresas, fruto do desenvolvimento da instituição, principalmente desde 2007, ano da total informatização dos seus serviços. A informatização dos serviços impulsionou a celeridade do processo, permitindo que, actualmente, seja possível concluir a constituição de empresas em apenas três horas.

3.21 Mercado dos Kwanzas poderá Fechar

Semanário Factual

29 De Junho 06 de Julho de 2013

Depois da retirada do maior mercado de África, sito no distrito do Sambizanga, denominado "Mercado do Roque Santeiro", os vendedores não têm tido sossego, devido às constantes mudanças dos locais de venda, pelo que se foram espalhando por diversos mercados populares, como o do Kicolo, o do Panguila, o do Trinta e o dos Kwanzas.

A preocupação agora é para as vendedoras do mercado dos Kwanzas, em especial a área reservada para as comerciantes que foram surpreendidas com o aviso de que já não podiam vender nesse local.

A Polícia Nacional vedou o local e depois de 30 minutos da chegada das vendedoras, estas receberam a informação sobre a proibição.

As comerciantes, assustadas com a situação, dirigiram-se à administração do mercado e foi-lhes negada a informação.

Para Carla Tavares, ao falar ao Factual, "já não há respeito ao próximo. Nós pagamos os fiscais, mas mesmo assim não se importaram de, pelo menos, nos informar. Os nossos negócios foram postos num outro processo. Era necessário procurar, porque até os processos foram cancelados", garantiu a comerciante, com lágrimas nos olhos.

A comerciante Deolinda Panzo indignou-se, indagando o que realmente querem de nós, que deixemos de sustentar os nossos filhos, formá-los e educa-los?

Já saímos do Roque, alegando falta de saneamento básico, e agora aqui, o que é que pretendem, combater a

pobreza, mas de que forma, expulsando as senhoras dos seus empregos? Esta é a maneira para combater a pobreza?

A comerciante garantiu que "ouvi de alguns fiscais que o responsável não paga ao Estado. Ele recebeu a notificação para responder e não foi. Por este motivo, fomos surpreendidas, mas já há duas semanas que estamos aguardando por uma resposta, que até agora não a temos. Assim, vai aumentar o número de criminalidade na sociedade, o desemprego, a pobreza, doenças e mortes. Pensem no que realmente estão a fazer com a população que depende do mercado dos Kwanzas para sobreviver", perguntou.

O Factual tentou contacto com a direcção do mercado mas sem sucesso, alegando que também está surpresa com a situação que dura já há duas semanas. Um dos funcionários que não se quis identificar afirmou que "o mercado está dividido em duas partes.

Esta área que está vedada é a área privada (INDAPE) e estou sem informações concisas. Sinto que a delinquência vai aumentar, visto que muitos deles começaram a dedicar-se ao trabalho como bagageiros, saqueiros.

Alguns até trabalhavam nas barracas, lavando loiças, fazendo compras e levando comidas aos clientes. Encerrado este lado da INDAPE, que abriu e deu oportunidades para alguns jovens que dependiam da delinquência para sobreviver, aposto que teremos mais problemas", alertou o funcionário.

A bacharel em sociologia, Laureana de Aleluia Bande, falou ao Factual que procurou fazer a abordagem sobre o facto. "Muitas das populações postas no mercado não têm uma formação e nem habilidade. Outras são formadas mas, por falta de oportunidades, como se está a falar agora em empreendedorismo, se apostássemos nas populações do mercado, teríamos bons empreendedores.

"As pessoas perderam o senso da solidariedade e o amor ao próximo, porque se existissem teriam de alertar os comerciantes sobre o que realmente se está a passar. A crise instalou-se, há duas semanas mas, até agora não dizem nada", notou Laureana de Aleluia Bande.

3.22 Candongueiros de táxis pagam para terem impunidade nas estradas

Semanário Angolense
29 De Junho de 2013

Quando, no passado dia 1 de Abril de 2009, o novo Código de Estrada entrou em vigor, supunha-se que algo de substancial viesse a mudar o panorama do rodoviário em Angola, de forma a reduzir as elevadas taxas de sinistralidade nas estradas e não só. Muitas foram as promessas feitas, como se alguns dos seus promotores tivessem descoberto a pólvora.

De facto, os números de acidentes já eram hoje assustadores, e os relatórios das autoridades ligadas à Viação e Trânsito referiam que a sinistralidade rodoviária era a «segunda causa de mortes em Angola». Mais do que causar vítimas mortais, ela provocava também inúmeros feridos, muitos dos quais graves, assim como elevados danos materiais, sobretudo nos veículos.

Embora se soubesse, à partida, que o novo Código de Estrada não seria a «varinha mágica» para resolver todas as «doenças» de que padece o nosso sistema rodoviário, esperava-se que ele ajudasse, no mínimo, a resolver algumas situações, ainda que médio prazo.

Esperava-se que se colocasse um pouco de ordem na «selva», já que as estradas do país, em particular as de Luanda tinham sido transformadas em autênticos «campos de batalha».

Supunha-se que os agentes reguladores do trânsito se fizessem respeitar, conseguissem resgatar parte a sua autoridade perdida, punindo os contraventores, de acordo com a lei.

Mas, o primeiro sinal do fiasco começou quando, um dia depois da entrada em vigor deste código, emitiu-se um comunicado, no qual era dada uma moratória de trinta dias aos taxistas para que não fossem autuados, no que ficou conhecido como o processo de «adaptação e sensibilização». Tratou-se, no fundo, de um recuo, visto que a maioria dos candongueiros, num gesto de aparente resistência, havia paralisado os seus veículos, já que estes, à luz da lei, não reuniam as condições para o exercício das suas actividades públicas.

Ora, esta situação transmitiu a ideia de que mesmo sem condições para que a lei fosse aplicada avançou-se e, não menos grave, pôs-se em causa a autoridade do Estado, que passou a ter a imagem de um ente fraco e titubeante, mesmo em situações em que

estava em causa a protecção de inúmeras vidas humanas e de bens patrimoniais.

Tudo na mesma ou pior ainda

Apesar do novo código estar em vigor há mais de 4 anos, não foram registadas melhorias em matéria de segurança rodoviária, visto que os acidentes de viação, ao invés, de reduzirem têm, antes pelo contrário, vindo a subir exponencialmente.

Em boa verdade, à excepção da obrigatoriedade do uso cinto de segurança, mais nada há a registar de positivo.

A passividade é de tal ordem que continuamos a assistir, impunemente, à circulação de verdadeiras «latas rolantes» nas estradas e avenidas, sem que se façam acompanhar do referido seguro automóvel obrigatório; os taxistas continuam a exercer a sua actividade, sem que estejam habilitados para tal; continuam a parar em cima das curvas ou em locais proibidos à espera de clientes.

Lamentavelmente, multiplicam-se os casos de violações flagrantes à lei, sendo as mais frequentes a condução sob efeitos de álcool, excessos de velocidade, manobras perigosas e outras práticas que deviam dar lugar ao pagamento de pesadas coimas, mas que, muitos, casos se resolvem com o pagamento da célebre «gasosa».

3.23 Mais mercados para combater venda informal

Jornal de Angola
30 De Junho de 2013

A Administração Municipal do Huambo vai construir mais mercados com o intuito de acabar com a venda na via pública, anunciou o chefe da Repartição para os Assuntos Sociais.

Domingos Bonifácio, que fez a revelação no final de uma visita a mercados informais no município, disse que esta actividade obstrói algumas vias rodoviárias e prejudica os espaços de lazer.

O desrespeito por parte de muitos vendedores aos apelos da Administração Municipal para não exercerem a actividade nos passeios, rotundas e praças, bem como o crescimento demográfica afirmou, estão na base da situação.

A Administração Municipal, prometeu, vai continuar a criar condições para juntar os vendedores em locais apropriados para o comércio. Domingos Bonifácio alertou os vendedores informais para a existência de

indivíduos que cobram irregularmente taxas de fiscalização em nome da administração.

O chefe da Repartição dos Serviços Sociais lamentou a existência de construções ilegais e de aterros sanitários em locais impróprios, "outro mal a ser combatido".

Durante a visita foram vistos mercados informais em frente ao Hospital Geral, à entrada do Aeroporto, nos arredores do Banco Sol, Praça Agostinho Neto, Jardim da Cultura, Angola Telecom e no bairro de São João, além de duas construções clandestinas e um aterro sanitário em local inapropriado, no bairro do Ilo To.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Como fazer o OGE para 1014

Semanário Angolense
01 De Junho de 2013

As Instruções e o Manual para a Elaboração do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2014 foram a proposta de maior destaque entre as providências aprovadas na quarta-feira, 29 de Maio de 2013, pela 4ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros (CM), que teve lugar na Sala de reuniões do Palácio Presidencial, na Cidade Alta, em Luanda.

Estes documentos autorizados pela reunião, que foi orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, «estabelecem as regras e procedimentos que devem ser observados por cada uma das unidades orçamentais no processo de preparação do respectivo OGE, introduzindo melhorias nas normas que permitem a realização de uma avaliação permanente das acções do Governo». Assim diz o Comunicado de Imprensa do Secretariado do Conselho de Ministros, que divulgou as conclusões da referida Sessão. Além das melhorias que devem permitir a observação das acções governamentais, as Instruções e o Manual para a Elaboração do OGE 2014 recomenda «o redireccionamento em tempo útil da alocação dos recursos para as áreas consideradas prioritárias, tendo em conta as necessidades das populações e o Programa Nacional de Desenvolvimento».

Oferta de energia eléctrica

O Conselho de Ministros aprovou também um contrato para a reabilitação e a expansão da distribuição de energia de baixa e média tensão às zonas urbana e suburbana da cidade de M'Banza Congo. Segundo o Comunicado, a iluminação pública e a rede de ligações domiciliárias deve beneficiar cerca de 170 mil habitantes da capital da província do Zaire.

Outros acordos que dizem respeito a energia eléctrica foram igualmente aprovados pelo CM. Trata-se dos contratos que contemplam o fornecimento e montagem de sete grupos geradores na cidade de Malange, a construção de subestações de transformação e das linhas de transporte para a electrificação das sedes municipais de Lândana, do Dingo, de Buco Zau e do Belize, em Cabinda.

Qualificação e salários

De acordo com o Comunicado, um Decreto Presidencial sobre o perfil do gestor de recursos humanos na Função Pública - diploma legal que visa assegurar um aperfeiçoamento constante dos quadros e dos servidores públicos - foi ratificado pelo CM, tendo em conta o seu programa de Modernização da Administração do Estado.

Neste domínio, o Conselho assinou também um Decreto Presidencial que regula a formação profissional dos titulares de cargos de direcção e chefia do Estado, tanto na administração central como nas administrações locais do Estado, incluindo os institutos públicos.

O procedimento de mobilidade na administração pública mereceu igualmente a ratificação de um Título confirmativo. O documento regula o procedimento administrativo a observar na mobilidade do pessoal vinculado ao sector público administrativo, nomeadamente as situações de destacamento, transferência e permuta.

O CM deu continuidade ao seu programa de ajustamento dos salários da função pública, das prestações da Segurança Social, do salário mínimo nacional, assim como das pensões atribuídas aos antigos combatentes, deficientes de guerra e familiares de combatentes tombados ou pericidos.

Regulamento Sanitário Uma proposta de Lei que aprova o Regulamento Sanitário Nacional, do mesmo modo que as outras sugestões, foi sancionada pelo CM, no âmbito do reforço das medidas de controlo e de vigilância sanitária em todo o País. O Conselho de Ministros recomendou o envio dessa proposta à Assembleia Nacional.

O Regulamento Sanitário Nacional é um documento auxiliar das autoridades sanitárias que estabelece um conjunto de medidas e acções para a defesa e a protecção da saúde pública, através da identificação e controlo permanente dos factores de risco.

Lei dos Direitos do Autor

No domínio da Cultura, o CM aprovou e remeteu à apreciação da Assembleia Nacional, uma proposta de «Lei dos Direitos do Autor e Conexos». Este diploma prevê a faculdade de todo o criador, artista, intérprete, executante, produtor, organismos de rádio difusão e entidades de gestão colectiva de obras intelectuais de natureza literária e científica, usufruir de compensações monetárias decorrentes da utilização das suas obras por terceiros, bem como a faculdade exclusiva de autorizar a posse dessas obras, no todo ou em parte, nos limites e termos da lei.

O 11 Festival Nacional de Cultura (Fenacult) deve realizar-se no próximo ano, conforme aprovação do Conselho de Ministros. Contudo, está previsto que tenham lugar alguns eventos em 2013.

Política interna e externa

No âmbito do processo de adequação da organização e funcionamento do Executivo à sua nova orgânica, o Conselho ratificou a revisão dos Estatutos Orgânicos do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e do Secretariado do Conselho de Ministros.

Foi ainda objecto de revisão o Estatuto Orgânico do Guiché Único de Empresas. Relativamente à política externa, o CM apreciou o projecto de Resolução que aprova o Acordo Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação para a República Democrática do Congo e na Região dos Grandes Lagos e o projecto de Resolução sobre o Acordo Sede entre a República de Angola e a Comissão do Golfo da Guiné, tendo recomendado a remissão destes diplomas legais à Assembleia Nacional.

4.2 A Refém dos Grandes Monopólios

Semanário Folha 8

01 De Junho de 2013

Alguns monopólios económicos instalados em Benguela, poderão vir a ser questionados, se não houver uma política de inversão da batata e dos batoteiros.

Pese alguns destes, serem liderados por figuras próximas do "Futungo de Belas", a verdade é dos mesmos serem acusados como os principais sugadores do OGE de Benguela através do programa de investimentos públicos, cujas rubricas para os mais diferentes serviços foram desenhadas e engehadadas meticulosamente de forma "cabalística".

Fontes do F8, apontam a Angolaca empresa proveniente da falida portuguesa Laca e ressuscitada por um alto general angolano e que em Benguela tem a testa o general Fernando Andrade, que é, apontado, também, como representante da Casa Militar.

A Angolaca presta serviços desde terraplanagem asfaltagem, captação de água nos municípios do interior, sinalização de estradas, jardinagem, etc., obras adjudicadas sem concurso público, tão pouco sem conhecimento público, dos custos e a durabilidade da empreitada, contrariando a transparência pública.

O protagonismo da Angolaca num vasto mundo de negócios com destaque para as obras públicas tem colocado o general Fernando Andrade numa espécie de governador "sombra". Segundo as nossas fontes trabalhos como a sinalização da cidade sem consulta prévia da administração municipal de Benguela, tapa buracos e a requalificação considerada de má concessão técnica da via que dá acesso ao aeroporto 17 de Setembro tem colocado o também chamado "governador Sombra" acima das autoridades municipais da província que nunca ousaram contrariar as suas decisões empresariais.

O negócio milionário do lixo estão as poderosas luso-angolanas Vista e Ambiáfrica que entraram em cena logo após o "derrube" de Dumilde Range], estando mesmo a Vista rotulada como próxima de altas patentes das forças armadas, que operam, também no negócio pouco transparente "água para todos"

nos municípios do interior. A Ambiáfrica tem na requalificação e manutenção dos jardins os seus ovos dourados numa engenharia financeira aparentemente legal, onde é a única fonte de destino das suas receitas. Com o esquema ardilmente montado a referida empresa trouxe a Benguela jardineiros portugueses, num gesto que mereceu repulsa social ante a brutal onda de desemprego que assola a região de Benguela.

A factura total da requalificação dos jardins de Benguela e do Lobito estão nos segredos dos deuses, mas com o "rabo de fora" está o jardim da rotunda localizada junto ao controlo do Lobito considerada a mais cara do mundo e orçada em 680 mil dólares, bem como os jardins que ladeiam a sede do MPLA e a colina saudade do Lobito, orçadas ao Estado por 500 mil dólares cada, números que traduzem bem o negócio do "verde" da Ambiáfrica associado a recolha do lixo na cidade do Lobito.

A GB aparece também na lista, mas com o rótulo de ser o mais higiénico sugador, pelo tipo serviços que presta com auxílio de técnicos de Portugal, nas áreas de assessoria. Com um contrato avaliado em cerca de um milhão de dólares/ano a GB funciona como uma autêntica área do governo onde se confunde com as actividades das direcções das obras públicas e do gabinete do Plano do executivo de Benguela.

Os serviços prestados pela GB vão desde consultoria, formação de quadros, elaboração de projectos para obras públicas e ainda a gestão dos concursos públicos para as empresas de construção civil.

Especialistas no ramo de consultoria contactados pelo F8 defendem que a criação de um gabinete técnico na direcção provincial das obras públicas

devidamente equipado, com o recrutamento de técnicos médios e superiores que abundam em Benguela muitos dos quais desempregados fariam o mesmo trabalho da GB e evitariam o sangramento em demasia dos cofres do estado.

Empresários ligados a construção civil falam ainda de crassos erros na elaboração dos cadernos de encargos para as empreitadas públicas, concretamente nas medições e na quantificação dos materiais de construção civil a utilizar, com perdas para os empresários do ramo num esquema em perfeita sintonia com o Gabinete do Plano.

Até que ponto a nova governação poderá travar o negócio da GB é para já a grande incógnita nas acácias rubras a julgar pela influência do empresário junto dos grandes corredores da cidade alta.

Fora dos monopólios que gravitam em tomo do a GE de Benguela, existe ainda a delapidação da orla marítima da Restinga do Lobito, ocupada hoje pela conhecida "gang do betão", com o olhar alegadamente cúmplice do seu administrador, Amaro Ricardo, com todas as consequências para o meio ambiente, já identificados por especialistas que conhecem a especificidade da maior "Língua de areia de Angola" e seus arredores.

O actual quadro levanta o velho debate no seio de influentes sectores do MPLA e da sociedade civil sobre a distribuição mais equilibrada das oportunidades de negócios por parte de empresários locais.

Os mesmos sectores defendem que áreas como a jardinagem, consultoria geral e obras públicas deveriam criar oportunidades para o surgimento de mais agentes empresariais locais e alargar o número de postos de trabalho. Perante este quadro avizinham-se nuvens cinzentas na acção prática do executivo de Benguela.

4.3 Nova lei pode legalizar obrigação da auditoria externa

Jornal Expansão
07 De Junho de 2013

A obrigação do recurso a auditoria externa às actividades das empresas públicas e respectivas contas destaca-se no ante-projecto da Lei do Empresariado Público recentemente aprovado pela generalidade na Assembleia Nacional. O destaque deve-se ao facto de em nenhuma regulação do das Empresas Públicas, desde a Lei

9/95 até a 10/10 de alteração, parcial, da anterior, a referida exigência estar devidamente clara.

Na lei 9/95, por exemplo, a documentação de prestação de contas deve integrar o relatório do Conselho de Administração; o balanço e demonstração de resultados e a proposta sobre a sua aplicação; a demonstração da origem e aplicação de fundos e o parecer do Conselho Fiscal. Ou seja, nota-se a ausência do parecer do auditor externo.

Enquanto isso, a Lei 10/10 que altera, parcialmente, a Lei 9/95 pouco ou nada traz sobre o assunto. Desta feita, segundo entendidos na matéria, prevalece o previsto na lei que fora parcialmente aprovada. No entanto, no intervalo entre as duas, foi aprovado, em 2002, o regulamento da Lei das Empresas Públicas que não abordado o assunto, como tal, sublinha que as contas devem cumprir as "regras contidas no Plano de Contas Empresarial e respectivas instruções".

Portanto, a ser aprovada como está, o artigo 25º do Ante-Projecto será a primeira vez que o recurso a auditoria externa será um a obrigação prevista numa Lei do Empresariado Público. Tal situação motiva interrogar se o Executivo não tem "reprovado" ilegalmente às contas das empresas, por falta do parecer dos auditores externo (como tem acontecido)?

Por exemplo, o Instituto das Empresas Públicas apresentou como razão da não homologação das contas de grande parte das empresas referente ao exercício de 2011 três razões e todas elas relacionadas com o parecer do auditor externo. Os fundamentos são por "Contas não auditadas ou aditadas por entidade pouco conceituada ou idónea", Contas auditadas por entidade idónea ou conceituada com escusa de opinião ou opinião adversa e ainda Contas auditadas por entidade idónea ou conceituada com reservas significativas.

O jurista Bruno Dissidi defende que "se não está na lei" esta exigência é ilegal, enquanto técnicos seniores do ministério defendem o contrário argumentando estar a obrigação patente nalgum decreto. Enquanto isso, os diversos gestores contactos mostraram desconhecer se a obrigação está prevista por lei ou não: mas reconhecem tratar-se de "uma prática saudável por conferir maior credibilidade às contas" como argumentou, por exemplo, o PCA dos Caminho-de-ferro de Luanda Osvaldo Lobo do Nascimento.

Por sua vez, o macro economista Cristóvão Neto defende «que é de opinião que ainda que não seja uma exigência de lei, os gestores devem pautar por

fazer recurso às auditorias externas. E mais. Defende que a ausência na lei da obrigatoriedade não impede o ISEP de estabelecer a obrigatoriedade. "Dando as dimensões do Plano de reestruturação e recuperação das empresas públicas a Lei 10/10 também não estipula a obrigatoriedade da apresentação dos relatórios de contas das empresas públicas, mas isto não quer dizer que o ISEP não estabeleceu esta obrigatoriedade".

Contratos Programa...

Mais uma tentativa.

Entre outras questões destaca-se também no ante-projecto, os contratos programas. Segundo a proposta, o Estado e ou outras entidades públicas devem celebrar contratos-programa com as empresa públicas ou com domínio público no sentido de salvaguardar "a prossecução do objecto social" das empresas.

Este pressuposto, segundo ainda o documento, deve ser aplicado em adaptação permanente à evolução das circunstâncias, inclusive técnica se tecnológicas, bem como conciliando a eficácia económica das empresas com a manutenção da coesão social e luta contra a exclusão social.

A importância atribuída a este articulado deve-se, segundo os diversos especialistas, ao facto de poder vir resolver um dos principais entraves da gestão das empresas públicas que tem que ver com a responsabilidade social das mesmas. Ou seja, em muitos casos, por exemplo, as empresas são obrigadas ao colocar as acções de responsabilidade social sobre os objectivos financeiros das mesmas.

Tal como grande parte dos gestores, o PCA dos Caminhos-de-Ferro de Luanda Osvaldo Lobo do Nascimento aplaude este pressuposto. "É positiva para os dois lados. O gestor é obrigado a cumprir, assim como o Estado tem obrigações que, caso não cumpra, não pode declarar que há incompetências por parte do gestor, como acontece, em que os gestores são exonerados por situações extra competências e os contratos-programa irão salvaguardar esta situação", argumentou Lobo do Nascimento.

No entanto, inúmeras, vezes questionam a possibilidade de o peso da responsabilidade social do sector empresarial público vir a comprometer, por exemplo, os rendimentos financeiros previstos nos acordos. Ou seja, inúmeras vezes, por exemplo, gestores apresentaram como razão dos resultados financeiros aquém do desejado o facto de terem que

efectuar preços aquém do real ou ainda praticar serviços pouco rentáveis.

Como exemplo pode citar-se os preços praticados pelas diferentes transportadoras ou ainda a manutenção do Seguro de Saúde por parte da ENSA quando grande parte das seguradoras interrompeu o produto por apresentar-se inviável economicamente.

Sobre o assunto, o PCA dos CFL apresenta dois argumentos. Primeiro fala da possibilidade das partes rescindirem o contrato na vigência do mesmo em virtude de sentirem-se prejudicadas com determinada situação. Por outro lado, continua, realça a necessidade e possibilidade de a prestação das empresas públicas ser feita de duas formas, ou seja, pelo rendimento e pelos serviços que prestam. Nesta ordem de ideias, os gestores defendem que esta diferença dos preços também deve estar salvaguardada nos contratos como forma de evitar que os insucessos das empresas sejam imputados aos gestores.

Estes que também terão salvaguardado nos respectivos contratos os montantes dos prémios a receberem em função dos resultados atingidos. Outro ponto previsto no articulado referente aos contratos programa tem que ver com a "assunção de obrigações ou de compromissos financeiros por parte do Estado ou de outras entidades públicas devem prever a respectiva quantificação e validação".

De resto, o Contratos-programa poderá terminar também com um dos principais problemas do sector. Trata-se do facto da "actuação, frequentemente, dissonante de diferentes Departamentos Ministeriais junto dos órgãos de gestão das empresas públicas, o que tem contribuído para os maus resultados reportados", como se pode ler no relatório do SEP referente a homologação das contas do exercício de 2011.

Porém, as vantagens esperadas com a aprovação do artigo 29º do Ante-Projecto podem ficar apenas na lei tendo em conta que,"contrariamente ao caso do auditor externo, não será a primeira vez a estar espalmada por lei.

Por exemplo, o artigo 23º do Regulamento da lei das Empresas Públicas sublinha que "a empresa pública no desenvolvimento da sua actividade, celebrará com o Estado um contrato, nos termos da lei aplicável que lhe permite um desempenho adequado aos objectivos determinados pelo Estado". Comparativamente ao artigo proposto, a diferença está no facto do Ante-projecto contar com mais pontos. Nada, no entanto, que justifica a não implementação destes contratos. Sabe-se, no entanto, que este contrato existe entre o

Estado e umas poucas empresas o que deixa a entender que nada garante que no futuro a exigência da futura lei será cumprida à risca.

Outras Alterações

Entre outras alterações previstas destaca-se ainda o conceito ou a nova constituição só sector empresarial público, visto que deixa de existir apenas as Empresas Públicas, passando a existir esta e ainda as Empresas com domínio Público, bem como as participações públicas minoritárias. Outra diferença proposta tem que ver com o mandato dos Conselhos de Administração que passariam dos actuais três anos para quatro. Além do Conselho de Administração, o ante-projecto propõe outras duas figuras para a gestão das empresas públicas. Tratam-se do Conselho de Coordenação Estratégico e ainda da Comissão Executiva. A nomeação de ambos tal como dos Conselhos de Administração seria da competência do titular do Poder Executivo, mas para mandatos de cinco anos cada. A competência do Conselho de Coordenação Estratégica seria a definição das grandes linhas da empresa, enquanto a gestão corrente das organizações seria a competência da Comissão Executiva.

4.4 Executivo Actualiza Leis Tributárias

Jornal de Angola

13 De Junho de 2013

O Conselho de Ministros aprovou ontem vários diplomas que integram o pacote legislativo da reforma do sistema tributário. Segundo o comunicado deste órgão auxiliar do Presidente da República, os diplomas vão contribuir para a "redistribuição mais justa do rendimento nacional". Também foi aprovada em Conselho de Ministros a proposta de Lei do Desporto, a que aprova o regime Jurídico das Associações Desportivas e o projecto de Decreto Presidencial que aprova o Regime Jurídico do Contrato de Trabalho do Praticante Desportivo e o de Contrato de Formação Desportiva.

A reforma fiscal consagra "regras tributárias modernas que estabelecem, de modo expresso e objectivo, as obrigações dos contribuintes", além de direitos e garantias gerais, já em harmonia com as disposições constitucionais relativas à tributação.

A Lei do Código Geral Tributário, instrumento fundamental para a materialização da Reforma Tributária, e que vem consolidar a simplificação das cobranças e dos pagamentos das obrigações fiscais também foi apreciada. A aplicação da Lei do Código

Geral Tributário garante uma maior eficácia na arrecadação dos impostos e redistribuição mais justa do rendimento nacional. No quadro da reforma do sistema fiscal, foram ainda aprovados o Código do Processo Tributário, o Código das Execuções Fiscais, a Lei que aprova as alterações do Código de Imposto Industrial e a Lei que aprova a alteração sobre os rendimentos do Trabalho, tendo recomendado a sua remissão à Assembleia Nacional.

Imposto Industrial

Entre as disposições e princípios do pacote legislativo fiscal, realce para a previsão, já no quadro da revisão do Código do Imposto Industrial, do desagravamento da sua taxa, que passa de 35 para 30 por cento. Além dos projectos de leis do sector das Finanças, o Conselho de Ministros apreciou propostas do Ministério da Juventude e Desportos, da Energia e Águas e da Geologia e Minas.

Quanto ao sector da Geologia e Minas foi apreciado o projecto de Decreto Presidencial que regula o mercado de minerais para a construção civil e avaliou os dois projectos de Decreto Presidenciais.

O primeiro regula o mercado de minerais para a construção civil e o outro aprova um acordo entre Angola e a Alemanha.

O Conselho de Ministros também tomou contacto com dois memorandos de cooperação com a Namíbia e o Zimbábwe.

Do sector da Energia e Águas, o Conselho de Ministros, na sua primeira sessão extraordinária, apreciou o programa de transformação do sector eléctrico.

4.5 Orçamento Geral do estado

Jornal Angolense

13 De Junho de 2013

Informação foi avançada, em comunicado de imprensa, por José Filomeno dos Santos, membro do Conselho de Administração do FSDEA, referindo-se que enquanto o Governo revê a estratégia de investimento do Fundo, Continuar-se-á a trabalhar na consolidação das bases operacionais e prudenciais necessárias para a gestão profissional da instituição. "Vivenciamos uma série de ocorrências que, infelizmente, levaram a um atraso na aprovação da política de investimento do FSDEA, entre as quais se destaca a aprovação tardia do OGE/2013 e a "tomada de posse dos membros da Assembleia Nacional e do Executivo, na sequência das eleições. Concluídas no ano passado" - disse. Segundo o

responsável, em conformidade com o compromisso de se operar de forma transparente, vai-se fornecer Informações regulares e atualizadas ao mercado, inerentes à atuação do Fundo Soberano. "Neste curto prazo, estamos empenhados na fortificação da nossa equipa com a contratação e capacitação de quadros nacionais" salientou.

Por outro lado, informou que o FSDEA dispõe de cerca de 500. Biliões de Kwanzas (mas de momento sob o controlo do Banco Nacional de Angola) para serem investidos, maioritariamente, em infraestruturas. José Filomeno dos Santos salientou ainda que o Executivo Angolano está a trabalhar em estreita colaboração com os vários órgãos do Fundo para eleger um novo PCA.

O Fundo Soberano de Angola (FSDEA) é um fundo autónomo pertencente integralmente ao Estado Angolano, tendo sido criado à luz dos padrões internacionais de governação e deverá diversificar, gradualmente, a sua carteira de investimentos em vários sectores e classes de activos.

4.6 Fundo Soberano escorrega no OGE

Jornal de Angola
15 De junho de 2013

Aprovação da política de investimento do Fundo Soberano de Angola (FSDEA) está em atraso, de acordo com o comunicado de imprensa divulgado, na semana transacta, por José Filomeno dos Santos, que é membro do Conselho de Administração daquela instituição.

A desculpa pelo facto, apresentada pelo documento, aponta como causas desse atraso a aprovação tardia do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013 pelo Parlamento e da tomada de posse dos membros da Assembleia Nacional e do Executivo, na sequência das eleições gerais do ano passado.

De acordo com José Filomeno dos Santos enquanto o Governo revê a estratégia de investimento do Fundo, o FSDEA vai continuar a trabalhar na consolidação das bases operacionais e prudenciais necessárias para a gestão profissional da instituição.

«Vivenciamos uma série de ocorrências que, infelizmente, levaram a um atraso na aprovação da política de investimento do FSDEA, entre as quais se destaca a aprovação tardia do OGE/2013 e a tomada de posse dos membros da Assembleia Nacional e do Executivo, na sequência das eleições concluídas no ano passado», disse o gestor.

Segundo ele, em conformidade com o compromisso de se operar de forma transparente, vão se fornecer informações regulares e atualizadas ao mercado, inerentes à atuação do Fundo Soberano. «Neste curto prazo, estamos empenhados na fortificação da nossa equipa com a contratação e capacitação de quadros nacionais», salientou.

José Filomeno dos Santos informa, neste contexto, segundo ainda o documento a que a Angop teve acesso, que se vai continuar a pesquisar também sobre a definição do real papel de um fundo na sociedade, enquanto promotor de desenvolvimento sustentável, em conformidade com as aspirações dos cidadãos.

Por outro lado, informou que o FSDEA dispõe de cerca de 500 biliões de Kwanzas (mas de momento sob o controlo do Banco Nacional de Angola) para serem investidos, maioritariamente, em infraestruturas.

José Filomeno dos Santos salientou ainda que o Executivo Angolano está a trabalhar em estreita colaboração com os vários órgãos do Fundo para eleger um novo PCA.

«Uma vez concluída a análise e aprovada a sua política de investimento pelo Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, o FSDEA definirá as prioridades específicas em termos de despesas que irão apoiar o crescimento socioeconómico de Angola e a geração de reservas adicionais para o Estado», rematou, sem avançar datas. O Fundo Soberano de Angola (FSDEA) é um fundo autónomo pertencente integralmente ao Estado Angolano, tendo sido criado à luz dos padrões internacionais de governação e deverá diversificar, gradualmente, a sua carteira de investimentos em vários sectores e classes de ativos.

4.7 Efectivos fazem análise do Orçamento

Jornal de Angola
20 De Junho de 2013

Os órgãos de Administração e Finanças das Forças Armadas Angolanas (FAA) concluem hoje, no Huambo, a análise do processo de elaboração e execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) e a programação, execução e acompanhamento de investimentos públicos.

A reunião metodológica, que decorre sob orientação do chefe da Direcção de Administração e Finanças do Estado-Maior General das FAA, almirante João

Jorge Zengo, aborda igualmente o processo de registo contabilístico do órgão, bem como procedimentos a obedecer no processo de contratação pública.

Constam igualmente do programa do encontro temas como a gestão patrimonial, registo, controlo e valorização, procedimento para inspecção, auditoria, fiscalização e prestação de contas, entre outros.

Na abertura do encontro segunda-feira, o chefe da Direcção de Administração e Finanças do Estado-Maior General, almirante João Jorge Zengo, destacou a importância da gestão dos recursos financeiros e patrimoniais do Estado.

João Jorge Zengo desejou que a reunião metodológica sirva para aprimorar o conhecimento dos participantes em matéria de gestão financeira e patrimonial, de forma a melhorar o desempenho e elevar o sentido de responsabilidade.

As Forças Armadas Angolanas estão num processo de modernização que passa pela capacitação dos efectivos e recuperação das infra-estruturas.

4.8 Subsídios de energia e protecção social

Semanário expansão
21 De Junho de 2013

A economia global está fortemente dependente de subsídios à energia, combustível e electricidade. Um relatório recente do FMI aborda o caso da sua redução e das lições aprendidas com os esforços de reformas bem sucedidas. Proteger os pobres é uma parte importante de uma estratégia de reforma bem sucedida.

O custo mundial dos subsídios de energia em 2011 - incluindo subsídios directo aos preços, perda de arrecadação e deficits quase fiscais atingiu quase 2 bilhões de dólares ou cerca de 3 por cento da produção global e 8 por cento das receitas fiscais. África Subsariana gasta a mesma proporção em subsídios à energia. Em Angola o custo dos subsídios à energia é substancialmente maior, é quase o dobro como percentagem do PIB.

Os subsídios à energia justificam-se, normalmente, como um veículo para proteger o crescimento económico e os consumidores contra o impacto dos elevados preços internacionais do petróleo, mas as evidências mostram uma imagem diferente. Os subsídios à energia danificam o crescimento pela má alocação de recursos por via do excesso de consumo, encorajando o sub-investimento e a má manutenção

no sector da energia. Provavelmente, eles reduziram o crescimento anual do produto por cerca de 2 por cento. Os subsídios à energia são também mal direccionados e esmagadoramente beneficiam os ricos. Quase metade dos benefícios vão para o quintil mais rico da população, enquanto o quintil dos mais pobres recebem menos de um décimo dos subsídios.

Parece haver uma forte razão para a redução desses subsídios redireccionando os recursos economizados para outras prioridades do orçamento. No entanto, reduzir os subsídios de energia é potencialmente prejudicial e esforços para reduzi-los normalmente têm uma forte oposição pública e termina em fracasso.

As empresas estão preocupadas com o aumento dos custos de produção e perda de competitividade e os consumidores estão preocupados com o impacto sobre o custo de vida. Em particular, os pobres estão preocupados em perder alguns benefícios que recebem. E ainda, alguns países da África, como Gana, Quênia, Namíbia, Níger e Uganda, conseguiram reduzir seus subsídios de energia e redireccionar os recursos economizados para outras prioridades. Quais são as lições a serem aprendidas com a sua experiência?

Em primeiro lugar, é fundamental uma preparação cuidadosa e sequencial da reforma. Leva tempo para construir um consenso para a redução de subsídios entre todas as partes interessadas. A implementação deve ser gradual para dar tempo para as partes interessadas se ajustarem. Na Namíbia, os subsídios de combustíveis começaram a ser reduzidos em 2001, três anos após a aprovação de um documento político consensual. No Quênia, os esforços de reforma do sector de electricidade começaram em meados da década de 90 e começaram a ser implementados em 2005.

Segunda, é necessário que existam instituições fortes para implementar a reforma. Na Tanzânia, o estabelecimento de uma entidade reguladora especializada, não só a emissão de licenças e regulamentações técnicas, mas também para manter o público informado constantemente sobre os preços e rever o bom funcionamento do mercado parece ter desempenhado um papel importante na manutenção das reformas aos subsídios.

Em terceiro lugar, reduzir os subsídios da electricidade envolve mais do que aumentar os preços. Os preços na região de África são maiores do que em outros lugares. Romper o círculo vicioso de sub-investimento, má manutenção e custos elevados, requer a criação de um ambiente propício para

aproveitar margens consideráveis de ganhos de eficiência. Os baixos níveis de dívida pública em muitos países fornece uma oportunidade para investimentos em fontes mais baratas de produção de energia. Os distribuidores à energia têm uma margem considerável para reduzir as perdas de distribuição e melhorar as taxas de recolha de receitas. E um regulador forte, conhecedor, independente pode desempenhar um papel crítico na avaliação quanto a remoção dos subsídios é feita pelo ajuste de preço versus contenção de custos.

Em quarto lugar, é importante introduzir medidas compensatórias para os mais afectados e demonstrar como a poupança será usada. Por exemplo, no Quênia, a chave para garantir a aceitação do sector privado de tarifas de electricidade superiores foi o compromisso de utilizar os fundos para expandir o fornecimento de energia e a sua entrega em relação a esse compromisso.

Os pobres precisam de atenção especial. Embora os pobres beneficiam menos com subsídios de energia, eles são mais vulneráveis à sua remoção. Uma estratégia de reforma bem sucedida terá, portanto, que pôr em prática uma forma alternativa de suporte melhor direccionado para os pobres. Este apoio alternativo pode ser estreitamente direccionado para, digamos, transportes públicos combustíveis usados para cozinhar que têm um peso relativamente maior na cesta dos consumidores mais pobres. Ou, o governo pode aproveitar a oportunidade para redireccionar uma parte maior da poupança dos subsídios de energia para a redução da pobreza, que por sua vez, iria apoiar o crescimento inclusivo. Tal regime levaria tempo, financiamento adequado e estruturas administrativas para os estabelecer.

Alguns países têm experimentado esquemas de transferências em grande escala, mas que fornecem relativamente pouco dinheiro a cada cidadão, transfere-se para uma pequena quantia à uma grande proporção de pobres e a experiência até agora tem sido positiva. Em África, a África do Sul introduziu o programa de transferência de dinheiro na década de 1990. Os seus programas de apoio à criança chegam agora a 8 milhões de crianças, enquanto outros programas de chegam a um quarto da população. A Etiópia introduziu um regime em 2005 que agora chega a 7 milhões de pessoas. O esquema do Quênia atinge 1 milhão de pessoas. Moçambique introduziu recentemente um esquema de rápido crescimento que atinge 2 milhões de pessoas por ano. Em outras regiões, o México suporta 6 milhões e o Brasil chega a 12 milhões de famílias.

As estimativas preliminares do UNICEF são de atingir 400.000 famílias pobres em Angola (cerca de 2

milhões de pessoas) com uma pequena e regular transferência de \$66 por mês custaria menos de 450 milhões por ano.

Em Angola, o custo combinado de subsídios de energia directo e indirecto é alto e os recursos melhor utilizados para outras prioridades do orçamento. O programa de infra-estruturas públicas para melhorar a disponibilidade confiável de electricidade irá percorrer um longo caminho para acalmar as preocupações sobre a redução dos subsídios à energia.

4.9 Fundo Soberano anuncia política de investimento

Jornal o País

28 De Junho de 2013

O Fundo Soberano de Angola (FSDEA), anunciou na passada sexta-feira a publicação de sua política de investimento pelo Governo, a qual, refere o FSDEA em comunicado, 'traça diretrizes claras em relação a todos os aspectos operacionais e investimentos necessários às actividades do fundo'. O FSDEA anunciou ainda a nomeação de José Filomeno dos Santos, como o novo presidente do seu conselho de administração. José Filomeno dos Santos já era membro do conselho de administração do fundo, assumindo agora a sua presidência face à saída de Armando Manuel, que assumiu a titularidade da pasta das Finanças.

'A ratificação do governo angolano da política de investimentos do FSDEA é um passo significativo para garantir a riqueza e a prosperidade futura de Angola. A política aprovada, juntamente com o nosso compromisso com a responsabilidade e a transparência, irá garantir que nós realizaremos os melhores e mais considerados investimentos que apoiarão, a longo prazo, o crescimento económico do país', comentou José Filomeno dos Santos.

De acordo com o comunicado, a alocação diversificada de activos pelo FSDEA apoiar-se-á em três critérios nucleares: preservação de capital, maximização de retornos a longo prazo e o desenvolvimento de infraestruturas. Metade dos investimentos a realizar pelo fundo será dirigida a produtos financeiros com rendimento fixo e instrumentos de caixa emitidos pelas agências soberanas, instituições supranacionais, grandes empresas com grau de investimento avaliado pelas agências de rating, instituições financeiras e, adicionalmente, a títulos de participação societária emitidos no G7, o grupo de países mais industrializados. Os recursos remanescentes serão

alocados a investimentos alternativos, incluindo, mas a eles não se limitando, os mercados emergentes, 'high yields' (aplicações de elevado rendimento), commodities, agricultura e mineração, infraestruturas, propriedade, BRICS, activos e 'oportunidades depreciadas'

Fundo Hoteleiro

O FSDEA vai criar, para já, um 'Fundo Hoteleiro para África', com o objectivo de 'capitalizar a escassez significativa de capacidade de gestão hoteleira, ao mesmo tempo que chama a atenção para a necessidade urgente de talentos locais qualificados ao apoiar a criação de uma escola de hotelaria'. O fundo adianta que lançou um concurso a alguns dos principais operadores hoteleiros para desenvolver e operar uma carteira de hotéis de três a cinco estrelas em toda a África Subsaariana. Por outro lado, adianta o comunicado, o FSDEA encontra-se em adiantado estado de negociações com uma escola líder de hotelaria internacional com vista à realização de estudos de viabilidade para melhor determinar a implantação de escola de hotelaria proposta em África. O objectivo final é treinar e dotar jovens africanos com o know-how da indústria hoteleira, para que assim possam construir carreiras promissoras no sector dos serviços no continente.

O FSDEA vai fazer afectar 7,5%, dos seus recursos a projectos de desenvolvimento social e a projectos socialmente responsáveis nas áreas de educação, geração de renda e acesso a água limpa, saúde e energia refere o comunicado. Para o fundo esta é 'uma componente-chave da sua política de investimentos'.

A primeira iniciativa comunitária do FSDEA consiste num programa de educação que visa capacitar a: 'crianças que frequentam a escola' em áreas economicamente vulneráveis de Angola. Este projecto plurianual, chamado 'Kamba Dyami', faz parte do programa internacional 'Um Laptop por Criança' e incentiva a aprendizagem assente no uso de computador, em salas de aula tradicionais. O projecto foi lançado em 2011 pelas escolas Dom Bosco, localizadas na periferia de Luanda.

4.10 Para gerir cinco mil milhões de dólares do Fundo Soberano

Semanário Angolense
28 De Junho de 2013

O filho do Presidente, antes da sua nomeação já era administrador do FSDEA e responsável pela estratégia deste fundo, ocupa agora o cargo deixado

vago por Armando Manuel, nomeado em Maio ministro das Finanças.

Em comunicado, o gestor, licenciado em Gestão de Informação e Finanças pela Universidade de Westminster, afirma que haverá uma "prestação rigorosa de contas e transparência na gestão" do FSDEA.

Neste âmbito, está prevista a divulgação de um relatório anual das contas, bem como o envolvimento de auditores independentes. De acordo com José Filomeno dos Santos, o novo fundo irá garantir "investimentos sustentáveis e prósperos, que apoiarão o crescimento económico do país a longo prazo".

A estratégia de investimentos era uma das peças que faltavam no arranque efectivo do fundo, com raízes em 2008. Nesse ano, José Eduardo dos Santos anunciou a intenção de desenvolver uma instituição deste tipo, que gere dinheiro do Estado a pensar no longo prazo. As bases legais foram criadas em 2011, mas só em Outubro do ano passado é que o FSDEA foi lançado oficialmente pela República de Angola.

Segundo o comunicado esta semana divulgado, este fundo, que reporta exclusivamente perante o Governo de Angola, irá efectuar os seus investimentos de acordo com três grandes eixos: preservação do capital, maximização dos retornos a longo prazo e desenvolvimento de infra-estruturas.

Até metade das verbas do fundo será aplicada em produtos financeiros "com rendimento fixo e instrumentos de caixa emitidos pelas agências soberanas", instituições supranacionais, grandes empresas que tenham grau de investimento (avaliado pelas agências de rating) ou em instituições financeiras e "títulos de participação societária emitidos no G7", o grupo dos países mais industrializados.

Numa lógica de diversificação, o resto das verbas, segundo o documento, será aplicado em investimentos alternativos, ligados aos mercados emergentes e em sectores como commodities (como é o caso do ouro), agricultura, minério, infra-estruturas e imobiliário.

Para já, vai criar um "fundo hoteleiro para África", tendo lançado "um concurso a operadores que lideram o ramo hoteleiro internacional a fim de desenvolver e operar uma carteira de hotéis de negócios de três a cinco estrelas em toda a África subsaariana", e quer lançar uma escola de hotelaria.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Dirigentes dificultam censo populacional

Semanário Factual
01 De Junho de 2013

As pessoas envolvidas no Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) de Angola, que já iniciou, estão a encontrar enormes dificuldades nos bairros onde vivem gente da classe alta.

"Não há organização nos bairros onde vivem as pessoas bem posicionadas na sociedade", reclamam os recenseadores, apontando os bairros Alvalade e Miramar, assim como os condomínios como sendo os principais obstáculos.

Para os recenseadores, "sempre que vão a esses bairros não encontramos os proprietários das residências".

"Batemos à porta e às vezes não respondem. E, se aparece alguém a responder, é sempre uma empregada de limpeza", queixam-se.

Neste âmbito, apelam a esses dirigentes que "devem colaborar para que o processo decorra sem sobressaltos".

O Censo populacional deverá registar cerca de 21 milhões de pessoas.

A última vez que se soube oficialmente quantos habitantes havia em Angola foi em 1970, cinco anos antes da independência, e desde então nunca mais foi possível actualizar os dados, devido ao conflito armado.

Nessa contagem, feita pelo regime colonial, apurou-se que cerca de 5,6 milhões de pessoas residiam na então província ultramarina de Angola.

Desta vez, o processo é organizado pelo Executivo e o censo vai até 16 Maio de 2014, mas o ensaio geral abrangerá 100 aldeias e bairros distribuídos por 14 comunas em 12 municípios de sete das 18 províncias do país.

O processo de contagem oficial de habitantes de Angola tem sido marcado por grandes intervalos de tempo. Antes de 1970, a última contagem foi em

1940, e o resultado foi de pouco mais de 3,7 milhões de pessoas.

Após a independência, em 1975, o conflito impediu a realização de operações deste tipo. As Nações Unidas consideram como aconselhável para fundamentar as políticas de desenvolvimento a realização de recenseamentos regulares da população de 10 em 10 anos.

As tentativas realizadas entre 1983 e 1987 não foram consideradas, por não terem abrangido todo o território nacional nem obedecido aos princípios e recomendações internacionais para este tipo de contagem, estabelecidos pelas Nações Unidas.

As primeiras tentativas de contagem da população em Angola foram feitas no século XVIII, mas não cobriam todo o território.

Angola tem quatro censos populacionais em atraso, uma situação que decorre do facto de não realizar periodicamente os censos populacionais no seguimento da orientação das Nações Unidas, que orienta que todos os Estados assim procedam num intervalo de dez anos.

5.2 IFAL capacita técnicos no Moxico sobre arrecadação de receitas locais

Jornal Independente
01 De Junho de 2013

Uma acção formativa em arrecadação de receitas locais decorreu esta semana no município do Lnau, província do Moxico, sob a égide do Instituto de Formação de Administração Local (IFAL).

A iniciativa dirigiu-se especialmente a directores das repartições municipais, chefes de secção e técnicos ligados aos, serviços comunitários, tendo envolvido 16 formandos, com a orientação do perito do IFAL, Trindade Cordeiro da Luz.

Regras e procedimentos Relacionado rom a actividade financeira do Estado a nível local, na perspectiva da harmonização das directrizes a serem observadas pela administração pública para a consolidação das contas.

No acto de encerramento da administradora adjunta do Luau, Nora Mubondo Isaac, incentivou os participantes a aplicarem, com exatidão e perspicácia, as novas técnicas e procedimento para melhoria e aperfeiçoamento do trabalho.

Nos três dias, foram abordadas matérias relativas a conceitos genéricos das receitas, regulamentos, receitas públicas, categoria económica das receitas públicas, receitas correntes, entre outros.

5.3 Autoridades tradicionais ajudaram os inquiridores

Jornal de Angola

04 De Junho de 2013

O coordenador provincial da actividade censitária na província do Kwanza-Norte enalteceu "o papel de intérpretes" das autoridades tradicionais durante o Censo Piloto e a colaboração das Administrações Municipais e Comunas. António Vicente afirmou que o sistema usado no Censo Piloto vai contribuir para o êxito do processo do Recenseamento Geral da População e Habitação em todo o país que se realiza no próximo ano destinado corrigir estatísticas geográficas, económicas e sociais.

O processo que acabamos de encerrar, disse, tem uma importância capital por garantir a planificação das acções do Executivo e a distribuição dos quadros pelas várias regiões do país. Quanto ao balanço do Censo Piloto, afirmou ter correspondido às expectativas e decorrido dentro da normalidade.

Na comuna de Quiangombe, Lucala, foram recenseados 1.125 pessoas, as respectivas habitações e agregados familiares, disse à Angop o coordenador municipal do Censo Piloto, Diogo Pedro, que atribuiu o êxito do processo à colaboração da população. O processo, que começou a ser feito to em 16 de Maio em vários municípios das províncias do Cunene, Huambo, Cuando-Cubango, Kwanza-Norte, Luanda e Uíge, terminou no último dia daquele mês.

5.4 Fiscalização garante o êxito do processo

Jornal de Angola

05 De Junho de 2013

As autarquias não consolidam a democracia, nem satisfazem as necessidades das comunidades se não forem criados mecanismos de fiscalização da actividade de cada integrante dos órgãos, afirmou o assessor do Instituto de Formação da Administração Local (IF AL).

Gilberto Ferraz disse à Angop que os membros directamente eleitos pelos cidadãos de uma determinada circunscrição devem monitorizar a execução das políticas traçadas para se alcançar o

desenvolvimento socioeconómico das municipalidades em prol do bem-estar das populações.

As autarquias, recordou, são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, com atribuições e competências definidas por lei para a concretização dos interesses da população.

As autarquias, insistiu, têm pessoal, património e finanças próprias, competindo a sua gestão aos respectivos órgãos, segundo as formas previstas na Lei, salvaguardando assim a democraticidade e a autonomia do poder local.

Ordenamento do território

A importância das autarquias, salientou, incide em questões relacionadas com o ordenamento do território, saneamento básico, saúde, educação, cultura, ambiente, desporto e outros aspectos de interesse das comunidades locais.

A Constituição da República, aprovada em 2010, consagra a descentralização administrativa como um dos princípios fundamentais de organização do Estado, que se materializa pela institucionalização das autarquias.

Maior aproximação

O coordenador do grupo de acompanhamento da CASA-CE para província do Zaire disse ontem que as autarquias são fundamentais para Angola, pois uma boa estruturação do poder local garante o êxito da governação central, independentemente do partido que estiver no poder. João Simão, que visita os municípios daquela província para transmitir orientações sobre o reforço dos trabalhos da coligação, declarou à Angop que a governação de um país é direccionada para o povo e que a descentralização administrativa possibilita a aproximação entre as duas partes.

O dirigente da CASA-CE referiu que a criação do poder autárquico descongestiona o poder central na resolução de problemas básicos, entre os quais os ligados ao saneamento básico, saúde e infra-estruturas.

João Simão afirmou ser fundamental a adjudicação de verbas ao processo de criação das autarquias para a nível local se solucionarem problemas sem dependências.

5.5 Governador de Luanda com experiência chinesa na bagagem

Semanário Continente

07 De Junho de 2013

O governador de Luanda, Bento Francisco Joaquim Bento, falava durante um encontro com o seu homólogo Ai Pin, vice-ministro do Departamento Internacional do Comité Central do Partido Comunista da China, no qual abordaram a parceria entre as duas capitais e do nível das relações diplomáticas entre os dois países que em Janeiro último completaram 30 anos e 25 anos de ligações entre o MPLA e o Partido Comunista Chinês, duas formações políticas no poder em ambos países.

Bento Bento disse ter testemunhado o grau de organização da cidade de Beijing, uma metrópole com mais de vinte milhões de pessoas e que regista o contínuo crescimento organizado das suas estruturas.

O governador de Luanda, foi à China com objectivo de trazer boas e grandes ideias do crescimento ordenado da capital chinesa. Segundo fontes, B:B regressa ao país com urna bagagem cheia de chineses a bordo com vista a combater o crescimento desorganizado da cidade de Luanda.

O governante angolano lembrou que os "grandes passos" de Angola, após a conquista da paz em 2002, são dados com o apoio da China que ajuda a reconstruir e a construir estradas, escolas, habitações, hospitais, pontes e outras infra-estruturas.

Bento Francisco Bento cumpriu urna visita de uma semana a Beijing a convite das autoridades locais, durante a qual tomou contacto com alguns lugares emblemáticos da cidade, tais como o Estado olímpico de Beijing, a grande muralha da China e a cidade proibida.

Constou do programa, uma visita ao centro de tratamento de lixo e um encontro com dignitários do grupo CITIC, integrado por mais de 60 empresas chinesas e protagonistas de projectos em curso no país, com destaque para a construção das novas centralidades e outras iniciativas nas áreas das telecomunicações, agricultura e indústria.

O governador que se fez acompanhar do vice-governador para a área técnica, António de Resende, e de altos funcionários do governo provincial de Luanda, visitou esta segunda-feira as instalações da missão diplomática de Angola em Beijing.

Falando para os diplomatas, o visitante realçou o facto de Angola estar a viver uma fase de

desenvolvimento e crescimento económico saudável mas ainda ter muito que aprender com a vasta experiência da China.

A China tornou-se na última década num dos principais parceiros económicos de Angola.

5.6 Muteka amigo, os reis estão contigo

Semanário Factual

08 De Junho de 2013

O governador da província do Huambo, Fernando Faustino Muteka, procedeu à entrega (testemunhas oculares dizem que entregou mesmo) de cinco viaturas aos reis desta região, numa iniciativa que visa dignificar o trabalho das autoridades tradicionais junto das comunidades.

Foram entregues viaturas aos reis do Bailundo Ekuikui V, Armindo Francisco Kalupeteca, do Sambo (Chicala-Cholonhanga), Cipriano Kaningui, do Chingolo (Caála), António Moreira, da Chiyaka (Chindjendje), Bejamim Soma e do Huambo, Filipe Mosso.

Ta sua intervenção, falando em umbundu, o governador explicou que o gesto é pois claro do Presidente da República e pediu aos beneficiários para estarem mais perto das populações, identificado os seus problemas que devem transmitir de forma pontual às entidades do governo.

Por seu turno, o rei Ekuikui V do Bailundo, Armindo Francisco Kalupeteca, enalteceu o gesto do governo o que, no seu entender, vai dignificar o poder tradicional junto das comunidades e com este meio será possível visitar as 573 Ombalas adstritas ao reino daquela circunscrição. Já o rei do Huambo, Filipe Mosso, manifestou-se igualmente satisfeito com o gesto do governo ao pôr à disposição um meio de transporte o que vai contribuir para a conquista da união das Ombalas deste reino, assim como identificar os problemas das populações. "O meio vai contribuir para as actividades do reino do Huambo, melhor controlo das 27 Ombalas para saber viver de perto os problemas das populações nas comunidades, bem como o trabalho da corte", destacou.

O rei do Sambo, adstrito ao município da Tchicala Cholonhanga, Cipriano Kaningui, realçou que com estas viaturas será possível fiscalizar as actividades desenvolvidas pelas 48 Ombalas controlados, que de motorizada era difícil principalmente na época chuvosa. Por sua vez o rei do Chingolo, adstrito ao município da Caála, António Moreira, enalteceu o

gesto do Presidente da República em disponibilizar transportes aos reis desta região.

Filipe Mosso já há algum tempo, quando o seu reino foi visitado por uma comitiva de técnicos do Ministério da Cultura, disse que "a requalificação dos reinos demonstra a grande vontade em dar valor e importância à cultura no país, com a criação destas condições haverá melhor respeito e dedicação por parte dos reinos, no resgate dos valores morais e cívicos no seio das comunidades".

No dia 15 de Janeiro de 2012, o órgão oficial do regime, o "Jornal de Angola", escrevia que "a autoridade tradicional máxima do Bailundo, Ekuikui IV, morreu ontem, aos 94 anos, na cidade do Huambo, vítima de doença".

Acrescentava o jornal que "o anúncio foi feito em comunicado pelo Bureau Político do MPIA, partido do qual Ekuikui IV era militante e que representou, como deputado, na Assembleia Nacional".

Se os monarcas, pelo menos alguns, têm memória, os seus súbditos (embora plebeus famintos) também a têm, embora nem sempre dela façam uso, sobretudo porque tornar a barriga menos vazia não se compadece com devaneios memoriais. Mas, por falar em memória, no dia 30 de Abril de 2008, uma viatura de marca Land Rover, foi entregue ao então rei Ekuikui IV "Katehíotololo" do Bailundo, na sede comuna do Alto Harna, município do Lunduimbali, província do Huambo.

O carro foi entregue (noticiou na altura a insuspeita AngolaPress) pelo coordenador adjunto para a campanha eleitoral do MPIA, João Lourenço, "à margem de um acto político de massas, na sequência do realizado no dia anterior na cidade do Huambo, ao qual o soberano fez questão de assistir".

"O rei Ekuikui IV do Bailundo, acompanhado por uma das suas esposas, agradeceu o gesto de José Eduardo dos Santos, ao mesmo tempo expressou a sua satisfação pela reabilitação das estradas e progressiva melhoria das condições de vida das populações do Bailundo", salientou então a agência oficial do regime, ou seja, do MPIA e do seu presidente.

O soberano anunciou então em declarações à imprensa que, em Setembro desse ano, por ocasião das eleições legislativas, diria algo importante aos angolanos.

Nessa altura, ficou por saber se o rei iria ao volante do seu Land Rover (curiosamente oferecido a cinco meses das eleições) fazer as anunciadas como

importantes declarações. Certo era, claro, que como pessoa de bem, Ekuikui N (como nenhum rei que se preze) não iria cuspir no prato de quem lhe ofereceu a viatura.

Em Setembro ficou então a saber-se que o rei, também conhecido pelo soba dos sobas, manifestou o seu apoio ao MPIA

De acordo com o comunicado do Bureau Político do MPIA, em reacção ao apoio, "o partido que serviu durante vários anos reconhece nele um exemplo de resistência tenaz contra o colonialismo português, de amor à pátria, de trabalho e de muita devoção à causa da paz, da unidade e reconciliação nacional, da liberdade e desenvolvimento do país".

Convenhamos que, com tantas qualidades, o rei só poderia ser do MPIA Aliás, Ekuikui N só passou de besta a bestial quando, para além do Land Rover, aceitou filiar-se no partido que governa o país desde 1975. Ainda em termos de memória, com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, em 2002, e o fim da guerra, Ekuikui N passou a ser o dono do trono. E foi depois de 2002 que o até então poderoso, respeitado e honrável reino do Bailundo entrou na sua fase mais descendente com uma inaudita vassalagem ao rei dos reis, José Eduardo dos Santos.

Vassalagem que, de acordo com a estratégia o MPIA e com a colaboração activa de Ekuikui N, levou em 2008 à eliminação física do rei Utondossi II .

5.7 Ciclo de conferências discute as autarquias

Jornal de Angola

10 De Junho de 2013

O ciclo de conferências sobre a preparação e Implementação das autarquias locais no país, promovido pelo Ministério da Administração do Território, com o apoio do Instituto de Formação de Administração Local (IFAL) acontece hoje na província do Namibe, depois de Luanda, Benguela, Huambo, Huíla e Kwanza-Sul.

Especialistas espanhóis dissertam no encontro sobre os desafios da instituição do poder local e experiências de países no domínio das autarquias.

Para estas conferências, foram seleccionadas seis experiências autárquicas com relevância internacional que podem oferecer elementos significativos ao processo de descentralização do país, como Cabo Verde, Brasil, África do Sul, Espanha, Moçambique e Uganda.

Esta quinta-feira estão previstos debates na província de Cabinda promovidos por especialistas espanhóis, de acordo com o programa do ciclo de conferências.

Os especialistas moçambicanos orientam as conferências no Kuando-Kubango e Bengo, em Julho próximo. A última etapa está agendada para Agosto, com a realização de actos similares na Lunda-Sul e no Cunene, com oradores de nacionalidade ugandesa.

Este ciclo de conferências, monitorizadas pelo IFAL, teve início em Março e termina em Agosto. As prelecções abordam temas em torno do pacote legislativo autárquico, sistema fiscal e de financiamento das autarquias locais, desenvolvimento económico local, recursos humanos e formação, multiculturalismo e territorialidade. A iniciativa resulta de um programa transversal promovido pelo Executivo, com o objectivo de abrir uma ampla discussão pública sobre autarquias no país.

Pressão política

O ministro da Administração do Território reafirmou recentemente, no Soyo, que as autarquias locais não se resumem apenas às eleições autárquicas. Bornito de Sousa que, como docente universitário, proferia uma aula de sapiência durante a abertura formal do ano académico no ensino superior, disse que há pressões de certas pessoas para que sejam realizadas eleições autárquicas o mais rapidamente possível, pois confundem esse acto com as autarquias locais.

O ministro esclareceu que as eleições autárquicas são apenas o fim da cadeia de um conjunto de actividades que devem ser organizadas no quadro das autarquias.

Em finais do ano passado, Bornito de Sousa já se tinha pronunciado sobre o assunto, sublinhando que as eleições autárquicas podiam ser realizadas em qualquer momento, "mas o que resultaria daí não seriam autarquias, pois estas são órgãos próprios dos cidadãos e realizá-las só por realizar não resolve o problema". "O que teríamos era, no máximo, administradores municipais eleitos, não autarquias locais", acrescentou.

Debates estruturados

O secretário de Estado para os Assuntos Institucionais do Ministério da Administração do Território reafirmou, no último ciclo realizado no Sumbe, que o Executivo está disposto a promover, "de modo estruturado e organizado", um debate sobre autarquias locais em Angola.

Adão de Almeida, que falava na abertura do ciclo de conferências sobre a experiência autárquica, que

teve como oradores especialistas sul-africanos, referiu que a criação do poder autárquico "é um processo e não um acto isolado e envolve, entre outros objectivos, a realização de um exaustivo diagnóstico da administração local do Estado".

Perfil dos autarcas

A definição do perfil dos recursos humanos da futura Administração Autárquica e das atribuições e competências a transferir para as autarquias locais, bem como um estudo rigoroso das potencialidades de cada município, afirmou, são questões que devem ser aprofundadas.

Na conferência sobre a "Experiência autárquica sul-africana", os participantes falaram sobre a dinâmica descentralizadora, pacote legislativo, sistema fiscal e recursos humanos e formação.

As primeiras eleições autárquicas em Angola estavam programadas para serem realizadas em 2014, mas o Executivo decidiu prolongar a previsão para 2015, devido a estudos que estão a ser aprofundados no Ministério da Administração do Território, para o êxito do processo.

As autarquias foram pela primeira vez introduzidas na Lei Constitucional aprovada em 1991, e retomada pela Constituição da República.

5.8 Discutir As Autarquias

Jornal de Angola

11 De Junho de 2013

Angola caminha decisivamente para o reforço da democracia e do Estado de Direito. A experiência eleitoral angolana indica que o país tem uma palavra a dizer quando se trata da realização de eleições. Quando comparado com outros países, em que as eleições legislativas resvalam quase sempre para crises pós-eleitorais, com laivos de violência, Angola tem um histórico notável de organização e realização de eleições.

A eleição do Poder Local é o coroar de um longo processo democrático que começou em 1992 e apesar da guerra evoluiu positivamente. As últimas eleições foram realizadas ao abrigo da Constituição da República que consagra o regime presidencialista. Pela primeira vez os angolanos elegeram na mesma eleição o Presidente e os deputados à Assembleia Nacional. O sucesso foi estrondoso e a comunidade internacional elogiou o processo eleitoral.

No decurso desta legislatura estão a ser preparadas com cuidado as eleições autárquicas. Mas há políticos

que pretendem ser os primeiros a reclamar o processo legislativo que vai alargar a democracia ao Poder Local.

Ninguém percebe esta corrida cega e despropositada. Até porque a reivindicação vem de quem nunca aceitou os resultados eleitorais. As eleições carecem de preparação em toda a sua dimensão.

E devem igualmente passar por um processo de maturação para assegurar o seu sucesso. Não faz sentido eleger os representantes das autarquias sem primeiro garantir a sua qualificação. Caso contrário, temos apenas um simulacro de descentralização. É preciso igualmente garantir quadros técnicos em todos os municípios. Seria trágico se voltássemos a cometer os erros do passado, quando transformamos os Governos Provinciais e as Administrações Municipais e Comunais em órgãos exclusivamente políticos, quando devem ser eminentemente técnicos, subordinados aos eleitos políticos.

Os que reclamam eleições autárquicas para ontem devem antes explicar aos angolanos se já fizeram o levantamento dos técnicos que temos para o Poder Local. Digam com honestidade aos angolanos quantos médicos e enfermeiros temos, quantos veterinários, engenheiros, arquitectos, professores, analizadores, electricistas, carpinteiros, operadores de máquinas, motoristas, jardineiros e tantos outros profissionais que são imprescindíveis nas Administrações Municipais e Comunais. Se já têm esses técnicos superiores, esses quadros especializados, esses operários qualificados, então podemos avançar com as eleições autárquicas amanhã.

Se não temos, o melhor é esperar até que eles existam. Porque ninguém gere uma cidade, vila ou aldeia, apenas com políticos. Porque eles não são capazes de cuidar dos jardins, dos arruamentos, dos sistemas de água e luz, dos mercados, da rede escolar primária, dos postos e centros de saúde. E incluímos propositadamente escolas e postos de saúde porque defendemos que as escolas do ensino básico e os postos de saúde devem ser geridos pelas autarquias.

O Poder Local tem verbas do Executivo. Mas não pode subsistir apenas com as receitas do Orçamento Geral do Estado. Esses políticos apressados que digam aos angolanos que impostos municipais e taxas vão lançar aos particulares e às empresas. Que derramas vão aprovar. Que receitas vão recolher com esses instrumentos.

Porque exigir eleições autárquicas e não dizer onde vão buscar as receitas para alimentar essa estrutura de poder, é enganar os eleitores. Cada angolano vai ter

que pagar uma quantia para o Poder Local. Os políticos que têm pressa nas eleições autárquicas devem dizer que valores calcularam. E têm que nos explicar quanto vão pagar os municípios do litoral e os do interior. Porque não vivemos todos os mesmos problemas, nem temos as mesmas necessidades. É mais barato criar uma rede de transportes públicos nos municípios do interior que têm graves problemas provocados pela interioridade, do que nas grandes cidades com periferias desordenadas onde estão concentrados milhares de cidadãos. Há mais angolanos num bairro de Luanda do que em vários municípios do Moxico, do Cunene ou do Kuando-Kubango todos juntos.

Os políticos que reclamam para ontem as eleições autárquicas têm de ser honestos e dizer aos angolanos se já fizeram estes estudos. E se os fizeram, têm o dever de apresentá-los. O Poder Local significa um passo importante no aprofundar da democracia. Não pode servir de arma de arremesso a quem nunca conseguiu passar das palavras aos actos. E quando o fez, foi para destruir e não para construir.

A realização de eleições autárquicas é uma meta a alcançar e faz parte das prioridades fundamentais do Executivo. Estão a ser dados passos seguros e firmes nessa direcção. A pressa injustificada pode comprometer todo o processo e manchar este importante ciclo que dá espessura à democracia. Nunca é demais repetir o que a pressa é inimiga da perfeição.

5.9 Governadores em formação Sobre Administração Local

Jornal de Angola

11 De Junho de 2013

Os governadores das províncias Bié, Kuando-Kubango, Cunene, Namibe, Huíla e Huambo frequentaram um seminário ministrado pelo Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) da Academia de Liderança.

O seminário complementou a segunda fase do curso avançado para altos dirigentes, que teve início na semana finda na cidade do Huambo.

O governador do Bié, Boavida Neto, considerou proveitosa a formação que "veio munir os gestores do governo de novas ferramentas de trabalho". O responsável acrescentou que os conhecimentos adquiridos vão auxiliar na tomada de e na boa governação.

A Academia de Liderança tem como objectivo munir os gestores públicos de instrumentos que auxiliam a gestão, planeamento, avaliação e comunicação, assim como técnicas de comunicação e liderança.

Participaram no seminário os governadores das províncias do Bié, Boavista Neto, do Huambo, Faustino Muteka, do Kuando-Kubango, Higino Carneiro, do Namibe, Rui Falcão, da Huila, João Marcelino Tchippingue, e do Cunene, António Didalewa.

A última etapa deste projecto de formação termina no próximo mês de Setembro e destina-se aos governadores das províncias de Cabinda, Uíge, Zaire, Lunda-Norte, Lunda –Sul e Moxico.

5.10 Fundo de Apoio Social lança projectos

Jornal de Angola
12 De Junho de 2013

Administradores municipais e os seus adjuntos dos municípios do Sumbe, Porto Amboim, Ebo, Kilenda, Conda e Amboim, na província do Kwanza-Sul frequentaram um seminário promovido pela Direcção Provincial do Fundo de Apoio Social (FAS), sobre análise do planeamento estratégico municipal, no âmbito do reforço das capacidades institucionais do programa de desenvolvimento local.

Os participantes abordaram temas como o perfil municipal, ambiente de desenvolvimento, perspectivas sobre o ambiente nas comunidades, principais factores que afectam o desenvolvimento na perspectiva individual e os métodos de redução da pobreza.

A vice-governadora para o sector político social, Maria de Lourdes Veiga, reconheceu a necessidade da formação de quadros para dotá-los de conhecimentos a fim de melhor servirem as comunidades.

O Fundo de Apoio Social (FAS), na qualidade de parceiro do Governo, foi chamado a contribuir na reabilitação e edificação de infra-estruturas sociais, como escolas e unidades de saúde junto das comunidades.

O director provincial do Fundo de Apoio Social (FAS), Santinho Filipe Figueira, informou que o seu organismo desenvolveu, entre 1994 e 2012, 245 projectos, distribuídos pelos sectores da educação, saúde e construção de habitações para professores e enfermeiros. O Fundo de Apoio Social desembolsou 12,5 milhões de dólares, financiados pelo Banco Mundial, União Europeia e o Executivo. O director

da organização, Santinho Filipe Figueira, informou que este ano são executados dez projectos nos municípios da Conda, Amboim, Ebo, Kilenda e Porto Amboim. O objectivo do seminário foi qualificar os quadros na vertente da capacidade institucional do programa de desenvolvimento. Participaram nas acções formativas administradores comunais, entidades religiosas, tradicionais e outros convidados.

5.11 Novas técnicas sobre o desenvolvimento local

Jornal de Angola
12 De Junho de 2013

Técnicos de Administrações Municipais de Benguela, Luanda e Kwanza-Sul participam desde ontem na capital da primeira daquelas províncias numa acção de formação de 30 dias sobre sistema de informação geográfica e sua aplicação no desenvolvimento local. Ministrado pelo Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) a acção de formação; promovida pelo Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) baseia-se no sistema de informação geográfica e em dados espaciais.

A primeira fase da formação está dividida em duas partes, a primeira das, mais teórica, termina na terça-feira, e a outra, mais prática, começa no dia 19 e estende-se até ao final do mês. A segunda fase arranca em 1 de Julho e termina a 9. O coordenador regional do IFAL para formação local, Pedro Filipe, afirmou que os formandos vão aprender técnicas essenciais de levantamento cartográfico.

5.12 Quadros Municipais melhor preparados para gerir receitas

Jornal de Angola
13 De Junho de 2013

Um grupo de responsáveis de repartições municipais, chefes de secções e técnicos dos serviços comunitários, num total de 35 pessoas, e tá em melhores condições de gerir a arrecadação de receitas a nível do município do Andulo, província do Bié.

Os quadros da municipalidade participaram, até segunda-feira, numa acção formativa sobre arrecadação de receitas, promovida pelo Instituto de Formação de Administração Local (IFAL).

O formador do IFAL, Alexandre Chicale, disse que o curso de cinco dias se destinou a transmitir conceitos, regras e procedimentos relacionados com

as actividades financeiras do Estado a nível local, para harmonização de diretrizes a serem observadas pela administração pública, na consolidação das contas.

o quadro do programa de formação de quadros e agentes da administração do Estado para este ano, o IF AL tem agendado um total de dez cursos para o Andulo.

Desde Fevereiro deste ano, já foram realizados cinco cursos nas áreas de Protocolo e Relações Públicas, Gestão de Recursos Humanos, contratos Administrativos, Gestão e Fiscalização de Mercados e Arrecadação de Receitas.

5.13 Oposição quer derrotar MPLA

Semanário Factual

De 15 a 22 de Junho de 2013

A Proposta da CASA- CE para uma plataforma comum dos partidos políticos na oposição, para acabar com a hegemonia do MPLA nas eleições autárquicas de 2015, está na balança de alguns partidos políticos da oposição com assento no parlamento que têm imensa dúvida para concretizar este sonho.

O Consenso que os líderes da CASA-CE não chegaram para coligação transformar-se num partido político veio criar dúvidas, tendo em vista a efectivação da referida plataforma.

Para alguns analistas, a plataforma não resultará em nada, pelo contrário vai trazer mais problemas entre as lideranças políticas.

"Conhecemos como isso funciona a nível dos partidos políticos. Se até aqui entre eles não há entendimento, como é que vão criar uma plataforma política?", interrogam-se os analistas.

A CASA-CE está a sondar os partidos políticos com ou sem assento no parlamento para a constituição da plataforma.

"Nós temos uma agenda de curto prazo que pretende fazer da CASA um factor relevante em 2015, pelo que vamos propor uma agenda comum da oposição para as autárquicas e acabar com a hegemonia do partido da situação," afirmou Chivukuvuku, mostrando-se confiante que, nas próximas eleições gerais, a CASA-CE vai ser determinante na mudança do rumo de Angola.

Para o líder da CASA-CE, "é necessário que se coloque fim àquilo que considera de falta de visão e

de vocação do partido que governa Angola, para dar aos angolanos verdadeira estabilidade de vida.

"Precisamos de garantir ao país estabilidade e serenidade suficiente para que os angolanos possam trabalhar e fazer face aos enormes desafios que o país tem, para os quais este regime já demonstrou falta de vocação e de visão:" afirmou.

Abel Chivukuvuku insistiu que isso só pode ser realidade caso a coligação consiga aumentar o número de militantes.

O objectivo, disse, é "atingir em Dezembro de 2014 dois milhões e meio de novos membros"

5.14 Votação da lei das autárquicas só depois do senso

Novo Jornal

21 De Junho de 2013

A UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA pretendem levar ao plenário da Assembleia Nacional um único modelo de autarquias locais, apurou o Novo Jornal diante destas formações políticas.

Segundo estes partidos, é com uma lei de consenso que se pode obter vitória na lei das autarquias locais, que vai ser discutida no próximo ano, depois do censo geral da população.

Abel Epalanga Chivokuvuku, presidente da Convergência Ampla de Salvação Nacional - Comissão Eleitoral, garantiu ao Novo Jornal que estão a dialogar com as outras forças políticas para que haja um consenso no modelo de autarquias que Angola precisa. "Temos sinal positivo de outras forças políticas, mas até agora no parlamento ainda não demos entrada formalmente da nossa lei sobre as eleições autárquicas, mas garanto que será ainda este ano, para que a possamos discutir", afirmou o líder da CASA-CE.

Para o político, a questão das eleições autárquicas faz parte da Constituição da República. Ela prevê as autárquicas, mas nunca foram realizadas até hoje, nota Chivokuvuku. "Formalmente ainda não estão convoca das e existe o debate oficioso sobre estas eleições para 2015, mas não temos ainda legislação aprovada. A CASA-CE tem a intenção de trabalhar sobre isto com as outras forças políticas da oposição. Há bons sinais de disponibilidade para que estabeleçamos uma ideia comum, o desejável para o bem de Angola é que estas eleições aconteçam mesmo em 2015", disse.

Benedito Daniel, do Partido de Renovação Social (PRS), garantiu que tem de se "chegar a uma autarquia de consenso" para se obter o "equilíbrio entre os partidos políticos da oposição".

Adiantou ainda que a sua formação está preparada para a realização das eleições autárquicas e, nesta indefinição, elas podem realizar-se de diversas formas. "Em Angola não temos a figura do presidente da câmara, também não temos a figura de vereador, mas temos a figura do administrador que, nas suas acções, não tem uma independência M Executivo. O seu poder continua concentrado numa só figura", esclareceu.

"Comissão Administrativa é um desastre "O PRS defende para Angola eleições metropolitanas. "Significa dizer que o governador de uma província deve ser eleito, porque as autarquias não se deveriam restringir apenas às administrações locais. Eleger um administrador que posteriormente vai depender de um governador nomeado, quer dizer que a autoridade desse autarca estaria diluída, porque ele não conseguiria fazer um plano de desenvolvimento", advertiu. O plano, de acordo com Benedito Daniel, "seria feito por um governador não eleito", o que limitaria a descentralização. Por esta razão, o PRS considera que "noutras-instâncias o presidente da câmara governa o distrito inteiro e acima dele não tem mais ninguém de quem ele possa depender".

Questionado se instituir o poder metropolitano não choca com a Constituição, visto que este poder é usado nos estados federados, Benedito Daniel esclareceu que não. "Não fere. Ainda que houvesse um problema, pode ser revisto no quadro da necessidade da população. Não fere porque teríamos que ver até onde terminam as decisões do poder político. O presidencialismo não é descentralizado e não vai desconcentrar o seu poder. A nossa Constituição atípica não fere nada com o poder metropolitano, porque se assim fosse os senadores dos EUA nunca seriam eleitos. O regime mais presidencial que nós conhecemos é dos americanos, em que se afirma presidencialismo, mas com pender federalista".

O pendor unitário não significa, como frisa o dirigente do PRS, concentração de poder e pode ter também desconcentração de poder.

"Quando se elege um governador é apenas para garantir e assegurar os eixos de desenvolvimento. Quando há desconcentração de poderes há maior facilidade de haver desenvolvimento local. A eleição de um governador por si só não significa federalismo, porque este regime político é muito mais. Esta seria apenas a garantia de eleições metropolitanas que

pudessem garantir um rápido desenvolvimento para o nosso país, porque nós temos todas as condições reais e absolutas para o desenvolvimento, só que a concentração cria dificuldades".

Repetir o ciclo vicioso Benedito Daniel esclareceu que se Angola tiver as mesmas eleições de sempre, "em que não há seriedade", estar-se-ia a "repetir o mesmo ciclo vicioso. "Assim, não vamos a lado nenhum, porque este autarca também vai depender dos mesmos programas do poder central e do Executivo", justificou.

Esclareceu ainda que o ensaio que executivo está a fazer com a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda é um "desastre".

"Ninguém sabe quem é quem na cidade capital. Na maior parte das questões o governador de Luanda sente-se diluído, porque há responsabilidades que ele deveria exercer, mas não pode porque quem está a fazê-lo é a Comissão Administrativa. O Executivo de Luanda sente-se que já não é o governador. Isto resulta num determinado antagonismo que não permite o progresso, antes promove o retrocesso. Se levamos este tipo de autarquias, o autarca não saberá a quem prestar conta e nem saberá aonde ir busca dinheiro para efectivar os programas de iniciativa local", esclarece o secretário para os assuntos políticos e constitucionais da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Pedro Gomes, garantiu que o partido ainda não apresentou o seu projecto de lei das autarquias locais à Assembleia Nacional, mas assegurou que ele está na forja "Parece-me que há uma situação cíclica que dá indicação das autarquias locais que devemos ter, ma: não faz sentido, porque é um trabalho muito aturado".

Recordou que o parlamento, em 2007, realizou uma pesquisa sobre a forma de funcionamento destas eleições, onde a FNLA ficou com "uma ideia clara daquilo que deve ser o modelo de autarquias".

ACABAR COM O FUSO DAS ASSIMETRIAS

Para a FNLA, o modelo português é o ideal, porque inspira maior confiança. "Esse pode ser um modelo a adoptar. O brasileiro também serve para o nosso caso, parece-me que há alguma dificuldade por parte do MPLA, que não se prende muito com estes modelos, mas por questões subjectivas", notou Pedro Gomes.

"Estamos preocupados com um outro aspeto. Não concordamos que a realização de eleições autárquicas seja feita apenas em alguns municípios. Acho que isto não se justifica, porque a realização destas eleições vai

acabar o fuso das assimetrias existentes e para se acabar com ele é necessário que se realizem autárquicas em todos os municípios", defendeu, acrescentando que o problema é que "há medo por parte do MPLA, que vai perder o poder real, esta é a dificuldade".

O também professor universitário adiantou que a FNLA tem já o seu projecto de lei preparado, mas fazer passar a sua iniciativa "não será fácil, uma vez o MPLA tem a maioria parlamentar e não aceita as propostas de outros partidos políticos". Mesmo assim, a seu tempo, o partido vai apresentar a sua versão sobre tipo de autarquias que defende.

O Novo Jornal contactou o grupo parlamentar da UNITA e foi-nos dito que estão a preparar a lei das autarquias, que será entregue no parlamento. Adiantaram-nos também que vão procurar consenso com outras forças políticas. "Fiquem descansados, assim que tivermos tudo pronto, vamos convocar uma conferência de imprensa", informaram.

Já com o MPLA não tivemos a mesma sorte. Ninguém estava disponível para falar sobre o assunto.

Uma fonte ligada ao partido dos "camaradas" garantiu que este partido não está a "dormir" e também vai anunciar as suas iniciativas de lei sobre as autarquias. O MPLA inclusive já está a formar os seus futuros autarcas. D.C

5.15 Senso Piloto deu passos positivos

Semanário Factual

De 22 a 29 de Junho de 2013

O senso piloto foi marcado com dificuldades por partes das pessoas bem posicionadas na sociedade e que raramente abrem as suas portas para atender os recenseadores.

Segundo apurou este jornal, os recenseadores receberam orientações. de denunciarem as pessoas opostas ao processo.

Segundo o presidente da referida comissão, Reis Júnior, que falava à imprensa no final de uma visita dos parlamentares ao INE, os agentes recenseadores levaram a cabo um trabalho positivo, que serviu para testar toda a estrutura organizativa proposta, nomeadamente, acções metodológicas administrativas, operativas, logísticas, formação, entre outros.

Afirmou que o censo e recenseamento demográfico vai permitir ao Estado angolano ter informações tais como o número de habitantes, o número de homens,

mulheres, crianças e idosos, onde e como vivem as pessoas, profissão, entre outras coisas, para permitir maior desenvolvimento e bem-estar do povo angolano.

Realçou que este recenseamento geral da população previsto para 2014 vai consistir em recolher, agrupar e publicar dados demográficos, económicos e sociais a todos os habitantes do território nacional.

A visita dos parlamentares foi guiada pelo director do INE, Camilo Ceita, dando a conhecer o funcionamento do Gabinete Central do Censo (GCC), divisões de reprografia e cartografia, bem como a exibição de um filme documental sobre a preparação do Censo Geral da População e Habitação para 2014.

O Censo Piloto teve lugar nas províncias do Namibe, do Kuando Kubango, do Huambo, Cunene, de Luanda, do Kwanza Norte e do Uíge, servindo de ensaio para o grande Recenseamento Geral da População e Habitação, que será realizado em Maio de 2014.

A 4ª comissão de trabalhos da Assembleia Nacional é responsável pelos assuntos da administração do Estado e Poder Local.

A última vez que se soube oficialmente quantos habitantes havia em Angola foi em 1970, cinco anos antes da independência, e desde então nunca mais foi possível actualizados dados, devido ao conflito.

Nessa contagem, feita pelo regime colonial, apurou-se que cerca de 5,6 milhões de pessoas residiam na então província ultramarina de Angola. Desta vez, o processo é organizado pelas autoridades angolanas e o censo está marcado para o dia 16 de Maio de 2014, mas o ensaio geral desta operação terá início este mês, e abrangerá 100 aldeias e bairros distribuídos por 14 comunas em 12 municípios de sete das 18 províncias do país.

O processo de contagem oficial de habitantes de Angola tem sido marcado por grandes intervalos de tempo. Antes de 1970, a última contagem foi em 1940, e o resultado foi de pouco mais de 3,7 milhões de pessoas.

Após a independência, em 1975, a guerra civil angolana impediu a realização de operações deste tipo. As Nações Unidas consideram como aconselhável para fundamentar as políticas de desenvolvimento a realização de recenseamentos regulares da população de 10 em 10 anos.

As tentativas realizadas entre 1983 e 1987 não foram consideradas, por não terem abrangido todo o

território nacional nem obedecido aos princípios e recomendações internacionais para este tipo de contagem, estabelecidos pelas Nações Unidas.

Relativamente aos resultados do Censo de 2013, as autoridades angolanas têm previsão de recensear cerca de 21 milhões de pessoas.

Os resultados provisórios serão divulgados três meses depois do momento censitário e o definitivo somente em 2014.

As primeiras tentativas de contagem da população em Angola foram feitas no século XVIII, mas não cobriam todo o território.

5.16 Censo piloto concluído

Semanário Agora

22 De Junho de 2013

Esta informação está plasmada no relatório "Angola em Números 2012", disponível no site do Instituto Nacional de Estatística (INE), que este ano arrancou a 16 Maio com o Censo piloto da população e Habitação 2013 em sete províncias, sendo que o seu termo deu-se há uma semana.

Luanda, Benguela, Huíla, Huambo, kwanza-sul e Uíge, respectivamente, são as províncias mais populosas, pelo que brevemente o INE, dirigido por Camilo Ceita, deverá colocar os dados disponíveis do cadastramento recentemente realizado.

A capital do país com cerca de 7% de alunos com 6 seis anos de idade ou mais, apresenta a taxa mais baixa, seguindo-se as províncias do norte de Angola, designadamente Zaire (16%), Cabinda (17%), e a Huíla e Cabinda, que se fixaram em 20%.

5.17 Administração do Território anuncia criação de cidades

Jornal de Angola

26 De Junho de 2013

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, revelou ontem em Luanda a criação de novas cidades que vão coincidir com o território dos municípios de Cacucaco, Cazenga, Belas e Viana.

Em declarações à imprensa, depois da reunião que teve com o Governo Provincial de Luanda e as administrações da província, Bornito de Sousa disse que está em estudo um modelo de estatutos orgânicos dos governos provinciais e das

administrações municipais que vão estender-se à organização das cidades.

"Vai haver uma melhor clarificação de competências entre os governos provinciais e as cidades, onde os governos provinciais vão ficar com as competências de coordenação geral e supervisão e as cidades com as funções de execução dos serviços básicos e municipais", referiu o ministro. Bornito de Sousa informou que a reunião serviu para partilhar reflexões sobre como vai ser a estrutura da província e como vão ser estruturadas as cidades que integram o território de Luanda e a gestão das várias unidades urbanas que surgem.

Na agenda do ministro consta a organização territorial a nível de base e como os moradores podem estar envolvidos no tratamento das questões ligadas às suas áreas de residência.

Durante o encontro foi apresentado um relatório informativo sobre a actividade governativa da província de Luanda nas áreas social, económica, técnica, obras em curso e organização administrativa.

Na agenda do ministro constam ainda visitas de trabalho aos municípios de Luanda e à Cidade do Kilamba para averiguar o funcionamento administrativo e a gestão.

5.18 Descentralização melhora os serviços

Jornal Economia

28 De Junho de 2013

A descentralização e a desconcentração administrativa melhoram os serviços e os objectivos traçados pela organização no geral. Ambos os termos relacionam-se à matéria "prestação de serviços públicos", mas nela não se esgota, transcende a outras esferas, quer privadas, quer pessoais. Esses, portanto, serão, em qualquer hipótese, prestados pelo poder público quer dos Estados, quer dos municípios, conforme a repartição administrativa de competências plasmada nos diplomas que os institui.

No caso, a prestação de serviços públicos pode ser feita de forma directa ou indirecta, neste último caso, sob regime de concessão ou de permissão. Toda a actuação administrativa do Estado pode ser enquadrada como a actuação centralizada ou descentralizada e concentrada ou desconcentrada, conforme a organização e as técnicas de repartição de atribuições adoptada pelas diferentes administrações. Ele realiza as suas funções por meio de órgãos, agentes e pessoas jurídicas. Concernentemente ao

aspecto organizacional, este adopta duas formas básicas no desempenho das suas atribuições administrativas, nomeadamente a centralização e a descentralização administrativa.

Descentralização

Ocorre a chamada centralização administrativa quando o Estado executa as suas tarefas "" por meio dos órgãos e agentes integrantes da administração directa. Nesse caso, os serviços são prestados pelos órgãos do Estado, despersonalizados, integrantes de uma mesma pessoa política, onde entra a união, protetorados ou municípios, sem outra pessoa jurídica interposta. Ela acarreta a especialização na prestação do serviço descentralizado, o que é desejável em termos de técnica administrativa. A doutrina aponta duas formas mediante as quais o Estado pode efectivar a chamada descentralização administrativa: outorga e delegação.

Neste caso, a descentralização será efectivada por meio de outorga quando o Estado cria uma entidade e a ela transfere, mediante previsão em lei, determinado serviço público. A outorga é conferida normalmente por prazo indeterminado. É o que ocorre relativamente às entidades da administração indirecta prestadoras de serviços públicos: o Estado descentraliza a prestação dos serviços, outorgando-os a outras entidades, nomeadamente as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, que são criadas para este fim. Já a delegação é feita quando o Estado transfere, por contrato ou acto unilateral, unicamente a execução do serviço, para que o ente delegado o preste ao público em seu próprio nome e por sua conta e risco, sob fiscalização do Estado, contudo. A delegação é, normalmente, efectivada por prazo determinado, por exemplo, nos contratos de concessão ou nos actos de permissão, em que o Estado transfere aos concessionários e aos permissionários, apenas a execução temporária mente determinado serviço.

Desconcentração

Já a desconcentração, torna-se a simples técnica administrativa, utilizada tanto na administração directa, quanto na indirecta, para a execução de um ou mais serviços, distribuindo competências; no âmbito da sua própria estrutura, a fim de tornar mais ágil e eficiente a prestação dos serviços. Ela ainda pode pressupor, obrigatoriamente, a existência de uma só pessoa' jurídica. Em outras palavras, a desconcentração sempre se opera no âmbito interno de uma mesma pessoa jurídica, constituindo uma simples distribuição interna de competências dessa pessoa.

Como se vê, ela também opera na mesma esfera que a descentralização, mas possui um conjunto de competências mais amplas e uma estrutura sobremaneira mais complexa do que os de qualquer entidade das administrações indirectas. De qualquer forma, temos desconcentração tanto num município que se divide internamente em órgãos, cada qual com atribuições definidas, como numa sociedade de economia mista de um Estado, um banco, ou qualquer outro departamento ou secção, com atribuições próprias e distintas, a fim de melhor desempenhar as suas funções institucionais.

5.19 É do Interesse do Governo Adiar Autárquicas

Folha 8

29 De Junho de 2013

Como Deputado, segundo ele, é voz autorizada para poder exprimir aquilo que está ser o exercício do INE para o Senso Populacional, um dos pressupostos para a realização das eleições autárquicas em 2015, bem como outros dados que várias outras instituições poderão se beneficiar dos resultados.

A visita foi cordial, foram-lhes dado a visitar a nova estrutura do INE, mais propriamente a Sala de Estatística e tomaram contacto com as equipas que trabalham já nos resultados do Senso Piloto. "Um trabalho árduo, sob os cuidados de uma juventude dinâmica, engajada, com vontade de trabalhar e conhecedora das novas tecnologias, o que torna mais fácil o processo, isto do ponto de vista tecnológico" disse. Como referência, um dos funcionários, é alguém que já participou no Senso passado, na Era Colonial em 1967. Hoje ainda ali está com vigor e energias no lugar. Participou do Senso Piloto e está pronto a partilhar suas experiências neste exercício. Segundo Manuel Fernandes, do ponto de vista prático é no terreno onde há maiores dificuldades.

Mas os jovens não pouparam esforços e conseguiram no período previsto corresponder com as expectativas. Tiveram a oportunidade de apreciar a exibição de um pequeno vídeo em que era visível as peripécias porque passaram. "O nosso país ainda tem zonas de difícil acesso, depois de uma chuva é um caos total, o carro enterra-se todo, enfim, um conjunto de dificuldades, mas de facto os jovens souberam consentir. O que é positivo é que a meta foi atingida. Razão pela qual saímos de lá confiantes. Foi visível também a satisfação no rosto dos jovens do dever cumprido e quero acreditar que, o Senso 2015, conforme está, e partindo do princípio que o

Senso Piloto que se fez agora é a antecâmara do Senso Geral, ele vai decorrer sem constrangimentos maiores, porque até lá tanto faz os técnicos do INE, como outras entidades envolvidas no processo, já têm conhecimento do grau de dificuldades que irão encontrar no terreno e quando tiverem que avançar, vão já com as soluções", enalteceu o 41! Homem da Assembleia Nacional que falou-nos, lembramos nas vestes de Deputado e perentoriamente respondeu as nossas questões:

Folha 8 - Têm mais ou menos uma cifra daquilo que foi constatado em termos demográficos neste Senso Piloto?

Manuel Fernandes - Colocamos a questão. O certo é que, eles não previam um universo populacional a cadastrar como tal, mas alistaram zonas e cingiram-se nos elementos encontrados ali. Em resposta foi-nos dito, mais ou menos 125 mil pessoas em cerca de dois meses.

Quanto ao Orçamento

MF - Não foi dado a conhecer o Orçamento deste Senso Piloto, mas foi aproximado os montantes que poderão acarretar o Senso Geral. Vagamente, pode-se prever o emprego de 105 mil pessoas, e para remuneração dos brigadistas a envolver, em função dos custos de vida, prevê-se cerca de 40 mil K wanzas para cada. O conjunto de tudo isso pode atingir ou passar os 100 (cem) milhões de Dólares. Isto tudo são estimativas, mas também deve-se reconhecer que as autoridades não queriam dar dados palpáveis para precaver falsa informação o que é entendível.

F8 - Quanto aos Timings do desenrolar de todo o Processo, até chegarem os dados ao CNE - Conselho Nacional Eleitoral

para este por sua vez poder preparar com eficiência os kits para as eleições que se avizinham?

MF - Pessoalmente coloquei esta questão e a resposta dada é que o Senso, inicialmente pelo que esta legislado, deverá ocorrer em dois meses, começa em Maio, até Junho 2014. Mas o processo de cadastramento dos dados, leva aproximadamente um ano, o que pressupõe dizer que só no segundo semestre, pelo que nos foi dado a conhecer de 2015 é que eles vão conseguir fornecer os dados às entidades afins. Isto é, a CNE e todas outras instituições que têm interesse neste Senso Geral. o entanto, queremos acreditar que se houver vontade política, 2015 vamos ter eleições autárquicas, na medida em que, se soubermos, como estão, qual o número total da população, vai ser mais fácil o Registo Eleitoral ao nível do Município, para as pessoa poderem votar.

Falta de Vontade Política do Team de José Eduardo dos Santos

"O que é fundamental, em paralelo ao exercício do processo do Senso. é o Executivo ter a preocupação de criar as condições básicas para as autarquias poderem funcionar. Isto é em termos de estruturas, teremos que pensar que em cada município terá de ter um Parlamento, saber onde vai funcionar a Câmara Municipal. etc. Tudo isso não espera o fim do processo do senso. Se não começaram é falta de vontade política". protestou. "Mas estamos a acreditar que há um esforço. Temos estado a ver o exercício que o Ministério da Administração do Território tem estado a fazer através do IFAI, Instituto encarregue pelas Autarquias", sublinhou.

F8 - O seu optimismo faz crer que sim, mas nas entrelinhas também dá indicações com relação aos dados fornecidos que temos razão de que podemos ficar dubitativos quanto a meta 2015. Se não vejamos: r Semestre fim do processo do senso, só depois vai ter de se avançar para os preparativos das autárquicas com previsões para as gerais. Sem as infra-estruturas que atrás mencionou, será que realmente ainda vai ser possível 2015?

MF - Ouvimos agora que não há infra-estruturas, mas ainda não recebemos dados oficiais do MAT, sobre isso. O que temos estado a ouvir é que estamos a trabalhar para se criar as condições, mas não ouvimos dizer que o Governo está incapacitado em criar estas condições durante este período. Mas cremos haverá as eleições autárquicas sobretudo, repito, se houver vontade política e o princípio da respeitabilidade daquilo que está estatuído e daquilo que exteriorizamos publicamente enquanto servidores públicos. Para mim, é claro, as eleições terão lugar em 2015, tal como tem dito Sua Excelência o PR e vários membros do poder Executivo.

F8 - Outro problema: tudo quanto o Estado prevê fazer deve ser orçamentado antes, entretanto, está-me a falar das infra-estruturas, mas pelos vistos, também não tem conhecimento se o projecto da construção ou renovação das infra-estruturas tenha sido orçamentado no OGE passado?

MF - Penso que a questão que se relaciona com as infra-estruturas, tem a ver com o PIP - Programa de Investimentos Públicos. Claro que o orçamento que aprovou há várias rubricas do PIP. Apesar de que são poucas onde se vê a especificidade da construção de infra-estruturas para albergar as autarquias. É verdade que a realidade de muitos municípios até agora permite criar as condições para avançarmos para este processo, ainda que não forem estruturas definitivas ou pré-existentes, pode-se encontrar mecanismos

para albergar ou acomodar estas infra-estruturas durante um certo período de tempo até quando se criarem as condições apropriadas para melhor funcionarem.

Mas o que é fundamental neste momento é todos nós nos prepararmos, e é o que a CASA está a fazer. Trabalhar em conjunto das outras forças políticas na oposição, traçar um quadro que nos leve a materializar este processo em 2015.

F8 - Uma hipótese, não diria pessimista, talvez realista. Em 2015, não haverá as autarquias, qual o cenário imaginável?

MF - Penso que ao se falhar, isto também vulgariza a seriedade política dos nossos dirigentes. Não podemos sempre dar o dito pelo não dito. Devemos sempre pautar pela prática de que e como dirigentes, em frente dos destinos da nação, é claro, quando apontamos uma certa meta e fixamos princípios, devemos fazer tudo no sentido de atingir o objectivo pelo qual foi previsto. Pois fazemo-lo com o suporte de dados reais recolhidos e não projectamos com base a quimeras ou empirismos. Se não, mais uma vez leva-se ao descrédito quem de facto deu a esperança do cumprimento deste pressuposto previsto na Constituição se não materializar, falo concretamente do Senhor Presidente da República que tem a responsabilidade de criar as condições enquanto titular do Poder Executivo e assumir aquilo que prometeu. Aliás, é importante que no âmbito da Democracia Participativa, previsto na nossa constituição, completemos este vazio que temos, porque está previsto. Até agora, a prática que temos das administrações municipais elas não existem para resolver os problemas da povo, mas existem para representar os interesses do Chefe. Portanto, precisamos inverter isso. Os cidadãos precisam decidir, quem os deve dirigir a nível local, quem os deve servir a nível estadual. Isto é fundamental, porque só com as autarquias é que vamos poder materializar o desenvolvimento sustentável dos cidadãos. Porque não acredito que o PR aqui no Palácio, consegue resolver o problema do cidadão que se encontra em Ombanja ou no Cuilo Futa. No entanto, é o administrador que reside lá, que cheira a terra, em fim que está em condições de

resolver estes problemas.

Por isso, não é atoa que as pessoas que ontem pensaram na democracia como um modelo de governação, entenderam que era importante haver de facto o poder local que deve ser também eleito pelo povo.

Chivukuvuku aguarda resposta formal de Samakuva, de Kwangana e de Lucas Ngonda

F8 - Para terminar. Já que falamos das autarquias. O que é feito das alianças segundo proposta feita pelo Presidente da CASA, endereçada aos outros partidos da oposição na Assembleia?

MF - Gostaríamos de dizer que esta é uma proposta que se circunscreve na necessidade das forças políticas adoptarem estratégias políticas comuns com vista em primeiro lugar a realização de facto das eleições em 2015 e em segundo lugar que vise uma participação efectiva que possa se circunscrever no alcance de resultados positivos do próprio processo eleitoral. Cremos nós, se continuarmos divididos e desfasados vai permitir que sejamos talvez, não bem trucidados, mas posso dizer, não vitoriosos como seria desejável. Razão pela qual entendeu-se que era melhor podermos concertar. Mas que se entenda bem. Não estamos a fazer uma Coligação Eleitoral, não. Em primeiro lugar precisamos, fazer uma conjugação de esforços para fazer sentir a pertinência das autarquias e que tenham lugar em 2015. Outra questão, é de facto adotarmos um mecanismo que permita uma participação, em termos de candidatos e programas, aceitável. Por exemplo, nós temos os nossos pontos de vista que não vou apresentá-los agora, mas no devido momento junto das outras forças políticas reflectiremos sobre aquilo que acharmos de positivo para nossa participação como forças políticas na oposição neste processo, na medida em que, devemos reconhecer, temos um Partido no Poder há mais de trinta anos que controla tudo e todos, podemos assim dizer, que quase controla as nossas vidas e no entanto, é um partido que tem muito dinheiro, não do próprio Partido, porque o Partido confunde-se com o Estado. Os administradores municipais são ao mesmo tempo secretários municipais do Partido, assim como os governadores. No entanto, é preciso tomarmos consciência e é chamado aqui o elevado espírito patriótico e também a maturidade política, primeiramente de nós dirigentes políticos, posteriormente os cidadãos para ver se conseguimos inverter o quadro nas próximas eleições autárquicas como antecâmara das eleições gerais a realizar em 2017, onde de facto a mudança tem necessariamente de ocorrer.

F8 - Já tiveram alguma resposta?

MF - Até agora que estamos a falar, quarta-feira ainda não obtivemos qualquer sinal do género. Fez-se cartas oficiais dirigidas as direcções desses partidos políticos. Estamos em crer que esta concertação e o bom senso de todas as partes vai funcionar e vamos poder concertar. Este é o nosso desejo para o

interesse superior da maioria dos angolanos e tal é o mesmo espírito que deve imperar noutros dirigentes políticos. Temos uma grande responsabilidade em frente, estamos proibidos de defraudar as expectativas que os angolanos e não só nutrem em nós.

5.20 Autoridades locais reunidas no Brasil

Jornal de Angola

12 De Junho de 2013

O administrador do município do Cazenga, em Luanda, Nataniel Narciso, participa desde ontem, no Rio Grande do Sul (Brasil), no terceiro Fórum das Autoridades Locais e Periferias.

Em declarações à Angop na segunda-feira, no aeroporto 4 de Fevereiro, Nataniel Narciso, que representa a província de Luanda no fórum, informou que participam no encontro autoridades locais periféricas, redes do poder local, movimentos sociais e centros de pesquisa de quase todo o mundo.

Hoje, o programa prevê a discussão do tema "Diálogo nas metrópoles e periferias". No encontro, Angola pretende divulgar a experiência daquilo que tem feito, principalmente no que se refere à interacção e desenvolvimento entre as metrópoles e as periferias da capital.

"Vamos levar a nossa experiência daquilo que tem sido feito relativamente à transformação das zonas periféricas, o diálogo existente entre o Executivo, governos provinciais e administrações locais, assim como os esforços que têm sido feitos para melhorar a qualidade de vida da população", disse Nataniel Narciso.

O administrador do Cazenga admitiu a possibilidade de explorar intercâmbios com outras cidades, durante o fórum mundial. "Nestes encontros podem ser colhidas grandes experiências, que ajudam a melhorar os projectos existentes neste domínio", salientou.

Nataniel Narciso sublinhou ainda que, com a preparação das autarquias locais em Angola, vai aproveitar para trocar ideias e experiências com autarcas de outros países sobre o funcionamento do poder local. Criado em 2003, o Fórum das Autoridades Locais e Periferias é um evento no qual os governos locais abordam questões que têm a ver com a funcionalidade das zonas periféricas.

5.21 Ondjiva quer mais dinâmica na organização dos bairros

Jornal de Angola

07 De Junho de 2013

O novo administrador municipal do Cuanhama, Gonçalves Namueya, pediu na terça-feira uma maior contribuição dos líderes das comissões de moradores dos bairros, para melhorar a organização dos habitantes de Ondjiva.

Gonçalves Namueya falava num encontro com os líderes dos bairros da capital provincial do Cunene para a auscultação de assuntos relativos à sua organização, dados estatísticos, abastecimento de água e participação das comunidades em actividades sociais.

"A actividade dos líderes das comissões de moradores deve pautar-se por uma actuação isenta e inclusiva, no sentido de incentivar os munícipes a participarem de forma consciente no desenvolvimento do município", sublinhou.

O administrador recordou que a cidade de Ondjiva, por ser a capital da província, constitui, acima de tudo, o cartão-de-visita no qual todos os moradores se revêem. "E dever permanente dos cidadãos mater a cidade limpa, conservar os seus espaços verdes e públicos, edifícios estatais e privados, através de campanhas de limpeza e plantação de árvores", sublinhou. Gonçalves Namueya prometeu a instituição pela administração municipal Cuanhama, de um prémio para bairros que se destacarem no saneamento básico e pediu a colaboração das comissões de moradores na denúncia de ocupações ilegais de terrenos e construções e zonas de risco.

Além disso, desaconselhou venda de diversos produtos em locais inadequados e não autorizados, assim como a utilização de força de trabalho infantil.

"Assiste-se, igualmente, ao aumento do consumo de bebidas I fabrico caseiro que escapa ao controlo das comissões de morador e contribuindo para condutas desviantes de parte significativa dos operários que passam a ser dependentes", adiantou.

Gonçalves Namueya alertou, ai da, que o roubo de animais aos criadores e a comercialização de carne fora dos circuitos oficiais, tal como o abate indiscriminado de árvores no meio rural, para a produção de carvão, vão ser combatidas com "medidas sérias" da Administração Municipal.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 BNA propõe alargamento do crédito à habitação

Jornal de Angola

05 De Junho de 2013

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, defendeu ontem, em Luanda, a estruturação de fundos públicos para permitir o alargamento da base de concessão de crédito à habitação em condições favoráveis aos cidadãos.

José de Lima Massano falava no encerramento do seminário sobre a Lei de Alienação Fiduciária dos Imóveis em Garantia. Disse que o crédito concedido às actividades de promoção imobiliária e de construção de imóveis já representa 16 por cento do crédito total do sistema bancário do país, enquanto o crédito à compra de imóveis por particulares "ainda é modesto, não atingindo mais do que 8 por cento do total concedido".

"Persistem dificuldades assinaláveis com o registo da propriedade imobiliária e com a solidez das garantias prestadas, mesmo quando o bem financiado é objecto de penhor ou de hipoteca", reconheceu o governador do Banco Central.

O Ante-Projecto de Lei sobre Alienação Fiduciária dos Imóveis em Garantia vai permitir que a propriedade do imóvel só seja transferida em definitivo para o devedor depois de cumpridas as responsabilidades com o credor.

O Executivo, disse José de Lima Massano, tem procurado materializar formas de garantir o direito à habitação consagrado na Constituição da República, promovendo iniciativas públicas no domínio habitacional e desenvolvendo um quadro legal capaz de estimular a iniciativa privada.

"O sistema financeiro é parte activa desse processo, pela sua condição privilegiada de canal de transmissão de recursos financeiros para o investimento, quer na óptica de quem promove ou constrói, como na de quem adquire com pagamentos diferidos no tempo", disse.

A intenção de se adoptar a alienação fiduciária no direito angolano também se insere no contexto das transformações de natureza económica, financeira e social que o país vem registando nos anos mais recentes.

Garantiu que o Banco Nacional de Angola vai apoiar todos os esforços que visam a sensibilização dos agentes económicos e sociais, a recolha de subsídios e garantir a facilitação do acesso à habitação.

O governador do BNA afirmou que no final do primeiro trimestre, a captação de depósitos representava 75 por cento do passivo dos bancos e, destes, 55 por cento mantinham-se à ordem, "impondo-se, por isso, prudência na sua transformação em crédito de longo prazo".

Facilidades ao investimento

José de Lima Massano disse que a estabilidade macroeconómica contribui para a manutenção de um clima favorável ao investimento e ao aumento dos níveis de eficiência na economia.

"No caso concreto do sector da construção, esse clima deve propiciar a disponibilização de imóveis para fins habitacionais a valores mais justos para os potenciais compradores e para financiadores", disse. O governador do BNA disse que a "desaceleração da inflação tem contribuído para a redução do custo do crédito bancário, pelo que a política monetária mantém a estabilidade de preços como objectivo principal, em linha com o determinado pelo Executivo no seu Plano Nacional de Desenvolvimento".

Regulamentação jurídica

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Rui Mangureira, disse na ocasião que o Executivo considera essencial a regulamentação jurídica do mercado imobiliário angolano. "A alienação fiduciária de imóveis em garantia afigura-se como um instrumento jurídico e económico de enorme relevo na ponderação prática dos interesses dos operadores económicos e dos candidatos à aquisição de habitação própria, dadas as inegáveis vantagens que apresenta do ponto de vista da simplificação e segurança jurídica", disse o ministro. Rui Mangureira fez abertura do seminário e garantiu que o Executivo vai trabalhar para dotar o país de legislação referente à realidade económica, no sentido de promover o financiamento imobiliário a baixo custo.

"A alienação fiduciária exerce uma função de garantia de crédito semelhante à da hipoteca, mas é dotada de mais eficácia e não pretende ser um seu substituto, apenas um instrumento jurídico que garanta a existência e também a consciência do crédito imobiliário em Angola", esclareceu Rui Mangureira.

Política habitacional

Os participantes no seminário defenderam que o país deve adoptar uma política habitacional que favoreça a aplicação das taxas de juros baixos para favorecer a população. É fundamental garantir que a taxa de esforço sobre o valor do rendimento familiar não ultrapasse o valor de 35 por cento.

Os participantes defenderam também incentivos aos investidores do sector imobiliário, como forma de contribuir para o equilíbrio entre a oferta e a procura. O processo de legalização dos imóveis deve ser mais célere e é necessário criar um ambiente jurídico favorável à captação de recursos externos a logo prazo.

O seminário, organizado pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, teve como objectivo apresentar o Anteprojecto de Lei sobre Alienação Fiduciária dos Imóveis em Garantia.

Participaram no seminário o presidente do Tribunal de Contas, Julião António, a segunda vice-presidente da Assembleia Nacional, Joana Lina, membros do Executivo e deputados.

6.2 Centralidade da Catumbela pronta para habitar em breve

Jornal de Angola
05 De Junho de 2013

As primeiras 684 casas da centralidade da Catumbela, na província de Benguela, vão estar prontas para habitar a partir de Agosto, revelou ontem o encarregado das obras.

A garantia foi dada ao ministro do Território, Bornito de Sousa, durante um encontro que manteve no local com responsáveis da construtora CITIC e o grupo angolano que fiscaliza os trabalhos.

O projecto, que está a ser erguido na localidade do Luongo, compreende três fases, estando as primeiras em execução. No geral, a centralidade deve ser concluída em Novembro de 2014, com mais de duas mil moradias, entre edifícios de dois e três pisos, além de vivendas ou habitações de renda média. As obras, que contemplam escolas primárias e secundárias, envolvem a construção de unidades policiais, postos de bombeiros e estruturas para o tratamento de lixo.

Acompanhado pelo governador da província de Benguela, Issac dos Anjos, Bornito de Sousa deslocou-se ainda ao município da Baía Farta, onde efectuou uma visita às instalações da administração local.

Depois de uma breve reunião com responsáveis da Baía Farta, o ministro da Administração do Território deslocou-se a uma empresa piscatória, ao posto de saúde do bairro comandante Cassanje, culminando com uma passagem pela centralidade da Baía Farta.

6.3 Novo banco da Sonangol custa 500 milhões USD

Jornal Expansão
07 De Junho de 2013

A Sonangol e a SONIP vão investir, este ano, 500 milhões USD (cerca de 48 mil milhões Kz) no arranque e constituição do Banco de Poupança e Promoção Habitacional (EPPH), revela o relatório anual de contas 2012 da petrolífera estatal.

A "casa-mãe" tem uma participação de 51 % no novo banco, avaliada em 1,3 mil milhões Kz (o equivalente a cerca de 13,7 milhões USD), enquanto a subsidiária para o imobiliário detém o restante capital da instituição.

A constituição do BPPH foi anunciada em Fevereiro pelo presidente do conselho de administração da Sonangol, Francisco de Lemos. Na altura, o responsável revelou que o Banco Nacional de Angola (BNA) tinha decretado a cessação da licença do Banco de Produção e Desenvolvimento (BPD), uma parceria com a Caixa geral de Depósitos, anunciada em 2012, mas que nunca saiu do papel. Contudo, disse o gestor, o BNA autorizou a constituição do BPPH, cujo arranque deveria ocorrer nos próximos três meses.

De acordo com o relatório e contas da Sonangol, a licença do BPD foi anulada "pela não realização do capital nos prazos acordados". O capital previsto, recorde-se, era de 1.000 milhões USD, sendo que o objectivo do banco era financiar a construção de grandes infra-estruturas na economia angolana.

A formação de um banco destinado a financiar crédito à habitação, sobretudo de funcionários da petrolífera, já tinha sido anunciada pela Sonangol, também em 2012.

Maior accionista no Millennium BCP Entretanto, de acordo com o Relatório e Contas, as participações da petrolífera em bancos ascendiam, no final do ano passado, 48,4 mil milhões Kz, cerca de 503 milhões USD, sendo que o "grosso" deste valor estava no português Millennium bcp (ver tabela).

A Sonangol, recorde-se, tornou-se em 2012 a maior accionista do banco gerido por Nuno Amado, após a aquisição de acções no mercado e subscrição de mais

capital, no âmbito do plano de recapitalização da instituição.

A petrolífera detém 19,44% no banco, tendo gasto em 2012, segundo o relatório e contas, cerca de 163 milhões de euros (20,4 mil milhões Kz) no reforço da sua participação. A empresa detém ainda participações directas no Banco Caixa Geral Totta Angola, Banco Millennium Angola, Banco Privado Atlântico Europa, além do BPPH.

Lucro mais do que duplica com extraordinário

Em 2012 a Sonangol registou lucros de 641,2 mil milhões Kz (6,6 mil milhões USD), o que corresponde a mais do dobro (114%) face ao resultado líquido de 2011 (298,8 mil milhões Kz). O desempenho, contudo, foi devido à inclusão de resultados extraordinários no valor de 425,0 mil milhões de Kz.

Sem considerar esta rubrica, ou seja, tendo apenas em conta o resultado líquido de actividades correntes, o lucro da petrolífera caiu cerca de 36%, para 216,2 mil milhões de Kz.

Segundo a empresa, o resultado extraordinário diz respeito à inclusão nas suas contas da totalidade da subvenção anual devida pelo Estado. As subvenções em causa (para as actividades de refinação, logística, distribuição e comercialização) não tinham sido reconhecidas nas contas de 2011.

6.4 Mais de 20 famílias beneficiam de casas evolutivas no Songo

Semanário Independente
08 De Junho de 2013

Vinte e cinco famílias vulneráveis do município do Songo, 40 quilómetros a Norte da cidade do Uíge, vão beneficiar, ainda este mês, de residências evolutivas, no âmbito do projecto habitacional do Governo, que visa garantir melhores condições de habitabilidade à população. De acordo com a administradora municipal do Songo, Adelina Figueiredo Pinto, disse que nesta primeira fase foram construídas 25 casas das 50 previstas na sede municipal.

"Nós seleccionamos 25 famílias carentes que vivem em condições da habitabilidade muito difíceis e serão as beneficiárias nesta primeira fase. Nos próximos tempos veremos até que ponto poderemos ajudar aquelas pessoas com deficiência, com a conclusão do projecto", disse.

A responsável acrescentou que a aldeia Quitala, na comuna do Kinvuenga, foi seleccionada para a construção das outras 25 casas. Nesta localidade, disse, já foi colocada uma parte de material (areia, pedras e outros inertes), aguardando-se pela orientação superior para que se possa dar sequência ao

projecto. Adelina Alexandre Pinto referiu estarem todas condições criadas para que no dia 16 deste mês, as residências sejam entregues aos beneficiários. "Nesta data, deslocar-se-á a circunscrição muitas individualidades para presenciarem ao encerramento da jornada da criança e ali as pessoas seleccionadas vão receber as suas casas", frisou.

Quanto às futuras acções a implementar, a administradora anunciou o desejo de se erguer no próximo ano um edifício onde irá funcionar o Comando Municipal da Polícia Nacional, com o apoio do Governo Provincial, para conferir maior dignidade aos efectivos da corporação, assim como garantir melhores condições de trabalho.

Disse estarem em construção 12 residências para os funcionários da administração municipal e outras para os trabalhadores do sector da saúde. Como afirmou, prevê-se para o próximo ano, erguer-se casas para professores, com vista a evitar a deslocação diária dos mesmos até a cidade do Uíge onde muitos residem. Songo tem uma comuna (Kinvuenga), 13 regedorias, 81 aldeias, com uma população estimada em 44 mil habitantes.

6.5 Praticidade de crédito e estabilidade de mercado

Semanário Angolense
08 De Junho de 2013

A versão preliminar do anteprojecto de Lei sobre Alienação Fiduciária de Imóveis já esteve durante algum tempo ao dispor da consulta pública (inclusive através do site do Ministério da Justiça), até Janeiro de 2012, visando assegurar a participação efectiva dos cidadãos no processo da sua constituição.

Na semana passada, o anteprojecto foi apresentado para um grupo mais selectivo, constituído por técnicos, membros do Executivo e deputados, por ocasião do seminário sobre a lei sobre Alienação Fiduciária dos Imóveis em Garantia, decorrido em Luanda.

O evento tinha como objectivo a recolha de contribuições dos profissionais, sobretudo dos

intervenientes directos no sector imobiliário. Outro objectivo era tomar conhecimento, nessa matéria, da experiência da República Federativa do Brasil - país de onde se «importou» a ideia da lei.

De um modo geral, tal como disse o governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, no final do seminário em questão, a intenção de se adoptar a Alienação Fiduciária no direito angolano também se insere no contexto das transformações de natureza económica, financeira e social que o país vem registando nos anos mais recentes.

Conceito

Na perspectiva do direito de propriedade, onde está inserida, como direito real, a «Alienação Fiduciária» é uma transação comercial caracterizada pela transferência de posse de um imóvel que se encontra nas mãos do devedor (comprador) para as do credor (financiadora) com vista a garantir o cumprimento de uma obrigação.

Na prática essa «Alienação» acontece quando um cidadão compra um imóvel à crédito, ficando o mesmo imóvel como garantia do financiamento. Deste modo o comprador não pode negociar o imóvel antes que acabe de pagá-lo.

No Brasil, onde a lei não se limita apenas a regular a compra de imóveis, mas estende-se aos bens móveis, como veículos, a propriedade definitiva só é autenticada efectivamente com a liquidação total da dívida constituída por crédito.

O caso angolano não se mostra desviar desse conceito. A medida surge como um mecanismo legal que para responder, de forma eficaz, aos interesses dos compradores de imobiliários e dos operadores do mercado imobiliário.

Na elaboração do anteprojecto dessa Lei foi ponderada a necessidade de desenvolvimento da relação do sistema financeiro com o sector imobiliário, de modo a que ambos possam contribuir de forma mais significativa para a solução das grandes questões do país, em especial do crédito à habitação.

Segundo José de Lima Massano, «a propriedade do imóvel só é transferida em definitivo para o devedor depois de cumpridas as responsabilidades junto ao credor; as instituições financeiras, apoderam-se de um eficaz expediente legal para gestão do risco de crédito, mas sem pôr em causa o usufruto imediato do imóvel por quem faça recurso à banca»).

Vantagens

É facto, para muitos analistas, que o sector imobiliário, em Angola, encontra-se estagnado, por cauda da ausência de mecanismos legais e céleres que protejam os investidores e os consumidores. Assim, a lei sobre a Alienação Fiduciária é tida como imprescindível pelo impacto que deve provocar na dinamização do mercado imobiliário e, consequentemente, na economia nacional.

Defende-se, por exemplo, que a adopção da referida lei, bem como outras de natureza «técnico-legislativas» vai influenciar positivamente na redução das taxas de juros do crédito bancário à habitação.

José de Lima Massano, o «cabeça» do BNA, chamado a encerrar o Seminário, sustentou que, sendo a estabilidade macroeconómica contribuinte para a manutenção de um clima favorável ao investimento e ao aumento dos níveis de eficiência na economia, no caso concreto do sector da construção, a «Alienação» deve climar propiciar a disponibilização de imóveis para fins habitacionais a valores mais justos, tanto para potenciais compradores, como para financiadores.

«As instituições financeiras ao avaliarem o risco de crédito também ponderam sobre a capacidade de o bem a financiar preservar valor no tempo; quanto menor for essa percepção, menor será a apetência e vontade económica de financiar», argumentou o governador.

Na implementação dessa lei aponta-se também como reflexo positivo a maior atracção de investimento estrangeiro para o sector imobiliário. Observando-se uma maior garantia nas operações. A diminuição drástica do incumprimento, a concorrência entre os bancos, bem como a consequente redução dos juros, são vantagens que poderão influenciar positivamente o mercado.

E, por outro lado, essa lei implementada e cumprida, vai isentar o Estado do fardo pesado de fazer grandes volumes de subvenção aos financiamentos, libertando capitais públicos para outras realizações.

Portanto, as vantagens da figura da Alienação Fiduciária de coisa imóvel - no discurso do administrador-mor do Banco Central - transcendem a simples burocracia do procedimento executório. Os benefícios dependem da análise de cada caso concreto, mas as possibilidades, em potencial, são convincentes.

Superação

«No entanto, e se bem que o crédito concedido a actividades de promoção imobiliária e de construção de imóveis já represente cerca de 16% do crédito total do nosso sistema bancário, o crédito à compra de imóveis por particulares ainda é modesto, não atingindo mais do que 8% do total concedido», de acordo com o governador do BNA.

O mesmo responsável disse que «se por um lado permanece a questão da estruturação adequada de recursos financeiros para a concessão de crédito de longa maturidade, por outro, persistem dificuldades assinaláveis com o registo da propriedade imobiliária e com a solidez das garantias prestadas, mesmo quando o bem financiado é objecto de penhor ou de hipoteca».

José de Lima Massano, considera que, «além da penetração das instituições financeiras na mobilização de capitais, e estando já regulamentados os termos para a concessão do crédito à habitação no país, será importante a estruturação de fundos, eventualmente públicos, para permitir o alargamento da base de concessão crédito à habitação em condições favoráveis aos cidadãos».

O dirigente bancário ainda deu a conhecer que, no final do primeiro trimestre do ano em curso, à semelhança de períodos anteriores, a captação de depósitos representava 75% do passivo dos bancos e, destes, 55% mantinham-se à ordem, impondo-se, por isso, prudência na sua transformação em crédito de longo prazo.

Concluindo: «compete-nos, a todos, intensificar o estímulo à inclusão financeira e a consciência de poupança na nossa sociedade, práticas que em última instância, concorrem para a dinamização do mercado imobiliário e do financiamento à habitação», apelou o governador do Banco Nacional.

6.6 Crédito para compra de imóveis é de oito porcentos do total

Semanário Factual

08 a 15 de Junho de 2013

Ao discursar no fecho do seminário sobre "Lei da Alienação Fiduciária", José Massano referiu que "o Executivo angolano tem procurado materializar formas de garantir o direito à habitação consagrado na Constituição da República, promovendo um conjunto de iniciativas públicas no domínio habitacional e, com o mesmo sentido, desenvolvendo

um quadro legal capaz de estimular e engajar a iniciativa privada"

Destaca que o sistema financeiro é parte activa desse processo, pela sua condição privilegiada de canal de transmissão de recursos financeiros para o investimento, quer na óptica de quem promove ou constrói, como na de quem adquire com 'pagamentos deferidos no tempo.

"No entanto, indicou, "e se bem que o crédito concedido a actividades de promoção imobiliária e de construção de imóveis já represente cerca de 16 por cento do crédito total do sistema bancário, o crédito à compra de imóveis por particulares ainda é modesto, não atingindo mais do que oito por cento do total concedido".

José Massano sublinhou que se, por um lado, permanece a questão da estruturação adequada de recursos financeiros para a concessão de crédito de longa maturidade, por outro, persistem dificuldades assinaláveis com o registo da propriedade imobiliária e com a solidez das garantias prestadas, mesmo quando o bem financiado é objecto de penhor ou de hipoteca.

"Por isso, e porque com esta proposta de lei, a propriedade do imóvel só é transferida em definitivo para o devedor depois de cumpridas as responsabilidades junto ao credor, as instituições financeiras apoderam-se de um eficaz expediente legal para gestão do risco de crédito, mas sem pôr em causa o usufruto imediato do imóvel por quem faça recurso à banca", frisou.

Realçou que, apesar da argúcia das instituições financeiras na mobilização de capitais, e estando já regulamentados os termos para a concessão do crédito à habitação no país, será, porém, importante a estruturação de fundos, eventualmente públicos, para permitir o alargamento da base de concessão de crédito à habitação em condições favoráveis aos cidadãos.

Segundo a fonte, no final do primeiro trimestre do ano em curso, e tal como em períodos anteriores, a captação de depósitos representou 75 por cento do passivo dos bancos e, destes, 55 por cento mantinham-se à ordem, impondo-se, por isso, prudência na sua transformação em crédito de longo prazo.

José Massano explicou: "Compete-nos, a todos, intensificar o estímulo à inclusão financeira e a consciência de poupança na nossa sociedade, práticas que, em última instância, concorrem para a

dinamização do mercado imobiliário e do financiamento à habitação".

A estabilidade macroeconómica contribui para a manutenção de um clima favorável ao investimento

Enfatizou que, tal como é sabido, a estabilidade macroeconómica contribui para a manutenção de um clima favorável ao investimento e ao aumento dos níveis de eficiência na economia.

No caso concreto do sector da construção, esse clima deve propiciar a disponibilização de imóveis para fins habitacionais a valores mais justos, tanto para potenciais compradores, como para financiadores.

"A desaceleração da inflação tem contribuído para a redução do custo do crédito bancário, pelo que a política monetária manterá a estabilidade de preços como objectivo principal, de resto em linha com o determinado pelo Executivo Angolano no seu Plano Nacional de Desenvolvimento", afirmou, salientando: "A intenção de se adoptar a alienação fiduciária no direito angolano também se insere no contexto das transformações de natureza económica, financeira e social que o país vem registando nos anos mais recentes".

As vantagens da figura da alienação fiduciária de coisa imóvel transcendem a simples burocracia do procedimento executório. Os benefícios dependem da análise de cada caso concreto, mas as possibilidades, em potencial, são convincentes. Neste sentido, o Banco Nacional de Angola apoia todos os esforços que visam, tanto a sensibilização dos agentes económicos e sociais, como a recolha de subsídios que possam enriquecer a proposta de lei e garantir a facilitação do acesso à habitação condigna.

6.7 Administração do Cuito entrega habitações sociais

Jornal de Angola

11 De Junho de 2013

Mais 12 casas "evolutivas", construídas no centro administrativo do Kuquema, a cerca de 25 quilómetros do Cuito, foram entregues no sábado às populações locais.

O administrador municipal do Cuito, Avis Vieira, que procedeu à entrega das casas, referiu que foram construídas no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP).

O administrador municipal salientou que os quadros que ali trabalham vivem em casas de adobe e, por

isso, a aposta na edificação das casas para conferir maior comodidade e dignidade aos funcionários.

No que concerne a construção de 200 fogos habitacionais, o responsável administrativo afirmou que as casas do tipo T3 estão já em fase de conclusão.

Avis Vieira disse que as autoridades administrativas elaboraram, para este ano, vários projectos sociais, como a construção de escolas, postos de saúde, além de casas para professores e enfermeiros.

O responsável disse que o programa da distribuição da merenda escolar para as escolas primárias do Cuito e arredores é outras das acções planificadas.

6.8 Requalificação urbana para ordenar a cidade

Jornal de Angola

12 De Junho de 2013

As autoridades governamentais vão continuar a envidar esforços para requalificar a cidade do Huambo, garantiu na terça-feira o vice-governador provincial para a esfera social e económica.

Guilherme Tuluca disse que estes esforços vão acabar com os bairros que crescem de maneira desordenada e com problemas de saneamento e esgotos sobrecarregados.

O vice-governador, que falava num colóquio sobre urbanismo, acrescentou que a reconstrução do país não é um problema apenas do Estado, mas sim de todo o povo.

A realização do encontro, salientou, vai contribuir para a resolução dos problemas que o país apresenta actualmente na área da organização urbana das cidades.

Ao considerar que o tema da requalificação é sugestivo, salientou que os dirigentes têm debatido o problema, devido ao êxodo da população rural para os centros urbanos.

Organizado pelo Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias (ISUPE-Ekuikui II), o colóquio teve por objectivo ajudar as autoridades a estabelecer mecanismos que permitam melhorar a requalificação de assentamentos informais.

No colóquio foram ainda discutidas questões relacionadas com os desafios mais importantes do urbanismo, urbanização de áreas degradadas e a perda da vitalidade económica.

Os conflitos, problemas sociais e a informalidade nos processos de urbanização também foram tema de debate no encontro em que contou com a participação de várias entidades. O administrador do Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias, Carlos Brito, afirmou que a instituição está a realizar várias conferências, com vista a catapultar a província do Huambo para níveis de desenvolvimento social, humano e económico aceitável.

6.9 Urbanismo e habitação discutidos em Luanda

Jornal de Angola
12 De Junho de 2013

O secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre, afirmou ontem em Luanda que a sua instituição está a responder de forma estruturada aos desafios resultantes do crescimento das cidades.

Joaquim Silvestre discursou na cerimónia de abertura do segundo seminário sobre "Urbanismo, Habitação, Cartografia, Geodesia e Propriedade Horizontal" e disse que "são indispensáveis as parcerias público-privadas e a participação de todos cidadãos na busca de respostas participativas e resultados integradores".

a secretário de Estado do Urbanismo e Habitação sublinhou que o Executivo "tem a determinação política e institucional para dar continuidade a este processo de transformação. as habitantes das pequenas e grandes cidades têm o dever de acompanhar de forma activa o sistema de mudança", realçou.

Joaquim Silvestre referiu que as respostas sustentáveis e duradouras necessitam de uma acção equilibrada para planear, requalificar e regularizar.

a secretário de Estado do Urbanismo e Habitação disse ainda que esta visão integradora é indispensável para melhorar a condições de vida dos bairros mas também para evitar ou prevenir a proliferação de novos bairros informais e o surgimento de novas formas de marginalidade.

6.10 Candidatos Exigem da Sonip a entrega imediata das chaves

Jornal de Angola
13 De Junho de 2013

Dezenas de candidatos às centralidades habitacionais de Cacucaco e Kilamba manifestaram-se ontem

defronte ao edifício da Sonangol, na Baixa de Luanda, devido ao atraso que se verifica na entrega das chaves dos apartamentos. Os manifestantes pagaram as primeiras prestações dos apartamentos e até ao momento a Sociedade Imobiliária da Sonangol (SONIP) não presta qualquer informação sobre o processo da assinatura do contrato e a entrega dos apartamentos.

Muitos manifestantes vivem em casas arrendadas, outros contraíram dívidas nos bancos ou venderam bens para conseguirem pagar as primeiras prestações dos apartamentos. Os candidatos saíram à rua para "exigir a entrega imediata dos apartamentos". Um dos manifestantes disse que a mensagem de mobilização foi passada através de contactos telefónicos mas não conseguiram mobilizar todos os candidatos que estão na mesma situação. Com lenços brancos nos pulsos e nas cabeças gritavam: "não queremos confusão, queremos paz e as nossas casas".

Os manifestantes de forma pacífica esperavam os seus representantes que estavam reunidos com funcionários da SONIP, na sede da Sonangol.

O Jornal de Angola tentou contactar a direcção da SONIP, mas sem sucesso. As recepcionistas tinham orientações para não deixarem entrar nenhum jornalista. "A direcção está reunida e ninguém está disponível para falar à imprensa", disse a recepcionista. A inscrição para o acesso às centralidades começou no dia 5 de Fevereiro deste ano e a entrega dos primeiros apartamentos no mês de Abril.

A ingestão de suplementos de óleo de peixe pode proteger o coração em situações de stress. A conclusão é de um estudo recente de uma equipa de investigadores da Michigan Technological University, nos EUA, que vem reforçar trabalhos anteriores que já tinham, igualmente, comprovado a importância destes suplementos para a saúde cardiovascular.

O estudo foi coordenado por Jason Carter, investigador norte-americano, que analisou 67 voluntários saudáveis convidados a ingerir, por dia, nove gramas de óleo de peixe ou um placebo (nove gramas de azeite) ao longo de um período de dois meses. No início e fim da experiência, todos os voluntários foram submetidos à medição do ritmo cardíaco, tensão arterial e outros parâmetros relevantes.

No final do ensaio, ambos os grupos realizaram um teste de aritmética envolvendo a adição e subtracção mental de números. Durante o procedimento, a resposta ao stress foi medida e aqueles que tinham tomado suplementos de óleo de peixe ao longo de

várias semanas mostraram uma reacção mais suave ao stress a nível do ritmo cardíaco e da actividade do sistema nervoso simpático, em comparação com os restantes.

Os resultados provam que os óleos de peixe podem ter um efeito protector da função cardiovascular em momentos de stress mental, uma descoberta que constitui mais uma peça no puzzle que defende que a ingestão destes óleos ajuda o coração a manter-se saudável.

6.11 O pesadelo da casa própria

Jornal Agora

15 De Junho de 2013

Vêm de várias zonas de Luanda e alguns trabalham e fixaram residência noutras províncias, cada um com a sua história e compromisso, mas todos com um único objectivo: a casa dos sonhos.

Pais e mães, filhos e filhas, endividaram-se até ao tutano acoçados pelo desejo de ter onde morar. Tiveram de vender os bens que tinham mas conseguiram juntar dinheiro para pagar os tão almejados apartamentos de sonhos.

São vários os relatos tristes e emocionantes que circulam em torno do 'Caso Kilamba'. Em busca de mais informações, o Agora foi até aos escritórios da Delta Imobiliária, onde foi possível constatar o cenário desolador e de total abandono. Tudo empoeirado.

Nem mesmo os habituais seguranças que, de quando em quando, facilitavam os esquemas, se faziam presentes. Talvez por uma razão: o medo de serem aterrorizados pelos descontentes e lesados com o procedimento da Sonangol Imobiliária (Sonip).

O ponto nevrálgico de todo este intrincado processo é mesmo o Kilamba, onde fomos confrontados com um grupo de jovens que, desde o dia 10 de Maio, esperam assinar o contrato que os deveria habilitar a receber uma chave dos tão sonhados apartamentos.

via-se nos rostos um semblante carregado, reflectindo a frustração que a situação lhes causou.

Agastados com o silêncio da Sonangol, questionaram a nossa presença e, num ápice, cada um começou a relatar o que tem vivido nos últimos dias, fazendo recordar os velhos tempos da 'política do bastão'.

Foi neste instante que Marcos, um dos 'burlados' - como se designa a partir do ambiente que se gerou depois da medida da Sonangol percebeu que se

tratava de jornalistas em mais um exercício da sua actividade.

Erguendo a mão para o grosso do grupo que estava sentado ali na 'esplanada' do único restaurante que conseguimos divisar na rua, todos responderam ao chamado e juntaram-se ali mesmo em frente da 'moribunda' Delta, que neste momento é vista como uma empresa caloteira, embora os dinheiros fossem canalizados para a Sonip. É aqui que a 'porca torce o rabo'.

O desejo de ouvir de cada um o motivo da sua presença num escritório selado foi interrompido com a ladainha que descrevia os momentos negros de todos os presentes, variando apenas nas datas que cada um evocava em relação ao pagamento feito e o respectivo valor depositado na conta da Sonangol.

Foi então que o repórter questionou a razão que os levou a estarem no local, mesmo sabendo que o processo estava suspenso desde Maio.

A resposta foi uníssona: "Queremos as nossas casas. Isto é um processo viciado, envolveu muitos esquemas, agora descobriram que a factura aumentou, acabaram por suspender o programa. Porquê? A desorganização é da Sonangol e dos seus parceiros".

Insatisfeita com a resposta, Ana acrescentou: "O meu filho pagou no dia 14 e eu a 21 de Fevereiro, deram-nos um prazo de 30 dias e até hoje não temos nada. Para o cúmulo de tudo ninguém diz nada Estamos preocupados com o silêncio, mas também exigimos que nos sejam dados os contratos e as respectivas chaves".

Desinibidos, todos relataram a sua experiência, e houve mesmo momentos em que tivemos de acalmar os ânimos.

A situação torna-se ainda mais difícil quando um dos presentes, identificado como Costa, lembra que muitas famílias já matricularam os filhos no projecto, na certeza de um dia morar lá. "Mas esse é um sonho que nesta altura já se tornou um pesadelo", lamenta.

São muitos os petizes que no final das aulas são obrigados a caminhar vários quilómetros a pé até à via expressa, no intuito de apanhar os táxis que os levam à procedência, aumentando ainda mais o custo de vida destas famílias.

"Estas crianças sabem que é aqui que o pai ou a mãe pagaram o apartamentotamento para viverem, mas é triste perceber que este desejo se traduz na simples contemplação desta linda vista panorâmica que esta

cidade oferece. Estas crianças não terão um aproveitamento positivo", disse uma das lesadas presentes no local.

Se para uns é um sonho viver no Kilamba, outros acreditam que a Sonangol, como 'multinacional' que é, está a preparar outro argumento para contrariar o desejo de muitas pessoas que pagaram os apartamentos e que agora apenas precisam de um simples esclarecimento.

Manifestação

Foi com esta finalidade que nesta quarta-feira um grupo de lesados dirigiu-se à sede da Sonangol, numa manifestação pacífica para exigir da entidade detentora dos direitos de venda dos apartamentos no Kilamba uma resposta plausível.

Quando tudo parecia encaminhado, visto que uma comitiva já estava reunida com a direcção da Sonip e da Sonangol, um grupo de polícias foi chamado para dispersar os manifestantes, que insistentemente diziam que estavam no seu direito de reivindicar.

Entre os avisos para se afastarem e não ficarem próximos da entrada do edifício sede da petrolífera, veio a informação de que todos deveriam assinar as presenças, a pedido dos negociadores da promotora imobiliária. Mas a resposta foi pronta:

"Quem assinar vai ser excluído e ser-lhe-á devolvido o dinheiro. Não sabemos daqui sem uma resposta que satisfaça os nossos interesses".

Já à hora do almoço, Marcos e Ana, os emissários dos contestatários, regressavam com um discurso conciliador, indiciando ter havido avanços nas negociações. "Vamos aguardar até ao fim-de-semana porque prometeram que irão retomar o processo de entrega dos apartamentos aos que pagaram".

Roubo

Para o deputado Fernando Heitor a medida da Sonangol deve ser classificada de roubo.

"Eu já falei sobre isso, quem pagou um apartamento, carro ou bem e não o recebe tem de ir à Polícia apresentar os documentos da compra 'fictícia', neste caso dos apartamentos. Porque isto é um caso para os tribunais e é para aí que as coisas têm que ser conduzidas. Têm de apresentar documentos que comprovem que fizeram a operação e que não está a obter os bens que lhe foram prometidos", aconselhou o economista e consultor.

Questionado sobre se estaremos perante um caso de publicidade enganosa, respondeu que "também é um bocado disso, embora este caso seja mais de roubo, aldrabice, esquema de apropriação de dinheiros, prometendo papéis que depois não fornecem. Acontece em todo o mundo, mas em Angola acontece com uma gravidade revoltante.

Se você vende algo e promete o bem então tem de entregar. Enquanto não o fizer é roubo", notou, realçando que está-se a vender mais pelo papel do que pela realidade das próprias habitações. "Eu não sei, nem tenho provas de que seja isso mas tudo leva a crer que sim. Há uma grande procura, há carência de casas e esses indivíduos nunca conhecem a realidade do mercado e querem actuar, não sabem que preços praticar, não sabem qual é a procura, andam às apalpadelas. Então acontece esse tipo de coisas".

O académico frisou também que os que vendem prometem milhares de Casas quando não têm nem metade, estimam que a procura será pouca e aparecem 4 mil e nunca estão suficientemente organizados para responder à demanda. "Neste país ninguém está apostado em fazer estudos de viabilidade do mercado, reagem tipo bombeiros perante as situações, têm de aprender a fazer estudos de mercado. Não conseguem determinar bem os problemas e depois querem resolvê-los dessa maneira. Não encontram soluções que fogem da realidade", rematou o académico.

6.12 Sonangol esclarece atrasos na entrega das casas

Jornal de Angola

15 De Junho de 2013

O Jornal de Angola ouviu o presidente do conselho de administração da Sonangol é número um da SONIP sobre o acesso às casas na centralidade do Kilamba. Francisco de Lemos Maria esclareceu que a SONIP leva a cabo desde Abril uma auditoria com o objectivo de averiguar a situação real dos clientes que assinaram contratos e já receberam as chaves das casas e aqueles que assinaram mas que, por qualquer razão, não tiveram acesso às casas. Francisco Lemos Maria explicou que no período de 1 de Fevereiro a 7 de Março a SONIP pôs à venda 25 mil fogos, dos quais foram comercializados 23 mil.

"Destes, mil foram entregues as chaves a mais de dez mil clientes, restando à volta de 13 mil fogos", revelou. Francisco Lemos Maria disse que a auditoria que está a ser feita pela SONIP vai permitir identificar quantas unidades foram vendidas, quantas

foram entregues e quantas falta entregar. Admitiu que o processo "está a levar mais algum tempo" e pediu "desculpas aos clientes pelos transtornos nas suas vidas em função disto". Dentro de duas a quatro semanas "estamos em condições de comunicar ao mercado a resolução dos restantes 13 mil outros clientes em relação à assinatura dos respectivos contratos, da entrega das chaves e da posse que eles irão fazer daquilo que constituirá a sua propriedade", disse Francisco Lemos Maria.

E garantiu: "todos aqueles que efectuaram pagamentos de residências que foram comercializadas por nós vão receber as suas propriedades". Francisco Lemos Maria anunciou para o último trimestre deste ano a entrada em funcionamento de uma instituição bancária que vai conceder crédito para a aquisição de casas construídas e comercializadas pela Sonangol imobiliária e Propriedades. "Estamos a fomentar o nascimento de um novo banco, o Banco de Poupança e Promoção Habitacional. Todos aqueles que pretenderem adquirir habitações construídas e comercializadas pela Sonip têm que passar pela contratação de crédito junto ao banco para poder formalizar a sua candidatura", afirmou. O PCA da Sonangol assegurou que a Delta se mantém como operadora no processo de comercialização das casas e frisou que a actividade está aberta "a todos aqueles que pretenderem comercializar habitações, desde que apresentem o perfil adequado e a sustentabilidade para o fazer, como sendo capacidade organizativa, administrativa e financeira adequada".

6.13 Estado Prevê subsídios para casa própria

Jornal de Angola

17 De Junho de 2013

O Estado prevê a criação de subsídios directos aos potenciais compradores de casas dos segmentos de baixo e médio rendimento com o objectivo de ajudar a transformar a procura potencial numa oferta efectiva, anunciou o Ministro do Urbanismo e Habitação.

José António da Conceição e Silva garantiu que estes subsídios directos podem adoptar a forma e redução do preço de compra ou dos encargos de financiamento, através da bonificação dos juros. "O subsídio à habitação é indispensável, tendo em conta o ainda baixo rendimento médio das famílias angolanas e o ainda difícil acesso ao financiamento para a compra da casa própria".

Ao falar num fórum sobre "Crise? Ou crescimento do sector imobiliário em Angola", promovido pela

imobiliária Imogestin, o ministro reconheceu que ainda existe no país um desequilíbrio entre a procura e a oferta de habitação condigna nos segmentos de baixo e médio rendimento. Face a esta situação, o Executivo continua a levar a cabo o seu vasto programa habitacional com acesso à compra de habitação pronta, na modalidade de renda resolúvel e à autoconstrução dirigida.

Nesta última, o Executivo vai assegurar igualmente os custos de infraestruturização dos terrenos, tal como os equipamentos sociais, viabilizando, dessa forma, a construção de moradias a custos reduzidos, particularmente no seguimento de interesse social.

"É importante que o Estado constitua um parque imobiliário próprio de forma a regular a formação dos preços neste mercado, no qual ainda se constata distorções significativas dos preços em prejuízo dos cidadãos", sublinhou o ministro.

Sem espaço para média alta

O ministro José António da Conceição e Silva referiu, além disso, que o sector habitacional no país ainda representa cerca de 70 por cento do mercado imobiliário, em relação aos sectores de serviços e equipamentos. A estabilidade macroeconómica do país, realçou, promove todos os dias a vinda de grandes empresas multinacionais e com isso a procura de instalações, revelando a escassez de oferta face à procura. "Há necessidade do empresariado investir mais no sector de serviços e equipamentos onde a procura já é cada vez maior, principalmente nos centros das cidades em Angola", disse, acrescentando que apesar de se verificar que o custo unitário de metro quadrado de construção registou um aumento, perspectiva-se para o sector imobiliário um dinamismo crescente nos próximos anos. O representante da empresa de consultoria Deloitte, Ricardo Gonçalves, disse que o mercado imobiliário para a classe média alta e alta já está esgotado. Ao apresentar um estudo sobre o mercado imobiliário em Angola, assegurou, sem apresentar indicadores estatísticos, que nos últimos anos foram realizados grandes investimentos para este segmento da sociedade, "que hoje se encontra esgotado". Por isso, considerou ser necessário que os promotores imobiliários comecem a apostar neste novo segmento, até aqui assumido pelo Executivo.

6.14 Concluídas habitações para os funcionários

Jornal de Angola

18 De Junho de 2013

As primeiras 40 casas construídas no âmbito do programa de Fomento habitacional destinadas a jovens e funcionários públicos do município de Quilengues, província da Huíla, já estão concluídas.

O administrador municipal, Armando Vieira, disse que com a conclusão das casas, o alojamento dos quadros ficou mais fácil.

Orçadas em 200 milhões de kwanzas, as casas começaram a ser construídas em Abril do ano passado pela empresa de construção Civil Orcalves - construções, numa área de mil metros quadrados cada.

A instalação de energia eléctrica para iluminação domiciliar e arruamentos da área da construção começa em breve para que, dentro dos parâmetros a serem estabelecidos pelo Executivo, as casas sejam entregues aos beneficiários, explicou o administrador.

O empreiteiro da obra, Orlando Cardoso Alves, informou que as moradias foram construídas na reserva fundiária e financiadas pelo Executivo, através do Orçamento Geral do Estado.

No município de Quilengues foram também construídas duas residências de tipo T3 para o juiz e o procurador municipal.

A construção do mercado, mangas de vacinação, furos de água e a reabilitação da Escola de Formação de Auxiliares Pecuários são outras acções que constam no programa Integrado de Desenvolvimento; Rural e de combate à Pobreza, da administração municipal.

6.15 China continua a liderar investimentos em Angola

Semanário Económica

20 De Junho de 2013

A República Popular da China continua na posição dianteira, na lista dos países com maiores investimentos em Angola, tendo actualmente mais de 180 projectos no país, de acordo com a presidente da Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), Maria Luísa Abrantes.

Depois da China, seguem-se os investimentos de Portugal, Alemanha, Amíbia, Ilhas Virgens e

Bermudas, segundo a presidente da ANIP, que falava na terça-feira passada em Luanda, depois da assinatura de doze novos contractos, avaliados em mais de 45 milhões de dólares.

A China conta actualmente com mais de 180 projectos, dos quais cerca de 147 no sector da construção, representando 75,10% do montante total do investimento privado chinês em Angola, que atinge os 32,5 mil milhões de kwanzas. Segundo dados da ANIP, o investimento privado chinês em Angola atingiu o seu pico em 2009, quando foram aprovados 66 projectos, avaliados em 16,3 mil milhões de kwanzas. Os novos contractos agora assinados, dizem respeito às áreas da construção civil, obras públicas, prestação de serviços, sector petrolífero e gás, mina e do comércio.

Maria Luísa Abrantes destacou facto de os investimentos estarem a verificar-se no interior do nosso país, contribuindo para reduzir as assimetrias regionais. "Pela primeira vez, temos quatro projectos, no mesmo dia, de investimento na indústria, e dois deles nas províncias, um na Huíla e outro no Huambo. Portanto, isto é bom, porque o que se pretende é mesmo a diversificação dos sectores da economia, para dar emprego às populações e reduzirmos as assimetrias e pobreza", disse.

O comércio bilateral entre a China e Angola cresceu aproximadamente de mil milhões de dólares em 2002, para 25 mil milhões de dólares em 2010. Como resultado, Angola suplantou a África do Sul como principal parceiro comercial da China na África. Por sua vez, a China substituiu os EUA como o principal parceiro comercial de Angola.

Números do investimento chinês em Angola

De acordo com uma tabela disponível no site oficial da ANIP, os investimentos da China em Angola desde 2009 estão ligados às áreas da construção, indústria, serviços, comércio, indústria, agricultura e telecomunicações.

Em 2002, a ANIP aprovou apenas um projecto chinês avaliado em 30 milhões de kwanzas, na área da construção, ao passo que 2010 foi o ano com o segundo maior investimento privado da China em Angola, com 46 projectos, num valor superior a 7,8 mil milhões de kwanzas.

O investimento privado chinês em 2003 resultou em dois projectos, equivalentes a 999 milhões de kwanzas. Em 2004 não se registou qualquer nova actuação chinesa em Angola. Em 2005, o investimento privado situou-se em perto de 1,8 mil milhões de kwanzas, relativos a 12 projectos, ao

passo que em 2006, com 13 projectos aprovados, verificou uma redução, superior a 910 milhões de kwanzas.

Os anos 2007, 2008 e 2011, foram relativamente semelhantes, com um investimento respectivo em 25, 29 e 23 projectos, com um valor global superior a 11 mil milhões de kwanzas.

Segundo os números da ANIP, a entidade aprovou em 2012 somente 16 projectos chineses, 12 ligados à construção, dois à indústria, um aos serviços e um às telecomunicações.

Os dados da ANIP revelam ainda que a origem do investimento privado estrangeiro de 2008 a 2012 foi dominada por Portugal com 739 projectos aprovados pela entidade, seguido da China, com 180, e Líbano, com 99. O país com menos investidores em Angola foi a Alemanha, com oito projectos aprovados pela ANIP.

6.16 Crédito à habitação

Semanário Expansão
12 De Junho de 2023

AS MULTAS DE MORA DECORRENTES DO INCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES NO SEU TERMO NÃO PODEM SER SUPERIORES A 2% DO VALOR DA PRESTAÇÃO.

No fornecimento de bens ou serviços que envolva a outorga de crédito ou concessão de financiamentos ao consumidor, as multas de mora decorrentes dos incumprimentos de obrigações no seu termo não podem ser superiores a 2 % do valor da prestação, nos termos do ar.º 17.º da Lei nº 15/03, de 22 de Julho- Lei de Defesa do Consumidor.

CUIDADO COM OS CUSTOS ADICIONAIS

Por outro lado, além do valor das taxas de juros e do prazo de pagamento das prestações do crédito à habitação existem outros factores relevantes a considerar: é conveniente verificar se o crédito à habitação implica custos de manutenção de conta, quais as despesas de abertura de processo e de serviços de solicitadoria e se a instituição financeira que concede o crédito exige a subscrição de outros produtos e serviços, como cartão de crédito, etc...

Antes de qualquer compromisso, o consumidor deve dirigir-se a diferentes instituições de crédito e comparar as condições de empréstimos que lhe são propostas. Não é aconselhável assinar o contrato de crédito no dia em que este lhe é entregue.

Deve dispor de algum tempo para reflectir, porque a assinatura implica a aceitação da oferta; por outras palavras, ela compromete o consumidor! Exija um exemplar dos documentos que assinou.

Cabe o consumidor informar-se sobre as várias ofertas existentes no mercado, compará-las e escolher a que mais lhe convém.

6.17 Novo banco de crédito abre em Dezembro

Semanário Económica
20 De Junho de 2013

A partir do quarto trimestre deste ano, o mercado financeiro angolano poderá contar com uma nova instituição bancária. Trata-se do Banco de Poupança e Promoção Habitacional (BPPH), criado pela Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Sonangol.

De acordo com o presidente do conselho de administração da Sonangol, José Maria Francisco de Lemos, a nova instituição financeira será criada com o objectivo de financiar as casas que serão comercializadas pela Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP).

"Estamos a fomentar a criação de um novo banco, o Banco de Poupança e Promoção Habitacional, (BPPH), por isso, gradualmente' todos os que pretenderem adquirir residências construídas e comercializadas pela SONIP, terão de passar pela contratação de crédito junto desta unidade", explicou Francisco de Lemos.

O responsável da Sonangol disse igualmente que o BPPH estará operacional a partir do quarto trimestre deste ano e contará com várias agências em todo país.

Francisco de Lemos garantiu que a SONIP retoma o processo de entregas de casas vendidas nas centralidades do Kilamba e Cacucaco dentro de um mês, acrescentando que, das 25 mil casas que estavam à venda, cerca de 10 mil foram já entregues aos respectivos proprietários. Segundo o presidente do conselho de administração da Sonangol, as 13 mil pessoas que têm já as casas pagas, começam a recebê-las dentro de um mês.

"Nós entendemos que está a levar mais tempo do que o previsto, e desde já pedimos desculpas a todos os nossos clientes pelos transtornos causados, mas pedimos um pouquinho mais de paciência e garantimos que dentro de quatro semanas vamos entender sobre a entrega das casas", afirmou.

Ainda de acordo com Francisco de Lemos, disse que os preços das casas vão manter-se, tal como ficou decidido em Fevereiro último. Quanto às outras províncias, o PCA da Sonangol garante que está a ser estudado um novo modelo de venda. "Não há quaisquer alterações relativamente ao preçário que foi estabelecido em Fevereiro deste ano. Quanto às províncias, as casas ainda estão em construção, por isso nós vamos encontrar, em coordenação com os governos provinciais, o modelo certo para a comercialização", informou.

O novo banco foi criado após ter sido extinto o projecto de um banco de investimento que se previa ser criado numa parceria entre a Sonangol e a Caixa Geral de Depósitos (CGD). "O Banco de Promoção para o Desenvolvimento foi extinto com a emissão de uma licença pelo Banco Nacional de Angola (BNA) a favor do Banco de Poupança e Promoção Habitacional" explicou Francisco de Lemos.

A nova instituição, cujo capital será integralmente realizado pela petrolífera, deverá iniciar a actividade dentro de seis meses. O responsável avançou que "neste momento, o banco está formalmente constituído, e desenvolve diligências organizacionais e de provimento de pessoal para que o mesmo entre em actividade".

A constituição de um banco de investimento pela CGD e pela Sonangol foi anunciada em Março de 2009, aquando da visita oficial a Portugal do Presidente José Eduardo dos Santos. O capital social, de mil milhões de dólares, em partes iguais, nunca foi integralmente satisfeito, tendo apenas a Sonangol procedido ao aprovisionamento da sua parte.

As vendas de casas nas centralidades de Luanda teve início a 1 de Fevereiro no Kilamba, Cacucaco, Capari, km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica), e são processadas em regime de renda resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos. As habitações estão à disposição do público também em regime de arrendamento e de vendas pronto pagamento.

6.18 Bancos devem aumentar financiamentos ao sector habitacional

Semanário Expansão
21 De Junho de 2013

O sector da banca deve aumentara sua participação nos processos de financiamento à habitação, de acordo com o Ministro do Urbanismo e Habitação,

José António da Conceição e Silva Falando à margem da conferência sobre o sector imobiliário, realizada recentemente, em Luanda, sob lema "Crise ou Crescimento Imobiliário em Angola", o governante sublinhou que a banca é um sector incontornável para o financiamento à habitação.

Por essa razão, José Silva reforçou que o Executivo criou um fundo próprio, que está a ser aprimorado no sentido de viabilizar cada vez mais a interacção entre a banca e o cidadão.

"O Executivo está a trabalhar no sentido de aprimorar uma série de instrumentos que poderão vir a facilitar este aspecto. Portanto nos próximos tempos se irá observar alguns desenvolvimentos positivos nessa ordem", completou.

Reiterou que a estabilidade macroeconómica do País tem vindo a catapultar, a cada dia, a entrada de grandes empresas multinacionais no mercado imobiliário.

Para o ministro, o Estado tem o papel de promover o mercado, aumentando a oferta de fundos ao sector habitacional, tirando partido dos agentes do mercado para prevenir as falhas do sector privado.

O ministro considerou importante a questão dos subsídios ao sector, tendo em vista o baixo rendimento médio das famílias e o difícil acesso a financiamentos para a compra da casa própria.

Por essa via, acrescentou, o Estado deverá assegurar os custos de infra-estruturação dos terrenos, bem como os equipamentos sociais, viabilizando a construção de moradias a custos mais reduzidos, particularmente no segmento de interesse social.

Mais recursos ao sector Segundo o representante da Deloitte na conferência, Ricardo Gonçalves, que falou sobre o tema a "Crise ou Crescimento do Sector Imobiliário em Angola", o mercado imobiliário em qualquer parte do mundo é feito de capital intensivo' contudo, notou, é necessário recursos financeiros para o desenvolvimento do sector.

Ricardo Gonçalves assegurou que o sector imobiliário, em particular o angolano, depende de dois grandes drivers, sendo o primeiro ligado ao crescimento populacional e o segundo com o crescimento económico.

No que toca ao crescimento da economia nacional, José Silva adiantou que as perspectivas são positivas e é necessário que se perceba que o

mercado imobiliário em uma co-relação muito forte com o crescimento macroeconómico de um País.

Por sua vez, Ricardo Gonçalves, fez menção a um estudo revelado pela Organização das Nações Unidas, indicando o crescimento populacional de Angola em mais de 40 milhões de habitantes até 2050. Para o especialista, estes dados devem ser levados em conta na perspectiva do sector imobiliário do País a médio e longo prazo.

Para concluir, a fonte acentuou que em África apenas 3% da população o tem recursos financeiros próprios obtidos através do rendimento do trabalho ou de outros provei-tos para adquirir a casa própria.

6.19 Falsos Bordeauxs forçam entrega de casas no Kilamba

Semanário Angolense

21 De Junho de 2013

Estes, sem terem feito quaisquer depósitos, com promessa o fazerem posteriormente, apresentaram "comprovativos", mas tal não aconteceu. Descoberto o conluio entre funcionários do banco e candidatos apartamentos, a direcção SONIP abriu um inquérito para a averiguar a veracidade. "Neste momento os funcionários da SONIP não estão a trabalhar", seguiu a fonte.

A nossa fonte garante ainda ter-se detetado no processo recibos salários forjados, cujos utentes afirmaram pertencerem ainda numa determinada empresa, somente para a todo o custo conseguirem um apartamento no Kilamba.

Insatisfeitos com a falta de qualquer informação pública por parte da Sonip, mais de quarenta cidadãos manifestaram-se em frente àquela empresa com vista a forçar esclarecimento sobre as causas do silêncio daquela empresa.

Contemplada com um apartamento do tipo T3, uma cidadã que não se quis identificar, revelou ter sido facilitada pela empresa onde trabalhou, de quem solicitou um documento que atestava o seu vínculo com a empresa. "Fui à empresa onde trabalhei anteriormente, pedi que me passassem um recibo legando que ainda trabalhava naquela instituição para conseguir um apartamento", revelou a fonte, que disse actualmente fazer viagens Angola/Brasil, ao mesmo tempo que admite ter usada via ilegal. "Os meios justificam os fins, mas acredito que vou conseguir pagar a mensalidade", garante.

Um outro cidadão revelou auferir 70 mil kwanzas, porém a empresa para a qual trabalha passou uma declaração onde afirma que auferir 150 mil kwanzas. Um outro, que também já recebeu um apartamento T3, teve que falsificar a declaração, na qual garante vencer 150 mil kwanzas, ao contrário dos reais 80 mil que ganha.

Fonte ligada a Sonip assegura ainda que a entrega das chaves ao indivíduos que na primeira fase fizeram as inscrições para adquirir um apartamento, pode acontecer no final de Julho.

Até ao fecho desta edição, não conseguimos falar com alguém afecto a direcção da Sonip, tendo este jornal tentado para mais esclarecimento os números de telefones disponíveis, mas sem sucesso.

6.20 Tribunal de Luanda julga caso Build-Angola

Jornal o País

21 De Junho 2013

Os sócios da empresa READI - ANGOLA, LDA (proprietária da Build) serão julgados à revelia pelo Tribunal Provincial de Luanda, segundo anúncio publicado no Jornal de Angola e assinado pela juíza Isabel Celeste.

O processo 0144/2012-A foi intentado pelo cidadão Alberto Manuel José da Silva, supostamente burlado no processo de venda de residências pela empresa READI - ANGOLA.

Os réus são os cidadãos brasileiros Ricardo Nemeth, António Sodré e Paulo Marinho a quem foi dado o prazo de 20 dias para contestar a querela.

Este não é o primeiro processo aberto contra os sócios desta empresa imobiliária já que o cidadão Yan Xingdgu intentou igualmente um processo em Junho do ano passado. O autor da acção judicial pediu a condenação dos réus no pagamento de mais de 5 milhões de dólares americanos, além de uma indemnização no valor de 50 milhões de Kwanzas. Yan Xingdgu havia celebrado um contrato de empreitada, provavelmente relacionada com a construção de vários projetos imobiliários, não concluídos, sobretudo em Luanda, que deixou centenas de clientes sem as casas já pagas, algumas na totalidade.

Desde o despoletar da celeuma entre os clientes da Build-Angola que reclamam pela entrega das casas adquiridas, um grupo de cidadãos angolanos agrupados numa associação desenvolveram diligências para que o sócio angolano no negócio que

eles identificam como Tony Silva seja responsabilizado criminalmente.

O primeiro sinal vislumbrado foi facto de a Procuradoria-Geral da República ter iniciado um processo de audição dos lesados, sendo a diligência do empreiteiro a mais consistente, aguardando-se pela possibilidade de se ter um bom desfecho, num caso visto geralmente como de difícil solução à partida.

6.21 Um paraíso para quem pode pagar

Novo Jornal

21 De Junho de 2013

DEPOIS de mais de um ano de encerramento da praia do Morro dos Veados, na zona de Benfica (sul de Luanda), eis que surge um projecto imobiliário que se assume como "único" e para fazer da zona sul de Luanda "um paraíso" - mas só para quem poder pagar.

O projecto, sob responsabilidade de uma empresa até agora desconhecida do mercado, a "Ocean Drive", está a ser comercializado para os que podem pagar valores que não estão ao alcance de qualquer cidadão. O projecto imobiliário contempla uma zona habitacional e outra comercial, numa área total de um milhão e quinhentos metros quadrados.

Na zona habitacional prevê-se a construção de três tipos de moradias com denominações de Ilhas espanholas como Ibiza, Mallorca e Las Palmas, com áreas de construção que vão até 666 metros quadrados (a casa principal) e 89 metros quadrados, o anexo, com vista para o Morro do Veados.

Os preços variam desde os 1,5 milhões aos 3 milhões de dólares, com a obrigatoriedade do pagamento de 50 por cento, para que se inicie a construção da moradia, e os restantes 50 por cento a serem pagos faseadamente com base numa negociação entre o cliente e o vendedor, segundo informações obtidas no departamento de vendas da "Ocean Drive".

No entanto, os potenciais compradores podem optar por uma das quatro construtoras postas à disposição do responsável pelo projecto, duas portuguesas e duas chinesas.

A primeira fase da estância "Ocean Drive", que está agora à venda, conta com uma zona comercial, denominada Galeria, que vai albergar 23 lojas de 60 a 195 metros quadrados, uma praça de alimentação, quiosques e outras infra-estruturas de apoio.

E aqui os preços ficam também à dimensão do projecto. Para quem quiser apostar nos quiosques, que

já estão esgotados, terá que pagar entre 40 a 65 mil dólares. Para os bares ou restaurantes com esplanada ou primeiro andar, os preços variam em 1 a 3 milhões de dólares, preços semelhantes aos das lojas para o comércio diversificado.

Fazendo fé nas informações obtidas junto do stand de vendas do "Ocean Drive", a primeira fase poderá estar operacional em cinco anos.

Tratando-se de um projecto que está a ser desenvolvido numa zona balnear pública, que até ao seu encerramento era de acesso livre, e não tendo o Novo Jornal conhecimento da existência de algum concurso público para a sua privatização, tentámos contactar a administração municipal de Belas. Até ao fecho desta edição não foi possível obter nenhuma reacção.

6.22 Os preços dos cúbicos baixam mesmo

Jornal de Independente

22 De Junho de 2013

Por força do Decreto Executivo Conjunto dos ministérios do Urbanismo e Habitação e das Finanças, nOI43/13 de 17 de Maio, os moradores das novas centralidades do Kilamba e Cacucaco, afectos ao Fundo de Fomento a Habitação (FFH) viram reduzido para metade o valor da renda dos apartamentos.

Assim, o preço da mensalidade das moradias do ipo 1'3A, passa de 603 dólares ao mês (que no Banco o Comércio e Indústria rondava entre 57 a 59 mil kwanzas, em função do câmbio do dia) para 300 dólares. A lei esclarece que o comércio das unidades habitacionais, em kwanzas e equivalente à data do registo da candidatura, permanecem da seguinte maneira; as habitações do Tipo 1'3A (70 mil dólares), 1'3+1 (90 mil dólares) e T5 (180 mil dólares).

O documento adianta que todos os constituintes deverão pagar em 30 anos, independentemente da idade, mais três por cento da taxa de juro e o valor da taxa de condómino, a ser paga mensalmente e que variam em função do tamanho da moradia. O valor da taxa de condomínio a ser pago mensalmente, varia de 78,69 dólares (T3A), 88,13 dólares (T3+ 1) e 125,90 (T5), realça o documento que não faz menção às moradias do tipo 1'3B. O decreto estabelece ainda as condições de comercialização das moradias da centralidade de Cacucaco, pertencentes a esta

instituição pública, o que faz variar o preço das moradias em função do tamanho e andares.

"Os apartamentos do T4 até ao 5º andar (60 mil dólares), os T4 até ogo andar (70 mil dólares), os T5 até 05º andar (85 mil dólares) e os T5 até 9º andar (90 mil dólares) refere o documento. De igual modo, os habitantes da centralidade de Cacucaco pagarão as mensalidades durante 30 anos, independentemente da sua faixa etária, mais a taxa de juro sobre a parcela a financiar de três por cento e o valor da percentagem de condomínio, que varia entre 88,13 dólares e 125 dólares, em função do tamanho do imóvel.

O documento estipula, no artigo 3º que os contratos já celebrados com o Fundo de Fomento à Habitação, referentes às unidades habitacionais da centralidade do Kilamba serão ajustados à nova tabela de preços. O decreto dá por revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma, nomeadamente o Decreto Executivo Conjunto nº 253/- 12, de 8 de Agosto, assinado pelos então ministros das Finanças e do Urbanismo e Habitação, Carlos Alberto Lopes e Jos António Maria da Conceição Silva, respectivamente.

6.23 SONIP deve equacionar situação dos moradores que tenham pago

Semanário Factual

De 22 a 29 de 2013

A informação foi prestada no final de uma reunião que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, teve com os governadores provinciais.

Francisco Lemos explicou que o processo foi suspenso, porque das 23 mil casas comercializadas de um de Fevereiro a sete de Março, a SONIP só conseguiu entregar pouco mais de dez mil chaves aos titulares.

Salientou que decorre o processo de verificação para determinar quantos processos estão já concluídos, quantas casas foram vendidas e o que falta entregar.

Dentro de duas semanas deverá ser dada uma resposta e os que já pagaram à SONIP irão receber as suas casas.

Fez saber que estão em construção novas residências e que os preços continuarão a ser os publicados em Fevereiro.

Informou que a empresa deverá adoptar formatos de comercialização mais flexíveis, vendendo as casas

ainda na fase de obras, para evitar os constrangimentos actuais.

Reafirmou que a Sonangol está a fomentar o surgimento de um novo banco de poupança e promoção habitacional.

Uma vez constituído, explicou o PCA da Sonangol, os interessados em adquirir residências deverão passar pela contratação de crédito junto ao banco para formalizar a sua candidatura.

Questionado sobre a possibilidade de exclusão de alguma imobiliária, respondeu que a "DELTA" se manterá assim como todas as outras que tiverem perfil, sustentabilidade, capacidade financeira e de organização.

Francisco Lemos Maria informou que nas restantes províncias do país as centralidades ainda estão em construção e que, em coordenação com os governos provinciais, deverá ser encontrado um formato de comercialização das residências.

6.24 Imobiliário Equilibra Oferta e Procura

Jornal de Angola

25 De Junho de 2013

O mercado Imobiliário de Angola vive uma fase de maior equilíbrio entre a oferta e a procura, com reflexos na estabilização de preços, mas tem ainda um "enorme potencial de crescimento", de acordo com um estudo da empresa Proprime.

A quinta edição do Estudo do Mercado Imobiliário Angola, lançado pela consultora imobiliária angolana, indica que o sector imobiliário está a atravessar uma nova fase de desenvolvimento, com estabilização dos valores de mercado, especialmente nos segmentos de habitação e escritórios.

"Após o período de crescimento exponencial que se seguiu ao fim do conflito armado, e posteriormente, de uma desaceleração resultante do impacto da crise financeira internacional, o mercado imobiliário de Angola encontra-se actualmente numa nova fase", afirmou o director da Proprime, Francisco Barros Virgolino.

A nova fase é caracterizada por uma procura "mais alargada na sua base mas também mais cautelosa, o que tem vindo a resultar num abrandamento do ritmo de vendas de imóveis em planta e que deve, sobretudo, ter impacto nos valores de mercado dos imóveis, esperando-se que estes estabilizem face a períodos anteriores mais

especulativos", disse Francisco Virgolino na sessão de lançamento do estudo.

Anova fase do mercado também está marcada pela maior profissionalização e criação de mecanismos legais na área do imobiliário, como fundos de investimento ou a modalidade de renda resolúvel, adiantou o director da Proprime.

Na segmento da habitação, refere a Proprime, continua a registar-se um desajuste da oferta em relação à procura, com défice habitacional para a classe média, que tem crescido de forma expressiva nos últimos anos, continuando a predominar espaços direcionados para as classes média-alta e alta.

Nível dos preços

Neste segmento, é "notório um abrandamento do ritmo das vendas face a períodos de grande expansão, principalmente das vendas ainda em planta", e os preços estão a estabilizar, com máximos de apartamentos em Luanda a rondarem 5.700 dólares (570 mil kwanzas) por metro quadrado (Ingombota) e de moradias 5.043 dólares (504 mil kwanzas) por metro quadrado (Talatona).

Em Benguela, o valor médio de venda de habitação é de 3.400 dólares (340 mil kwanzas) por metro quadrado e no Lobito ascende a 5.400 dólares (540 mil kwanzas) por metro quadrado. No segmento de escritórios, Luanda regista um abrandamento na absorção de espaços, sendo a nova oferta caracterizada, sobretudo, por construção em altura e pela conjugação num só espaço de diversos usos.

Contudo, ainda há procura por satisfazer e apenas nos próximos quatro anos deve haver um ajuste, que conduza a uma maior "normalização de valores, tanto de venda como de arrendamento", que actualmente rondam os 140 dólares (14 mil kwanzas) por metro quadrado por mês na Baixa de Luanda, refere a Proprime.

"Não obstante o abrandamento da procura, as taxas de desocupação de escritórios em Luanda continuam entre as mais baixas de mundo, sendo as empresas das áreas petrolífera, Estado, sector financeiro e multinacionais, as principais forças de procura", adianta.

Também no segmento industrial potencial de crescimento é grande, com a aposta governamental na criação de condições para aumentar o investimento, incluindo na melhoria de infra-estruturas, acessibilidades e criação de medidas para o investimento estrangeiro, impulsionando ainda a criação, por ordem do Executivo, de Polos de Desenvolvimento Industrial.

Viana tem o mais antigo Pólo de Desenvolvimento Industrial de Angola, com renda média dos armazéns a rondar os 20 dólares (dois mil kwanzas) por metro quadrado, mas zonas como Cacucaco, município do Cazenga e Sambizanga têm maior impacto no desenvolvimento do segmento industrial.

Quanto ao turismo, continua a basear-se fortemente no segmento de negócios/empresarial, com Luanda a reunir a maior oferta hoteleira, que inclui três unidades de cinco estrelas, e Benguela carente de oferta de acomodações, apesar de "enorme potencial no segmento de sol/praias, com 200 quilómetros de costa e várias praias" disponíveis.

Em Luanda, a tarifa diária média dos hotéis de cinco estrelas fixa-se em 500 dólares (50 mil kwanzas), enquanto em Benguela e Lobito a média da diária para hotéis de 4 estrelas se situa nos 300 dólares (30 mil kwanzas), diz o documento com base em dados recolhidos.

"Em suma, o mercado imobiliário angolano continua a apresentar um enorme potencial de crescimento, mas está agora a criar as bases para conseguir evoluir em termos de transparência e maturidade, que são factores absolutamente cruciais para o saudável desenvolvimento de qualquer mercado", afirma Francisco Barros Virgolino.

6.25 “Já passamos a fase do boom”

Novo Jornal

28 De Junho de 2013

Que mercado imobiliário temos hoje?

Temos um mercado mais profissional. No caminho da profissionalização. É um sector que tem vindo a estabilizar os seus valores e que está a fazer uma progressão ao nível legislativo.

Como exemplo, temos a operacionalização da renda resolúvel, especificamente para os segmentos médios e médio-baixos, a recente aprovação da lei dos fundos de investimento mobiliário e a operacionalização da Comissão de Mercado de Capitais, entidade reguladora do mercado de fundos de investimento imobiliário. Essas alterações têm exigido ao mercado uma maior profissionalização e também uma maior transparência no mercado.

Quando fala de profissionalização do mercado está a dizer que o mercado não era profissionalizado?

O mercado angolano, com o fim da guerra, tinha graves carências a nível imobiliário e tudo isso teve que ser reconstruído. Nessas alturas é fácil fazer

qualquer coisa e colocar no mercado, porque o mercado absorve devido às grandes necessidades.

Neste momento a procura já é muito mais selectiva e o mercado já passou a fase de "boom" . Está a atravessar uma fase de estabilização e isso leva a que os promotores imobiliários tenham outros cuidados.

Há uns anos atrás, comprava-se muito em plantas, actualmente já não se compra em planta. O cliente já gosta de ver o produto final antes de adquirir e essa evolução exige também da parte de quem está a promover o imobiliário outro tipo de cuidado, outro tipo de preparação e também olhar mais para a concorrência. Porque o mercado neste momento já não é tão reduzido.

A operacionalização da renda resolúvel não está condicionada? São poucos projectos com esta modalidade de pagamento ...

Não existia. E este ano assistiu-se, especialmente aqui em Luanda, à implementação da operacionalização da renda resolúvel. É um caminho que temos que percorrer. As coisas não se fazem num dia. Vão se fazendo e eu acredito que seja natural que ao longo do tempo esta lei seja cada vez mais abrangente. Não só para os projectos que actualmente beneficiam desta lei, mas todos os outros, ou novas centralidades que existem no país.

Esta é uma renda resolúvel diferente da tradicional porque obriga o potencial comprador a pagar um ano de adiantamento. É justo?

É como tudo, tem os seus aspectos negativos e tem os seus aspectos menos positivos. Daí ser um produto mais para o segmento médio ou médio-baixo e não um produto para um segmento muito baixo. Mas é uma forma de suprir as carências habitacionais que Angola ainda tem.

Quais são as alterações mais significativas que o vosso estudo constatou e em que segmento de mercado?

Temos que falar de coisas bem distintas. Por um lado, as novas centralidades. São o destaque natural nesta fase em que nos encontramos. Mas também há o projecto Baía de Luanda que vai mexer com a cidade toda. Um projecto de grande envergadura.

Da parte dos promotores nota-se a necessidade de criarem produtos para a classe média, porque até aqui o que se via era tudo virado para uma classe alta, que é limitada. Esta tomada de consciência dos promotores é importante para criar um novo produto para a classe média.

O segmento escritório, basicamente o de Luanda porque os outros são ainda muito incipientes, vive do sector petrolífero que está a absorver grande parte dos novos produtos lançados no mercado. A tendência será para este sector vir a ser mais equilibrado no futuro.

Os preços baixaram realmente?

Baixaram. Quando comparamos os nossos estudos, desde 2006, é interessante observar que o preço se calhar não desce assim tanto unitariamente porque as áreas construídas são menores. Ou seja, para um determinado público-alvo fazia-se uma casa, vamos supor, com 400 metros quadrados. Actualmente faz-se uma casa com 300 metros quadrados.

Portanto, o preço da casa baixou efectivamente porque baixou a área de construção. O valor unitário não mexeu muito. Há esta diferença. Por isso podemos falar que houve uma baixa de preços.

Neste momento os valores da oferta são superiores aos valores que a procura está disposta a pagar e isto faz com que a oferta esteja desenquadrada em relação à procura a tendência no futuro será para os preços baixarem.

Esta realidade é vivida em todo país?

Temos que olhar para um produto abrangente para todos, uma boa casa. Estamos a falar da emergência de uma classe média, e a tendência para essas pessoas terem habitação própria será o produto ir de encontro às necessidades desta classe.

Não só a nível de equipamento, mas também a nível de preço.

Quanto é que custa hoje o metro quadrado de uma habitação?

O mercado é muito díspar. Tanto pode encontrar casas a 5 mil dólares ou a 2 mil dólares o metro quadrado. Isto varia de acordo com a localização, qualidade, dimensão, acessos... Todos esses factores acabam por contribuir para a definição de um preço. Estes preços são parecidos tanto para a habitação como para os escritórios.

Esta realidade é de Luanda ou também de outra província?

É específica de Luanda. Porque se for a ver 90 por cento dos serviços estão concentrados em Luanda. E onde estão os serviços é maior a procura. Apesar de poder existir localizações específicas com necessidades específicas, mas que não fazem o mercado.

Por exemplo, temos o Soyo que está com o gás natural, está a ter um desenvolvimento muito grande. Mas o sector do gás não vai fazer o preço do mercado, embora no Soyo possa haver uma procura específica de um tipo de escritório. Mas isso não vai fazer um mercado. E Luanda é um mercado grande.

Qual a sua opinião sobre os novos modelos de construção da cidade?

É um tipo de construção. E isso leva-nos a tudo quanto seja o ordenamento da cidade. As suas infraestruturas, redes viárias, sistemas de transportes públicos. Tanto quanto sei está em curso o desenvolvimento do Plano Director Municipal de Luanda e que obrigatoriamente terá que levar em conta uma centralidade, porque a Baía de Luanda é uma nova centralidade diferente das outras, e não deixa de ser um novo polo atractivo, que vai exigir de quem está a fazer o plano municipal uma atenção especial.

Como é que olha para as actuais centralidades?

Como tudo tem as suas coisas boas e as suas coisas menos boas. É uma cidade organizada e a mobilidade é fácil dentro destas cidades. O reverso da medalha é que as acessibilidades à cidade são terríveis.

Não foram criadas infraestruturas, nem sistemas de transportes públicos que permitam um fácil acesso à cidade. Isso é fundamental quando se pensam em novas centralidades. Daí a importância do Plano Director Municipal, que tem que definir as infraestruturas a serem criadas para o bem de todos os que lá habitam e também para os que estão na própria cidade. Ter uma boa rede de transportes em Luanda é um ponto que todos concordam. Facilitaria muito a vida de quem cá vive e de quem está fora mas vem cá trabalhar. Ser uma boa cidade também depende de uma boa rede de transportes públicos. É dos livros.

Porquê?

Quem estuda um pouco de urbanismo sabe que estão intimamente ligadas. As redes de transportes, os eixos viários, as infraestruturas todas numa cidade contribuem muito para a qualidade de vida de quem lá vive e quem lá trabalha.

Como é que se resolveria a questão urbanística de Luanda?

Não quero estar na pele de quem tem este problema para resolver. Para se poder desenvolver um projecto desta envergadura, o plano Director Municipal é o primeiro passo. Ou seja, conseguir ver a cidade como ela está e a partir daí pensar a cidade no futuro. Mas

para tal é preciso fazer um levantamento do que é a cidade hoje.

O que é a cidade hoje para si?

É muito trânsito. Muita construção. Uma coisa que eu acho muito importante que não tem sido apadrinhada é a reabilitação dos edifícios existentes.

Em vez de se construir novo podemos reabilitar o que já existe. A Europa parou de construir e começou a reabilitar. Esta crise internacional ajudou muito nesse sentido mas eu acho que é um bom exemplo para Angola, para Luanda e para todas as cidades do país.

É importante que quem constrói neste país tenha a noção do clima. O calor, a exposição solar, porque depois a arquitectura tem que acompanhar e deve-se evitar construir edifícios totalmente envidraçados.

Algo que tem sido feito na zona da baixa de Luanda, por exemplo.

Os custos de manutenção de um edifício assim são fortíssimos, exigem muitos ares-condicionados e implicam um alto consumo de energia, que neste momento é quase todo garantido por fontes alternativas. Mas também é verdade que muito já foi feito, muitos erros se cometeram e fazem parte da evolução. O importante é saber corrigi-los e fazer melhor. Isto é um processo evolutivo, a cidade é um organismo vivo, das pessoas, dos edifícios que aparecem, dos que desaparecem ... É preciso ter essa consciência.

6.26 Banco Sol disponibiliza mais crédito habitacional para apoiar cooperativa

Jornal Economia

28 De Junho de 2013

O Banco Sol e a cooperativa "O Nosso Zimbo", que congrega funcionários do Ministério das Finanças e empresas públicas adstritas ao referido ministério, assinaram, recentemente, em Luanda, um protocolo de cooperação mediante o qual serão viabilizados vários projectos de construção de residências.

Segundo o presidente do Concelho de Administração do Banco Sol, Coutinho Nobre, a direcção do banco que gere predisps-se através do protocolo a conceder um montante avaliado em 25 milhões de dólares (2,4 mil milhões de kwanzas) para fazer cobertura aos pedidos de crédito habitação.

"Este é um passo que visa também responder e contribuir para a concretização do programa de construção de um milhão de casas levado a cabo pelo Executivo angolano", afirmou.

Segundo Coutinho Nobre, os pedidos dos membros da cooperativa serão atendidos sem necessidade de apresentação de outras garantias reais normalmente solicitados pelos bancos comerciais. Além do protocolo, o banco dispõe de um fundo de garantia que cobre 15 por cento dos riscos, sendo que a própria residência a adquirir constituirá uma garantia patrimonial do banco.

Por sua vez, Emanuel Maravilhoso Buchartts, presidente de direcção da cooperativa "O Nosso Zirnbo", agradeceu o apoio do Banco Sol e garantiu que a iniciativa vai beneficiar os três mil associados da cooperativa e outros funcionários das Finanças que vierem a aderir ao projecto.

"O projecto habitacional é de âmbito nacional e será executado de forma faseada. Nesse momento, vamos arrancar com as obras nas províncias de Malanje, Huíla, Namibe, Benguela e Huambo", disse.

Questionado sobre as formas de acesso ao projecto, Emanuel Maravilhoso Buchartts afirmou que os principais beneficiários serão os associados interessados no produto. Os outros trabalhadores do ministério e órgãos afins poderão também beneficiar do projecto mediante adesão à cooperativa e apresentação da sua candidatura ao crédito habitação junto do banco, que oferecerá procedimentos especiais ao abrigo do protocolo assinado.

6.27 Governo quer maior rigor na construção de moradias

Jornal de Angola
28 De Junho de 2013

O vice-governador provincial do Huambo pediu maior responsabilidade e rigor na execução de obras que estão a ser levadas a cabo, durante o acto de consignação das obras no Londuimbali e Mungo.

Francisco Fato salientou que é necessário que as empreiteiras desenvolvam os trabalhos de construção das 200 casas, em todos os municípios, com mais seriedade e pontualidade, para que as empreitadas sejam entregues nos prazos acordados.

O Governo vai construir 40 fogos habitacionais e vários furos de água, numa primeira fase em oito municípios, com vista a melhorar a vida das populações.

As casas sociais de tipo T3, cujas obras têm início em breve, vão ser construídas nos municípios de Londuimbali, Ucuma, Chindjendje, Catchiungo, Chicala Cholohanga, Longonjo, E Cunha e Mungo, num orçamento de 1,6 mil milhões de kwanzas. Ao dirigir-se aos empreiteiros, Francisco Fato realçou que a população, e a juventude em particular, vão sentir-se gratos pelo trabalho das construtoras se nós consigamos garantir a conclusão das obras com qualidade e nos prazos estabelecidos nos contratos. Além disso, pediu às empresas fiscalizadoras para redobrem as suas acções junto das construtoras, no sentido de as pressionarem a cumprirem os prazos.

O vice-governador anunciou a construção de milhares de furos de água em todos os municípios da província, para garantir mais água potável e mais saúde às populações, e pediu às empresas construtoras destes sistemas para serem rigorosas com a qualidade do trabalho. Quanto aos incumprimentos, revelou que as empresas que desonrarem os acordos com o Governo, vão responsabilizadas judicialmente.

6.28 Marçal Perdido nas ruas da amargura

Semanário Continente
28 De Junho de 2013

Marçal foi o primeiro bairro a aparecer nos arredores da cidade de Luanda, e só depois de muitos anos é que ocorreu o surgimento do Rangel, Sambizanga, Cazenga e tantos outros bairros suburbanos da capital.

Este velho Marçal foi ainda antes da independência considerado uma zona arquitetonicamente bem concebido, com ruas asfaltadas, água corrente, energia eléctrica e sem lixo. Ai, que saudades!..conforme lamentam os moradores.

Hoje devido o estado precário da zona, tudo indica que o bairro vai de mal a pior e cada vez mais ritmo assustador para o ambiente desagradável.

Ano após ano nota-se por tudo que é canto, montanhas de lixo, misturado com águas estagnadas, o que representa um autêntico atentado à saúde pública.

Assim vai o Marçal, ruas rebentadas e esburacadas, sem asfalto, as pessoas não conseguem andar à vontade, sem se cruzar com um buraco e, principalmente, no tempo chuvoso, que para se deslocar é necessário canoas ou botas apropriadas

para o efeito. O Marçal está, manifestamente, doente. Só Deus sabe!

A febre tifoide, o paludismo e as diarreias agudas são as doenças frequentes nesta zona, que têm provocado muitos óbitos.

Paulo António, morador, disse à nossa reportagem que o Marçal está doente, existem doenças por toda parte. "É chato o que passamos, a Rua do Senado da Câmara está péssima, cheia de lama e com muito lixo".

Marçal é um bairro antigo, que foi habitado por várias pessoas, conhecidas da nossa praça musical e não só. Alguns até são governantes, actualmente. Os moradores acham que deveriam fazer alguma coisa em prol do bairro, ao invés da vista grossa ou ouvidos de mercador ao que assiste. Diz-se à boca cheia que, a "Elisal" esqueceu-se do bairro. Para quem passa nessas ruas e ruelas depara-se com quilómetros de lixo, o que reclama a sua recolha. Segundo alguns moradores, há bastante tempo que Elisal não passa. Outros chegaram mesmo a questionar que não constam no plano da Elisal.

Saneamento básico

É precário. Cada um faz o que pode para tentar sair do sufoco ou minimizar um pouco a situação, para que a água não invadam as casas. E assim vai-se por aquelas paragens. Vivem-se momentos difíceis. O que complica mais a vida do pacato cidadão é que não consegue andar à vontade, principalmente, no tempo chuvoso, onde as pessoas para irem aos seus afazeres diários têm que sair com botas e sacos plásticos, para transitarem até à Avenida Brasil, S. Paulo ou Brigada.

Na maioria das ruas os carros já não passam, e mesmo sem chuva nota-se o lamaçal. O cheiro nauseabundo percorre o circuito fechado da imundice em que se transformou, a zona chique que já foi. Pares de namorados vaidosos espalhavam a sua simpatia e sorrisos pelas ruas, ruelas e becos do sítio seco do passado.

Rua Senado da Câmara

A rua "Senado de Câmara" está um caos, sofreu obras de restauro por muitas vezes, é um desastre, a clamar pelo socorro de quem é de direito nas Obras Públicas. Diz-se até que as obras já têm séculos. Para quando a sua restauração definitiva?

Francisco Manuel, de 74 anos, morador deste bairro, sublinhou que as águas estagnadas nas ruas e principalmente do Senado de Câmara não são simplesmente das chuvas, mais também por falta de saneamento básico. Aquele munícipe apela o

Governo Provincial para rapidamente olhar pelos moradores da Rua Senado da Câmara, já não é normal uma rua principal com esta dimensão não ter esgoto! É mesmo complicado. Domingas Paulo, senhora residente a mais de trinta anos, disse que a Rua Senado da Câmara e o Prédio Sujo só estão assim porque o governo quer, existem muitas cantinas, farmácias, armazéns que comercializam bens alimentares. Como técnica de saúde salientou que estão a correr muitos riscos de saúde com as águas paradas porque lá existem os mosquitos que têm causado paludismo.

Sistema escolar

Quanto à educação não foge ao jogo da regra. Está péssimo o sistema escolar. E pouco se fala no bairro que apenas conta com três escolas do ensino de base até à 6ª classe, que absorvem as crianças e alguns jovens do bairro, para poderem estudar. Segundo João Paulo Dinis, mais conhecido por "kota João", velho morador do bairro, "nós somos contra o Mercado da Chapada. No sítio onde se encontra, deveria ser erguida uma escola e com algumas quadras para a prática do desporto, o que daria para mais crianças estudarem".

Kota João acrescenta que é um mal necessário. "Agora nós pensamos que o mercado já não deve existir.

Deveria se construir uma escola de grande envergadura, que desse para abrigar muitas crianças que se encontram fora do sistema de ensino. Seria o bem total para o velho Marçal", destaca.

Os moradores estão preocupados e apelam às autoridades para abrirem mais escolas no centro do Marçal e um instituto médio.

Saúde

Quanto à saúde, contam apenas com o centro da OMA, onde a população acorre diariamente para os primeiros socorros.

Neste centro são feitas várias consultas, desde as de pediatria até ao atendimento aos adultos.

No bairro existe também o Hospital "Américo Boavida", o que tem sido uma "maka" grande, para quem lá se dirige em busca de tratamento. O corre que esta unidade hospitalar depara-se com mil e um problemas: se não tem médicos, faltam os medicamentos. Só Deus sabe este mal que inferniza a vida dos doentes locais.

A jovem Marisa Marineth Pedro Dias afirma que o Marçal não está de saúde, vai de mal a pior. "O que

não entendo é que o bairro faz fronteira com Valódia, combatentes, S. Paulo e Vila Alice e o 'Marçal zinho', nem centros de saúde tem". Quando aparece alguém doente reforça, é necessário deslocar-se para outros bairros da cidade capital. "Até não sei, se o Marçal está no mapa de Luanda", desabafou Marisa Marineth, desesperada.

Comércio

O bairro conta com duas praças: famosa "Chapada" e a "Gajageira" onde os produtos são expostos ao sol e às moscas, que tem criado várias doenças no seio da população.

O estado dos dois mercados é péssimo, sem condições, não são cobertos, os vendedores adaptaram o sistema de cobrir as coisas com lonas grandes.

Há as famosas cantinas, começam a tomar corpo e têm ajudado os moradores, existem por tudo quanto é canto, algumas estão legalizadas, outras não. Ambas têm funcionado e abastecido o povo nas horas normais e não só.

Em relação aos preços, segundo alguns populares, são mais baixos, ou até mesmo acessíveis, em relação aos das grandes lojas ou supermercados.

LAZER

É falar de coisas de outro mundo, o que torna difícil a vida dos jovens. O Maxinde que em tempos idos era o local preferido dos jovens encontra-se fechado e mesmo quase abandonado. Não se sabe qual o seu destino futuro. Era o sítio onde a juventude da zona relaxava.

O grande "Grémio", do músico Chico Coio, que actualmente atende a demanda da juventude tem sido o salva-vidas, animando nas horas de lazer a juventude e não só. Os jovens que não têm meios financeiros entregam-se às casas onde se fabricam e vendem bebidas caseiras, como o caporoto e o quimbombo. António dos Santos, vizinho do Grémio, sente-se descontente com a situação, a juventude prefere bebidas caseiras, por falta de dinheiro. "Aqui no Marçal é o berço, onde podemos encontrar algumas fábricas de destilação dessas famosas bebidas, que têm rebentado os jovens desta zona".

6.29 Unidade portuária distribui residências

Jornal Economia

28 De Junho de 2013

Cerca de 124 trabalhadores afectos ao Porto de Luanda beneficiaram, no passado sábado (22), de igual número de casas, entre apartamentos e vivendas, no condomínio habitacional Jardim das Rosas, localizado na comuna do Benfica, município de Belas, em Luanda.

O ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás, fez a entrega simbólica das chaves das casas (100 apartamentos e 24 vivendas) aos trabalhadores do Porto de Luanda, em cerimónia enquadrada no programa para a melhoria das condições de habitabilidade levada a cabo pelo Executivo.

Programa

O presidente do Conselho de Administração (PCA) do Porto de Luanda, Francisco Venâncio, garantiu que a empresa tem cumprido com êxito o seu programa social, e referiu que 65 por cento do número total efectivo de trabalhadores foram já contemplados com pelo menos uma residência.

Francisco Venâncio lembrou que a empresa entregou, num período recente, aos seus trabalhadores 32 apartamentos no condomínio Interlande, ao Morro Bento, e 17 no condomínio Ginga Cristina, em Viana.

Às 124 casas entregues aos trabalhadores do Porto de Luanda juntam-se outras 122 do condomínio Felitrans, no Camama, perfazendo um total de 246 entregues, num intervalo de um mês, pelo ministro Augusto Tomás, aos funcionários da sede do Mintrans, do Conselho Nacional de Carregadores (CNC), Instituto Nacional da Aviação Civil (INAVIC), Instituto Marítimo e Portuário de Angola (IMPA), Instituto Hidrográfico e de Sinalização Marítima de Angola (IHSMA), e da Direcção Nacional dos Transportes Rodoviários (DNTR).

Condições socioeconómicas

Na ocasião, o ministro dos Transportes, Augusto Tomás, garantiu que o Executivo vai continuar a redobrar esforços na implementação de condições socioeconómicas que contribuam para a melhoria de vida dos funcionários da instituição.

O governante avançou que as autoridades programaram, para os próximos tempos, uma série de actividades que visam mudanças graduais nas

condições sociais dos trabalhadores, muitas das quais estão já a ser materializadas.

6.30 Urbanismo, Dólares, Gasóleo e Incompetência em Luanda

Folha 8

29 De Junho de 2013

Investigador Rafael Marques, disse, recentemente, em Oslo que apesar de Angola ter registado, na última década, uma das maiores taxas de crescimento económico do mundo, o executivo do presidente José Eduardo dos Santos tem demonstrado total incapacidade na melhoria do abastecimento eléctrico de Luanda, que consome 70 por cento da energia produzida no país. A maioria dos cidadãos, instituições públicas e empresas vêm-se forçadas a recorrer a geradores, alimentados a gasóleo, como fontes alternativas de energia.

Em Setembro do ano passado, inaugurou-se, em Luanda, mais um projecto habitacional de média renda para funcionários da Sonangol, bancários e outros, no município do Cazenga, junto à Frescangol em Luanda São mais de 1,088 apartamentos distribuídos por 17 edifícios.

Uma breve investigação do Maka Angola, junto do referido condomínio, confirmou um dado curioso: a urbanização não tem energia eléctrica de rede.

Como medida alternativa, o complexo consome energia eléctrica produzida por oito geradores de 850 Kvas cada. Os gastos mensais em gasóleo, para os geradores funcionarem, permanentemente, estão calculados em cerca de US \$200,000. Deste modo, a urbanização já queimou em combustível, desde a sua inauguração, cerca de um milhão e 800 mil dólares para ter energia eléctrica. Ou seja, desperdiça, mensalmente, mais do que o equivalente ao preço médio de um apartamento, no valor de US \$180,000. Desde Setembro de 2012, o complexo habitacional terá já gasto o equivalente a dez apartamentos de qualidade média em área peri-urbana e Luanda

Os gastos com combustível, quando divididos por cada apartamento não parecem, à partida, exorbitantes. Equivalem a US \$183 mensais por cada unidade habitacional. No entanto, de acordo com dados oficiais, Angola é dos países africanos que mais subsídios providencia ao sector de energia, cobrindo 80 por cento do custo total da tarifa média de produção de electricidade (US\$42/ MW). Segundo uma nota do Fundo Monetário Internacional sobre a política energética do governo, em 2011, a equipa do presidente José Eduardo dos Santos gastou mais em

subsídios de energia do que "com a saúde e educação combinados e quase tão grandes quanto as despesas de capital".

Qual é o efeito de biliões de dólares em subsídios de electricidade? Esta questão merece outra investigação. No centro da cidade, edifícios modernos de escritórios, ocupados por multinacionais, também têm custos elevados de consumo de combustível para produção de energia eléctrica através de geradores, variando em média entre US \$20,000 e 40,000 mensais por cada prédio. A rede eléctrica da cidade não os suporta e em Luanda nenhuma empresa consegue funcionar sem recurso a geradores, dada a falta de fiabilidade da infra-estrutura eléctrica, com constantes falhas, imprevisíveis e por períodos indeterminados.

Nos bairros periféricos de Luanda, sobretudo nos chamados musseques, onde habita a vasta maioria da população da cidade, em condições de pobreza abjecta, a situação do abastecimento eléctrico é ainda mais precária. A maioria dos habitantes recorre a ligações ilícitas e precárias à rede de distribuição.

Nos musseques, o inconstante abastecimento de electricidade, de acordo com a sabedoria popular, produziu uma máxima sobre a refrigeração de alimentos: "Se guardar, estraga".

Nos últimos anos, a cidade de Luanda tem registado elevados índices de construção, quer planificada em áreas urbanas e peri-urbanas, quer desordenada. Ao longo dos anos têm sido criadas várias comissões presidenciais para o reordenamento urbano, e têm abundado os estudos sobre o crescimento da cidade.

A pressão demográfica, a especulação imobiliária, a política de improviso do executivo do presidente José Eduardo dos Santos e a falta de infraestruturas básicas, como redes adequadas de água, electricidade e esgotos, assim como vias de acesso, tem gerado graves problemas, transformando Luanda numa cidade pesadelo. Sendo uma das cidades mais caras do mundo, Luanda acumula também, certamente, a infeliz qualificação de ser um centro urbano absolutamente caótico.

Relativamente ao sector da electricidade, o presidente aprovou em 2011, através do decreto n.º 256111, a Política e Estratégia de Segurança Energética Nacional.

Esse pacote legislativo reconheceu a inoperacionalidade de cerca de metade da infra-estrutura de produção, transporte e distribuição de energia no país. Identificou, como factores de estrangulamento do sistema de electricidade, o

envelhecimento dos equipamentos e a falta de manutenção da rede.

Existem vários estudos e planos para Luanda, relativos a vários sectores, elaborados por consultores externos e aprovados pelo presidente da República. No entanto, as autoridades angolanas continuam a ignorar o elemento fundamental para uma melhor estruturação de Luanda e para a realização de projectos eficazes do ponto de vista urbanístico e económico: ouvir a opinião e registar as críticas dos cidadãos por via do diálogo aberto.

Por exemplo, em 2007, o presidente criou o Grupo Técnico Ad-Hoc para o Acompanhamento da Revisão do Plano de Gestão do Crescimento Urbano de Luanda. Esse grupo deveria rever o trabalho da comissão nomeada para o efeito. Passados dois anos, em 2009, o chefe do executivo, criou outra comissão encarregue de elaborar um novo plano director para o desenvolvimento urbano de Luanda. Esta última tinha como coordenador adjunto o ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, general Manuel Hélder Vieira Dias "Kopelipa", um homem da confiança de José Eduardo dos Santos mas sem quaisquer qualificações em matéria de urbanismo.

As opções sobre o crescimento urbano de Luanda, assim como os seus custos e as relações custo-benefício, devem merecer o debate da sociedade. Se o presidente e o seu séquito centralizam todas as questões da vida nacional, como vontade de um selecto grupo de dirigentes, a sociedade deve adoptar por uma atitude contrária. Em última instância, não são os dirigentes quem pagam, do seu próprio bolso, os US \$200,000 mensais para o combustível necessário fornecimento de energia ao condomínio da Frescangol. Também não são as petrolíferas que pagam os elevados consumos de combustível dos edifícios onde operam. Estes são custos que acabam por ser pagos por todos os angolanos.

Independentemente do custo, a resposta improvisada à falta de infra-estrutura eléctrica através do uso de geradores não constitui uma alternativa a longo prazo que possa fundamentar o crescimento económico da cidade.

O executivo, incompetente e sem vontade política para resolver os problemas dos cidadãos e das empresas, tem preferido assobiar para o ar, criando comissões que nada resolvem e encomendando estudos sem qualquer utilidade.

Perante as generalizadas deficiências do abastecimento energético em Luanda, Norberto

Garcia, dirigente do MPLA, chegou mesmo a aconselhar os residentes e empresários da cidade a que comprassem geradores. Esta lógica de incompetência governativa e de desinteresse total pelo bem público deve ser substituída por uma responsabilização efectiva dos governantes e pela participação construtiva dos cidadãos nas decisões sobre o futuro da capital (assim como de todas as cidades em Angola). Sem isso, Luanda continuará a ser, cada Vê 2 mais, um caos urbano e uma cidade pesadelo.

6.31 Propósito do arrendamento na centralidade do Kilamba

Semanário Angolense

29 De Junho de 2013

A demora na entrega de moradias na centralidade da cidade do Kilamba tem estado a levantar inquietações de vária ordem, sobretudo entre os compradores, que aguardam pela recepção dos seus imóveis.

O assunto tem sido ventilado em alguns círculos de opinião, daí que os contornos legais e contratuais inerentes ao processo de aquisição imobiliária merecem ser dissecados. Consta que alguns compradores já atingiram um certo grau de impaciência endémica, alimentada pela incerteza na entrega das moradias, uma vez que o vendedor, na pele de senhorio, não tem esclarecido com a devida propriedade os prazos de entrega, bastando-se a meros exercícios dilatórios na informação que veicula aos interessados.

A esta situação, acresce-se o facto de alguns compradores terem sido notificados, formalmente ou não, para a entrega de moradias diferentes daquelas para as quais se candidataram.

Como se não bastasse, faz-se sob ameaças de despejo, sem direito ao reembolso dos valores pagos, das moradias aos compradores que tiveram acesso às chaves, em caso de violarem normas relativas à convivência na centralidade ou ainda de não pagarem as próximas prestações nos prazos previamente estipuladas.

Tudo isto levanta uma inevitável confusão pela incompreensão dos conteúdos contratuais e das responsabilidades concretas das partes envolvidas, não se sabendo em muitos casos, a parte com autoridade na relação com o comprador. Se compete a SONIP (procuradora ou concessionária dos imóveis em nome do Estado, tido como titular dos imóveis), a Delta Imobiliária (mediadora de certos lotes em nome da "concessionária") ou ainda a

administração da cidade do Kilamba, configurada na forma débil de uma autarquia local em ensaio?

Desde logo, importa assentar que chegaram ao conhecimento público três formas essenciais de acesso às moradias, designadamente, o acesso pela via da venda a pronto pagamento, por arrendamento e por via de arrendamento resolúvel, podendo ser com capital inicial ou sem capital inicial enquanto modalidade desta última forma de acesso.

Desde logo, importa assentar que chegaram ao conhecimento público três formas essenciais de acesso às moradias, designadamente, o acesso pela via da venda a pronto pagamento, por arrendamento e por via de arrendamento resolúvel, podendo ser com capital inicial ou sem capital inicial enquanto modalidades desta última forma de acesso.

O acesso pela via do arrendamento não levanta, porém, quaisquer problemas não só pela falta notória de candidatos com problemas conhecidos, como também pela forma como funciona. É completamente regulada pela Lei do Inquilinato e legislação subsidiária importando poucos aspectos por esclarecer.

Da mesma maneira, a compra a pronto é uma das formas de acesso menos complexas do processo de aquisição de imóveis na centralidade. O pagamento faz-se numa única prestação dando acesso imediato à moradia, independentemente de o contrato ser uma promessa de compra ou de compra definitiva. Há apenas que referir que as dificuldades registadas no domínio imobiliário que é sensível em todo o território nacional, por razões seguramente políticas (porque não são meras burocracias administrativas), impedem que os vendedores de imóveis procedam à celebração de contratos definitivos. Ou porque faltam títulos de propriedade sobre os terrenos em que as moradias foram erguidas ou porque falta o cumprimento de certos procedimentos processuais ou administrativos que impede o vendedor de realizar a venda definitiva com outorga do respectivo contrato. É um problema nacional cujas causas não importa escarpelizar e que, seguramente, não oneram o comprador. Podendo exigir a reparação de danos em caso de não ter a titularidade definitiva por alguma política pública ou não que venha a surpreender o promitente-vendedor.

Interessa apenas tranquilizar que o contrato-promessa de venda tem o mesmo valor contratual e legal do contrato prometido ou definitivo importando os mesmos efeitos entre as partes contratantes ou oponíveis a terceiros que venham a interferir na relação dos contratantes por simples vício na formação da vontade ou por má-fé (também

conhecida como eficácia inter parte ou erga omnes) ou pela recorribilidade judicial dos conflitos que venham a levantar. Portanto, é uma forma pacífica de aquisição, não importando qualquer ordem de preocupações a quem dela recorre.

O problema das aquisições de imóveis na Centralidade do Kilamba levanta-se na forma de acesso por compra e venda com propriedade resolúvel (como lhe chama o vendedor) ou renda resolúvel, como é simplesmente chamado. Não importa a abordagem das modalidades, senão a título complementar como faremos mais adiante. Tão pouco a denominação merece quaisquer importâncias no domínio jurídico. O que importa é que configura uma forma mista de contrato envolvendo cláusulas de contratos muito bem determinados por lei quais sejam o contrato de arrendamento (regulado pela Lei do Inquilinato como ficou claro acima) e o contrato de compra e venda (estabelecido no Código Civil).

Em rigor, está-se perante uma forma pouco comum de contratação em Angola, emergente de realidades económicas de cariz capitalista, conhecida por Leasing. Que é um mecanismo contratual em que uma das partes (vendedor) cede a outra (comprador) um bem mediante acordo de venda, reservando-se ao direito de reaver o bem vendido em caso do comprador não cumprir, total ou parcialmente, com as prestações prometidas. É uma modalidade de contrato misto usada em compra e venda a prestações ou venda parcelada. Nessa modalidade, o vendedor que reaver o bem não pago na totalidade, tem a faculdade de transformar as prestações já pagas em parcelas de renda tornando o comprador num locatário, seja de bem móvel ou imóvel, na altura em que tiver o contrato rescindido por culpa sua ou fato (atraso no pagamento, desleixo na observância do acordo, etc.) a si imputável. Daí ser um misto de arrendamento e venda tal como se configuram as cláusulas deste tipo de contrato.

Assim, o comprador pode ser rotulado como sendo um comprador arrendatário, já que entra num contrato observando regras de compra e venda e de arrendamento cumulativamente. Se cumpre com as prestações, passa a comprador definitivo. Se não, é um arrendatário que perde o direito sobre o imóvel, por força do fim compulsivo do contrato. Ou seja, o comprador torna-se arrendatário no momento da rescisão do contrato, perdendo as prestações já vencidas a favor do vendedor na forma de renda paga pelo tempo em que teve a posse do imóvel. Percebe-se a lógica contratual?

Ora, chegados a esse porto interpretativo, interessa percorrer por três aspectos essenciais à volta desta forma contratual: as consequências do seu

incumprimento (1), as penalidades que importam as partes faltos as (2) e os mecanismos de resolução de conflitos dela emergentes (3). No que toca 1;0 incumprimento do contrato de renda resolúvel pelas partes, é de esclarecer que se o incumprimento, inobservância do contrato incluindo a falta de pagamento das prestações, for imputável ao devedor (comprador), tem o credor (vendedor) os direitos estabelecidos pelo próprio contrato celebrado. Não fará recurso a outros argumentos por legalmente ineficazes. Não havendo contrato celebrado aplicam-se as regras do contrato promessa, tendo, o comprador, valores depositados, a título de pagamento das parcelas, comprovados por recibos de depósitos ou transferência bancária. Nesse caso, o Código civil entende o montante pago como sinal e estabelece que « (...) a existência de sinal impede os contraentes de exigirem qualquer outra forma de indemnização» (art.º442º Código O Civil - CC). Ou seja, o vendedor tem o direito de fazer suas as prestações já pagas pelo comprador se este não cumprir com as suas obrigações. Todavia, no caso sub iudice, os compradores apenas depositaram valores aguardando pela entrega das casas. Nesse caso, o incumprimento só pode surgir da parte do vendedor. Assim, se o incumprimento for devido ao credor (vendedor) tem a parte lesada (comprador) o direito a ser indemnizado com o reembolso em dobro da quantia depositada a favor do vendedor. A lei não admite outra forma de indemnização para este caso como se disse, por simples existência de sinal. E sobretudo por não ser celebrado um acordo que estipule outra forma de indemnização como admite a própria lei. Tratamos da parte da compra e venda do contrato. Quanto à parte relativa ao arrendamento, que apenas beneficia o comprador que tiver acesso a moradia e como tal parte de um contrato já celebrado ainda que com cláusulas promissórias, não faz sentido outra forma de penalização que não seja a perda das prestações a favor do vendedor e a eventual reparação dos danos que causar a estrutura imobiliária decorrente do uso, bom ou mau. A razão é simples: o contrato promessa não admite outra forma de indemnização havendo sinal. Já referenciamos a Lei sobre a questão. Quanto à reparação dos danos sobre o imóvel é uma responsabilidade que decorre fora do contrato, estando ele assinado ou não. Diz-se que decorre por factos ilícitos (portanto, extra-contra-tuais) praticados pelo usufrutuário (uso inapropriado, falta de manutenção ou mau uso do imóvel em geral). Neste caso, a indemnização será sempre na medida dos danos verificados em concreto devidamente arbitrados pelo tribunal competente em caso de recurso judicial da parte interessada.

Convém sublinhar que a indemnização será simplesmente exigível a favor do vendedor (SO- NIP por si ou pela Delta Imobiliária ou outro agente seu). Portanto, não faz sentido as ameaças lardeadas entre os moradores segundo as quais o mau uso do imóvel importa a expulsão dos moradores por decisão das autoridades administrativas da Cidade do Kilamba, visto que esta não é a proprietária dos imóveis e nem se quer representa o proprietário nas vendas. A dar azo a essa situação, equivale admitirmos um despacho presidencial a impor a saída de certos angolanos do território nacional, por conduta desordeira, abandonando os imóveis legitimamente adquiridos ou com a relação de cumprimento em dia com os respectivos vendedores. Não há estupidez ou falta de consciência legal e administrativa de maior tamanho. Caberia tal poder ao vendedor, estando estipulado no contrato livremente celebrado entre as partes. O que não acontece no caso da Centralidade do Kilamba por não constar dos contratos-promessa já celebrados. Se fá-lo usando de mecanismo legal competente, este devia decorrer do novo Regime de Arrendamento Urbano, com eventuais alterações favoráveis a decisões semelhantes. Sabe-se, contudo, que é apenas uma proposta de Lei, ainda não aprovada pela Assembleia Nacional, salvo erro. Não é, pois, prudente e nem avisado a aplicação de normas com vigência condicionada pela sua aprovação, por manifesta inexistência, para além de configurar puro abuso do direito. Uma outra base da decisão seria pela relação de condóminos. Uma vez que estão estipuladas quotas condominiais entre as obrigações dos moradores, incorporadas por sinal no valor da compra do imóvel. Ainda assim, pode acontecer que o condómino perca o direito de habitar na moradia retirando-se-lhe do convívio com os vizinhos por incompatibilidade ética. Porém, nunca desencadeará a perda da propriedade sobre a moradia. Pois, o estatuto do condómino abrange os espaços comuns usados pelos moradores. Nunca a fracção autónoma que é o apartamento em concreto. Não só porque pode sempre arrendar a um terceiro ou alienar simplesmente por direito de titularidade sobre o mesmo (*ratio cives*), como a titularidade sobre a fracção imobiliária em concreto resulta da transmissão onerosa directa do vendedor, contraparte única nesta relação (*ratio legis*). Entretanto, os poderes condominiais nunca são exercidos por entidades que não sejam eleitas pelos próprios condóminos. É uma exigência legal. Desde logo, a administração está longe deste estatuto (está matéria vale um outro novel de esclarecimentos que não servem nestas linhas).

Se o incumprimento for devido ao vendedor por não entrega das moradias ou, simplesmente, não entregar no prazo determinado, tem o comprador o

direito de exigir a restituição em dobro do que tiver pago. Esta exigência vale, mesmo que receba a moradia, estando o prazo vencido, como acontece em muitos casos reclamados pelos compradores naquela Centralidade. Para a Lei, receber a moradia fora dos prazos, antes ou depois da data estipulada, é equivalente ao incumprimento e como tal implica a respectiva responsabilidade civil. Aqui o critério da reparação de danos será sempre o sinal. O incumprimento não diz respeito apenas a entrega atrasada ou antecipada sobre o prazo, também acontece na situação em que a moradia entregue não tem as características daquela que foi escolhida pelo comprador. Verbi gratia, não tem a mesma cor seleccionada no acto da compra, não está no mesmo andar ou na mesma posição do andar, não tem o mesmo tamanho entre outras diferenças e defeitos em relação à unidade escolhida em concreto. A entrega de um imóvel nessas condições, mesmo que aceite, importa o dever de indemnização por parte do vendedor. A lei chama a essa situação de cumprimento defeituoso.

Quanto às consequências do incumprimento de acordo com a modalidade da renda resolúvel escolhida, não há muito que se lhe diga. A diferença estará no montante da indemnização em caso de incumprimento do vendedor. Na renda resolúvel, com capital inicial, a entrega em dobro vai obviamente ter em conta a parte inicial do capital investido para a aquisição da moradia. Enquanto eu para a renda resolúvel sem capital inicial, o comprador sai beneficiado apenas com o dobro das parcelas mensais pagas.

Relativamente à solução dos conflitos decorrentes das vicissitudes na relação comprador e vender, os compradores insatisfeitos com os prazos de entrega têm a faculdade de abordar o vender através de uma notificação, preferencialmente escrita, exigindo deste o cumprimento sponte sua da obrigação. Servirá de meio de manifestação de vontade em resolver o conflito antes de desencadear um processo em tribunal.

Contudo, as partes podem sempre negociar os termos da indemnização ou declinar os direitos inerentes no puro império da vontade livremente manifestada. É o que se chama transacção. O que acontece até, antes do julgamento da acção em caso de recurso ao tribunal. Este deverá ser o da co- marca do local da celebração do contrato. Mais esclarecimentos devem ser obtidos juntos de um advogado preferencialmente, pelo valor litigioso contido nas preocupações aqui vertidas.

6.32 Construção de Novas Cidades em Luanda

Semanário Factual

29 De Junho a 06 de Julho de 2013

O ministro angolano da Administração do Território, Bornito de Sousa, anunciou, terça-feira, 25, em Luanda, a possibilidade de se criarem, num futuro próximo, novas cidades, por forma a tornar célere a resolução dos problemas básicos dos cidadãos.

O governante prestou estas informações no final de uma reunião que teve com o governador provincial, directores provinciais e administradores municipais, com o objectivo de partilhar reflexões sobre como serão estruturadas as várias cidades do território de Luanda e como será feita a gestão das unidades urbanas que estão a surgir.

De acordo com Bornito Sousa, as novas cidades poderão surgir dos actuais municípios do Cazenga, de Cacuaco, de Viana e de Belas, assim como os seus respectivos distritos urbanos, estando para depois a determinação de como é que cada uma delas irá funcionar.

Com a criação destas novas cidades, afirmou o ministro, não se altera a divisão político-administrativa.

"A questão que estamos a ver está relacionada com a organização territorial interna, sobretudo, a nível de base, incluindo a participação dos próprios cidadãos, para que se possam resolver, de maneira mais célere e adequada, os seus problemas ", esclareceu.

Afirmou que está neste momento em estudo um paradigma dos estatutos orgânicos dos governos provinciais, das administrações municipais e provavelmente os mesmos se estenderão para a organização das comissões administrativas das cidades.

Desta forma, acrescentou, haverá uma melhor clarificação das competências entre os governos provinciais e as cidades, sendo que os governos provinciais ficarão fundamentalmente com as competências de coordenação geral e de supervisão e as cidades terão a função de execução e de resolução dos serviços básicos e prestação dos serviços camarários.

Segundo o ministro, a criação das cidades acaba por permitir uma experimentação do funcionamento que ocorrerá com as autarquias.

Durante o encontro, os participantes estudaram a estrutura da cidade de Luanda e o funcionamento e

gestão da cidade do Kilamba, que se prevê culminar com visitas às suas circunscrições.

Educação e lazer para as comunidades.

"Esta situação trouxe para os habitantes do Sungue Grande um distanciamento para o seu desenvolvimento económico e piscatório, obrigando, desta forma, os restantes a sobreviverem da agricultura rudimentar, mesmo sem meios de trabalho suficientes, como charruas, enxadas e catanas capazes de rentabilizá-los e cobrir outras necessidades", referiu o ancião Nicolau da Silva.

Ele explicou que, durante todo este tempo de isolamento com o resto da cidade de Caxito, chegaram a consumir água da lagoa, como o fazem até esta altura, insípida, malcheirosa e purulenta, situação que os tem obrigado a consumir ervas tradicionais para inibir efeitos colaterais no organismo, em especial às crianças mais vulneráveis na época de Cacimbo.

CRIANÇAS MORREM POR

FALTA DE MÉDICOS

A localidade, que se debate com a falta de um posto médico, regista constantemente a morte de crianças e de idosos, por picadas de moscas Tsé-tsé, facto que é preocupante, pelo que os moradores pedem a intervenção das autoridades sanitárias da província, a fim de os socorrer da crítica situação em que vivem.

De acordo com moradores, durante o princípio do semestre deste ano, mais de dez crianças perderam a vida por consumo de água purulenta, doença de sono, diarreia e anemia, situação agravada pela falta de cuidados médicos, pelo que exigem apoio urgente das autoridades sanitárias do Bengo.

Nicolau da Silva e a sua esposa acrescentaram que há falta de assistência sanitária que a localidade enfrenta e, desde que chegaram à província do Bengo, nunca viram qualquer campanha de vacinação contra doenças, como a poliomielite, considerando tratar-se da falta de acesso àquela zona.

"Nesta localidade, muitas crianças morrem por situações degradantes, caso contrário deviam partir para Luanda em busca de socorro, mas, para lá chegar, são necessários meios financeiros, inexistentes no Sungue Grande", afirmou Nicolau da Silva.

ESCOLARIDADE É OUTRO PROBLEMA

Os anciãos Nicolau da Silva e a sua esposa, ambos de 89 anos de idade, explicaram ao Factual que a

necessidade de se instruir os jovens na comunidade já foi uma vontade colectiva, agora é uma prioridade que está a ser esquecida pelos responsáveis da Educação em Caxito.

"Tínhamos pequenas salas onde instruíamos crianças, jovens e algumas mulheres adultas, e nestes locais dávamos lições bíblicas, mas, por inundações das águas do rio e a falta de materiais escolares, tivemos de paralisar com a iniciativa, que durou cerca de três anos", fez saber o ancião.

. "O quadro será inevitável, caso não houver uma intervenção imediata da administração local do Dande ou mesmo do governador actual da província, pois, até à data presente, nunca beneficiamos de infraestruturas novas ou projectos inerentes à vida pesqueira dos habitantes", acrescentou.

As lagoas que serviam de pescas artesanais foram totalmente cobertas por densas savanas, limitando, assim, o trabalho dos mais de 300 pescadores existentes na localidade. Estes pedem socorro da equipa de Bombeiritos e a intervenção da direcção provincial das Pescas para se encontrar uma alternativa para a situação.

A aldeia de Sungue Grande conta com menos de 700 jovens, sendo, na sua maioria, analfabetos. As crianças não possuem cédulas pessoais, e os pais Bilhete de Identidade, por razões financeiras, pelo que pedem ajuda das entidades locais.

O Factual procurou a direcção provincial do Ministério de Assistência e Reinserção Social (MINARS) para possíveis esclarecimentos sobre a existência e o isolamento da aldeia do Sungue Grande, em Caxito, mas estes preteriram o assunto para outra ocasião, por não estarem autorizados a falar à imprensa..

6.33 Primeiras casas sociais prontas em Cacolo

Jornal de Angola

30 De Junho de 2013

As obras de construção das primeiras cem, das 200 casas previstas para o município de Cacolo, na Lunda-Sul, terminam em breve, anunciou a administradora Ildalina de Fátima Issazol.

A par das casas, salientou que estão igualmente a ser construídos um lar para estudantes com capacidade para cem camas, escolas para o primeiro e segundo ciclos e um condomínio com dez casas geminadas.

As instalações do sector da Justiça e do comando da Polícia constam também do pacote de acções de impacto social já instaladas na vila. Localizado a 145 da cidade de Saurimo, Cacolo tem cerca de 78 mil habitantes, maioritariamente camponeses, caçadores e pescadores.

A administradora de Caco lo fazia um resumo das festividades dos 79 anos da sede municipal, desde que a mesma foi elevada à categoria de vila, no dia 23 de Junho de 1934. As comunas de Alto Chicapa, Cucumbi e Chassenge compõem o município, que ocupa uma superfície de cerca de 15 mil quilómetros quadrados, apresentando um clima tropical húmido.

O regedor Armindo Satxicapo considerou que a vila tem registado um crescimento acelerado de desenvolvimento em vários sectores.

No domínio da expansão da actividade económica, Idalina de Fátima Issazol salientou que a vila se conta com uma agência do Banco de Poupança e Crédito (BPC), um Balcão Único do Empreendedor (BUE), panificadora e 12 estabelecimentos comerciais, entre armazéns, lojas e similares.

Em cobranças de impostos, feitas ao longo do ano transacto, a administração conseguiu arrecadar mais de 12 milhões de kwanzas para os cofres do Estado. A governadora da província, Cândida Narciso, referiu que Cacolo "já demonstra sinais de maturidade", em função do crescimento visível em várias esferas, cuja expansão de serviços abrange, de forma paulatina, todas as localidades. Durante a sessão de abertura da reunião com os administradores dos quatro municípios que compõem a Lunda-Sul, decorrida em Cacolo, a governadora Cândida Narciso destacou a necessidade da realização periódica de encontros deste tipo, para permitir a troca de experiencias nos vários domínios. Esta posição foi apoiada pelos administradores municipais de Dala, João Txiculo Martins, e de Muconda, Francisco João, que defenderam maior interacção entre os gestores públicos.

Ensino e saúde mais próximos

A distribuição efectiva, desde o princípio deste ano, da merenda, em todas as escolas do ensino primário das sedes municipais da província da Lunda-Sul, está a impulsionar a ida regular das crianças às aulas.

Cândida Narciso salientou que uma das metas do Governo é cobrir todas as comunas e aldeias da província com a merenda escolar, uma vez que este processo ajuda a complementar a boa nutrição da criança

e eleva a capacidade de percepção e ida regular à escola.

O processo de aproximação dos serviços de saúde está a contribuir para a diminuição de doenças e de mortes a nível da municipalidade, assegurou a administradora.

A par das melhorias no sector da Saúde, disse que a construção de escolas e os incentivos à agricultura, através da distribuição de sementes e artefactos, está a proporcionar o crescimento de cooperativas e associações camponesas.

Apesar dos avanços, salientou que o Governo está preocupado com a deficiência nas áreas da energia, água e reabilitação das vias secundárias.

7. TERRA

7.1 «Se plantarmos árvores na periferia veremos os bairros de forma diferente»

Semanário Angolense
01 De Junho de 2013

SA - Em Benguela, em termos de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, vê-se que o investimento não chega à periferia dos centros urbanos: há muita poeira, falta de luz e de água, sendo a relação directa entre isso e as doenças. Quando é que a periferia será também prioridade?

IA - Essa transcendência tem que ser também nacional. No nosso conceito de base, a cidade é a parte asfaltada e a não asfaltada é a periferia. Mas, deixa-me dizer que é preciso criar infra-estruturas para transformar essa periferia no casco urbano real. Isso é que é o grande desafio que custa dinheiro, custa compreensão e tem que partir em discussão. Vamos educar a nossa gente a construir com urbanidade, de modo ordenado, a fim de que, mesmo que haja atraso na implantação dessa infra-estrutura, tenhamos um caminho a vencer e a integração possa vir a ser feita progressivamente. Vamos calcular quantos quilómetros de estradas é preciso fazer dentro desse alargamento das cidades, para que as periferias se integrem e deixem de ser tratadas como tal, porque são bairros, são aglomerados populacionais...

SA - Muitos investimentos são feitos no casco urbano. É aqui onde encontramos jardins e centros de recreação, coisas que não existem nos bairros. Olhando para esse quadro, o cidadão que vive no bairro não teria razão em pensar que está a ser injustiçado?

IA - Se mudarmos de atitude e plantarmos árvores, certamente passaremos a ver o bairro de outra forma. Por exemplo, não é admissível que numa cidade como Benguela as pessoas defequem ao ar livre. Temos que encontrar uma solução para isso. Se calhar, não vais publicar isso, porque lhe ofende, mas essa é a pura verdade. A diferença dos que vivem na cidade com os que vivem na periferia é que os primeiros se organizam para pedir melhores qualidades de serviço. Contudo, do ponto de vista sociológico, o engenheiro agrónomo não vai fugir das suas obrigações. Infelizmente, cheguei agora e ainda não tive tempo para constatar as áreas e estabelecer um programa...

SA - As estradas no centro da cidade (Lobito e Benguela) vêm sendo reparadas sem considerar a drenagem. Os esgotos não funcionam, e quando chove, tudo vira bacia. Como inverter esse quadro?

IA - A própria cidade de Benguela foi construída sob o Vale do Cavaco. E ela está rimada do lado esquerdo do vale, sendo a sua quota de construção quase a quota do mar. A estrutura de saneamento de drenagem para Benguela tem que ser pensada nessa perspectiva. Temos o grande emissário da vala do Curinge que há anos atrás sofreu uma intervenção do Banco Mundial. Se calhar, estamos em tempo de pensar em outra vala ao meio da cidade, para produzirmos essas drenagens massivas.

Nas novas urbanizações temos que conceber a perspectiva das valas grandes de drenagens e o rebaixamento dos níveis das águas para que essas valas de drenagens sejam os logradouros.

7.2 Bancos negam depósitos em moedas metálicas

Semanário Angolense
01 De Junho de 2013 Data

O BNA, por meio do seu director do Departamento de Estatísticas, Manuel Tiago, repudiou a atitude de bancos comerciais que rejeitam depósitos de moedas metálicas da nova família do kwanza. Denúncias de gestores de bombas de combustíveis apontam que bancos comerciais, com realce do banco BAI, têm rejeitado depósitos de moedas metálicas. O responsável bancário a aconselhou a denunciar qualquer situação do género por via do site do BNA ou dirigindo-se à sua sede. Entretanto ficou também aberta a possibilidade das denúncias serem feitas através de uma linha telefónica caso o BNA disponha. As novas moedas metálicas do Kwanza entraram em circulação a 18 de Fevereiro e as notas começaram a ser introduzidas no mercado de forma progressiva, desde Março último.

Bromangol perde «monopólio»

Com a assinatura de um protocolo entre os ministérios das Finanças e do Comércio, no dia 24 do mês passado, Bromangol deixa de ser única empresa que efectua análises de controlo de qualidade aos produtos importados. O acordo permitirá que mais laboratórios, principalmente públicos, efectuem exames de qualidade alimentar aos bens importados ou de produção nacional. Assim, os importadores têm agora mais opções de escolha e também poderão desalfandegar mais rapidamente as suas mercadorias no Porto.

Safra de 1.500 toneladas

A safra alcançada pelos camponeses de Ambaca, Kwanza Norte, durante a primeira fase da campanha agrícola (Setembro 2012 a Maio/2013) é de 1.567 toneladas. A colheita é resultado das chuvas regulares. As culturas mais produzidas foram o amendoim, o milho, a mandioca, a batata-doce e o feijão manteiga, como sendo pelos camponeses locais. Ambaca fica a 180 km de Ndalatando (capital do KN), estima-se ter mais de 80 mil habitantes, que vive essencialmente da agricultura e da agro-pecuária.

Cela como gigante económico

O presidente da Associação dos Empresários da Cela (Kwanza Sul), José Macedo de Almeida, acredita que a localidade pode se tornar num pólo de desenvolvimento económico do país, se forem bem explorados os recursos naturais que possui. A produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços são condições que permitem um desenvolvimento sustentável de qualquer região e o município da Cela tem todos estes aspectos. Para José Macedo de Almeida o que falta é uma exploração rentável das potencialidades.

Obras só para empresas tributárias

As administrações municipais de Cabinda não devem entregar obras às empresas que não regularizaram a sua situação tributária junto do Estado, segundo o chefe da repartição fiscal de finanças de Lândana, município de Cacongo, David Chana. Nos últimos tempos algumas empresas procuram os municípios de Cacongo, Buco Zau e Belize para novos contratos inseridos nos programas de investimentos públicos do Executivo, mas muitas delas têm problemas com o fisco. O processo de reformas que visa aumento de receitas fiscais fora do sector petrolífero deve ser uma tarefa de todos e não apenas do Ministério das Finanças, disse David Chana.

ExpoCabinda alavancou negócios A realização, em Cabinda, da primeira edição da Feira Internacional de oportunidades de negócios e parcerias constitui uma alavanca que vai dinamizar o sector empresarial local, segundo o presidente da Associação dos Pequenos e Médios Empresários de Cabinda, António Serrano. Serviu para os empresários dinamizarem os negócios potenciando-os no com novas parcerias para alavancar o desenvolvimento económico da província. Durante o Fórum Empresarial António Serrano afirmou existir já o lançamento do concurso público para empresas que vão construir o Porto de Águas profundas do Caio, em Cabinda. Com essa infra-estrutura haverá facilidades na recepção dos produtos e acabasse com a dependência do Porto

Autónomo de Ponta Negra, na República do Congo Brazaville. A segunda edição da ExpoCabinda já esta marcada para Maio de 2014.

7.3 «Se for necessário, iremos demolir»

Semanário Angolense
01 De Junho de 2013

SA - A imagem do senhor está muito ligada às grandes demolições e desalojamentos forçados da Huíla. Acha que em algum momento foi mal percebido?

IA - A resposta você tem. Foi muito falado, foi muito badalado, foi muito comentado, mas eu ganhei as eleições para o meu partido. Mantive a maioria de registos, portando, continuei e deixei a província da Huíla como a segunda maior praça eleitoral. Fiz o trabalho do governo que deu os votos necessários ao partido. Por outra, construímos em toda dimensão da província, com níveis que não têm comparação. E fizemos construções definitivas com qualidade em todos os municípios. Se eu fui, em determinada altura, mal compreendido, o povo respondeu. Os meus amigos ou os meus adversários (esses são os meus amigos de estima - risos) também não me vão poupar em Benguela. Mas, em todo caso, estou à espera deles, a ver se desta vez também lhes consiga dar mais ou menos algumas respostas adequadas. Vamos ver!

SA - A OMUNGA divulgou um comunicado, na altura da sua nomeação, realçando os aspectos positivos de Armando da Cruz Neto em relação a procedimentos ligados a desalojamentos e demolições. O senhor como novo governador, compromete-se a dar continuidade aos processos negociais iniciados pelo seu antecessor?

IA - O governo é unitário. Não existem federações em Angola. Portanto, os programas do governo central, enquanto governo unitário, são comuns e para serem seguidos. Não houve aqui mudança de partido, a mudança é de figuras. O programa de governação é o programa do MPLA que foi sufragado nas eleições de 2012 e que lhe deram confiança para continuar ser governo. Relativamente à Omunga, ela não faz comunicados, a Omunga faz uma análise de opinião...

SA - Mas enquanto instituição ou organização da sociedade civil, pode fazê-lo.

IA - Uma organização da sociedade civil faz o seu comentário. Se fosse tão importante, ela própria

nomeava o governador que quisesse. Não sendo assim, ela opina, e a comparação só é possível quando existem tempos iguais e períodos de referências semelhantes. Se o que se pretende é saber se vai ou não haver demolições, é o que lhe respondi: acho que o Lobito pode crescer em outras direcções que são inóspitas e não necessariamente aí onde já tem gente. A dimensão do território do Lobito não se reserva exclusivamente à beira-mar. Lobito, enquanto município deu origem à Catumbela. Então quer dizer que, se a Catumbela se emancipou do Lobito, é porque houve necessidade de condizer o seu crescimento a uma nova realidade. Podemos fazer o mesmo com o Biopío e a Canjala, que são parte integrante do município do Lobito. Então, podemos levar as pessoas também a construir nessas localidades e não necessariamente a demolir para arranjar espaço. No Lubango, nós fizemos uma grande demolição ao longo da linha férrea para viabilizar a construção das linhas do comboio e isso foi conseguido. E ganhamos as eleições: o povo compreendeu votando no MPLA. Demos origem a partir daquilo a uma grande urbanização de cinco mil hectares que foi talho nada e entregue a cada um dos cidadãos deslocado daquela posição, mil metros quadrados com título de propriedade. Aqueles cidadãos eram parte da sociedade, não tinham nenhum direito e passaram a ter. E não apenas um direito fictício, eles passaram a ter um direito material. E porque é que ninguém fala disso? Porque é que essas organizações sociais não fazem sobressair isso?!

SA - Porque é que o MPLA local não faz sobressair isso, já que ele foi também um das principais opositores das demolições?

IA - O MPLA local foi agraciado agora com a nomeação do primeiro secretário a governador que continua a cortar as fitas do trabalho que nós deixamos. A resposta é essa. Não há melhor etapa ao nível do nosso partido que àquela. Preciso dizer a algumas pessoas que, para se chegar a algum sítio, não é necessário fazer confusões indevidas. A seu tempo, você chegará lá.

Entretanto, agora ele está lá, o primeiro secretário. Mas, o trabalho que tínhamos para ser feito nós fizemos. E ele é que sabe se vai continuar, se tem ou não interesse, se a imagem dele vai sobressair mais ou menos. Eu já não estou na Huila, estou em Benguela. Benguela é uma nova realidade. Mas, se for necessário termos que o fazer, falo-emos.

SA - Benguela é uma das províncias de Angola que já tem uma sociedade civil interventiva na área de direitos humanos. O senhor, enquanto governador,

como pensa relacionar-se com essa franja da sociedade benguelense?

IA - No meu discurso de apresentação tornei claro que estou aberto ao diálogo. Não se esqueça que eu sou um intelectual e com uma boa formação. E, portanto, apesar de estar a exercer actividades políticas, não se esqueça que eu sou um profissional e sou católico. Ora, se sou católico, eu abraço os valores da moralidade. Então, o diálogo entre as pessoas e as instituições é possível. Mas é preciso frisar que o uso do discurso dos direitos humanos é divisa para o intervencionismo político. E o intervencionismo político também tem regras próprias. Se não houver intimidações deles para conosco e nem nossa para com eles, é possível, sim, um relacionamento saudável, para que possamos atender aos interesses dos cidadãos. Mas o cidadão tem que recuperar a sua auto-estima no sentido de valorizar-se mais e não ficar sob hum belas de pessoas e de organizações que apenas estão a utilizar a sua condição de precariedade temporária.

SA - Outra questão muito badalada tem a ver com a intolerância política e alegada violação do direito à manifestação.

Qual é a sua visão em relação ao assunto?

IA - As sociedades democráticas reconhecem o direito à manifestação tal como a nossa constituição reconhece o direito à manifestação política e organizada. E a nossa constituição foi mais longe porque permite aos membros da sociedade organizados a realização de manifestações com mera comunicação à autoridade. Agora, se não houver essa mera comunicação à autoridade é possível um bloqueio. Em suma, nós não proibiremos nenhuma manifestação se elas forem comunicadas atempadamente. Ela não pode ser espontânea porque uma manifestação espontânea não tem responsável e pode provocar desordem. Quem se acha líder, tem que dar a cara e assumir as responsabilidades duma manifestação.

7.4 Camartelo demolidor atingiu Kinanga

Jornal Acapital
08 De Junho de 2013

Não é a primeira vez que a Kinanga, onde residem muitos pescadores e famílias desfavorecidas, em casebres de chapas sem as mínimas condições para uma vida sã, se vê confrontada com demolições.

Mãe de quatro filhos, Teresa Tshiungo, 58 anos de idade, é lavadeira. O facto de estar a trabalhar para

várias residências do bairro, bastando que seja contratada, ilustra bem as vicissitudes por que passa para vencer as dificuldades da vida.

Há 13 anos naquela circunscrição, para onde foi quando existia apenas oito moradias, Tshiungo lamentou a «forma cruel» como os moradores estão a ser tratados. Viúva de um cidadão que tinha na pesca a sua fonte de rendimento, a senhora denunciou que os agentes agridem de qualquer forma, ignorando o respeito pela idade. «O meu marido acabou por falecer no local, atropelado por um camião. Neste momento, sem familiares aqui em Luanda, não Será para onde ir», sublinhou

A história de Domingas Pedro, mãe de cinco filhos, não é muito diferente. Está em Luanda desde 2010 proveniente do Bié, já sem o apoio dos familiares, perdido assim que abandonou o hospital «josína Machel», onde esteve a tratar da tuberculose de que padecia.

As demolições levaram-na a faltar ao serviço desde sábado, na tentativa de ver de perto o movimento do maldito martelo. Uma saída por alguns minutos, já que precisa de comprar comida, acabou por ser fatal. «Já não permitiram que entrasse. Sou doméstica, vim para esta área depois da alta hospitalar porque já não tenho o contacto nem o apoio da minha família», indicou Domingas Pedro, residente da Kinanga há três anos.

Desolada, a nossa interlocutora disse ter presenciado a morte de algumas pessoas vítimas de atropelamento. «Muitas mães desconhecem ainda o paradeiro dos seus filhos», notou, pouco antes de Manuela Agostinho, 26 anos, antes moradora da FTU, ter explicado que foi «convidada» a adquirir uma parcela de terreno na área em disputa.

Ainda a estudar, acrescentou que teve de desembolsar mil e 500 dólares para adquirir o terreno onde ergueu a casa que agora abandona, cinco anos depois de ter posto mãos à obra. Na sequência desta incursão, o semanário A Capital soube da morte de uma senhora, antecedida de desmaio, no hospital, depois de ter visto desabar a sua casa, a melhor de todas as que se encontravam na mira do martelo.

Também Cândida Virgínia, mãe de cinco filhos, conta que foi impedida de entrar para a sua casa momentos após ter regressado da compra de mantimentos. «O grande problema é que tenho o bebé de cinco meses no interior da casa. Estou preocupada porque há muita gente a morrer à fome», asseverou, suplicando para ver de volta o seu filho e os haveres, já que conformada em relação ao não alojamento das famílias.

Foi possível observar no local cidadãos de diversos estratos sociais, alguns em grandes jeepees, à espera do desfecho do triste cenário para os seus familiares. Enquanto lamentava o sucedido, a jovem Branca Luís Francisco, de 30 anos de idade, dizia que não via a sua mãe há alguns dias e, como se não bastasse, já não atendia a nenhuma das chamadas telefónicas. Era, pois, a expressão de quem se sentia incomodada com as informações que apontavam para a morte de dez pessoas. «Até parece que estes militares estão aqui a combater forças inimigas», concluiu.

7.5 Camponesas assassinadas na Lunda

Semanário Folha 08

08 De Junho de 2013

Visilta Kuricanza Paulo Muacahia, de 57 anos, encontrou a sua morte, ontem, quando labutava na sua lavra na margem do Rio Tafe, em Cafunfo, município do Cuango, na província da Lunda-Norte. É a última vítima de uma onda de homicídios contra camponesas na região.

Um dos seus filhos, Costa Oliveira, explicou que a mãe, como era habitual, saiu de casa por volta das 5h00, e dirigiu-se à lavra em companhia de outras camponesas, cujas lavras se encontram localizadas na mesma área. O seu regresso, como era rotina, deveria ter acontecido entre as 15h00 e 16h00. A demora e o facto de as vizinhas terem retomado a tempo precipitou os filhos a procurá-la.

À meia-noite, encontraram o seu corpo nas redondezas da lavra. "A mãe apresentava sinais de queimadura ou mutilação, no rosto e nas pernas", disse Costa Oliveira. A finada deixa cinco filhos. Algumas testemunhas que acompanharam a busca e remoção do corpo, informaram ter encontrado o corpo da camponesa sem roupas, amarrada de forma macabra e com sinais de excisão nos órgãos genitais. Informações ainda por confirmar dão conta da morte de uma outra camponesa na passada Segunda-feira.

A 7 de Maio passado, a camponesa Aida Sanehena, de 47 anos, teve o mesmo destino. Foi à lavra, na área de Tchimango, em Cafunfo, por volta das 6h00. À hora habitual de regresso à casa, entre as 15h00 e 16h00, os filhos notaram a sua demora. Três filhos seus, Arlindo, Viagem Benjamin e Jordão Lucas, fizeram-se acompanhar de mais sete familiares e foram procurá-la na lavra. Encontraram-na enforcada. Como parte do ritual dos assassinos, o seu corpo tinha sido queimado. Aida Sanehena deixou órfãos sete filhos. O viúvo, Benjamin António, é agente da Polícia Nacional. Quase todos os crimes de

homicídio contra as camponesas têm ocorrido em lavras situadas nas cercanias da zona de concessão diamantífera da Sociedade Mineira do Cuango. Activistas locais têm sido céleres a fotografar, documentar e denunciar esses casos. Tanto as autoridades locais como a Policia Nacional pouco ou nada têm feito para estancar essa onda de crimes hediondos.

A agricultura de subsistência é a principal actividade de sustento da maioria das famílias na região, em paralelo ao garimpo.

Para além dos funcionários públicos, os projectos diamantíferos empregam apenas algumas dezenas de pessoas e o sector privado limita-se ao comércio precário.

7.6 “É urgente que se criem zonas de urbanização harmoniosas”

Jornal A capital

08 De Junho de 2013

Frei Mário Rui, dos Frades Dominicanos e Director Administrativo do Centro Cultural Mosaiko. Face às últimas demolições ocorridas em Luanda, qual é a posição do Mosaiko/instituto para a Cidadania, como defensor dos Direitos Humanos?

Antes de mais, importa reconhecer que o Mosaiko tem conhecimento destas demolições apenas através dos meios de comunicação social e da internet. A informação disponível revela uma situação profundamente lamentável. Supondo que as pessoas construíram sem ter licença para tal, não está em causa que haja um processo de demolição, mas este tem de ser feito no respeito pela dignidade das pessoas e pelos seus direitos. Isso implica que, se não têm outra habitação, sejam criadas condições para o seu realojamento, que sejam identificadas e avisadas atempadamente e que sejam apoiadas na deslocação para as novas habitações.

Angola, mais uma vez, acabou por sair mal no relatório da Human Rights Watch. Até que ponto esta projecção, 11 anos depois da paz, prejudica o país?

O que é grave não é a imagem de um relatório internacional, mas a realidade que grande parte da população continua a viver, nomeadamente na periferia das grandes cidades. O nosso esforço não deve ser no sentido de "lavar" a imagem, mas de transformar a realidade de modo que cada pessoa se possa

sentir respeitada, assumir o seu papel na construção de uma sociedade angolana mais justa e mais próspera para todos. Não adianta ter uma imagem muito bonita na comunicação social, nas estimativas oficiais ou nos relatórios internacionais, quando a maioria dos cidadãos sabe que ela não corresponde à verdade. Reconhecer a realidade concreta em que vivemos é o primeiro passo para poder transformar.

A situação de demolições e desalojamentos forçados tem sido recorrente. Como é que o Governo deve ou pode evitar esta prática?

Antes de mais, importa definir áreas concretas onde as pessoas possam construir. Mais do que comportamentos repressivos e políticas de demolição, deve haver políticas públicas que indiquem onde as pessoas que desejam podem construir, e que se apoie essa construção. Reconhecemos que há práticas oportunistas que devem ser desencorajadas, mas também há muitas pessoas que não têm outra habitação e agem sem fins lucrativos - apenas para tentar garantir o seu direito básico à habitação. Por outro lado, as autoridades devem ter uma acção mais eficaz de advertência e embargo quando se começam construções em lugares onde não estão autorizadas. O caos na construção que se verifica em muitas zonas revela que as autoridades não estão a agir em tempo útil. Muitas das casas demolidas, nos vários sítios em que tal aconteceu, foram construídas com o conhecimento das autoridades. Todos sabem que é muito mais difícil demolir quando as pessoas já gastaram os seus poucos recursos, já estão estabelecidas, já criaram hábitos; do que impedir, logo de início, que construam em lugar não apropriado.

Acabamos de assistir a um grande fracasso no processo de venda de casas nas centralidades. Será desta que o Executivo vai conseguir resolver o problema habitacional no país?

As dificuldades na venda de casas nas novas centralidades parecem indicar que o projecto foi concebido sem estudar a realidade concreta dos potenciais compradores. Pensamos que a solução do problema habitacional do país terá de passar por uma convergência de esforços a vários níveis. O processo de demolições e realojamento ocorrido no município da Matala (Huíla) em 2010 - apresentado no DVD SER HUMANO. História de Direitos Humanos em Angola, produzido pelo Mosaiko/Instituto para a Cidadania - pode constituir um exemplo inspirador para cooperação entre os diferentes actores sociais para resolver gradualmente o problema habitacional no país.

Há cada vez mais pessoas a recorrerem a Luanda à procura de melhores condições e querem a todo custo ter uma casa. Não será por isso que as grandes cidades vão crescendo de forma vertical, sem o máximo controlo das autoridades?

Pensamos que importa agir pelo menos a dois níveis. Antes de mais, termos um plano de desenvolvimento mais harmonioso entre as várias regiões (cf Constituição da República de Angola, art. 21º m). Temos grandes assimetrias entre as diferentes regiões e a grande maioria dos fundos públicos continuam a ser gastos nos grandes centros urbanos, aumentando ainda mais a sua capacidade de atracção em relação a outras zonas do país. Por outro lado, tanto nos grandes centros urbanos, como nos municípios com menos população, deveriam ser criadas zonas com infra-estruturas básicas, água, energia, saneamento, vias de acesso, transportes, escolas e postos de saúde, onde a população pudesse construir num sistema de auto-construção dirigida, de modo a inverter gradualmente o quadro de urbanização anárquica, de concentração excessiva de população nos grandes centros urbanos e de despovoamento do interior do país. É urgentíssimo que se criem zonas de Urbanização harmoniosas onde o cidadão comum que necessite de uma casa, possa livremente erguê-la, sem constrangimentos de ordem alguma nem recurso a esquemas. É preciso desburocratizar o acesso à licença de construção, que, na verdade, deveria ser uma autorização, visto a habitação ser um direito e não um favor. Estas demolições abusivas e deslocações compulsivas violam os mais elementares direitos da pessoa humana. Não precisamos de humilhar para alcançarmos os nossos objectivos. A nova marginal deve ser construída sob base harmoniosa, para que não venha a ser lugar de ódio para os que de lá foram «desterrados».

7.7 Fiscalização arrecada mais de cinco milhões de kwanzas

*Semanário Folha 08
08 De Junho de 2013*

Repartição vocacionada a fiscalização das normas administrativas, referiu que o valor arrecadado é resultado de 318 notificações emitidas, 81 multas aplicadas, 47 multas pagas, 34 multas não pagas, 217 embargos e 23 remoções, segundo aponta, uma nota de imprensa da instituição a que o folha 8 teve acesso.

O documento refere também, O trabalho de venda ambulante, sendo que a repartição dos Serviços de Fiscalização de Viana, realizou várias campanhas de sensibilização para acabar com os constantes casos de

desacatos às orientações da Administração Municipal de Viana, em relação às vendas anárquicas de produtos alimentares no casco urbano e arredores.

Ainda na nota, destaca sobre o trabalho de demolição de obras não autorizadas, a repartição demoliu 58 obras entre casebres, casas de construção definitiva, vedações em zonas tidas como reserva do Estado e o embargo de 217 obras em terrenos ocupados por supostos invasores na área do Kikuxi, Capalanga e Bitá Sapú, como foram recolhidos diversos materiais de construção. Quanto ao trabalho de coordenação, com outros organismos, o relatório informa que a Repartição dos Serviços de Fiscalização da Administração Municipal de Viana, durante o período em análise manteve coordenação com todos os órgãos afectos a Administração Municipal, Polícia Nacional e Militar, Programas Sociais do Zango e Sapú, facto que permitiu alcançar êxitos nas tarefas planificadas.

A fiscalização continua a trabalhar nos terrenos tidos como reserva do Estado, nas áreas da Sapú e Tande KM-30.

7.8 José Silva Ministro do Urbanismo e Construção

*Semanário Folha 08
08 De Junho de 2013*

O Com dados e factos, podemos comprovar, até provas juridicamente contrárias que o Ministro do Urbanismo e Construção, de seu nome José Silva, com o uso da força policial do Estado Angolano, está a tentar se apoderar, pessoalmente de um terreno pertencente ao cidadão Francisco Cafa José. Por este abuso de poder, o Ministro já provocou prisões arbitrárias e ruínas financeiras e morais a algumas famílias cujo crime é simplesmente o de possuir um bem que é cobiçado por gente que se dizem donos de Angola e das nossas vidas.

O terreno em causa de que se quer apoderar o Ministro José Silva, de acordo as vítimas, sustentadas por uma pilha de documentos cadastrais, homologados pela Justiça, situa-se defronte a Cidade Universitária Agostinho Neto, no Bairro Sapú, Município de Belas. Trata-se de um espaço de 7 hectares, herança de Maria Salanda, desde 1976, cujo Requerimento de legalização foi emitido em 2005, catalogado pelo Gabinete Jurídico em 2009 e confirmado pelo Director Geral, o digníssimo Hélder da Conceição José.

Finalmente a ilegalidade e arruaça provém dos dignitários do governo que, esses sim fazem uso

indevido das instituições do Estado de que são titulares, mandatados por este mesmo povo que eles despojam cruelmente. Os coitados populares, pacatos cidadãos, já gritaram com todas as energias, mas não encontraram apoios ou ninguém em protecção. Até a desdita Justiça os virou as costas e julgado mais a fundo, podemos dizer, quase fica em conluio com os malféitores. Mais uma vez um facto, a comprovar que o nome e o título estão acima de todas as leis. Voltaremos de forma mais extensiva e detalhada na próxima edição.

7.9 Os trilhos sinuosos da fiscalização

Folha 08

08 De Junho

A Direcção Provincial de Fiscalização de Luanda é, supostamente, regida por normas e procedimentos cuja finalidade se confunde com a mera intenção de apenas satisfazer ambições pessoais de certos indivíduos, sobretudo dos responsáveis, que administram a coisa pública como se fosse propriedade privada, transformando o respectivo organismo num instrumento de enriquecimento, denunciaram alguns funcionários.

O compadrio e amiguismo, de acordo com os funcionários denunciadores, são pressupostos fundamentais para ascensão de um cargo naquele departamento adstrito ao Governo Provincial de Luanda; como exemplo, os trabalhadores "descontentes" citam Luís Frederico, actual chefe de departamento de Inspeção e Transgressões Administrativas da DPFL, organismo chefiado por António Catembo, tenente-geral das F AA alega-se que Luís Frederico é sogro do antigo governador provincial de Luanda, José Maria, face ao parentesco com o chefe do executivo luandense demissionário foi indicado a director da Fiscalização no município do Kilamba Kiaxi, onde sofreu a censura dos funcionários e teve de ser substituído. A indicação do mesmo chocou a maioria dos funcionários porque chegou à liderança sem antes ter pertencido à DPFL. Nem com a exoneração do governador José Maria, Luís Frederico ficou desamparado, foi "amparado" na Direcção Provincial de Fiscalização de Luanda, onde lhe foi confiado a "direcção" de um departamento, mesmo na condição de funcionário eventual. "Para dar mais raiva na cara dos fiscais do Kilamba Kiaxi e a fim demonstrar que quem tem padrinho na cozinha manda, deixou no cargo o motorista dele", disse a fonte.

Com a indicação de António Catembo ao cargo de director provincial da Fiscalização, os funcionários do sector acima referenciado esperavam por

melhorias estruturais, mas tal situação permanece na mesma, Luís Frederico, parente do antigo governador provincial continua no auge. O amiguismo e o compadrio continuam salificados, "gozam de estatuto os trabalhadores contratados à luz da vontade do chefe", disseram.

Na óptica dos reclamantes, há uma certa intenção de afastar os quadros efectivos da DPFL, inclusive os mais antigos, aqueles que assistiram à criação do respectivo departamento afecto ao Governo Provincial de Luanda, "razão pela qual a maioria das comunas é dirigida por elementos que nunca fizeram parte da fiscalização e entraram sem concurso público", argumentaram os agentes efectivos do órgão supracitado.

A comparticipação das multas e a gestão do parque constituem os motes da contestação da vigência do director António Catembo que prontamente desmentiu as alegações acima descritas, considerando ser uma forma de semear a discórdia naquela instituição. Daremos continuidade ao trabalho na próxima edição.

7.10 Projecto Terra em debate

Jornal de Angola

13 De Junho de 2013

Técnicos de instituições governamentais da província do Bié estão a ser qualificados em matérias ligadas à gestão e administração da terra, num seminário que decorre na cidade do Cuito.

A formação, que decorre até sexta-feira com o apoio da FAO e financiamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), entra na sua terceira etapa e visa qualificar os formandos em delimitação de terras comunitárias.

Um dos responsáveis da FAO e coordenador do Projecto Terra, Francisco Carranza, destacou que este organismo das Nações Unidas colabora com o Executivo em temas ligados à terra, desde 1999, com realce para a elaboração de ferramentas jurídicas, entre as quais o apoio à Lei de Terra de 2004.

O membro da FAO referiu que a principal missão do Projecto Terra é ser uma referência de apoio ao Executivo nas áreas temáticas da gestão sustentável dos recursos naturais, o desenvolvimento territorial participativo e negociado, o pacote legal de terras e a relação entre a mulher e a terra. "Como o futuro se constrói no presente, hoje estamos juntos, desenvolvendo uma estratégia para a criação de condições que permitam a realização efectiva e

sustentável das delimitações das comunidades rurais, segundo indica a própria Lei de Terras", disse.

O responsável do Projecto Terra sublinhou que tem o apoio do Governo do Bié e parcerias com outras Organizações Não Governamentais (ONG) nacionais e internacionais, uma parceria de importância crucial, pelo facto do projecto ter como objectivo a criação de capacidades dentro das instituições responsáveis pela terra.

O vice-governador da província do Bié para a Área Social e Política, Carlos Ulombe da Silva, agradeceu o esforço das organizações não governamentais que em parceria com o Governo Provincial, trabalham no reforço da capacidade de intervenção em vários sectores públicos e da sociedade civil, para melhor compreensão da Lei de Terras.

7.11 Atestada a viabilidade da produção de feijão

Jornal de Angola
15 de Junho de 2013

Um estudo realizado este ano pelo Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (C E-TAC), apresentado na sexta-feira, no Huambo, revela que os solos com acidez média favorecem a produção em grande escala do feijão da espécie sicola.

Em declarações prestadas à Angop, o director-geral do CETAC, Joaquim Laureano, explicou que o estudo foi desenvolvido em três tipos de solos (com grande acidez, neutros e média acidez) onde foi cultivado feijão das espécies manteiga, sachinongue e sicola, tendo este último apresentado bons índices de produtividade.

A investigação insere-se nas acções do centro destinadas a encontrar variedades agrícolas que se adaptem à acidez dos solos da província do Huambo, muitos dos quais estão a ser abandonados pelos camponeses por se apresentarem pouco produtivos.

Joaquim Laureano considerou que a maior parte dos solos locais são ácidos e limitam a actividade agrícola, por apresentarem fracas colheitas e fracos resultados.

A única forma de valorizar estes solos, realçou, passa pelo melhoramento com a aplicação de adubo orgânico e melhoria genética, utilizando culturas que se adaptam às condições físicas e químicas destes tipos de solos.

"Os nossos resultados mostraram que o feijão sicola pode ser uma boa alternativa para os camponeses utilizarem os solos medianamente ácidos, em vez de

os abandonarem. O feijão manteiga, embora seja o mais consumido, foi o que apresentou resultados mais fracos", esclareceu.

O Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas, inaugurado em Novembro de 2012, destina-se ao estudo e investigação das alterações climáticas e preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas.

A criação do centro, o primeiro do género no país, enquadra-se no programa do Executivo para o relançamento do projecto de investigação científica e estudo das alterações climáticas, conservação e preservação do meio ambiente.

O aproveitamento das águas residuais, valorização dos solos, constituição de equipas de investigação e apoio à elaboração e aplicação de políticas e programas de preservação do ambiente, constituem, entre outros, os objectivos para os quais foi criado o Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas. Permite, ainda, aos especialistas, estudantes dos institutos médios e superiores ligados à área, aproveitar as possibilidades oferecidas para aliar a teoria à prática, numa província como o Huambo, que tem forte tradição académica.

7.12 Código Mineiro estimula os investimentos

Jornal de Angola
18 De Junho de 2013

As autoridades consideram que a nova lei que reduz os impostos sobre as operações mineiras em Angola, está a Influenciar as decisões dos principais dos protagonistas mundiais da Indústria diamantífera em relação a Angola.

Referindo-se ao novo Código Mineiro, o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, considerou que "a nova lei proporciona mais segurança aos investidores, dando-lhes certezas e transparência, além de garantir o direito de realizar a exploração mineira".

Embora a medida não vise também aumentar o investimento noutros minerais, como ouro e carvão, é no sector diamantífero que estão a ocorrer os principais desenvolvimentos. Contando com os impostos reduzidos e o facto do país ser um dos três principais detentores de depósitos de diamantes menos exploradas, a empresa sul-africana De Beers e a russa Alrosa estabeleceram operações em Angola.

O grupo De Beers declarou estar confiante em que vai encontrar um depósito de diamantes em Angola

que permita recuperar os 250 milhões de dólares (25 mil milhões de kwanzas) já despendidos em prospecção desde 2005. Durante este período o grupo já prospectou cinco concessões.

A De Beers descobriu diamantes numa área de três quilómetros quadrados na concessão de Mulepe, perto do Lucapa, na província da Lunda-Norte, onde o grupo tem uma participação de 49 por cento e a Endiana os restantes 51.

"Estamos confiantes de que vamos encontrar diamantes em quantidade que nos permitam recuperar o investimento já efectuado", disse o delegado do grupo em Angola, Pedro Lago de Carvalho. Quando for encontrado um depósito tem de ser feito um estudo de viabilidade, a que se segue a negociação do contrato mineiro.

Prospecções da Alrosa

Pedro Lago de Carvalho disse que Angola é de "alta prioridade" para a De Beers e confirmou que para exploração mineira foi atribuído um orçamento anual de 30 milhões de dólares (três mil milhões de kwanzas). A russa Alrosa afirmou que há uma grande probabilidade de novas descobertas de grandes jazidas primárias em Angola. Os geólogos da Alrosa realizam um trabalho preliminar para avaliar as áreas mais promissoras em termos de depósitos de diamantes primários.

A recente visita a Angola de Fyodor Andreyev, presidente da Alrosa, também foi a prova de que a empresa está a contar com a abertura de novas minas. Em Angola, a Alrosa e a Endiana têm uma participação de 32,8 por cento da mina da Catoca. De acordo com a publicação "Rapaport Magazine", que cita uma fonte da Alrosa, "os estudos geológicos que os peritos acumularam em Angola, provam que existe uma alta probabilidade de descoberta de novas grandes jazidas primárias no país".

A Alrosa discutiu a possibilidade de obtenção de licenças de prospecção para o empreendimento em duas regiões angolanas. Além das áreas marcadas pelas empresas De Beers e Alrosa, a Endiana anunciou em Março que vai arrancar com a produção de diamantes em quatro minas novas.

Citando António Freitas, o porta-voz da Endiana, a Bloomberg afirma que este novo projecto da concessionária angolana vai abranger duas minas de kimberlito em Tchizuoz na província da Lunda Sul, e Chiri na província da Lunda-Norte. A exploração começa no final deste ano ou no início de 2014. As minas em Tchizuoz vão ser geridas pela Sociedade Mineira de Catoca, Endiana, Alrosa e Odebrecht.

Exploração em Malange

Ainda de acordo com as informações de António Freitas, as outras duas minas, Tchiega na província da Lunda Sul e Mauá na província de Malange, próximo à fronteira com a República Democrática do Congo, são minas aluviais estando o início da sua exploração previsto para este ano. A Escom Investimentos e Participações, uma empresa angolana cujos interesses vão do sector mineiro ao imobiliário, também tem planos de começar com a produção de diamantes.

Hélder Bataglia, o presidente da empresa, disse que a área aluvial do Tchiega e o actual kimberlito do Luó (ambas propriedade da Escom) vão começar a produzir por mês um total de 35 mil quilates até ao final deste ano. A probabilidade de Angola vir a liderar a produção mundial de diamantes é tida pelos conhecedores do mercado como muito alta, desde que todos os projectos arranquem em pleno. A produção deste ano deve atingir os 10,9 milhões de quilates.

7.13 BUE prevê formal os empreendedores

Semanário Económico
20 De Junho de 2013

De acordo com coordenador nacional dos BUE, o objectivo é dotar o empreendedor de competências para gerir e fazer crescer o seu negócio.

Que apreciação faz da primeira Feira do Empreendedor?

É uma iniciativa salutar. O BUE e o ministério da Justiça associaram-se a esta iniciativa pois é um canal privilegiado para dar a conhecer e orientar os nossos potenciais empreendedores.

O BUE tem como objectivo incentivar a constituição e financiamento de micro e pequenos empreendedores.

A Feira do Empreendedor é o primeiro evento do género e a satisfaz este objectivo. Enquanto função pública temos de comunicar e todos os canais que forem criados são bem-vindos.

Observa-se um aumento do número de empreendedores?

Segundo dados que são divulgados em diversas instituições, o ministério da Economia por intermédio do BUE, o ministério da Finanças por intermédio da arrecadação de receitas de impostos, penso que temos actualmente um sector privado muito, dinâmico, que são os pequenos e micros

empreendedores. Temos muitas empresas constituídas quer no guiché único quer nos BUE.

Quantas empresas os BUE já constituíram?

Contamos 34 mil empresas constituídas no BUE. Destas, 26 estão licenciadas. Estes números dão nos a ideia de quantos angolanos têm a iniciativa de empreender a sua própria actividade. Não podem trabalhar todos para o Estado, ainda que existisse força de vontade não caberíamos todos.

Qual é o ramo preferido pela maioria dos empreendedores?

Julgo que é mais a prestação de serviços pois requer um capital inicial pequeno e não necessita de tanta especialização. Os pedidos de financiamento são dirigidos mais frequentemente para os serviços de moto-táxi e salões de beleza. Em Angola ainda enfrentamos dificuldades quanto aos transportes públicos e os serviços de táxis colectivos são exercidos de forma pouco profissional, até pela falta de regulação.

Que avaliação faz da execução do programa do BUE?

Actualmente, o programa está a sofrer uma estruturação, vai ser repartido em dois pilares essenciais. Em primeiro lugar, temos a descentralização, pois o projecto passou directamente para a coordenação dos governos provinciais, já que estão na linha da frente no programa de redução da pobreza e têm um contacto directo com os utentes. Em segundo lugar, temos uma alteração nos modos de financiamentos. Não terão acesso aos financiamentos, aqueles que não forem dotados de competências certificadas. Competências que resultam de uma formação de duas a oito horas nos institutos públicos vocacionados para uma formação desta natureza. E só depois o empreendedor poderá beneficiar do financiamento. A formação é condição sine qua non

Como será esta formação? Vamos introduzir a componente da formação básica mas intensiva, de quatro a oito horas. Iremos fazer a formação com os nossos parceiros. O BUE faz parte de um projecto que enquadra do âmbito do PROAPEM. Temos contactos avançados com as escolas públicas especializadas.

Quando começa a formação? Ainda não temos uma data prevista, mas ainda este ano.

Quantas pessoas pretendem formar?

Ainda é prematuro dizer. Porque não sabemos qual será adesão das pessoas.

o programa cumpre as expectativas?

As expectativas que tínhamos previam constituir 20 mil empresas e este número já foi ultrapassado, temos cerca de 34 mil empresas já constituídas. O BUE não tem única e exclusivamente a finalidade de financiar, mas também de apoiar a constituição e licenciamento de empresas. Através do BUE pretende-se formalizar determinadas actividades que funcionam no seu carácter informal, desde os documentos pessoais, desde a cédula a conta bancária, número de identificação fiscal, segurança social. O BUE não é uma intuição financeira.

Que dificuldades atravessa o projecto?

A falta de informação dos utentes. E também a ansiedade em construir rapidamente a empresa e aceder ao financiamento, mesmo sem preparação para gerir o capital recebido. Por isso, introduzimos com os nossos parceiros - ministério da Economia, PROAPEM - a componente da formação, visando dotar os empreendedores de conhecimentos básicos para dar início à sua actividade.

Quando é que um jovem pode se considerado empreendedor?

É muito difícil impor requisitos para ser considerado empreendedor.

O empreendedor não se faz por meio de decreto, no meu ponto de vista o requisito fundamental é força de vontade. O BUE têm uma serie de serviços integrados como a direcção nacional de registo e notariado onde o empreendedor se pode registar, obter o bilhete de identidade, o número fiscal e o número de Segurança Social.

Como está a decorrer o programa nas demais províncias?

Penso que não tem corrido diferente de Luanda. Na capital é natural que haja mais pedidos de licenciamento, a seguir está o Huambo e Benguela. Neste momento, temos 102 balcões a funcionar em todo o país.

E há projectos em agenda? Estamos a acumular conhecimentos e experiência com os nossos parceiros, o ministério de Economia, por intermédio do PROAPEM. O BUE poderá evoluir para outros serviços, a seu tempo, porque a administração pública não deve ser estanque ou ficar paralisada, mas responder às necessidades do cidadão.

O BUE terá um peso maior ara a economia?

Claro que sim. Se todos os jovens acatarem, porque as grandes economias não são feitas por grandes empresas, mas são as pequenas e médias empresas que dão maior número de emprego. Os BUE dinamizam a economia e satisfazem as necessidades' da comunidade, quer pela sua proximidade, como pela sua estruturação simplificada

O que acha da cadeira de empreendedorismo no ensino secundário?

É necessário que os angolanos não fiquem indiferentes diante do que é feito no resto do mundo. Temos de perder a ideia de que terminando os estudos devemos trabalhar para o Esta do ou uma empresa privada.

O estudante deve adquirir conhecimentos sobre a iniciativa privada, quem cria a riqueza é a população, através de iniciativas de empreendedorismo.

É natural que este espírito de empreendedorismo comece na escola.

Circulou informação, segundo a qual o BUE deixou de receber documentos. É verdade?

Não nunca deixámos de receber documentos. O que se passa é que muitos jovens que vivem num terminado município dão entrada do processo noutros e municípios. A administração é que diz, através do aval moral, que determinado cidadão é um potencial empreendedor que reside naquela comunidade. De outra forma estaríamos a desvirtuar o projecto.

7.14 Mais de 20 mil empresas criadas em nove anos

Novo Jornal

21 De Junho de 2013

DOIS NOVOS GUICHÉ Único de Empresas (GUE) vão entrar em funcionamento na próxima semana, em Luanda, enquadrados nos planos de expansão e de modernização desta rede constituída para servir o empresariado. Desde 2004 foram criadas 20 mil empresas.

"No GUE já foram constituídas mais de 20.000 empresas. É um trabalho árduo e este ano, até Abril, foram constituídas mais de 1700 empresas. Registamos apenas a dissolução de uma empresa, por isso devo presumir que as restantes estão a funcionar. Em média constituímos 20 empresas por dia, em diferentes áreas como o comércio, hotelaria, construção civil, transportes, exportação e importação. Inclusive já constituímos bancos e

seguradoras", explica Israel Nambi, conservador-adjunto do Guiché Único de Empresas que no ano passado teve receitas acima dos 1,5 mil milhões de kwanzas.

De acordo com o conservador-adjunto do GUE, o objectivo nesta fase é levar o serviço a outras zonas da capital. 'Actualmente contamos com um único balcão mas a partir da próxima semana teremos mais dois novos GUE em Luanda. Um nos Coqueiros e outro na zona do Gamek, que no fundo vai atender um pouco a área peri-urbana de Luanda, indo de encontro à descentralização dos nossos serviços", disse Israel Nambi.

O plano de expansão deste órgão do Ministério da Justiça contempla ainda outras regiões do país com movimentação comercial considerável. A partir do segundo semestre deste ano a possibilidade de se constituir uma empresa em um dia vai deixar de ser exclusiva de Luanda, passando a estar disponível para os investidores de outras quatro províncias do país.

"A partir do segundo semestre deste ano vamos apostar em outras regiões do país e estaremos em Benguela, Cabinda, Huambo e HUILA. Porque a nossa actividade é específica e tem em atenção a dinâmica comercial de cada província", justifica o conservador adjunto do GUE.

Com a abertura, na próxima semana, dos dois novos GUE, Luanda vai passar a ter três, onde se espera que a experiência adquirida ao longo destes nove anos de existência do primeiro GUE venha a ser um forte aliado para os utentes interessados nos seus serviços - embora a questão do licenciamento das empresas seja encarada com alguma complexidade.

Complexidades que passam pela emissão dos alvarás para o início da actividade, que alguns investidores não entendem o porquê do Guiché Único de Empresa não os poder passar, ficando dependente do órgão de tutela do ramo de actividade a ser exercido.

Situação que o conservador adjunto do Guiché Único de Empresas compreende, até porque os estatutos do seu organismo contemplam o licenciamento, mas que por questões técnicas não tem sido implementado.

"Os estatutos do GUE prevêm o licenciamento, mas temos tido algumas dificuldades técnicas que já estão a ser ultrapassadas e brevemente poderemos usar o mesmo mecanismo que o Balcão Único do Empreendedor (BUE) utiliza, o chamado licenciamento provisório, em que o utente sairá do Guiché Único com o seu alvará disponível e terá um tempo para tratar do alvará definitivo", explica Israel Nambi, que, no entanto, alerta para a delicadeza da

emissão dos alvarás devido a actividades específicas como a comercialização de medicamentos e produtos perecíveis, que carecem de um tratamento diferenciado.

Os custos para a constituição de empresas, que alguns investidores consideram altos, preocupam o vice-conservador do GUE, que mantém a esperança na comissão constituída pelo executivo que poderá propor a revisão das despesas emolumentares e obrigações fiscais, sobretudo no momento da constituição da empresa. Quem sabe assim os interessados em constituir empresas deixam de pagar entre 100 a 300 mil kwanzas quer para a criação de uma sociedade por cotas, que exige um capital mínimo inicial equivalente a 1000 dólares ou na sociedade anónima, com capital inicial mínimo equivalente a 20.000 dólares.

Mas ainda assim a confiança no sucesso desta empreitada é uma "certeza" para o responsável do GUE que socorre-se do número de empresas constituídas como garantia para o sucesso destes instrumentos de apoio ao investidor. FAUSTINO DIOGO

7.15 Emigrantes monopolizam o comércio

Semanário Agora

22 De Junho de 2013

Cada prato de feijão de azeite palma, com língua de vaca e dobrada custa 200 kwanzas. A tarifa sobe para 300 kwanzas se tiver a guarnição de fungo de bombó a reforçar o pitéu, entenda-se o almoço. Este é um dos retratos possíveis na Rua 18 do Bairro Mártires de Kifangondo, no distrito da Maianga, em Luanda.

Não se tratando de um festival de degustação, somos obrigados a expandir o foco da nossa reportagem. Sem antes fazer alusão, que as palavras "comércio geral e serviços" são as que melhor definem o complexo de ruas 20, 18, 17, 16, 14 e 13, sendo que a Rua 15 é a campeã da agitação desta zona da capital do país, que outrora chamava-se Bairro Salazar.

Os comerciantes que perambulam pelo Mártires de Kifangondo são de várias latitudes do continente africano, como sejam da Costa do Marfim, do Mali, do Senegal, da Mauritânia, do Burkina Faso, da Guiné-Bissau, da Serra Leoa e Libéria.

Obviamente que as nossas zungueiras (vendedoras ambulantes) pintam aquelas ruas a comercializar os produtos diversos. Como que se falar delas fosse pecado, surge uma com o pregão habitualmente

estridente: "Sabão e Omo!". No outro lado da estrada, junto à escola Bom Saber Nr.º 2.022, a peixeira solta a voz: "É carapau grosso! É kimbumbo!". O nosso fotógrafo por pouco deixava cair o seu instrumento de trabalho. Assustado, mas já refeito, voltou a disparar mais umas quantas fotos - ainda bem que tinha a máquina a tiracolo.

Eram 8 horas da manhã. Os comerciantes começavam a tomar as suas posições. Ainda pudemos verificar as vendedoras de fardo a montar as suas pilhas de roupa, peça a peça, enquanto os fogareiros rudimentares onde os malianos fazem os franguités -frango assado regado com óleo vegetal e cebola às rodelas servida em folhas de papel de origem duvidosa, mas isto é pano para outra reportagem.

Tudo à venda

Exala a café. Nas ruas 15 e 16, os cidadãos originários da África Ocidental estão sentados com cafeteiras térmicas e vendem cada copo a 100 kwanzas. Por falar em bens e serviços, algumas pessoas ouvidas pelo Agora disseram que no Mártires há de tudo à venda.

A prostituição é a maior nódoa nesta zona de Luanda, tal como nos confirmou Doroteia Kipungo, cidadã angolana natural de Malanje. "Aqui mesmo na Rua 13, se o Sr. jornalista vier aqui à frente do Centro Recreativo Casa Mônica "Monique", a partir das 19h, vai ver que essas miúdas quitatas -prostitutas vendem o corpo. Quase já se tornou hábito. Há também o negócio da droga, mas desse prefiro não falar. Fale com os jovens, eles sabem".

Estes assuntos escabrosos colocam-nos em alerta sobre possíveis acções incorretas e ignoradas. Os jovens para quem a Sra. Kipungo dirigiu a nossa equipa de reportagem mostraram-se indisponíveis e sem interesse em mostrar o que têm vivido naquela zona encravada entre os bairros Cassequel, Prenda, Maianga e Cassenda, bem no coração de Luanda.

“ Há senhoras que vivem em concubinato com cidadãos do Mali. Há rapazes, filhos de mães angolanas e pais, estrangeiros que estão retirados fora do país, tudo porque foram levados à revelia pelos seus progenitores, sem documentos. Conheço residentes ilegais que desenvolvem acções fora da lei, escamoteadas, como é o caso, por exemplo, do comércio precário, de tirar fotocópias nos cibercafés. Há de tudo aqui, até falsificadores de dinheiro", revelou uma fonte do Agora que pediu anonimato.

A reportagem seguiu, enquanto vendia-se nos passeios e à beira da estrada sandes de frango com

repolho e cenoura ao preço de 200 kwanzas. A Rua 15, frequentada por gente de toda a estirpe, a meio da manhã fica estreita, os carros particulares que aí estacionam e as carrinhas que transportam as pipas de fino encolhem-na.

Malianos e costa-marfinenses trocam dólares à berma da estrada em pequenos ajuntamentos de três ou quatro pessoas. É comum vê-los a esfregar os dedos polegar e indicador um no outro e a chamar os transeuntes que passam:

"Amigo, nota!". Se a pessoa pára eles avançam com a oferta: "Estamos a dar 10.350 kwanzas por uma nota de 100 de Benjamim Franklin". A poucos metros está a casa de câmbios Mere Halima, Lda., que sofre esta concorrência desleal, por trocar notas por menos, ou seja, 10.200 kwanzas por uma nota verde de 100 dólares.

Comunidade Muçulmana Acima Dos 100 Mil

Na loja Drame Kunda (Casa Drame), que comercializa telefones celulares e materiais afins, o cidadão costa-marfinense Drame Mamadou explicou à nossa reportagem por que emigrou. "Fugi para Angola por causa da guerra em 2009. O meu país estava duro", disse, acrescentando: "Depois da África do Sul, a vossa pátria é a segunda melhor dentro do nosso continente, em que o negócio anda facilmente".

No outro lado da estrada, dentro de um pequeno quintal, há uma pequena mesquita, várias cafeteiras dispersas no chão e algumas meninas angolanas vão aprontando o almoço. Soubemos que foram instruídas para confeccionar os pratos malianos. São quase onze horas.

Ainda dentro do mesmo espaço cambia-se dólares, vende-se tâmaras não confitadas, grelha-se frango, vende-se copos, medicamentos para massagem, chullay (ambiente) e dispensador de incensos. A sensação que se tem é de que estamos na era de Cristo, quando o filho de Jeová expulsou aqueles que faziam da casa do seu pai casa de negócio. Conforme escrito na Bíblia no livro de João 2:13-17

Proseguimos, evangelizações à parte. várias pessoas dispostas à volta de uma bacia de alumínio comer arroz e pequenos pedaços de peixe com as mãos. Mohamed Cissé informou que "esse hábito de comer sem ajuda de utensílios, como colher e garfo, faz parte da tradição africana".

"A maioria de nós veio do Mali, Costa do Marfim, do Burkina Faso, da Serra Leoa, do Senegal, da Gâmbia, do Níger, da Mauritânia, da Guiné-Bissau e temos esta relação de amizade. Dedicamo-nos ao comércio,

que é uma espécie de tradição". Há também o malinke - um dialeto comum entre os cidadãos destes Estados membros da CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África ocidental.

"Estou em Angola desde 2007, e para a esmagadora maioria dos meus contemporâneos os problemas estão em tratar dos documentos. Há muita burocracia, pediram-me muitos documentos", informou aquele cidadão, que é adorador de Allah. Recorde-se que em Dezembro, o Agora entrevistou Diakitê Adama, responsável da comunidade muçulmana que naquela altura revelou serem mais de 100 mil pessoas em Angola.

Sem querer resvalar em aspectos de foro religioso, novamente seguimos até a Rua 8 do Mártires do Kifangondo, onde está a primeira mesquita implantada em Angola. Contudo, Diakitê Adama encontrava-se fora de Luanda o que inviabilizou o contacto com esta figura que segue os preceitos do profeta Maomé. É importante ressaltar que nem todos os cidadãos do oeste africanos são muçulmanos, mas seria interessante saber quantos são e que acções desenvolvem no nosso país.

A nossa conversa já foi cortada.

Na Rua 15 o dia é sempre agitado. Os cambistas informais vêem uma viatura Land Cruiser branca e escondem-se. Não querem ser apanhados pela Polícia Económica, conforme nos explicou Samba. No interior da viatura os ocupantes captam fotos com os telemóveis.

"Em tempos levaram um irmão nosso que só foi solto depois de 'dar' a gasosa de 1.500 dólares", alegou.

A correria não pára. Os cibercafés estão abertos, as zungueiras passam com os seus pregões. O comércio e a oferta de serviços é frenética: roupas, calçados, frango, cabrite, iogurtes, (cabrito assado no fogareiro), chinelos, posições, medicamentos, lubrificantes, telefones, aluguer de viaturas e arrendamento de quartos.

Os candongueiros passam e as pessoas também, num vaivém constante. "Há muitos negócios à vista e outros à socapa", segundo a nossa fonte, que não dispensa o direito de se manter no anonimato.

7.16 Quando o diamante não brilha na vida das pessoas

Jornal o País

28 De Junho de 2013

Uma corda de sisal ornamentada com tiras multicolores de sacos de plásticos, a fazer a vez de reflectores, indicanos ser a cancela de um posto de controlo policial.

Dois agentes da Polícia Nacional, um da Migração e Estrangeiros e um outro das Forças Armadas Angolanas, guarnecem o local.

O dia se apressava para dar lugar à noite.

Boa noite meus senhores- dirige-se para nós um jovem polícia, pelos vistos bastante educado.

"De onde vêm? Qual é o vosso destino?"

Perguntas da praxe a que fomos respondendo sem qualquer dificuldade. Já trazíamos a lição de cor.

Sempre num tom muito cordial e sorridente, o polícia prossegue: "O que vos trás por cá? É a primeira vez que cá vêm?"

E, finalmente- "o documento do carro e ... a sua carta de condução, por favor". Vira e revira os documentos, desfaz a ordem de arrumação, repara a carta de condução. E, depois de confirmar a chapa de matrícula, devolve os documentos com um pedido para os voltar a ordenar (os documentos).

"Muito obrigado e sejam bem-vindos a Cafunfo!"

O gesto foi seguido por outros guardas que, sentados à volta de uma fogueira, do nosso lado direito, pareciam, até então, não querer nada connosco. Aliás, um deles já tinha dado conta, de que éramos jornalistas.

Antes de pôr a máquina em andamento, o nosso "amigo" teve tempo de fazer uma grande "revelação": "chegaram à terra de muito diamante e muitas meninas bonitas!". Só não percebemos, de imediato, o tom sarcástico implícito naquelas palavras.

Mais uns solavancos aqui e ali, mais uma curva, uma subida, outra descida tínhamos, finalmente, atingido o nosso destino.

Para trás ficavam 50 quilómetros de um percurso penoso que constitui um verdadeiro teste à perícia e à genica de qualquer homem do volante.

A viagem leva nada mais do que duas horas, quando em condições normais, poderia ser feita em pouco menos de meia hora.

São buracos de todos os tamanhos originados pelas últimas, ou anteriores chuvas, abertos ao longo de todo o troço que liga o sector diamantífero de Cafunfo à vila do Cuango, sede do município homónimo.

De longe em longe, um ou outro pedacinho de asfalto, pelos vistos com muitos anos de "vida", vai teimosamente resistindo, fazendo a diferença, e servindo de alívio momentâneo aos utentes da via.

A reabilitação 'deste troço tarda a chegar embora neste momento estejam a decorrer obras de construção de pontes definitivas sobre o rio Cuango e seus afluentes.

A zona de Cafunfo, denominada de "sector diamantífero", está encravada entre os municípios do Luremo, Kaungula e Cuango, sendo parte deste último, do ponto de vista administrativo. São regiões que integram a província da Lunda-Norte tradicionalmente conhecidas como potencialmente ricas em diamantes.

A estupefação não tardou

Mas Cafunfo é isto? - interrogamo- nos, incrédulos. Sem saber para onde nos dirigirmos, porque a escuridão era enorme, resolvemos buscar instruções e orientação através das nossas fontes.

Minutos depois, o telefone toca e os nossos facilitadores, depois de repetirem o gesto dos guardas, aconselham-nos a seguir sempre em frente até encontrarmos um banco e depois a hospedaria. Sob o barulho ensurdecido de um potente gerador, junto ao hospital local recebemos de um jovem instruções acertadas sobre o local onde nos devíamos hospedar.

"Não temos mais quartos vagos, meus senhores" - avisa-nos o gerente, também bastante simpático. "Temos apenas um, mas com uma só cama, pode ser?" perguntou, ao que negamos. Ao longo do hall da pensão, na verdade um velho edifício carcomido pelo tempo e a reclamar por reabilitação, três homens conversam numa língua não local. Apercebemo-nos tratar-se de gente de outras paragens, de resto, uma parte expressiva dos habitantes de Cafunfo, hoje.

Conversa mais conversa, o nosso anfitrião aconselha-nos a ir para a outra pensão, observando que depois daquela não havia mais nenhuma hospedaria na zona.

Acabamos por ficar na última, onde pernoitamos, sob uma saraivada de mosquitos.

Abanga acabou

Enganam-se aqueles que ainda pensam que Cafunfo continua a ser sinónima de fonte de dinheiro, de riqueza e de vida abastada para quem lá vive ou se desloca. Já não é o que era ou que se dizia ser.

Já lá vai o tempo em que os locais, os lunda-tchokwe, os bangalas, mussocos, holos ou quem quer que fosse, eram conhecidos por gente que andava de "blue jeans", exibia mascotes e anéis de ouro e estacionava "grandes máquinas" mesmo que fosse defronte a uma casa de pau-a-pique.

Já lá vai, também, o tempo em que homem Lunda-Tchokwe era conhecido como sendo um "bon vivant" que comia e bebia à brava e gastava, num só dia, todo o dinheiro que tivesse, na "desbunda", para no dia seguinte voltar ao garimpo com o fito de trazer de lá o saco novamente cheio de "pedras preciosas".

Os habitantes locais, os jovens, em particular, estão hoje entregues ao ócio, com todos os comportamentos dele resultantes. Alguns vivem de pequenos negócios ou ofícios, no mercado informal, ou são camponeses, ou então trabalham para os estrangeiros a troco de péssimas recompensas.

O garimpo há muito deixou de ser permitido pelas novas regras de comercialização de diamantes e toda a actividade de extracção artesanal é severamente punida pelas empresas de segurança, quantas vezes com uso de métodos ilegais, segundo relatos.

Daí que Cafunfo é hoje uma zona onde a pobreza campeia no seio de algumas famílias e é bastante visível no rosto até de crianças, jovens ou adultos. A luta pela sobrevivência também é patente nos becos ou esquinas.

O poder de compra dos cidadãos baixou a níveis tais que os preços hoje praticados são basicamente os mesmos que em qualquer parte de Angola.

À excepção da gasolina, que está a 75 kwanzas o litro, e eventualmente de um ou outro produto, a cerveja, a gasosa, as refeições adquiridas nas poucas tascas da vila, estão ao mesmo preço de Luanda. As deslocações do Cuango para Cafunfo são feitas, maioritariamente, a pé pela população, porque a degradação da via não permite a circulação de viaturas para transporte público. Outros fazem-no de motorizadas e de viaturas privadas que fazem o

serviço de táxi que, mesmo assim, se arriscam a acidentes e à destruição precoce dos meios.

Cafunfo, que está feito num vilarejo onde o musseque se mistura com a zona nobre e a areia substituiu o cimento ou o asfalto é, por assim dizer, uma sombra de si mesma.

As infraestruturas locais conhecem uma degradação acentuada. Cafunfo não tem luz eléctrica, por aquilo que percebemos, desde o período da sua ocupação pela UNITA, entre 1992 e 1998. Nem mesmo de fonte alternativa. Apenas uma parte da vila beneficia de água canalizada e mesmo assim de forma irregular.

Há, ao certo, explicações para este estado de coisas e foi pena não ter sido possível ouvir a versão das autoridades administrativas locais porque foi uma visita de algumas horas e, com um propósito determinado, e para mais durante um fim-de-semana. Mas a esperança começa a mostrar-se nas pontes definitivas que se constroem nas vias.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Fontenários transformados em locais de garimpo de água

Semanário Factual
01 De Junho de 20134

A actividade aí realizada, para além de causar grandes perdas financeiras para a Empresa Provincial de Aguas de Luanda (EPAL), origina ainda a deterioração da via conhecida como rua do Tunga Ngo, com o surgimento de charcos e lamaçal que, em conexão com o lixo, causa um cheiro nauseabundo.

De realçar que face à aderência dos camiões cisternas, naquele local nasce também uma pequena pracinha onde são confeccionados alguns alimentos.

Joana Manuel, moradora da circunscrição falou ao Semanário que "nós, aqui no bairro, se falarmos, teremos problemas com os Jovens que puseram as moto- bombas no fontanário".

Contactado pelo Factual, um dos camionistas afirmou que a retirada de água no fontanário se deve à falta de abastecimento nas girafas do tanque do Cazenga. "Sabemos que não é lícita a retirada de água aqui no fontanário, mas existe muita gente a precisar de água e me disseram que estão a abastecer camiões aqui e vim também", explicou.

O Factual tentou ainda falar com os jovens que fazem o garimpo de água no fontanário situado no

bairro da Precol, mas não foi possível.

A senhora Joana Manuel afirmou que a EPAL deve fazer um trabalho de fiscalização, no sentido de responsabilizar os indivíduos que praticam estas acções.

"Esta situação prejudica-nos, como moradores. Se porventura a EPAL fechar a água, não sabemos onde parar, porque aqui não corre água".

Segundo o Conselho de Administração da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) , tem sido desanimador o facto de muitos garimpeiros de água em Luanda não sofrerem nenhuma penalização, depois de detectados e encaminhados à justiça.

A EPAL defende a existência de uma legislação que penalize os indivíduos que se dedicam ao abastecimento ilegal de água potável, bem como aqueles que vandalizam as linhas de abastecimento em detrimento de benefício próprio.

De ressaltar que os veículos que adquirem água ilegalmente dos garimpeiros, comercializam por 300 a 500 dólares em locais mais recônditos quando há escassez do produto.

Bairro Precol há muito sem água corrente

Os residentes do bairro Precol há muito que se debatem com a falta de água corrente.

Segundo explicações, já foram feitos os trabalhos de canalização por uma empresa chinesa contratada pela casa militar, mas, até o momento, nunca foram feitas as ligações domiciliares.

Segundo os moradores, depois de feita a canalização pela empresa chinesa, as residências ainda carecem de água corrente, devido à falta de ligações domiciliares, e para conseguirem sobreviver são obrigados a comprar em camiões, no valor de cinco a sete mil kwanzas, uma cisterna de cinco mil litros.

Os moradores afirmaram que já existem os contadores novos nas residências, mas o que os preocupa é a falta de ligação às residências, embora os funcionários da EPAL sempre passassem pelo bairro para a distribuição de algumas facturas.

De destacar que vários bairros do distrito do Rangel se encontram sem o abastecimento de água potável, e a única alternativa têm sido os camiões cisterna. O facto tem causado o desespero de muitos moradores que almejam um dia ver jorrar nas suas torneiras o tão precioso líquido.

8.2 Abastecimento melhora em Setembro

Jornal de Angola
03 De Junho de 2013

A conclusão em Setembro das obras de uma conduta com mais de cem quilómetros de comprimento, iniciadas em 2010, vai permitir abastecer de água potável centenas de milhares de habitantes de comunidades do Cunene, revelou no sábado o vice-governador para os serviços técnicos e Infra-estruturas.

O empreendimento vai beneficiar ainda os animais e permitir a prática da agricultura de regadio às populações residentes ao longo da conduta, salientou Cristino Ndeitunga.

Neste momento, estão lançadas as infra-estruturas que permitem o fornecimento de água aos diferentes pontos da cidade de Ondjiva, com realce para a zona norte, ao mesmo tempo que decorre um

levantamento destinado a encontrar a melhor forma de fazer chegar a água às localidades de Ongó, Chiedi, Omupanda, Namacunde e Santa Clara.

Quando ficar concluído o projecto, prevê-se que quase dois terços da população da província passe a ter acesso à água.

No próximo mês de Setembro, o abastecimento de água potável às populações de Ondjiva e das localidades da Môngua, Bulunganga, Missão Católica de Omilunga e vila de Xangongo começa a ser feito, a partir do rio Cunene.

Cristino Ndeitunga garantiu ainda que as obras de construção decorrem dentro dos prazos estabelecidos e sem sobressaltos e incluem ligações domiciliárias em Ondjiva e bairros circunvizinhos.

O programa de construção de casas sociais nos seis municípios da província, e de vias rodoviárias, no âmbito dos investimentos públicos do Governo Provincial, decorre a bom ritmo.

Cristino Ndeitunga realçou que, no ano passado, foram programadas 72 acções, das quais 35 foram concluídas e 37 estão em curso. Quanto ao Programa Nacional de Habitação, foram concluídas, até agora, 225 casas a nível dos seis municípios, do total de 1.200 previstas para a província. Está ainda em curso a reabilitação dos troços Santa Clara/Ondjiva, numa extensão de 40 quilómetros, e Humbe/Cahama, de 88 quilómetros, além do eixo Ondjiva/Cuvalai, numa distância de 170 quilómetros. Recuperação das vias secundárias e terciárias são outra das prioridades do Governo Provincial para os próximos tempos, por serem condição indispensável ao desenvolvimento da província mais ao sul do país.

O responsável salientou que há projectos elaborados, que concorrem para a melhoria das referidas estradas, além de acções destinadas a ligar as sedes municipais de Curoca e Cahama, com o objectivo de desenvolver a região oeste do Cunene. Estes poderão ser executados dentro dos próximos dias.

8.3 A dramática procura incessante de água

Jornal de Angola

05 De Junho de 2013

O pequeno Sabonete Kiqui, de 12 anos, está entretido no encaço da água no interior de uma cova que ele mesmo abriu dentro de uma represa seca. À distância, divisam-se apenas os movimentos constantes da cabeça e do braço, num entra e sai,

enquanto duas cabras com sede vigiam o pequeno homem, ao quererem tomar de assalto a fonte. Sem dar trela aos animais, Sabonete retira, com a ajuda de uma caneca, o precioso líquido da profundidade e enche, a conta-gotas, um balde para consumo de casa. O exercício leva quase uma hora. O fio de água é ténue e dá os últimos suspiros.

Sabonete é um dos 140 mil habitantes de Onepolo, uma das muitas localidades da comuna de Ombala yo Mungo, no município de Ombadja, província do Cunene, que estão a viver o drama da seca prolongada. O quadro desta zona é desolador, pessoas e gado disputam pequenas fontes de água ainda existentes e que não têm mais de uma semana até se extinguirem.

O sol é abrasador e a sede aperta. Mas nem assim o menino se comove com a aflição dos dois animais. Depois de acabar de acarretar água, cobre o buraco com um amontoado de pinheiros para que nenhum sorrateiro invada o local, pois é o único recurso da família.

O fenómeno rouba o sono a todas as famílias, sem excepção. Ter água em casa para beber ou para cozinhar é uma tarefa que exige muito esforço. Tomar banho ou lavar roupa tornou-se uma coisa do outro mundo, motivo suficiente para fazer valer a velha máxima dos historiadores de que, "para os cuanhamas, o problema da água é o mais preocupante".

Em Onepolo, a população encara a situação como um duro golpe nas suas vidas, porque em momento algum do passado viu secar a represa que sempre foi a fonte de água para todos os fins, inclusive para o abeberamento do gado. A represa da localidade deixou de acumular água suficiente no princípio de 2011, altura em que também deixou de chover com regularidade. De lá para cá, surgiu uma estiagem prolongada, daí a existência de sede e fome, porque as lavras nunca mais produziram.

O ambiente é de aperto no coração e incertezas quanto ao futuro, já que este é apenas o princípio de uma longa caminhada que vai certamente até Outubro ou Novembro, altura das próximas chuvas. É

a travessia de um grande deserto. Entre os habitantes paira o medo de se perderem vidas humanas e a população animal, principalmente, por escassez de água e comida, visto não ter chovido o suficiente para permitir aos camponeses lançarem as sementes à terra.

A grande represa

Da grande represa, até então temida devido à sua profundidade, hoje resta apenas lodo. A comunidade aproveita os espaços húmidos, onde cavam até alcançarem a água. É um exercício que exige técnica própria e muita paciência, sobretudo porque o líquido vai sendo absorvido pelo solo. Nahambo Libório, uma menina de 14 anos, é encontrada pela reportagem do Jornal de Angola, juntamente com algumas mulheres, a fazerem cacimbas dentro da represa seca para encontrarem água. Mas nem todas conseguem. A pequena está a faltar à escola há já uma semana para se dedicar à procura da água, numa clara ajuda à sua mãe grávida e que não pode efectuar trabalhos pesados. O pai e o irmão mais velho levaram o gado até às margens do rio Cunene, a mais de 50 quilómetros, onde há água e pasto. A aldeã Juliana Muesimona, de 30 anos, afirmou que nunca viu uma situação do género em toda a sua vida. Nos anos anteriores faltou água nos meses de Agosto e Setembro, mas desta vez é muito diferente. "Nas nossas casas há muita fome. As nossas lavras não têm nada, porque não conseguimos cultivar por falta de chuva", lamentou a mulher, recordando que noutros tempos os camponeses estariam na fase da colheita dos produtos.

Soba pede apoios

O soba de Onepolo, Mateus Salukeni Salumbu, 60 anos, afirma nunca ter vivido uma situação de seca idêntica a esta, pelo que pediu ao Executivo e à sociedade para mobilizarem os recursos necessários para ajudar a população, porque há o risco de muita gente e gado vir a morrer de fome e de sede.

"Água para as pessoas não há, nem para o gado. Não sabemos o que vai acontecer daqui para a frente, porque temos mais cinco meses de seca por enfrentar", lamenta a autoridade tradicional.

Muitos dos habitantes da localidade estão a ir buscar água à vizinha Namíbia com a ajuda de carroças de tracção animal, uma caminhada que dura quase um dia inteiro, pois são mais de 30 quilómetros de ida e volta. Outras pessoas esperam que os próprios namibianos tragam água, que comprem com o dinheiro da venda de alguns animais dos seus rebanhos. O dinheiro também serve para comprar comida. Jackson Haitembo, criador de gado, disse que não vê outra saída para salvar o seu gado se não transportá-lo até à beira do rio Cunene e instalar-se lá o tempo que for necessário, sem olhar a distâncias.

A força das mulheres

A povoação de Ondobe ya Kahole, na mesma comuna, também enfrenta a seca. Algumas mulheres uniram forças e foram atrás da água dentro de uma lagoa também seca. Com muita persistência, usando enxadas e pás, lá conseguem encontrar o líquido a uma profundidade de mais de dez metros, e em quantidade que não sustenta a comunidade.

Fátima e Ndakalako são duas mulheres cheias de força e coragem. Não poupam forças para conseguir água e participam sempre na abertura de mais poços, enquanto os maridos levam o gado em transumância. A água daí retirada chega apenas para beber e cozinhar.

Abandono escolar

Os alunos da escola de Ondobe ya Kahole estão a abandonar as aulas para se dedicarem ao pasto e à procura de água para consumo. O professor Paulo Mateus Tyamba refere que neste ano lectivo foram matriculados 114 alunos, mas o número daqueles que marcam presença diariamente não passa dos 40. "Os que vêm hoje, amanhã já não vêm, porque têm de ir atrás da água para consumo ou então levar o gado para o abeberamento, a 20 quilómetros daqui", explica.

"As pessoas saem às 4h00 da madrugada para a localidade de Ombalando, na Namíbia, a 15 quilómetros, e só regressam por volta das 15h00. Os alunos, às vezes, faltam três dias consecutivos à procura da água".

Nestas deslocações ao país vizinho, a população utiliza carroças e bicicletas para transportar água.

Estratégias das autoridades

O administrador municipal de Ombadja, Domingos Tabí, que fez uma incursão à comuna para se inteirar da crise, disse que mais de 140 mil pessoas estão afectadas pela fome e pela seca. "A constatação que fizemos é a de uma situação alarmante, por isso é urgente tomar medidas, sobretudo no domínio da água", adiantou o administrador, que mobilizou os sobas para melhorarem as vias de acesso e assim facilitar a distribuição de água através de camiões cisternas.

Domingos Tabí esclarece que foram adquiridos 30 tanques plásticos de dez mil litros cada na Namíbia, que vão ser fixados em diferentes pontos da comuna e que periodicamente vão ser abastecidos por camiões cisternas para a população, como medida de emergência da Administração Municipal, até que os

governos da província e Central tomem decisões perante a fome e a seca.

O administrador disse que as restantes comunas do município, Naulila, Humbe e Mucope, também vivem a seca. Contudo, vários apoios em alimentos e outros bens não consumíveis já começaram a chegar à província, oriundos de organizações da sociedade civil e do Executivo.

8.4 Governo abre vários furos de água

Jornal de Angola
05 De Junho de 2013

Novos sistemas de abastecimento de água potável, que funcionam com energia solar, estão a ser executados pelo Governo Provincial da Huíla, no município dos Gambos, com vista a minimizar os efeitos da seca.

O director provincial da Energia e Água da Huíla, Abel João da Costa, salientou que a instalação dos referidos sistemas permite o bombeamento de água, mesmo no tempo seco. Estão a ser igualmente abertos nas localidades da Chibemba, Rio d' Areia e Chiange.

Abel João da Costa informou que, a par da abertura de novos furos, estão a ser reabilitados outros mais antigos nas localidades da Taka, Chiange, Chibemba, Tyipeio, Tyitongotongo e Uya Wonganbwe.

O Governo Provincial da Huíla está a estudar e a materializar acções concretas, que visam dar soluções rápidas aos efeitos da seca.

Para o município dos Gambos, a Direcção Provincial da Energia e Água e a Administração Municipal procederam à abertura de quatro furos alimentados por energia solar, que fazem parte de um programa de criação de outros 16 furos.

Quanto ao aproveitamento da água do rio Caculuvar, explicou que este processo requer um estudo mais aprofundado, uma vez que "só tem água quando chove".

O director provincial do sector na Huíla salientou que as autoridades governamentais elaboraram um projecto que visa reter a água, no período das chuvas, para que em época seca os efeitos deste fenómeno sejam minimizados, evitando-se os problemas que as populações vivem actualmente.

O projecto prevê ainda a busca de linhas de água em céu aberto, uma vez que a capacidade de recarga do rio na região dos Gambos é bastante fraca.

O quadro acima apresentado pelo director provincial da Energia e Água da Huíla também é observado em Quilengues.

O administrador municipal dos Gambos, Elias Sova, disse que 11.563 pessoas são afectadas pela seca a nível daquela parcela da província da Huíla.

O administrador agradeceu pelos apoios, até agora, recebidos, mas apelou para que mais ajudas sejam enviadas à região.

8.5 EPAL lança projecto de ligações domiciliare em Viana

Semanário Continente
07 De Junho de 2013

O projecto é uma iniciativa do Executivo angolano a ser executado pelo Ministério da Energia e Águas e tem como propósito aumentar a distribuição de água, prevendo a implementação de redes novas de distribuição e ligações domiciliare nas zonas mais carentes de Luanda.

O Presidente do Conselho da administração da ELAL, Leonilde Ceitas, disse na cerimónia de abertura, realizada nas instalações da EPAL, no Centro de Distribuição dos Mulenvos, "ver esta população com água é um momento único, mas este processo vai continuar".

Aquele responsável sublinhou que "já existem nos Mulenvos cerca de oito mil ligações e vamos fazer um total de onze mil e no Km9 também já tem cerca de oito mil ligações". Actualmente existem 130 mil novas ligações, sendo mais de setenta mil no município do Cazenga, mas a água não chega aos domicílios porque existem quintais que obstruíram os locais onde devem passar as redes de água, dificultando deste modo o acesso para fazer chegar água a essas pessoas.

"Está a fazer-se o trabalho para que toda a população de Luanda tenha água dentro das suas próprias casas", sublinhou o governante.

Na ocasião o PCA, aproveitou para informar que a EPAL terminou, depois de ter feito o caderno de encargo para os projectos que serão os maiores na África sub sariana, os projectos da estação do Bita e do Quilonga, que foi remetido ao governo para aprovação. Foi um trabalho que demorou anos, pois para a concepção deste projecto tivemos que preparar

todo um processo que foi dirigido por técnicos angolanos e que hoje, segundo ele, "podemos dizer que cumprimos a primeira parte da nossa actividade, de termos terminado com a avaliação de projectos remetidos para o Executivo para aprovação". "Gostaria de dizer a toda a população de Luanda e principalmente aos políticos, aos formadores de opinião que o trabalho sobre a água não é leve, não é um trabalho que se decide fazer hoje e amanhã está concluído, são necessários estudos, uma série de actividades que culminam com o produto final", adiantou.

8.6 Saneamento básico melhora a vida nos bairros

Jornal de Angola
07 De Junho de 2013

O saneamento básico ainda é precário em muitas zonas de Luanda. Há bairros que nasceram sem qualquer plano urbanístico e por isso faltam esgotos, ruas asfaltadas e valas de drenagem, para facilitar o escoamento de águas pluviais. A falta de arruamentos impede a recolha de resíduos sólidos e por isso os seus habitantes estão sujeitos a doenças graves.

O saneamento básico é fundamental para a saúde dos munícipes. Os bairros Cassenda, Mártires de Kifangondo e Nelito Soares apresentam nova cara. As obras de requalificação urbana permitiram criar uma nova rede de esgotos, asfalto nas ruas e a construção de passeios.

Fernando Felipe, morador no bairro Comandante Dangereux, Belas, vive há mais de cinco anos com a esperança de um dia o seu bairro ter asfalto, passeios, uma rede de esgotos e sistema de abastecimento de água potável.

"Quando isso acontecer, vamos ter os nossos filhos saudáveis", disse Fernando Filipe. O planeamento do território e as urbanizações dotam os bairros de arruamentos e serviços básicos: "depois a chuva deixa de fazer lagoas e é possível a recolha dos resíduos sólidos".

Fernando trabalha numa alfaiataria há vários anos, situada num pequeno espaço que os moradores do bairro transformaram em mercado.

Tal como o bairro Comandante Dangereux, vários outros da cidade de Luanda precisam de saneamento básico. "Consumimos água de tanques dos vizinhos ao preço de 100 kwanzas por cada 30 litros, o que nos tem causado problemas de saúde, por falta de qualidade", disse.

O bairro cresceu sem qualquer controlo e agora os moradores enfrentam problemas ligados à drenagem das águas pluviais. Há lixeiras nas ruas que são fonte de mosquitos e moscas. Como não existem valas de drenagem, quando chove há grandes inundações.

Isaura João, moradora no bairro, está preocupada com algumas ruas que têm crateras, abertas pelas chuvas. "As autoridades devem ver a questão da drenagem, para facilitar a recolha de lixo e acabar com a água estagna", disse.

Belmira Imaculada, moradora no bairro há quatro anos, explicou que a falta de saneamento básico é um dos problemas que afecta as comunidades. E reclama contentores para as pessoas depositarem o lixo e mais patrulhamento policial

Requalificação das ruas

O engenheiro António Madaleno disse ao Jornal de Angola que só depois da requalificação dos bairros é possível construir a rede de saneamento básico nos bairros de Luanda. Mas esse é uma obra muito cara e só é possível arrancar com ela quando existirem verbas, mão-de-obra qualificada e projectos.

O docente da Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto acrescentou que antes de tudo é necessário um levantamento para permitir a produção de uma matriz para a realização da qualificação.

Nos bairros Dangereux, Fubú, Zango, Camama, Neves Bendinha, Tala Hady ou Capalanga só é possível a requalificação após o levantamento pelo facto de já existirem ruas e casas. Os bairros construídos sem armamentos devem passar por uma requalificação mais profunda, como várias zonas do Sambizanga, Cazenga, Rocha Pinto, bairro Malangino e outros tantos que surgiram nos últimos 30 anos. Mendes Isaac, morador na Rua 12 de Julho, no município do Sambizanga, disse que a circulação pelas principais ruas do bairro é dificultada por causa dos buracos.

"Este bairro tem muitos becos e as poucas ruas não oferecem condições para a circulação de viaturas", disse.

As viaturas ligeiras circulam com dificuldades nas ruas do Sambizanga. A rede de esgotos na principal via, que liga a Ngola Kiluanje ao campo do Progresso do Sambizanga, está obstruída. No interior do bairro não existem valas de drenagem e o lixo é atirado para as estreitas ruas e becos, onde a recolha é deficiente.

Mendes Isaac referiu que os buracos nas ruas foram provocados pelas chuvas, por falta de uma vala

de escoamento das águas. No Rangel continuam com água estagnada e já não chove há muito tempo. A circulação de carros ligeiros é difícil. Flávia Domingos, moradora no Rangel, explicou que há alguns anos houve obras nas ruas mas não foi construído sistema de esgotos. "O asfalto degradou e hoje estamos a viver uma situação difícil", explicou. Algumas ruas têm redes de esgotos mas estão entupidas porque os moradores com preguiça de irem até a um contentor deitam o lixo nas sarjetas.

Recuperação dos bairros

António Madaleno disse que é possível recuperar o saneamento básico nos bairros, com a inclusão das redes de águas pluviais e residuais, passeios e espaços para depósito de lixo.

"Para fazer a recolha de lixo, estas ruas devem ter acesso fácil, para permitir a circulação dos carros", sustentou. O engenheiro dá exemplos claros com as ruas dos bairros Cassenda e Mártires do Kifangondo, onde a requalificação só foi possível depois de resolver a situação da drenagem das águas da chuva.

O docente da Faculdade de Engenharia referiu que para evitar a degradação de esgotos é fundamental que a reabilitação abranja uma zona completa. A título de exemplo, António Madaleno disse que a estrada do Palanca foi reabilitada, mas não abrangeu a Rua Machado Saldanha, que está a estragar-se aos poucos. "Para resolver este problema, as valas de drenagem devem ter manutenções periódicas", indicou, para afirmar que quando não se reabilita uma área completa, o sistema deixa de funcionar por causa da areia e lixo que vem das zonas não requalificadas.

"A requalificação das ruas destes bairros facilita em grande medida a circulação e reduz os engarrafamentos nas principais vias", salientou.

Ao afirmar que o cidadão deve participar na conservação da rede de esgotos, ruas e passeios, António Madaleno acrescentou que, após a requalificação dos bairros do Cassenda e Mártires, é preciso um trabalho muito forte de educação cívica.

Dados mundiais

Segundo dados das Nações Unidas, cerca de 2,4 mil milhões de pessoas vão viver até 2014 sem saneamento básico, ano que antecede. 2015, prazo final para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A informação faz parte do relatório Progresso sobre Saneamento e Água Potável 2013, divulgado este mês, por duas agências das Nações Unidas, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e UNICEF.

8.7 Machado Saldanha por um fio

Semanário AGORA

08 De Junho de 2013

"Uma autêntica pista de motocross"! Esta foi a descrição mais sucinta que Mateus José conseguiu dar, para retratar o estado debilitado da Rua Machado Saldanha, via que serve de ligação entre o Bairro Popular e Bairro Golf 1 (Avó Kumbi), localidades do distrito urbano do Kilamba Kiaxi.

O Agora chegou nas primeiras horas do dia àquela rua da capital Luandense, no sentido de tirar a limpo a origem dos constrangimentos que assolam os populares e automóveis que transitam do Bairro Popular ao Golf 1 e vice-versa, mas serve de escapatória a quem pretende ir à Calemba 2, ao Golf 2, à Gamek Vila, ao camama, enfim...

Marcava o relógio 9 horas. O céu estava cinza. O seu estado intimidou o Sol que testemunhou a chegada da nossa equipa de reportagem ao local atrás das nuvens. "Que viessem de galochas!", atirou o nosso primeiro interlocutor Mateus José, conhecido naquelas bandas como "MJ", sempre num tom irónico.

Aquele automobilista, vulgo candongueiro, conhece as transformações que a Rua Senado da Câmara sofreu recentemente. "Infelizmente as obras que têm sido realizadas são descartáveis", ou seja, duram pouco. "Basta uma chuva e a ruualalá, fica novamente uma miséria", contou a nossa fonte.

Stela Raimundo, estudante, disse à nossa reportagem que, quando chove, a Rua dos Glad, logo no segundo desvio à direita depois de atravessarmos a ponte no sentido Popular - Golf 1, fica horrível. Quanto ao facto de estar a deitar água na sarjeta a oito metros da sua, a jovem explicou ser da praxe entre os moradores daquela zona.

À medida que vamos tirando fotografias observamos sem grande esforço, lixo. Aqui, ali, acolá. Mais lixo. Montes de pedregulhos, águas salobras, moscas, mosquitos e os carros que passam com os passageiros nos dois sentidos. Há quem às 9 horas esteja atrasado, basta passar por aquela via para chegar tarde ao posto de trabalho. Pois é.

Os populares estão descontentes e nisso apressam-se, mesmo a partir do interior dos táxis (candongueiros) a lançar apelos e críticas. "Tira uma foto aí nessa lama", "apanha aquele lixo", "olha a água podre nessa vala"! "Pelo estado deplorável da via a circulação é menos rápida, lesma" reforça um transeunte. Não se vislumbra qualquer regulador de trânsito afecto à Unidade Operativa de Luanda. O local é inóspito.

Não há nada a fazer. Recomenda-se a quem tem amor pelo seu popó, caso queira chegar ao Bairro Popular, ao Cacequel, à Estrada de Catete, vindo do da Maternidade do Golf, dar meia-volta e procurar um caminho menos difícil, não há molas e suspensões que resistam às crateras da Senado da Câmara.

É impensável conduzir numa marcha acima dos 10 quilómetros hora.

São mais de 400 metros de picada, na via principal, totalmente esburacada, com água mal cheirosa. Há quem leve a mão ao nariz quando passa pela ponte para evitar mal-estar.

Curiosamente, a vala que atravessa a Estrada de Catete, adjacente à Cidadela Desportiva e grande parte do Bairro Cacequel ficou por concluir. Resultado: os populares deitam lixo à volta da vala e os mosquitos agradecem.-É um paraíso. "Dizem" em surdina.

Se a Rua Olímpio Macuéria, perpendicular à Senado da Câmara é sinónimo de um trabalho digno de registo por parte do Ministério da Construção e do Governo Provincial de Luanda, o mesmo não se pode dizer da ponte depois da bomba de gasolina da maior petrolífera nacional, que aliás aborrece a maior parte das pessoas.

É possível aferir que o Programa de Reabilitação, Reconstrução das Vias Secundárias e Terciárias de Luanda está uns furos abaixo da expectativa.

As ruas 17 de Setembro, 28 de Agosto, e as travessas 1, 2, 8, 9 e 10 estão completamente intransitáveis.

Comércio De Beira De Estrada

Frango frito, ginguba, bombó, roupa. Calçados, refrigerantes, ovos, cigarros e cartões de recarga são alguns dos bens comercializados ao longo da estrada por comerciantes informais. De vendas não é tudo. Há as pequenas e médias empresas que dominam o comércio.

A oferta de bens e serviços varia.

A diversidade dos produtos é enorme. Cantinas, stand de vendas de peças de automóveis e motores em segunda mão, boutiques, barbearias, oficinas de bate-chapa, salões de beleza, tudo a escassos metros do maior inimigo do Bairro "Havemos de voltar".

Recolha de lixo e menores drogados

A situação da recolha de lixo é recorrente. Em várias artérias de Luanda os camiões das empresas privadas

de limpeza embarçam o trânsito deliberadamente. Passa das 10 horas. São quase 11. O camião da Soproenge ambiental, subcontratada da Elisal E.P. bloqueia a única via disponível para todos os condutores que vêm de outras zonas da capital à procura de escapatória.

É como quem diz: "buzinem que eu não me ralo". O descontentamento geral agrava-se. O trânsito é irritante, o cheiro das águas salobras pior ainda. A questão que se coloca é: porque é que não se faz nada?

Mais de uma dúzia de rapazes entre os 12 e os 17 anos estavam encostados à vedação das bombas. Quase todos eles com mortalhas a inalar gasolina. Uns brincam aos modelos, outros estão refastelados a fumar liamba.

Na rua, junto à unidade da Força Aérea Nacional o trânsito está interditado. Os técnicos da Briopul Lda estão a trabalhar desde a primeira quinzena de Abril. Os trabalhos de colocação de lancis, rede de esgotos e de águas pluviais vêem-se a olho nu.

São 14 horas. Há uma espécie de blackout dos responsáveis daquela empresa de construção civil portuguesa. Tomamos conhecimento que os trabalhos de recuperação estão traçados para chegarem até ao Hospital Geral Especializado do Kilamba Kiaxi, as travessas também poderão ser reabilitadas mediante o andamento das obras, disse a fonte no final da nossa reportagem.

8.8 Zango e Cacuaco Sem Agua e Lúz

Jornal Agora

08 De junho de 2013

SEM ÁGUA E SEM LUZ enquanto na centralidade Cacuaco os moradores recorreram a boca-de-incêndio e à água dos camiões e cisterna destinada a rega das plantas. bem como aos geradores para coImatar a falta de energia-elétrica, na "Vida Pacífica" entrada do Zango). os ocupantes estão a montar recipientes de cinco mil litros e eletrobombas nas varandas para suprirem a carência do precioso líquido"

8.9 Mais água e Luz na comuna do Dimuca

Jornal de Angola

09 De Junho de 2013

Um novo sistema de abasteci- mento de água potável está a ser Instalado, na sede comunal do DIMUCA, no

município do Negaje, no âmbito das acções que visam melhorar a qualidade do produto.

O novo sistema vai permitir ainda que a distribuição de água potável atinja um número maior de consumidores a nível da comuna.

O administrador Bernardo Cuessa disse sexta-feira que com o novo sistema vão também ser instalados dez chafarizes a nível da localidade, com vista a encurtar a distância de cerca de quatro quilómetros para chegar ao antigo fontanário.

O responsável comunal avançou que o projeto abrange ainda outras localidades, cujos habitantes ainda consomem água imprópria.

O governador provincial do Uíge, Paulo Pombo lo, referiu que a população cresceu significativamente, daí a necessidade do aumento da capacidade de armazenamento no antigo reservatório, para que a maioria da população beneficie de água tratada.

Recentemente, a comuna beneficiou da instalação de um gerador de 300 KVA, para sustentar o funcionamento das instituições pública cas e privadas, e permitir a realização de ligações domiciliárias.

Neste momento, mais de 30 postos de iluminação pública foram colocados a nível da sede comunal, o que está a dar outra dinâmica à vida noturna dos habitantes locais.

O administrador disse que as condições estão criadas para que a população da sede com una I comece a consumir energia elétrica, nos próximos dias. Os trabalhos de instalação dos meios estão em fase final, faltando apenas a entrega da obra por parte do empreiteiro. Além disso, o administrador comunal disse que um universo de 2.800 agricultores, integrados em 14 associações, está à espera de financiamentos para aumentar a produção, disse o administrador.

O responsável acrescentou que os associados já constituíram e remeteram os processos ao Banco de Poupança e Crédito (BPC), para obtenção do crédito de campanha agrícola, mas, até agora, ainda não receberam qualquer resposta da instituição bancária.

Bernardo Cuessa apelou para que se estenda o mais rápido possível o crédito de campanha agrícola ao Dimuca, com vista a potenciar os camponeses locais com meios equipamentos modemos,

"Com enxadas e catanas levamos meses para concluir o trabalho, mas com tratores ou charruas, por exemplo, os agricultores ganham maior capacidade de produção", concluiu o administrador. Os agricultores

de Dimuca dedicam-se ao cultivo de mandioca, amendoim, feijão, milho, batata doce e rena, banana, café, inhame, abóbora, cana-de-açúcar, hortícolas, entre outros produtos.

O administrador disse que o número de associações pode crescer, uma vez que há muitas famílias interessadas em fazer parte destes grupos. Registo civil Bernardo Cuessa manifestou-se ainda preocupado com a ausência dos serviços de registo civil a nível da comuna. Para tratarem documentos pessoais, como cédula, registos de nascimento, entre outros, os habitantes são obrigados a percorrer cerca de 40 quilómetros até a sede o município de Negaje. O administrador comunal disse que "o mais triste é que muitos regressam sem conseguir o registo, por causa da grande procura por esses serviços", lamentou. O responsável afirmou que, devido às dificuldades financeiras, a maioria dos habitantes da comuna enfrenta dificuldades para pagar emolumentos cobrados para a obtenção do assento de nascimento e outros documentos.

"Também sentem dificuldades para pagar os custos das passagens, da comuna até a sede municipal, porque os lucros dos negócios do campo não são muito famosos", salienta o responsável.

A par disso, salientou que há uma necessidade enorme de se criarem condições que facilitem o escoamento dos produtos cultivados a nível local, uma vez que este é um dos factores que contribuem negativamente na actividade agrícola. A comuna de Dimuca, que dista cerca de 40 quilómetros da sede municipal do Negage, tem uma população estimada em mais de 14 mil habitantes, distribuídos em 33 aldeias e 12 regedorias.

8.10 Vice-governador satisfeito com a execução do projeto

Jornal de Angola

09 De Junho de 2013

O vice-governador do Kwanza Norte para a área política e social, José Alberto Quipungo, manifestou satisfação com as medidas do novo sistema de captação e distribuição de água do município do Bolongongo, cuja sede está situada a 158 quilómetros da cidade de N'Dalatando.

Em declarações à imprensa no quadro de uma visita de algumas horas que efetuou ao Bolongongo, José Quipungo elogiou os níveis de execução da obra da nova captação de água a partir do rio Caule e respectivo tanque reservatório, visando a melhoria do

fornecimento de água a cerca de seis mil habitantes que residem atualmente na sede do município.

Na ocasião, o governante manifestou-se satisfeito com os trabalhos iniciais da obra, referindo que, após a sua conclusão, vai aumentar o fornecimento de água potável às populações, bem como reduzir as doenças. José Quipungo manteve ainda um encontro com os membros de concertação e auscultação social, de quem ouviu algumas preocupações, sobretudo relacionadas com as dificuldades no abastecimento de água.

O município do Bolongongo tem uma extensão territorial de 1.016 quilómetros quadrados e uma população estimada em 17.500 habitantes distribuídos em três comunas.

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, fez, em Maio último, a avaliação dos programas do sector Kwanza-Norte. Em N'Dalatando, Luís Filipe da Silva discutiu com as autoridades locais as perspectivas para melhorar o fornecimento de água à população local.

Durante a sua estada no Kwanza Norte, Luís Filipe da Silva inspecciona a estação de tratamento e fornecimento de água a N'Dalatando, na localidade de Cauabe, para se inteirar do funcionamento do empreendimento. O programa incluiu a entrega, em Cambambe, do sistema de captação e distribuição de água.

8.11 Centro de captação em construção no Bolongongo

Jornal DE Angola

10 De Junho de 2013

Uma nova central de captação, tratamento e distribuição de água potável começa a ser construída dentro deste mês, a partir do rio Cual, município de 8010n90n90, Kwanza Norte. O sistema vai contribuir para reforçar o fornecimento de água potável a mais de seis mil habitantes daquela localidade da província do Kwanza-Norte. Para constatar os trabalhos efectuados no terreno, o vice-governador do Kwanza-Norte para o sector político e social, José Alberto Kipungo, visitou o estaleiro da empresa construtora, para receber explicações técnicas do projecto. O responsável reuniu-se com as autoridades municipais de Bolongongo, no sentido de apresentar subsídios relacionados ao projecto da central de captação de água, que será construída nas margens do rio Cual, dois quilómetros da vila municipal de Bolongongo. As obras de construção da nova central são financiadas pela linha de crédito

chinês, em parceria com o Governo angolano, disse o chefe de departamento provincial de Águas, Silvestre Zangue. O responsável salientou que a central de captação e distribuição de água vai dispor de capacidade para bombear 100 litros de água por dia, para cada um dos 6.000 habitantes do município. O empreendimento, que vai dispor ainda de dois tanques de armazenamento, possuirá equipamentos de apoio, como geradores, bombas de água e área de tratamento de resíduos. Em tempos, o Bolongongo era abastecido pelo município de Quiculungo, por sistema de gravidade, numa distância de 11 quilómetros. Actualmente, com o crescimento populacional das duas localidades, perdeu-se a capacidade para atender as duas zonas. Em função disso, explicou o responsável, surgiu a necessidade de se captar água a partir do rio Cual, com maior caudal. Silvestre Zangue salientou que, neste momento, estão a ser feitos os desenhos técnicos, colocação do estaleiro, para além de já estarem instaladas as linhas dos perfis. Explicou que se trata de um projecto faseado, que está a ser implementado igualmente em Dange-Ya-Menha, Caxissa, KM-34 e Zenza do Itombe (Cambambe), além da sede do município de Ngonguembo e na comuna de Quiquiamba. O projecto, referiu, contempla igualmente a construção de dois reservatórios, distribuídos entre o centro da vila e uma área onde estão a ser construídas 200 casas. A par da água potável, uma das grandes preocupações da população de Bolongongo tem a ver com a instalação de uma bomba de combustível, a cerca de 100 metros do rio, onde vai estar a conduta. Silvestre Zangue explicou que, durante a construção das bombas de combustíveis, por norma são feitas bacias de retenção, para que os dejectos de combustíveis não contaminem a natureza, particularmente a água dos rios. Garantiu que "todas as precauções estão a ser feitas para que não haja riscos no futuro, quanto ao abastecimento da água no Bolongongo e noutras localidades". O administrador municipal de Bolongongo, Daniel Passala Velho, salientou que a construção do novo sistema de captação vai substituir o antigo, que existe desde 1958, e apresenta-se em estado avançado de degradação. Realçou que a estratégia de inclusão de um novo sistema de água, para mais de 6000 habitantes, vai ainda resolver problemas com a agricultura e construção, entre outros sectores.

Daniel Passala Velho espera que as comunidades ultrapassem as suspeitas, por questões tradicionais, da água que vão receber, nos próximos tempos.

8.12 Redes de água e energia ampliadas e reforçadas

Jornal de Angola

10 De Junho de 2013º

O fornecimento de energia eléctrica à cidade de Cabinda e bairros periféricos vai conhecer melhorias significativas em breve com a entrada em funcionamento de duas centrais térmicas. A instalação dos equipamentos está na fase final.

Quando arrancar a produção, as populações vão ser abastecidas sem interrupções. As novas centrais de Chibodo e Santa Catarina têm uma capacidade global de 40 megawatts.

Com a conclusão dos trabalhos técnicos previstos para Agosto próximo, a produção energética em Cabinda chega aos 110 megawatts contra os actuais 70, produzidos na central térmica de Malembo, inaugurada em Agosto do ano passado pelo Presidente da República José Eduardo dos Santos. A produção é consumida em 85 por cento.

A central térmica de Chibodo está situada 13 quilómetros a nordeste da cidade de Cabinda e vai produzir 30 megawatts. A energia é produzida por 18 grupos geradores a diesel. As populações residentes em Cabassango, Chimindele, Chibodo e Subantando, as centralidades da Sonip e de Chibodo vão ser abastecidas por esta nova central.

O equipamento instalado em Santa Catarina tem uma capacidade de 10 megawatts. Nesta fase, as máquinas estão a preparar o solo. Vai abastecer a zona sul da província, começando no Povo Grande até à fronteira do Yema localidades que há mais de 30 anos não têm energia eléctrica.

O volume de investimentos que o Executivo está a fazer no sector de energia em Cabinda não se resume à produção. Decorrem trabalhos nas vertentes de transporte e distribuição. Está a ser instalada a nova rede de alta tensão que começa na central térmica de Malembo e vai até à subestação do Palácio. Também está a ser instalada a rede de baixa tensão em alguns bairros e abastece a iluminação pública.

O ministro de Energia e Aguas, João Baptista Borges, esteve em Cabinda para avaliar a evolução das obras e o desempenho do sector. Acompanhado por altos responsáveis dos dois sectores que integram o pelouro que dirige, o ministro visitou as obras das centrais térmicas no Chibodo e Santa Catarina. Também esteve na central térmica de Malembo.

A delegação ministerial foi ao rio Chiloango, zona de Sassa Zau, onde verificou o local onde vai ser construída a nova estação de captação e tratamento de água. É um projecto de grande envergadura que permite abastecer as populações sem cortes nem interrupções.

O sistema de captação e tratamento de água e as centrais térmicas vão reforçar os actuais níveis de produção e permitir a ligação de oito mil novos rentabilizar o sector, o titular da pasta de Energia e Aguas anunciou para breve a instalação de contadores pré-pagos em toda a província.

"Vamos estabilizar e racionalizar o consumo da energia eléctrica" disse o ministro.

O ministro João Baptista Borges revelou que a outra grande aposta do sector de energia é estabilizar o consumo e desenvolver as acções aprovadas pelo Conselho de Ministros no sentido de electrificar as localidades de Dinge, Buco Zau e Belize.

Municípios do interior

O projecto inclui as linhas de transporte em alta tensão a partir da central térmica de Malembo até ao município de Belize, numa extensão de 200 quilómetros. As localidades do interior deixam de depender da energia produzida por geradores de pequena potência e de outros sistemas instalados nas aldeias.

"Com a conclusão dos trabalhos vamos ter a província de Cabinda razoavelmente coberta" disse o ministro João Baptista Borges o Plano Director de Cabinda prevê o acesso à rede pública de electricidade a cem por cento, das pessoas que moram nas áreas urbanas e a 80 por cento os consumidores das zonas rurais.

Produção de água

As dificuldades que ainda existem no domínio da produção de água potável também vão ser ultrapassadas quando entrar em funcionamento a nova estação de captação e tratamento de água com uma capacidade de 600 litros por segundo, na localidade de Sassa Zau, localizada 25 quilómetros a norte da cidade. O projecto começa em 2015 e visa resolver definitivamente as dificuldades com que o sector das Águas se depara na distribuição do produto às populações uma vez que os actuais níveis de produção, estimados em 420 metros cúbicos por hora, já não satisfazerem a procura face à explosão demográfica. A bacia hidrográfica do Chiloango é a fonte de captação da água, que depois é tratada na nova estação também a ser construída na localidade de Sassa Zau.

O ministro de Energia e Águas visitou a futura fonte de captação de água tendo sugerido à empreiteira que vai executar as obras, algumas inovações para o enriquecimento do projecto.

O ministro referiu que a futura estação de captação e tratamento de água "vai permitir atender às necessidades de Cabinda e arredores nos próximos dez a 15 anos".

A governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba, ficou satisfeita com as obras em curso no sector de energia e pediu aos seus responsáveis maior empenho no acompanhamento dos trabalhos.

Para a governadora de Cabinda, melhoramento dos sistemas de produção de energia eléctrica e água potável vão permitir uma rápida industrialização da província "porque permitem capacidades de produção e de transformação em quantidades suficientes".

Aldina da Lomba recordou que "sem a energia e água não podemos falar da industrialização e mui to menos de desenvolvimento". Os dois projectos estão inscritos no Programa de Governo 2012/217 e estão inseridos nas políticas de melhoria da qualidade de vida da população.

8.13 Falta de água potável inquieta moradores

Semanário Factual

De 15 a 22 de Junho de 2013

A ausência de abastecimento de água potável na zona 18 do município do Cazenga, também conhecido como

curtume, está a preocupar os moradores, tendo em conta que, há cerca de um mês, não vêem a jorrar nas suas torneiras o precioso líquido, constatou, nesta semana, o Factual.

Para contornar a situação, os munícipes fazem das tripas o coração para conseguir ao menos uma banheira de água para o consumo diário. Os moradores da zona 18 confirmaram ainda ao Factual que o abastecimento de água na área é débil, apesar de "estarmos no país rico em recursos hídricos", asseveraram.

Além de percorrerem longas distâncias para conseguirem água, os moradores ainda são obrigados a pagarem o preço de 50 a 100 kwanzas por bacia de água, quando jorra água nas torneiras, e em chafarizes o bidão custa apenas 10 Kwanzas.

Por outro lado, os moradores falaram da qualidade de água antes abastecida na área. Maria de Sousa falou ao Factual que "antes de ficarmos este todo tempo privado de água, nos era abastecida água imprópria para o consumo, vinha toda ela purulenta e às vezes causava algumas complicações nas crianças, como diarreia e vômitos".

Para contrapor a situação, os moradores da zona 18 recorrem aos camiões cisterna, que, por sua vez, têm praticado preços exorbitantes que variam entre os 20 mil a 30 mil Kwanzas.

Importa aqui referir que do total de chafarizes instalados no município do Cazenga, cerca de 50 por cento se encontram inoperantes.

Angola é um território abundante em recursos hídricos, tendo em conta a existência de cinco bacias hidrográficas, como a bacia do Zaire, a bacia do Zambeze, a bacia do Kwanza, a bacia do Cunene e a do Cubango-Okavango. As bacias ocupam 60 por cento do território que se caracteriza por planaltos.

Mas, actualmente, a escassez de água não faz justiça à abundância de recursos hídricos a nível nacional. Luanda, particularmente, debate-se com vários problemas inerentes ao abastecimento de água potável, facto que demonstra o pouco empenho dos órgãos de tutela, pois água nunca faltou.

Neste momento, a par da zona 18 no município do Cazenga, muitas comunas a nível da província de Luanda se encontram privadas do abastecimento de água potável, por parte da EPAL.

8.14 Investimentos de grande monta colocarão fim ao período de característica

Jornal Agora

15 De Junho de 2013

O trabalho de reabilitação da central está terminado. A construção da linha que ligará o Lomaum e o Biópio esteve parada durante três meses, mas já reiniciaram e há também uma empresa que está a fazer estudos preliminares, a colocação de maciços para afixação de postes, bem como a construção da subestação Biópio 2. A primeira, de acordo com Victor Moita, é já antiga e a nova faz parte da estratégia do Governo de interligação dos sistemas Norte e Sul. Não logo termine esse trabalho", assegurou Victor Moita, "a energia produzida em Lomaum começará a beneficiar a população de Benguela, e está tudo previsto para que a conclusão

ocorra em Dezembro deste ano, para que até Janeiro possamos ter injeção de energia na rede".

De acordo com aquela entidade, 98% de energia que abastece o litoral continua a ser produzida por centrais térmicas instaladas na Lobito e no Cavaco. Mas, como referiu, "estão a ser montados mais dois grupos de 15 MW cada na Kileva (Lobito) que com os 20 MW da central térmica do cavaco e as intervenções que se estão a operar nessa subestação, incluindo a montagem há pouco mais de um mês de um grupo de 50 MVAs, a retirada do antigo grupo de 15 MVAs, o trabalho que está a ser feito nas linhas de média e alta tensão fundamentalmente na substituição de cabos e isoladores, a qualidade da energia que é fornecida à população conhecerá profundas melhorias". Neste momento, acrescentou, "estamos a fornecer apenas 96 MW de uma potência instalada de 154 MW mas, tendo em conta as avarias constantes que ocorrem na rede de média tensão nas cidades de Benguela, Lobito e Baía-Farta por serem muito velhas, não há ainda a fiabilidade desejada".

Essa questão é tida como a causa das avarias e quedas constantes no fornecimento, porque sempre que se mete tensão na rede, há troços que queimam e isso obriga ao trabalho, nem sempre célere para o consumidor, de substituição de cabos.

Sobre esse domínio, Victor Moita deu-nos conta que "existe um programa do Governo central, já aprovado, cuja implementação iniciará ainda este ano, para reabilitação das redes de média e baixa tensão das cidades do Lobito, Catumbela e Benguela o que implicará, mais uma vez, a abertura de valas nas estradas e nos passeios". Tão logo esteja terminado esse trabalho, acrescentou, "com tudo o que está a ser desenvolvido nas linhas de alta e média tensão, teremos uma melhoria significativa".

O director de Energia e Águas de Benguela anunciou por outro lado, que "está também em estado bastante avançada, a construção da linha de 60 MW da nova subestação de Benguela Sul, à saída, quem vai para Catengue, na área dos parques". De acordo com os objectivos do sector, "ela servirá de suporte não só à região do município de Benguela mas, com todo esse esforço combinado, tanto na produção, como no transporte e na distribuição. Pretende-se melhorar consideravelmente a qualidade da energia fornecida nessa faixa".

Cobertura do interior e do parque industrial

A gritante escassez de energia eléctrica nas sedes municipais e comunais do interior, abastecidas essencialmente com recurso à pequenos geradores, poderá também conhecer melhorias substanciais.

Victor Moita anunciou que, "foram concluídos estudos para a construção das subestações para as linhas da Ganda, caim-bambo, Chongoroi e Bocoio, até porque a que vem de Lomaum passa pelo Bocoio". A ideia que venceu é que se deve construir já uma subestação na região da Tola, e a partir daí, derivar tanto para o Bocoio como para o Balombo, e da subestação que se prevê construir no Cubal, igualmente para a Ganda, Cubal e Chongoroi. Victor Moita garantiu que tão logo seja possível, as obras terão início, mas para já, "o Ministro João Baptista Borges orientou a construção de uma linha provisória tanto para a Ganda como para o Cubal, porque é nessa zona onde está a central de Lomaum e não é justo que elas fiquem sem energia".

A zona do litoral de Benguela, conta com um considerável parque industrial que, apesar da indisponibilidade de dados comparativos com a Huila, de acordo com algumas fontes locais, a colocam no segundo lugar, logo depois de Luanda. O sector industrial tem crescido consideravelmente todos os anos, mas não se sente a mesma correspondência na satisfação das necessidades de suprimento de energia.

De acordo com Victor Moita, no caso específico da refinaria, esse importante empreendimento "terá produção própria e em vez de depender, injectará energia na rede existente". O que se prevê, é que as "necessidades do parque industrial serão supridas contando com os 300 MW que receberemos de Cambambe".

No território da província de Benguela, e confirmamos, a linha está praticamente concluída, bem como em parte da região da província do Kwanza Sul. Victor Moita deixou claro entretanto que têm "necessidades de quase 400 MW e com os 300 que receberemos de Cambambe, mais os 154 MW de potência instalada, estaremos praticamente no limite do que são as nossas necessidades com o parque industrial". Mas, deu igualmente conta que "está também prevista a construção de mais uma central em Cacombo, na área da Chicuma, que terá uma potência instalada de 100 MW". E como se está a trabalhar na interligação dos vários sistemas do país, "pensamos que não teremos grandes sobressaltos", disse.

No entanto, considerou que será importante também atacar na eliminação dos desperdícios, nas quebras por falta de fiabilidade da linha, situação que poderá conhecer melhores resultados com a colocação dos contadores pré-pagos, entre o final deste ano e o início do próximo. "Com a introdução desses meios", assegurou, "os consumidores terão consciência de que é importante racionalizar o que consomem e,

naturalmente, vamos começar a ter dados mais viáveis sobre os consumos, os pagamentos e até fazer algum equilíbrio. "Com os 300 MW, mais os 150 MW estaremos com 450 MW e com o sistema interligado teremos um certo equilíbrio", referiu com um certo alívio.

Victor Moita tem 2014 como o ano em que começarão a verificar-se os primeiros resultados dessa intervenção, embora tenha apontado que a estabilidade, de facto, só começará a ser sentida lá para 2015. Mas já para antecipar essa situação, deu conta que o Governo já está a fazer "investimentos colaterais nas redes de alta e média tensão e ao nível das subestações". É por isso, disse, "que saímos dos 15 para os 50 MVAs o que representa um salto muito importante que permitirá a recepção de maiores cargas, porque as nossas subestações não estavam preparadas.

Essa capacidade de 15 MVAs foi instalada na década de 80 e só agora, em 2013, fizemos a grande mudança para darmos o grande salto".

Em matéria de consumo, o Lobito absorve a maior fatia dos 96 MW disponíveis e por isso, é também nesse município onde estão instalados os principais meios de produção. Para Benguela não depender demasiado do Lobito, montou-se no Cavaco a central de 20 MW. Victor Moita garantiu que "os municípios de Benguela e da Baía-Farta com os 20 MW que se tem agora e com a subestação do Cavaco totalmente reabilitada e ampliada, vão beneficiar substancialmente na qualidade da energia produzida e fornecida à população".

Garantias foram dadas de que, toda essa componente de investimento no sector eléctrico contemplará a electrificação das novas centralidades, construídas e previstas, e que algumas acções constam já do PIP deste ano e também no do próximo.

Fornecimento de água potável
Por regra, quando se fala em produção e distribuição de água potável, pelo menos no caso concreto da província de Benguela, há dois fatores que têm que ser considerados: o litoral, que é a faixa que está melhor servida, e o interior que ao abrigo da implementação do Programa Água para Todos, conheceu, particularmente nos últimos dois anos, uma cobertura acentuada, particularmente no interior dos municípios, comunas e aldeias.

De acordo com dados da direcção provincial de Energia e Águas, a malha urbana do litoral tem uma cobertura muito próxima dos 100%. Ocorreu a substituição de toda a rede antiga e conta agora com

melhorias profundas quer na quantidade quer na qualidade da água fornecida à população. Ao nível das zonas periurbanas, bairros da periferia, a cobertura chega aos quase 70% porque os novos bairros, fundamentalmente os do município de Benguela, nunca tiveram água canalizada, e como outros espalhados pelo país, não obedeceram à planos de urbanização. Mas, já se leva água para muito longe, bem próximo das montanhas, onde foram instalados chafarizes, porque ainda não é possível instalar redes domiciliárias.

Apesar de um certo desafogo nesse domínio, Victor Moita considera que é necessário "melhorar nalguns pontos, como por exemplo, na área de Benguela Sul, onde estão a surgir novos bairros, mas, também nas zonas do 11 e do 4, porque ainda não chega na quantidade desejável". No Lobito, esse exercício passará pela área do Bango, onde estava o mercado, e as casas da juventude. "Estamos a fazer investimentos avultados para levar a água à essas áreas e também da que está próxima da nova refinaria", acrescentou Vítor Moita. Na área da catumbela, há uma parte, na área do Luongo, que também precisa de trabalho. "Mas hoje conseguimos dizer já com muita facilidade quais os bairros que têm água potável e quais os que não têm e que constituem um número pequeno, em relação ao universo da população que é beneficiada. Mas o objectivo é cobrir toda essa população que ainda está em falta e estamos a fazer os investimentos necessários para que isso aconteça, porque defendemos que toda a população deve usufruir dos mesmos direitos".

Mudar a actuação

No interior, as acções estão integradas no Programa Água para todos . Nesta primeira fase, a decisão tomada foi de começar por beneficiar todas as sedes comunais e algumas povoações. Assim, de acordo com Victor Moita, "podemos dizer que todas as sedes comunais têm sistemas de água, e nalgumas povoações ou aldeias que têm também um aglomerado populacional muito grande, também instalamos alguns sistemas de captação e tratamento de água". Não significa, alertou Victor Moita, que se tenha abrangido já 100% de todo o interior, porque não é verdade, uma vez que existem localidades que concentram muita população e que ainda não têm água.

Aquela entidade justifica no entanto, que esse 'incumprimento' deve-se à dispersão da população, o que faz com que não se consiga levar a água à todas as localidades o que não impediu no entanto que só no ano passado fossem construídos mais de 100 pequenos sistemas de água, o que, apesar de tudo não chega.

No entanto, as sedes comunais são as que melhor estão servidas. Todas têm água, ao contrário das sedes municipais. Víctor Moita esclareceu que só agora é que foi lançado um concurso e deve-se estar na fase de assinatura dos contratos - para construção dos novos sistemas para quatro municípios: Ganda, Cubal, Bocoio e Balombo. São macro-projectos que pela sua amplitude, terão duração de quase dois anos e uma certa semelhança com o que se fez no litoral, porque o objectivo é distribuir água com qualidade para todos até à periferia.

Neste momento, as sedes municipais estão a ser abasteci das, mas a cobertura é reduzida. "Estivemos durante o ano passado a trabalhar num programa de emergência, de acção imediata, para repôr a oferta de água nas sedes municipais, no Cubal, na Ganda, no Bocoio e no Balombo. Mas não tem a mesma abrangência", concluiu.

Victor Moita alerta no entanto para a necessidade de se estabelecerem programas que permitam a concentração da população, em vez da dispersão, defendendo que isso facilita a implantação da assistência dos diferentes órgãos do Estado. "Os sistemas estão dimensionados para atender entre dez a quinze mil pessoas, mas há sedes comunais que não têm sequer cinco mil habitantes e nalguns casos até menos ainda. Não temos que andar à reboque das populações. O que fizemos no domínio da água, parece-me que os outros sectores terão dificuldade de fazer. Construímos mais de 100 sistemas num ano, mas não se constroem mais de 100 escolas nem mais de 100 centros de saúde num ano em cento e tal localidades. Logo, a população é que tem que estar concentrada para poder beneficiar dos serviços que são colocados ao seu despor", defende Victor Moita, que complementou esse ponto de vista com o exemplo do teste que está a ser realizado numa localidade na região da Tola, no Cubal. "Está lá um sistema e se ali forem colocadas outras infraestruturas, teremos um bom polo de desenvolvimento sustentado. Temos muita população que está em regiões onde não há água e ficará sempre difícil irmos até lá, porque isso envolve recursos, e as vezes, é melhor concentrar essas pessoas onde já existem condições. Não é possível levar pontes, sistemas de comunicação, escolas, hospitais para tudo o que é canto, porque é muito difícil gerir isso", concluiu.

8.15 Habitantes de Malange bebem água imprópria

Jornal de Angola

18 De Junho de 2013

Habitantes dos bairros Caissoco e Dungo, em Malange, estão a consumir água imprópria para consumo, retirada directamente do rio Lombe, a cerca de cinco quilómetros das referidas localidades.

O soba de Caissoco, Francisco da Conceição, disse que esta situação é resultante da falta de água potável, o que faz com que as populações percorram grandes distâncias em busca do produto no rio, por ser a única fonte, quer para beberem, quer para outras actividades domésticas.

A situação está a preocupar, em grande medida, as autoridades tradicionais, visto que o consumo de água imprópria está a provocar uma série de enfermidades, Com destaque para doenças diarreicas, respiratórias e da pele.

Outra preocupação da população do bairro Caissoco tem a ver com a falta de uma escola, numa altura em que dezenas de crianças se encontram fora do sistema de ensino.

O soba referiu-se igualmente à falta de uma unidade de saúde. A aldeia de Caissoco fica a cerca de 25 quilómetros da sede provincial de Malange e possui uma população calculada em mais de 500 habitantes, na sua maioria camponeses.

Um mercado com capacidade para 85 vendedores foi inaugurado no sábado, na localidade da Passagem, município de Malange, pela administradora Rosa André Lourenço, que admitiu ser uma obra de grande valor, construída com recursos do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

O soba de Passagem, Joaquin Ambrósio, louvou os esforços de administração de Malange pela edificação do mercado, salientando que o empreendimento vai retirar as vendedoras das ruas e das bermas da estrada.

A autoridade tradicional aconselhou os vendedores a cuidarem bem do espaço comercial, que apresenta boas condições de higiene, para se evitarem doenças.

O mercado vai acolher vendedores de sete bairros, com desta que para os da Dor, Lombe, Dungo e Cahunge.

8.16 Restrições de água devido a uma avaria

Jornal de Angola
19 De Junho de 2013

O porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, informou ontem em Luanda que os centros de distribuição de Kifangondo, Quicuxi e Golfe reduziram o abastecimento de água resultado de uma avaria no fornecimento de energia eléctrica.

Domingos Paciência explicou que os centros de distribuição estão a fornecer água através de fontes alternativas. "A situação está a ser superada e peço à população para estar atenta porque andam indivíduos disfarçados de funcionários da EPAL a fazer cobranças," alertou.

O porta-voz da EPAL também lembrou que o projecto das 700 mil ligações domiciliárias é uma iniciativa do Executivo através do Ministério da Energia e Água: "O projecto começou em Abril deste ano e visa aumentar o abastecimento de água aos diferentes municípios da capital",

Domingos Paciência referiu que projecto tem como objectivo aumentar as ligações domiciliárias e vai melhorar a vida de milhares de famílias residentes em Luanda.

8.17 BUE prevê formal os empreendedores

Semanário Económico
20 De Junho de 2013

De acordo com coordenador nacional dos BUE, o objectivo é dotar o empreendedor de competências para gerir e fazer crescer o seu negócio.

Que apreciação faz da primeira Feira do Empreendedor?

É uma iniciativa salutar. O BUE e o ministério da Justiça associaram-se a esta iniciativa pois é um canal privilegiado para dar a conhecer e orientar os nossos potenciais empreendedores.

O BUE tem como objectivo incentivar a constituição e financiamento de micro e pequenos empreendedores.

A Feira do Empreendedor é o primeiro evento do género e a satisfaz este objectivo. Enquanto função pública temos de comunicar e todos os canais que forem criados são bem-vindos.

Observa-se um aumento do número de empreendedores?

Segundo dados que são divulgados em diversas instituições, o ministério da Economia por intermédio do BUE, o ministério da Finanças por intermédio da arrecadação de receitas de impostos, penso que temos actualmente um sector privado muito, dinâmico, que são os pequenos e micros empreendedores. Temos muitas empresas constituídas quer no guiché único quer nos BUE.

Quantas empresas os BUE já constituíram?

Contamos 34 mil empresas constituídas no BUE. Destas, 26 estão licenciadas. Estes números dão-nos a ideia de quantos angolanos têm a iniciativa de empreender a sua própria actividade. Não podem trabalhar todos para o Estado, ainda que existisse força de vontade não caberíamos todos.

Qual é o ramo preferido pela maioria dos empreendedores?

Julgo que é mais a prestação de serviços pois requer um capital inicial pequeno e não necessita de tanta especialização. Os pedidos de financiamento são dirigidos mais frequentemente para os serviços de moto-táxi e salões de beleza. Em Angola ainda enfrentamos dificuldades quanto aos transportes públicos e os serviços de táxis colectivos são exercidos de forma pouco profissional, até pela falta de regulação.

Que avaliação faz da execução do programa do BUE?

Actualmente, o programa está a sofrer uma estruturação, vai ser repartido em dois pilares essenciais. Em primeiro lugar, temos a descentralização, pois o projecto passou directamente para a coordenação dos governos provinciais, já que estão na linha da frente no programa de redução da pobreza e têm um contacto directo com os utentes. Em segundo lugar, temos.

8.18 Caxito e Porto Quipiri com mais água

Jornal de Angola
20 De Junho de 2013

Caxito e a região do Porto Quipiri, Dande, têm a partir do próximo ano mais água potável após a conclusão aos projectos em curso, disse à imprensa o secretário de Estado das Águas.

Luís Felipe da Silva fez o anúncio no decurso de uma visita ao Bengo destinada a avaliar o andamento das obras e o programa "Água para Todos".

Neste momento, afirmou, estão garantidas as condições técnicas, materiais e financeiras para a execução dos projectos e a sua conclusão nos prazos definidos. Os sistemas de captação, tratamento e distribuição de água nas zonas de Caxito e Porto Kipiri, referiu, estão avaliados em 2,9 mil milhões kwanzas.

Sobre o programa "Água para todos", declarou que se vai estender a todas as comunas, que nos Dembos pode ser concluído este ano e que no Ambriz, está em fase de adjudicação.

"Estamos satisfeitos com a execução do programa 'Água para Todos' na província, embora reconhecamos que haja muitos trabalhos a realizar, mas a informação é que vamos ter todas as condições para cobertura das comunas", disse. O secretário de Estado visitou a barragem das Mabubas, onde lhe foram dadas informações pormenorizadas sobre execução, dificuldades e prazos para a conclusão dos dois sistemas que vão abastecer de água potável a capital da província e Porto Quipiri.

Os dois projectos devem até ao próximo ano abastecer mais de 71 mil habitantes de Caxito e nove mil na zona do Porto Quipiri. O secretário de Estado tem feito visitas regulares de avaliação dos projectos do sector das Águas em execução pelos governos provinciais.

8.19 Construção de latrinas nas escolas primárias

Jornal de Angola
20 De Junho de 2013

A Organização Não-Governamental Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP) desenvolve a partir de hoje nas escolas primárias e nas comunidades de Benguela um programa de sensibilização sobre água e saneamento.

A iniciativa, financiada pela Agência norte-americana para o Desenvolvimento Internacional, destina-se a apoiar o programa "Água para Todos", a construir cem latrinas em escolas primárias da região e a desenvolver uma campanha sobre a importância de se lavar as mãos.

A iniciativa prevê a instalação de um centro de saneamento básico nas Escolas de Professores do Futuro geridas pela ADPP, no Vale do Cavaco, em Benguela, e a formação de 35 assistentes na Escola Profissional e Poli valente.

Ao todo, cinco mil famílias que vivem próximo das escolas participam na construção das latrinas.

8.20 Autoridades preocupados com distribuição de água

Jornal de Angola
21 De Junho de 2013

O administrador municipal do Uíge está preocupado com as dificuldades ainda existentes no processo de distribuição de água potável às populações da cidade. Altamiro Benjamim disse que a antiga rede de distribuição já não oferece condições adequadas para fazer chegar água a todos os bairros. Nessas zonas da sede do município a população enfrenta algumas dificuldades devido à insuficiência da rede de distribuição e à deterioração de ligações antigas que ainda não foram substituídas. Para fazer face à situação, o administrador do Uíge informou que o governo da província adjudicou as obras de requalificação da rede de distribuição.

A empreitada numa primeira fase abarca uma malha de 120 quilómetros para fornecer água ao casco urbano e aos bairros periféricos da cidade do Uíge. "O processo está a ser desenvolvido gradualmente e temos a plena certeza de que em pouco tempo a população vai receber água em quantidade e qualidade", garantiu. Energias de Capanda Os habitantes da cidade do Uíge consomem energia eléctrica produzida na barragem de Capanda. A mesma linha de transporte abastece também os municípios do Negaje e Maquela do Zombo.

O administrador disse que para garantir o fornecimento de energia aos habitantes, o governo da província lançou um programa de alargamento da rede de baixa tensão que vai abarcar a iluminação pública e as ligações domiciliárias dos diversos bairros periféricos da cidade.

Para o êxito da empreitada, foram requisitados novos Postos de Transformação que vão ser instalados nos bairros periféricos, permitindo que a energia chegue com mais potência às habitações e estabelecimentos comerciais. Altamiro Benjamim reconheceu que existem ainda algumas dificuldades no fornecimento de energia eléctrica, mas garantiu que o governo da província está a fazer tudo para que a população seja abastecida sem cortes.

A educação foi um dos sectores que mais cresceu desde que o país alcançou a paz. Altamiro Benjamim recordou que antes, quase não existiam escolas em condições, devido à guerra. O quadro hoje é completamente diferente, em função da execução de

vários projetos que nos últimos 11 anos permitiram a construção de mais de 100 escolas primárias, 19 do primeiro ciclo e sete do segundo ciclo do ensino secundário. Para reforçar cada vez mais a rede escolar no município, disse, estão em construção três novas escolas nos bairros periféricos com 12 sala; cada, que vão permitir absorver mais de três mil novos alunos e outros que estudam em salas provisórias. Para o presente ano lectivo, foram matriculados 139.164 alunos ensino dos quais 10.550 do ensino primário, 19.502 do primeiro ciclo e 14.612 do segundo ciclo. As aulas são asseguradas por 4.465 professores. Uíge de boa saúde No domínio da saúde, foram Construídas 42 unidades sanitárias, dos quais sete centros de saúde e 35 postos sanitários distribuídos pelas aldeias e bairros periféricos do município do Uíge.

Antes do alcance da paz, o município do Uíge dependia apenas do Hospital Provincial. Além destas unidades já em funcionamento estão em fase de acabamento e apetrechamento com mobiliário e equipamentos técnicos, um hospital municipal e dois novos centros de saúde situados nos bairros Candombe Novo e Cemitério. Estão em construção dois outros nos bairros Catapa e Mongualima, periferia da cidade do Uíge. Altamiro Benjamim realçou que para assegurar o funcionamento adequado das unidades sanitárias na localidade, foram enquadrados e distribuídos técnicos de enfermagem devidamente capacitados na prestação de serviços humanizados de saúde à população. "Vamos continuar a trabalhar para que os habitantes tenham acesso à saúde".

8.21 Moradores do Ramiro bebem água acastanhados

Jornal o País

21 De junho de 2013

Moradores abordados por este jornal, Quarta - feira, 19, no chamado fontanário da zona C da comuna do Ramiro, município de Belas em Luanda, confessaram não serem poucas as ocasiões em que se veem obrigados a consumir água imprópria, devido à falta do líquido potável nessas paragens. "Quando não temos cem Kwanzas para comprar água a partir dos tanques das casas e não é o nosso dia de ter água limpa da fonte, bebemos mesmo esta", admitiu Rosa NGueve, apontando com o dedo em riste para o líquido bastante acastanhado, que saía de um tubo. No centro de purificação do líquido vital, a população só beneficia de água limpa ou purificada às segundas, Terças, Quintas e Sábado, sendo que às Quartas e Sextas-feiras a prioridade é para os funcionários da empresa. Esta programação complica

ainda mais as contas dos moradores, que, nos dois dias de jejum se vêm forçados a transportar para suas residências água em más condições para o consumo humano, de acordo com Rosa Negueve e seus vizinhos, que esperam pelo aumento dos dias de beneficência há já algum tempo. "Mesmo tendo este calendário, nós cozinhar nos e consumir-mos na água castanha", observou, dando a entender que nos dias de restrições o povo não tem alternativa.

Questionada se ela e seus vizinhos não tinham conhecimento sobre os perigos de saúde pública, responde dizendo que na falta de opções qual quer coisa podia servir. Consentiram terem registado algumas doenças em si e em seus filhos, como são os casos de diarreias agudas e alergia epidérmica, a qual Desconfiaram tratar-se de sarna. Rosa Negueve explicou que a água acastanhada começou a ser dada pelos responsáveis a pedido da comunidade que, para não voltar sem o líquido às Quartas e Sextas-feiras, preferia transporta -la para fins complementares' corno lavar roupa, o chão de casa e regar plantas, tendo em pouco tempo ganho a dimensão de uso total. Urna senhora, que preferiu falar sob anonimato, revelou que, de quando em vez, cozinha mesmo com essa água, principalmente quando o funje tem de ser feito com tuba amarela. "Quando não há mais outra água, é mesmo esta que usamos para bater o funje, mas tem de ser o de tuba amarela, porque a branca pode sair acastanhada e o marido descobre contou, admitindo que não desconhece os riscos que estes recursos podem envolver. Aliás, ela referiu-se sobre um caso insólito quem provocou uma inflamação no abdômen de seu filho, uma situação que, juntamente com as diarreias agudas, costuma levar muitas crianças ao centro médico local, situado entre escolas do segundo ciclo número 2069 e o Banco de poupança e Crédito (BPC) NILTON MOTEIRO adquirir o líquido inapropriado. Até à hora sete, o centro de purificação' que também ficou conhecido corno Projeto Água para Todos, pode registar o depósito de mais de 300 recipientes, tanto na secção de água limpa, quanto na de água acastanhada. Rosa Negueve não possui bidons de 80 ou 100 litros, servindo-se por isso' de três de 20 litros cada, o que a obriga a fazer duas ou mais viagens para conseguir sentir-se à vontade em cada dia de trabalhos domésticos. O fontanário regista com maior frequência a presença de crianças, muitas delas com idade compreendida entre cinco a 10 anos, que aí se divertem brincando com a polémica água, não faltando vezes em que a levam para a boca a fim de matar.

8.22 Responsável ameaça fechar as torneiras

Jornal o PAÍS

21 De Junho de 2013

Para apurar a veracidade dos factos, O PAÍS contactou Vinda NGonga, responsável pela distribuição do Projecto Água para Todos. Vinda NGonga começou por dizer que nunca registou que a população estivesse a consumir um líquido Solicitado para trabalhos domésticos, adiantando que se apurasse tal situação preferia interromper o acesso a ver crianças pararem em hospitais. "Ao invés de ver miúdos a entrarem nos hospitais, prefiro fechar a torneira", decidiu. Informações que dão conta deste tipo de comportamento e atitude por parte de moradores do bairro, no que ao tratamento do líquido impróprio diz respeito, já tinham chegado a si, mas numa conversa com as senhoras, que negaram tais ocorrências, concluiu que não passava de fuga de informações.

O responsável reconheceu que, algumas vezes, as crianças no local se atiram a água restante das máquinas com risco de a beber, tendo sacudido a possibilidade de acontecer esta última condição com a existência de vigilância máxima instaurada no centro. Ao descrever as características daquela que já ficou conhecida como água acastanhada, disse que o nome se deve mesmo à cor que o líquido restante do processo de purificação toma, tendo acrescentado que a esse factor se adiciona o cheiro a remédio alegado por muitos.

Segundo Vinda NGonga, a água que chega à sua empresa para ser purificada é captada do rio Lwei, afluente do Kwanza, numa distância de mais de 25 quilómetros até a um grande reservatório a menos de cinco mil metros daí, donde é bombeada a pressão para os tanques do centro que, por meio de uma torneira controlada diariamente por NGonga, a passam para dois recipientes plásticos de cinco mil litros cada. "Dos tanques azuis, a água salobra passa para as duas girafas, onde ocorre o processo de filtração, purificação e de potabilidade", esclareceu o responsável, acrescentando que Como o processo exige temperaturas altas, não se deve admirar que a água inapropriada saia com a referida cor. Em seu entender, a máquina possui a capacidade de separar o líquido em parte aproveitável e não aproveitável.

Assegurou que, quando a água limpa era projectada diretamente para o chafariz, os moradores não tinham como tirar a água acastanhada, pois esta era apenas cedida a pessoas ligadas aos trabalhos de construção civil e ao cultivo dos campos.

Quanto à demanda que diariamente ocorre aos serviços da sua empresa, Vinda NGonga argumentou dizendo que, pelo facto de a distribuição ser gratuita, é normal que sitio esteja sempre cheio, entre-tanto, à semelhança dos moradores, sugere que o Estado envide esforço no sentido de repor a funcionalidade nos fontenários espalhados um pouco por todo bairro do Ramiro.

8.23 Sujidade no "nariz da cidade"

Novo Jornal

21 De Junho de 2013

HÁ MAIS DE 30 ANOS que Jorge Kula vive no bairro da Madeira.

"É inacreditável que uma zona pertinho do centro da cidade esteja nestas condições: É muita sujidade. Aqui o lixo está em tudo quanto é canto, sem falar das águas paradas que nos infernizam a vida. É uma situação nojenta", lamenta.

O kota, de 52 anos, é um dos muitos moradores que, volta e meia, lançam reptos a quem de direito para velar pela situação do bairro que classificam de "crítica".

Nas fotografias captadas pela equipa de reportagem naquela área agregada ao distrito urbano da Maianga é possível ver enormes quantidades de lixo, valas abertas, esgotos entupidos, águas residuais paradas nas principais ruas, constituindo assim, um autêntico perigo para a saúde das populações.

De acordo com dona Maria, as principais vítimas da falta de saneamento básico que assola o bairro são as centenas de crianças que ali vivem.

"As nossas crianças passam mal com o paludismo por causa desta sujeira toda. Regularmente há casos que só param no hospital. É grave a situação aqui na nossa zona", diz.

A rua 14, entre a parede do supermercado Jumbo e a logística da Polícia, é das mais afectadas, com lama, lixo em toda a sua extensão e cheiros nauseabundos. Ainda esta semana, a via esteve inundada devido às águas dos esgotos que chegaram mesmo a invadir algumas casas.

"Meu irmão, nós estamos passados. Aqui não precisa chover para estar inundado. Ficámos quase duas semanas sem sair das nossas casas devido às águas que invadem o interior das residências. A pessoa, se consegue resistir a essa sujeira toda, é porque não sabe onde morar. Esse bairro está uma

vergonha, mesmo estando no nariz da cidade", lamenta Romão Franklin, morador há 20anos.

O Novo Jornal fez um esforço no sentido de ouvir a administração da Maianga. Ali fomos aconselhados a contactar a Comissão Administrativa de Luanda, onde não obtivemos quaisquer esclarecimentos. Mas, sabe-se que, recentemente, o Governo Provincial de Luanda (GPL) lançou um concurso de limpeza e embelezamento, denominado «o bairro mais limpo».

De acordo com informações disponíveis, do referido concurso sairá como vencedor o bairro mais limpo da capital do país. Os dados dão conta ainda de que o concurso é uma adaptação de medidas cautelares para a melhoria dos serviços de limpeza e recolha de lixo, em Luanda, apelando à necessidade da colaboração dos seus habitantes na deposição dos detritos nos locais e nas horas determinadas.

Fazendo fé neste concurso, uma fonte ligada à administração da Maianga fez saber que a quantidade de lixo espalhada pelo interior do bairro da Madeira tem como principais responsáveis os próprios moradores que não respeitam os princípios da boa convivência.

Segundo afirmou, nas duas entradas que dão acesso ao bairro, existem contentores disponíveis para o depósito dos resíduos.

"Mas o que acontece é que os populares deitam o lixo no chão e deixam os contentores vazios. As consequências não poderiam ser diferentes destas que estão a viver", afirma.

Relativamente aos esgotos entupidos, a fonte atribuiu também a culpa aos moradores. "Nós, em tempos, realizámos uma campanha de sensibilização, alertando as pessoas para que não deitassem os resíduos sólidos nos esgotos. Infelizmente, não nos dão ouvidos e o resultado é o que vimos aí: a saturação dos esgotos, o que provoca inundações no bairro e até dentro das residências".

A fonte que temos vindo a citar foi mais longe ainda ao afirmar que são muitos os flagrantes que dão conta de moradores que desentopem as fossas de casa e depositam esterco nos esgotos.

"Se queremos mudanças, nós próprios temos de ser os principais mentores, através de gestos pontuais de cidadania. Por exemplo, aí ao lado há o mercado dos Kibalas cuja quantidade de lixo produzida é inacreditável", recorda.

8.24 Água para lodos e merenda escolar devem chegar a todos os municípios até 2014

Semanário Factual

De 22 a 29 de 2013

Os programas "água para todos" e "merenda escolar" vão chegar a todos os municípios do país, em 2014.

É essa a nova dinâmica que os governadores das 18 províncias do país devem materializar no quadro da execução do Programa de Combate à Pobreza e Desenvolvimento Rural.

Na estratégia do comércio rural, o governo vai passar a comprar directamente dos camponeses a sua produção agrícola, com vista a acabar com os excedentes de produção, como refere a Ministra do Comércio, Rosa Pacavira.

"Há outras orientações, no sentido de trabalhar-mos mais para o comércio rural, para implementar-mos rapidamente a nova estratégia, como o programa que foi gizado, para a compra do produto, directamente ao camponês. Vamos conseguir retirar a produção excedentária que os camponeses têm", frisou.

a programa de construção de 200 casas em cada município vai ser reforçado. De acordo com a ministra, este programa, mais o de construção evolutiva, têm avaliação positiva.

"Vamos trabalhar mais em prol da nossa população, ao nível do combate à pobreza, no que toca à habitação. a que estamos a fazer são as casas evolutivas. Há províncias que já têm 50 casas por município e o programa continua, e em 2014 vamos reforçar as verbas no a GE", adiantou Rosa Pacavira.

8.25 Exclusão Social em Viana

Semanário a Capital

De 22 a 29 de Junho de 2013

É detentora de um centro de captação e tratamento de água, sendo que a tubagem está mesmo a um palmo dos populares, e de ma central térmica, a nova do GAMEK (Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza). À primeira vista, nada fazia crer uma comunidade do KM 9 B vive a braços com a falta de água e de energia eléctrica. Mas foi esta a realidade que o semanário A Capital constatou no «local do paradoxo», de onde chega o grito de uma população que se queixa ainda de outros bens essenciais. O mau saneamento básico, a falta de centros comunitários, escolas e de um posto de

segurança, justamente numa altura em que a criminalidade continua na ordem do dia, complementam o rol de insuficiências vigente naquela com uma de Viana e nos seus arredores. Os moradores do sector 5 começaram por salientar que a conduta de água e a central térmica estão a não mais de 500 metros da sua zona, a única dos oito sectores sem serviços sociais básicos, mas o certo é que não fornecem tais bens. "São mais de mil residências nestas condições. Se o povo fez algo de mal ao Estado angolano ou ao administrador municipal, pedimos que nos perdoem, por favor. Não é fácil conviver com esta diferença entre sectores", suplicou um dos moradores descontentes, dando a conhecer que já se recorreu a todas as autoridades competentes. De acordo com os moradores ouvidos pelo A Capital, o problema, antigo e bem conhecido pelas empresas EPAL e EDEL, foi motivo de várias reuniões, que acabaram por se revelar infrutíferas. "Em 2010, tentamos, inclusive, reunir com a antiga governadora (Francisca do Espírito Santo), a quem enviámos uma carta com o resumo de todos os problemas da comunidade", indicaram. Acrescentaram que os outros contactos, mormente com a Administração, resultaram na indicação do senhor Imaca, responsável comunal da Energia e Águas, para liderar a estratégia tendente a solucionar os problemas, mas a verdade é que a população não viu mais do que mensagens que visavam acalentar a esperança. Miguel Domingos António, um dos signatários das cartas endereçadas por populares que se sentem excluídos, contou que as irregularidades no abastecimento de água vêm de 2010, quando queimou o PTE (Posto de Transformação de Energia Eléctrica) privado, pertença do senhor Filipe Mendes, em consequência de subcargas. Até aí, refere a mesma fonte, a distribuição de electricidade era feita por via de PTE's privados, com à contrato a custar USD 700, acrescidos de dois mil Kwanzas por mês. Depois deste incidente, ocorrido em Agosto de 2011, a EDEL tratou de agradecer os populares com um PTE, que não tinha manutenção e carecia de uma gestão eficiente. "Estes factores deram lugar a falhas na distribuição de electricidade. Hoje, o quadro deixa muito a desejar, daí que tenhamos de dar graças a Deus quando se acendem as luzes das nossas casas, mesmo que para quatro horas, da uma às cinco da manhã", lamentou. Mais preocupante, prossegue Miguel António, é o facto de cada família estar a pagar quase 30 mil Kwanzas/mês por um produto escasso, uma vez que não existe um qualificador de preços. "Permanecem os 300 kw/h desde a instalação dos contadores, há dezasseis meses", sintetizou, para mais adiante apontar a falta de agências da EDEL e da EPAL como sendo outro entrave. Esperança Carlos Cadete, uma das mais antigas moradoras do sector 5, disse à nossa reportagem que a comunidade

tem consciência de que estará a faltar bom senso, chegando, nesta conformidade, a desconfiar de um possível "negócio escuro" a beneficiar particulares. "Não entendemos como é que o Instituto Superior Técnico de Angola (ISTA), acabado de ser implantado, tem energia a 100%. Até vende a casas adjacentes, enquanto os moradores, que 'fazem das tripas o coração', continuam a ser excluídos", desabafou. Num apelo dirigido a responsáveis administrativos, a senhora tocou na tubagem de água que passa pela zona mas não fornece o precioso líquido.

Sem um fontenário, a população é forçada a escolher uma de três opções, sendo a primeira chegar ao KM 9 para acarretar água a troco de 100 Kwanzas por cada 20 litros, nem que este exercício implique a travessia da estrada Deolinda Rodrigues, que é, como se sabe, bastante perigosa. A segunda opção, refere ainda Esperança Cadete, passa pelo aluguer de uma motorizada CuKupapata¹ de três rodas, ao passo que a última é a compra de uma cisterna, que pode chegar a 18 mil kwanzas, valor fora do alcance da maioria. Por seu turno, a moradora Ana Domingos, no KM 5 há dois meses, disse ter ficado boquiaberta quando soube que tinha de pagar 20 mil kwanzas por um consumo de duas vezes por semana, sendo três ou quatro horas por ocasião.

Criminalidade em alta...

Sem surpresa, olhando para o que acontece um pouco por toda a capital do país, a falta de energia funciona como que um chamariz para os homens da criminalidade. "As zonas escuras são as de maior apetência para os meliantes que procuram fazer das suas no sector 5". Este relato, arrancado de moradores, explica o crescente índice de delinquência, que provoca um elevado número de assassinatos.

Há também mortes por queimaduras que resultam do mau manuseamento de velas, candeeiros e geradores. "A situação tomou-se mais perigosa quando foi encerrada a esquadra do Bar, no antigo controlo, para obras de reabilitação", disseram moradores, que aproveitaram o momento para abordar outras lacunas em termos de serviços sociais. Na mesma com uma existem duas escolas públicas do ensino primário, com 4 e sete salas de aulas, insuficientes para milhares de crianças na circunscrição. Parte considerável é obrigada a estudar em "escolinhas" que nem sempre reúnem o perfil técnico e pedagógico que se exige. Há ainda quem tenha de percorrer muitos quilómetros para evitar a saída do sistema de ensino.

Queixas no quilómetro 30 Baía

No bairro 30, Baía, também no município de Viana, as queixas, para não variar, convergem nos "constantes" cortes no fornecimento de energia eléctrica. São extensivas à escassez de água potável, falta de escolas e hospitais, bem como à pouca segurança no bairro. Existe um único posto policial, como se não bastasse com poucos efectivos. Alguns moradores dizem que este posto encontra inúmeras dificuldades na cobertura de toda a extensão do bairro. "A roulotte da EDEL, localizada na rua da esquadra, que deveria atender os clientes, nunca abriu as portas, pelo que somos obrigados a andar vários quilómetros para pagar as dívidas", denunciaram. Quanto à água potável, os moradores informaram à nossa reportagem que são obrigados a comprar um bidão de 20 litros a 50 kwanzas. Por outro lado, sublinharam que o posto policial aí existente não dá resposta aos cada vez mais assustadores índices de delinquência. De resto, o retrato do quilómetro 30 indica ainda que os munícipes são obrigados a percorrer seis quilómetros até ao hospital de referência mais próximo, o que tem sido fatal, sobretudo para crianças. No domínio da educação, a escola existente, com dez salas de aulas, não chega para acolher centenas de crianças, daí que muitas tenham de ficar em casa à espera de oportunidade.

Nova Centralidade térmica

Em resposta, o director técnico da EDEL para a região de Viana Júlio Pascoal, disse que não existe qualquer tipo de retaliação entre a empresa e os moradores do sector 5, é a central térmica da estalagem, e que dada as sucessivas subcargas existentes naquela central tem havido restrições no abastecimento de energia eléctrica. "A questão do sector "5, é idêntica ao km 30, fazem parte da reforma que está a ser efectuada pela EDEL, no reforço da capacidade do sistema", adiantou. Para depois reforçar que a nova central térmica da GAMEK, instalada no bairro KM 9 B, terá a capacidade de 40 megga watts. "Estamos a fazer o levantamento das áreas com maiores irregularidades a fim de estancar a situação. Já para o KM 30, a situação está sob jurisdição da ENE. Há um trabalho profundo que vai ligar aquela zona, à nova central que vai abastecer o novo aeroporto de Luanda.

que pode chegar a 18 mil Kwanzas, Em resposta, o director técnico da valor fora do alcance da maioria.

Por EDEL para a região de Viana Júlio Pascoal, disse que não existe qualquer gos, no KM 5 há dois meses, disse ter tipo de retaliação entre a empresa e os ficado boquiaberta

quando soube moradores do sector g. Segundo o res- que tinha de pagar 20 mil Kwanzas pensável, a fonte de alimentação do por um consumo de duas vezes por sector 5, é a central térmica da estala- semana, sendo três ou quatro horas gem, e que dada as sucessivas subcar por ocasião. gas existentes naquela central tem havido

8.26 Luanda precisa de aterro sanitário

Jornal de Angola

27 De Junho de 2013

O orçamento da província de Luanda para 2014 é de 70 mil milhões de kwanzas, sendo a saúde, a educação e as infra-estruturas as áreas prioritárias, anunciou na terça-feira o vice-governador para a área administrativa, durante a apresentação do relatório de actividades desenvolvidas pelo Governo Provincial, durante o período 2012/13, obras em curso e em perspectiva para 2014.

Graciano Domingos, que falava num encontro presenciado pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, governador provincial, Bento Bento, directores provinciais e administradores municipais, esclareceu que o orçamento para 2014 foi elaborado obedecendo às áreas económica, social e institucional.

Estes sectores são, aliás, os definidos como prioritários, absorvendo cerca de 73,1 por cento do orçamento. Luanda necessita de mais 94 escolas do ensino primário e 68 do primeiro ciclo do ensino secundário, nos municípios de Viana, Cacuaco, Icolo e Bengo e Quiçama, para incluir os cerca de 47.553 alunos que ainda estão fora do sistema de ensino.

A questão financeira continua a ser um dos principais problemas, assim como a protecção das escolas e a falta de manuais. Em relação ao lixo, é necessário construir mais uma estação de transferência, um

aterro e 30 pontos de transferência, tal como ecopontos, tendo em vista a reciclagem dos resíduos sólidos.

Para isso, vão ser necessários seis mil milhões de kwanzas, em virtude dos actuais nove pontos e do aterro dos Munlivos se revelarem incapazes de sanar por completo os detritos. Sublinhou que estão previstos 245 projectos na área da educação e saúde, representando 41 por cento do pacote.

Graciano Domingos anunciou ainda a criação de um diploma legal que vai autorizar a designação de ruas, praças e bairros, e referiu a construção de 200 fogos

habitacionais, o programa de realojamento das famílias, ordenamento do trânsito e o sistema de transportes.

Em relação à saúde, o vice-governador disse que em 2012 foram realizadas quase três milhões de consultas, com uma média diária de 7.927, sendo a malária a doença mais registada neste período, com 65 por cento de casos, nas 153 unidades sanitárias a funcionar em Luanda.

Houve ainda 15 casos mortais de raiva e foi reforçada a campanha de captura e vacinação animal. Em relação à dengue foram notificados nove mortes, de um total de 782 casos confirmados.

8.27 Remodelação da rede da água termina em Agosto

Jornal de Angola

27 De Junho de 2013

A remodelação do sistema de abastecimento de água para a cidade do Lubango fica concluída em Agosto próximo, garantiu a assistente de direcção do projecto a cargo da empresa Gauff Engenharia, durante a visita do secretário para os Assuntos Sociais da Presidência, Simão Helena.

Maria Almeida anunciou que a obra está executada a 95 por cento e o projecto fica concluído e entregue em Agosto deste ano. Foi instalada uma nova rede em substituição da antiga que se encontrava em estado obsoleto.

"Foram colocadas novas condutas adutoras de água potável, em substituição das antigas que estavam degradadas. Foi feita uma reformulação completa, desde aos centros de captação até aos bairros", disse. O único troço em falta é o da zona do Milénio, bairro da Lucrecia, até ao Governo provincial. A conduta da Tundavala já está em serviço desde o dia 15 de Agosto do ano passado. O anel da cidade está a entrar na fase de testes de pressão da água.

Para melhor funcionamento e segurança, de acordo com Maria Almeida, estão a ser colocados com dispositivos que permitem fechar a água nas tubagens e valas para efeitos de limpeza. O secretário para os Assuntos Sociais da Presidência da República, Simão Helena, em declarações à imprensa no final da visita que efectuou ao sistema de abastecimento localizado na Tundavala, afirmou que o trabalho que está a ser desenvolvido tem grande impacto social e económico.

Com a conclusão dos trabalhos, frisou, a população estará muito bem servida no abastecimento de água

potável. "Temos que reconhecer o esforço que está a ser feito pelo Executivo e o Governo Provincial no sentido de colocar condutas com maior capacidade desde os centros de captação até ao domicílio", afirmou.

O processo de remodelação das condutas começou em 2009 e o projecto tem um financiamento da Alemanha. Simão Helena disse que o trabalho foi bem concebido para transportar água da nascente da Tundavala e da Boca da Humpata para o centro da cidade, até à distribuição domiciliar.

Simão Helena disse que nesta altura os lençóis freáticos estão baixos na cidade do Lubango, por causa da seca. Indicou que os sectores da Energia e Água são fundamentais para o desenvolvimento do país: "a indústria, comércio e outros serviços não podem funcionar onde a energia e água são insuficientes. Há preocupação do Executivo para que estes bens estejam sempre disponíveis para a população", garantiu. Simão Helena visitou igualmente o Hospital Central do Lubango. Verificou que a área reservada aos cuidados intensivos precisa de ser reforçada para melhorar a assistência às populações.

E defendeu a construção e apetrechamento do centro ortopédico do Lubango para melhorar a produção de próteses. O actual funciona no rés-do-chão do Hospital Central do Lubango e precisa de mais espaço.

Novos sistemas no Bié

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, anunciou no Andulo que o Executivo vai construir novos sistemas de abastecimento de água em todas as sedes municipais, no âmbito do Programa Água para Todos".

No Andulo, o secretário de Estado visitou as obras do sistema de captação, tratamento e distribuição de água, que foi completamente reabilitado. A nova estrutura vai permitir 175 ligações domiciliárias, abastecer nove chafarizes e beneficiar os bairros periféricos que se apresentam com maiores problemas de água.

A nova rede, de 11 quilómetros, tem capacidade para bombear 50 metros cúbicos por hora. Luís Filipe da Silva, que se deslocou ao Andulo na companhia do governador do Bié, Boavida Neto, teve um encontro com os administradores municipais e com responsáveis da representação local do sector das Águas.

Durante os encontros, foi analisado o grau de execução das obras do Programa Água para Todos.

Foram igualmente analisadas as perspectivas para o contínuo melhoramento do fornecimento de água à população. O secretário de Estado das Águas recebeu igualmente informações sobre a operacionalidade dos sistemas de abastecimento instalados no âmbito do Programa Água para Todos.

O governador do Bié garantiu que vai continuar a prestar atenção ao abastecimento de água potável às populações. O programa de governação do MPLA prevê a construção de novos sistemas de abastecimento e tratamento de água potável em todas as sedes municipais até 2017.

O Sector de Energia e Águas joga um papel preponderante na prossecução dos objectivos globais definidos na Estratégia Angola 2025, na medida em que contém dois sub-sectores de infra-estrutura básica, cuja dimensão e desempenho condicionam o desenvolvimento harmonioso do País.

Alinhado com essa estratégia, foi elaborado um Plano de Desenvolvimento do Subsector Eléctrico de Angola, por sua vez alicerçado na Estratégia de Segurança Energética, que estabelece as acções e projectos cuja execução concorre para a universalização do acesso a energia eléctrica, ao uso eficiente da energia eléctrica, a sustentabilidade da actividade económica do sector, dentre outros objectivos.

A execução dos projectos de distribuição de energia e água em Angola, no quinquénio 2013-2017, vai consumir mais de três triliões e 400 biliões de Kwanzas. o sector das águas exigirá um consumo de dois triliões e 700 milhões, enquanto a área da energia deverá consumir 700 biliões do valor global.

8.28 Água para todos até 2017

Semanário Manchete
28 De Junho de 2013

o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, anunciou, quarta-feira, na vila do Andulo, a 130 quilómetros a norte do Kuito, província do Bié a construção até 2017 de novos sistemas de distribuição de água potável a nível de todas sedes municipais do país, no âmbito do programa implementado pelo Governo Central denominado "Água para Todos".

O responsável visitou a região do Bié para avaliar o grau de execução das obras do sector que dirige e reuniu-se com os membros do governo da província e administradores municipais.

O governador Álvaro Boavida Neto afirmou que o programa vai conhecer uma nova fase de consolidação de todos os sistemas existentes na província, por forma a fornecer água com qualidade à população.

Sublinhou que o seu Executivo vai cooperar com a Secretaria de Estado das Águas no sentido de abranger maior parte da população, por isso garantiu que o Governo vai fazer com que este objectivo seja cumprido até 2017. Durante a sua estada naquela província, Luís Filipe da Silva deslocou-se para o município de Chinguar para fazer a entrega de pontos de água as comunidades de Cangala, Cassenje, enquanto no Kuito, tendo ido de seguida a região da Caluapanda onde também procedeu à entrega de um outro ponto de água. Visitou igualmente a nova centralidade do Kuito, que está a ser erguida a cerca de cinco quilómetros a sul do Kuito, onde fez uma breve abordagem sobre o abastecimento de água àquela zona, com antevisão ao projecto do Kuquema.

8.29 Luz eléctrica pode ficar mais cara para o bolso do cidadão

Novo Jornal
28 De Junho de 2013

O PAÍS VAI CONTAR, até ao final deste ano, com três novas empresa públicas de energia. O anúncio oficial foi feito esta semana, em Luanda, pelo Presidente do Conselho de Administração do Instituto Regulador do Sector Eléctrico (IRSE), Luís Mourão, que fala também na subida dos preços de consumo de energia eléctrica.

O responsável, que abordou o assunto durante uma mesa redonda organizada pela Rádio Nacional de Angola, disse que o processo para a criação das três empresas públicas de electricidade encontra-se bem encaminhado.

"Há um programa de transformação do sector eléctrico. Estão equipas já envolvidas e criadas, a nível da Empresa Nacional de Electricidade (00), da Empresa de Distribuição de Energia de Luanda (EDEL) e do Gamek e parece que até ao final deste ano, as coisas estarão já bem definidas. Serão criadas três empresas públicas a nível nacional, uma para a produção, outra para distribuição e uma outra para a rede de transporte", explicou Luís Mourão.

O PCA do IRSE afirmou ainda que a EDEL e restantes empresas de distribuição serão agregadas à ENE. "Temos acompanhado este processo. Como disse, a gestão é do Ministério de Energia e Águas e aquilo

que temos conhecimento é que ainda este ano teremos estas empresas constituídas", garantiu o gestor.

Luís Mourão disse também que o IRSE vai propor ao governo a actualização da tarifa de electricidade, que não é reajustada desde 2006. O PCA do IRSE, que não avançou o valor das tarifas de electricidade, asseverou que as pessoas com poucos recursos serão protegidas.

Falando sobre o mesmo assunto, desta feita para a revista Economia e Mercado, o PCA do IRSE sublinhou que o Estado angolano gasta, anualmente, 48 mil milhões de Kwanzas em subvenções ao consumo de energia eléctrica.

Luís Mourão revelou ainda que as tarifas irão sofrer um reajuste de 10 ou 15 por cento, em que os consumidores de baixo rendimento estão na lista dos mais protegidos.

"Os consumidores de classe média e alta vão pagar um pouco mais. Segundo as autoridades, não é justo que as subvenções continuem a beneficiar os que têm mais posses", afirmou o responsável.

O PCA afirmou na ocasião que as operadoras de distribuição de energia eléctrica (EDEL e ENE) cobram 3,4kz por Kwh para os consumidores de baixo rendimento, 5kz por Kwh para a classe média, enquanto os maiores consumidores pagam 7kz por kwh.

Caso seja aprovada a nova proposta, o Estado vai poupar 30 mil milhões de kwanzas dos 48 mil milhões despendidos actualmente. A proposta está quase elaborada e o IRSE acredita que, até ao final do ano, deverá estar devidamente aprovada e publicada.

8.30 Melhor abastecimento nas localidades do Bié

Jornal de Angola
28 De Junho 2013

Cangala e Cassenje e Caluapanda passaram a ter pontos de água potável construídos no âmbito do programa "Água para Todos" inaugurados pelo secretário de Estado do sector, que terminou ontem uma visita de três dias ao Bié.

Os pontos, que dispõem de reservatórios, cada um deles capaz de distribuir três metros cúbicos de água por hora, chafarizes e ligações domiciliárias, funcionam com energia solar. O secretário de Estado das Águas visitou o local onde está a ser construída a nova centralidade do Cuito com seis mil fogos

habitacionais, e cujos primeiros 2.800 ficam prontos este ano. O sistema de captação, tratamento e distribuição à centralidade, a partir do rio Cuquena, a 18 quilómetros da cidade do Cuito, começa a ser instalado dentro de pouco tempo. Luís Filipe da Silva esteve também no Andulo, onde visitou as obras, já em fase final, de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água e anunciou a instalação em breve de outro destinado essencialmente à sede da sede do município.

O secretário de Estado verificou no Cuito o funcionamento da central de captação sobre o qual referiu ser "normal em instalações do género haver alguma coisa para melhorar" e lembrou que "é importante a manutenção permanente". Sobre o laboratório congratulou-se por estar melhor equipado devido a um programa desenvolvido pela União Europeia.

8.31 Plano leva água potável à população

Jornal de Angola
29 De Junho de 2013

O Plano Geral para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (PGGIRH) da Bacia Hidrográfica do Zambeze foi apresentado na quinta-feira, no Luena, Moxico, pelo Instituto Nacional de Recursos Hídricos. O coordenador técnico, José Viera da Costa, que apresentou o PGGIRH, explicou que ele serve para traçar as directivas da gestão participativa, sustentável e equitativa dos recursos hídricos da bacia, promovendo o combate à pobreza e o aumento dos benefícios sociais e económicos das populações da região.

De acordo com o especialista, o Plano, que deve ficar concluído em Setembro de 2014, vai assegurar o abastecimento de água à população em condições adequadas, em quantidade e qualidade, prevenir e diminuir os efeitos das cheias, das secas e da poluição, tendo em vista a salvaguarda da segurança das pessoas e bens.

O Plano contempla ainda a disponibilidade de água para os diferentes sectores de actividade socioeconómica em quantidades razoáveis e com a qualidade adequada, recuperar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas e prevenir a respectiva degradação, de modo a assegurar a estrutura e o bom funcionamento dos ecossistemas aquáticos e terrestres associados.

Quanto aos indicadores, prevê beneficiar cerca de 490 mil habitantes na parte angolana, através da água

para consumo, pesca, agricultura, produção de energia eléctrica, mineração, indústria, entre outras áreas. O Plano Geral para a Gestão Integrada vai ser executado em quatro fasês, sendo que a primeira incide na caracterização e diagnóstico da situação actual da bacia, consistindo numa definição dos factores biofísicos, sociais e económicos existentes, e no diagnóstico dos principais problemas, enquanto a segunda abrange o estudo complementar da caracterização.

José da Costa informou que a terceira etapa reside na avaliação de cenários alternativos, durante a qual vão estabelecidas as perspectivas de desenvolvimento da bacia e de utilização dos recursos hídricos, tendo em conta a dinâmica de desenvolvimento inter-regional e nacional. A quarta e última fase, a de consolidação do plano, consiste na definição dos objectivos, metas, programas de acção e medidas, actividades, responsabilidades pela inclusão, programação financeira, fontes de recursos, cronograma e indicadores para avaliação de desempenho do próprio plano de gestão. Em simultâneo, decorre a avaliação ambiental estratégica, consultas públicas com envolvimento dos stakeholders (partes interessadas), culminando com o processo de entrega. A bacia hidrográfica do rio Zambeze tem uma área total de cerca de 1,39 milhões de quilómetros quadrados, dos quais cerca de 259 mil em território angolano, abrange 79 por cento da província do Moxico e 41 por cento do Kuando-Kubango. O Plano Geral para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos começou a ser elaborado em Fevereiro de 2003.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Batuqueiros em grande

Jornal A capital
01 De Junho de 2013

O que têm em comum os angolanos Flávio Afonso, 40 anos, Tiago Bernardo, 26 anos, e Gabriel Gaspar, 28 anos? Esses três cidadãos, que não se conhecem entre si, residentes em partes diferentes da cidade de Luanda, perderam as respectivas viaturas na sequência de assaltos ocorridos em hora, local e data diferentes na capital angolana. Entre ambos, há ainda os denominadores comuns de todas as viaturas serem de marca Toyota, embora de modelos distintos, e não terem sido recuperadas até então.

Dois deles, Flávio e Tiago, estão vivos. Mas Gabriel não pode mais contar os momentos de agonia que viveu quando confrontado com um grupo de marginais. Ele foi morto com um tiro na cabeça por meliantes, até agora desconhecidos, que o abordaram antes de matá-lo e levarem consigo a viatura da vítima, uma Toyota Hilux, de cor branca.

Os familiares lamentam a falta de pistas conducentes à localização do automóvel e, claro, dos autores do crime. Pistas, essas, também escasseiam para esclarecer os assaltos de que foram vítimas Flávio Afonso e Tiago Bernardo. Este último, perdeu no passado dia 05 de Abril a sua Toyota Hiace, enquanto que, o primeiro, viu-se privado, há dois anos, de uma Toyota Hilux, tendo sido ambos abordados por meliantes armados e transportados em motorizadas.

Muitos outros cidadãos angolanos vivem histórias similares a essas. Por todo o país, com a província de Luanda a assumir a dianteira, são cada vez mais comuns os roubos e furtos de automóveis, praticados, regra geral, com um alto teor de violência. Sair vivo de um assalto desses é, digamos, resultado de pura sorte.

As estatísticas policiais, divulgadas publicamente, apontam para este sentido. Só na cidade de Luanda, são registados semanalmente uma média de 30 roubos ou furtos de viaturas. Se este número, em si, já é preocupante, o que dizer do indicador segundo o qual dentre tais roubos dez deles acabam simplesmente em morte dos ocupantes das viaturas alvo dos meliantes? Aos 28 anos, Gabriel Gaspar foi a excepção que apenas confirmou a regra.

Quem conhece do assunto, não tem dúvidas ao afirmar que, em matéria de violência, aqueles que se dedicam ao roubo de viaturas, entre nós popularmente conhecidos como batuqueiros, são os piores.

Tal é assim que a Polícia mostra um elevado índice de preocupação face a este fenómeno. Nos últimos dias, está em curso uma gigantesca operação policial, a escala nacional, cujo objectivo é, justamente, travar a tendência crescente deste género de crimes.

Baptizada como "Viúva Negra", numa imitação de uma telenovela mexicana, essa operação conta com um efectivo de 100 mil homens, espalhados pelo país, que procuram através de frequentes operações stop buscar indícios de que uma dada viatura esteja a circular à margem da lei.

Estará, tal operação, a resultar conforme o pretendido? Em cada operação que realiza, a polícia Nacional, pelo menos em Luanda, emite um comunicado para os órgãos de comunicação, resumindo as ocorrências naquele período. No passado dia 30 de Maio, por exemplo, as autoridades indicaram a detenção, só em Luanda, de vários indivíduos por distintas ocorrências. Aqui o grande destaque foi para os 12 casos de roubos de viaturas, havendo também a ressaltar a recuperação de 06 viaturas, roubadas ou furtadas em ocasiões anteriores.

Apesar de tais resultados, há quem, no entanto, não olha com bons olhos a actuação policial. Muitos acreditam que o forte dispositivo policial, conforme, é visto a patrulhar as ruas do centro da cidade, não chega à periferia, pelo menos sem a mesma dimensão. Aqui, nota-se um verdadeiro contra-senso, já que é justamente nos bairros suburbanos onde se registam as maiores ocorrências criminais. As críticas estendem-se, por outro lado, à noção de que o cern+e da criminalidade nas ruas de Luanda, e por conseguinte de roubo de viaturas, não está no policiamento, mas em questões de fundo que deveriam ser resolvidas. Mas há, também, chamadas de atenção provindas de quem não entende a razão pela qual são preferidos cavalos e não helicópteros na perseguição a marginais.

9.2 Perigo em alta

Jornal Angolense
01 De Junho de 2013

Os populares dos bairros da Caop A e B, no município de Via na, que segundo uma fonte da Polícia, é um dos mais afetados actualmente pela criminalidade, queixam-se dos chamados ralis de

motas de duas e quatro rodas, que fazem um barulho infernal, estendendo-se pela noite e madrugada. Queixam-se também da poluição sonora causada por inspirados que não querem saber do sossego dos seus concidadãos, incluindo doentes, que são incomodados pela barulheira, Quem reclama é violentado. «A Polícia nunca aparece, nunca vimos um só carro de patrulha nas ruas deste bairro, nem de dia nem de noite e há mesmo polícias que aqui vivem e que deviam fazer o chamado trabalho de sector, mas nada fazem, apesar de conhecerem os delinquentes e prevaricadores», conta Alberto Ngalula, funcionário público. O cidadão acrescenta que nesse bairro, associada às «rachas» de " motas e de carros, a delinquência fala alto, incluindo a violação de meninas. «Há dias, mataram aqui um jovem, junto da entrada para a passagem aérea que dá para a Vila, passava pouco das 19 horas, mas a Polícia só apareceu no dia seguinte de manhã», lamentou.

É assim em outros bairros de Viana, mas também igual acontece no Cazenga, em Cacuaco, no Rangel, Sambizanga, Prenda, e um pouco por toda Luanda. De acordo com a fonte da Polícia Nacional já citada, os municípios de Viana e Cacuaco e o distrito urbano da Ingombota são os mais afetados pela criminalidade. A fonte explicou que há áreas específicas nessas localidades em que o crime é alto e violência.

Em Viana distingui os bairros da Caop A e B, Capalanga e Boa-fé, especialmente na área conhecida como «Rasta». No Cacuaco, referiu o Kikolo em toda a sua extensão, o Paraíso e o Mulenvos como zonas onde o crime é que manda. Quanto à Ingombota, a nossa fonte diz que há focos criminosos um pouco por todo o distrito, embora a Polícia conheça as mais críticas.

9.3 Violência em alta

Jornal de Angola
02 De Junho de 2013

O Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional informou ontem que durante a madrugada de 1 de Junho "três efectivos da Unidade Móvel do Comando Municipal de Cacuaco, que se encontravam em serviço no Bairro Paraíso, foram assassinados por elementos desconhecidos".

No comunicado da Polícia Nacional é afirmado que "o Comando Provincial de Luanda garante todo o seu empenho para o esclarecimento desta acção macabra e apela à população no sentido de colaborar na captura dos protagonistas deste hediondo crime".

O comunicado refere ainda que o Comando Provincial curva-se perante a memória dos seus efectivos Finda Pedro João, Augusto Gomes Neto e José Hilário dos Santos Faria e apresenta às famílias enlutadas as suas sentidas condolências". Informações recolhidas pela reportagem do Jornal de Angola, que chegou às primeiras horas da manhã ao local, deram conta que os marginais surpreenderam os agentes com rajadas de armas de guerra, Causando-lhes morte imediata.

António Augusto Gomes, coordenador do bairro do Paraíso, afirmou que nos últimos tempos aquela zona de Luanda conheceu uma ligeira acalmia em termos de delinquência, fruto do árduo trabalho desenvolvido pela Polícia Nacional. Acrescentou que foi "com grande surpresa que recebemos a notícia da morte violenta dos três agentes da Polícia". O coordenador do bairro afirmou que a população tem excelentes relações com a polícia, inclusive tem ajudado na denúncia de alguns malfetores que durante o dia e pela calada da noite tiram o sossego à população.

9.4 Apreensão de drogas em bairros de Luanda

Jornal de Angola
03 De Junho de 2013

O comando provincial de Luanda da Policia Nacional apreendeu, na madrugada de sábado, 50 pacotes de droga e deteve oito pessoas, numa micro-operação contra vendedores e consumidores de liamba e libanga no Rangel, Ingombota, Maianga e Sambizanga.

O chefe de Operações do Comando Provincial de Luanda, inspector-chefe Mateus Lemos, disse à Angop que a operação envolveu efectivos de várias áreas operativas da Policia, incluindo cães adestrados.

O inspector salientou que o consumo de drogas e a ingestão excessiva de álcool estão entre as principais causas das acções delituosas na capital do país.

"Normalmente, os criminosos envolvem-se em acções delituosas sob efeito de drogas, por isso as nossas acções estão também viradas nessa direcção, com vista ao reforço da prevenção e combate ao crime", sublinhou o oficial da Polícia Nacional.

Mateus Lemos considerou "muito delicado" o combate à venda e consumo de drogas, pelo facto de as pessoas envolvidas agirem com muita cautela.

9.5 Mortes no 'paraíso'

Jornal Nova Gazeta
06 De Junho de 2013

Três agentes da polícia foram mortos a tiro dentro de uma esquadra móvel no Bairro Paraíso, em Cacuaco, na madrugada do passado sábado. Um dia depois, foram assassinadas mais duas pessoas, ambas militantes da UNITA. Uma operação policial, na segunda-feira, resultou na detenção de 26 pessoas.

António Zola Kamuku, secretário comunal do Kikolo, e Filipe Sachova Chakussanga, inspector municipal da UNITA, foi assassinado na madrugada de sábado para domingo à porta das respectivas residências.

A informação de que os dois homens eram militantes da UNITA foi dada na página oficial daquele partido. No texto, a UNITA acusa as autoridades policiais de terem "uma estratégia de provocar a reacção do Galo Negro, para haver mais um banho de sangue, como o de 1992 e 1993" e garante não ter dúvidas de que se está "perante uma reedição da caça ao homem destinada à eliminação efectiva" dos seus militantes.

Mas a violência no Cacuaco já tinha começado na madrugada anterior, quando três agentes da Polícia Nacional, Finda Pedro João, Augusto Gomes Neto e Dário dos Santos Faria, foram mortos por volta das 3.30h, por indivíduos não identificados que surgiram nas imediações da esquadra móvel do Bairro do Paraíso, na zona dos Bacongós. Os indivíduos efectuaram vários disparos à queima-roupa, atingindo os três efectivos que se encontravam no exercício das suas funções.

O Comando da Polícia de Luanda apressou-se a garantir todo o "empenho no esclarecimento" dos assassinatos dos agentes, segundo uma nota distribuída à imprensa. A polícia apelou à colaboração da população. O segundo comandante, Francisco Ribas, explicou que pela forma como foram efectuados os disparos na esquadra móvel, "havia intenção de matar". O comandante classificou a zona como "crítica" em termos de criminalidade, "razão pela qual se colocou uma esquadra móvel na circunscrição".

Até ao fecho da edição, a PN não se tinha pronunciado sobre o assassinato dos dois militantes da UNITA.

O comando policial de Cacuaco realizou na madrugada de segunda-feira uma operação de busca e captura e deteve 26 pessoas alegadamente envolvidas em diversos crimes.

9.6 Mais Três efectivos da Polícia Assassinados

Semanário Factual
06 De Julho de 2013

Segundo uma fonte da Polícia, mais três gentes da polícia nacional foram encontrados mortos na passada segunda-feira 24, bairro Mundial, na comuna do Benfica, município de Belas.

A fonte afirmou tratar-se de efectivos da Polícia de Ordem Pública, não precisando se o assassinato dos três efectivos ocorreu na zona onde os corpos se encontravam ou se os mesmos foram depositados pelos assassinos até ao momento não identificados.

De recordar que desde o dia 01 de Junho de 2013, ataques que culminaram com assassinatos às forças da Ordem Pública da Polícia Nacional, têm sido notados.

De acordo com uma análise do *Semanário Factual*, de 01 a 29 de Junho, 12 agentes da Polícia Nacional perderam a vida em Luanda, vítimas de actos hediondos praticados por indivíduos até ao momento não identificados.

Importa referir que o primeiro caso se deu no município de Cacuaco, com a morte de três agentes da Polícia de Ordem Pública, na zona do Paraíso. Ainda em Cacuaco, na zona tecno-carro, um agente da Brigada Especial de Trânsito (BET) também foi morto por indivíduos desconhecidos.

Já no distrito da Samba foram mortos dois agentes da Polícia; na zona do São Paulo, distrito do Sambizanga, foi morto um agente da Polícia; em Viana, um agente perdeu a vida; um agente da polícia foi morto quando tentava reagir a um assalto da sua motorizada. No bairro Mundial, na comuna do Benfica, no município de Belas, três agentes policiais foram encontrados mortos.

Perseguição a oficiais superiores começou

Devido às últimas evidências, a onda de assassinatos de Polícias não se dirige apenas para os agentes da Ordem Pública. Agora, os criminosos estão a atacar os oficiais superiores.

Na terça-feira, 25, uma das emissoras televisivas reportou a angústia de uma família que quase perdeu o patriarca.

A reportagem fazia menção a um assalto na residência de um oficial superior da Polícia Nacional, cujo objectivo fundamental era acabar com sua vida, mas tal não aconteceu devido à sua ausência.

Segundo relatos da esposa, os assassinos, no momento da sua fuga, levaram vários electrodomésticos e um montante no valor de 35 mil dólares.

A esposa afirmou que os meliantes alertaram que, em poucos dias, a mesma devia encontrar o seu marido morto na via pública.

Polícia deve prestar esclarecimento

do que realmente se passa em Luanda

Muito embora alguns actos de assassinatos de agentes da Polícia Nacional não tenham sido relatados pelos média, os cidadãos de Luanda apelam ao Comando Provincial para, em conjunto com o Ministério do Interior, saber o porquê dos constantes crimes perpetrados contra os agentes da Ordem Pública.

Estes actos não só têm tirado o sono aos agentes da Polícia, mas também aos cidadãos que vêem, a cada dia que passa, o sentimento de segurança a ser escamoteado por forças que apenas querem implantar o terror e o sofrimento do povo.

9.7 Agentes da polícia assassinados no Paraíso

Semanário Angolense
07 De Junho de 2013

Trata-se dos agentes José dos Santos Faria, Augusto Gomes Neto e de Finda Pedro João.

Durante uma visita no local do crime, os agentes em serviço disseram que a falta de energia tem sido um dos factores que contribui para o aumento dos casos de violência na calada da noite.

Os agentes contaram que a falta de gerador e um carro de patrulha dificulta os seus trabalhos dentro dos bairros paraíso, bacongô e Cerâmica e que também pela dimensão do bairro três ou quatro agentes é muito pouco para manter a ordem e a tranquilidade.

"Os nossos colegas foram mortos porque estavam a dormir e foram surpreendidos pelos marginais", contaram os agentes encontrados na Esquadra Móvel, na rua do paraíso, local onde as vítimas se encontravam.

As vítimas encontravam-se numa casota de chapa, ao lado da esquadra, porém com uma zona de acesso a qualquer indivíduo, o que facilitou a sua execução.

Foram vários tiros feitos. A fonte contou ainda que os agentes foram removidos do local dez horas depois do incidente. De referir que o livro de registo das ocorrências foi rasgado pelos marginais.

De referir ainda que, no momento em que tudo ocorreu, o gerador estava variado e só no dia seguinte é que a polícia substituiu por um novo, segundo fonte no local.

Pela forma como tudo aconteceu, contam os agentes, leva a crer que os marginais tiveram a intenção de matar.

Aquela fonte da polícia garantiu também que se encontram no bairro todas as forças à disposição da polícia. O segundo comandante provincial de Luanda, Francisco Ribas, apelou à população no sentido de colaborarem na captura dos protagonistas deste crime.

"A população não colabora", lamentou um dos agentes destacados no local. Os populares contactados afirmaram não terem ouvido qualquer barulho de tiros.

"A zona é muito crítica em termos de criminalidade, razão pela qual colocou-se uma Esquadra Móvel, por formas a combater os crimes e garantir a segurança e tranquilidade aos populares", lembra o comandante.

9.8 Angola é um vulcão adormecido

Semanário Angolense
07 De Junho de 2013

o município de Cacuaco, em Luanda, e de Londuimbali no Huambo, são os epicentros da erupção do vulcão entre os arquirrivaís MPLA e UNITA.

Em Cacuaco, no bairro Bacongô - Paraíso, a 01 de Junho de 2013, três polícias em serviço numa esquadra móvel foram assassinados friamente por desconhecidos.

As primeiras mensagens telefónicas que circularam davam conta de 30 polícias mortos por populares revoltados sem darem mais outros detalhes.

As pessoas começaram a questionar em como trinta polícias teriam sido mortos numa só vez, onde estes se encontravam e mesmo num pequeno posto policial nunca há uma concentração daquele elevado número de agentes.

Mais tarde, a informação começou a ser esclarecida e corrigida no que diz respeito a quantidade. Na realidade são três os polícias mortos.

Quanto aos autores e o motivo do crime continuam a ser desconhecidos, limitando-se a ser ouvidos os rumores ou especulações dos moradores.

Uns apontam razões românticas entre os polícias e três mulheres que foram conviver com eles no seu posto. No convívio, as senhoras conseguiram drogar os polícias que adormeceram sob o efeito da droga, antes de estas (mulheres) os assassinarem. Outros contam que os polícias desprevenidos foram atacados por um grupo de meliantes armados até aos gentes, causando a morte de todos eles.

Seja qual for o cenário, são vidas humanas que se perderam. Os polícias são pessoas, pais, filhos, sobrinhos e netos de alguém. Têm direito a vida e devem ser respeitados por quem eles protegem.

Tendo em conta os relatos acima descritos, este assassinato colectivo de polícias cheira a ajuste de contas com os criminosos.

A polícia parece suspeitar que foi a UNITA que mandou executar os seus agentes.

Para o MPLA, o Galo negro foi é sempre o bode expiatório de todos os males e seus insucessos em Angola.

No tempo da guerra civil, o Governo do MPA acusava o Presidente da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, de ser o responsável de tudo que faltava.

Faltou água, é por causa de Savimbi; faltou electricidade; é por culpa de Savimbi; a comida tem muito sal ou gindungo, é por culpa da Savimbi; faltou emprego, é por causa de Savimbi; etc. Savimbi foi assassinado e a situação social, económica e política está pior que no tempo de guerra.

Sem ser advogado de quem quer que seja, renitente, o MPLA reitera as acusações contra a UNITA e os seus dirigentes por tudo e por nada.

É assim que em retaliação ao assassinato colectivo dos agentes, a polícia mandou uma unidade matar dois dirigentes municipais do Galo negro, no bairro Kikolo.

Trata-se de Filipe Satchova Chakussanga e António Zola Kamuku, abatidos diante das suas residências, esposas, dos seus filhos e vizinhos. "Unidades da Polícia Nacional em operações no bairro Paraíso, fizeram buscas noturnas porta-a-porta, e assassinaram friamente, nas suas residências, os membros da

UNITA e dirigentes do Comité Municipal de Cacucaco, nomeadamente o Inspector Municipal Filipe Satchova Chakussanga e o Secretário Comunal de Kikolo, António Zola Kamuku" - indica um comunicado do "Galo negro".

Foi nestes termos que o Galo negro reagiu a mais um assassinato de dirigentes seus em pouco menos de um mês, o anterior tendo acontecido no município de Londuimbali, Província do Huambo, onde o Secretário municipal do partido para as finanças, Francisco Epalanga, foi morto a pedradas e catanadas presumivelmente por membros do MPLA.

O Presidente da UNITA, Isaías Samakuva, que regressou de uma longa digressão aos Estados Unidos da América e Europa, efectuou uma visita relâmpago ao Huambo onde a situação política está tensa na sequência do assassinato de Epalanga.

O mais preocupante é que os assassinatos políticos de polícias e dirigentes da UNITA parecem ser vistos com normalidade pelo poder.

Em Londres, Grã-Bretanha, onde um polícia foi assassinado, o país quase parou e o governo fez tudo, identificou, deteve e levou a justiça os assassinos. Aconteceu o mesmo em Paris, França, onde um soldado foi abatido. Os inquéritos sobre os referidos acontecimentos perseguem em ambos os países.

A imprensa britânica, francesa como mundial só falava dos referidos acontecimentos drásticos.

Os acontecimentos agitaram os países (Grã-Bretanha e França) onde aconteceram os assassinatos e ocuparam largos espaços na imprensa.

Em Angola, apenas o assassinato de três polícias mereceu destaque na imprensa pública, com as intervenções dos analistas do regime.

Mesmo assim, não agitou o país e o governo que mantém a sua vida normal. A única reacção de vulto foi a exoneração da Comissaria-chefe Elisabeth Ranque-Franque do cargo de Comandante Provincial de Luanda. A comandante Bety como é conhecida - foi substituída ao cargo por um outro "Mbinda", António Maria Sita. É despir São Paulo para vestir São Pedro.

A comandante Bety é descendente do fundador da FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda).

Quanto a morte dos dois dirigentes da UNITA, apenas o povo se encarregou de expandir a notícia. A imprensa dita pública nomeadamente a TPA (Televisão Pública de Angola), a Rádio Nacional de Angola, o Jornal de Angola e pensa-se que também

a ANGOP (agência noticiosa) e acessórios como a TV Zimbo, a rádio LAC (Luanda, Antena Comercial) calaram-se e ignoraram pura e simplesmente o acontecimento.

Nada se sabe da cobertura que a emissora católica Rádio Eclésia deu ao assunto.

Para o regime do MPLA, a morte de um cão vale mais que a de um membro da UNITA. Recorde-se que a Assembleia Nacional calou-se quando um deputado da UNITA, Ngalangombe, foi assassinado e o seu corpo encontrado numa vala num bairro de Luanda onde foi deitado.

O Parlamento não reagiu, não organizou nenhuma cerimónia e nem sequer reservou um minuto de silêncio em memória de Ngalangombe pela simples razão de este ser da UNITA.

Quanto ao assassinato dos três polícias no seu posto de trabalho, se os autores são meliantes, é motivo para preocupação por parte das autoridades e da sociedade.

Isto demonstra que a criminalidade e a insegurança estão em alta, a evoluir e a sofisticar-se em Angola. Os criminosos angolanos estão a rivalizarem-se com os seus homólogos do Brasil e falta pouco para que Angola comece a assistir a luz do dia cenas rocambolescas de batalhas armadas renhidas entre polícias e delinquentes nas ruas.

O dever de uma polícia é de proteger a população, prender os criminosos e levá-los a justiça e nunca matar quem quer que seja.

A Polícia Nacional é de Angola, do povo Angolano, não é pertença exclusiva do MPLA ou do seu Presidente José Eduardo dos Santos.

A polícia deve proteger o país e o povo, e não o MPLA e José Eduardo dos Santos.

"A UNITA, parceira dos Acordos de Paz e da construção da democracia angolana, não pode entender que unidades policiais, com a missão constitucional de assegurar a ordem pública e a segurança de todos, cometa actos criminosos contra cidadãos angolanos, apenas pelo facto de pertencerem a UNITA.

Tanto mais grave que essas unidades terão recebido ordens superiores para a realização dessas execuções sumárias, em flagrante violação à constituição"- refere o comunicado acima referido.

A violência, recorda-se, teve início no município de Lombuili, Província do Huambo, onde o Secretário

municipal para a administração e finança, Francisco Epalanga, de 42 anos de idade, foi morto a pedradas por militantes do MPLA, segundo informou o Secretário provincial da UNITA no Huambo e deputado a Assembleia Nacional, Liberty Chiaka.

Este esclareceu que o malogrado foi morto por um golpe de uma padra de cerca de três quilos na nuca, sete de catanas e dezanove de faca.

O motivo deste assassinato horrível é apenas o de os "Maninhos" tentarem construir uma tribuna de paus na sede do município onde se previa dar posse a um elenco dirigente da UNITA.

Na sequência destas mortes de polícias e dirigentes da UNITA, a tensão política que já é permanente em Angola subiu ao rubro. Houve quem pensou numa explosão política no país.

Mas, mais uma vez, a situação foi salva pela tolerância e condutas religiosas do líder da UNITA, Isaias Ngola Samakuva, traduzida pela suavidade do comunicado do Comité Permanente do partido que se reuniu de emergência para analisar o clima político registado em Angola.

O documento refere que "Face ao clima de medo e agitação instalados no país, em consequência destes actos, o Comité Permanente apela à população em geral, e aos membros da UNITA em particular, para manterem a serenidade e confiança na irreversibilidade da paz e das suas conquistas.

O Comité Permanente tomou a decisão de processar judicialmente os autores, já identificados, dos assassinatos dos seus dirigentes em Luanda e no Huambo.

O Comité Permanente da Comissão Política reafirma o compromisso da UNITA com a Paz e com o processo de democratização do país, continuando empenhado na busca contínua de diálogo inclusivo, mas condena firmemente a prática reiterada de execuções sumárias, pelo que exige de todas as instituições do Estado o escrupuloso respeito pelas Leis da República de Angola".

Samakuva e UNITA aplicam religiosamente os ensinamentos bíblicos segundo os quais se alguém o bater na face esquerda, também o dá a direita.

"Ouviram o que foi dito: Olho por olho e dente por dente. Mas eu digo-vos mais: Não resistam a quem vos fizer mal. Se alguém te bater na face direita, apresenta-lhe também a outra" [Mateus 5: 38-39].

A oposição política angolana e o MPLA fazem um jogo sobre as palavras Reconciliação Nacional,

Clemência e Integração. Quando a UNITA defende a consolidação da Paz, Democracia e Reconciliação Nacional, o MPLA, por seu lado, insiste em Clemência e Integração.

O MPLA se considera como sendo ele o país e Angola um dos seus quartos. Não se chega a Angola sem passar pelo MPLA.

É caso para considerar que Angola é um vulcão adormecido que pode a qualquer momento entrar em erupção.

9.9 Familiar de polícia morto pede justiça

Semanário Angolense
07 De Junho de 2013

Matano Sicília, cunhada do agente Finda Pedro, uma das vítimas dos marginais no bairro Paraíso, em Cacuo, defende a punição dos autores do crime. Falando à imprensa, Matano Sicília referiu-se ao vazio deixado à família e filhos em particular. "Quem vai sustentar os filhos dele?", questionou Matano, banhado em lágrimas tendo defendido que "os indivíduos que cometeram tal acto também merecem um tratamento igual, porque nada do que for feito vai traze-lo de volta a este mundo". Entretanto, o chefe do Departamento de Educação Moral e Cívica do Comando Geral da Polícia, Maurício Alexandre, fez saber que a polícia está a fazer tudo para deter os culpados. "Não vamos descansar até que sejam encontrados e entregues à justiça", garantiu, acrescentando que o crime nunca será extinto na sua totalidade mas a polícia tudo fará para combater e dar resposta imediata aos casos que têm ocorrido na sociedade. E, em gesto solidário para com as famílias dos três agentes da polícia, a associação "Amigos do Bem e da Paz" fez entrega de bens alimentares às famílias que, na ocasião, agradeceram o gesto e o apoio que até então estão a receber.

9.10 Militantes do MPLA e da UNITA em guerra

Semanário Angolense
07 De Junho de 2013

O Palco foi o município de Chicomba, concretamente no sector Viopio, comuna do "Ke", onde militantes dos dois maiores partidos angolanos envolveram-se em pancadaria que terminou com um saldo de oito feridos e onze detenções.

Gabriel Lukamba, Secretário do "Galo negro" naquele município, disse ao Angolense, que o facto ocorreu na manhã do dia 30 de Abril, por volta das 11 horas, quando os seus contemporâneos no sector de Viopio, na comuna do "Ke", foram surpreendidos por um grupo de militantes do MPLA, munidos de objectos contundentes como garrafas e cata nas , derrubando o mastro e conseqüente danificação da bandeira do seu partido que se encontrava içada no comité comunal da circunscrição.

"Eles retiram em pleno dia o mastro com a sua bandeira, então isso culminou com um espancamento geral, onde os nossos protelaram tanto, mas eles concentraram-se em número muito considerável, ninguém mais aturou e houve pancadaria", disse.

Da confrontação, resultou o ferimento de oito partidários, sendo três da UNITA e cinco do MPLA.

O dirigente do maior partido na oposição, com 30 deputados no parlamento, disse que esta foi a terceira vez em que militantes do MPLA praticam vandalismo contra o seu partido.

Na sequência dos acontecimentos, a Polícia Nacional em Chicomba deteve onze militantes do "Galo negro", devolvidos já a liberdade no decurso do mês findo depois de submetidos a um interrogatório das 8 às 17 horas pelo procurador municipal de Caconda, Adão de Nascimento, onde haviam sido transferidos. Estavam entre os detidos, o secretário municipal para organização da UNITA, António Talanda, 60 anos de idade e seis mulheres da LIMA, das quais duas em estado de gestação e uma com bebé ao colo de dois meses de idade.

O partidário do "Galo negro" condenou ainda a atitude da Polícia Nacional, que para ele, a Polícia Nacional agiu parcialmente ao deter apenas militantes da UNITA e deixando os militantes do MPLA envolvidos na confusão em liberdade. "Prenderam sem investigar. Deviam apenas nos ouvir", lamentou.

9.11 Mortes assombraram Cacuo

Jornal Manchete
07 De Junho de 2013

As cenas de mortes no município de Cacuo, se pusermos em consideração, já vinham a se registar cinco dias antes, comparativamente daquelas que vieram a tomar-se destaque nos órgãos de imprensa e do domínio público.

O jornal Manchete trouxe na sua edição passada notícias dando conta da morte de dois supostos

marginais que praticavam diversos crimes naquela circunscrição, que foram alvejados mortalmente em plena via pública, supostamente, por agentes da Polícia Nacional, depois de terem praticado um assalto na zona da Auto-Estrada no passado dia 27 de Maio.

Os meliantes, compostos por três elementos, se faziam transportar numa motorizada de marca Nanfang e tentavam escapar dos efectivos da polícia, que na altura perseguia-os após terem recebido uma alerta da população sobre a ocorrência. Como os marginas não quiseram parar a alternativa dos agentes foi disparar contra os mesmos, dois tiveram morte imediata no local, enquanto o outro foi detido, tal como haviam contado os populares ao Manchete.

Poucos dias depois, isto é, durante a madrugada de 1 de Junho, três efectivos da Unidade Móvel do Comando Municipal de Cacuaco, que se encontravam em serviço no bairro Paraíso, foram mortalmente atingidos por disparos de arma de fogo efectuados por supostos meliantes, até agora à monte.

O sub-comandante da PN em Luanda, Francisco Ribas, que se deslocou ao local, juntamente com outros oficiais superiores da corporação, entre eles a comandante provincial de Luanda na altura, Elizabeth Ranque Franque, não teve dúvida que a intenção dos malfeitores foi de eliminar fisicamente os agentes no local, que tiveram morte imediata.

De acordo com o comunicado da corporação, Finda Pedro João, Augusto Gomes Neto e Dário dos Santos Faria, foram mortos por indivíduos não identificados, numa zona caracterizada como crítica em termos de criminalidade.

A situação forçou o Comando da Divisão da Polícia de Cacuaco, a desencadear uma operação na madrugada de segunda-feira, 3, que resultou na detenção de vários cidadãos envolvidos em diversos crimes, bem como o desmantelamento de alguns grupos de marginais, que tiravam o sossego aos nossos munícipes.

No decorrer da operação que estendeu-se em todo o território do município de Cacuaco, com maior incidência nos bairros do Paraíso, Augusto Ngangula, estranhamente dois cidadãos identificados por António Zola Kamuku, secretário comunal do Kikolo e Filipe Sachova Chakussanga, inspector municipal da UNITA em Cacuaco foram assassinados durante a madrugada em suas casas supostamente por uma operação policial.

Dadas as circunstâncias em que os cidadãos foram mortos, o partido do "Galo Negro" emitiu um

comunicado acusando os efectivos da PN de serem os autores do homicídio dos seus militantes, facto que já foi desmentido pela polícia nesta terça-feira, que entretanto, prometeu investigar o caso, bem como as mortes dos três agentes da corporação.

No que concerne a morte dos três agentes da PN, algumas vozes da sociedade defenderam, ser necessário investigar as causas que terão motivado à prática de tal acto, se ajustes de contras, retaliação, desavenças, negócios escuros ou outros. Portanto, estas questões devem ser levantadas e somente a PN poderia dar uma resposta, isto, resultante da cooperação com a própria comunidade.

Agente assassinado sepultado no Cemitério da Santa Ana. O corpo de Nfinda João, um dos três agentes da Polícia Nacional assassinados, na madrugada do último sábado (O 1), em serviço numa esquadra móvel do bairro Paraíso, município de Cacuaco, foi nesta quarta-feira, sepultado no Cemitério da Santa Ana, no distrito urbano do Kilamba Kiaxi, em Luanda.

Durante o acto foram lidas mensagens de encorajamento aos efectivos da Polícia Nacional no cumprimento do seu dever de garantir a tranquilidade dos cidadãos, na presença de oficiais, e agentes da corporação, membros da sociedade civil; Governo Provincial de Luanda e Forças Armadas.

Ao ler o elogio fúnebre, o segundo comandante provincial da Polícia Nacional, subcomissário Francisco Ribas, enalteceu as particularidades profissionais do defunto, que muito cedo despontou nas fileiras da Polícia e com humildade sempre soube cumprir com as orientações dos seus superiores hierárquicos.

Por outro lado, os corpos dos agentes José dos Santos Faria e Augusto Gomes Neto, seguiram, respectivamente, para as províncias do Uíge (Negage) e Bengo (Nambuanguo) onde serão sepultados a pedido dos familiares.

9.12 Pós-graduação no Turismo

Jornal de Angola

07 De Junho de 2013

O ministro da Hotelaria e Turismo, Pedro Mutindi, fez a abertura ontem, em Luanda, do primeiro curso de pós-graduação e disse que esta iniciativa visa colocar Angola como destino turístico de excelência no continente africano até 2020.

O desenvolvimento do sector é internacionalmente reconhecido e vai contribuir para a criação de emprego, melhoria da qualidade de vida dos

angolanos e em particular os que vivem em zonas turísticas.

Pedro Mutindi afirmou que o sector da Hotelaria e Turismo tem de ser um factor de inclusão social, combate à pobreza e distribuição de riqueza. "Necessitamos de técnicos competentes, disciplinados, dinâmicos, eficientes e humildes", realçou.

O ministro Pedro Mutindi também realçou que é necessário atrair investimentos para apoiar o empreendedorismo, razão pela qual foi criado um decreto para a criação de investimentos e apoio aos empresários nacionais. "Como todos sabemos, de nada servem as melhorias e as iniciativas em curso, se não possuímos quadros capacitados e especializados, que possam executar as tarefas", disse Pedro Mutindi.

Pedro Mutindi lembrou que para este ano o lema da Organização Mundial do Turismo é "O Turismo e Água Protecção do Nosso Futuro Comum" a ter início na primeira semana de Outubro e conta com a presença do secretário-geral da OMT, Taleb Rifai.

9.13 Será que sabemos as razões de tantos assassinatos no país?

Jornal Manchete
07 De Junho de 2013

O país parece mergulhado num banho de sangue sem precedentes, a sociedade acorda e depara-se, logo pela manhã, com notícias de mortes de um ou outro cidadão, num ou noutro canto do país que queremos ver crescer, sem motivos aparentemente convincentes, não sei se existe alguma razão convincente que leva a que as pessoas decidam sobre um determinado assunto, matando outro. São frequentes, relatos de desaparecimento de pessoas que estavam a caminho do serviço, escola, ou outro destino, ou ainda de regresso à casa, vindo destes, dias depois já aparece morto ou morta fora ou dentro da localidade onde desapareceu, relatos de indivíduos mortos alegadamente por elementos afectos à Polícia Nacional, por elementos afectos a DINIC, por delinquentes ou civis armados afectos a sociedade ou comunidades, depois nos deparamos com mais um massacre, desta vez de elementos afectos à Polícia Nacional, eliminados por desconhecidos, encontrados mortos a tiro dentro de uma esquadra móvel.

Simpatizantes de Partidos Políticos encontrados mortos ou seja, alvejados propositadamente, também por desconhecidos, vestidos de farda das forças de

ordem, e... muitas mais situações complexas que a memória nem sequer pretende me lembrar.

Algo deve ser feito para evitar estas coisas, desde a Super-estrutura do País, até ao mais básico elemento da sociedade angolana. Parece-me haver uma minimização de factos e de fenómenos sócias, que se não movermos nenhuma palha, seremos incapazes de contornar o problema que considero gravíssimo.

É necessário valorizar a vida humana por meio de mecanismos conducentes ao crescimento e ao desenvolvimento do angolano que, pelo sofrimento que teve ao longo dos tempos, deveria ter uma esperança de vida aceitável.

Isso só é possível, se todos actores da sociedade se considerarem válidos para boa obra.

Chamo atenção aos fazedores de leis, que sejam os primeiros a cumprirem-nas a fim de que o bem se sobreponha ao mal que parece tomar conta de tudo.

Como solucionar o problema?

Ou temos que criar novas instituições, ou temos que fazer com que as já existentes possam realizar seu verdadeiro trabalho na sociedade:

Os Ministérios da Educação; da Cultura; do Urbanismo; da Administração Pública, Emprego e Segurança Social; Ministério da Juventude e Desportos, Ministério da Defesa, têm que se juntar e criar uma inter-complementaridade funcional e operacional, depois incluir os outros ministérios não descritos acima, bem como a sociedade civil. O Ministério do Interior deveria ser chamado apenas a tratar do "delinquente" e não da "delinquência". Quem evita a delinquência, ou pelo menos a minimiza, são os ministérios descrito anteriormente, que podem e devem ocupar o povo, fundamentalmente a juventude, os antigos combatentes, os velhos e as crianças, por meio de instituições sociais como Escolas, Centros de Formação Técnico-Profissional, Centros de Pesquisas, Igrejas, Salas de teatro, Salas de cinema.

Deste modo, evitar-se-ia as convivências desnecessárias, a perda de tempo em conversas destrutivas, evitava-se a perda de tempo assistindo filmes e novelas que nada têm a ver com os nossos hábitos e as nossas culturas, quem sabe, estes últimos estejam na base de todo esse mal que vivemos.

A partir do momento em que o homem angolano conhecer os seus direitos, lutará por eles e o terá como a sua própria vida, não podendo dar a ninguém. Temos que cultivar o Amor ao próximo, a paz interior, isso só é possível quando todos

amarmos os outros como a nós mesmos. Com o aumento do que é contra a Lei, o amor de muitos se esfriará.

9.14 A ousadia mortífera

Jornal Acapitaol

08 De Junho de 2013

Esse pormenor, obtidos da contagem de cartuchos achados na cena do crime, é uma das poucas pistas de que as autoridades dispõem, enquanto prosseguem as investigações para apurar as razões, os culpados e as circunstâncias da morte dos três agentes afectos ao comando provincial de Luanda da Polícia Nacional.

Os três corpos foram encontrados crivados de balas no interior de uma casota de chapas de zinco contígua à própria esquadra móvel. A casota foi construída pelos próprios agentes. Para o efectivo ali colocado, ela servia para tudo um pouco: usavam-na como sala de estar, cozinha e, no calar da noite, como dormitório.

Os relatos da vizinhança sugerem que os factos deram-se mesmo neste período, ou seja, no calor da noite. Os vizinhos disseram, nas declarações que prestaram à Polícia, que foi logo depois das badaladas da meia-noite que se ouviram rajadas de metralhadoras, cujo som ensurdecedor não perdurou por mais de um minuto.

Num bairro dominado por um alto índice de criminalidade, como é o Paraíso, o medo impera. Esta foi, de resto, a razão que levou a que ninguém, entre os moradores da zona, se atrevesse a ver, na escuridão da madrugada, quem efectuava aquela chuva de disparos que interrompeu o silêncio que se fazia sentir naquelas redondezas.

Os corpos dos três agentes assassinados foram vistos apenas seis horas depois do assassinato. Logo pela manhã, os vizinhos dirigiram-se à esquadra móvel. Foram estes que trataram, então, de informar sobre a ocorrência à unidade policial que fica mesmo a cinco quilómetros do local da chacina. A esquadra móvel era um posto avançado que, no caso de confrontação, deveria requisitar reforços à unidade policial mais recuada onde, no fatídico dia, ninguém ouviu sequer as rajadas que mataram os seus colegas.

Mas Mãezinha, nome com que se identificou uma munícipe de 25 anos, disse que foi uma das primeiras a chegar à esquadra móvel. Disse-se amiga das vítimas, uma relação que foi crescendo desde que aquele dispositivo policial foi ali instalado. Mas quando os viu, caídos, com os corpos crivados de balas, não os reconheceu de imediato, tal era a

desfiguração em cada um dos três cadáveres. "Eram todos meus amigos, conheci-os bem", enfatizou a cidadã, com o rosto marcado pelo pesar.

Durante a madrugada, ela lembra-se de ter ouvido vários disparos contínuos que, no entanto, só duraram por um minuto. "Foi muito rápido", disse. Depois dos disparos, ainda esperou para, como é habitual, ouvir o barulho de movimentações ou de gritos de socorro. Mas não se ouvi, fosse o que fosse. "Não ouvi gritos", tão pouco foram sentidos passos apressados ou o roncar de motores, imediatamente depois dos tiros. "Nem motos, nem carros", acrescentou, no que, para muitos, é sugestão de que os assassinos faziam-se mesmo andar à pé.

Mais próximo que Mãezinha, estava o seu vizinho Bernardo António. Residente a 30 metros da esquadra móvel, ele garante não ter ouvido mais nada, além do som das metralhadoras durante um minuto. Para ele, isso tem apenas uma explicação: "quem fez isso, conhecia bem o bairro", referiu, dizendo-se surpreso pela ousadia. "Atacar uma esquadra policial, é muito grave".

"Só pode ser alguém com muita raiva para matar assim os polícias", disse.

Os três agentes cumpriam um turno de 24 horas, ao longo do qual tinham feito patrulhas apeadas e, como é praxe, aquela hora já se tinham recolhido na esquadra. A forma como os corpos foram encontrados, deitados sobre um colchão postado no chão é, para os especialistas que investigam o crime, sugestiva de que eles estavam a dormir quando foram surpreendidos pelos disparos.

9.15 Acções da Policia devolvem sentimento de segurança à população

Semanário Independente

08 De Junho de 2013

O director em exercício das operações do Comando de Luanda da Polícia Nacional, Inspector Chefe Mateus Rodrigues, garantiu que as sucessivas operações desenvolvidas pela corporação na capital do país, está a devolver o sentimento de segurança aos cidadãos. Falando nesta terça-feira, à Angop, o oficial da corporação disse que a acção das forças da ordem, está a possibilitar a resolução de diversos crimes e a detenção de elementos acusados de estar envolvidos em actos criminosos.

O aumento do policiamento nas ruas, prosseguiu, surge em funções da subida do índice de crimes, por

isto foram tomadas medidas, no sentido de levar a tranquilidade a população. Apontou os municípios mais críticos como sendo Viana, Cazenga e Cacuaco onde os delitos mais frequentes são os assaltos a mão armada na via pública, em residências e estabelecimentos comerciais, os homicídios e as violações sexuais.

Desde o lançamento das microoperações a Polícia Nacional deteve cerca de mil supostos criminosos, alguns dos quais considerado, "altamente perigosos", desmantelou grupos de delinquentes, apreendeu várias armas de fogo, drogas, viaturas roubadas, motorizadas e artigos diversos. Com mais de 24 mil quilómetros quadrados e habitados por mais de cinco milhões de habitantes fazem parte da capital angolana os municípios de Luanda, Cazenga, Cacuaco, Viana, Icolo e Bengo, Belas e Quiçama.

9.16 Fim da violência passa pela integração social

Semanário Factual

08 a 15 De Junho de 2013

O sociólogo António Catenda, convidado para o debate sobre a segurança pública em Luanda pela Rádio Eclésia, afirmou que o fim da criminalidade na província de Luanda passa pela criação de um novo modelo de integração social, que envolva famílias, instituições de apoio e toda a Juventude.

"É necessário também a existência de comunicação directa entre as instituições de base e desta para o público carente, incluindo segurança e bem-estar. A comunicação não se deve restringir aos mais necessitados, deve chegar além das comunidades rurais para o conhecimento de toda a sociedade sobre o que se passa, o que está a ser feito e o que deve ser feito, para que a confiança seja restaurada", especificou António Catenda.

O sociólogo acrescentou que a falta de acessibilidade da população à Polícia na periferia e no centro da cidade não deve pôr em causa a integridade física da população. É necessário que haja uma reestruturação na forma de actuação da Polícia Nacional, envolvendo o cidadão como agente para o fim da criminalidade.

O especialista denunciou também a falta de cultura de denúncia por parte dos cidadãos, e considera ser causado pela falta de confiança nas instituições públicas, em particular da Polícia, em que é alarmante o excesso de burocracia na resolução dos problemas de criminalidade que afectam os cidadãos.

António Catenda comentou que o processo histórico vivido por milhares de famílias angolanas no interior as faz buscar sobrevivência em Luanda, como o centro das atenções, e logo a concentração demográfica, a fuga à paternidade e a falta de escolaridade, causa desestruturação familiar.

"São necessárias políticas de integração para satisfazer as necessidades dos jovens, antes que eles se frustrem por não se sentirem satisfeitos com o modelo social familiar, o que faz crescer nas comunidades grupos de marginais excluídos da mesma sociedade", asseverou.

João Paulo Ganga, igualmente sociólogo, partilha a mesma opinião e sublinha a necessidade da criação de espaços de lazer e a acomodação para a prática de desporto em todos os cantos da cidade e zona periférica, onde o nível de urbanização é precário, assim como um diálogo permanente e directo entre todos os agentes sociais para se acudir o nível de criminalidade.

Polícia conta com ajuda da Amangola

As Associações Municipais de Angola (Amangola) vão, doravante, colaborar com a Polícia Nacional na segurança das comunidades na capital do país.

Segundo um comunicado de imprensa da Amangola distribuído à imprensa, a intenção consiste em colaborar com a corporação, a todos os níveis, no patrulhamento e rondas noturnas, a fim de avaliar e como actuar sobre a segurança pública e demais realidades vividas na comunidade.

A agremiação manifestou antecipadamente a sua firme disposição de colaborar, coordenando acções com o Ministério do Interior e o Comando Geral da Polícia Nacional, a todos os níveis, na articulação, informação e cooperação, particularmente no controlo da criminalidade, assim como na salvaguarda da ordem e tranquilidade públicas.

A instituição terá o compromisso de colaborar com os comandos Provinciais, municipais, comunais, bairros ou aldeias da Polícia Nacional, no policiamento de proximidade, organizando os munícipes interessados em grupos de pessoas que residam nos locais onde ocorram os problemas de segurança pública.

A organização, coordenada por Job Pedro Castelo Capapinha, tem entre outros objectivos defender e divulgar a Constituição da República de Angola (CRA). A colectividade adoptou o lema " Juntos, fazemos a Nação".

Frequências as aulas noturnas diminuíram e vendedoras ambulantes temem chegar tarde em casa

A assistência às aulas noturnas nas escolas de Luanda, em particular as localizadas na zona periférica da cidade, diminuiu consideravelmente, nos últimos três meses, por falta de segurança policial, iluminação pública e ausência de professores.

Uma ronda realizada pelo Factual deu conta da presença em cada sala de aula de 1 S a 19 estudantes, e os professores disseram que a insegurança não justifica a fuga dos estudantes às aulas.

"Trata-se de um acto negligente e de irresponsabilidade familiar permitir que os estudantes falem às aulas por questões de segurança", afirmou Jorge Maria, professor de uma escola pública na Samba.

Chegar tarde em casa depois das 18 horas era uma rotina das vendedoras ambulantes. Agora, com o aumento da criminalidade, elas dizem que o rendimento baixou e não conseguem levar dinheiro para casa à vontade, no meio de tantos ladrões, nas paragens de táxi e no interior dos seus bairros.

Marisa Lucas, de 30 anos de idade, moradora de Viana, comentou ao Factual que pensa deixar de vender nos arredores do mercado de São Paulo e fazer outra coisa para alimentar os seus filhos, porque não consegue trabalhar enquanto seus filhos estão inseguros em casa.

Taxistas temem assaltos e largam às 15 horas

Os últimos dias, os taxistas estão a largar mais cedo do trabalho em relação aos tempos anteriores, principalmente os que fazem as rotas cujo nível de segurança policial e de regulação de trânsito é deficitário, tudo para salvaguardar a sua integridade física.

Inácio Filipe, taxista há 12 anos, disse ao Factual que a rua direita da Refinaria de Luanda, Cuca/Congolenses, Via/expressa Cacuaco-Viana e Benfica, são as mais perigosas de Luanda, onde normalmente cidadãos disfarçados de passageiros atacam automobilistas para roubar as suas viaturas.

O Factual abordou cidadãos de Luanda e muito deles afirmaram que o nível de segurança das pessoas está a diminuir, dado o nível de assaltos nas principais zonas de concentração populacional a nível de Luanda, com uma densidade populacional muito elevada.

Municípios de Viana ouvidos pelo Factual contaram que os assaltos na via pública, durante os últimos

dias, são feitos com armas de fogo, pelo que parece anormal para os olhos de quem nada tem para a defesa da sua integridade física.

Emiliano Kiese, de 25 anos de idade, afirmou que se encontra em estado emocional muito tenso, pelo que não consegue trabalhar à vontade, dado o nível de insegurança que o seu bairro possui.

Deodato Silvestre, de 25 anos de idade, desempregado, pai de três filhos, está na cidade de Luanda há dois anos, e considera o clima de insegurança como preocupante e pede o reforço da Polícia Nacional em todas as áreas.

"Vivo apreensivo e muito inseguro, porque não sei quando seremos atacados ou a minha esposa raptada. Os meliantes matam, violam, roubam e nenhuma autoridade se responsabiliza por esses actos desumanos, depois dizem que estamos organizados", asseverou Deodato Silvestre.

9.17 Polícia NACIONAL

Jornal de Angola
08 De junho de 2013

A situação agravou-se de tal maneira que, atualmente, os marginais não têm hora para actuar. Há meses que aqui não dormimos em condições. Na semana passada, foram assaltadas 15 residências, entre as quais a minha. Já combinamos com os vizinhos, se apanharmos aqui um marginal será morto desabafo de um morador.

9.18 O inferno para os Agentes da Polícia Nacional

Semanário Factual
08 a 15 De Junho

Os agentes da unidade móvel do Comando do Município de Cacuaco, nomeadamente Finda Pedro João, Augusto Gomes Neto e Hilário dos Santos, tiveram morte imediata no local.

Para o segundo comandante da Polícia Nacional da província de Luanda, Francisco Ribas, o facto aconteceu por volta das três horas e 30 minutos, e que "a intenção dos marginais era levar a morte dos nossos efectivos".

Nunca se viu ou ouviu no país um massacre de agentes da polícia em pleno exercício das suas funções. Este acto faz lembrar o tempo de conflito armado em que se atacavam as esquadras da Polícia.

Para a população residente do bairro paraíso, o sentimento é de insegurança, tendo em conta que os marginais já nem sequer respeitam os agentes da Polícia Nacional.

Carolina Augusto falou ao Factual que é muito difícil viver aqui no bairro Paraíso. Com o surgimento das esquadras móveis, passámos a ter um certo sentimento de segurança, mas com cimentos já não sabemos o que fazer".

Por seu turno, alguns agentes que funcionam no bairro Paraíso afirmam que o local se tornou um verdadeiro inferno para os homens que têm como missão manter a ordem e a segurança pública.

Segundo constatou o Semanário Factual, o bairro Paraíso oferece inúmeros constrangimentos para o bom desempenho dos agentes da polícia, tanto no período diurno como no período noturno, devido ao mau estados das vias, às construções anárquicas e à ausência de iluminação pública.

Informações recolhidas pelo Factual junto dos moradores circunvizinhos dão conta que os marginais surpreenderam os agentes com rajadas de armas, não dando espaço para resposta dos efectivos.

da unidade móvel, explicou que "estávamos a dormir quando, de repente, ouvimos rajadas de tiros na unidade. Parecia uma guerra pois ninguém ousou sair para ver o que se passava. Foi a partir das cinco horas quando ouvimos que os polícias foram mortos".

Para o coordenador do bairro Paraíso, António Augusto Gomes, a zona reconheceu, nos últimos tempos, uma ligeira acalmia em termos de delinquência, fruto do trabalho desenvolvido pela Polícia Nacional.

"Foi com grande surpresa que recebemos a notícia da morte violenta dos três agentes da Polícia, a população tem excelentes relações com a Polícia, inclusive tem ajudado na denúncia de alguns malfeitores que, durante o dia e pela calada da noite, tiram o sossego aos moradores", acrescentou António Gomes.

9.19 Inimigos da paz proliferam por Luanda

Semanário Factual

08 á 15 De Junho de 2013

É estranho como, nos últimos dias, vêm acontecendo alguns crimes horripilantes, que levam à suspeita de que os seus actores são profissionais bem preparados.

A morte dos três polícias de uma esquadra móvel de Cacuaco foi um crime bem engendrado, como se os seus autores tivessem sido treinados para matar, sem dó nem piedade, dada à forma como actuaram e a rapidez com que desapareceram.

Daí notar-se que não foram delinquentes normais os algozes dos três agentes da Polícia, mas membros de alguma organização que pretende criar o medo no seio da população e terem as forças da ordem como alvo a abater.

Pode ter sido uma acção coordenada para não deixar pistas, pela hora em que ocorreu o crime, às três da madrugada.

E note-se que estas acções acontecem depois da visita do líder da UNITA, Isaías Samakuva, ao exterior do país e onde propalou que Angola pode incendiar caso não haja democracia.

Ora, Isaías Samakuva não se contenta com a derrota do seu partido, a UNITA, nas eleições legislativas de 2012 e prefere lançar atoardas contra a governação e autoridades.

Suspeita-se mesmo que alguma organização do Galo Nero possa estar por detrás do aumento da criminalidade em Luanda, como se a medir forças com a Polícia Nacional.

Daí a necessidade da população luandense se manter vigilante todo o tempo, para denúncia de actos delinquentes ou outro tipo de actuação que possa pôr em causa a estabilidade dos onze anos de paz, que não pode ser perdida a favor de antipatriotas que querem ver o país a regredir.

E nesta altura, em que Angola é visitada por diversas personalidades do Mundo, para uma cooperação a vários níveis, a informação de que há instabilidade pode fazer com que haja um recuo no crescimento que se regista, visando um futuro melhor para todos os angolanos.

Daí que as vozes altissonantes de líderes de partidos políticos não chegam para beliscar a imagem de Angola no Mundo, mas podem impedir potenciais investimentos de peso na economia angolana.

Ficar atento a movimentações de gente com intenção, manter o controlo dos bairros e descobrir quais os caminhos por onde passam os criminosos, são tarefas da população de Luanda, onde a energia eléctrica 'ainda é carente, estando muitas áreas da capital às escuras.

As comissões de moradores são o elo com a Polícia e esta deve receber, sempre, informações para detectar actos criminosos, estejam onde estiverem, para que os seus autores sejam presos e punidos severamente.

Só deste modo a população pode circular com o sentimento de segurança e impedir a acção dos criminosos que actuam com armas de vários calibres, como verdadeiros ases do gatilho.

9.20 Espiral de violência perigosa e descabida

Semanário Angolense
08 De Junho de 2013

Verdade ou mentira, fundados ou infundados, confirmam-se prognósticos de vários analistas que, apoiando-se, dizem, em experiências anteriores previam que logo após o regresso do líder da UNITA da «digressão das queixinhas», como já é jocosamente apelidada a visita do líder da UNITA a vários países ocidentais, haveria um aumento de violência no país.

O que ninguém previa - ou desejava - é que a (pre)dita espiral de violência reclamaria tantas vidas no curto espaço de duas semanas: o secretário da UNITA no Londuimbali, os três polícias e dois militantes do Galo Negro no Kicolo, além da jovem senhora funcionária bancária e o jovem apanhado a roubar uma motorizada linchado pela população furiosa e frustrada, totalizando oitos vidas. A questão que fica por responder é se, no caso de Cacuaco, os assassinatos foram fruto de uma mera acção de bandidos, ou da Polícia, como a UNITA diz, ou de agentes disfarçados do Galo Negro como se suspeita à boca calada nos corredores do Poder, ou ainda se de uma combinação - aziaga, diga-se de todos ou alguns destes factores conjugados.

O facto desde já e que preocupa sobremaneira a sociedade angolana em geral e luandense em particular é que desde 2002, quando as armas se calaram, que não se atinge tamanha escalada de violência. E o que assusta os cidadãos é que, se por um lado não se nota um esforço sério para investigar as mortes e trazer os responsáveis à justiça, por outro lado, mais grave, nota-se nos políticos e responsáveis da Nação mais preocupação de cada um em

aproveitar-se politicamente disso do que em tranquilizar a sociedade.

Disso são prova o tratamento que o Executivo e o maior partido da Oposição dão às mortes: quando foram os militantes da UNITA, este partido mobilizou e bem, diga-se de passagem a Sociedade para que se solidarizasse consigo e obrigasse o executivo a não inviabilizar as suas acções de protesto. Executivo que em nenhum momento se solidarizou nem com as famílias enlutadas e muito menos com a UNITA onde os malogrados militavam. A situação depois reverter-se-ia: a UNITA ignorou olímpicamente as mortes, tanto dos agentes da Polícia, como da funcionária bancária e do jovem meliante linchado, enquanto o Executivo dava ao caso dos policiais mortos as parangonas da media pública, além de pagar os óbitos e proporcionar honras militares e funerais com cobertura mediática. Numa lógica - de todo infeliz, diga-se - de «nossos mortos» e «mortos deles».

A sociedade, essa, fica pasmada e embaçada a assistir o «kulipundila» (cada um a querer apoderar-se de algo na confusão, em Umbundo) de uma crise social que afinal a todos pertence. Porque, para além do «justiça para os nossos mortos, os outros que se lixem» que parece ser a mensagem do Executivo e da UNITA, o cidadão comum, já de si assustado com estas mortes absolutamente sem sentido algum, têm ainda que assistir a uma verdadeira guerra de palavras: ora é a UNITA a dizer que foi a Polícia quem matou os seus dois militantes, garantido ter até os nomes dos executores; em resposta, vem o Executivo a dizer que a UNITA está a provocar de propósito esta situação para aproveitar a desorganização para se organizar (entenda-se ganhar o Poder por via de uma primavera qualquer importada das arábias): depois, na tréplica, vem novamente o Galo Negro a dizer que o Governo é que cria estas situações, já que, por exemplo, é ele quem manda a Polícia espancar o povo nas manifes e nas demolições.

Enfim, uma autêntica sarrabulhada, em que até se vê um comandante provincial da Polícia a mandar uns «bafos» ao líder do maior partido da Oposição, que, por força do jogo democrático, amanhã pode bem ser o seu Comandante em Chefe ...

Fiel à tradição a que já habitou aos seus leitores, o *Semanário Angolense* sai à cata do vagão de factos em que já se constituiu este confuso e fatídico dossier, com o propósito de ajuda-los a entender «argo-argum» da sarrabulhada em que se transformou. E, para, sem reбуços nem papas na língua, advertir tanto a sociedade como quem de direito que estamos a entrar numa espiral de violência extremamente perigosa e descabida. Em que, no fim

das coisas, podemos deitar a perder tudo aquilo que alcançámos nos últimos 11 anos e que - a coincidência não é culpa nossa - só não vê quem não quer.

E nesse exercício de análise, vamos atrás dos possíveis cenários que os actores dos factos políticos em presença nos oferecem. Factos estes que, em função do pingue-pongue que assistimos, apontam para três cenários, que passamos a explorar um a um. Cenários diferentes, mas com os mesmos actores, se bem que, em cada um deles, com papéis diferentes.

Com um senão comum aos três: nenhum deles traz coisa boa para a Nação. Pelo contrário, qualquer deles só trará resultados macabros para a Paz que se quer para Angola.

9.21 A Política como coisa seria

Jornal Acapital

08 De Junho de 2013

1 Numa única semana, a nossa sociedade foi confrontada com a notícia de, pelo menos, três crimes hediondos: o assassinato, por desconhecidos, de 3 polícias que se encontravam em serviço no município de Cacuaco, mais concretamente no Bairro do Paraíso; o assassinato, por suspeitos mas perfeitamente identificáveis, de 2 militantes da UNITA com responsabilidades políticas municipais, também no Cacuaco e, por coincidência, também no Bairro do Paraíso; e o sequestro, seguido de morte, de uma bancária, de nome Bárbara Sá Nogueira, por ordens de uma sua "amiga", também já a conta com a justiça. Infelizmente, factos como estes começam a tomar-se lugares comuns entre nós, a excepção, talvez, do assassinato dos polícias.

2 A morte dos polícias em pleno local de trabalho - segundo se disse, estavam na esquadra móvel onde desenvolviam acções de prevenção e de repressão aos actos marginais chocou a opinião pública, dado que representa um atentado contra a própria autoridade do Estado, personificada nos agentes policiais. Somente quem prefere viver à margem das leis e em contravenção à ordem pública não terá ficado chocado com O' acto criminoso ocorrido contra a polícia do município de Cacuaco.

3 Eu, pessoalmente, senti um verdadeiro arrepio quando tomei conhecimento do facto e, de imediato, passaram-me pela memória relatos de actos que, com frequência ocorrem, por exemplo, nas principais cidades brasileiras. Nestas cidades, bandos organizados e munidos de material bélico sofisticado atacam esquadras policiais, emboscam polícias à civil, colocam em verdadeiro estado de alerta as cidades

onde se realizarão, dentro de breve tempo, eventos desportivos de carácter internacional. Fica-se, pois, com a impressão de que os bandidos se procuram afirmar como alternativa à autoridade pública.

4 As autoridades brasileiras desencadearam uma acção concertada de desmantelamento das principais redes de tráfico de drogas que dominam vários bairros do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde os gangsters de há muito vinham impondo a sua autoridade. Mas, os bandidos que não foram presos mudaram de tática, dispersando-se por vários pontos das cidades, obrigando, assim, a polícia a um redobrado esforço de detecção e de combate.

5 É evidente que o tráfico de drogas não parou, simplesmente se descentralizou-talvez com custos financeiros ainda mais elevados para os consumidores. Quando os vendedores enfrentam mais dificuldades para realizarem o seu comércio, optam por encarecer o produto, como é lógico.

6 O que ocorreu em Cacuaco com os polícias é, até agora, visto como uma represália praticada por gangs vinculados a acções criminosas. Tudo leva a crer que não terá havido qualquer "mão política" por detrás. Mas, segundo também se diz, a morte dos 2 responsáveis municipais da UNITA terá sido realizada como reacção ao assassinato dos 3 polícias, e aponta-se o dedo a agentes da polícia que, pura e simplesmente, terão decidido eliminar tais responsáveis políticos, dando conotação política a um acto que parece ser de puro banditismo.

7 Face ao silêncio das autoridades, que não repudiaram publicamente o acto de eliminação física dos responsáveis municipais das UNITA, os cidadãos são agora livres de elaborar quaisquer conjecturas, até mesmo as mais inconvenientes e rocamboles caso Quando a informação verdadeira e fidedigna não corre, adianta-se o boato e a especulação.

8 Pareceu-me que algumas autoridades terão optado pelo contra ataque, dando a ideia de que a UNITA quereria, com alguma dose de leviandade, retirar dividendos políticos da morte dos seus militantes. É evidente que a UNITA tem toda a legitimidade para exigir explicações e a punição dos responsáveis. Ninguém tem o direito de exigir deles o silêncio, num caso tão doloroso como o que ocorreu. Forçá-los ao silêncio é cínico e em nada ajuda ao apuramento da verdade.

9 A atitude pública das autoridades e o seu empenho no deslindar dos casos das mortes ocorridas em Cacuaco quer dos 3 polícias, quer dos 2 militantes da UNITA serviria de elemento fundamental para mostrar sinceridade e imparcialidade, um verdadeiro

engajamento na defesa da ordem pública, independentemente da cor político-partidária das vítimas.

10 Tem-se feito repetidamente o discurso do perigo de um regresso à guerra. Mas qual guerra? Será que há hoje condições físicas, materiais e psicológicas para o desencadear de uma nova guerra? Ou será que na cabeça de alguns voltou a pairar a ideia da perpetuação de um massacre devidamente orquestrado, e com isso retirar do caminho todo o tipo de oposição?

11 Eu penso que, num caso e no outro, no assassinato dos 3 polícias e no fuzilamento puro e simples dos 2 militantes da UNITA, o Estado tem que agir como uma pessoa de bem. Deve ficar tudo bem esclarecido, com os culpados presos e punidos. Para o bem de todos nós, e para que o país não entre, nunca mais, numa espiral de violência, para depois se puder justificar todo o tipo de massacres. É tempo de se fazer da política uma prática séria!

9.22 Quando o inferno tem nome de paraíso

Jornal A Capital
08 De Julho de 2013

Conta O coordenador do bairro, Francisco Bernardo, que o nome provém de um preceito lançado pela administração do Cacuaco, que proibía a exploração agrícola e a construção na região através dos famosos letrados "Pára com isso". Do desvio fonético, dada a origem bakongo dos primeiros ocupantes da circunscrição, a frase passou a confundir-se com a palavra paraíso.

O bairro foi construído de forma aleatória. Um conjunto de casebres, alguns de chapas, outros de blocos de areia vermelha e, outros ainda, de cimento misturam-se entre os becos e ruelas inacessíveis, um autêntico labirinto para quem não domine a área na perfeição.

Num meio sem estrutura urbana, escasseiam, ainda, as infra-estruturas. Não existe energia eléctrica, muito menos água potável. A lista de necessidades é, no entanto, mais vasta. Integra outros aspectos como a saúde e educação, uma vez que os postos de saúde e escolas existentes serem insuficientes para albergar o número de crianças em idade escolar.

Privados do fornecimento de água e um sistema de saneamento básico, os moradores recorrem necessariamente aos vizinhos mais afortunados que construíram reservatórios nos seus quintais, onde por

cada recipiente de 20 ou 25 litros desembolsam entre 50 e 100 kwanzas, por um produto transportado em camiões-cisternas que adquirem nos centros de captação de água do Kifangondo e Kikuxi.

Para facilitar a aquisição da água no bairro, em 2008 a administração municipal construiu três depósitos com capacidade para mais de três mil litros. Entretanto, há dois anos que os referidos tanques estão secos, porque os camiões-cisternas da repartição municipal, que deveriam abastecer os bairros, encontram-se avariados.

"Sentimos que não estamos enquadrados no Programa de Requalificação e Urbanização da Cidade de Luanda", lamentou Gabriel Fernando, um dos moradores mais antigos do bairro que diz que tudo fazem para inverter o quadro "regularmente encaminhamos à administração comunal pedidos relacionados com a falta de água e luz eléctrica".

A luz eléctrica está reservada às residências daqueles que têm algum poder financeiro e conseguiram fechar um contrato com os proprietários dos Postos de Transformação (PT) de energia existentes. "Mas ainda assim a energia não é regular", contou Gabriel, pai de três filhos, reclamando que "não é possível conservar os frescos e as coisas que estão na arca estragam sempre".

O bairro Paraíso tem apenas um Posto Médico, erguido pelo Fundo de Apoio Social (FAS), para onde também se dirigem os populares dos bairros vizinhos, nomeadamente Ngangula, Mulenvos da Baixo e Pedreira. Ainda assim insuficientes para atender a demanda, foram construídos outros dois postos particulares nos bairros Maria Pia e Tchiriri.

Mas existem patologias que requerem cuidados específicos e os pacientes têm de recorrer a outras unidades sanitárias. As mulheres grávidas têm de se deslocar à sede do município de Cacuaco para efectuarem as consultas pré-natais. O sistema de transporte é precário e os poucos taxistas que existem cobram por cada corrida 100 Kwanzas, embora o transporte seja dominado pelos Kupapatas. No Paraíso existe uma vala, que ficou conhecida como Vala da Morte em 2007, quando em plena época chuvosa arrastou de tudo um pouco, como lixo, embondeiros, casas e mais de 30 pessoas. Foi na mesma altura em que as chuvas provocaram imensos estragos na sede do município de Cacuaco, tendo inclusive destruído a ponte que ligava a sede e outras localidades. Segundo Pedro Gaspar, morador há 8 anos do bairro, os estragos de 2007 foram consequência do facto de as pessoas terem construído em plena vala. Choveu muito na noite do

dia 21 de Janeiro daquele ano e a corrente de água arrastou as casas, árvores e as pessoas, que acabaram por morrer afogadas.

Quando há chuvas, a vala toma-se intransponível, ao ponto de os populares não se puderem comunicar, algo que não ficou resolvido com as duas pontes construídas na localidade depois da calamidade de 2007.

Quando os vivos transformam O Paraíso em inferno

Há cerca de três anos, o bairro era tido como um dos mais perigosos do país. Todos os dias os marginais assaltavam casas, abusavam sexualmente das mulheres, quando não chegavam mesmo a matar as suas vítimas.

Mãezinha, residente no Paraíso há três anos, disse que em tempos idos o crime dominava o bairro, pois os moradores tinham até uma espécie de recolher obrigatório "quando o relógio marcava 18 horas tínhamos que nos recolher em casa", lembrou.

Mas com a chegada da esquadra móvel as coisas mudaram, a criminalidade diminuiu drasticamente. "Hoje já estudo de noite sem medo de ser atacada por um meliante", frisou a jovem.

Com a morte dos três polícias, os moradores temem que os tempos de terror possam voltar. "Dizem que os polícias já não querem trabalhar aqui, desta forma, os bandidos vão voltar a dominar o bairro e fazer das suas", vaticinou a jovem que apela às autoridades do país a trazerem de volta a paz ao bairro.

9.23 UNITA acusa, Polícia recusa

Jornal Acapital
08 De Junho de 2013

O pronunciamento das autoridades policiais seguiu-se a uma conferência de imprensa do secretário municipal da UNITA em Cacuo, Pedro Panela. O dirigente partidário local acusou, terça-feira, 05, elementos não identificados da Polícia Nacional de terem assassinado dois cidadãos angolanos que exerciam cargos de responsabilidade no secretariado sob a sua direcção.

Na madrugada do último domingo, dois cidadãos foram mortos à porta das respectivas residências no mesmo bairro onde, 24 horas antes, tinham sido assassinados três agentes da polícia em serviço numa esquadra móvel.

Os cidadãos assassinados, agora identificados como Filipe Satchova Chakussanga e António Zola

Kamutu, foram apresentados como sendo, respectivamente, inspector e Secretário Comunal da UNITA no Kicolo. Baseando-se, alegadamente, em testemunhos dos familiares das vítimas, Pedro Panela acusou elementos afectos à Polícia Nacional de terem morto os seus companheiros de partido. Segundo referiu, foram vistos, no local, pessoas uniformizadas e outras a envergar coletes com a inscrição da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC).

Uma das testemunhas referenciadas pelo dirigente da UNITA é a esposa de uma das vítimas, no caso de Filipe Satchova Chakussanga, segundo a qual os autores do crime conviviam habitualmente com o seu marido. Naquela madrugada, segundo ela, a relação entre eles foi diferente. Como elemento de prova, a esposa, e outras testemunhas, apresentaram a matrícula de uma Toyota Land Cruiser que, alegadamente, transportava os assassinos dos dois cidadãos. Pedro Panela referiu-se, por outro lado, aos invólucros das balas disparadas contra vítimas como sendo do tipo R-4, o mesmo que a Polícia usa. No seu entender, essas são evidências suficientes para estar à vontade nas acusações que faz.

Em comunicado difundido um dia depois dos acontecimentos, na sequência de uma reunião de emergência, o Comité Permanente (CP) da UNITA reforçou as acusações. Disse, designadamente, não entender que unidades policiais "com a missão institucional de assegurar a ordem pública e a segurança de todos, cometam actos criminosos contra cidadãos angolanos, apenas por pertencerem à UNITA".

Aquele órgão partidário manifestou a sua preocupação pelo ciclo de "actos de intolerância política, que se consubstanciam em assassinatos selectivos, prisões, destruição de símbolos partidários, espancamentos dos seus quadros e dirigentes que ocorrem um pouco em todo país".

A CP da UNITA disse ter tomado conhecimento do assassinato de três polícias no mesmo bairro por indivíduos não identificados. Por isso, lamenta e condena a perda de cidadãos ao serviço do Estado angolano, cujas mortes se inscrevem no quadro da criminalidade e insegurança "crescentes no nosso país".

9.24 Aumento da Criminalidade

Jornal Agora
08 De Junho de 2013

COMO SE SATANÁS TIVESSE escolhido Luanda para residir, a capital do país transformou-se no inferno, com a prática de crimes chocantes que

ceifaram, num ápice, a vida de um leque diversificado de cidadãos, o que nos leva a concluir que, estamos, de facto, a passar por um período extremamente crítico no que toca à segurança pública. E o desabafo de moradores do condomínio Jardim do Éden a um jornal privado, dando conta que numa semana realizam-se ali cerca de quinze assaltos e não há sequer resposta da PN, atesta bem que a capacidade repressiva ao crime não chega para atender todas as solicitações.

Diante de um quadro como esse, a medida mais acertada será parar para pensar seriamente para ver onde se falhou, até porque, as questões que influenciam a criminalidade não são da responsabilidade da Polícia Nacional, cuja missão é, sim, a última da longa cadeia, ou seja: a de estancar e esclarecer crimes. Mas o défice de intervenção de outros órgãos acaba por constituir uma grande sobrecarga para essa instituição, por si só, a braços com enormes problemas que começam na escassez, na formação dos seus próprios agentes e dificuldades que acabam por descambar na corrupção. Logo, o Executivo deve fazer constar essa como a primeira das suas grandes prioridades, porque não pode haver desenvolvimento com tão elevado clima de instabilidade para nacionais e estrangeiros. Mas, já deu para perceber que esta questão não é de tão fácil solução, porque para além da definição das políticas que visam a redução da pobreza que até já existem, é necessária a implementação de programas e projectos que melhorem a condição de vida dos mais desfavorecidos de forma mais célere, do que a observada. E sobrevoando a periferia de Luanda, completamente descaracterizada, pode-se aferir o volume e a dimensão da empreitada e que, por isso mesmo, ao ritmo como se está a construir as novas centralidades e a demora que se observa na sua ocupação, não há como eliminar os nossos musseques nos próximos vinte a trinta anos, porque até lá, de seis, a população poderá crescer eventualmente para nove milhões. Como é evidente, também o índice de criminalidade aumentará, porque os fatores que poderiam inibi-la continuarão a falhar, e, humanamente, não será possível à PN fazer mais. No seu todo, há uma gritante escassez de soluções para os problemas elementares da sociedade, que está doente. Mas ainda assim, é preciso que tenhamos consciência que não há nenhuma varinha mágica que com o seu rasto de estrelinhas, limpará todas as nossas mazelas ou cicatrizará as nossas feridas. Portanto, melhor ou pior do que já está, depende exclusivamente de nós mesmos. Diante desse quadro tão negro, o país ou as autoridades não necessitam nem de declarações inflamadas, nem de comunicados condenatórios.

É preciso sim, colaboração e o empenho de todos, para que não sejamos transformados em reféns da criminalidade, com medo de sairmos à rua, com medo de levarmos os nossos filhos à escola, com medo de entrarmos numa dependência bancária. Se isso acontecer, será a nossa completa falência.

Mas esse combate à criminalidade, passa necessariamente também por mudanças profundas na atitude, na estratégia e nos métodos de atuação da própria PN, já que não nos parece que a solução para o problema seja só a mudança de chefias, o policiamento comunitário ou de proximidade. A insistência em velhas práticas, também contribui para que a PN não seja o espelho no exercício da autoridade.

9.25 Bandidos Mijam em Luanda

Jornal Angolense

01 De Junho de 2013

A província de Luanda, nomeadamente as suas zonas urbana e periférica, tem sido assolada, nos últimos dias, por uma crescente onda de criminalidade que está a tomar contornos alarmantes. A população está assustada e não sabe ao certo a que se deve tal situação, que preocupa também as autoridades. Estas foram, no entanto, apanhadas de surpresa quando, há cerca de duas semanas, três agentes policiais foram mortos por homens armados não identificados no seu posto de trabalho, ao Quilolo. Uma semana depois, mais dois policiais foram igualmente mortos em diferentes zonas da cidade: um, por atropelamento criminoso, já que os seus autores acabaram por levar a sua arma, ao Cazenga, e outro, a tiro, por ter resistido a uma abordagem de bandidos que lhe queriam a sua

A população sente que a cidade está militarizada, o que a deixa apreensiva, por carência de uma informação concreta.

A preocupação das pessoas que trabalham no centro da cidade e habitam na periferia, principalmente em zonas mais distantes, é regressar à casa tão logo terminem as suas atividades. Diversas pessoas têm sido molestadas e algumas mortas em ações de delinquentes que visam, geralmente, os seus bens materiais ou monetários. Em algumas áreas da cidade, viaturas paradas no engarrafamento têm sido abordadas, em pleno dia, por bandidos armados, que exigem dos utentes dinheiro, telemóveis e joias, entre outros bens. A resistência pode custar a vida ou, no mínimo, um ferimento e a destruição dos vidros da viatura.

Os transeuntes têm sido igualmente alvos de assalto pelos mesmos motivos, tanto nas zonas urbanas, como na periferia. Como cair da noite, a insegurança aumenta e o perigo espreita em qualquer esquina ou passagem menos iluminada. Para além dos assaltos, há ainda a violação de mulheres e espancamento quando alguém assaltado não tenha nada que interesse aos bandidos.

A falta de transporte público de passageiros a noite agrava a situação, principalmente de trabalhadores e estudantes noturnos. Ultimamente, muitos trabalhadores e não só aproveitam os cursos noturnos para aumentar o seu conhecimento e quando saem dos estabelecimentos escolares para regressarem à casa, não há autocarros ou outro meio de transporte que facilite o seu trajecto. Os autocarros públicos e de empresas privadas similares recolhem-se com o cair da noite.

Alguns táxis ainda fazem umas corridas durante a noite e, apesar do preço elevado, vão ajudando os que podem. Com o estado de insegurança dos últimos dias, também esses vão ficando raros e os que labutam até mais tarde, assim como os estudantes, nada mais podem fazer senão caminhar, enfrentando os perigos da via.

O problema da falta de circulação de transportes públicos de noite na cidade de Luanda e periferias não é novo e dificulta imenso a vida da população, sobretudo em caso de uma emergência por questões de saúde ou outra.

O incremento de crimes diversos em Luanda verifica-se, sobretudo, nas zonas periféricas, onde diversas jovens têm sido molestadas e violadas, quando não são mortas também.

Há cerca de duas semanas, entre as 21 e as 22 horas, um jovem foi morto por espancamento no bairro das Mangueirinhas, zona da Caop A, município de Viana, quando regressava à sua casa. De acordo com as vizinhas, os meliantes queriam apoderar-se do seu telemóvel e possíveis valores que o malogrado teria

A população daquela área atira as culpas para a falta de policiamento noturno naquele bairro. «Durante o dia, aparecem muitos agentes da Polícia aqui só para 'pentear' os que fazem táxi e prender as notas, que nem vão para a unidade; mas, das dezoito horas em diante se, só se vê agentes por aqui a beberem nesta ou naquela barraca», acusa um morador do bairro.

Na mesma esteira, um outro cidadão foi morto nesta terça-feira, II do corrente, no bairro da Boa Fé, município de Viana, por meliantes que lhe roubaram a mota em que se fazia transportar. Moradores locais

dizem que a vítima resistiu ao assalto, o que derivou na sua morte.

9.26 Moradores Pedem a presença da Polícia

Jornal Angolense
01 De Junho 2013

Os últimos dias, a circulação durante o período das 17 horas em diante, na zona de São Pedro da Barra, Distrito Urbano do Sambizanga, pracinha junto à linha férrea, tem sido encarada como sendo muito crítica naquela comunidade. Na noite de quarta-feira, 12, houve três disparos, supostamente feitos dentro de uma das cantinas de um oeste africano, vulgo «Marnadou», de onde foi assaltado todo o dinheiro resultante das vendas do dia. Segundo residentes, não tem sido fácil circular por aquelas paragens, sobretudo para os estudantes noturnos, que têm visto os seus bens assaltados pelos amigos do alheio. Por esse cenário, as vítimas clamam a quem de direito, que se crie políticas visando encontrar soluções para assegurar a integridade física aos milhares de cidadãos que circulam pela referida zona, apontando, sobretudo, os períodos da manhã e noite, em que permanece mais isolada. Os aflitos pretendem que o Comando da Divisão do Sambizanga instale uma Esquadra Móvel no referido local, no intuito de devolver o sentimento de segurança e paz aos habitantes, e não só. Meliantes acuam a belo prazer

De acordo com o morador Manuel de Carvalho, durante os períodos referenciados, os malfeitores têm tomado de as inexistências de iluminação nas vias do bairro, apesar de ter melhorado muito. Segundo contaram as distintas fontes, os mais visados pelos meliantes têm sido as raparigas, às quais, retêm e abusam sexualmente, sob pena de serem assassinadas.

Tudo devido ao multiplicar do número de marginais, que privatizam a via pública e se expropriam do que não lhes pertence. Os malfeitores preferem, sobretudo, pessoas que trazem consigo dinheiro, telefones e outros artigos valiosos, que após assaltarem, vendem-nos para comprarem objetos valiosos, para além de drogas.

Os populares apelaram às autoridades que velem pela ordem pública a nível do município e encarem o assunto com muita ponderação, no intuito de garantirem a ordem e a tranquilidade aos cidadãos.

Orlando de Almeida, munícipe, morador da circunscrição há mais de 20 anos, contou que, raramente durante o período da noite, verifica uma

patrulha da polícia na região, situação que tem levado inúmeros de jovens a abraçarem a vida de marginais.

Acrescentou que, o crescimento da delinquência no bairro tem vindo a forçar os comerciantes a encerrarem muito cedo a sua atividade, devido ao risco a que são submetidos pelos meliantes.

Não poupam crianças Isabel Mendes é de opinião que, com a instalação de um posto policial ao longo deste troço e da linha férrea, os malfeitores vão retirar-se e procurar uma ocupação honesta e não virar as ra para alimentar a família.

Durante a sua estada na zona, a reportagem de *Semanário Angolense*, constatou uma cena dramática, protagonizada por delinquentes. Assaltaram uma criança, de 11 anos, quando esta se dirigia para casa, depois ter sido orientada pela mãe a levar o jantar do mercado.

Alguns indivíduos circunstantes limitaram-se a assistir, impávidos e serenos, perguntando depois à vítima: «levaram-te o que?» Antónia Machado salientou que também já foi vítima dos marginais, em duas ocasiões, quando os malfeitores lhe receberam todo o seu comércio que exercia na famosa praça.

Reiterou que é fundamental a intervenção das autoridades da ordem pública no sentido de melhorar a circulação dos habitantes que, dia e noite, vivem num estado de perturbação.

As vias de acesso naquela circunscrição, a partir da praça atem: ao Instituto Médio Politécnica do Sambizanga São Pedro da Barra, segundo dizem os populares, têm sido as que mais facilitam o desdobramento dos malfeitores, pela ausência de postos policiais.

De acordo os moradores, a essa situação também se encontra associada a fraca iluminação com que se debate a população residente, para não falar da escassez de água potável, que está relegada para as calendas gregas. Saneamento básico inexistente, também tem sido apontado como o fulcro de bastantes doenças, causadoras de tantas mortes, particularmente de crianças que têm sido as mais atingidas!

9.27 Violência doméstica destrói as famílias

Jornal de Angola
11 De Junho de 2013

O aumento de casos de violência doméstica no município do Bembe, Província do Uíge, estão na

base das principais causas da desestruturação e separação das famílias, disse ao *Jornal de Angola* a chefe de secção municipal do Ministério da Família e Promoção da Mulher.

Maria Clara esclareceu que de Janeiro até Abril deste ano foram registados oito casos de violência doméstica, três dos quais na sede do município, um na aldeia Nsanguí, igual número em Quimpemba e três no Culo. Referiu que comparativamente ao mesmo período do ano anterior, houve um aumento de cinco casos.

"A violência doméstica está a tomar proporções alarmantes em relação ao período anterior. Muitos ignoram os conselhos das equipas da secção municipal da Família e Promoção da Mulher", disse.

Maria Clara apontou o uso excessivo de liamba, bebidas alcoólicas e a fraca capacidade económica e financeira como as principais causas das agressões físicas registadas no município.

A chefe da secção municipal do Ministério da Família e Promoção da Mulher condenou as práticas de exploração infantil, abandono de crianças acusadas de feitiçaria, fuga à paternidade e outros males que não contribuem para o bem-estar social e crescimento da sociedade. Acrescentou que os infratores devem ser responsabilizados criminalmente, de acordo com a Lei da Violência Doméstica em vigor no país. A direcção da Família e Promoção da Mulher vai continuar a adoptar mecanismos que visam permitir a redução dos casos de violência, a educação das famílias e sensibilização da população para as consequências e o impacto da lei sobre a violência doméstica e a importância de manter a unidade no seio das famílias.

Sobas preocupados

O regedor de Quipaco, comuna do Lucunga, reprovou a conduta de jovens que realizam acções que não concorrem com o bem-estar social dos habitantes. Salakiako tradicionais da região têm vindo a promover encontros comunitários com os jovens, cujo objectivo é a transmissão de conhecimentos sobre a importância da conservação dos valores culturais e a necessidade de estarem formados nos mais diversos domínios do saber.

"Queremos que os jovens continuem a ser considerados a força motriz da sociedade, primando pela sua formação técnica, académica e profissional porque o país precisa de homens capazes e especializados nos mais diversos domínios", referiu a autoridade tradicional. O Soba de Masselele, Eduardo Garcia, lembrou que o Executivo criou mecanismos

eficientes que visam o enquadramento de muitos jovens nos diversos locais de trabalho, mas referiu que é necessário que a juventude esteja devidamente preparada para exercer qualquer actividade: "o nosso objectivo é ver a juventude organizada, formada e com atitudes positivas".

O município do Bembe, na província do Uíge, está localizado a 150 quilómetros da cidade do Uíge. Tem uma população de 50 mil habitantes, distribuídos em duas comunas: Lucunga e Quimaria, 19 regedorias e 118 aldeias.

9.28 Jovens delinquência e desemprego

Jornal Correio

13 De Junho de 2013

O problema da delinquência juvenil tem-se configurado como um assunto candente para as sociedades contemporâneas. Já muito foi escrito sobre este fenómeno, das possíveis causas, das famílias a que estes menores pertencem, bem _ como dos crimes e os contextos em que os mesmos ocorrem, tendo como principais causas e referências os desníveis sociais. Como não podia deixar de ser, a província Luanda, que devido ao seu crescimento económico, passou a ser uma cidade de oportunidades e de saífos, onde hoje estão concentrados cinco milhões de habitantes, em quase os 450 quilómetros quadrados da sua extensão, espalhados pelos municípios e distritos das Ingombota, Samba, Maianga, Rangel, Sambizanga, Kilamba Kiaxe Viana, Cacuaco e Cazenga. A cidade capital de Angola tomou-se, nos últimos dias, um palco de insegurança constante fruto da onda crimes bárbaros que se tem registado, perpetrados, maioritariamente, por jovens e adolescentes, que não encontram na sociedade respostas e oportunidades para as necessidades emergentes, como emprego, muitas vezes, de forma discriminatória, preteridos a favor da mão-de-obra estrangeira. Os jovens e chefes de família, nos transportes e locais públicos, manifestam tais inquietações. Daí termos vistos muitos deles, desocupados, estarem por outros meios na busca de soluções para seus problemas, pela via de crimes como assaltos, roubos violações etc., esses apontados como os principais fatores da criminalidade. Urge abrir aqui um parágrafo para se dar maior atenção a esta camada sensível. da sociedade, ocupação permanente, a necessidade de mais formação e melhor distribuição riqueza, fazer-se um melhor acompanhamento, envolvendo toda sociedade, onde as igrejas devem ter um papel fundamental.

Não basta combater os crimes com um aumento de polícias nas ruas, ou ' demonstração de força a nível das forças da ordem pública, mas, sim, encontrar soluções que despertem o interesse dos jovens e adolescentes para que eles se sintam valorizados, criando projetos a nível do aparelho do Estado que facilitem a inserção dos mesmos no acesso ao primeiro emprego, fomentar atividades sociais que despertem o amor ao próximo e o sentido patriótico, proporcionando oportunidades de iguais para todos, o res- peito pelos jovens e uma maior atenção e interação, que permita satisfazer os seus intentos, tomando-lhes mais participativos no seu meio social. Estamos a perder muita boa gente, que poderia participar no crescimento desta nossa Mãe Angola.

9.29 Polícia regista aumento gradual de crimes

Jornal de Angola

13 De Junho de 2013

O Comando Geral da Polícia Nacional registou em todo o país, de Janeiro a Maio deste ano, 17.721 crimes diversos, que resultaram num aumento de mais de sete mil casos em relação ao mesmo período de 2012.

O facto foi anunciado ontem à Angop, no distrito urbano da Ingombota, província de Luanda, pelo chefe de Departamento de Assessoria Técnica da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), quando fazia o balanço das ocorrências.

O superintendente-chefe Eduardo Semente destacou que, no período em análise, registaram-se 235 homicídios voluntários, 300 roubos qualificados, 261 violações sexuais, 191 roubos e furtos de viaturas e 30 homicídios frustrados.

"Durante este período, a Polícia Nacional esclareceu mais de 80 por cento dos crimes", precisou.

O oficial aconselhou as pessoas a adoptarem algumas medidas de prevenção, como verificar se as janelas e portas das residências estão devidamente trancadas, antes de irem dormir ou quando não houver ninguém em casa, trancar as portas das viaturas e guardá-las em locais seguros e estar atento a movimentos suspeitos de pessoas estranhas.

"Ao sair de um parque de estacionamento, o indivíduo deve prestar atenção se existe alguém a observá-lo e se está a ser perseguido, não levantar grandes somas de dinheiro sem a devida protecção, não ir ao encontro de desconhecidos por chamadas

telefónicas, informar sempre os familiares do local para onde se vai e manter constantemente níveis elevados de vigilância sobre os filhos, principalmente as meninas", preveniu.

Na província de Luanda, particularizou, os municípios de Viana, Cacuaco e Cazenga e do distrito urbano da Ingombota são as zonas mais afectadas pela delinquência. Nestas áreas têm ocorrido vários crimes de assalto à mão armada na via pública, roubo de viaturas e valores monetários em residências e estabelecimentos comerciais, casos de homicídio e violações sexuais.

Para alterar o actual contexto, a Polícia Nacional está a tomar medidas de patrulhamento intensivo, que estão a resultar no desmantelamento de vários grupos de marginais e no esclarecimento de alguns delitos. "Desde o lançamento das micro-operações, a Polícia Nacional já deteve em Luanda cerca de mil supostos criminosos, alguns dos quais considerados altamente perigosos, desmantelou grupos de delinquentes, apreendeu várias armas de fogo, drogas, recuperou viaturas, motorizadas roubadas e artigos diversos", frisou.

Crimes em Luanda

Nas últimas 24 horas, o Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional registou 14 crimes comuns, dos quais três foram esclarecidos, e deteve preventivamente cinco supostos marginais.

Segundo o agente em serviço no Departamento de Comunicação e Imagem da corporação, Sodre Kimuanga, constam das ocorrências um homicídio voluntário, por disparos com arma de fogo, um frustrado, com arma branca, ofensas corporais graves, roubos de artigos diversos e valores monetários.

Os crimes correram nos municípios de Viana, Cacuaco e Belas e nos distritos urbanos do KilambaKiaxi, Samba, Ingombota e Maianga.

Sodre Kimuanga disse que o terminal telefónico de emergência 113 recebeu 134 chamadas e todas mereceram a devida intervenção policial.

9.30 A tolerância com a relação a criminalidade e a Violência

Jornal Angolense

13 De Junho de 2013

A criminalidade que grassa atualmente num país que terá a obrigação de receber dias de hóquei em patins é um sinal de que é urgente fortalecerem-se

mecanismos de controlo populacional, sob pena do país tornar-se refém não apenas da corrupção, mas também da violência gratuita.

A morte, num curto intervalo de dias, de polícias e o crescente caso de intolerância política relatados dos mais variados pontos, são, pois, disso sintomático. Como uma gravidez indesejada, a política de desarmamento da população civil parece ter sido muito mal concebida, de tal forma que cresce o número de armas de fogo em mãos inocentes, um claro sinal de um pequeno, mas importante pormenor de uma situação que pode - se não controlado - resvalar a ladeira dos assustadores índices de homicídios com que a sociedade é brindada diariamente.

O universo político intramuros parece não dar conta da gravidade do problema (ou finge não ver?), ao passo que do outro lado há gente eivada de muito fel que se pretende infiltrar em ambiente são a a deflagração do que pode ser o reacender de um passado que se pretende totalmente esquecido. Na verdade, daquilo que se pode ver, o que falta é um completo debate de ideias e outras propostas que visam, acima de tudo, impedir o colapso da segurança pública.

Não há, verdade verdadeira, um conflito armado em Angola, mas assiste-se a um claro e perigoso processo de se olhar para a decadência e simplesmente deixar que a situação caminhe tal como está, numa espécie de "deixa a vida me levar", talvez até que a mesma desemboque num incontrolável acto de violência política.

Mesmo sem querer, este deixa andar da situação e a conseqüente troca de galhardetes, pode gerar um explosivo cocktail com conseqüências incalculáveis. E o problema desses últimos dias parecem agravar-se quando o próprio Estado é ele também parte do problema com o seu silêncio algo tumular e, por isso, comprometedor. Como

É que mesmo sem se dar conta disso, a tolerância com a relação à criminalidade e violência que há entre nós acaba por destruir do que ainda resta da sã convivência entre os angolanos. Este fazer de vistas grossas por parte dos políticos torna-os também cúmplices da criminalidade. E, claro está, esta debilidade pode abrir caminho à criminalidade e, ao mesmo tempo, converter o próprio Estado numa entidade apenas de autoridade parcial. Este estado de coisas, como se viu na morte dos polícias e de outros cidadãos nos dias que correm, podem desbravar caminhos inesperados para o autoritarismo, dando azo à justiça por mãos próprias, a política de linha dura e de perigosos visionários, gente que arrúllna

oportunidade não se coíbe e atinge até mesmo o seu próximo mais próximo. Convenhamos, pois, que embora tão grave e nociva, a chaga do crime continua a ser pouco entendida e abordada entre os sectores de decisão do país. E a prova do que se diz vem refletida na reação de políticos e demais autoridades diante de um crime grave, como foi a morte de três agentes policiais, de casos de mortes passionais, enfim, uma parafernália de outros crimes hediondos que não têm merecido a devida atenção por parte de quem deve atacar o problema a partir da sua causa e não apenas lamentar dos seus efeitos. E as causas, essas, estão aos olhos de quem quer ver, dispensando, por isso, lupas. Além das mentes recalçadas por uma guerra que se revelou bastante atroz, as causas estão também refletidas na pobreza, na precariedade das condições de vida, na desigualdade social e o aumento vertiginoso, mas não controlado (o censo vem em tempo bom). Por isso é que antes um fenómeno das grandes periferias, a falta de segurança espalhou-se pelo grande centro com um alto grau de violência. É de todo urgente que o Estado angolano empreenda uma guerra aberta contra o crime, nas suas mais variadas faces, encarando os criminosos como inimigos externos e nunca como parte da sociedade. E combater o crime passa, necessariamente, por encarar os agentes do crime como meros "fora da lei", encerrar o assunto e ponto final. A classe política angolana parece cada vez mais desconhecida da realidade. Acha ainda que pode resolver o problema da criminalidade e, por via disso da segurança pública, de forma apenas "Classista". O pior que pode acontecer é contar com um Estado ausente e/ou ineficiente, incapaz de NOS ACABA. POR garantir segurança à sua população. E os efeitos da criminalidade que AINDA RESTA DA vai alta entre as nossas

quatro paredes, contrastando claramente com o otimismo da polícia Nacional. OS são devastadores para a sociedade e a economia do país. É que além da dor, do sofrimento e das sequelas psicológicas dos familiares da vítima de homicídios, que são incalculáveis, há ainda a salientar que cada cidadão assassinado representa uma perda significativa do investimento do Estado no capital humano. Ou seja, aquela pessoa assassinada poderia, se viva, representar para a economia angolana com capacidade produtiva.

9.31 Andar na frente dos problemas

Jornal Agora

15 De Junho de 2013

COM PROFUNDA PREOCUPAÇÃO, a sociedade tem acompanhado o crescimento da onda de

criminalidade em Luanda e um pouco pelos arredores, como são os casos de Lobito e de Benguela. E intrigada, questiona os órgãos de decisão pela fraca qualidade dos serviços prestados pela Polícia Nacional, que de forma generalista, transmite uma imagem de impunidade mas também de fraco domínio das novas tecnologias.

Até para casos aparentemente muito simples, os diferentes órgãos da Polícia Nacional apresentam graves lacunas no seu tratamento. E, à exceção de quem regula o trânsito, que tem a sua justificação no facto de termos um índice extremamente elevado de sinistralidade, apenas agora, nessa fase em que parecia que o controlo estava a fugir dos órgãos competentes, é que se viu, efectivamente, o outro lado do exercício da autoridade da Polícia Nacional, apesar dos exageros. Só isso, transmitiu a imagem de que ela anda à reboque e não na frente.

Há dias, tivemos conhecimento, por via de um Diário da República, que existe já um Despacho Presidencial (nº 11/13 de 23 de Janeiro) que aprova o programa de continuidade do projecto de construção e instalação do Centro de Controlo Geral do Tráfico e Videovigilância. Passados cinco meses, de concreto, pelo que se observa, não existe nada que facilite o trabalho de investigação. Os assaltantes continuam a actuar de noite e de dia, utilizando novos métodos como o reboque de viaturas, e não há por exemplo, a captação e divulgação de imagens que poderiam ajudar a sua identificação e localização. Nem sequer em zonas que oferecem condições propícias para um ensaio dessas tecnologias, como a nova centralidade do Kilamba, onde nos primeiros dias da semana que terminou, 10 viaturas foram desmontadas enquanto os seus proprietários refaziam energias para o novo dia de trabalho. E fazendo fé noutros exemplos, tudo indica que é só o começo do pior que está para vir. Oxalá que os criminosos não prossigam com outras acções, violentas, porque já descobriram que, apesar da existência de postos da PN lá dentro, aquilo está desguarnecido.

Para esse programa, o Despacho do Presidente orienta que o Ministro do planeamento e Desenvolvimento Territorial "deve assegurar a correcta inscrição dos projectos no Programa de Investimentos Públicos, cujo remanescente contratual está avaliado em 9.093.317,4 milhões de euros, bem como a regularização dos atrasados em causa, avaliados em 7.494.m,10 milhões de euros". Ou seja, um programa de cerca de 16,59 milhões de euros, que já consumiu quase metade, que tem autorização do Presidente da República para que se assegure "a disponibilidade dos recursos necessários para a conclusão da implementação do projecto", não

se sabe as quantas anda, embora tenha sido apresentado publicamente.

De certeza, isso envolve a construção de infra-estruturas apropriadas. Mas, porque por exemplo, todas as agências bancárias têm sistemas de vigilância interna e externa, não seria de bom tom a própria PN aproveitar tudo o que já existe para alargar o raio de acção desse controlo à prática de crimes, tendo em conta que, está fácil demais a actuação dos bandidos à porta dessas instalações? E quem diz dessas, há outras por aí.

Com o domínio e acesso que todos nós hoje temos das novas tecnologias, fica difícil aceitar, passados quase cinco meses, que não haja vestígios do tal Centro. Afinal, o nosso dinheiro saiu ou não? Se saiu, porquê que não se apanham os bandidos?

9.32 Moradores pedem presença da Polícia

Semanário Angolense
15 De Junho de 2013

Nos últimos dias, a circulação durante o período das 17 horas em diante, na zona de São Pedro da Barra, Distrito Urbano do

Sambizanga, pracinha junto à linha férrea, tem sido encarada como sendo muito crítica naquela comunidade.

Na noite de quarta-feira, 12, houve três disparos, supostamente feitos dentro de uma das cantinas de um oeste africano,

vulgo «Mamadou» de onde foi assaltado todo dinheiro resultante das vendas do dia.

Segundo residentes, não tem sido fácil circular por aquelas paragens, sobretudo para os estudantes nocturnos, que têm visto os seus bens assaltados pelos amigos do alheio.

Por esse cenário, as vítimas clamam a quem de direito, que se crie políticas visando encontrar soluções para as segurar a integridade física aos milhares de cidadãos que circulam pela referida zona, apontando, sobretudo, os períodos da manhã e noite, em que permanece mais isolada.

Os aflitos pretendem que o Comando da Divisão do Sambizanga instale uma Esquadra Móvel no referido local, no intuito de devolver o sentimento de segurança e paz aos habitantes, e não só.

Meliantes actuam a heI-prazer

De acordo com o morador Manuel de Carvalho, durante os períodos referenciados, os malfeitores têm tomado de as salto a localidade, tudo devido à inexistência de iluminação nas vias do bairro, apesar deter melhorado muito. Segundo contaram as distintas fontes, os mais visados pelos meliantes têm sido as raparigas, às quais, retêm e abusam sexualmente, sob pena de serem assassinadas.

Tudo devido ao multiplicar do número de marginais, que privatizam a via pública e se expropriam do que não lhes pertence. Os malfeitores preferem, sobretudo, pessoas que trazem consigo dinheiro, telefones e outros artigos valiosos, que após assaltarem, vendem-nos para comprarem objectos valiosos, para além de drogas.

Os populares apelaram às autoridades que velem pela ordem pública a nível do município e encarem o assunto com muita ponderação, no intuito de garantirem a ordem e a tranquilidade aos cidadãos.

Orlando de Almeida, munícipe, morador da circunscrição há mais de 20 anos, contou que, raramente durante o período da noite, verifica uma patrulha da polícia na região, situação que tem levado inúmeros de jovens a abraçarem a vida de marginais.

Acrescentou que, o crescimento da delinquência no bairro tem vindo a forçar os comerciantes a encerarem muito cedo a sua actividade, devido ao risco a que são submetidos pelos meliantes.

Não poupam crianças

Isabel Mendes é de opinião que, com a instalação de um posto policial ao longo deste troço e da linha férrea, os malfeitores vão retirar-se e procurar uma ocupação honesta e não virar as suas atenções para quem procura algo para alimentar a família.

Durante a sua estada na aludida zona, a reportagem do *Semanário Angolense*, constatou uma cena dramática, protagonizada por delinquentes. Assaltaram uma criança, de 11 anos, quando esta se dirigia para casa, depois ter sido orientada pela mãe a levar o jantar do mercado.

Alguns indivíduos circunstantes limitaram-se a assistir, impávidos e serenos, perguntando depois à vítima: «levaram-te o que?» Antónia Machado salientou que também já foi vítima dos marginais, em duas ocasiões, quando os malfeitores lhe receberam todo o seu comércio que exercia na famosa praça.

Reiterou que é fundamental a intervenção das autoridades da ordem pública no sentido de melhorar a circulação dos habitantes que, dia e noite, vivem num estado de perturbação.

As vias de acesso naquela circunscrição, a partir da praça até ao Instituto Médio Politécnico do Sambizanga, São Pedro da Barra, segundo dizem os populares, têm sido as que mais facilitam o desdobramento dos malfeitores, pela ausência de postos policiais.

De acordo os moradores, a essa situação também se encontra associada a fraca iluminação, com que se debate a população residente, para não falar da escassez de água potável, que está relegada para as calendas gregas.

Saneamento básico inexistente, também tem sido apontado como o fulcro de bastantes doenças, causadoras de tantas mortes, particularmente de crianças, que têm sido as mais atingidas pelas enfermidades.

9.33 Nós e a nossa segurança...

Jornal Agora

15 De Junho de 2013

Vinte e duas horas e trinta de terça feira, eis-me, uma vez mais, na produção do meu texto para o Agora, após mais um dia nesta urbe de si já agitada, onde o trânsito infernal vai imperando, com os seus efeitos negativos, em termos de saúde, económicos e não só, onde verde da esperança e do ambiente, finalmente, vai tomando lugar em alguns espaços deixados pelo betão e nas nossas mentes. Neste momento, milhões de habitantes desta "metrópole" descansam recuperando forças para mais um dia. E que dia! salvo os que por razões profissionais ou outras, não o fazem. Dos altos mandatários que amanhã continuarão a sua tarefa de traçar e monitorizar as políticas públicas para todo o país, a bem dos seus concidadãos e se assim continuarem serão, indubitavelmente, mercedores do está tuto de bons patriotas, aos que exercendo também funções públicas mas que neste momento devem estar a cogitar os meios para, em proveito próprio, dar as habituais golpadas ao erário público, em prejuízo de todos nós. Do simples trabalhador fabril ao cientista angolano (espécie rara). Do estudante dedicado ao carteirista do São Paulo, do empresário estrangeiro sério e dedicado ao aventureiro vindo do além-mar, convencido que este país é e será por longos anos igual as suas garrafas de cerveja "saca fácil". Da tradicional quitandeira ao comerciante oeste africano da cantina ao lado. Todos nós, bons e maus, vamos usufruindo da tranquilidade que só é possível graças os milhares dos nossos concidadãos que, envergando a farda azul ou negra, ou mesmo sem ela, garantem a ordem e segurança pública, pondo

inclusive em risco, o seu direito mais sagrado, a sua própria vida.

É simples afirmar, no plano jurídico, que está tarefa não é mais do que o dever do Estado e seus agentes vocacionados para tal, de garantirem a segurança e a ordem pública, a vida e a integridade física dos cidadãos, conforme previsto, de forma clara nos artigos 30º, nº 2 do 31º, alínea b) do artigo 21º e artigos 209º a 212º, no que toca a função da Polícia Nacional. Entendo que, em última instância, a segurança de um Estado democrático e de direito, também é garantia da segurança individual e da ordem pública em geral. Entenda-se, tudo isto feito dentro dos estritos marcos da lei e regulamentos, a exemplo do regulamento da Polícia Nacional. Aconselho o cidadão a uma leitura ao Regulamento de Disciplina da Polícia Nacional, aprovado pelo Decreto nº 41/96 de 11 de Dezembro, publicado no DR nº 54. A minha, melhor, a nossa condição de cidadãos, a sensibilidade humana, faz com que não analisemos esta questão da garantia da ordem e segurança pública como uma mera obrigação legal de alguns, uma questão muito mais profunda, a da sobrevivência humana. Uma análise ao contrário poderá ser vista como um certo cinismo jurídico se assim poderei classificar. Daí, a minha solidariedade para com todos aqueles que, no exercício da sua importante função social de proteger-nos, as nossas famílias, o nosso património, perderam a vida como o bem mais sagrado. A segurança e a ordem pública não é uma responsabilidade exclusiva dos que têm esta função legal, mas diz respeito a todo o cidadão que se preze, enquanto tal.

Com se tem dito, o conhecimento e as ideias só fazem sentido como instrumento que levem à acção, mas cidadãos há que, a sua acção consiste precisamente na apresentação de ideias, na busca e transmissão de conhecimentos, o que é muito bom! Eis algumas ideias após um esforço de não apresentar "verdades de La Palisse", ideias já esbatidas, "lugar comum", que têm vindo a fazer praça, nos meios e comunicação social, salvo algumas excepções, face aos hediondos crimes que abalaram, e que de maneira, a consciência e a sensibilidade da sociedade angolana, entre os quais os assassinatos de agentes da polícia nacional, com destaque para com a comunidade desta urbe.

Impõe-se uma séria e profunda reflexão, análise sobre a perfeita compatibilidade entre o respeito por todos os direitos fundamentais dos cidadãos e a garantia da ordem e segurança pública, já que está é, em última instância, uma das bases para que plenamente consigamos exercitar estes direitos constitucionalmente consagrados. Sem colocarmos,

de modo algum, o firme combate a criminalidade, que também pressupõe a prevenção que, em algumas circunstâncias deverá estar no topo das prioridades. Há que neste domínio dar o devido destaque ao papel do Poder Judicial que deve ultrapassar o velho e universal dilema da sua falta de celeridade, o que implica reformas profundas, que nesta manhã de hoje 12 de Junho, os seus progressos foram tidos como tímidos pelo Chefe de Estado. A este respeito, há que envidarmos mais esforços visando a efectivação daquilo que está consagrado no artigo 29º da Constituição, no que toca ao acesso ao direito e tutela jurisdicional efectiva.

A falta de celeridade, as debilidades da justiça também contribui para um sentimento de impunidade.

Nos últimos dias, face as necessidades de reforço, dos meios de garantia da segurança e ordem públicas, o anúncio de abertura de 8.000 vagas para a Polícia Nacional e a predisposição de milhares de jovens para ingresso nesta carreira profissional de alta responsabilidade social, alegrou-me, mas sob reserva de se envidar mais esforços em termos de qualidade dos efectivos, na sequência do que sempre afirmei em sede do ensino e outras áreas sócio-profissionais. Quantidade sim, mas jamais menosprezar a qualidade. Não bastam as estatísticas políticas, há que olhar para os resultados do investimento feito, o tipo de serviço e actuação do recrutado e/ou formado.

Vozes há que, face ao "endurecimento" dos órgãos vocacionados para a prevenção e combate a criminalidade, legitimamente, poderão estar apreensivos sobre os meios e métodos utilizados para o alcance de tal objectivo, que poderão pôr em causa direitos fundamentais, como a privacidade, a livre circulação, o direito a imagem, o cumprimento de determinados procedimentos legais em sede de buscas e apreensões, o direito a defesa condigna e outros legalmente previstos. Naveguei e continuo a navegar nos mares da promoção e protecção dos direitos humanos, mas há que saber hierarquiza-los, e o direito a vida e a integridade física está em primeiro lugar. Vejamos o seu posicionamento no texto constitucional, o que não quer dizer, de modo algum, estou a dar a bênção as arbitrariedades e abusos de poder ou ser apologistas da revogação do artigo 59º da Constituição. Certo que teríamos surpresas caso fosse feita sondagem de opinião sobre este preceito, na actual conjuntura. Desde que seja cumprida a lei, estes receios poderão ser esbatidos.

O cidadão pode e deve contribuir para a melhoria do quadro geral de segurança pública, com acções simples. Em primeiro lugar cumprir a lei e pautar a sua conduta com base em princípios morais e éticos

que garantem um saudável relacionamento entre os homens. Denunciar os actos de violação à lei, predispondo-se a colaborar com a polícia e a justiça. Em contrapartida, assistir-lhe-á o direito de protecção, o que é um dever do Estado fazê-lo.

No que toca as causas da criminalidade, existem factores que vão para além da acção policial e judicial. Impõe-se o seu estudo exaustivo e o estabelecimento e/ou aprofundamento da efectivação das políticas públicas sobre o ensino, emprego, desporto, cultura e recreação, entenda-se aceitável, face aos valores morais e éticos, enfim, uma nova atitude perante a vida em sociedade. Mas, atenção! Não podemos tirar a ilação de que pobreza implica, necessariamente, espaço para a criminalidade. Que ela contribui para o que alguns entendem ser a "criminalidade de sobrevivência" (7) parente pobre dos crimes de colarinho branco, é verdade e é outra questão que se deve considerar.

No plano técnico e científico, há que utilizar as novas tecnologias para prevenção e investigação e combate a criminalidade. Um exemplo simples, a videovigilância nos principais centros urbanos. A este respeito, que tal uma olhada sobre o teor do Despacho Presidencial nº 11/13 de 23 de Janeiro, publicado no DR. W 16 de 23 de Janeiro, relativo à um projecto que tive a oportunidade de assistir o seu parto. Por outro lado, há que saudar a iniciativa da Polícia Nacional em organizar, mais uma acção de formação e discussão sobre a questão da segurança pública, evento denominada as Jornadas sobre a Segurança Pública que contará com a participação de quadros da corporação, especialistas, representantes da administração pública, entidades religiosas e da sociedade civil, enfim ... Nos dias 20 e 21 de Junho, teremos mais um espaço aberto para o debate sobre o que diz respeito a todos nós e a nossa segurança. Uma vez mais o meu apelo a cidadania

9.34 Polícia garante ter meios para travar a criminalidade

Jornal Agora

15 De Junho de 2013

Admitindo que os indicadores tecnológicos que o país apresenta sustentam em parte a nova vaga de crimes, o comissário-geral assegurou que, da parte do Executivo, há todo o empenho em realizar investimentos nos recursos humanos e técnicos, para acompanhar essa dinâmica.

Ambrósio de Lemos falava na segunda-feira na abertura da primeira reunião de quadros da Polícia Nacional, que está a discutir aspectos ligados à

criminalidade, à sinistralidade rodoviária, à imigração ilegal e outros males que ainda afectam Angola.

"O desenvolvimento socioeconómico do país e a utilização das novas tecnologias têm permitido aos marginais sofisticarem as suas formas de actuação, dando lugar à prática de crimes com alguma complexidade, agressividade e impiedade. A Polícia Nacional não está alheia a este fenómeno e vem acompanhado a sua evolução, realizando diversas acções de contenção e contando com a entrega abnegada dos seus efectivos", referiu. Por outro lado, o responsável adiantou que o combate à criminalidade requer uma concertação permanente, e garantiu que a Polícia tem meios capazes de pôr cobro a qualquer problema.

"A Polícia Nacional pode orgulha-se de ter quadros com elevadas capacidades técnicas e científicas, para avaliar os mais complexos problemas que se impõem nos vários domínios do saber, com realce para as ciências policiais", notou.

Percalço no concurso público Entretanto, o Comando-Geral da Polícia Nacional anunciou a suspensão temporária, por razões logísticas, das inscrições no concurso público para recrutamento de novos efectivos, que deveria iniciar na segunda-feira. O porta-voz da corporação, subcomissário Aristóteles dos Santos, comunicou o adiamento na terça-feira, no distrito urbano da Ingombota, e garantiu que o processo seria retomado na quinta-feira.

O arranque da actividade, esclareceu, será efectuado no Centro de Instrução da Polícia de Intervenção Rápida, na zona do Kicuxi, município de viana.

O oficial recordou que o concurso está aberto aos cidadãos nacionais, com idades entre os 18 e os anos e com pelo menos a 8.ª classe.

"Os interessados não deverão ter antecedentes criminais, devem possuir a sua situação militar regularizada e medir 1.72 metro de altura, no caso dos homens, e 1.65 das mulheres", ressaltou.

As provas compreenderão inspeção médica, aptidão física, exercício escrito (cultura geral, história e geografia de Angola), bem como uma avaliação dos conhecimentos sobre a corporação.

Às inscrições desta segunda-feira compareceram cerca de 50 mil candidatos, entre homens e mulheres, embora a corporação necessite apenas de oito mil novos efectivos.

Detidos suspeitos do assassinato de bancária Entretanto, um homem e uma mulher estão detidos por suspeita de envolvimento na morte da bancária Bárbara de Sá Nogueira, assassinada no passado dia 30 de Maio depois de ter deixado a filha na escola.

A informação foi avançada pelo chefe de departamento da Assessoria Técnica e Jurídica da DNIC, o superintendente-chefe Eduardo Semente, que garantiu que, apesar da detenção destas duas pessoas, a investigação continua para apurar as razões por detrás do assassinato da funcionária do Banco Millennium.

O responsável acrescenta que as versões difundidas por algumas redes sociais sobre o caso não vão influenciar os investigadores.

Eduardo Semente acredita que muitas destas informações podem ter como intenção perturbar o trabalho dos agentes.

"A Polícia continua a mobilizar as áreas especializadas na investigação criminal e da Polícia nacional, no sentido de recolherem informações para se poder perceber qual terá sido o móbil do crime", informou.

O superintendente disse também que prossegue a investigação para a detenção dos marginais envolvidos no assassinato dos três polícias em Cacuaco, acrescentando que as autoridades estão a palmilhar todo o território nacional, e não apenas Luanda, no sentido de encontrá-los. Da mesma forma, a Polícia assegura que está no encalço dos autores do crime contra os cidadãos da UNITA.

Psicólogos preocupados Enquanto isso, a onda de criminalidade que se regista nos últimos dias na cidade de Luanda está a criar um sentimento de insegurança cada vez mais preocupante no seio das populações.

E nem a exoneração da comandante da Polícia Nacional serviu para acalmar os receios, contribuindo apenas para confirmar a percepção de que as autoridades se estavam a mostrar incapazes de controlar a segurança na capital.

A natureza dos crimes praticados e a posição social das vítimas são apontados por especialistas como rastilhos para a instabilidade social.

Para a psicóloga Sandra Aragão, os indivíduos envolvidos em alguns destes crimes "devem apresentar alguma descompensação do ponto de vista psicológico".

"Todo este período de conturbação social a que nós temos estado expostos acabou levando-nos do ponto de vista comportamental a atitudes mais grosseiras," disse, acrescentando: "Nós perdemos o respeito pelas pessoas, perdemos a dignidade da pessoa humana. A comunidade tem de participar no combate ao crime".

Sandra Aragão defendeu ainda que os casos de Polícia não devem ser escamoteados. "Devemos chamar as autoridades, devemos levar as pessoas que nos apresentam comportamentos desviantes para aqueles que são os psicólogos, os sociólogos, para estarmos informados do que se passa".

Já o psicólogo Nvunda Tonnet considera que há "várias causas para o comportamento agressivo".

"O que acontece muitas vezes é que determinados comportamentos patológicos passam-se com pessoas que consideramos normais e que convivem connosco no dia-a-dia", concluiu.

9.35 Actos de assassinatos causam terror à sociedade

Semanário Factual

De 15 a 22 de Junho de 2013

Actualmente, a província tem-se tornando numa cidade de actos cruéis, onde o desacato à autoridade está a fazer morada, face aos últimos casos de assassinatos que se registaram na capital do país.

De recordar que após o alcance da paz, em 2002, a nível do País, nunca aconteceram ataques às forças de ordem pública.

Segundo a fonte do *Semanário Factual*, em menos de um mês seis agentes da polícia foram mortos na província de Luanda. O último caso aconteceu há uma semana, quando um agente da polícia nacional resistiu a um assalto e foi baleado pelo meliante.

Para Amélia Gouveia, moradora do distrito do Rangel, os actos de assassinato dos agentes da polícia demonstra a existência de forças que querem destabilizar a boa convivência e semear o pânico entre os cidadãos.

"Olha, situação idêntica aconteceu em 1992, quando os polícias eram atacados nas esquadras, e este facto acabou por desencadear um terror", afirmou Amélia Gouveia.

"Do meu ponto de vista, é necessário que a polícia continue com a investigação dos casos dos agentes da polícia que foram mortos, com vista a responsabilizar

os autores e estes arcarem com as consequências", relatou Amélia Gouveia.

Para Dilson Mateus, a polícia deve redobrar as suas actividades para devolver à sociedade o clima de segurança. "Ultimamente, a sociedade está assustada pelas constantes mortes de agentes da polícia que têm como dever assegurar a ordem e a tranquilidade pública", asseverou.

Os cidadãos não descartam a possibilidade da existência de uma organização que quer semear o terror a nível nacional e, em particular, em Luanda, com actos que possam vir a causar inúmeras consequências.

Importa aqui referir que, em Luanda, os actos de homicídio têm estados a aumentar consideravelmente, facto que é possível verificar nas apresentações das operações feitas pela polícia, bem como através dos meios de comunicação.

Estas acções, muitas vezes, são levadas a cabo por familiares, parentes e amigos. Segundo os sociólogos, a sociedade está a perder a essência do bem viver em comunhão com o próximo, a qual a torna cada vez mais agressiva, cometendo actos horripilantes.

Neste sentido, os sociólogos alertam para a necessidade das instituições sociais, como as Igrejas e as associações, criarem mecanismos para a sensibilização da sociedade, a fim da mudança de atitude.

Deste modo, a Polícia Nacional apela à colaboração dos cidadãos, no sentido de denunciarem todos os tipos de actos que visam a perigar a boa convivência, a segurança e a tranquilidade públicas.

9.36 Ataque à esquadra móvel feito por indivíduos treinados

Semanário Factual

De 15 a 22 de Junho de 2013

Segundo uma fonte da polícia nacional, a acção, que tirou a vida de Finda Pedro João, Augusto Gomes Neto e Hilário dos Santos, que tiveram morte imediata no local, foi praticada por indivíduos ainda não identificados mas altamente treinados.

A fonte sustenta que cerca de oito indivíduos bem preparados estiveram envolvidos no assassinato dos três agentes, pelo facto de, primeiro, os agentes não se aperceberem da aproximação dos bandidos; segundo, a prévia determinação dos ângulos de convergência no momento dos disparos; terceiro, o

poder de fogo empregue que impediu a capacidade de reacção dos agentes.

Para a fonte, a acção só pode ter sido levada a cabo por pessoas com vastos conhecimentos militares na arte de penetração, posicionamento e tiro.

"É inadmissível que alguns malfeitores sem conhecimentos militares consigam invadir uma esquadra e matarem os três agentes sem que estes ofereçam o mínimo de resistência", desabafou a fonte.

A fonte explicou: "Do meu ponto de vista, estas acções estão a ser feitas por grupos de pessoas com o objectivo de implantar novamente o terror a nível do país. Este grupo pretende criar o pânico no seio da polícia, de modo a criar uma onda de instabilidade social e, conseqüentemente, uma vaga de conflitos".

De lembrar que os agentes da unidade móvel do Comando do Município de Cacuaco, zona dos Bakongo sector 4, foram atingidos por vários disparos, o que causou a sua morte imediata.

9.37 Monstro da violência à solta em Luanda

Semanário Factual

De 15 a 22 de Junho de 2013

Lamentavelmente, a criminalidade, sobretudo os crimes de rua, tem estado a crescer assustadoramente, nos últimos dias, na cidade de Luanda. Os assassinatos, os assaltos à mão armada, as violações e as agressões deixam a população aterrorizada.

Este é o objectivo de algumas forças internas a mando dos serviços secretos do Tio Sam e dos Campos Elísios. Afinal, o resultado das eleições de 2012 não agradou a muita gente.

Nesta perspectiva, face ao índice de violência perpetrado até contra agentes das forças de defesa e segurança (polícias e militares das FAA), por indivíduos até agora desconhecidos, mas com um modus operandi que pressupõe criar uma desordem política e social, e por constituir um perigo real, as forças Armadas Angolanas experimentam desde o passado dia 10 de Junho deste mês um período não determinado de prevenção.

Apesar da situação estar controlada pela Polícia Nacional, sabe-se que as últimas insurreições políticas ocorridas em África começaram com acções assustadoras como estas que estamos a experimentar hoje, que é uma violência que começou a adquirir as formas mais perigosas, inusitadas e camufladas.

Perante estes factos, o Estado-Maior General das F AA tem as suas principais unidades e os efectivos em estado de alerta, pois, como aconselha o povo: "mais vale prevenir que remediar".

Aliás, em alguns bairros de Luanda, como a ova Centralidade do Kilamba, os Zangas, o Panguila, entre outros da periferia, por iniciativa dos moradores, foi "decretado" uma espécie de recolher obrigatório, afinal "cautelos e caldos de galinha não fazem mal a ninguém!"

Segundo a fonte do Factual, uma vez que a situação inspira sérios cuidados, tanto os militares, os agentes da Polícia Nacional, assim como a população, em geral, são chamados a adaptar-se à prevenção vigente, através de rígidas medidas de vigilância, para que a mesma não se generalize por todo o país.

De resto, a situação de violência que a cidade de Luanda vive precisa de uma certa medida de coerção, no sentido de refrear os ímpetus desses reaccionários sedentos de sangue, dor e luto.

Assim, é fundamental entender a dialéctica dos actuais fenómenos que ocorrem em Luanda. Dizer que o assassinato dos três agentes da PN não tem motivação política pressupõe alguma ingenuidade na avaliação desse surto alimentado por forças hostis à paz e à estabilidade de Angola.

9.38 Redução da criminalidade passa pela criação da lei de Segurança Pública

Semanário factual

De 15 a 22 de Junho de 2013

Chefe do GCI do comando geral da polícia nacional assegurou ainda que a redução da criminalidade em Angola passa pela criação de uma Lei de Segurança Pública.

Aristófares do Santos considerou ser importantes mudanças significativas que passam pela Lei de Segurança Social, responsabilidade das estruturas do Estado, conselhos comunitários de segurança, bem como conexão entre os órgãos.

Para o comandante, a desestruturação familiar e as desigualdades sociais estão na base do elevado nível de criminalidade no país.

9.39 Combate à criminalidade

Jornal de Angola

19 De Junho de 2013

A protecção das pessoas e bens é uma das grandes prioridades da nossa Polícia Nacional, que continua a aperfeiçoar permanentemente os métodos de trabalho para garantir a segurança das populações.

O combate à criminalidade tem levado os mais altos responsáveis da Polícia Nacional a analisarem de forma profunda, situações relacionadas com actos lesivos da tranquilidade pública, resultando daí a tomada de medidas destinadas a neutralizar os criminosos.

A Polícia Nacional está apostada que as pessoas se sintam seguras, quer nos locais de residência, de trabalho e da escola, quer na via pública. A Polícia Nacional está a estudar os problemas da criminalidade para poder assegurar melhores actuações no âmbito da segurança pública e não há dúvida que se verifica uma pronta e eficaz reacção da Polícia Nacional à acção de criminosos.

Mas, também se pretende trabalhar a nível da prevenção. É bom que estejam a ser tomadas medidas preventivas que permitem a diminuição dos crimes, em particular nas grandes zonas urbanas.

O Ministério do Interior projecta a criação de conselhos comunitários de segurança, órgãos destinados a aproximar a Polícia Nacional da população, o que faz prever o início de uma nova era na luta contra o crime, apostando-se na prevenção.

A questão da criminalidade vai também ser debatida em jornadas de segurança pública" que se realizam esta semana em Luanda, com a participação de especialistas em segurança pública, o que é uma indicação que o Ministério do Interior pretende reunir subsídios diversos para poder tomar medidas que resolvam de facto os problemas.

Por tudo isto, é importante que os que têm conhecimentos sobre esta matéria complexa que é a segurança pública sejam convidados a discuti-la por ser do interesse de todo o país.

O grande objectivo é reduzir os índices de criminalidade e é possível atingir esse objectivo com políticas transversais para cuja elaboração devem concorrer vários organismos. Não se combate a criminalidade apenas com medidas repressivas e esse, felizmente, parece ser esse o entendimento dos Ministérios do Interior, da Justiça e Direitos Humanos e da Juventude e Desportos ao promoverem as jornadas sobre segurança pública.

O entendimento que o combate à criminalidade implica o concurso de diferentes entidades e que não se trata de um assunto que apenas tem a ver com a Polícia Nacional é importante e espelha bem o sentimento da sociedade.

A Polícia Nacional tem de assumir uma grande responsabilidade na neutralização dos que querem perturbar a ordem pública, mas também é verdade que têm de ser tomadas outras medidas para atacar causas geradoras de criminalidade.

A pretensão das autoridades é conjugar esforços para se fazer um diagnóstico para se conhecer melhor o fenómeno da criminalidade e poderem ser adaptados os melhores métodos para o combater.

As forças policiais devem ter em atenção o facto do banditismo actuar cada vez mais de maneiras sofisticada, o que torna imperioso que a Polícia Nacional atinja elevados níveis de operacionalidade e organização.

O combate à criminalidade é mais um desafio as autoridades angolanas vão vencer, mas para isso têm de contar com a colaboração de toda a sociedade.

Quando não cumprimos as leis que o Estado, por via de órgãos competentes, põe em vigor, causamos perturbações na sociedade.

Os angolanos estão a construir todos os dias uma sociedade, cujo objectivo é a prosperidade de todos, mas que tem de ter na segurança pública um dos seus pilares mais importantes.

O Executivo continua apostado no bem-estar social e a Polícia Nacional tem um papel essencial a desempenhar na procura de soluções para a protecção dos cidadãos.

O facto da Polícia estar a trabalhar rapidamente para fazer face ao banditismo é digno de elogios, As medidas adoptadas até agora para a protecção da população têm criado o sentimento de segurança indispensável para a construção do futuro de progresso que perseguimos

Que o trabalho da Polícia na luta contra os criminosos venha a elevar os níveis de segurança em todo o território nacional para continuarmos todos a poder trabalhar e a viver em paz conscientes que vamos deixar às futuras gerações uma Angola melhor e mais segura.

O país não se pode deixar ficar refém de uma minoria incapaz de perceber o passado histórico, que nos permitiu içar a Bandeira Nacional em 11 de Novembro de 1975 e vencer todas as batalhas que foi

preciso travar para sermos a nação respeitada e admirada no mundo. Somos capazes de resolver os nossos problemas, por mais complexos que sejam.

9.40 Crimes violentos obrigam Polícia a rever atuação

Novo Jornal

21 De Junho de 2013

O Ministério do Interior e o Comando Geral da Polícia Nacional estão, desde ontem, a reflectir sobre os aspectos da segurança pública e a traçar estratégias para a criação de um ambiente de segurança, paz e tranquilidade no país.

A organização das primeiras jornadas sobre segurança pública surge na sequência de uma série de crimes violentos, sobretudo em Luanda, que obrigaram as duas instituições a rever as formas de actuação e a definir novas estratégias.

Nas primeiras jornadas, que terminam hoje, sexta-feira, estão em foco temas como «o Estado da Criminalidade em Angola e a actuação Policial», «Delinquência Juvenil:

Causas e efeitos», «Reabilitação e Reintegração dos Reclusos: Contexto actual e Desafios», «A Política Criminal em Angola e a Segurança Comunitária», «Perspectivas de Implementação dos Conselhos Comunitários de Segurança», «Desafios actuais das Políticas de Segurança Pública e Criminal de Angola no Contexto da III República».

O desemprego, a falta de políticas de ocupação dos tempos livres e a existência de armas ligeiras e de pequeno porte no seio da população são alguns dos factores apontados pelos organizadores das jornadas como estando na origem do acréscimo de crimes violentos que, consequentemente tem provocado o aumento do sentimento de insegurança no seio das populações.

No evento, que decorre no Palácio da Justiça, participam governantes, deputados, representantes das igrejas, ONG's, professores, estudantes e outros actores sociais.

O final do presente semestre ficou marcado por vários relatos de assaltos, desaparecimento de pessoas, assassinatos e outros crimes ocorridos na capital do país. Esta onda levou o governador de Luanda, Bento Sebastião Francisco Bento, a defender o combate com rigor e prontidão destas situações sob pena de comprometer os "esforços do Executivo em proporcionar uma vida mais tranquila e segura a todos os cidadãos".

O governante, que falava recentemente na abertura do 110 Conselho Consultivo Alargado do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, destacou a necessidade do policiamento de proximidade no interior dos bairros, 24 horas por dia, para que o cidadão se sinta protegido das acções dos meliantes.

No que toca ao trânsito rodoviário, Bento Bento disse ser necessário maior rigor e actuação por parte da Polícia Nacional por forma a disciplinar e punir todos os actos que colocam em risco a vida das pessoas, nomeadamente, o desrespeito pelas regras do Código de Estrada.

Por fim, o governador de Luanda reconheceu que a Polícia Nacional tem inúmeros desafios pela frente, que passam pela melhoria dos procedimentos de actuação, que vão desde a colecta de informações à análise do seu conteúdo, bem como a avaliação do resultado da intervenção e a "afecção do impacto das acções policiais na sociedade".

9.41 Edifícios abandonados covil dos delinquentes

Semanário Angolense

21 De Junho de 2013

O distrito urbano da Maianga é um exemplo vivo do assunto em questão, a começar na rua Comandante Gika, mas concretamente no bairro Alvalade, a escassos metros do único hotel na rua em referência está um edifício com cerca de 10 andares inacabado, a infra - estrutura foi abandonado, segundo fontes, desde 1992, por uma construtora portuguesa.

A obra tornou-se num "balneário público e refúgio de alguns jovens que fazem do mesmo o de resíduos sólidos.

No largo da Maianga, entre a rua Amilcar Cabral e Marie N' gouabi encontra-se um outro edifício abandonado, segundo os moradores, há mais de 20 anos. Como no primeiro caso, o edifício em causa foi transformado em depósito de lixo, uma vez que durante a nossa reportagem foi possível observar jovens utilizando substâncias tóxicas (uso de gasolina, maconha e outras).

O ancião Feliciano Carlos, 56 anos de idade, mostrou-se insatisfeito com a situação, sublinhando que é necessário que se faça algo no sentido de se recuperar os edifícios e obras não acabadas.

Este problema não é apenas visível na Maianga, pois noutras artérias da cidade também existem prédios nas mesmas condições," lamentou.

Mauro Evanilson, 20 anos de idade, descreveu todos os detalhes do edifício abandonado, realçando que alguns jovens depois das suas acções maléficas usam o local como esconderijo.

"Circular aqui no período nocturno é muito perigoso", disse o jovem.

Horácio Mucúa é de opinião que o Estado faça alguma coisa para que estes edifícios sejam rentáveis, começando a reabilitação dos mesmos e transformá-los em lojas ou apartamentos para realizar o "sonho da casa própria" de muitos cidadãos.

9.42 Marcas de Violência

Novo Jornal

21 De Junho de 2013

AS ÚLTIMAS OCORRÊNCIAS, sobretudo na capital, adensam o sentimento de insegurança. Menos não seria de esperar. Sobretudo quando já se encontram casos de ataques às autoridades. Multiplicam-se mortes em contextos diferentes, mas com intensidade semelhante, no que à violência diz respeito. As monstruosidades cometidas a sangue-frio revelam marcas que se fazem profundas e que denunciam um sem número de deficiências que emperram a dinâmica das sociedades e que, uma vez por outra, resultam em desvios de conduta ou em casos de extrema violência.

Veja-se como se avolumou e subiu sobremaneira o tom das manifestações no Brasil. O que começou com uma reivindicação de preços dos transportes, culminou com milhares de pessoas nas ruas que encontraram mais do que um motivo (vários até!) para justificar o não "arreda pé". A insatisfação, o descontentamento ou mesmo a frustração levam pessoas de todas as idades, credos e línguas a adoptar posições extremadas.

Mais do que instigar sentimentos como estes, os acontecimentos dentro e fora de portas devem servir de alerta. Os fenómenos não podem ser analisados isoladamente devem por isso, ser compreendidos dentro do contexto e mais do que pensar neles, é preciso começar a actuar sobre as causas para minimizar os efeitos.

Compreender que se o número de assaltos à mão armada aumenta existe provavelmente uma causa relacionada com a falta de ocupação, oportunidades de emprego, opções de formação técnico-profissional.

Há muito tempo livre esbanjado em nada. Em horas em que não se educa, não se passam valores nem

conhecimento algum. Há portanto, espaço para recriar comportamentos fortuitos, impensados ou mesmo premeditados. Há de tudo.

Por outro lado, a desestruturação familiar, a ausência de princípios éticos transmitidos de uma geração para a seguinte propiciam o terreno fértil para feitos sem glória ou que só são premiados numa realidade paralela, virtual, distorcida, onde o mau é bom e o bem é mal.

Dessa forma se explica que, do nada, miúdos matem indiscriminadamente, espanquem novos e velhos, sem dó nem piedade.

Não há regras, num mundo que se faz sem culpas e, aparentemente sem consequências. Por todas estas razões é preciso fazer muito mais e começar por atacar as causas e, quem sabe, teremos resultados diferentes ... Acreditamos que sim!

9.43 “O novo rosto” da violência

Novo Jornal

21 De Junho de 2013

OS BAIRROS de "lata" como muitas vezes são chamados, não param de surgir na capital e com eles, o aumento significativo do número de crimes. A ausência de condições sociais foi sempre um gerador de violência por si só e, nestes casos, o alvo são pessoas que ostentam bens que captam a atenção dos mais desfavorecidos.

Entretanto, há uma nova onda de crimes que agora surge de um meio muito diferente, onde a falta de condições sociais não é uma justificação e em circunstâncias que não levam sequer a suspeitar o desenvolvimento de crime.

O mais recente caso em Luanda, assassinato da bancária Bárbara de Sá Nogueira, está a ser resolvido em segredo de justiça.

No Lubango, província da Huíla, há menos de um ano que um crime foi cometido, vitimando uma jovem de 33 anos de idade, Jaqueline Emerciana Tupuepo Paulino. mais conhecida por Lina.

A professora estava desaparecida desde o dia 14 de Agosto de 2012 e apenas a 4 de Outubro 2012 foi encontrada, morta e num estado avançado de decomposição, após quase dois meses de busca.

Lina foi esquartejada e o seu corpo foi encontrado numa cacimba seca atrás da escola onde trabalhava.

Cláudio, 25 anos, também professor, foi apontado como assassino da jovem. Terá vendido o seu carro para alugar uma casa onde pretendia viver com outra mulher.

Pode também falar-se de outros casos, como o do jovem Jorge Valério "Jay Jay", de Eurídice ou do assassinato da deputada Beatriz Salucombo.

Para as pessoas, andar pelas ruas começa a ser cada vez mais perigoso, porque a onda de situações que geram atitudes violentas são várias e tudo pode, por uma simples razão, resultar numa tragédia.

POLÍCIA A FERRO-E-FOGO

A presença de efectivos da Polícia de Intervenção Rápida nas ruas de Luanda suscitou nos últimos tempos a curiosidade dos populares.

A interpelação de viaturas de cidadãos comuns e respectiva fiscalização é uma acção que esta divisão das forças da ordem tem feito em todos os pontos da capital.

A acção, segundo fontes oficiais, visa garantir uma maior segurança aos populares.

A mediatização de alguns crimes que suscitaram a reacção da sociedade (designadamente através das redes sociais) levou a que algumas pessoas questionassem se essa seria a mesma atitude perante crimes com o mesmo formato, mas onde as vítimas fossem pessoas com um nível social mais baixo.

É muitas vezes questionado o valor da vida humana em função do poder económico.

Em conversa com um profissional do Ministério do Interior, este disse abertamente que são muitos os casos que chegam aos gabinetes da polícia apresentando características muito semelhantes àqueles mais mediatizados. Mas a grande diferença é a condição social das vítimas, a que é díspar das que estão envolvidas nos casos habitualmente conhecidos através da imprensa.

O que deve ser feito, acrescentou, é uma análise de como está a sociedade e ver o que é que a polícia tem feito para reduzir o nível de criminalidade, que pode começar num simples roubo de um telemóvel, onde a vítima pode perder a vida, a um caso de cobrança de dinheiro ou ciúme.

A criminalidade em Angola vai em breve ser analisada em jornadas técnicas, numa iniciativa do executivo central, que espera juntar instituições públicas e parceiros sociais.

O anúncio foi feito recentemente pelo Comandante-Geral da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos, durante os trabalhos do conselho consultivo alargado da corpo ração onde recomendou uma maior rapidez no esclarecimento de crimes mediáticos ocorridos no país, com realce para Luanda.

Quando o crime vem de onde não se espera...

CASO NÉRIKA - 2010

Nérika e Lopes Loureiro formavam um casal com tudo para dar certo. Ela, com 32 anos, advogada e funcionária da empresa de aviação Sonair, e ele, de 34 anos, funcionário sénior do Banco de Poupança e Crédito (BPC) tinham dois filhos de dois anos e 10 meses, respectivamente.

o casal morava num dos bairros nobres de Luanda, o Nova Vida, e era tido como um exemplo, para as respectivas famílias, assim como para os amigos mais próximos.

Em Março de 2010, Nérika tira 15 dias de férias, que passa em companhia da mãe e dos dois filhos. Em Portugal, seu destino de férias, a jovem advogada aproveita para descansar e fazer alguns exames médicos.

Nérika regressa a Luanda no dia 31 de Março e quem a vai buscar ao aeroporto é o marido. Leva a sogra a casa, seguindo depois para a residência da família.

É aqui que Lopes Loureiro veio a encontrar a morte, esfaqueado pela mulher. Em tribunal justificou o acto, acusando o marido de ter violado a filha de dois anos.

Nérika Loureiro foi condenada a 17 anos de prisão e ao pagamento de uma indemnização de três milhões e cinquenta mil kwanzas à família da vítima.

CASO EURÍDICE CÂNDIDO

Eurídice Bernarda de Oliveira Cândido, era funcionária da Direcção de Créditos a Particulares e Negócios do BFA, foi assassinada numa sexta-feira, 28 de Janeiro de 2011, entre as 18h50 as 19h00 na rua Comandante Eurico, momentos após ter estacionado o carro e quando se preparava para retirar a filha do interior do mesmo.

A vítima foi surpreendida e alvejada à queima-roupa com um projectil que a atingiu no rosto.

Tudo apontava para mais um crime, dos muitos que vão surgindo pela cidade de Luanda, onde nos últimos cinco anos a criminalidade atingiu níveis assustadores, como confirmado pela própria polícia.

Ao longo das investigações a Polícia Nacional, mais propriamente a Polícia de Investigação Criminal (DNIC), ligou o caso da morte da jovem bancária a duas altas figuras da sociedade angolana: José Maria, na altura, governador de Luanda, e Joaquim Ribeiro, que já esteve à frente da polícia de Luanda.

Ao longo das investigações, a DNIC apurou que a Eurídice manteve uma relação amorosa com José Maria dos Santos, então Governador da província de Luanda, de quem tinha uma filha.

Os familiares da vítima disseram à imprensa que a jovem recebia muitas mensagens e telefonemas vindos da mulher do governador, dos quais informava a sua família mais próxima. Houve, inclusive, numa festa de aniversário da filha, no Hotel Tivoli, "uma briga interminável" durante a qual até vidros de viaturas foram quebrados.

O crime foi praticado por um grude três indivíduos supostamente contratados por um dos irmãos do ex-governador, que responde pelo nome de Florindo Ferraz dos Santos, alegadamente a troco de 25 mil dólares e cinco casas no projecto habitacional do Panguila.

Esta informação foi revelada pelo juiz-presidente da 4ª Secção de Crimes Comuns do Tribunal Provincial e Luanda, Adriano Baptista, ao proceder à leitura da pronúncia durante a audiência de julgamento realizada no passado dia 30 de Maio.

Para convencer o Florindo dos Santos a satisfazer o seu pedido, Zé Maria ter-lhe-á contado que a sua ex-namorada estava a criar-lhe alguns embaraços que poderiam prejudicar a sua carreira política, numa altura em que se encontrava em franca ascensão, tendo em conta que o Presidente da República lhe conferira a difícil missão de dirigir à capital do país.

O caso encontra-se em julgamento, estando detido o irmão do ex-governador Florindo Ferraz.

CASO JORGE VALÉRIO

Jéssica Coelho, 17 anos, passou a constar das páginas dos jornais, depois de ser acusada pela Polícia de ter mandado matar o seu namorado de 20 anos, Jorge Valério.

A ex-namorada do jovem Jorge Valério Coelho da Cruz "Tucho", assassinado no dia 29 de Setembro de 2012, foi apresentada à imprensa como a mandante da execução do seu antigo parceiro.

Esta informação foi avançada pela Direcção Nacional de Investigação Criminal, na altura em que foram apresentados os três presumíveis autores materiais do

homicídio, nomeadamente João Manuel Mateus "Teodoro Bate Nqo", Victor Nsumbo Valdemiro "Baía" e Manuel Daniel Lopes Lima "Bravo".

Motorista da família Coelho, coube a "Bravo" a contratação dos outros dois elementos a pedido de Jéssica, supostamente porque o ex-namorado possuía imagens em vídeo comprometedoras no telemóvel e que seriam enviadas ao seu pai.

A ideia inicial, de acordo com o que foi avançado pelo cúmplice, o motorista, era resgatar o telefone móvel de Tucho. Para tal, a jovem terá proposto oito mil dólares pela execução do serviço.

Depois de "Bravo" lhe ter apresentado os restantes cúmplices, num encontro para acerto de pormenores no bairro Cruzeiro, Jéssica terá dito a estes que a missão era mesmo executar o namorado.

"A Jéssica Coelho informou os comparsas que a missão seria eliminar fisicamente o seu namorado por aquele possuir no telefone móvel registos de imagens suas muito comprometedoras e que ameaçou enviá-las ao seu pai ou postá-las nas redes sociais", contou o comissário Eugénio Alexandre.

O caso Jéssica Coelho já se encontra em Tribunal. O julgamento pode iniciar-se a qualquer momento e a jovem está detida na cadeia de Viana.

CASO BARBÁRA NOGUEIRA

Recentemente, a sociedade luandense despertou para mais um crime de extrema violência, registado mais uma vez entre a classe média.

Bárbara Marise Menezes de Sá Nogueira, tratada carinhosamente pelos amigos por "Samora", de 38 anos, desapareceu no passado dia 30 de Maio, depois de ter deixado a filha Pérsia Alexandra Meneses de Sá Nogueira, de 11 anos, na escola.

Depois dirigiu-se à Filda para uma reunião com um cliente não identificado. O seu carro foi encontrado pela polícia nas imediações do local do crime, com a matrícula tapada.

Uma amiga, de nome Judith é a suposta mandante do sequestro. Segundo a polícia, terá ajudado a encontrar o corpo da bancária. O marido da vítima disse à imprensa que a própria amiga confessou o crime.

9.44 Criminalidade em Angola tenta aumentar

Jornal Independente
22 De Junho de 2013

Dados estatísticos referentes à criminalidade em Angola, indicam que há uma tendência de aumento de crimes, resultante de fatores de natureza económica e social, segundo o diretor do Gabinete de Estudos, Informações e Análise da Polícia Nacional, comissário Arnaldo Manuel Carlos. O oficial da PN que dissertava sobre a "Situação da criminalidade em Angola e medidas para o seu combate", durante as 1ª jornadas sobre segurança públicas, que decorre até sexta-feira na capital do país. O comissário Arnaldo Manuel Carlos caracterizou a situação delituosa em Angola como estando a ser fortemente marcada pela ocorrência de atos de violência familiar (homicídios voluntários, violações e ofensas corporais), atos de delinquência juvenil, crimes praticados com recurso a armas de fogo, crimes transfronteiriços (contrabando de mercadorias, droga e roubo de gado).

É de igual modo caracterizado, acrescentou, pela criminalidade associada aos constrangimentos socioeconómicos (crimes de ocasião - roubo de telemóveis), atos de ocupação ilegal de terrenos devido à apetência ao lucro fácil, atos de danificação das redes públicas de energia e água visando furto destes bens, bem como o crime organizado e o tráfico de droga. Referiu que a resposta policial concernente ao esclarecimento de crimes é razoável, no entanto, a eficácia da ação policial tem sido ofuscada ou beliscada por um certo aumento do sentimento de impunidade resultante de vários factores, como a falta de celeridade no julgamento e deficiências no sistema de reintegração social.

Realçou no entanto, que a redução da vulnerabilidade social é um factor fundamental para evitar o cometimento de delitos (prevenção social) e, por outro lado, a eficácia do processo de contenção do crime é fundamental para se evitar a impunidade. No domínio da sinistralidade rodoviária, apesar do árduo trabalho de prevenção e sensibilização dos automobilistas e peões, a situação dos acidentes de viação, é ainda preocupante ou mesmo dramática.

"Assim, uma melhor resposta policial passa necessariamente pelo conhecimento e resolução das causas e factores que desencadeiam a criminalidade, tendo em consideração que o crime é um fenómeno social o seu combate deve ser multisectorial", sublinhou. As 1ªs jornadas sobre Segurança Pública, decorreram no Palácio da Justiça, sob o lema «Para uma melhor segurança pública, mobilizemos esforços para a prevenção e combate à criminalidade», O

evento teve como objetivo geral, analisar o sistema de segurança pública no contexto actual, identificando as principais orientações constitucionais, as novas abordagens políticas e adequar às funções e estratégias de actuação de todos os órgãos que intervêm na prevenção da criminalidade.

Arnaldo Manuel Carlos defendeu que a definição de planos gerais de segurança pública, particularmente ao nível local, bem como de mecanismos de participação das comunidades nas acções concernentes à segurança pública, garantem maior nível de cooperação multisectorial na prevenção e combate a criminalidade.

O oficial da PN entende que a definição da política criminal do Estado, estabelecendo prioridades no combate à pequena e a grande criminalidade, assim como a revisão da legislação referente a organização da investigação criminal, também pode ajudar na intervenção pontual em todas as causas criminais. Salientou neste contexto, que é de igual modo necessário identificar os fatores que desencadeiam o crime e a insegurança, abordar os mecanismos de enfrentamento à criminalidade e a violência em Angola, bem como dar a conhecer a dimensão das responsabilidades das instâncias formais e informais do controlo do crime. Participaram ao evento, deputados, magistrados judiciais e do Ministério Público, membros do Executivo, delegados provinciais do Ministério do Interior, membros dos conselhos consultivos e técnicos dos Ministérios da Juventude e Desportos e Justiça e Direitos Humanos. Também marcaram presença líderes comunitários e de associações cívicas, ONGs, igrejas, docentes e discentes universitários, autoridades tradicionais, representantes do Instituto Nacional da Criança (INAC), associações juvenis e ordens profissionais.

9.45 Administrador e Segurança do Mercado 4 de fevereiro assassinados

Novo Jornal
28 De Junho de 2013

AFONSO DAVID e Domingos David, mortos por marginais, no dia 21 de Junho, no bairro Belo Monte, município de Cacuaco, foram a enterrar esta semana. O crime foi cometido por cinco marginais, que já se encontram detidos na divisão municipal de Cacuaco. A população aplaude a rapidez da polícia na investigação.

O crime ocorreu por volta das 15h18, no interior do mercado 4 de Fevereiro, quando um grupo composto

por seis marginais consumava um assalto. "Eles chegaram aqui às 15h00 todos armados e estavam a fazer confusão em quase todo o mercado. Ameaçavam todas as pessoas e todos aqueles que não queriam dar o que eles pretendiam eram espancados e ninguém podia fazer nada", recorda uma testemunha, acrescentando que é difícil ter polícias no mercado.

As vítimas mortais do assalto foram Afonso David, de 43 anos, administrador do mercado 4 de Fevereiro, e Domingos David, de 59 anos, segurança do espaço.

Helena Ngeve, vendedora naquela praça, disse que a confusão começou quando o grupo de jovens pretendia roubar valores na administração do mercado. "Aquilo aconteceu como nos filmes. Eles queriam roubar dinheiro na administração do mercado, um dos guardas apercebeu-se do roubo e efectuou disparos, um deles atingiu um dos bandidos no pé e foi aí que começaram os tiros. Os marginais fugiram, mas depois de 30 minutos regressaram para buscar o companheiro que ficou na posse na administração", relatou a fonte.

Questionada se os marginais conseguiram resgatar o companheiro, a fonte respondeu que sim. "Quando voltaram numa viatura de marca Mitsubishi, encontraram o administrador do mercado e o guarda a transportar o marginal atingido para a esquadra. Nessa altura, dispararam vários tiros contra o administrador e o guarda, que morreram momentos depois".

Uma fonte da divisão de Cacuaco que falou sob anonimato disse ao Novo Jornal que os presumíveis autores do crime já estão detidos. São Seis jovens, com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos, todos sem ocupação profissional.

Na posse dos suspeitos, foram encontradas e apreendidas cinco armas de fogo, do tipo AKM (com os números UB 6380, EP 266, AK 8172, 743142 e uma sem número), duas viaturas de marca Mitsubishi, modelo L200 cor preta, e um Toyota Starlet cor vermelha. As duas viaturas também foram roubadas no município de Viana.

De acordo ainda com as fontes, todos os jovens que foram detidos têm passagem pela polícia, dois por homicídio, três por roubo de carros e um por assalto a bancos.

Alguns populares do bairro do Belo Monte que falaram ao NJ (Novo Jornal) agradeceram a prontidão da Polícia da divisão de Cacuaco que, num tempo recorde, conseguiu deitar a mão aos marginais. "Está de parabéns a nossa Polícia de Investigação de

Cacuaco pela forma rápida como resolveram este assunto. Não tínhamos esperança que esses marginais fossem detidos, porque os que mataram os polícias e os dois militantes da UNITA continuam à solta. Pensámos que com estes aconteceria o mesmo, mas a nossa polícia mostrou um bom trabalho. É esta a polícia que queremos", aplaudem.

Os municípios do bairro aproveitam para pedir ao executivo a construção de uma esquadra para evitar situações do género. "Pedimos à polícia para construir uma esquadra no local, acho que se ela existisse, isso não aconteceria. Eles fizeram aqui muita confusão, se houvesse polícia teriam sido logo detidos e o crime seria evitado", alega a fonte, acrescentando que é necessário que se criem condições para os efectivos da polícia responderem às situações sempre com prontidão".

9.46 Secretário da UNITA apela ao fim da violência

Semanário Angolense
28 De Junho de 2013

Farto das «barreiras artificiais» que impedem a implantação da UNITA na província de Benguela, o Eng. Alberto Ngalanela, secretário local do segundo maior partido, foi ao encontro do governador Isaac Dos Anjos, faz hoje, 28, sete dias, dizer que as suas caravanas de mobilização têm sido alvo de emboscadas protagonizadas por gente afecta ao MPLA.

Naquele que foi o primeiro frente-a-frente entre Ngalanela e dos Anjos, ambos agrónomos, foram abordadas ao pormenor questões que enfermam a convivência entre o MPLA e a UNITA, com o primeiro a solicitar uma pronta intervenção do substituto de Armando da Cruz Neto.

«Tratámos, acima de tudo, de questões de segurança», resumiu o também deputado, que apontou a intolerância política, sobretudo no interior, para justificar o pedido da audiência.

Do governador de Benguela, que está há pouco mais de um mês no cargo, o Secretariado da UNITA espera orientações expressas aos administradores municipais e comunais, assim como aos coordenadores de zonas. «É uma situação que se verifica há bastante tempo», reforçou Ngalanela, que criticou sempre a «passividade» do antigo governador, hoje 10 secretário do Comité Provincial do MPLA, também por se ter mostrado «avesso» ao diálogo.

Mais do que a apresentação das queixas a Isaac Maria dos Anjos, o secretário provincial do «galo negro» tratou de solicitar que os responsáveis municipais e comunais tenham um tratamento inclusivo em relação a todos os partidos.

«Não queremos barreiras artificiais, como são os casos das emboscadas que acabam por dificultar a mobilização e a implantação política. É o que acontece em eventos nos municípios do interior», sustentou.

Alberto Ngalanela, que falava à saída do encontro, não poupou críticas ao que considera ser política de dois pesos e duas medidas, numa clara alusão à actuação da Polícia Nacional sempre que em situações de contencioso entre militantes dos dois partidos. «Pretendemos um tratamento à medida do Estado Democrático e de Direito», resumiu.

Na ponta final da conferência de imprensa, disse ter dado a conhecer ao mais alto mandatário da província que os créditos e as casas sociais são serviços para todos os cidadãos, independentemente da filiação partidária. «É preciso que jovens de outros partidos usufruam das oportunidades. Falámos também dos muitos ex-militares não inseridos na vida socioeconómica», concluiu. Consultados pelos jornalistas presentes, o governador Isaac dos Anjos disse que não pretendia tecer considerações.

9.47 Assaltos na Cidade do quilamba

Semanário Factual

29 De Junho a 06 de Julho

dos ladrões são provenientes das redondezas, mas segundo fontes policiais, alguns deles habitam no local ou se encontram a tomar conta de apartamentos de familiares.

A participação de supostos moradores nos crimes deve-se ao facto de muita gente, sem perfil idóneo, ter conseguido falsas declarações de serviço, pois os mesmos vivem de negócios ilícitos, ou de outros esquemas desonestos. O Factual tomou nota da prática de venda de bolinhos e refrigerantes em alguns apartamentos próximos aos estabelecimentos escolares.

A candonga registada na venda das casas do Kilamba está na origem do actual quadro de insegurança que se verifica nesta cidade. Inicialmente projectada para pessoas de renda média, a urbe foi invadida por gente desprovida de hábitos e costumes para viver em apartamentos. Tanto é assim, que alguns tentaram levar os cães rafeiros, o pilau, assim como alguns

utensílios impróprios para serem usados em moradias verticais.

os últimos dez dias, foram roubados diversos carros e motorizadas, assim como várias pessoas foram assaltadas por marginais. Em todos os actos, as acções foram realizadas com recurso a armas de fogo de diversos calibres.

Moradores e agentes da Polícia Nacional, destacados nesta urbe, acreditam, cada vez mais, na hipótese de haver residentes do Kilamba implicados nesses crimes.

Uma das razões apontadas prende-se com o facto de existirem muitos jovens adultos desocupados e pertencentes a famílias muito carentes, sem capacidade financeira para viverem naquele espaço.

10. AMBIENTE

10.1 ADR A analisa efeitos da seca e aponta saídas

Semanário Angolenseida
01 De Junho de 2013

O Conselho Directivo da ADRA reuniu-se em sessão ordinária aos 25 de Maio de 2013, num encontro em que analisou o contexto do país quanto aos efeitos da seca, dinâmicas da sociedade civil e da governação.

Na sua reunião de cúpula, fez ainda o ponto de situação sobre a aquisição do estatuto de utilidade pública para a ADRA, aprovou a admissão de novos membros e tomou conhecimento das acções e processos dos seus órgãos executivos e da participação do seu presidente em dois seminários, que versaram sobre «Sociedade Civil em Angola e o seu papel e influência nas instituições do Estado, no contexto dos imensos recursos naturais à disposição do Governo de Angola», eventos organizados pelo Grupo África da Suécia (GAS) em parceria com o NAI – Nordic África Instituto.

Sobre os efeitos da seca e estiagem no Sul de Angola, o Conselho Directivo da ADRA deplora a situação de emergência em que as populações estão expostas, lamentando o facto de não se ter tomado em conta os alertas lançados há mais de um ano por líderes religiosos e Organizações da Sociedade Civil (OSC) no sul de Angola.

Os efeitos da seca e da estiagem fazem-se sentir de múltiplas e diferenciadas formas nos agricultores e criadores de gado; nas mulheres, crianças, jovens e idosos; no mercado de alimentos; no sistema de saúde e de educação escolar. Assim sendo, para a ADRA, a distribuição de alimentos às populações deve ser tão-somente uma das variadas respostas requeridas.

Neste sentido, o seu Conselho Directivo manifesta-se aberto a partilhar a experiência da organização no que diz respeito à promoção de culturas agrícolas alternativas e resistentes à seca e de comercialização, assim como a transferência de subsídios financeiros às populações em particular aos grupos mais vulneráveis - feita em parceria com o MINARS e o UNI- CEF, ao nível local (municípios e províncias) no Sul de Angola.

A região semiárida do sul de Angola é ecologicamente frágil, propícia à ocorrência de secas cíclicas. Visto deste modo, a questão central, segundo a instituição, estará na prevenção dos efeitos da seca,

com base numa planificação local proactiva, regional ou nacional, que leve em conta a probabilidade de secas e estiagens e os mecanismos endógenos de maneio que as populações desenvolveram ao longo dos séculos, ao lidar com esta realidade ambiental.

Numa outra vertente não menos importante, o Conselho Directivo da ADRA lamenta que, depois das experiências menos bem-sucedidas em algumas províncias no passado, se insista no método de desalojamentos forçados das populações em zonas suburbanas e fora do quadro estabelecido pela lei vigente, sem diálogo antecipado com as populações e sem que estejam criadas condições alternativas de habitação para a sua acomodação

10.2 Alerta “vermelho” nos Gambos

Semanário Agora
01 De Junho de 2013

O rio Caculuar, afluente do Cunene, está a secar e as suas águas já não correm leito abaixo.

Quando chegam próximo das povoações de Viriambundo e Quihita desaparecem na areia, dando lugar a pequenas lagoas que, por sua vez, também, entraram num rápido processo de evaporação.

É no município dos Gambos onde desaparecimento do rio periga a população por ser a sua principal fonte de abastecimento.

choveu pouco nos últimos três anos, e por isso, escasseia o pasto para o gado bovino que é a principal riqueza dos nativos. E tudo se agrava com a pressão exercida pelo gado dos nómadas do Curoca (norte da província do Cunene) sobre o pouco capim seco que ainda sobra.

Receando que os animais venham a morrer em série, alguns criadores têm praticado o abate, vendendo a carne no mercado informal a preços baixos, podendo um quilograma custar 300 kwanzas, contra 500 na cidade do Lubango e 1800 em Luanda.

A população teme o pior já que a época das chuvas na região apenas ocorre a partir da segunda quinzena de Outubro. Por esta altura, as cacimbas e furos de água subterrânea, que deviam ser uma alternativa secaram. "A nossa vida é uma incógnita", refere Gabriel, um homem de quase meia idade.

Na vila do Chiange, sede do município dos Gambos, existe apenas uma cacimba escavada no leito de um riacho intermitente que passa ao lado. É ali onde um líquido esbranquiçado é disputado para consumo,

lavagem de vestuário e do corpo, bem como para o abeberamento do gado.

A água imprópria para consumo provocou em Abril último um surto de cólera que matou muita gente, tendo as estatísticas oficiais avançado que a epidemia fez apenas 14 vítimas mortais.

"Os nossos quimbos estão dispersos pela mata e é difícil nestas circunstâncias fazer uma avaliação exacta da tragédia da cólera que afectou a população. O mesmo ocorre neste momento com a seca e a fome, sendo necessário fazermos um diagnóstico com ajuda do Governo e das autoridades tradicionais para se saber a magnitude dos problemas existentes e encontrar em conjunto uma saída", disse José Munhonhe, um velho habitante do Chiange.

Munhonhe é comerciante e acha que a população, na sua maioria criadora de gado, deve ser sensibilizada para utilizar o gado como moeda de troca com outros produtos de que necessita. Para ele, muitas vezes por razões culturais, os nativos mesmo na aflição não largam o seu boi para resolver problemas imediatos, preferindo vê-lo morrer sem água e sem pasto.

E quando assim ocorre, sem água nem capim, das vacas também não se deve extrair leite que é um dos principais alimentos dos nhanecas (grupo etnolinguístico que habita não só a Huíla, mas também boa parte do Cunene e Namibe).

Comércio rural

A tese que dá conta da necessidade da permuta do gado com outros produtos do campo foi igualmente defendida recentemente pelo governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, para quem "os proprietários das manadas, que não são poucos, devem ter a cultura de comercializar os animais e adquirir outros bens para diversificar a sua dieta alimentar e das suas famílias'.

No entender do governador, não se justifica que famílias com grandes quantidades de bovinos padeçam de fome, sob pretexto de que os animais são para as gerações vindouras, ou por questões tradicionais.

E as trocas comerciais a que se referiu poderiam ser feitas em parceria com os camponeses e comerciantes dos municípios do norte e leste da província, pouco afectados pela estiagem e que são potenciais no cultivo de cereais, frutos e tubérculos.

O município dos Gambos pode concorrer com a produção de carne e derivados, podendo tornar-se rapidamente, neste domínio, num dos maiores fornecedores de perecíveis da província e do país,

segundo ainda o governador que, ao mesmo tempo, defendeu a necessidade dos empresários da província investirem na abertura de estabelecimentos comerciais, principalmente na sede municipal de Chiange, visando impulsionar as trocas entre a cidade e o campo.

No Chiange, os repórteres do Agora depararam-se com um ambiente monótono. A olho nu, pode aferir-se que a localidade está ainda longe, muito longe do progresso. Não há lojas nem espaços de diversão para a juventude. As ruas, por sinal desertas, clamam por asfaltagem e o mercado informal, praticamente às moscas, tem que ser dinamizado. Neste último aspecto há uma luz no fundo do túnel por ter iniciado a construção do novo mercado no âmbito dos investimentos públicos.

"Ainda que seja erguido um mercado novo, os resultados preconizados não serão alcançados a breve trecho porque a população tem gado, mas não tem dinheiro. Tem que haver um exercício para mudar o pensamento dessa gente. Tem que ser feito muito trabalho para convencer as pessoas, fazendo com que não olhem só para o gado como a única esperança para as suas vidas", sublinhou José Munhonhe, entendendo que para lá do gado, os nativos tem que ser educados também na vertente da necessidade da diversificação das fontes de rendimento familiar, com aposta séria no cultivo de produtos.

Agricultura possível

No Chiange, boa parte dos jovens entre 18 a 35 anos deambulam nas ruas sem qualquer tipo de ocupação.

Mesmo aqueles que concluem a 12ª classe acabam por ficar sem emprego e sem condições para continuar os estudos na cidade do Lubango.

José, 25 anos, filho de um antigo comissário (agora administrador) municipal deu-nos conta que o 'modus vivendi' da população tende a ficar cada vez pior, e por causa do desespero, o refúgio dos jovens tem sido o consumo exagerado de bebidas alcoólicas.

"A frustração tomou conta de muita gente", denunciou Domingos Nelson, 21 anos, vendedor de carne no mercado local. Disse ainda que, este ano, não estuda por causa dos problemas, recusando, porém, enumerá-los.

Reconhecendo que "vender não é trabalho", Nelson disse que o melhor seria aumentar o seu nível académico e encontrar um emprego que lhe garanta o indispensável para viver com a família sem sobressaltos, vendo na agricultura uma alternativa viável.

Mas, como pode a agricultura prosperar numa região tão árida? A resposta é categórica: "Se temos fazendeiros que construíram nas suas fazendas represas para acumular água das chuvas por longos períodos de seca, o governo também pode fazer o mesmo, mas também intensificar a instalação e utilização de sondas de bombagem de água do lençol freático com recurso a energia solar".

Com água das chuvas acumulada nas 'chimpanças' e captada do subsolo, pensa-se cultivar batata-doce e mandioca, principalmente. A partir daí, estariam abertas as portas para absorver a força de trabalho de jovens desocupados que nada fazem senão engrossar a legião de alcoólicos, com todos os danos para a saúde disso resultantes.

A batata doce, a mandioca o massango e a massambala juntar-se-iam ao leite azedo muito apreciados nestas paragens.

Outros flagelados

Na Huíla, a seca e a fome atingem também a população do município da Matala, onde a estiagem prejudicou seriamente as culturas de milho, feijão, soja e batata-rena só para falar destes produtos.

Em face disso, as autoridades traçaram um programa de ajuda alimentar para acudir um universo de 13 mil famílias afectadas.

O administrador municipal, paiva vicente, disse que as localidades de Kalumbiga e Quiteve, na comuna do Mulondo são as mais flageladas, havendo necessidade de mobilização de recursos para enfrentar o problema. "Tem que se fazer um grande esforço porque a população é pobre e nem sequer tem dinheiro para comprar os alimentos de que carece", referiu o administrador, acrescentando que prossegue o cadastramento para se saber, na realidade, quantos estão afectados pela fome.

Já nos Gambos, onde se estima haver pouco mais de 120 mil afectados, o soba do Tyipeio, Pedro Kakuchitua, manifestou-se satisfeito com a entrega pelo Governo de 15 toneladas de alimentos incluindo fuba de milho, arroz e óleo alimentar. Porém, entende que para além das ajudas, deve ser priorizada a instalação de uma central de captação de água e a reparação da estrada de ligação à sede municipal.

Aos esforços governamentais para acudir a população flagelada pela seca e pela fome juntam-se também, aos poucos, iniciativas privadas com a entrega de donativos compostos principalmente por alimentos e medicamentos.

A sede dos Gambos está localizada à 140 quilómetros a sul da cidade do Lubango, e é para lá onde, nos últimos dias, convergem as atenções do governo provincial da Huíla. Mas dada a magnitude do problema, o executivo provincial deverá marchar depressa para evitar-se o pior nos próximos tempos.

E no Lubango'?

A falta de água potável também faz-se sentir na própria cidade do Lubango, onde a população tem que recorrer invariavelmente aos camiões cisternas e aos poucos furos que ainda resistem a seca.

O programa de abastecimento de água que estava em curso à luz dos investimentos públicos, atingiu alguns bairros periféricos ainda no exercício do anterior governador Issac dos Anjos, mas não jorra nas torneiras.

O mesmo ocorre com a energia eléctrica que regista muitas falhas no período nocturno. As razões apontadas, para além do abaixamento do nível da albufeira, os equipamentos da barragem hidroeléctrica da Matala estão obsoletos e há muito reclamam por reforma.

Instado pelo Agora a pronunciar-se sobre os vários programas em andamento para 'salvar' a população do caos, o Gabinete de estudos, planeamento e Estatística do governo provincial, não 'tugiu' nem 'mugiu.', sob pretexto de que o seu director é novo, estando, por isso, a inteirar-se dos dossiês para depois 'atacar'. E esta evasiva de arrumar a casa alarga-se também a outros responsáveis do executivo provincial recentemente nomeados pelo EDIL da Huíla, Marcelino Tyipingue ele próprio também manifestou indisponibilidade de falar ao Agora quando pretendíamos ouvir dele os últimos desenvolvimentos da acção governativa nos vários domínios.

Entretanto, quanto a água, a solução apontada pelos munícipes passa pela construção de grandes reservatórios para a captação das águas pluviais, capazes de suportar longos períodos de seca.

"A pressão da água da Nossa Senhora do Monte reduziu consideravelmente. Se as chuvas não caírem cedo, estaremos entregues ao Deus dará", teme uma dona de casa do bairro da Laje. Esta preocupação não é para menos e conforma o alerta 'vermelho' em que a Huíla, a exemplo do Cunene, está mergulhada.

10.3 Seca e Fome na Huila

Jornal Angolense
01 De Junho 2013

O rio Caculovar, afluente do Cunene, está a secar e as suas águas já não correm leito abaixo. Quando chegam próximo das povoações de Viriam bundoe Quihita desaparecem na areia, dando lugar a pequenas lagoas que, por sua vez, também, entraram num rápido processo de evaporação. É no município dos Gambos onde desaparecimento do rio periga a população por ser a sua principal fonte de abastecimento. Choveu pouco nos últimos três anos, e por isso, escasseia o pasto para o gado bovino que é a principal riqueza dos nativos. E tudo se agrava com a pressão exercida pelo gado dos nómadas do Curoca (norte da província do Cunene) sobre o pouco capim seco que ainda sobra. Receando que os animais venham a morrer em série, alguns criadores têm praticado o abate, vendendo a carne no mercado informal a preços baixos, podendo um quilograma custar 300 kwanzas, contra 500 na cidade do Lubango e 1800 em Luanda.

A população teme o pior já que a época das chuvas na região apenas ocorre a partir da segunda quinzena de Outubro. Por esta altura, as cacimbas e furos de água subterrânea, que deviam ser uma alternativa secaram. "A nossa vida é uma incógnita", refere Gabriel, um homem de quase meiaidade. Na vila do Chiange, sede do município dos Gambos, existe apenas uma cacimba escavada no leito de um riacho intermitente que passa ao lado. É ali onde um líquido esbranquiçado é disputado para consumo, lavagem de vestuário e do corpo, bem como para o abeberamento do gado.

A água imprópria para consumo provocou em Abril último um surto de cólera que matou muita gente, tendo as estatísticas oficiais avançado que a epidemia fez apenas 14 vítimas mortais. "Os nossos quiambos estão dispersos pela mata e é difícil nestas circunstâncias fazer uma avaliação exata da tragédia da cólera que afectou a população. O mesmo ocorre neste momento com a seca e a fome, sendo necessário fazermos um dia- gnóstico com ajuda do Governo e das autoridades tradicionais para se saber a magnitude dos problemas existentes e encontrar em conjunto uma saída", disse José Munhonhe, um velho habitante do Chiange.

Munhonhe é comerciante e acha que a população, na sua maioria criadora de gado, deve ser sensibilizada para utilizar o gado como moeda de troca com outros produtos de que necessita. Para ele, muitas vezes por razões culturais, os nativos mesmo na aflição não largam o seu boi para resolver

problemas imediatos, preferindo vê-lo morrer sem água e sem pasto.

E quando assim ocorre, sem água nem capim, das vacas também não se deve extrair leite que é um dos principais alimentos dos nhanecas (grupo etnolinguístico que habita não só a Huila, mas também boa parte do Cunene e Namibe).

A tese que dá conta da necessidade da permuta do gado com outros produtos do campo foi igualmente defendida recentemente pelo governador provincial da Huila, João Marcelino Typinge, para quem "os proprietários das manadas, que não são poucos, devem ter a cultura de comercio.

10.4 Mais de 30 mil famílias camponesas afectadas pela estiagem

Semanário Continente
07 De Junho de 2013

A fonte relata que para além da seca, associa-se igualmente o "conflito homem/animal" (elefantes, hipopótamos, javalis, rinocerontes) que invadem as poucas culturas "sobreviventes" como a mandioca, batata-doce, incluindo casas e/ou aldeias.

Em função desta realidade preocupante, a população local receia pela fome, perda de culturas, seca de pontos de água (poços, lagoas, lagos, riachos, rios), com a redução de produtividade primária na zona costeira de Cubango, afectando negativamente a pesca, redução de áreas de pastagem, subida de preços dos produtos agrícolas e de primeira necessidade, perda de vidas humanas e animais, perda da biodiversidade e eclosão de doenças. O abandono escolar e absentismo laboral nos próximos tempos constituem um dos problemas por enfrentar, daí que as famílias camponesas clamam por ajuda alimentar e outros apoios do Governo e seus parceiros sociais.

Entretanto, as autoridades locais elaboraram já um plano de contingência para acudir as populações, aguardando pela pronta intervenção dos Serviços de Protecção Civil e seus parceiros sociais, numa altura em que através da Cáritas de Angola, a MBACKITA lançou igualmente uma campanha nacional de solidariedade para apoiar os afectados nos municípios do interior.

10.5 Técnicos do Ministério avaliam efeitos da seca

Jornal de Angola

07 De Junho de 2013

Um grupo de técnicos do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pescas e Ambiente está desde segunda-feira na Huíla para avaliar os efeitos da seca e encontrar formas de apoiar as vítimas com equipamentos agrícolas e sementes.

O director da Agricultura na Huíla disse que "a viabilidade dos métodos de apoio à população, com bens alimentares e equipamentos de trabalho, é dos assuntos a serem tratados pela equipa técnica. Lutem Campos afirmou que os técnicos analisam com os responsáveis das Administrações Municipais dos Gambos e dos Dembos formas de serem canalizados mais apoios alimentares e instrumentos de trabalho, às vítimas da seca.

O Governo Provincial decidiu reabilitar e construir chimpacas para a retenção de água para o consumo de gado e furos para permitir o consumo da população.

Lutero Campos anunciou a chegada à província da Huíla, nos próximos dias, de fertilizantes e instrumentos de trabalho para a próxima campanha agrícola.

10.6 A resposta do Governo é lenta por falta de um plano de contingência

Semanário AGORA

08 De Junho de 2013

Como o padre avalia o problema

da seca e da fome nos Gambos?

Em primeiro lugar, devo dizer que fenómeno da seca afecta os mucubais, mundibas, vatchavicua, vakuroca e vahakavonas (subgrupo dos hereros), portanto uma grande comunidade de pessoas que habita as províncias do Cunene, Namibe e Huíla. Todavia, avaliando o problema, podemos aferir que a situação, particularmente nos Gambos, é crítica.

poderia explicar-se melhor?

Quando há uma crise e as comunidades não encontram soluções o desespero é maior. Esta é uma seca que se arrasta há mais de dois anos e na verdade, nesta região, as secas são cíclicas e ocorrem num intervalo de sete em sete, ou de cinco em cinco anos.

Em 2008, por exemplo, houve já uma seca aguda que também provocou fome e outros efeitos colaterais como a cólera. Desta vez, a fome atingiu a chamada região da Chela, que abrange desde Chongoroi (Benguela), Quilengues (Huíla) e a parte oeste do município do Lubango, Humpata, Chibia e Gambos e o município do Curoca (no Cunene). Esta é a zona de maior incidência da seca e da fome.

Qual é o universo de pessoas afectadas, particularmente na região da sua arquidiocese?

Não sabemos, pois ainda não foi feito um levantamento exacto da presente situação nem sequer temos o número de afectados nos Gambos. porém, entre Abril e Março do ano passado, o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) fez um diagnóstico, dando conta da existência de pelo menos 533 mil crianças menores de cinco anos, do sul e sudeste do país, que poderiam ser afectadas pela desnutrição em função da estiagem. No entanto, as estatísticas apresentadas pelo governador indicam que só na Huíla estima-se que 830 mil pessoas estejam afectadas pela fome. Verificamos que a situação inspira muitos cuidados, ou melhor, é mesmo crítica, nos Gambos.

Mas fala-se em 120 mil afectados?

De forma aleatória podemos falar em 153 mil, que é a população do município dos Gambos, que recebe apoios irrisórios e esporádicos de 20 a 30 toneladas de alimentos. Soubemos que já estão a morrer pessoas.

Quando o ano é de fome, tudo é possível, mas temos apenas connosco o conhecimento de que 14 pessoas morreram em Abril por causa da maka da cólera, resultante da falta de água potável e do saneamento básico.

As autoridades indicam que tudo está a ser feito para acudir as comunidades afectadas por esta calamidade?

A resposta do Governo é extremamente lenta porque não há um plano de contingência multisectorial. Em todas as regiões devia haver uma equipa de socorristas, pilotos, bancos de sangue, ambulâncias, aviões para uma intervenção pontual em caso de necessidade. Só para citar um exemplo, na Itália, aquando da erupção vulcânica ocorrida na região da Sicília, um grupo como o que citei entrou imediatamente em acção. Aqui no nosso país sabemos que a seca no sul ocorre em determinados intervalos de tempo, mas nunca há respostas pontuais. Desde 2008 a esta parte podemos dizer que há seca nesta região e não vemos nenhuma resposta

digna de registo. Notamos que a população está abandonada.

Portanto, acha que o esforço do Governo é uma gota no oceano?

Exactamente! Muita burocracia, questões de disciplina partidária, falta de iniciativa só para ilustrar, impedem que se preste apoio da forma mais dinâmica possível à população afectada pela fome. Temos muitos indivíduos à frente das administrações extremamente limitados, portanto, estão com as mãos atadas e muito distancia dos da dimensão da presente crise. Daí que me pareça que enquanto persistir a lentidão, a resposta será ainda mais lenta.

No meio disto tudo, qual tem sido papel da vossa diocese?

Associamo-nos aos esforços da Igreja Católica através da Cáritas, que está empenhada em socorrer os mais vulneráveis, como mulheres grávidas, crianças e velhos, dando-lhes o mínimo de alimentos. Ao nível da CEAST (Conferência Episcopal de Angola e São Tomé) também foi lançada uma campanha para que todas as paróquias entrem em acção. Nas paróquias de Caconda, Chicomba, Caluquembe e Chipindo, estão a ser criadas condições para que cada cristão faça a sua parte em benefício das populações afectadas pela crise nos Gambos. Concretamente, ao nível da nossa paróquia lançámos uma campanha na internet 'Mão na mão apoia luta contra a fome nos Gambos', visando criar sinergias para apoiar todo esse processo. Com o Ministério da Assistência e Reinserção Social pretendemos avançar com o programa 'Comida pelo Trabalho'.

Como funcionará este programa?

O nosso objectivo é transformar cada capela em espaço de produção, com uma horta onde seja possível cultivar espécies de ciclo curto, como batata e mandioca, bem como couve, tomate e cebola. Esta iniciativa será levada a cabo nas paróquias situadas próximo das fontes de água, ou seja, serão abertos furos com o apoio do Governo e instaladas sondas com capacidade de bombear água para as plantações.

Mudando de assunto, como caracteriza o desenvolvimento social e económico do nosso país?

Começaria por falar da agricultura, por ser um sector que, se bem gerido, pode contribuir em grande medida para acudir o problema da falta de alimentos no nosso país.

Portanto, a esse nível o Governo prefere investir em projectos de elite que apenas impulsionam as importações. Nunca permitiram que o camponês cultive e crie excedente.

A sua resposta poderia ser melhor clarificada?

O agro-negócio, ou seja, a existência de projectos limitados como Aldeia Nova, Nosso Super, entre outros, são clichés para toldar os incautos e adiar cada vez mais a produção do camponês. E a produção do camponês com subsídios do Estado é a saída para a crise. No Botswana existe um banco para apoiar a produção familiar. A exemplo desse país, onde a maior parte das fazendas tem cerca de 98% do gado gentio, por que o nosso Governo não cria também um banco para apoiar a produção tradicional de bovinos?

Mas foi a pensar na descolagem do sector agro-pecuário que o Executivo criou

o Banco de Desenvolvimento Angolano (BDA).

Quais são as estruturas intermédias que fazem a ponte entre o camponês e o banco? É muito complicado na medida em que os poucos dinheiros vão sendo 'abocanhados' pelos empresários 'eleitos' que estão nesses grandes projectos limitados a que já me referi. Portanto, são sempre as mesmas figuras, as mesmas pessoas beneficiárias do dinheiro que devia ser colocado à disposição daqueles que de facto podem produzir para o mercado interno e criar excedentes para exportar.

Tem-se falado em avanços no crescimento económico, com indicadores a traduzir que o nosso país é um dos que mais cresce no continente e no mundo.

No meu ver, não houve grandes avanços. Não houve uma resposta significativa às promessas eleitorais. Só para ilustrar, no domínio do ensino, a reforma educativa continua a mutilar as crianças. A formação de base é muito débil. Portanto, o ensino não melhorou.

O senhor padre tem algumas sugestões para inverter esse quadro?

É preciso que haja a reforma da reforma educativa.

Também tem sido muito crítico quanto à democracia e liberdades.

A democracia anda a duas velocidades. Permita-me dizer que temos a democracia de Luanda, com uma certa visibilidade, e das províncias bem como dos municípios, comunas e aldeias com uma outra

dinâmica. Veja-se, por exemplo, cá na Huíla os municípios a sul e a leste da província, como Quipungo, Chibia e Gambos são reserva do partido no poder. É aqui onde agentes dos serviços secretos mais se evidenciam e andam à caça das pessoas que falam.

Já foi alvo de perseguição?

Os leigos com os quais trabalho têm tido muitas dificuldades no exercício das suas funções.

À frente da Associação Construindo comunidades (ACC) há pouco mais de uma década que balanço se lhe oferece fazer?

Penso que ao longo dos anos, ou melhor, desde os anos 90, a ACC tem cumprido o seu papel na sensibilização das comunidades para reconhecer os seus direitos. Consta que o seu posicionamento

à frente da Associação nunca foi bem visto por incitar a confrontos entre a população e os fazendeiros.

Não vejo as coisas neste prisma.

O que a ACC já fez e continua a fazer é despertar as consciências dos líderes comunitários para que a população reconheça por si mesma quais as suas obrigações e direitos. De um modo geral, contribuimos para que a população reconheça e defenda os seus direitos com conhecimento de causa.

Se diz que as pessoas que consigo trabalham são perseguidas não teme da sua parte o pior?

Não temo represálias de forma alguma. De facto, já passei por momentos muito delicados, como quando denunciámos a violação de menores numa das fazendas nos Gambos. Na sequência disso tive muitos problemas que já não importa recordar. Foram muitos os problemas que atravessámos.

Como foram ultrapassados?

Tive de me 'refugiar' no estrangeiro (risos). Mas esse meu 'desterro' em Inglaterra valeu a pena porque acabei por aproveitar o momento para fazer um mestrado em Estudos de Paz e Gestão de Conflitos.

Mas ainda assim há quem diga que o senhor aia mais conflitos do que resolve.

Exactamente! Na verdade, tenho observado que crio mais conflitos do que resolvo porque as pessoas não querem que toque em assuntos sensíveis que têm que ver com a nossa vida.

Como consegue conciliar as suas funções na Arquidiocese dos Gambos e a docência no Instituto Superior de Ciências de Educação?

Como sabem, também sou professor no ISCED desde 2011 mas tenho estado a verificar que o melhor mesmo será apostar num ensino muito pragmático a exemplo do Instituto de Ciências Religiosas (ICRA) em Luanda. Já não me conforta dar aulas no ISCED, quero enveredar por uma instituição com um ramo para educadores sociais e cursos básicos de pecuária e agricultura e construção civil, porque o país ainda não está reconstruído.

10.7 Mais apoio as para vítimas das chuvas

Jornal de Angola

09 De Junho de 2013

Cerca de 820 pessoas afectadas pelas chuvas, no bairro Kalandanda, arredores do município do Luau, receberam quinta-feira bens alimentares da direcção provincial da Assistência e Reinserção Social do Moxico.

O director municipal da Assistência e Reinserção Social, Atanas Cajila, disse à agência Angop que o lote de produtos incluía arroz, óleo alimentar, feijão, farinha de milho e sabão.

A Administração Municipal do Luau vai ceder proximamente terrenos e chapas para a construção em áreas mais seguras.

Os responsáveis administrativos manifestaram-se igualmente preocupados com os efeitos das fortes chuvas que causaram o aparecimento de uma ravina, que ameaça destruir diversas casas construídas em zonas de risco, caso não se faça uma intervenção de emergência.

Neste momento, as autoridades locais têm desenvolvido acções de sensibilização para que os habitantes evitem construir em locais de risco. O município do Luau tem uma população estimada em mais de 70 mil habitantes.

10.8 Serviços Meteorológicos adoptam normas

Jornal de Angola

13 De Junho de 2013

O Instituto Nacional de Meteorologia (INAMET) começou em 2012 o processo destinado a adoptar um sistema de gestão de qualidade baseado na

Norma ISO 9001 de 2008, recomendada pelos órgãos reitores da meteorologia mundial e pela Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO).

O director nacional do INAMET, Benjamim Domingos, disse ao Jornal de Angola que com o desenvolvimento e a aplicação do sistema de gestão de qualidade pretende-se criar condições para que o sector cumpra os requisitos e, deste modo, possa ser certificado usando ferramentas da norma como apoio à melhoria da sua organização administrativa e técnica.

O director nacional do INAMET referiu também que o processo está em fase de finalização e tem agora a Auditoria da Certificação da primeira fase marcada para os dias 17 a 19 de Junho.

Nesta fase, os estudos centraram-se no departamento de vigilância de meteorologia, que realizou a operação e a manutenção das estações das cidades de Luanda, Benguela, Lubango, Huambo, Ondjiva e Luena.

O projecto compreende o Centro Nacional de Previsão de Tempo, o Centro de Previsão para fins aeronáuticos e as Estações Meteorológicas para apoio aeronáutico das cinco províncias.

As operações efectuadas durante esta fase englobam a substituição dos sensores avariados e a calibração dos sensores através de uma estação móvel de calibração que serviu de estação de referência, indicou o responsável do INAMET.

Benjamim Domingos notou que INAMET, enquanto prestador de serviços meteorológicos à aeronáutica em Angola, tem de assegurar, com os níveis internacionais de qualidade padronizados, todos os serviços e produtos meteorológicos necessários de informação de voo de Luanda.

A informação do INAMET serve para apoiar o planeamento, segurança e rentabilidade dos voos e sobre voos sobre o território angolano, o que inclui as operações de aterragem e de descolagem nos aeródromos de Angola e o percurso ao longo do espaço aéreo territorial.

O processo começou em Novembro passado, quando o INAMET fez um trabalho de reorganização do Centro Nacional de Previsão de Tempo e da Estação Meteorológica Principal de Luanda.

"Com este processo contínuo, o INAMET pretende garantir que as observações e as suas previsões meteorológicas para apoio à aeronáutica e vigilância meteorológica se processem de um modo contínuo

nas 24 horas do dia e se garanta apoio meteorológico nas rotas de voos e sobrevoos", garantiu.

A curto prazo, espera-se que o projecto gere um impacto positivo na qualidade do serviço prestado à aviação civil, com uma nova cobertura de previsões meteorológicas para os aeródromos das cinco províncias, assim como na segurança aérea, apoio à eficiência dos voos e sobre o ponto de vista económico da informação regional.

10.9 Apreendidas Grandes quantidades de carvão

Jornal de Angola

14 De Junho de 2013

Mais de 35 toneladas de carvão foram apreendidas na periferia da cidade de Menongue, durante uma operação de rotina dos fiscais florestais em coordenação com efectivos da Polícia Nacional revelou ao Jornal de Angola, o chefe do Departamento do Ambiente no Kuando-Kubango, Júlio Bravo.

A operação foi desencadeada ao longo da estrada entre Menongue e Cuito Cuanavale, onde muitos madeireiros furtivos se dedicam ao abate de árvores para a produção de carvão, o que está a contribuir para a desertificação acentuada da região.

Júlio Bravo referiu que os produtores de carvão são incentivados por camionistas: "temos informações de que camionistas e comerciantes mandam confeccionar grandes quantidades de carvão e no dia combinado aparecem com camiões, pagando entre 300 a 500 kwanzas o saco", sublinhou o responsável do Ambiente no Kuando-Kubango.

O carvão tem como destino a cidade de Luanda, onde cada saco lega a ser vendido a cinco mil Kwanzas, acrescentou Júlio Bravo. Os especialistas do Ambiente também estão preocupados com as queimadas feitas por camponeses, criadores de gado e produtores de carvão, pondo em causa as futuras gerações. "Nunca se sabe quem são os autores das queimadas", reconheceu Júlio Bravo, defendendo a sensibilização e educação das comunidades para os problemas que estas práticas acarretam a curto, médio e longo prazo. Explicou que quer as queimadas e o abate indiscriminado de árvores e de animais é uma prática secular, que se prolongou durante a guerra, afectando a biodiversidade com reflexos muito negativos na vida humana. "Precisamos das florestas para a produção de oxigénio que garante a existência humana e das espécies animais", sublinhou Júlio Bravo, defendendo

a formação contínua de fiscais florestais, para combater os permanentes "atentados à natureza".

Exploração de inertes

O responsável do Ambiente no Kuando-Kubango reconheceu a existência de muitas empresas de construção e de exploração de inertes que não respeitam todos os parâmetros de impacto ambiental, advertindo que podem pagar avultadas multas.

Júlio Bravo disse que o seu departamento carece de meios técnicos para fazer a cobertura total do vasto território do Kuando-Kubango e pediu aos homens de negócios e à população para terem uma conduta honesta e deixarem de lapidar os recursos naturais.

O Departamento do Ambiente, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Floresta (IDF), plantou este ano na cidade de Menongue mais de 15 mil árvores, para contribuir para o equilíbrio ambiental, explicou. Questionado sobre a ornamentação, salientou que "ainda é prematuro falar de espaços verdes, visto que a nossa cidade está a ser requalificada".

O chefe do Departamento do Ambiente revelou que estão a ser desenvolvidas acções de sensibilização junto das populações, escolas, igrejas e quartéis para a criação de jardins e campanhas de limpeza nas zonas urbanas e suburbanas.

10.10 Programa reduz impacto da desertificação

Jornal de Angola
19 De Junho de 2013

O Executivo tem em execução um programa de acção nacional de combate à desertificação, com o objectivo de realizar actividades que visam atenuar o impacto da desflorestação no país.

De acordo com uma nota do Ministério do Ambiente, divulgada ontem a propósito do Dia Mundial de Combate à Desertificação, estima-se que 31 por cento do território nacional seja susceptível à desertificação, principalmente as regiões de clima semi-árido e sub-húmido seco, localizadas ao longo da orla costeira, zonas de exploração mineira e áreas de elevada exploração da cobertura florestal e de grande concentração de efectivos pecuários.

"Conservando as terras semi-áridas podemos proteger fontes essenciais de água, promover a produção, segurança alimentar e reduzir a pobreza no país", frisa a nota.

O Ministério do Ambiente exorta a população, organizações sociais, grupos técnicos, entre outras agremiações da sociedade, no sentido de preservarem melhor os recursos hídricos do país, por haver uma escassez de água para o consumo humano no Mundo.

De acordo com a nota, as pessoas devem adoptar comportamentos e atitudes responsáveis que promovam a protecção dos recursos hídricos e evitem o desperdício de água.

De toda a água disponível na Terra, apenas 2,5 por cento é doce, usada maioritariamente pelo ecossistema, restando menos um por cento para suprir as necessidades humanas, refere a nota. De acordo com o documento, especialistas prevêem que a escassez de água doce poderá causar um grande transtorno hídrico nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, facto que vai resultar num empobrecimento das paisagens. O empobrecimento das paisagens, explica, vai provocar a desertificação dessas zonas.

"A desertificação é a degradação de terras nas regiões áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, resultante de actividades humanas e variações climáticas, que atingem já 40 por cento da superfície do planeta Terra", assinala. A nota acrescenta que a população mundial está estimada em 2,6 bilhões de pessoas, sendo que na África subsariana se calcula que 20 a 50 por cento do território esteja atingido pelo processo de desertificação, afectando cerca de 200 milhões de pessoas.

O Dia Mundial de Combate à Desertificação foi instituído pelas Nações Unidas em 1994, e este ano a data é celebrada sob o lema "Seca e escassez de água". A região centro e sul do país vive uma estiagem prolongada devido à ausência de chuvas regulares há cerca de dois anos. As províncias da Huíla, do Cunene e do Kuando-Kubango são as mais afectadas.

O Executivo criou uma comissão interministerial que trabalha no terreno para reduzir o impacto da seca nas zonas agrícolas. Em Benguela, o Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o quinquénio 2013-2017 define a prevenção da estiagem que tem assolado os camponeses da região.

10.11 Atravessar a fronteira tem sido a opção

Semanário O económico
20 De Junho de 2013

Viajando para norte da província, em direcção a Xangongo, tal como noutros municípios do Cunene, é difícil reconhecer sinais de extremas dificuldades. Até onde a vista alcança, sucedem-se os mesmos cenários: boas estradas e pontes, mulheres que falam em voz alta enquanto lavam nas águas do rio Cunene.

A dificuldade aparece duas horas depois de viagem para o interior do município. As chanas secas e cercas de gado desertas fazem facilmente perceber a transumância na região.

A 17 quilómetros da fronteira com a Namíbia fica Ohanamalo, aldeia com cerca de dois mil habitantes. Sem vegetação e com um poço com quatro metros de profundidade.

Há quatro anos que não há colheita.

Não se apanhou o massango tradicional, com que se faz a fuba. Dezenas de hectares totalmente secos. O que comem então? A pergunta deixa-os intrigados: "Quem tiver gado, atravessa a fronteira e vende na Namíbia uma cabeça de gado para comprar tuba, arroz e óleo. Quem não tem, está sujeito à fome e mendiga ou vai roubar".

"Muitas pessoas sérias, tornaram-se ladras para sobreviver", diz uma mulher, franzindo o sobrolho. Os outros escutam e baixam os olhos, envergonhados.

Quase sem meios, a administração do município do Xangongo não tem tido mãos a medir. Todos os dias faz deslocar um camião cisterna para levar água a várias aldeias.

A água é depositada em tanques de 10 mil litros que o governo ofereceu. Okanamaconda e Ohanamalo fazem parte da lista das muitas aldeias beneficiadas.

Mas a distância entre as aldeias tem impossibilitado o abastecimento, o que tem deixado insatisfeitos os populares. Em Okanamaconda os ânimos parecem estar mais alterados.

"Há famílias de dez pessoas que recebem de dois em dois dias apenas 25 litros de água. As vezes, é de cinco em cinco dias", diz um homem com um chapéu com as cores da bandeia da Namíbia.

Para evitar a morte do gado, as aldeias fronteiriças com a Namíbia estão a procurar pasto nos países

vizinhos. Só na Ohanamalo, foram 200 cabeças de gado bovino.

A reacção dos populares provocou uma resposta enérgica de um membro da administração de Xangongo.

O responsável do MINARS argumentou que "é impossível um camião andar todos os dias mais de 300 quilómetros, sem contar com o custo do combustível". O curso do rio Cunene tem cerca de 1.200 km, dos quais 960 km exclusivamente em Angola. A bacia hidrográfica do rio Cunene é de 272 mil kz, dos quais 150,8 mil km² em território angolano, dividindo o município de Xangongo.

A administração local prepara-se para pôr em marcha um projecto que diz ser circunstancialmente ambicioso: colocar tanques de água em todas as escolas existentes nas aldeias. A ideia é fazer com que os alunos não abandonem as escolas.

10.12 Benguela tem plano de reflorestamento

Jornal de Angola
20 De Junho de 2013

O Instituto de Desenvolvimento Florestal prevê a revitalização do programa de reflorestação da província de Benguela durante o quinquénio 2013/2017.

De acordo com o chefe do Departamento Provincial, o projecto enquadra-se no programa de desenvolvimento económico e social da província recentemente aprovado pelo governo local.

Cipriano Molongonga disse que a medida se insere no conjunto de acções que visam reflorestar toda a costa de Benguela e o interior.

"Pretendemos durante estes cinco anos plantar árvores em toda a província", disse Cipriano Molongonga, acrescentando que outrora, o município do Caimbambo foi uma zona muito arborizada, mas devido ao derrube de árvores para a produção do carvão a zona ficou apenas com vegetação rasteira.

Cipriano Molongonga salientou que para além do Caimbambo estão identificadas outras localidades onde é necessária a revitalização. Realçou a necessidade de construir mais um viveiro, com vista a aumentar a produção de plantas.

"Temos um viveiro que anualmente produz nove mil plantas e faz a sua distribuição aos grupos

organizados e às administrações municipais. Estamos a criar um outro viveiro com vista a defendermo-nos contra a desertificação e neste momento de corre já os trabalhos preliminares", disse.

O governo da província de Benguela tem capacidade para dar resposta às solicitações de plantas para a arborização em todo o território da província. O chefe do departamento provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal de Benguela considerou imperioso que mais cidadãos locais se juntem à estratégia de combate à desertificação na província de Benguela.

Cipriano Molongonga lembrou que a seca e a desertificação são problemas ambientais que devem envolver o Instituto de Desenvolvimento Florestal ou a Direcção Provincial do Ambiente.

O combate a este problema passa pela concretização de medidas destinadas a mitigar a desflorestação, através da construção de barragens, abertura de lagoas artificiais, uso racional de recursos hídricos e arborização de zonas inóspitas. "Isto vai servir para aproveitar a água em momentos em que não há chuva, para que as localidades afectadas pela seca possam usar essa água para dar de beber ao gado e produzir no campo, evitando assim a fome", justificou.

Para combater o avanço da seca no Deserto do Namibe, Cipriano Molongonga disse que o Instituto de Desenvolvimento Florestal na província de Benguela tem um viveiro que produz e distribui plantas, além de uma área vasta arborizada na Baía Farta, que deve ser ampliada. A procura de vegetais para alimentação e o abate indiscriminados de árvores têm contribuído para a desertificação. Para travar esta situação, sublinhou, é necessário melhorar a fiscalização em toda a extensão da província de Benguela.

Estudos científicos efectuados dès de 2004 indicam que uma média de 250 milhões de pessoas foram afectadas directamente pelos fenómenos de desertificação e quase 20 por cento da população mundial vive em zonas de risco de desertificação e de chuvas torrenciais.

10.13 Lopo Bravo “ A transumância também traz vantagens às populações”

Semanário Económico

20 De Junho de 201

O administrador do Cuvelai, Lopo Bravo, admite que é extremamente perigosa a convivência de gados vindos de diferentes localidades. Sublinha que o facto de este ano a transumância ter começado mais cedo, obrigará a fazer-se alguns sacrifícios.

Quantas cabeças de gado bovino há no município, incluindo os animais vindos da transumância?

O município possui cerca de 35 mil cabeças de gado bovino. Uma população de 96 mil pessoas, 85% das quais se dedica ao trabalho no campo e à pecuária. Em suma, muitos são criadores de gado tradicionais.

Qual é proveniência do gado da transumância?

Quase o dobro deste número chegou das outras zonas, como Kwanhama, Ombaja e Namakunde. E fala-se dos namibianos, mas não temos ainda provas cabais.

Cuvelai terá pasto e água para tanto gado?

Em princípio, sim, embora suspeite que possa haver uma pequena quebra, mas o município é extenso. Em termos de vegetação, por exemplo, as comunas de Calonga, Mukolongondjo e Cubati têm vegetação de sobra.

No que toca a água, o ambiente é também saudável: os rios permanentes, como Cunene e Covango têm água durante todo o ano.

Temos também rios intermitentes, como o Calonga, pequeno Cunene e o Cuvelai.

Como deve saber, temos a vantagem de termos solos férteis. Na nossa região cultiva-se milho, feijão, massambala, massango, tabaco, cana-de-açúcar, vinha, algodão, trigo e citrinos.

Não receia que um tal aumento da quantidade de cabeças de gado, venha a provocar alguma doença nas manadas?

Receio, sim. E muito. Mas estamos a tomar sérias precauções. É extremamente perigosa esta convivência de gados vindos de diferentes localidades. Mais: este ano a transumância começou mais cedo, julgo que em Março, enquanto normalmente começa entre Junho e Agosto, e isto vai obrigar a alguns sacrifícios.

Que precauções estão a ser tomadas?

Estamos a vacinar o gado local e o da transumância.

Qual é o número de cabeças de gado já vacinadas?

Neste momento, já foram vacinadas cerca de 20 mil e 205 mil cabeças de gado, em três das quatro comunas, com exceção de Cubati, que será a última comuna.

E não receia que este número provoque quebras grandes na produção de alimentos no município?

Não. Na verdade o gado da transumância também traz vantagens para a população local, aporta leite e estrume. Como vê, não é só prejuízo.

Fala-se de uma produção de 700 toneladas de milho até Setembro' proveniente de Cavelai. É verdade. Há um empresário privado que irá colher essa produção até Setembro, o que pode ser útil para toda a província.

A estrada que ligará Cuvelai a Ondgiva está quase pronta.

Qual a perspectiva que abre esta via?

Nesse âmbito, perspectivam-se investimentos e parcerias com empresários locais, para garantir o auto-sustento do próprio

município e da província, na produção de cereais.

Há quem defenda que existem bons indicadores de que a agricultura africana poderá tornar-se líder no futuro em termos de crescimento e em termos de potencial. Concorda?

Criar sementes mais resistentes ou desenvolver técnicas que tornem a agricultura viável em locais áridos ou com pouca água contribuirá para a auto-suficiência de muitas populações carenciadas. Esta poderia ser uma grande aposta. Mas só o tempo o dirá.

É uma vantagem ter uma população que sempre se dedicou a agricultura?

Temos uma população que sempre se dedicou sobretudo à agricultura de subsistência, à pesca artesanal e à pecuária. A província prosperava e pode de novo prosperar graças à sua situação geográfica, na principal rota comercial entre Namíbia e Angola. O Cuvelai está num bom caminho

E quanto às políticas de combate à pobreza?

Tem sido um processo evolutivo o Com construções de escolas e casas a bom ritmo, com formação de professores e técnicos.

10.14 Mais de 70 mil cabeças de gado bovino à procura de água

Semanário Económico
20 De Junho de 2013

O avião rompe as nuvens e surge-nos Ondgiva. A primeira imagem é a de uma cidade de largas ruas, limpa e silenciosa, dormindo tranquila numa manhã de sábado. Um cenário idílico que esconde as extremas dificuldades vividas pelas populações do interior.

Com uma superfície de 87 342 km², a maior parte do território da província do Cunene é preenchida com bosque seco ou com um mosaico de bosque seco e savana, que alberga uma população maioritariamente constituída por pastores. Estes grupos étnicos vivem essencialmente do seu gado bovino, em complemento com uma limitada agricultura de subsistência. Em virtude da escassez do pasto e das chuvas, há centenas de anos, as manadas são criadas e mantidas num regime de transumância que implica migrações regulares.

Há mais de quatro anos sem chuvas, depois das grandes cheias que inundaram a cidade em 2009, as dificuldades extremas que a seca provocou são visíveis a escassos quilómetros da capital da província.

Em Okapanda, por exemplo, a 14 quilómetros de Ondgiva, as águas esverdeadas que ficaram das cheias são disputadas nos reservatórios por bois e pessoas, que chegam das longínquas aldeias dos arredores.

É aqui que encontramos Xavier Ndahangetate, de 20 anos de idade, de flecha na mão, acompanhado do irmão de 10 anos, que o ajuda a vigiar mais de 70 cabeças de gado bovino. O pai, um septuagenário proprietário de gado, já não tem forças para os acompanhar. " O meu pai ficou na nossa aldeia que dista a 30 quilómetros. É longe de mais e o gado tem de ir e voltar todos os dias", explica, acrescentando que teme que a água possa acabar nos próximos meses.

Xavier Ndahangetate não é, evidentemente, a única pessoa a ter receio dos próximos meses. Escutamos manifestações de descrenças da boca de vários criadores de gado, de diferentes idades. Rosa, na casa dos 30 anos, anda todos os dias 40 quilómetros para

dar de beber às 25 cabeças de gado que garantem a subsistência da família. O futuro não lhe sorri: "Se não chover este ano, a minha família acabará na miséria".

Aqui, há jovens em idade escolar que percorrem 18 quilómetros para transportar água. Para Maria, de 15 anos, não resta outra alternativa: "Temos de escolher entre a escola e água", conta, com um sorriso inocente.

Os mais cépticos, porém, já se pastou e água e de melhores condições para o gado. O destino mais procurado é o Cuvelai.

Para além de a nordeste do município se localizar uma floresta muito procurada pelo valor da sua madeira, Cuvelai foi desde sempre o porto seguro das migrações do gado bovino no Cunene. A proximidade com a Jamba Mineira, Huila, zona de terras férteis, e dos rios Cuvango, Cunene, Calonga, Cuvelai e pequeno Cunene, que cruzam o município, oferecem a Cuvelai condições geográficas e ecológicas diferentes das do resto da província, garantindo pastos e água em abundância. E é para lá que os pastores se dirigem, provenientes de vários cantos da província.

A estrada de 174 quilómetros que liga Ondjiva a Cuvelai, é uma espécie de ponte de salvação para os criadores de gado.

À medida que nos afastamos da cidade, a paisagem muda. O asfalto fica para trás e surgem ao longe grandes nuvens de poeira: são manadas de gado bovino. A poucos metros de Mupa, comuna onde está situada a Reserva actual com o mesmo nome, existe à beira da estrada uma aldeia onde nos últimos dias tinham chegado várias manadas de gado de transumância. Cassilipio, de 56 anos, com umas sapatilhas demasia do rotas, é um dos cinco pastores que encontramos na aldeia. De prle mirrada, olhar desconfiado e casaco verde de corte administrativo. Conta que atravessou de noite a Reserva Natural, conhecida pela sua vasta diversidade de animais selvagens, entre leões, leopardos, hienas: "Quase não parei, caminhei setenta quilómetros durante dois dias seguidos com uma manada de 50 bois". Faz uma pausa grande como não tivesse intenção de dizer mais nada. Mas depois olha para o céu e acrescenta: "Deixei uma mulher e nove filhos, mas trouxe uma filha para poder estudar". Assim que chegou à aldeia, Cassilipio vendeu um vitelo e enviou dinheiro, massango, milho e tortulho para a família. Os rumores de uma possível peste, que poderia eclodir dada a quantidade de gado na região, não assustam, porém, o pastor: "Tinha mais medo que ele morresse de fome, a doença trata -se e sei que o Governo está

a vacinar os animais", argumenta, rindo, virado para uma das lagoas da bacia do rio Cuvelai, onde agora pasta e bebe o seu gado.

Paramos diante da administração do Cuvelai, a tempo de presenciar uma conversa entre os administradores comunais.

Discutem a seca e a transumância. Lopo Bravo, administrador do município, fala pelos outros. Conhecido como celeiro da província, Cuvelai produz milho, massango, mandioca, feijão, ginguba. E é daqui que poderia sair a grande ajuda para a província. Até Setembro, uma fazenda privada prevê colher 700, toneladas de milho, que poderá vender ao governo provincial.

Até lá, a grande preocupação da administração está virada para chegada de milhares de cabeça de gado. Com receio de uma peste, uma campanha intensa de vacinação, encabeçada por um jovem angolano dinâmico, chefe de repartição da agricultura do município, está a ser realizada em toda a região. Para já, mais de 20 mil cabeças de gados já foram vacinadas.

10.15 Seca no Cunene impacto na produção regional e na vida das populações

Jornal O económico

20 De Junho de 2013

A seca na província do Cunene é cíclica, fenómeno sobejamente conhecido e documentado ao longo de várias décadas, inclusivamente nos registos orais das comunidades da região.

É igualmente sabido que o nível freático (nível das água subterrâneas) varia de acordo com a mesma seca.

O período colonial havia um programa anual de combate à seca que imediatamente com o fim das chuvas organizava a abertura de novas "chimpacas" (grandes reservatórios ao ar livre) e a limpeza das antigas, fazendo pequenas represas ao longo dos vários rios temporários (mulolas) e desassoreando as antigas, abrindo ainda, nos pontos mais apertados das curvas das "mulolas", canais de acesso às "chimpacas".

Estas acções tinham a participação directa de todos os interessados, incluindo as populações afectadas, que contribuíam com o seu trabalho.

Todas estas acções tinham por objectivo obrigar a água a infiltrar-se no subsolo, aumentando assim o nível freático para os anos de seca.

Há mais de 30 anos que em alguns municípios do Cunene não se faz nenhum destes trabalhos, e noutros tem-se circunscrito a acção de combate à seca com a abertura de algumas "chimpacas", por vezes em locais inapropriados, já que uma "chimpaca" deve ser construída num local com acesso a uma linha de água para que a drenagem dessa água fique retida na "chimpaca".

É necessário também escolher tipo de terreno para este fim, pois se a "chimpaca" for construída em terrenos arenosos não retém água durante muito tempo.

Por outro lado as acções de desflorestação sistemáticas, sem a obrigatoriedade de reposição de árvores pelos usuários, sobretudo no município de Ombanja (o município mais desflorestado em Angola, de acordo com dados da FAO), mas de forma geral em toda a província, têm contribuído de sobremaneira para a seca e a desertificação acelerada de algumas áreas na província, incluindo o município do Curoca.

Um dos municípios mais afectados, senão mesmo o mais afectado em toda a região, é precisamente o Curoca.

O município conta cerca de 49,5 mil habitantes, na sua maioria Hereros (Himbab, Tchimbab, Vacahonas, Dimbas, e Chvícuas) alguns Munganbwes e a quase totalidade dos Vátuas, que se dedicam à pastorícia itinerante, já que há pouca água para a agricultura. Paradoxalmente, o Curoca tem como limite a sul o rio Cunene e a norte o rio Curoca (que dá o nome ao município) e que drena as águas da chuva do município dos Gambos, no planalto da Huíla. É, todavia, o município mais afectado pela seca, não tendo registado chuvas há já três anos.

A ajuda também demora a chegar pela quase inexistência de estradas que só permitem passagem a pé, de burro, ou com viaturas 4x4 ou camiões do tipo Kamaz.

O impacto na produção regional é terrível, pois 90% das populações da província de dicam-se à pastorícia itinerante.

Há regiões em que mais de 35% do gado bovino já pereceu este ano, estando o gado caprino e ovino consideravelmente afectado.

O impacto nas condições de vida das populações da província tem sido igualmente dramático, reduzindo

consideravelmente a sua capacidade de auto-sustento e contribuindo para o aumento da pobreza. Estas populações encontram-se hoje em situações de extrema vulnerabilidade por falta de recursos para fazerem face à sua sobrevivência e dos seus animais, até às próximas chuvas e até que o capim volte a crescer.

Há também a questão da escolaridade das crianças das famílias que praticam a pastorícia itinerante, cujo direito ao ensino está consignado no , Artigo 12 (Direito ao Ensino Itinerante, da Lei 25/12 de 22 de Agosto - Lei sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança).

Um direito que não tem beneficiado estas crianças. O Estado e sobretudo o Governo do Cunene e as administrações municipais e comunais têm de dedicar muito mais atenção e recursos a este problema, que não vai desaparecer, porque é cíclico.

E que também pode ser minimizado com a utilização correcta das águas das chuvas e dos muitos rios existentes na província.

10.16 Governo devia prevenir e não actuar como bombeiro

*Semanário Expansão
21 De Junho de 2013*

O Governo deveria envidar os seus esforços na questão da prevenção do fenómeno da seca, que vem assolando a região sul do País, fundamentalmente as províncias da Huíla e do Cunene há dois anos, do que actuar como bombeiro em socorro das populações.

A informação é do engenheiro agrícola Fernando Pacheco, que completou afirmando que o mais importante é inteirar-se devidamente do problema para depois agir.

Uma das soluções para a problemática da seca, que vem assolando a região sul do País, nos últimos dois anos, tem que ver com a mudança de atitude por parte das autoridades governamentais. Fernando Pacheco notou que o Executivo é demasiado autista, ignorando a ajuda de outros especialistas para solucionar os graves problemas do País, sobretudo no que se refere à seca no sul do País.

Para o especialista, que falou em exclusivo ao Expansão, nestes casos, o conhecimento ancestral que, na sua opinião é sistematicamente ignorado provou ser bastante importante, pois, caso contrário, as

populações não teriam sobrevivido durante todos esses anos.

De acordo ainda com Fernando Pacheco, é necessário que se ponha igualmente em prática o conhecimento científico, que começou a ser produzido nos últimos anos do colonialismo, principalmente com os estudos da Missão de Inquérito Agrícola e teve seguimento logo após à independência

O especialista pontualizou ainda que Angola deveria colher e acatar as experiências dos outros povos que encontraram soluções relevantes no caso da seca e da falta de alimentos.

Outras experiências

Fernando Pacheco referiu ainda que há alguns anos, um pequeno grupo de angolanos esteve na República do Quênia a estudar as experiências dos povos Massai, na abordagem da equação homem-água-pasto.

Este tipo de experiências e outras testemunhadas na localidade de Xangongo, província do Cunene pela Administração local, ADRA e pelo UNI CEF deveriam ter sido levadas em conta para a resolução dos problemas que actualmente vive a região sul do País, segundo Fernando Pacheco.

Para Fernando Pacheco, a questão da seca nesta região País deve ser vista como um fenómeno preocupante, uma vez ocorrer com alguma frequência, Segundo notou, o facto de as chuvas serem muito concentradas, caindo apenas ente os meses de Fevereiro e Abril, faz com que as populações locais vivam permanentemente o drama da escassez de água e da seca.

Esta situação, avançou, fez com que as populações locais aprendessem, ao longo dos séculos, a conviver com este drama, desenvolvendo mecanismos de gestão rigorosa e parcimoniosa da água como por exemplo nas "mulolas" (pequenas baixas).

A falta de chuvas periódicas na região é a responsável pela prática da transumância (transferência de gado e de pessoas para áreas onde eventualmente possam encontrar água e pastos, que por vezes, podem estar a centenas de quilómetros.

O especialista acentuou ainda que quando não chove no período entre Fevereiro e Abril, como aconteceu nos dois últimos anos, o drama amplia-se e medidas de emergência têm de ser tomadas. Infelizmente, no seu entender, o Executivo procura resolver situações deste tipo de modo administrativo e numa

perspectiva política, à margem das populações, ignorando as suas experiências ancestrais.

Fernando Pacheco frisou que nesta altura todo o investimento com vista a melhorar o acesso à água potável por parte da população daquelas zonas é bem-vindo.

Em relação ao projecto que tem que ver com a conclusão das obras da barragem de Kalueque, no rio Cunene, que prevê o aumento da superfície de irrigação no baixo Cunene em mais de 10 000 hectares, o Fernando Pacheco não acredita que ele tenha prioridade sobre qualquer outro de projecto que vise atacar o problema da água na região.

Outras questões

De acordo como o entrevistado, há uma série de questões que se colocam nesta altura de crise, nomeadamente o que pensam as populações sobre a crise, quais as suas práticas de prevenção e actuação em situação do género, como armazenar adequadamente a água das chuvas e geri-la de modo a manter as reservas para as crises.

Segundo Fernando Pacheco, aproveitamento do gado bovino e caprino e as aves, que as populações possuem, para a venda na época de crise, é uma acção que confere muito mais dignidade do que a distribuição de bens pelo Executivo, que são sempre escassos e em nada contribui para o desenvolvimento das economias locais.

Outra questão que preocupa o entrevistado tem que ver com as explicações que não foram dadas em relação à gestão dos 40 milhões USD aprovados pelo Conselho de Ministros em Outubro de 2012 para acudir os afectados pela estiagem daquele ano.

"Porque não se fazem esforços para se encontrar culturas alternativas e mais aconselháveis em situações de forte carência de água? Porque o Ministério do Ambiente está tão ausente de toda esta problemática, que é sobretudo uma questão ambiental?", questionou' Fernando Pacheco.

Na sua maneira de ver as coisas, estas questões deveriam servir de ponto de partida para uma reflexão profunda que leve à mudança de atitude e à tomada de decisões que permitam intervenções sustentáveis e duradouras.

10.17 Derrames forçam Cabinda a importar Peixe

Semanário A Capital

22 a 29 de Junho de 2013

Com o olhar fixo no horizonte, João Alexandre observa as ondas que vêm e vão numa praia em Lândana, vila localizada no município de Cacongo a 45 quilómetros a norte do centro da cidade de Cabinda. A atenção do angolano de 47 anos, 17 dos quais como pescador, está presa ao tom negro da superfície das ondas que vai roubando o azul outrora típico daqueles mares de onde, há vários anos, retira sustento para a sua família.

"Agora está difícil", disse o cidadão.

Quando diz isso, deixa por uns instantes de olhar para o horizonte e dá ao redor de si uma volta de 360 graus com o indicador a mostrar para os jornalistas tudo quanto numa questão de segundos pode ser visto enquanto ele descreve o ângulo.

. O tempo é curto, mas muita coisa pode ser, por ali, observada numa fracção de segundos: pequenas embarcações perfuradas, redes de pesca abandonadas, bancadas vazias e um grande número de homens de braços fortes, como os de João, com o olhar igualmente preso no horizonte.

Num quadro que se agrava há três anos, os pescadores da província de Cabinda estão de braços cruzados por não terem meios para contornar a escassez de pescado nos mares da região, situação pela qual culpam, acima das demais, a Chevron, petrolífera norte-americana que opera na região.

Razões para se queixarem não faltam. Os pescadores reclamam do depósito no mar de um produto "estranho" com múltiplas implicações sobre o seu trabalho. João Alexandre, por exemplo, revela que essa substância está a perfurar as chatas, a diminuir o tempo de vida útil das redes de pesca e, mais do que isso, a afugentar o peixe nas áreas em que eles (os pescadores) são autorizados a trabalhar.

"Esse produto está, mesmo, a destruir o nosso material e mais do que isso: a nossa vida", constata o pescador.

É um produto estranho, tal como explicam os pescadores que se mostram certos de que a sua existência por ali seja fruto dos sucessivos derrames petrolíferos registados nos mares de Cabinda. João Tende quele, presidente da Associação de Pescadores de Cacongo, município que alberga a vila de Lândana, confirma isso mesmo.

Ele diz que os sinais de derrames petrolíferos estão bem visíveis nas praias da província, de tão repetitivos que se tomaram tais ocorrências. Com efeito, só neste ano, a região registou até ao momento dois derrames petrolíferos. O curioso é que ambos deram-se no passado mês de Fevereiro, tendo um acontecido no princípio e o outro no fim.

Mas tais ocorrências constituem, apenas, pequenos capítulos de uma longa novela que tem os derrames petrolíferos em Cabinda como pano de fundo, num conflito directo com os pescadores locais. Tanto é assim que tais "mareantes", na ânsia de defenderem os seus interesses, criaram várias associações. Mas estas sentem-se, também, de mãos atadas face à gravidade da situação ora registada em Cabinda.

"A ocorrência de derrames passou a ser normal", considera o activista Raul Tati, acusando tanto a Chevron como o Ministério do Ambiente de reagirem, apenas, quando os sinais de um derrame são por demais evidentes na costa.

Os pescadores, entretanto, não estão apenas preocupados com a maré negra que se lhes avista vez a vez no horizonte. João Alexandre, e os seus colegas da associação de Cacongo, queixam-se sobretudo do facto de tais ocorrências terem um impacto deveras negativo sob o seu trabalho. João Tendele, da mesma organização profissional, revelou que as praias estão de tal modo afectadas pelos derrames que a sobrevivência dos pescadores está em risco. "Essas empresas americanas estão a estragar a nossa sobrevivência", comenta, por sua vez, António Dembo, um pescador de 55 anos de idade.

Sobrevivência em risco

Do município de Cabinda, que deu nome à província, o lamento vem de António de Jesus, que preside a associação local de pescadores. É ele quem explica que a ocorrência de derrames tem como consequência fundamental a redução de pescado na província de Cabinda a níveis nunca antes visto. "E a poluição marítima não baixa, só piora", acrescenta.

Conhecedor do seu mercado, António calcula que a oferta de pescado diminuiu na ordem dos 60 por cento na província, indo de acordo com o drama relatado pelos próprios pescadores. João Alexandre aponta essa redução como resultado de uma fraca captura de peixes, decorrente da rápida degradação dos meios de trabalho. Acima de tudo, nota que a escassez de pescado deve-se a uma "migração do peixe" para áreas dos mares de Cabinda onde a poluição não se faz sentir coma mesma intensidade que ali onde os pescadores estão autorizados a trabalhar.

No passado, lembrou o cidadão, os níveis de capturas eram muito grandes, sem que fosse necessário navegar por muitas milhas. Agora, ir para o mar e regressar com algum peixe constitui "um autêntico milagre".

O pescador António Dembo enche-se de nostalgia para contar as virtudes dos tempos de antanho quando, fruto da abundância de pescado, qualquer um dos seus colegas reunia peixe no valor de 100 mil kwanzas por semana. Entretanto, essas não passam de memórias de um pescador nostálgico que hoje se deixa vencer pela tristeza ao constatar a realidade actual em que não se consegue mais do que 3 mil kwanzas por semana com a venda do pouco peixe capturado.

No passado, conforme a lembrança de João Alexandre, os níveis de captura eram, de facto, elevados. O pescador podia muito simplesmente partir para o mar e regressar com grandes quantidades, sem que fosse necessário navegar por muitas milhas. É neste período que eles recordam de voltar para a praia, depois de uma incursão ao mar, com arcas frigoríficas cheias de espécies marinhas. "Todos os dias era assim", de acordo com o mesmo pescador, mostrando-se agastado com o facto de estarem, digamos, a remar contra a maré.

"Se conseguirmos, hoje, voltar com meia arca de peixe, já é muita sorte", explica. Meia arca em um dia? "Nem pensar", responde o pescador para, em seguida, deixar perplexo o Jornalista com a sua resposta: "em sete dias".

Peixe importado de Ponta Negra

o peixe é um elemento importante na dieta alimentar na província de Cabinda. Daí que a sua escassez, nos termos em que é descrita pelos pescadores, só pode redundar em problemas para as comunidades locais. E é, pois, o que acontece.

o mercado de Cabinda, o preço de pescado conheceu uma subida vertiginosa. Quem for ao mercado agora compra cinco peixes cachucho pelo valor de 5 mil kwanzas, o mesmo preço pelo qual se vende quantidade igual de carapau. No passado, o custo dessa porção era de apenas de mil e 500kwanzas. Quem gosta de peixe mais caro, a chamada corvina antes abundante na região, despende até seis mil kwanzas, ao contrário dos dois mil e 500 pelos quais se comprava nos tempos de abundância.

Para colmatar essa lacuna, os habitantes de Cabinda já começaram a buscar outros mercados. Grande parte do peixe hoje consumido na província é

importado de Ponta Negra, uma das principais cidades da vizinha República do Congo, com a qual a província angolana partilha uma fronteira.

"Está muito difícil comprar peixe em Cabinda", explica Fátima Tati, uma vendedora que optou por fazer viagens regulares à zona fronteiriça para a aquisição do pescado que revende na sua cidade.

"Como temos que sustentar as nossas famílias, somos obrigadas a comprar o peixe em Ponta Negra", de onde vêm essencialmente sardinhas.

Muitas outras peixeiras optaram pelo mesmo caminho de Fátima. Elas que, antes, enchiam logo pela manhã as praias de Lândana a aguardar pelo regresso dos pescadores, estão a rumar para outras paragens onde buscam um pouco do muito que havia na sua própria terra, desde as sardinhas, corvinas, gambas e lagostas.

"Até para encontrar sardinhas está difícil em Cabinda", interrompe João Alexandre. Ele conta que, para se capturar essa espécie, das mais fáceis de encontrar nos mares da província, são hoje necessários dois longos dias de espera no mar. "Não obtemos lucros, já que, durante dois dias, gastamos mais gasolina, mais comida e nem sequer 10 mil kwanzas conseguimos com a venda do produto".

O índice de desistência, em função de todo esse cenário, é grande. É a razão pela qual na praia de Lândana se avistam embarcações e demais utensílios de pesca abandonados, testemunhando, afinal, aquilo que foi dito aos jornalistas pelos próprios pescadores: que estão a abandonar um a uma profissão.

"É um grande desgaste, fazer grandes esforços, remar e lançar as redes para nada pescar", desabafa António Dembo. "Não está a valer a pena", insiste, lembrando que a captura de um dia de antes é a de quatro ou cinco dias de agora. "Mas nem sempre se consegue", alertou.

"Muitas vezes ficamos duas, três ou mais noites no mar, para pescar apenas uma pequena banheira de peixe sardinha, quando não regressarmos com absolutamente nada".

João Alexandre e António Dembo são persistentes, mas dizem que a força de ambos está a esgotar-se. O segundo por ser mais velho, disse não saber mais o que irá fazer, afinal sobreviveu a vida toda como pescador. "Estou nisso há 30 anos", enfatiza. O primeiro, mais jovem, pensa reunir as forças que ainda lhe restam para interromper os seus 17 anos de vida no mar e partir, definitivamente, para terra firme. "Estou a pensar em abandonar tudo, e mandar-me para a vida do campo", diz.

"A única coisa que sei fazer é pescar. A pesca é a minha fonte de sustento, mas com o desaparecimento do peixe, a minha vida só está piorar, afinal há, definitivamente, muitos pescadores para tão pouco peixe, segundo o "mais velho Dembo",

António Dembo, com efeito, mostra-se muito mais desesperado. Com a voz algo embargada, refere que criou e sustentou os seus 12 filhos com o dinheiro da pesca. Mas agora que mais precisa, vê essa garantia de sustento desaparecer numa onda que leva tudo para o alto mar. "Estas empresas americanas chegam aqui, estragam a nossa fonte de sobrevivência. E ninguém nos ajuda?", questiona-se.

Em Cabinda, os sinais de poluição são, muitas vezes, visíveis nas praias, não só pelo tom negro e gorduroso que as ondas muitas vezes apresentam, mas também pelo desaparecimento dos cardumes que, no passado, eram vistos até na superfície. Quem anda nisso há muito tempo, como é o caso de António Henriques de Jesus, que preside a associação de pescadores de Cabinda, sente-se em condições de alertar para a extinção de algumas espécies muito populares por aí. "O peixe tubarão e o pargo dourado", considera.

De uma maneira geral, assiste-se a migração do peixe para as zonas menos poluídas. Além da perda das espécies que morrem em consequência dos derrames, estes experimentados homens do mar revelam que o peixe procura áreas livres da poluição. Diz João Tendequele, da associação de pescadores de Cacongo, que os resíduos dos derrames vêm todos dar à costa, razão pela qual os peixes que não são mortos por eles acabam por refugiar-se no alto mar.

Zona proibida

Os pescadores até gostariam de seguir para esta zona, mas não podem. Os peixes, hoje, concentram-se numa área delimitada pela Chevron como parte do perímetro de segurança das plataformas petrolíferas. E quem a viola, segundo disseram, corre sérios riscos de ser preso, embora seja "ali onde está a maior quantidade de peixe".

"Neste momento, na costa é quase impossível encontrarmos peixe", refere Tendequele como sendo esta a razão da falta de peixe em Cabinda e, também, das dificuldades sociais enfrentadas pelos pescadores locais.

"Os constantes derrames de petróleo no mar de Cabinda cobriram de óleo as águas pouco profundas, fazendo afastar os cardumes de peixe, que outrora eram vistos em cima das águas", resume o pescador,

virando-se, de seguida, para a petrolífera norte-americana que, a seu ver, está mais para complicar que para ajudar os pescadores.

"Estão a proibir as pessoas de chegarem junto das plataformas, quando é lá que os peixes estão".

Petróleo versus meio ambiente

Desde as primeiras experiências de instalações de plataformas petrolíferas que, em Cabinda, se assiste ao conflito entre a exploração do importante recurso que é o petróleo com a manutenção do meio ambiente. Os pescadores reportam, desde então, a destruição dos recifes naturais, algo que, segundo dizem, roubou uma boa parte do espaço para a reprodução das espécies marinhas.

Num dos maiores de sempre, o derrame petrolífero de 2003 afectou, em grande medida, a lagoa de Cassango, então a principal fonte de sustento para a comunidade habitante entre as vilas de Mandarim e Lândana.

Desde então, acentuou-se a degradação dos mangais, uma vegetação aquática que serve de alimento e de habitat para algumas espécies de peixe, além de ajudar na oxigenação da água. O encerramento do canal que partia da ponte do rio Chilungo até à aldeia do Tandupale, acabou por complicar ainda mais a manutenção da lagoa do Cassango. O derrame de 2003 contaminou a lagoa, destruindo-a ao ponto de os mangais estarem a secar e o peixe estar, simplesmente, a desaparecer.

10.18 Fome e seca ceifa vidas

Semanário Angolense

28 De Junho de 2013

Em função deste problema, a Igreja Católica, lançou oficialmente no dia, 23, de Junho uma campanha de solidariedade com intuito de ajudar as famílias que vivem necessidades extremas como a falta de alimentação, roupas e água potável para o consumo.

De acordo com dados estatísticos espelhados pela Caritas de Angola, estima-se que cerca de 800 mil pessoas estão apoquentadas pelas fome e a seca no nosso país, um número que tende a aumentar e a provocar graves consequências caso não se faça algo para amenizar a situação. Segundo o vice-director da Caritas de Angola, esta campanha está a ser organizada pela Igreja Católica, mas o apelo estende-se as demais denominações religiosas em Angola e a sociedade em geral para que juntos unam forças para ajudar a estancar este dilema. A falta de alimentos e

água potável faz com que as populações se alimentem apenas de raízes e frutos silvestres.

Como consequência deste quadro muitas pessoas nestas regiões estão com problemas de saúde principalmente as crianças levando á morte humanas e de animais também.

Por outro lado, recentemente uma delegação da comissão multi-sectorial do Executivo, chefiada pelo Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Afonso Canga, deslocou-se a província do Cunene para aquilatar o impacto da seca naquela região, durante o período da visita de campo a comissão procedeu à entrega de bens alimentares e medicamentos.

A Caritas de Angola, em nome da Igreja Católica, apela a todos os cidadãos, empresas públicas e privadas a contribuírem com bens alimentares não perecíveis, água, material de higiene pessoal, ou quantias monetárias para mitigar as necessidades básicas das vítimas das secas. Os demais interessados em ajudar deverão contactar os terminais telefónicos: 923458756,921852954 ou ainda o Correio electrónico secretaria@carita-sangola.org.

10.19 Oposição fala em falta de vontade política do Executivo

Semanário Angolense

28 De Junho de 2013

O Partido do Galo Negro fez saber ainda ter realizado nos últimos dias um trabalho do junto das comunidades do interior, no sentido de ver de perto o que de facto acontece, tendo lamentado que as autoridades governamentais ofuscam a realidade da população. O Secretário Provincial da UNITA, Victorino Ndunduma, cita algumas localidades visitadas pelo seu partido e avança que são penosas as condições em que vive e dá acento tónico ao município do Virei. "No Virei é onde temos maiores problemas: temos as localidades da Munda, Kande, Uchinda, Mungotunda, Vichaviva, Luongui, Mukolo, Chitande, Emba, Chakutu, Hanga, Sayone, Nhane, Embala, Bomba, Vinganganja, Vico de Azevedo. "Nós até temos vindo a gritar, porque que o Governo não faz algumas perfurações no terreno! Há possibilidades disto, porque o lençol do rio Cunene abrange aquela área. Porquê que não se trabalha nisto!", questionou o político, tendo criticado ainda a homenagem que a FAO prestou ao Governo Angolano, por ter ultrapassado a fome e reduzido a pobreza. Ndunduma considera que este reconhecimento da FAO ao Governo Angolano está distante do que se vive em Angola, a medida em que

muitos cidadãos ainda morrem de fome, outros ainda vêm-se obrigados a abandonar as suas áreas de residências à procura de melhores condições de vida. "Essas tomadas de posição, tornam-se contraditórias, porque nós estamos aqui no terreno e sabemos o que se está a passar. Será que este inquérito feito é realista? Ou apenas enviamos relatórios para agradar as pessoas?", questionou, acrescentando que "porque nós temos de nos referir de Angola real. Angola da televisão, Angola dos relatórios, Angola das conferências, etc, esta para o povo Angolano não diz absolutamente nada. O dirigente do maior partido na oposição na terra da mulher mucubal, referiu também sobre alguns apoios que as populações afectadas têm recebido e disse mesmo que o que se dá não resolve absolutamente nada, porque apenas alguns quilogramas de fuba e alguns sacos de arroz. Na sua percepção o Governo devia tomar políticas eficazes, no sentido de ajudar aquela população a cultivar para que situações de género não se repitam. Quanto ao PRS, na voz do seu Secretário Provincial José Nguelessi, diz que ocultar a realidade da população é abdicar-se de encontrar soluções para os problemas. O renovador aponta a aposta na agricultura como única via recomendável, para se ultrapassar o problema que na sua visão já se tornou crónico. "O problema da fome, o governante tem de saber isto tudo. Nós não vamos passar todos os anos a importar comida, porque o nosso País é rico". José Nguelessi diz ainda não compreender como o Governo permite que o mesmo problema se repita anualmente e que esteja a causar morte das pessoas e reitera ser urgente a tomada de medidas. Apela por outro lado, para o fim do que chama publicidade do partido no poder dos pequenos apoios aos visados. Por seu turno, o segundo Secretário Provincial do MPLA Carlos da Rocha Cruz, existem políticos da oposição que se estão a aproveitar do sofrimento daquela população para tentar somar pontos. Carlos da Rocha mostrou-se igualmente preocupado com o que acontece e garantiu que o seu partido está atento a estas situações. Fez saber ainda que o Governo da Província do Namibe está a envidar esforços junto do Governo Central e das ONG, com vista a angariar apoios para a população afectada. "A transumância é de uma forma de semi generalizada porque, como sabemos, a população do interior da Província do Namibe vive a base da criação de gado e estamos nesta situação. No Tómbwa, também há falta de pasto, água, a população do Kambembua a parte do lona, está a descer para o Sarojamba e há esta movimentação. Já se lançou um sos e está-se a tomar a nível do Governo, esperamos que nos próximos dias apoios possam, chegar à província".

10.20 Exploração de área preocupa camponeses

Jornal de Angola
29 De Junho de 2013

A população do sector de Carianga, nos arredores da cidade de Malange, está preocupada com a exploração ilegal de inertes por garimpeiros, em zonas destinadas à produção agrícola. Todos os dias, uma máquina retroescavadora e vários camiões invadem a área cedida à associação local de camponeses, de onde retiram areia para venda no mercado paralelo.

Os habitantes, na sua maioria camponeses, temem vir a perder o local sem qualquer explicação, uma vez que o mesmo foi alegadamente cedido pelo soba do bairro a uma empresa, que faz a exploração e consequente venda da areia.

A população considera que é importante construir, mas desde que sejam preservados os espaços que estão destinados à produção agrícola, uma vez que também está em curso o Programa de Combate à Pobreza.

Samuel Fenando, membro da associação de camponeses, disse estar preocupado com os enormes buracos abertos pelas potentes máquinas. "Aos poucos, vamos perdendo o espaço para a produção agrícola", lamentou.

Lopes Francisco também está preocupado com a falta de prudência dos camionistas que por ali passam. "Eles circulam a alta velocidade no interior do bairro, pondo em risco a integridade física dos habitantes, principalmente das crianças".

O agricultor garante que já sugeriu aos camionistas que utilizem um desvio da estrada à entrada do bairro, para evitar maiores riscos, mas, infelizmente, eles insistem em circular pelo interior do bairro. "Há muitas crianças e qualquer descuido pode levar alguém a ser vítima de atropelamento, e nós não queremos que isso aconteça", sublinhou.

Além disso, acusou o soba do bairro de ser conivente com esta situação, uma vez que os garimpeiros tiveram o seu beneplácito para a retirada dos inertes do local, antes cedido à Associação de Camponeses.

A reacção do soba

Contactado pelo Jornal de Angola, o soba Kunga Mahinga reconheceu ter autorizado os garimpeiros, que trabalham para uma empresa cujo nome não

revelou, a explorarem o local onde existia o campo agrícola dos camponeses de Carianga de Cima.

"A Associação de Carianga de Cima já lavrou a mandioca. Por isso, autorizei-os a retirar areia do local, junto da nascente do rio Cacumba", justificou aquela autoridade tradicional, que como contrapartida recebe 500 kwanzas por cada camião que vai buscar areia ao local.

Kunga Mahinga afirmou não ter agido de má fé e muito menos ter sido levado pelos lucros, uma vez que reconhece os desafios do Executivo voltados para o combate à pobreza.

"Eu não posso prejudicar a população que está sob meu controlo, antes pelo contrário, trabalhamos em comunhão no sentido de combater a fome", disse.

Os chineses, por seu lado, pedem por cada camião de areia cinco mil kwanzas, que vendem a camionistas que, por sua vez, fazem a revenda aos interessados com obras em construção no centro de Malange, a 18 mil kwanzas. Tiago Benedito Barros, um cliente habitual dos chineses que trabalham no local a vender areia, disse que os preços se devem ao mau estado da via de acesso ao local onde se escava a areia e aos combustíveis para garantir a circulação da viatura.

Geologia e Minas

O director provincial da Indústria, Geologia e Minas, Luís Monteiro, garantiu ao Jornal de Angola que não foi autorizado qualquer agente a fazer a exploração de inertes na zona da Carianga. Portanto, na sua perspectiva, o soba da localidade, a coberto de alguns dividendos, é que está a permitir esta situação. "Vamos ter de actuar no sentido de evitar que se degrade ainda mais essa zona do Quéssua", disse.

Luís Monteiro pediu aos vários agentes para deixarem de fazer exploração de areia na região a oeste da cidade de Malange, isto é, do posto de controlo número um até à comuna do Lombe.

Aos sobas da localidade, alertou para não mais permitirem o açambarcamento dos inertes da região, pois, como fez questão de esclarecer, "competem ao Estado a exploração dos recursos, assim como a sua autorização". Para acautelar as irregularidades decorrentes da situação, foi criada a Brigada Multisectorial de Inspeção e Fiscalização Mineira, que vai ter a missão de fiscalizar o exercício da actividade. Integram esta brigada representantes das direcções locais dos Ministérios do Interior, Ambiente, Geologia e Minas, Trabalho e Segurança Social e Urbanismo. Neste momento, está em curso a legalização de três empresas de exploração e comercialização de areia. Luís Monteiro não revelou

o nome delas, mas assegurou que vão ser criadas ao abrigo do Quadro Mineiro, que determina que as empresas devem ser angolanas ou mistas, sendo que a parte estrangeira não pode deter mais de 30 por cento do capital.

Ambientalista alerta

o ambientalista Edgar Dala alertou para o perigo que pode representar a exploração desenfreada de inertes naquela região de Malange. "Ecologicamente é um risco grande atendendo que aquela zona está a ser devastada pela exploração de inertes há muito tempo e já perdeu grande parte daquilo que é a sua cobertura vegetal. Hoje, tende para o surgimento, numa primeira fase, de buracos deixados pelas escavações, e depois ravinas, pondo em risco vários objectivos estratégicos, incluindo a própria Estrada Nacional 230", disse. A zona que neste momento está a ser alvo de acções de garimpo de areia é considerada estepe e Edgar Dala teme que a tendência possa ser a de evoluir para uma região de deserto. Uma região sem cobertura vegetal e, por essa razão, sujeita à influência directa das precipitações que apanham solos já abalados pela exploração, vai, de acordo com o ambientalista, produzir ravinas que podem representar maiores problemas para as populações residentes e afectar a agricultura.

II. MIGRAÇÃO

II.1 ADR A analisa efeitos da seca e aponta saídas

Semanário Angolenseida
01 De Junho de 2013

O Conselho Directivo da ADRA reuniu-se em sessão ordinária aos 25 de Maio de 2013, num encontro em que analisou o contexto do país quanto aos efeitos da seca, dinâmicas da sociedade civil e da governação.

Na sua reunião de cúpula, fez ainda o ponto de situação sobre a aquisição do estatuto de utilidade pública para a ADRA, aprovou a admissão de novos membros e tomou conhecimento das acções e processos dos seus órgãos executivos e da participação do seu presidente em dois seminários, que versaram sobre «Sociedade Civil em Angola e o seu papel e influência nas instituições do Estado, no contexto dos imensos recursos naturais à disposição do Governo de Angola», eventos organizados pelo Grupo África da Suécia (GAS) em parceria com o NAI – Nordic África Instituto.

Sobre os efeitos da seca e estiagem no Sul de Angola, o Conselho Directivo da ADRA deplora a situação de emergência em que as populações estão expostas, lamentando o facto de não se ter tomado em conta os alertas lançados há mais de um ano por líderes religiosos e Organizações da Sociedade Civil (OSC) no sul de Angola.

Os efeitos da seca e da estiagem fazem-se sentir de múltiplas e diferenciadas formas nos agricultores e criadores de gado; nas mulheres, crianças, jovens e idosos; no mercado de alimentos; no sistema de saúde e de educação escolar. Assim sendo, para a ADRA, a distribuição de alimentos às populações deve ser tão-somente uma das variadas respostas requeridas.

Neste sentido, o seu Conselho Directivo manifesta-se aberto a partilhar a experiência da organização no que diz respeito à promoção de culturas agrícolas alternativas e resistentes à seca e de comercialização, assim como a transferência de subsídios financeiros às populações em particular aos grupos mais vulneráveis feita em parceria com o MINARS e o UNI- CEF, ao nível local (municípios e províncias) no Sul de Angola.

A região semiárida do sul de Angola é ecologicamente frágil, propícia à ocorrência de secas cíclicas. Visto deste modo, a questão central, segundo a instituição, estará na prevenção dos efeitos da seca,

com base numa planificação local proactiva, regional ou nacional, que leve em conta a probabilidade de secas e estiagens e os mecanismos endógenos de maneio que as populações desenvolveram ao longo dos séculos, ao lidar com esta realidade ambiental.

Numa outra vertente não menos importante, o Conselho Directivo da ADRA lamenta que, depois das experiências menos bem-sucedidas em algumas províncias no passado, se insista no método de desalojamentos forçados das populações em zonas suburbanas e fora do quadro estabelecido pela lei vigente, sem diálogo antecipado com as populações e sem que estejam criadas condições alternativas de habitação para a sua acomodação.

II.2 Ministros, Deputados e Generais proibidos de proteger ilegais

Semanário Factual
01 De Junho de 2013

Os serviços de Emigração e Estrangeiros (SME) advertem os deputados, generais e outras figuras influentes do país, para não interferirem na operação em curso no país, contra os imigrantes ilegais, cujo número em Angola ultrapassa um milhão de pessoas.

"Compreendemos suas parceiras comerciais com comerciantes estrangeiros. Mas estes devem estar legalmente. Os ilegais devem abandonar o país, seja qual for a interferência", avisaram os SME.

Esta semana, os SME em Luanda levam a cabo uma mega-operação especialmente nos bairros Mártires de Kifangondo, ilha de Luanda e Rocha Pinto, onde estão à procura de imigrantes ilegais.

Segundo fontes seguras, a entrada do número excessivo de estrangeiros em Angola é facilitada por cidadãos nacionais, funcionários migratórios e por empresas que mantêm nos seus serviços trabalhadores ilegais.

O Estado angolano gasta, por mês, mais de um milhão de dólares para custear o repatriamento de cidadãos estrangeiros em situação ilegal.

Segundo ainda fontes deste Jornal, "a entrada de estrangeiros no país tornou-se num negócio que envolve desde o cidadão comum a altos responsáveis do Executivo, das Forças Armadas e da Polícia Nacional".

Em Angola já existem povoações habitadas maioritariamente por estrangeiros que se dedicam ao

garimpo dos diamantes, particularmente na Lunda-Norte.

Com o fim da guerra e o "boom" económico, Angola é hoje um crescente pólo de atracção para imigrantes ilegais vindos de todo o continente, mas, principalmente, dos países vizinhos.

Inicialmente e mesmo durante a guerra, os campos de diamantes foram o pólo de atracção mas hoje as grandes cidades e pólos de crescimento económico atraem grandes números de imigrantes ilegais, sendo um problema que se alastra praticamente a todas as áreas do país.

As autoridades angolanas levam a cabo campanhas regulares de detenção de imigrantes ilegais e o seu repatriamento.

Em alguns casos, isso tem provocado tensão com países vizinhos que acusam as autoridades angolanas de maltratarem os seus cidadãos e de não respeitarem as normais internacionais para o seu repatriamento.

Esta semana, o ministro da Defesa, Cândido Van-Dúnem, defendeu, em Maputo, a necessidade de redobrar os esforços conjuntos entre os países da CPLP no combate ao terrorismo, à imigração ilegal e à pirataria nas águas territoriais dos Estados membros da referida comunidade.

Cândido Van-Dúnem afirmou que uma das prioridades estratégicas de Angola para os próximos anos é o reforço das relações de amizade e de cooperação com todos os países do Mundo, com destaque para os da CPLP.

Para o ministro, que falava durante a sua participação na XIV reunião de ministros da Defesa da CPLP, que decorreu na capital moçambicana, a linha de actuação para esta cooperação consubstancia-se no respeito mútuo, na reciprocidade de vantagens e na salvaguarda da paz.

A reunião passou em revista aspectos relacionados com o intercâmbio de informações sobre a situação política e de segurança entre os países membros, com realce para a Guiné-Bissau.

Fez o balanço do cumprimento das recomendações da XIII reunião realizada na Ilha do Sal, na República de Cabo Verde, em 2011, e analisou os problemas comuns.

11.3 Japão aprova planos de desenvolvimentos

Jornal de Angola

04 De Junho de 2013

A Polícia Nacional deteve no Bengo cinco estrangeiros provenientes da República Democrática do Congo (RDC), por entrada ilegal no território angolano. De acordo com uma nota de imprensa da corporação, que faz o balanço da actividade desenvolvida nos últimos sete dias, a detenção desses cidadãos resultou de uma acção conjunta entre a Polícia Nacional e o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME).

Os imigrantes foram detidos na localidade do Wezo da Ponta, município do Ambriz, a cerca de 100 quilómetros da cidade de Caxito. O Comando da Polícia Nacional no Bengo deteve, desde Janeiro de 2013 até à presente data, mais de 150 cidadãos estrangeiros, na sua maioria da Guiné Conacry, por entrada e estadia ilegal em Angola.

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) no Bengo constrói em breve um centro de detenção para imigrantes ilegais. Está previsto construir instalações para a direcção do SME, realizar acções de formação dos efectivos e intensificar as acções de fiscalização, bem como melhorar os postos de controlo.

O SME tenciona também promover palestras nas comunidades rurais sobre os perigos da imigração ilegal para a economia nacional. A fiscalização de estrangeiros impede que indivíduos sem visto trabalhem ou permaneçam ilegalmente no país. O SME no Bengo continua a inspeccionar "determinadas empresas públicas e privadas" para impedir que haja estrangeiros ilegais. Nos últimos tempos, segundo a instituição, verifica-se a entrada ilegal de muitos estrangeiros.

o Japão aprovou ontem, em Yokohama, um plano de acção para o período 2013-2017 para reforçar a cooperação com os países africanos, durante a cimeira em que o ministro angolano das Relações Exteriores, Georges Chicote representou o Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos.

O plano, apresentado no final da Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Africano sob o lema "Lado a lado por uma África mais dinâmica", contém programas e projectos prioritários que promovem a integração das infraestruturas do continente, o conhecimento científico, a inovação tecnológica, a segurança e o crescimento da produção agrícola.

O plano, segundo a agência de notícias Angop, vai contribuir para a melhoria no acesso à saúde, qualidade alimentar e combate às mudanças climáticas. Na cerimónia de encerramento, o primeiro-ministro Shinzo Abe garantiu que o Japão vai promover a assistência e continuar a dar o seu contributo para a promoção da melhoria das condições de vida dos africanos. Shinzo Abe referiu que o evento marca o início de um novo começo na relação com os países africanos. O primeiro-ministro japonês anunciou que vai visitar, em breve, o continente africano. Durante três dias, vários líderes africanos, entre chefes de Estado e de Governo, ou os seus representantes, e responsáveis de organizações mundiais, continentais e regionais, com destaque para as Nações Unidas, discutiram os caminhos para uma África melhor e a contribuição do Japão neste processo. As delegações que participaram na Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Africano (II-CAD) renovaram assumiram ontem, em Yokohama (Japão), o forte compromisso numa parceria contínua em prol do desenvolvimento de África. Declaração ambiciosa. De acordo com a Declaração de Yokohama, as lideranças africanas, os parceiros de outros países e organizações mundiais e regionais reconheceram as conquistas da TICAD e constataram os progressos realizados em toda a África ao longo das últimas duas décadas de existência da parceria.

Segundo a declaração final do evento, em que a delegação angolana foi chefiada pelo ministro das Relações Exteriores, Georges Chicote, os participantes elogiaram os avanços no continente africano. Comprometeram-se em responder aos desafios para o crescimento qualitativo, através de acções concertadas na promoção de uma economia robusta e sustentável, sociedade inclusiva, paz e estabilidade.

Os participantes reconheceram que a TICAD aumentou o nível de cooperação entre os vários países da Ásia e África, contribuindo para que a experiência do desenvolvimento possa ser partilhada.

A 53ª Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento Africano de Tóquio (TICAD), que tem como objetivo a discussão e a melhoria da cooperação entre o Japão e a África ao mais alto nível, decorreu de 1 a 3 do mês em curso, na cidade de Yokohama. O evento contou com a presença de vários chefes de Estado e de Governos africanos, do primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e da presidente da Comissão da União Africana, Nkosazana Dlamini Zuma.

11.4 Operação policial detém estrangeiros ilegais

Semanário Continente

07 De Junho de 2013

Doze cidadãos estrangeiros, em situação ilegal no território nacional, foram detidos pelas forças policiais da província do Cunene, durante o mês de Maio, relata o relatório de balanço a que a comunicação social teve acesso, terça-feira 4 de Junho.

Especifica terem sido identificados oito namibianos, um gambiano, um moçambicano e outro do Congo Democrático, enquanto um moçambicano e um angolano estão indiciados por auxílio à imigração ilegal.

A fonte refere que, no mesmo período, foram igualmente detidos dois cidadãos namibianos, por tráfico de drogas.

Em resultado da acção policial, que decorreu nos municípios de Namacunde, Ombadja e Kwanhama, foram igualmente apreendidas 46 viaturas, das quais 26 por alteração do motor, seis por falta de documentos, três por características duvidosas, duas por contrabando de combustível, bem como 146 motocicletas, 72 por não possuírem documentos e 74 por infracções ao Código de Estrada em vigor. Entretanto, a nota esclarece que as duas viaturas apreendidas por contrabando de combustível possuem registo na Namíbia, tendo sido interceptadas com 93 bidons, de 20 litros cada, adquiridos em território angolano, a partir da fronteira de Santa Clara, para posterior venda no país vizinho.

A operação, destinada a inibir o roubo e furto de viaturas, permitiu fiscalizar mil e 208 veículos e 24 oficinas.

11.5 Imigração ilegal constitui ameaça à segurança nacional - ministro do Interior

Semanário Independente

08 De Junho de 2013

O fenómeno da imigração ilegal em Angola atingiu, nos últimos tempos, dimensões preocupantes, pelo que constitui ameaça à estabilidade política, económica e social, bem como à segurança nacional, afirmou em Luanda, o ministro do Interior, Ângelo Veiga Tavares. O governante, que intervinha na cerimónia de abertura do "Seminário sobre a

Problemática do Direito de Asilo e do Estatuto do Refugiado em Angola", referiu que tal fenómeno põe também em risco os pilares da organização do Estado angolana e os valores da sociedade.

Segundo aferiu, a maioria dos cidadãos estrangeiros que requerem asilo em Angola fazem-no com interesse no exercício de actividades comerciais, garimpo e tráfico ilícito de diamantes, em concorrência com a prática de outros tipos de crimes e comportamentos censuráveis. Notou que isto constitui uma verdadeira ameaça à paz, estabilidade político-económica, ao desenvolvimento e à segurança nacional. Ângelo Tavares lembrou que o titular do Poder Executivo e Comandante em Chefe das FAA, José Eduardo dos Santos, criou a Comissão Interministerial para o Estudo e Revisão da Lei número 8/90, de 26 de Maio, sobre o Estatuto do Refugiado, com o objectivo de elaborar um diagnóstico ilustrativo da situação dos refugiados e requerentes de asilo em Angola.

Segundo explicou ainda o também coordenador da citada Comissão Inter-ministerial, o objectivo é conhecer a relação entre a imigração e a realidade política, económica e social do país, recorrendo a metodologias de recolha e cruzamento de dados estatísticos, entrevistas, visitas a centros de acolhimento e campos de refugiados, entre outras acções. Ângelo de Barros Veiga Tavares fez saber que, no cumprimento das suas atribuições a Comissão Inter-ministerial para o Estudo e Revisão da Lei nº 08/90, elaborou já um diagnóstico e estudo comparado exaustivos, que confirmaram a desactualização do preceituado em vigor, face ao contexto de paz, estabilidade política, económica e social que o país vive. O evento comporta três painéis, nomeadamente o "Diagnóstico da Situação Actual dos Requerentes de Asilo e Refugiados", "A Realidade Internacional Sobre o Direito de Asilo e o Estatuto do Refugiado" e a "Nova perspectiva Legislativa para o Direito de Asilo e o Estatuto do Refugiado em Angola".

Entre os participantes do seminário, que decorre no Anfiteatro do Ministério do Interior, em Luanda, estão responsáveis de distintos departamentos ministeriais, governadores provinciais, membros do corpo diplomático acreditado em Angola, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, bem como da sociedade civil, entre outros convidados.

11.6 A invasão chinesa à África

Jornal Angolense

09 De Junho de 2013

A semana passada, houve uma notícia que foi manchete em vários órgãos de comunicação internacionais - a expulsão, pelo governo ganense, de centenas de chineses que estavam envolvidos no garimpo de ouro. Até o «New York Times» fez uma reportagem em que falava-se de como muitos chineses que sonhavam fazer fortunas com o ouro do Gana tinham que regressar para a sua terra-mãe sem nada.

Em certas reportagens, sentia-se certa atitude contra as autoridades ganenses, especialmente as policiais, que são descritos como corruptas e ineficientes. O mundo talvez esteja muito interessado no relacionamento entre os chineses e africanos, porque quer se saber quanto tempo é que a lua de mel entre a China e a África vai durar. Felizmente, há muitos africanos que estão conscientes de que este relacionamento vai ter que ser na base do respeito dos interesses mútuos. Como vários africanos vão afirmando, a China não está no continente por uma questão de benevolência. Os chineses precisam de recursos naturais que se encontram em abundância no continente africano. E os africanos precisam do «know-how» e tecnologia chineses, assim como o seu capital. Há sempre o risco da dinâmica dos acontecimentos favorecer uma parte da equação - neste caso, a parte chinesa. Os africanos vão ter que ser capazes de defender os seus interesses. O Gana é um país cada vez mais democrático, onde os cidadãos comuns têm, cada vez mais, uma voz de peso na gestão das suas vidas. Na BBC, ouvi camponeses ganenses na área em questão que disseram que temiam pelo meio-ambiente da sua região. É que, segundo eles, a exploração ilegal do ouro estava a resultar numa degradação do solo e das florestas; aqui não era só a existência de buracos por todo o lado, mas também a poluição da água pelos químicos que os garimpeiros usavam para extrair o ouro. Os ganenses estavam quase desesperados; o que estava em questão era a sua própria sobrevivência. Conheço certos casos de países africanos, como a Tanzânia, onde a disputa sobre as terras e exploração de ouro resultou na utilização pelas autoridades de mão de ferro para conter os camponeses. Ainda na Tanzânia, já vi camponeses africanos a serem agredidos por guardas nepaleses. Eles queixavam-se das empresas que estavam a explorar o ouro, mas estas diziam que lá estavam com a «bênção» do governo central - o que é que contava mais. Neste caso do Gana, felizmente, o governo central parece estar do lado dos camponeses.

Usualmente, em casos destes, prefiro sempre imaginar a situação ao contrário. Há alguns anos atrás, a revista «The New Yorker» fez uma reportagem sobre pequenos empresários nigerianos na China. As autoridades chinesas, naturalmente, queriam que o influxo nigeriano no país fosse limitado, por uma questão de manutenção da paz social, contenção do crime e por aí. Li, recentemente, uma reportagem sobre empresários africanos que se instalaram na Índia. Estes sofrem com o racismo mais primitivo que se pode imaginar: abusos verbais e físicos, numa constante marginalização.

Mas, o mundo não se inquieta assim tanto com a sorte destes africanos. Suspeito que muitos defenderão que eles devem ser mesmo deportados para o continente donde saíram e ponto final. No Iraque, Síria, Líbano e mesmo em Israel, há imigrantes africanos que são forçados a regressar às suas áreas de origem, por causa do racismo. Há esta noção, bastante errada, de que o africano tem muito pouco a dar ao resto do mundo.

Fala-se de um mundo globalizado, no qual as pessoas podem ir à procura de fortunas seja lá onde for. Temos, então, o investidor que vai aplicando o seu capital por todo lado. Os chineses no Gana chegaram depois de toda a pompa que seguiu ao investimento chinês no sector da eletricidade, fornecimento de água, estradas, etc .. Kwame Nkrumah, primeiro Presidente do Gana e grande panafricanista, sonhava ter um país industrializado. Desta vez, parecia que os chineses haveriam de ajudar na realização deste sonho. Só que o investimento chinês trazia consigo mão obra própria; até os carrinhos de mão eram operados por chineses. E estes chineses foram, naturalmente, identificando outras Oportunidades - incluindo o garantir de ouro.

Segundo a lei do Gana, só os activos é que podem explorar o ouro em pequena escala - mas eles interagir com estrangeiros que invistam nas operações. Derrepente, passou haver muitos chineses a explorar o ouro, usando ganenses como testas-ferro.

Muitos nativos não viram isto com bons olhos, tendo havia atritos que obrigaram os chineses a armarem-se. De repente, havia chineses armados até aos dentes, armas vinham principal rua da polícia - a vigiarem o que viam como suas minas de ouro. Uma autoridade ganense de que se tinha atingido o ponto partir do qual se passara a traí-choisa como uma questão de Segurança. Agora imaginem milhões de trabalhadores ganenses arduos numa região da China!

11.7 Nova Instituição de Apoio à Refugiados

Jornal de Angola

09 De Junho de 2013

O Executivo pode criar, em breve, o Conselho Interministerial para os Refugiados (CIR) como órgão de natureza consultiva do ministro do Interior para as decisões sobre pedidos de asilo e perda do estatuto de refugiado em substituição do Comité de Reconhecimento do Direito de Asilo (COREDA).

A recomendação ao Executivo saiu do seminário multi-sectorial realizado esta semana em Luanda, que juntou responsáveis ministeriais, governos provinciais, membros do corpo diplomático acreditado em Angola, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e organizações da sociedade civil para discutir a problemática do Direito de Asilo e do Estatuto do Refugiado em Angola.

Os participantes ao encontro defenderam a criação de um novo documento para os refugiados e requerentes de asilo com requisitos de alta segurança, nomeadamente marca de água, inserção de dados biométricos, impressão digital, fotografia, entre outros.

Os documentos actuais, segundo as conclusões do encontro, não possuem características de segurança adequadas, condizentes com os avanços tecnológicos, permitindo a sua falsificação. Os participantes defenderam ainda a necessidade de transferir para o ministro do Interior a competência para decidir sobre os pedidos de asilo e o estatuto de refugiado.

Centros de acolhimento

Os participantes ao seminário defenderam também a criação de Centros de Acolhimento dos Refugiados e Requerentes de Asilo (CARA). O Executivo angolano, segundo dados recentes, presta assistência e protecção a 29.092 estrangeiros, sendo 15.842 refugiados e 13.250 requerentes de asilo. Os participantes defenderam a necessidade de criação de centros de acolhimento de refugiados e requerentes de asilo para permitir melhor controlo destes, sendo para o efeito, necessário investir em infra-estruturas, tecnologia adequada e recursos humanos com formação especializada.

O seminário nacional sobre a problemática dos refugiados em Angola foi uma iniciativa da comissão interministerial criada para estudar e rever a Lei sobre o estatuto dos refugiados. O ministro do Interior é o coordenador da comissão.

Na abertura do encontro, o ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, defendeu uma política de asilo comum na SADC para a resolução de questões de protecção de refugiados na região.

João Baptista Kussumua pediu a articulação e coordenação entre as diferentes instituições governamentais e parceiros sociais.

11.8 Estrangeiros ilegais foram repatriados pelas autoridades

Jornal de Angola
10 De Junho de 2013

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) no Moxico repatriou em Maio três congolese democráticos por entrada e permanência ilegal em Angola, disse à Angop, a sua chefe de secção de informação e análise.

Maria Machado disse que a procura de melhores condições de vida, apetência pelo lucro fácil e tentativa de atingir Luanda para a fixação de residência são das principais causas das entradas ilegais em Angola.

Na província do Moxico estão registados 294 estrangeiros, 219 têm visto de trabalho, 46 são residentes e 29 estão na condição de permanência temporária.

O SME em Cabinda anunciou ontem em comunicado que "nos últimos 15 dias" 107 congolese democráticos que se encontravam clandestinamente na província optaram por regressar ao seu país.

O comunicada refere que a decisão daqueles congolese democráticos se deve à operação do SME iniciada no início do mês destinada à localização e registo de estrangeiros ilegais e de "desmascarar os nacionais que insistem no auxílio à imigração ilegal" ..

O documento revela que no mesmo período foram expulsos de Angola 392 indivíduos do Congo Brazzaville e da República Democrática do Congo.

O SME no Zaire anunciou em comunicado que entre os dias 15 e 21 expulsou 66 congolese democráticos que se encontravam ilegalmente em Angola. O comunicado refere que 65 deles foram expulsos por decisão administrativa e um judicialmente. Foi recusada, nos postos de Nóqui e do Luvo, a entrada a 37 pessoas da RDC.

11.9 Revisão da Lei reforça controlo migratório

Jornal de Angola
10 De Junho de 2013

O director nacional do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), José Paulino Silva, considerou "oportuna" a revisão da actual Lei sobre o Direito de Asilo, tendo em conta a importância para o processo de estabilização e controlo dos fluxos migratórios no país.

José Paulino Silva afirmou que a revisão da referida lei vai permitir o estabelecimento de medidas que concorram para a normalização do funcionamento da política de asilo em Angola.

O director nacional do SME falava sexta-feira sob o tema "A situação actual dos requerentes de asilo e refugiados em Angola", no seminário que abordou a problemática do Direito de Asilo e do Estatuto do Refugiado em Angola.

O director nacional do SME afirmou que a situação actual dos requerentes de asilo e do estatuto de refugiado "é bastante complexa, pois constitui uma faca de dois gumes".

"De um lado existe toda a necessidade de proteger pessoas atingidas por conflitos, mas é necessário adoptar mecanismos para evitar que o estatuto do refugiado seja aproveitado para outros fins", disse.

O director-geral do SME justificou a revisão da legislação com a necessidade de excluir do processo de atribuição de asilo e o estatuto de refugiado "os oportunistas que impedem a que pessoas realmente necessitadas sejam assistidas com eficiência".

"O SME apela às forças vivas da nação para cooperarem com o Executivo no seu firme desejo de continuar a apoiar e proteger pessoas provenientes de países em conflito", disse.

José Paulino Silva referiu que, em pleno conflito armado e confrontando com deslocados internos, o país nunca deixou de oferecer protecção aos cidadãos que fugiam dos seus países por razões de guerra.

O encontro analisou, entre outros temas, "O diagnóstico da situação actual dos requerentes de asilo e refugiados", "A realidade internacional sobre o direito de asilo e o estatuto do refugiado" e "Nova perspectiva legislativa para o direito de asilo e o Estatuto do Refugiado em Angola".

O Executivo pode criar, em breve, o Conselho Interministerial para os Refugiados (CIR) como

órgão de natureza consultiva do ministro do Interior para as decisões sobre pedidos de asilo e perda do estatuto de refugiado em substituição do Comité de Reconhecimento do Direito de Asilo (COREDA).

A recomendação ao Executivo saiu do seminário multi-sectorial realizado esta semana em Luanda, que juntou responsáveis ministeriais, governos provinciais, membros do corpo diplomático acreditado em Angola, representante do AI to Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e organizações da sociedade civil para discutir a problemática do Direito de Asilo e do Estatuto do Refugiado em Angola.

Os participantes ao encontro defenderam a criação de um novo documento para os refugiados e requerentes de asilo com requisitos de alta segurança, nomeadamente marca de água, inserção de dados biométricos, impressão digital, fotografia, entre outros.

Os documentos actuais, segundo as conclusões do encontro, não possuem características de segurança adequadas, condizentes com os avanços tecnológicos, permitindo a sua falsificação. Os participantes defenderam ainda a necessidade de transferir para o ministro do Interior a competência para decidir sobre os pedidos de asilo.

11.10 SME alerta para os perigos da imigração ilegal no país

Jornal de Angola
12 De Junho de 2013

O director do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) em Malange disse ontem, numa palestra na capital daquela província, ser preciso desenvolver "um combate cerrado" à imigração ilegal, que considerou "um perigo para a soberania do país".

Aristides Teixeira afirmou que a imigração ilegal tem consequências graves em vários países, pois muitos dos clandestinos promovem a prostituição, o tráfico de drogas e de seres humanos, exploram a mão-de-obra barata e fazem lavagens de dinheiro. Um país que não controla a imigração, referiu, corre o risco de ser invadido por estrangeiros em situação migratória ilegal, que facilmente podem estabelecer-se, influenciarem o desenvolvimento económico e promoverem mudanças de costumes.

O director provincial do SME alertou para a inconveniência de se arrendarem casas a estrangeiros irregulares e pediu que se denunciem os casos de entradas e permanências ilegais no país.

Na palestra sobre a imigração ilegal participaram efectivos da Polícia Nacional e das Forças Armadas Angolanas, bem como autoridades tradicionais.

11.11 Os imigrantes ilegais são perigosos

Jornal Angolense
13 De Junho de 2013

uma notícia relacionada com detenções de imigrantes ilegais pela polícia estabelece uma perversa ilusão na opinião pública que tende a olhar estas pessoas, alvos dos órgãos de segurança interna e justiça, como potencial perigos para a sociedade.

O imigrante ilegal é um homem ou uma mulher que na procura de uma vida melhor ou tranquilidade política sai do seu país e, sem autorização de permanência no país de acolhimento lá se fixa. Por isso, não devemos considerar um perigo antes de averiguarmos os seus objetivos, ou uma ameaça para qualquer um de nós, isso se levarmos em conta as experiências pessoais de contacto com muitos imigrantes de países amigos e vizinhos que estão irregularmente em Angola.

Nunca é demais, para percebermos melhor esta realidade, recordar a nossa experiência de emigrantes ilegais na Europa. A emigração se verificava durante a época de conflito armado em Angola.

É evidente que se defende a imigração legal, bem como o respeito das leis nacionais e internacionais. Não é desejável, para proteção dos próprios imigrantes, que entrem no circuito ilegal.

Mas não devemos confundir, porque não estamos perante criminosos. Outra confusão que é feita diz respeito à imigração irregular e máfias, como se fosse a mesma coisa: nem todos os imigrantes ilegais são membros de células mafiosas, mas sim vítimas destas máfias ou crimes organizados. Elas operam e prosperam tanto mais restritiva for a política de imigração legal do país de acolhimento.

Em todo o mundo, as máfias fazem contrabando ou tráfico de pessoas que introduzem ilegalmente em território nacional, prometendo muitas vezes uma legalização fácil.

Estas organizações enganam homens e mulheres que na busca de oportunidades de uma vida saudável submetem-se aos mais variados abusos. Um imigrante ilegal nas malhas da máfia dificilmente consegue escapar, até ao momento que esta organização se considere satisfeita face aos lucros obtidos em detrimento do imigrante ilegal.

Aos imigrantes ilegais são praticadas extorsões mensais ou retiradas parte significativa do salário, apreendidos os documentos e, se há uma recusa de pagamento, é usada violência extrema que pode ir até ao homicídio. No entanto, devemos alertar que a permanência prolongada nos países de exclusão social, entre os quais se conta a emigração irregular - pode criar, em situações extrema, becos sem saída que levam o imigrante em desespero a lançar mão de expedientes e actividades ilícitas, dentre estas nacionalidades, tenho a salientar as mais inclinadas ao crime em território nacional: brasileiras, libanesas, mauritânicas, indianas e as de origem na chamada África branca. Por isso, é essencial o combate à imigração ilegal propiciadora do crime organizado, promovendo verdadeiramente esta tarefa em todas as frentes. Mas nunca esquecendo que dentro de um imigrante irregular mora uma pessoa, com toda a sua dignidade humana.

11.12 Polícia aperta o cerco à imigração ilegal

Jornal de Angola
13 De Junho de 2013

O novo comandante da Polícia Nacional no Cunene, comissário António Guedes, prometeu dar um combate cerrado à criminalidade em toda a extensão da província, com realce para a imigração ilegal.

Ao discursar na cerimónia de apresentação aos efectivos da corporação e autoridades da província, António Guedes falou dos objectivos a atingir durante o seu mandato, baseados na preservação da paz, tranquilidade pública, combate à imigração ilegal e roubo de gado.

Para combater o crime na província, o comandante da Polícia no Cunene pediu a colaboração da população na denúncia dos estrangeiros em situação ilegal na província e daqueles que facilitam a sua entrada e permanência.

O comissário António Guedes disse que o roubo de gado continua a ser uma das maiores preocupações das autoridades locais, salientando que a resolução passa por um trabalho de sensibilização às comunidades.

António Guedes defendeu ainda que deve ser dada especial atenção às várias situações decorrentes do movimento fronteiriço, sublinhando a necessidade de manter a paz e tranquilidade dos habitantes, em toda a extensão da província. António Guedes manifestou-se igualmente preocupado com aumento do número de acidentes de viação na região. O comissário

António Guedes já exerceu idênticas funções na província do Moxico. A cerimónia foi assistida pelo secretário de Estado do Ministério do Interior, José BamuquinaZau.

Combate à imigração ilegal

O comandante da Polícia Nacional em Malange, comissário António Bernardo, pediu aos órgãos de Comunicação Social a continuar a colaborar no combate à imigração ilegal, redução da criminalidade e sinistralidade rodoviária na região. António Bernardo fez este apelo durante a visita que efectuou a alguns órgãos de Comunicação Social na província, no quadro das orientações do Plano Estratégico do Comando Geral da Polícia Nacional e do Ministério do Interior.

O oficial superior da Polícia realçou que o fenómeno da imigração ilegal em Angola e na de Malange, em particular, vem ganhando contornos preocupantes, com implicações negativas na economia do país, no desenvolvimento social, cultural e religioso.

O combate deste fenómeno, frisou, só pode ter êxito com o envolvimento dos órgãos de comunicação social, que devem passar mensagens educativas para a população.

11.13 Estrangeiros Foram Expulsos por violarem Lei

Jornal de Angola
14 De Junho de 2013

o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) no Zaire anunciou em comunicado ter repatriado na semana passada 52 congolese democráticos que viviam ilegalmente em Angola.

O comunicado refere também que no mesmo período recusou, em M'Banza Congo, a entrada em Angola de nove pessoas também da República Democrática do Congo por irregularidades migratórias.

A Polícia Nacional no Cunene deteve em Maio oito namibianos, um gambiano, um moçambicano e um congolês democrático que entraram ilegalmente em Angola, anuncia um relatório da corporação.

O documento refere que também foram detidos um moçambicano e um angolano suspeitos de auxílio à imigração ilegal e dois namibianos acusados de tráfico de drogas.

Roubo de viaturas

Na mesma operação policial, realizada nos municípios de Namacunde, Ombadja e Cuanhama, foram apreendidas 46 viaturas, 26 das quais por alteração do motor, seis por falta de documentos, três por apresentarem características duvidosas e duas por contrabando de combustível, bem como 146 motocicletas, 72 por não possuírem documentos e 74 por infracções ao Código de Estrada.

As duas viaturas apreendidas por serem utilizadas no contrabando de combustível, com registos na Namíbia, foram interceptadas com 93 bidões de 20 litros cada um adquiridos em Angola para posterior comercialização naquele país vizinho.

11.14 Imigrantes ilegais devem sair voluntariamente no país

Jornal Agora

15 De Junho de 2013

Angola lançou uma campanha de sensibilização dos imigrantes ilegais, para que abandonem o país de forma voluntária, revelou terça-feira, em Luanda, o secretário de Estado do Interior.

"Quem vem para aqui, para desestabilizar política e socialmente, e traz outros costumes e actos que não estão de acordo com a nossa cultura, nós vamos convidar a sair", garantiu Eugénio Laborinho.

O governante falava aos jornalistas no final de um encontro de trabalho com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de visita oficial que este efectuou ao nosso país.

"o combate à criminalidade organizada imigração ilegal são, neste momento, os objetivos principais do Ministério do Interior", acrescentou Eugénio Laborinho.

Além da cooperação internacional, disse, Ar la conta com o apoio e participação das FOI Armadas Angolanas, nas zonas limites do país, da população.

O plano de acção das autoridades assenta colaboração da população, que deve declara imóveis que são alugados aos imigrantes ilegais, com os imigrantes como nocivos" a serem posteriormente convidados a sair voluntariamente do país.

Imigrantes ilegais, sobretudo da vizinha República Democrática do Congo, têm estado a sair voluntariamente, sobretudo a partir das províncias da Lunda Norte e do Uíge.

"Mas há aqueles que ainda insistem, porque o objetivo é o seguinte: entram no país, vêm como estrangeiros, como refugiados e depois aqui implantam-se e não querem sair", disse, adicionando que as autoridades estão ainda na fase de sensibilização para a saída voluntária, havendo também contactos avançados com as embaixadas.

11.15 Xinguilamento da semana

Jornal Agora

15 De Junho de 2013

"Quem vem para aqui, para desestabilizar política e socialmente, e traz outros costumes e actos que não estão de acordo com a nossa cultura, nós vamos convidar a sair ...

Estamos numa primeira fase a sensibilizar, a educá-los que isto é um país organizado. Não pode continuar a haver estrangeiros que a coberto de refugiados vêm de facto desestabilizar a situação política, económica e social do país".

11.16 Imigrantes clandestinos são travados

Jornal de Angola

20 De Junho de 2013

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) detectou na terça-feira, em Cabinda, no interior de um navio nacional de cabotagem com destino a Luanda, 25 cidadãos estrangeiros, em situação migratória irregular.

O chefe de Posto do Serviço de Migração e Estrangeiros no Porto de Cabinda, Carlos Leopoldo, disse que os imigrantes ilegais, 19 dos quais originários da República Democrática do Congo, três do Mali, dois do Congo-Brazzaville e um da Costa do marfim, foram surpreendidos em esconderijos no navio Chioloanga.

O tripulante da embarcação António Manuel e 11 marinheiros que se encontravam a bordo foram indiciados no crime de promoção da imigração ilegal.

Segundo se sabe, as investigações preliminares revelam que a tripulação prestava o serviço por pagamentos que variavam entre 50 mil e cem mil kwanzas.

Zacaria Makolo, que aparenta 25 anos de idade, natural da República Democrática do Congo, ao confirmar a informação, revelou ter sido contactado, na cidade de Cabinda, por marinheiros, com os

quais acertou os trâmites da viagem. Os 25 cidadãos estrangeiros foram encaminhados para o Centro de Detenção de Estrangeiros, na zona de Povo Grande, na província de Cabinda.

11.17 Rede de promotores foi desmantelada

Jornal de Angola
20 De Junho de 2013

O comandante e os 11 marinheiros do navio de cabotagem "Chiloango" são acusados de promoverem a imigração ilegal por tentarem transportar para Luanda 25 estrangeiros ilegais.

O responsável do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) junto do Porto de Cabinda disse que os imigrantes clandestinos estavam escondidos no navio que se encontrava atracado há três dias.

Carlos Leopoldo afirmou que "investigações preliminares" revelaram que os estrangeiros pagavam pela viagem entre 50 e cem mil kwanzas ou com entrega de telemóveis. Um dos clandestinos referiu ter sido contactado na cidade de Cabinda por marinheiro, com os quais acertou o pagamento da viagem.

Dos estrangeiros interpelados, que foram encaminhados para o Centro de Detenção de Estrangeiros na zona de Povo Grande, 19 são da RDC, três do Mali, dois do Congo Brazzaville e um da Costa do Marfim. Efectivos de diferentes órgãos do Ministério do Interior foram ontem informados sobre a situação da imigração ilegal e suas consequências para o país, durante uma palestra enquadrada no programa alusivo ao 34º aniversário da criação da instituição, que se assinala no próximo dia 22.

O orador da palestra, Estêvão Agostinho, realçou que o fenómeno da imigração ilegal é vivido diariamente por todos os angolanos. "Devemos reflectir todos sobre este fenómeno e irmos desenvolvendo políticas que permitam um maior controlo dos imigrantes ilegais", afirmou.

11.18 Autoridades Migratórias atentas a pedidos de Asélio

Novo Jornal
21 de Junho de 2013

AS AUTORIDADES migratórias suspeitam que cidadãos estrangeiros estejam a requerer o estatuto de refugiado e o direito de asilo para exercer actividades

ilícitas em Angola, denunciou o director dos Serviços de Migração e Estrangeiros, Paulino da Silva.

O Comité de Reconhecimento do Direito de Asilo (COREDA) tem mais de 28 mil pedidos para o reconhecimento de estatuto de refugiado e de asilo de estrangeiros à espera de deferimento. O COREDA recebeu 20.181 pedidos de asilo e 7.891 de refugiados. Os Serviços de Migração e Estrangeiros têm 60 dias para analisar os pedidos.

A instituição suspeita que, entre os pedidos de asilo e de obtenção do estatuto de refugiado, estejam requerimentos de estrangeiros em situação ilegal com a intenção de se fixarem de forma fraudulenta no país.

Paulino da Silva afirmou que, além de existirem "muitos oportunistas sem condições de requerer asilo ou o estatuto do refugiado, há também falsos asilados".

As autoridades, segundo aquele responsável, pretendem impedir que estrangeiros venham para Angola à procura de melhores condições de vida sob a capa de refugiados e depois pratiquem actividades ilícitas.

O procedimento para requerer asilo ou o estatuto de refugiado estabelece que as pessoas interessadas devem contactar os postos policiais, que prestam uma informação, para daí serem encaminhados para uma unidade dos Serviços de Migração e Estrangeiros, que faz a análise dos pedidos.

O Serviço de Migração e Estrangeiros, posteriormente encaminha os pedidos para o COREDA, órgão coordenado pelo Ministério da Justiça e Direitos Humanos que toma a decisão final.

11.19 Emigrantes monopolizam o comercio

Semanário Agora
22 de Junho de 2013

Cada prato de feijão de azeite palma, com língua de vaca e dobrada custa 200 kwanzas. A tarifa sobe para 300 kwanzas se tiver a guarnição de fungo de bombó a reforçar o pitéu, entenda-se o almoço. Este é um dos retratos possíveis na Rua 18 do Bairro Mártires de Kifangondo, no distrito da Maianga, em Luanda.

Não se tratando de um festival de degustação, somos obrigados a expandir o foco da nossa reportagem. Sem antes fazer alusão, que as palavras "comércio geral e serviços" são as que melhor definem o complexo de ruas 20, 18,17, 16, 14 e 13, sendo que a

Rua 15 é a campeã da agitação desta zona da capital do país, que outrora chamava-se Bairro Salazar.

Os comerciantes que perambulam pelo Mártires de Kifangondo são de várias latitudes do continente africano, como sejam da Costa do Marfim, do Mali, do Senegal, da Mauritânia, do Burkina Faso, da Guiné-Bissau, da Serra Leoa e Libéria.

Obviamente que as nossas zungueiras (vendedoras ambulantes) pintam aquelas ruas a comercializar os produtos diversos. Como que se falar delas fosse pecado, surge uma com o pregão habitualmente estridente: "Sabão e Omo!". No outro lado da estrada, junto à escola Bom Saber Nr.º 2.022, a peixeira solta a voz: "É carapau grosso! É kimbumbo!". O nosso fotógrafo por pouco deixava cair o seu instrumento de trabalho. Assustado, mas já refeito, voltou a disparar mais umas quantas fotos - ainda bem que tinha a máquina a tiracolo.

Eram 8 horas da manhã. Os comerciantes começavam a tomar as suas posições. Ainda pudemos verificar as vendedoras de fardo a montar as suas pilhas de roupa, peça a peça, enquanto os fogareiros rudimentares onde os malianos fazem os franguités -frango assado regado com óleo vegetal e cebola às rodelas servida em folhas de papel de origem duvidosa, mas isto é pano para outra reportagem.

Tudo à venda

Exala a café. Nas ruas 15 e 16, os cidadãos originários da África Ocidental estão sentados com cafeteiras térmicas e vendem cada copo a 100 kwanzas. Por falar em bens e serviços, algumas pessoas ouvidas pelo Agora disseram que no Mártires há de tudo à venda.

A prostituição é a maior nódoa nesta zona de Luanda, tal como nos confirmou Doroteia Kipungo, cidadã angolana natural de Malanje. "Aqui mesmo na Rua 13, se o Sr. jornalista vier aqui à frente do Centro Recreativo Casa Mónica "Monique", a partir das 19h, vai ver que essas miúdas quitatas -prostitutas vendem o corpo. Quase já se tornou hábito. Há também o negócio da droga, mas desse prefiro não falar. Fale com os jovens, eles sabem".

Estes assuntos escabrosos colocam-nos em alerta sobre possíveis acções incorretas e ignoradas. Os jovens para quem a Sra. Kipungo dirigiu a nossa equipa de reportagem mostraram-se indisponíveis e sem interesse em mostrar o que têm vivido naquela zona encravada entre os bairros Cassequel, Prenda, Maianga e Cassenda, bem no coração de Luanda.

“ Há senhoras que vivem em concubinato com cidadãos do Mali. Há rapazes, filhos de mães angolanas e pais, estrangeiros que estão retirados fora do país, tudo porque foram levados à revelia pelos seus progenitores, sem documentos. Conheço residentes ilegais que desenvolvem acções fora da lei, escamoteadas, como é o caso, por exemplo, do comércio precário, de tirar fotocópias nos cibercafés. Há de tudo aqui, até falsificadores de dinheiro", revelou uma fonte do Agora que pediu anonimato.

A reportagem seguiu, enquanto vendia-se nos passeios e à beira da estrada sandes de frango com repolho e cenoura ao preço de 200 kwanzas. A Rua 15, frequentada por gente de toda a estirpe, a meio da manhã fica estreita, os carros particulares que aí estacionam e as carrinhas que transportam as pipas de fino encolhem-na.

Malianos e costa-marfinenses trocam dólares à berma da estrada em pequenos ajuntamentos de três ou quatro pessoas. É comum vê-los a esfregar os dedos polegar e indicador um no outro e a chamar os transeuntes que passam:

"Amigo, nota!". Se a pessoa pára eles avançam com a oferta: "Estamos a dar 10.350 kwanzas por uma nota de 100 de Benjamim Franklin". A poucos metros está a casa de câmbios Mere Halima, Lda., que sofre esta concorrência desleal, por trocar notas por menos, ou seja, 10.200 kwanzas por uma nota verde de 100 dólares.

Comunidade Muçulmana Acima Dos 100 Mil

Na loja Drame Kunda (Casa Drame), que comercializa telefones celulares e materiais afins, o cidadão costa-marfinense Drame Mamadou explicou à nossa reportagem por que emigrou. "Fugi para Angola por causa da guerra em 2009. O meu país estava duro", disse, acrescentando: "Depois da África do Sul, a vossa pátria é a segunda melhor dentro do nosso continente, em que o negócio anda facilmente".

No outro lado da estrada, dentro de um pequeno quintal, há uma pequena mesquita, várias cafeteiras dispersas no chão e algumas meninas angolanas vão aprontando o almoço. Soubemos que foram instruídas para confessar os pratos malianos. São quase onze horas.

Ainda dentro do mesmo espaço cambia-se dólares, vende-se tâmaras não confitadas, grelha-se frango, vende-se copos, medicamentos para massagem, chullay (ambiente) e dispensador de incensos. A sensação que se tem é de que estamos na era de Cristo, quando o filho de Jeová expulsou aqueles que

faziam da casa do seu pai casa de negócio. Conforme escrito na Bíblia no livro de João 2:13-17

Proseguimos, evangelizações à parte. várias pessoas dispostas à volta de uma bacia de alumínio comer arroz e pequenos pedaços de peixe com as mãos. Mohamed Cissé informou que "esse hábito de comer sem ajuda de utensílios, como colher e garfo, faz parte da tradição africana".

"A maioria de nós veio do Mali, Costa do Marfim, do Burkina Faso, da Serra Leoa, do Senegal, da Gâmbia, do Níger, da Mauritânia, da Guiné-Bissau e temos esta relação de amizade. Dedicamo-nos ao comércio, que é uma espécie de tradição". Há também o malinke - um dialeto comum entre os cidadãos destes Estados membros da CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África ocidental.

"Estou em Angola desde 2007, e para a esmagadora maioria dos meus contemporâneos os problemas estão em tratar dos documentos. Há muita burocracia, pediram-me muitos documentos", informou aquele cidadão, que é adorador de Allah. Recorde-se que em Dezembro, o Agora entrevistou Diakité Adama, responsável da comunidade muçulmana que naquela altura revelou serem mais de 100 mil pessoas em Angola.

Sem querer resvalar em aspectos de foro religioso, novamente seguimos até a Rua 8 do Mártires do Kifangondo, onde está a primeira mesquita implantada em Angola. Contudo, Diakité Adama encontrava-se fora de Luanda o que inviabilizou o contacto com esta figura que segue os preceitos do profeta Maomé. É importante ressaltar que nem todos os cidadãos do oeste africanos são muçulmanos, mas seria interessante saber quantos são e que acções desenvolvem no nosso país.

A nossa conversa já foi cortada.

Na Rua 15 o dia é sempre agitado. Os cambistas informais vêm uma viatura Land Cruiser branca e escondem-se. Não querem ser apanhados pela Polícia Económica, conforme nos explicou Samba. No interior da viatura os ocupantes captam fotos com os telemóveis.

"Em tempos levaram um irmão nosso que só foi solto depois de 'dar' a gasosa de 1.500 dólares", alegou.

A correria não pára. Os cibercafés estão abertos, as zungueiras passam com os seus pregões. O comércio e a oferta de serviços é frenética: roupas, calçados, frango, cabrite, iogurtes, (cabrito assado no fogareiro), chinelos, postigos, medicamentos,

lubrificantes, telefones, aluguer de viaturas e arrendamento de quartos.

Os candongueiros passam e as pessoas também, num vaivém constante. "Há muitos negócios à vista e outros à socapa", segundo a nossa fonte, que não dispensa o direito de se manter no anonimato.

11.20 Angola tem mais de 15 mil refugiados

Semanário Factual

De 22 a 29 de Junho de 2013

O Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) em Angola diz que, actualmente no país, existem cerca de 15 mil e 842 refugiados e cerca de 13 mil e 250 requerentes de asilo, o que totaliza 29 mil e 92 estrangeiros.

A informação foi avançada quinta-feira, 20, ao Factual pelos responsáveis do Ministério, na data em se assinala o Dia Mundial do Refugiado (20 Junho), instituído em 2000 pela Assembleia-Geral da ONU.

De acordo com dados do MINARS, a maior parte dos refugiados, que se encontram instalados em Angola, são oriundos do RD Congo e de outros países da África Ocidental.

A seguir à RD Congo, os países de onde provêm maior número de refugiados a nível do Mundo são o Rwanda, o Burundi, a Somália, a Eritreia, o Iraque, a Côte d'Ivoire e o Chade.

O Factual soube que ACNUR (Alto Comissariado da ONU para os Refugiados) em Angola tem vindo a realizar acções de protecção dos refugiados em termos legais e materiais, para que levem uma vida digna e exerçam plenamente os seus direitos fundamentais.

Os programas do ACNUR e dos seus parceiros em Angola prestam atenção aos casos dos refugiados mais vulneráveis, proporcionando meios para a satisfação das necessidades básicas, em abrigo, alimento, água, saneamento e cuidados médicos, às vítimas de violência sexual baseada no género e às crianças com necessidades especiais.

Tem constituído como prioridade do ACNUR apoiar o Executivo na reactivação da operação de repatriamento dos angolanos refugiados nos países vizinhos.

Depois da assinatura do acordo de paz, em Abril de 2002, o Executivo angolano solicitou os préstimos do ACNUR no projecto de regresso a casa dos

angolanos que estiveram fora do país por razões de insegurança.

Entre 2003 e 2007, o ACNUR apoiou o Executivo no repatriamento e na reintegração de mais de 400 mil refugiados angolanos.

Inexistência de campos de refugiados em Angola

Em Angola não há campo de refugiados. Na verdade, é dos poucos países da África que não os tem, entretanto, há alguns centros de acolhimento.

"O refugiado é uma pessoa que deixa o seu país por falta de protecção da sua vida, e busca, desesperadamente, um país que o acolhe e lhe proporciona protecção", afirmou ao Factual uma fonte do ACNUR.

O Leste do país, por exemplo, foi a região mais afectada pelo conflito, e as pessoas fugiram para os países vizinhos ou, então, quem conseguia passar pelas minas e tantos outros obstáculos, veio para a capital, Luanda, que cresceu muito e de forma irregular.

No tempo do conflito, cerca de 800 mil angolanos refugiavam-se em outros países.

Com a paz vieram as oportunidades, as empresas internacionais de reconstrução instalaram-se e a esperança por dias melhores se fez sentir.

A data vista no Mundo

Comemorou-se na quinta-feira, 20 de Junho, o Dia Mundial do Refugiado, instituído em 2000 pela Assembleia-Geral da ONU.

A data foi instituída em solidariedade ao continente africano, que abriga o maior número de refugiados e que, tradicionalmente, já celebrava o Dia Africano do Refugiado, nesta data.

Foi igualmente adoptada com o objectivo de aumentar a consciência da sociedade sobre a problemática dos homens e mulheres deslocados por guerras e conflitos armados ou perseguidos por motivo de religião, nacionalidade, raça, grupo social e opinião política.

A deslocação humana representa um dos maiores problemas da actualidade. Aproximadamente 43 milhões de pessoas encontram-se deslocadas devido a conflitos, violência, perseguições, degradação ambiental ou desastres naturais e este número continua a crescer.

O 20 de Junho é comemorado em reconhecimento ao sofrimento de mais de 43 milhões de pessoas que

foram forçadas a se deslocar em todo o Mundo. Entre elas, estão cerca de dez milhões de refugiados sob cuidado do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

O número de refugiados e deslocados no Mundo bate recorde em quase vinte anos e alcança uma cifra de 45,2 milhões de pessoas em todo o Mundo.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas, a crise na Síria é um dos principais factores de deslocação global.

Segundo o Relatório Tendências Globais/ 2012, divulgado quarta-feira, 19 de Junho, de 2011 para 2012, 2,6 milhões de novos refugiados e deslocados juntaram-se aos já existentes 42,5 milhões (2011), dos quais 28,8 milhões de pessoas foram forçadas a fugir dentro das fronteiras dos seus próprios países e 15,4 milhões obtiveram o status de refugiado em outros países.

O Afeganistão é líder há três décadas na origem dos refugiados

O Afeganistão lidera o país como o principal de origem de refugiados, posição que ocupa há mais de três décadas, tendo registado, em 2012, 2,5 milhões de refugiados.

Um em cada quatro refugiados no Mundo é afegão e a sua grande maioria reside em países como o Paquistão e o Irão.

A Somália aparece em segundo lugar no ranking de países emissores, com 1,1 milhões de refugiados, e o Iraque segue na terceira posição, com 746 mil.

Os sírios somam 471 mil refugiados e são a quarta nacionalidade que mais contabiliza o número de refugiados.

Segundo a ONU, existem no Mundo quase um milhão de pessoas deslocadas que esperam na fila para obter asilo em outros países.

As guerras e os conflitos armados continuam a ser a principal causa de deslocação forçada.

De acordo com o ACNUR, mais da metade dos refugiados são oriundos de cinco países: além do Afeganistão, da Síria e do Iraque, a Somália e o Sudão também integram a lista.

A população sob o mandato do ACNUR tem crescido ano após ano.

Em 2012, a agência das Nações Unidas registou 35,8 milhões de pessoas sob os seus cuidados, maior cifra

desde 1993. Desta cifra, 10,5 milhões são de refugiados.

A Alemanha é o único país desenvolvido que figura na lista das dez nações que mais e acolhem refugiados no Mundo. No ranking de

acolhedores estão países e como Irão, o Quênia, a Síria, a Etiópia, o Chade, a Jordânia, a China e a Turquia.

Até 2010, existiam em Angola 15 mil refugiados de diversas nacionalidades entre os quais 11 mil e novecentos da RD Congo.

A maioria residia país há mais de 30 anos, segundo dados do Comité de Reconhecimento do Direito de Asilo (COREDA).

Em finais de 2011, angolanos que se encontram no Congo, na Zâmbia e em outros países deixaram de ser considerados refugiados.

A República de Angola é signatária da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto de Refugiados, também conhecida como Convenção de Genebra, de 1951.

11.21 Aviões de vigilância e ataque vão combater imigração ilegal

Semanário Factual

De 22 a 29 de Junho de 2013

O aumento considerável da imigração ilegal nas fronteiras angolanas vai forçar "brevemente" a entrada em funcionamento dos aviões A-29 Super Tucano, adquiridos recentemente pelo Executivo angolano à construtora brasileira Embraer.

"A situação inspira cuidados, esperamos que estes aviões comecem já a ser usados para missões de vigilância nas nossas fronteiras para combater a imigração ilegal, como foi previsto", afirmou ao Factual uma fonte da Polícia nacional, salientando que "os seis aviões em acção resolveriam parcialmente o problema".

Recorde-se que o ministro brasileiro da Defesa, Celso Amorim, anunciou, em Fevereiro de 2013, que Angola comprou seis aviões de combate A-29 Super Tucano fabricados pela Embraer.

"Já entregamos três aviões, outros três vão chegar ao país em breve, e há um projecto de Angola de comprar outros", afirmou, na altura, Celso Amorim, após um encontro com o ministro angolano das Relações Exteriores, Georges Chicoty.

Segundo a Embraer, a aeronáutica angolana pretende utilizar esses aviões em missões de vigilância nas fronteiras do país, a fim de lutar contra a imigração ilegal.

A situação da imigração é séria em Angola. A segunda-feira, 17, a tripulação do navio de cabotagem nacional, Chiloango, integrada pelo seu comandante, António Manuel, e 11 marinheiros, foram indiciados por promover a imigração ilegal, após serem detectados a transportar 25 estrangeiros, em situação migratória irregular, para Luanda.

O chefe de Posto do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) junto do Porto de Cabinda, Carlos Leopoldo, explicou que os clandestinos foram encontrados em esconderijos no referido navio, acostado ao largo, há três dias.

Acrescentou que investigações preliminares revelaram que seriam transportados contra o pagamento de um valor monetário, variável entre 50 mil e 100 mil Kwanzas (cerca de 500 e mil dólares norte-americanos), ou ainda a entrega de telemóveis.

Na terça-feira, 18, cinquenta e dois cidadãos da RD Congo foram repatriados, nos últimos sete dias, pelos SME na província do Zaire, por estada ilegal em território nacional.

Os SME informam que deste número, 36 foram expulsos através do posto fronteiriço de Kirumbumba (Soyo), 15 do Luvó (Mbanza Kongo) e um pela fronteira de Minga, município do Kuimba.

No mesmo dia, os SME na região recusaram a entrada em território nacional de nove cidadãos da RD Congo por irregularidades migratórias, facto ocorrido no município de Mbanza Kongo.

11.22 Huambo com um centro e detenção de imigrantes

Jornal de Angola

25 De Junho de 2013

A província do Huambo vai passar a ter um Centro de Detenção de estrangeiros ilegais, a ser erguido o bairro da Viação, zona periférica da cidade, para reforçar o respeito pelos direitos e liberdade dos cidadãos em vias de repatriamento.

O facto foi divulgado no domingo pelo inspector do Comando provincial da Polícia nacional, superintendente-chefe Mário Martinho Júnior, propósito do aniversário do Ministério do Interior, assinalado no sábado. Actualmente, os estrangeiros em situação ilegal são enviados para o centro de

Detenção em Luanda. O serviço de Migração e Estrangeiros (SME) no Zaire expulsou, de 12 a 18 deste mês, 45 cidadãos da República Democrática do Congo (RDC), por entrada e permanência ilegal no território nacional. Uma nota do SME esclarece que os estrangeiros ilegais em causa foram expulsos por decisão administrativa e saíram no país através dos postos fronteiriços da comuna do Luvo, município de Mbanza Congo, Kimbumba (Soyo) e Minga, no Kuimba.

O documento acrescenta que, no mesmo período, aquele órgão adstrito ao Ministério do Interior recusou a entrada de 36 cidadãos estrangeiros, 35 dos quais da RDC e um do Congo Brazzaville, mais 26 relativamente ao período anterior.

11.23 Tecnologias na protecção da fronteira

Jornal de Angola
26 de Junho de 2013

o comando geral da Polícia Nacional vai dotar algumas unidades de guarda fronteira de novos equipamentos técnicos para garantir uma melhor protecção da fronteira, revelou ontem em Mbanza Congo o comandante nacional da Polícia de Guarda Fronteira, comissário-chefe António Pedro Candela.

"O Estado está preocupado com a imigração ilegal, por isso, está a ser feito tudo para um combate cerrado a este fenómeno", disse, para depois anunciar a admissão de novos efectivos. Interrogado sobre a imigração ilegal a partir da província do Zaire, considerou-a preocupante, a avaliar pela imensa fronteira terrestre e fluvial que a região partilha com a RDC.

António Pedro Candela garantiu que vai ser dada mais atenção à província para reduzir os índices de violação dos marcos fronteiriços com a região do Baixo Congo Democrático. Durante a visita de três dias, o comandante nacional da Polícia de Guarda Fronteira vai avaliar o estado operacional dos seus efectivos na região. Em declarações à imprensa momentos após a sua chegada, referiu que a sua visita também se destina a constatar "in loco" a real situação dos efectivos da Polícia de Guarda Fronteira destacados em diversos postos do Zaire. "Esta é a primeira deslocação que efectuamos ao interior do país, desde que assumimos o comando da Polícia de Guarda Fronteira. Sabemos que a imigração ilegal constitui, de momento, uma das preocupações do Ministério do Interior, tendo em conta o seu impacto na vida política, económica e cultural do nosso país", sublinhou.

Ontem, António Pedro Candela, acompanhado pelo comandante local da Polícia Nacional, comissário Manuel Gouveia, manteve um encontro com os membros do conselho consultivo da corporação e visitou a terceira unidade da Polícia de Guarda Fronteira localizada em Mbanza Magina, a cinco quilómetros de Mbanza Congo. O programa reserva ainda uma deslocação aos postos fronteiriços do Luango, Minga, Buela, Quinsende e Ntoyo, no município do Cuimba. A província do Zaire partilha 330 quilómetros de fronteira com a região do Baixo Congo Democrático.

Índices preocupantes

o comandante nacional da Polícia de Guarda Fronteira, comissário-chefe, António Pedro Kandela, manifestou, em Mbanza Congo, província do Zaire, a sua preocupação com os elevados índices de imigração ilegal registados no país.

Durante a visita de dois dias à província, que terminou ontem, António Pedro Kandela reconheceu o esforço desenvolvido pelos órgãos do comando provincial da Polícia Nacional no sentido de conter o fenómeno.

A visita ao Zaire teve como objectivo avaliar o estado de segurança das fronteiras e as condições sociais do efectivo. "Avaliámos a situação da imigração ilegal na região e baixámos as orientações necessárias, para melhorar o trabalho que está a ser feito", disse, sublinhando que o quadro actual deste fenómeno é realmente preocupante e chama a atenção das autoridades, tendo em conta as proporções das violações fronteiriças.

Durante a estadia no Zaire, António Kandela teve um encontro com a governadora provincial em exercício' Angela Diogo, e reuniu-se com o delegado provincial do Ministério do Interior no Zaire, membros do conselho consultivo do comando provincial da Polícia Nacional e da administração municipal de Mbanza Congo. Além da capital provincial, o comandante visitou o município do Soyo, onde avaliou os postos e subunidades da Polícia de Guarda Fronteira.

A província do Zaire tem sido um dos principais pontos de entrada para os imigrantes ilegais. A vasta extensão da fronteira com a República Democrática do Congo facilita a entrada de ilegais. As autoridades estão a mobilizar a população para denunciar os ilegais.

